ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

[Logo Novo Mercado]

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A.
Companhia em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
CNPJ/ME nº 94.813.102/0001-70
NIRE nº 43.300.053.504
Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000
Santa Bárbara do Sul, RS
[•] Ações Ordinárias
Valor da Oferta: R$[•]
Código ISIN: "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "[•]"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **Três Tentos Agroindustrial S.A.** ("Companhia") e os acionistas vendedores pessoas físicas conforme identificados em "Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos" na página 46 do "Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Prospecto Preliminar" e "Acionistas Vendedores", respectivamente) em conjunto com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Coordenador Líder"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America" ou "Agente Estabilizador"), o Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS BB" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Citi e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e titularidade dos Acionistas Vendedores ("Ações").

A Oferta consistirá na distribuição pública (i) primária de, inicialmente, [•] ([•]) novas Ações serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária" e "Ações da Oferta Primária"); e (ii) secundária de, inicialmente, [•] ([•]) Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto ("Oferta Secundária" e "Ações da Oferta Secundária", sendo que as Ações da Oferta Secundária, em conjunto com Ações da Oferta Primária, serão denominadas "Ações da Oferta Base"), em ambos os casos, a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), em conformidade com a Instrução CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Ofício-Circular CVM/SRE nº 01/2020/SRE de 5 de março de 2020 ("Ofício-Circular CVM/SRE"), com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Código ANBIMA" e "ANBIMA", respectivamente), bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Regulamento do Novo Mercado", respectivamente) e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar segmento especial de negociação de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 ("Novo Mercado") e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores de Varejo ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo BofA Securities, Inc., pelo Citigroup Global Markets Inc., pelo Bradesco Securities, Inc. e pelo UBS Securities, LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o "*Placement Facilitation and Purchase Agreement*", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"): (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado ("Securities Act"), e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América (non-U.S. persons), nos termos do Regulation S ("Regulamento S"), no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros") e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373"), e pela Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ("Resolução CVM 13"), ou pela Lei n° 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas U.S. persons, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do Securities Act.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Anúncio de Início"), a quantidade de Ações da Oferta Base poderá (sem considerar as Ações Suplementares, conforme definido abaixo), a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, ou seja, em até [•] ([•]) Ações, das quais até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia e até [•] ([•]) Ações e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até [•] ([•]) Ações, das quais até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia e até [•] ([•]) Ações e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada neste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores e pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador, por intermédio da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme abaixo definido). Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação (conforme definido neste Prospecto) por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente, considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Interior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* ("Preço por Ação").

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[(1)]	Comissões (R$)[(2)(4)]	Recursos Líquidos (R$)[(2)(3)(4)]
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária[(4)]	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária[(4)]	[•]	[•]	[•]
Total da Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.
(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta _ Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores na Oferta, bem como o montante a ser recebido, veja página 46 deste Prospecto.

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do artigo 6º, parágrafos 2º e 3º do estatuto social da Companhia, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária e em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizadas em [•] de [•] de 2021, cujas atas foram arquivadas perante a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul ("JUCISRS") sob o nº [•] e nº [•], respectivamente, e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul ("DOERS") e no Jornal do Comércio.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido) e a concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente protocolada para arquivamento na JUCISRS e publicada no Jornal do Comércio na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOERS no dia útil subsequente.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e na fixação do Preço por Ação.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

É admissível o recebimento de reservas, a partir de [•] de [•] de [•], para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do período de distribuição.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

A Oferta está sujeita a prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em [•] de [•] de 2021.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de aquisição das Ações. Ao decidir adquirir e liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 19 e 90, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NA PÁGINA 414, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2021.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **4**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **5**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **8**
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES **23**
SUMÁRIO DA OFERTA **25**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **40**
Composição do capital social 40
Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores 41
Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos 43
Características Gerais da Oferta 44
Descrição da Oferta 44
Aprovações Societárias 45
Preço por Ação 45
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 46
Quantidade, montante e recursos líquidos 46
Custos de Distribuição 47
Instituições Participantes da Oferta 51
Público Alvo 52
Cronograma Estimado da Oferta 52
Procedimento da Oferta 53
Contratação de Formador de Mercado 54
Oferta de Varejo 55
Oferta Institucional 59
Prazos da Oferta 60
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 61
Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta 62
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 63
Estabilização dos Preços das Ações 64
Violações das Normas de Conduta 65
Direitos, vantagens e restrições das Ações 65
Negociação das Ações na B3 66
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*) 67
Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações 68
Inadequação da Oferta 68
Condições a que a Oferta esteja submetida 68
Informações adicionais 68
Instituições Consorciadas 70
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta 70
Instituições Consorciadas 71
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **73**
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA **81**
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA 81
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 81
Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America 82
Relacionamento entre a Companhia e o Citi 83
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI 84

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB 85
RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 87
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 87
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America 87
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Citi 88
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI 88
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB 89
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 90
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 98
CAPITALIZAÇÃO 101
DILUIÇÃO 102
ANEXOS 105
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 109
ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA 141
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMNISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA 153
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA 165
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 171
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 177
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 197
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 203
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA TENTO DO SUL REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018 285
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 339

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia" ou "nós" se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, ao Três Tentos Agroindustrial S.A., suas subsidiárias e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta" deste Prospecto.

Acionistas Controladores	Luiz Osório Dumoncel, ALD Participações Ltda., Vânia Margarida Dumoncel Martins, Celeiro Participações Ltda., Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari, Dumtag Participações Ltda., João Marcelo Dumoncel, JM Participações Ltda., Maria Beatriz Dumoncel Hoff, KDUH Participações Ltda., considerados em conjunto. Para mais informações sobre os nossos Acionistas Controladores, ver seção 15 do Formulário de Referência.
Acionistas Vendedores	Vânia Margarida Dumoncel Martins, Eduardo Augusto Pereira De Menezes Filho, João Marcelo Dumoncel, Luiz Osório Dumoncel, Maria Beatriz Dumoncel Hoff e Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari, considerados em conjunto.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Agente Estabilizador	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Bank of America	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
Citi	Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.

Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Companhia	Três Tentos Agroindustrial S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.
Coordenador Líder ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria Estatutária	A diretoria estatutária da Companhia.
DOERS	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, conforme alterada, e anexo a este Prospecto.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	*International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.

Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
IPO	Oferta pública inicial de distribuição de ações.
JUCISRS	Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular CVM/SRE nº 01/2020/SRE de 5 de março de 2020.
PIB	Produto Interno Bruto.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act.*
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos administradores, membros do Conselho Fiscal e do acionista controlador.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no Novo Mercado da B3.
Regulamento S	*Regulation S* do *Securities Act* de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CVM 13	Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
Tentos do Sul	Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Três Tentos Agroindustrial S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.813.102/0001-70, com seus atos constitutivos registrados na JUCISRS sob o NIRE nº 43.300.053.504.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, cujo requerimento foi apresentado à CVM em 19 de fevereiro de 2021.
Sede	Localizada na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000. O Diretor de Relações com Investidores é Maurício Leonardo Hasson. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 ([55]) [3372-3700] e o seu endereço eletrônico é ri@3tentos.com.br.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOERS e no "Jornal do Comércio".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website	ri.3tentos.com.br As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 19 e 90, respectivamente, deste Prospecto e nas seções "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência a partir das páginas 373, 450 e 537, respectivamente, deste Prospecto.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. As estimativas e perspectivas sobre o futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem. Dentre os diversos fatores que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, posem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos, de saúde pública e outros efeitos da pandemia da COVID-19 (ou qualquer outra pandemia, epidemia ou crises similares), particularmente conforme esses fatores impactem o Brasil e na medida que eles continuem a ter severos efeitos macroeconômicos, o que pode realçar o impacto de outros riscos que a Companhia está sujeita (para informações adicionais, veja a seção "4.2 Riscos de Mercado" do Formulário de Referência da Companhia, a partir da página 414;

- o impacto da pandemia da COVID-19 nas condições e econômicas e dos negócios no Brasil e mundialmente e quaisquer medidas restritivas imposta por autoridades governamentais para combater o surto;

- conjuntura socioeconômica, política e de negócios do Brasil, incluindo, exemplificativamente, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do produtor rural;

- variação do preço das *commodities* de grãos;

- variação da produção de grãos;

- inflação e desvalorização do Real, bem como flutuações das taxas de juros;

- modificações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de agronegócio, bem como a promulgação de leis e de regulamentos futuros versando sobre a matéria do agronegócio ou fiscal;

- capacidade da Companhia de manter sucesso continuado dos seus esforços de comercialização e venda e da sua capacidade de implantar com sucesso sua estratégia operacional;

- capacidade da Companhia de honrar financiamentos e de contratar novos financiamentos se e quando necessário em condições atrativas;

- competição do setor;

- a capacidade da Companhia de obter mão de obra, produtos e serviços de fornecedores sem interrupção e a preços razoáveis;

- obtenção de licenças e autorizações governamentais para construções e empreendimentos da Companhia;

- eventos de força maior;
- resultados adversos de processos judiciais dos quais a Companhia é ou pode vir a ser parte;
- intervenções governamentais, resultando em alterações na economia, nos tributos ou no ambiente regulatório no Brasil;
- outros fatores que podem afetar a condição financeira da Companhia, sua liquidez e os resultados de suas operações;
- suficiência da cobertura de apólices de seguros da Companhia;
- os efeitos da crise financeira e econômica no Brasil; e
- outros fatores de risco discutidos nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto, nas páginas 19 e 90, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção "4. Fatores de Risco" e "5. Gerenciamento de riscos e controles internos" do Formulário de Referência da Companhia, a partir das páginas 373 e 427, respectivamente, deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras "acredita", "pode", "poderá", "deverá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem vir a não se concretizar.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da sua capacidade de controle ou previsão. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 339, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, O S ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E NEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. A COMPANHIA DECLARA QUE AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. ESTE SUMÁRIO NÃO CONTÉM TODAS AS INFORMAÇÕES QUE O INVESTIDOR DEVE CONSIDERAR ANTES DE INVESTIR NAS AÇÕES DA COMPANHIA. ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIR NAS AÇÕES DA COMPANHIA, O INVESTIDOR DEVE LER CUIDADOSA E ATENCIOSAMENTE TODO ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, INCLUINDO AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS SEÇÕES "CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO", "SUMÁRIO – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA", "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" NAS PÁGINAS 5, 19 e 90 DESTE PROSPECTO, BEM COMO AS SEÇÕES "3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS", "4. FATORES DE RISCO" E "10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES", RESPECTIVAMENTE, DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, ALÉM DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, ANEXAS A ESTE PROSPECTO. SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO, OS TERMOS "NÓS", "NOS", "NOSSOS/NOSSAS" E "COMPANHIA" REFEREM-SE À 3TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A.

Visão geral

Somos uma Companhia do setor de agronegócio que oferece um ecossistema verticalizado e integrado que conta com uma ampla oferta de produtos e soluções para os nossos quase 17 mil clientes ativos, que em sua maioria são pequenos e médios produtores rurais que produzem em áreas fundiárias de até 1.000 hectares. Nossa estratégia de criar um ecossistema focado nos pequenos e médios produtores rurais gera valor significativo à todas as partes envolvidas e cria relacionamentos de longo-prazo com nossos clientes, uma vez que oferecemos aos produtores rurais conhecimento especializado para o gerenciamento de grãos, armazenagem e gestão de produção. Como resultado, cria-se uma barreira de entrada para nossos concorrentes, em especial os grandes *players* do setor, uma vez que esses *players* geralmente focam no atendimento de grandes produtores. Temos como nossa meta sempre servir aos nossos clientes com excelência e acreditamos que o fato de termos como sócios fundadores produtores rurais com profundo conhecimento do campo (3ª geração familiar de produtores agrícolas), contribuiu de forma relevante para entendermos as principais necessidades de nossos clientes.

A relação comercial da Companhia inicia-se por meio da nossa estratégia de venda de insumos agrícolas e oferece ao produtor rural uma proposta de valor baseada em: (i) um portfólio amplo de produtos de diversos e conceituados fornecedores (*e.g*. Basf, FMC, Ihara, entre outros); (ii) tecnologia de manejo agrícola baseada em resultados; (iii) planejamento de lavoura através de uma rede de aproximadamente 120 consultores agrícolas celetistas (incluindo engenheiros agrícolas, agrônomos e técnicos em agronomia); e (iv) logística com alto nível de serviço e confiabilidade.

Nosso ecossistema se reflete na atuação principalmente por meio de três segmentos de negócios:

- **Varejo de insumos agrícolas ("Insumos")**: mediante a oferta de uma completa gama de insumos agrícolas, atendemos a maioria das necessidades do produtor rural através da venda de diversos tipos de sementes, fertilizantes para a lavoura e defensivos agrícolas para as culturas de soja, milho, trigo, arroz, dentre outras. As vendas são realizadas em 41 lojas, sendo 40 no Estado do Rio Grande do Sul e uma loja no Estado do Mato Grosso, com auxílio de mais de 120 consultores (agrônomos e técnicos em agronomia) que agregam valor aos insumos vendidos, com o objetivo de aumentar a produtividade dos nossos clientes. Estamos presentes em 36 municípios do Estado do Rio Grande do Sul e, em 31 de dezembro de 2021, possuímos 13 % de *market share* (nessas cidades). Contamos com aproximadamente 11 mil clientes ativos neste segmento. Este segmento conta também com duas unidades de beneficiamento de sementes localizadas na cidade de Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e uma unidade misturadora de fertilizantes localizada na cidade de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, e representou 29,2% da nossa receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, com uma margem bruta de 18,1%. A figura abaixo ilustra uma unidade típica de varejo de insumos da Companhia, com estrutura dedicada para armazenagem de insumos, silos para armazenagem de grãos, além de espaço comercial onde são concentradas as interações dos consultores com nossos clientes:

Fonte: Companhia

- **Originação e *trading* de grãos ("Grãos")**: realizamos a compra e venda de grãos de a aproximadamente 11 mil produtores rurais de pequeno e médio portes, possuindo uma capacidade estática de armazenagem superior a 900 mil toneladas para soja, milho e trigo e um *market share* de originação de soja correspondente a 8% no Estado do Rio Grande do Sul. Para a logística e escoamento dos grãos, a Companhia conta com uma frota própria de mais de 73 caminhões. Este segmento representou 16,0% de nossa receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, com uma margem bruta de 6,8%.

- **Industrialização de grãos ("Indústria")**: por meio de nossas duas fábricas localizadas nas cidades de Ijuí e Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, realizamos a industrialização de soja para produção de farelo, importante componente para rações animais na avicultura, suinocultura e bovinocultura; óleo de soja e biodiesel. Possuímos uma capacidade de esmagamento de soja de 3 (três) mil toneladas por dia, com um *market share* de volume de produção correspondente a 8% no Estado do Rio Grande do Sul e de produção de biodiesel de 850 mil litros por dia e um *market share* de 10% no Estado do Rio Grande do Sul. Possuímos dois modais ferroviários (de acesso em nossas instalações) ligando as unidades das cidades de Ijuí e Cruz Alta ao Porto de Rio Grande, responsável pelo escoamento de relevante parcela do farelo de soja exportado no Brasil. Este segmento representou aproximadamente 54,8% da nossa receita operacional líquida, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, com uma margem bruta de 20,1%.

A imagem abaixo mostra a nossa presença geográfica no Estado do Rio Grande do Sul, considerando a nossa atuação nos 3 (três) segmentos que descrevemos acima:

Fonte: Companhia

A jornada dos nossos clientes

A jornada de um cliente típico da Companhia compreende as etapas de: (i) conscientização (através de meios de comunicação tradicionais e digitais, visita aos clientes e eventos e palestras técnicas); (ii) disseminação do conhecimento (através de consultoria técnica e recomendações técnicas fornecidas pela Companhia); (iii) compra (através da negociação, venda de insumos, logística e consultoria pré-colheita) e (iv) pagamento (com a possibilidade de pagamento via contrato de *barter*). Esta cadeia de valor auxilia a Companhia na originação de grãos como forma de pagamento dos insumos, criação de uma fidelização da base de clientes, otimização dos nossos custos logísticos e mitigação dos riscos de crédito e inadimplência.

Após a colheita, adquirimos os grãos de soja produzidos pelo agricultor, optamos entre vender o grão no mercado interno ou internacional ou, ainda, quando aplicável, efetuamos o processo de industrialização (que processa aproximadamente 80% do volume de grãos originados) em uma de nossas duas fabricas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, agregando valor em toda cadeia. Nossos produtos finais, tais como farelo de soja, óleo de soja ou biodiesel são destinados ao mercado interno e externo. Adicionalmente, parte do farelo de soja produzido pela Companhia é vendido em nossas lojas, gerando sinergias logísticas e comerciais entre os negócios.

O fluxograma abaixo explica nosso modelo de negócios, onde é possível identificar nossa atuação nos 3 (três) segmentos de negócios descritos acima.

Fonte: Companhia

Com base na análise do fluxograma acima é possível identificar as sinergias existentes dentro do nosso ecossistema, bem como as principais vantagens competitivas desse ecossistema integrado.

Sinergias do Ecossistema 3tentos

Principais Vantagens Competitivas

- **Arbitragem de margem entre negócios**
- **Proteção *(hedge)* diferenciada às variações dos preços das *commodities***
- **Margens atraentes e sustentáveis**
- **Base de clientes fiéis e com alta recorrência**

Fonte: Companhia

- **Arbitragem de margem entre negócios.** A atuação nos 3 (três) segmentos nos permite participar de negócios e destinar as nossas operações visando capturar as melhores margens, independentemente de efeitos adversos nas safras. Assim, acreditamos que conseguimos mitigar impactos negativos em um determinado segmento, de forma a compensá-los por meio de melhores margens originadas em outro(s) segmento(s) que atuamos. A figura abaixo evidencia as diferentes alternativas da Companhia na condução dos seus negócios:

Fonte: Companhia

- **Proteção (*hedge*) diferenciada às variações dos preços das *commodities.*** Acreditamos que o nosso modelo de negócios integrado oferece maiores oportunidades para realizar o *hedge* das *commodities*, pois na originação de grãos (via venda de insumos com pagamento por meio de contratos de *barter* ou diretamente pelo produtor rural), podemos nos proteger esta operação utilizando a venda de contratos de fornecimento de farelo de soja ou até mesmo do próprio grão de soja.

- **Margens atraentes e sustentáveis.** Acreditamos possuir determinadas vantagens competitivas de custo e preço que nos conferem rentabilidade acima da média dos segmentos de nossa atuação, incluindo: (i) base ampla e pulverizada de produtores rurais que ajudam a originar grãos a preços mais competitivos quando comparados com a originação em grandes volumes (e.g *tradings*); (ii) relevância para os nossos fornecedores de insumos, o que nos beneficia frente aos nossos concorrentes; (iii) níveis de produtividade e qualidade superior em nossa indústria; e (iv) forte relacionamento com os nossos clientes, o que nos garante um baixo nível de inadimplência.

- **Base de clientes fiéis e com alta recorrência.** Nosso modelo de negócio com foco nos nossos clientes e com base em uma proposta de valor de geração de resultados tangíveis a cada safra, tem se demonstrado eficiente para garantir a fidelização dos clientes da Companhia. A figura abaixo demonstra que o faturamento da Companhia, com a base de clientes com quem estabelecemos relacionamento aumentou de R$279 milhões em 2017 para R$454 milhões em 2020 e representou 50% da venda do segmento de insumos deste ano.

Análise de recorrência dos clientes

Evolução do número de clientes

Fonte: Companhia

A ampla gama de produtos, a oferta de consultoria técnica e a flexibilidade de prazo para pagamentos garante uma base leal e consolidada de clientes. O valor agregado de nossa oferta de soluções nos permite fidelizar os nossos clientes, e asseguram altos níveis de satisfação, o que pode ser exemplificado

com um NPS 2020[2] de 82, número considerado da "zona de excelência", com base em pesquisa realizada com 239 clientes.

Tudo isso reflete em um excelente relacionamento com nossos clientes, ilustrado pelos depoimentos abaixo:

"A 3tentos confiou em mim, e continuamos juntos até hoje, com assistência, suporte técnico e financiamento"
– Produtor

"Nossa relação vem desde 1996, e se mantém até hoje, com confiança, amizade tanto com a família, quanto com funcionários e gestão"
– Produtor

"A 3 tentos foi tudo para a gente…você consegue financiamento, variedade de produtos, sementes, com apoio sempre, do gerente ao apoio técnico"
– Família de Produtores

Histórico

Somos uma empresa familiar do setor de agronegócio, pautada pela seriedade, confiança e honestidade das pessoas que construíram a nossa história. Acreditamos que somos feitos por pessoas com o sentimento de pertencimento, que trabalham no que gostam, focadas no agronegócio e que caminham coletivamente na visão e objetivos da empresa, prezando pela parceria com o cliente 365 dias por ano.

A história da família Dumoncel na agricultura começou em 1954, com o olhar visionário de João Osório Dumoncel e Clélia Luiza Kloeckner Dumoncel semeando algumas das primeiras áreas de trigo do Estado do Rio Grande do Sul. Com trabalho e dedicação, vieram as dificuldades, os desafios e o crescimento da agricultura brasileira. Mais do que produtores rurais, o casal, em conjunto com os filhos Luiz Osório Dumoncel e João Marcelo Dumoncel, entediam que precisavam inovar e contribuir ainda mais para a sociedade e agricultura brasileira.

Com isso em mente, fundaram a 3tentos em 1995 e, a partir do ano seguinte, foram iniciadas as operações de varejo e a expansão local das atividades, tal como ilustrado na linha tempo abaixo. Acreditamos que a aceleração e consolidação do ecossistema 3tentos no Estado do Rio Grande do Sul resultou em um crescimento acelerado de nossa receita operacional líquida, conforme visto abaixo, atingindo o patamar de R$3,1 bilhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Fonte: Companhia

Pontos fortes da Companhia

(i) Sólido crescimento operacional com rentabilidade

[2] Net Promoter Score é uma métrica para medir a satisfação dos clientes

Crescimento histórico de destaque em diversas métricas operacionais dos 3 (três) segmentos de atuação, conforme apresentado nos gráficos abaixo, evidenciando o impacto relevante do crescimento de volumes no CAGR de receita de 2018 a 2020 de 28,4%.

Fonte: Companhia

Adicionalmente, apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros e operacionais para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 onde é possível ver a evolução significativa da receita operacional líquida, do EBITDA e das margens, demonstrando a capacidade da Companhia de crescimento (volume e receita) com rentabilidade.

Para informações mais detalhadas sobre nossas informações financeiras, ver itens 3.2 e 10.1 do Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras da Companhia e respectivas Notas Explicativas para os períodos indicados, anexos a este Prospecto.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em milhares de reais, exceto percentuais e índices	**2020**	**2019**	**2018**
Receita Operacional líquida	3.112.439	2.225.020	1.888.436
Lucro bruto	500.179	314.963	297.854
Margem bruta (%)	16,1%	14,2%	15,8%
EBITDA(1)	347.081	162.415	166.725
EBITDA Ajustado(2)	387.430	165.975	201.205
Margem EBITDA (%)(3)	11,2%	7,3%	8,8%
Margem EBITDA Ajustado (%)(3)	12,5%	7,5%	10,7%
Lucro líquido	246.263	120.819	125.227
Margem líquida (%)	7,9%	5,4%	6,6%
Dívida líquida(4)	388.863	259.710	180.114
Dívida líquida / EBITDA Ajustado	1,00x	1,56x	0,90x
ROAE (%)(5)	44,3%	34,6%	52,0%
ROIC (%)(6)	36,4%	24,9%	36,3%

(1) O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada por nós em consonância com a Instrução da CVM, nº 527, de 4 de outubro de 2012 conforme alterada. O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. Para mais informações, vide o item 3.2 do Formulário de Referência.

(2) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e refere-se ao EBITDA Ajustado por valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities. Para mais informações, vide o item 3.2 do Formulário de Referência.

(3) A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado consistem no EBITDA e/ou no EBITDA Ajustado dividido pela Receita operacional líquida.

(4) A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta (correspondente ao somatório de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) deduzida do saldo de Caixa e equivalentes de caixa. Para mais informações, vide o item 3.2 do Formulário de Referência.

(5) O ROAE (*Return Average on Equity*) é o lucro (prejuízo) líquido dividido pelo Patrimônio Líquido Médio (calculado pela média entre o Patrimônio Líquido do Exercício corrente com o Patrimônio Líquido do Exercício anterior) da Companhia ("ROAE"). Para mais informações, vide o item 3.2 do Formulário de Referência.

(6) O ROIC (*Return on invested capital*) é calculado pela divisão do lucro operacional após impostos (*Net Operating Profit After Taxes*) ("NOPAT") pela média do capital investido dos últimos dois exercícios sociais ("Capital Investido"). O NOPAT é o resultado antes das receitas (despesas) financeiras dos últimos doze meses, líquido de efeito de IRPJ/CSLL calculado pela nossa alíquota efetiva. O Capital Investido é a soma dos nossos Empréstimos e financiamentos, do nosso Patrimônio Líquido menos o nosso Caixa e Equivalentes de Caixa. Para mais informações, vide o item 3.2 do Formulário de Referência.

(ii) Pesquisa e Inovação objetivam rentabilidade na lavoura para os nossos clientes

Buscamos nos manter na vanguarda da inovação tecnológica do agronegócio. Possuímos o Centro Tecnológico (CETEC), credenciado pelo MAPA, com o corpo formado por oito PhDs dedicados a desenvolver e identificar as principais inovações em conjunto com os nossos fornecedores de insumos, para desenvolverem e testarem produtos e soluções para os nossos clientes. Além disso, mantemos constante interação com a comunidade científica e acadêmica para validação de novos conceitos e visando o aumento da produtividade e a qualidade dos nossos produtos.

Disponibilizamos consultores (com qualificação técnica especializada), que estabelecem relações próximas aos produtores rurais, mediante a prestação de serviços de assistência técnica, que os permite otimizar sua produção, através do auxílio na escolha dos produtos, métodos de plantio, tendências de mercado, expectativas climáticas etc. O impacto destas iniciativas da Companhia pode ser observado nos resultados abaixo, onde se comparam clientes que participaram do programa Produzir+, sendo possível observar o ganho de produtividade das lavouras, gerado com as soluções da Companhia em cada uma das seis turmas do programa Produzir+, sendo que a média de ganho de produtividade dos participantes deste programa foi de 5,9%.

Fonte: Companhia

A Companhia também atua na promoção de eventos de inovação e divulgação de conhecimento para os produtores rurais com o intuito de contribuir cada vez mais a produtividade das lavouras de nossas clientes, como: (i) Cropshow, um evento de referência em inovação e conhecimento para a comunidade agrícola. Ocorre anualmente, antecedendo cada safra de verão. A 6ª edição, em 2020, que teve foco na sustentabilidade, recebeu aproximadamente 4,5 mil pessoas; e (ii) Agritour, um evento em que realizamos, nos últimos 12 anos, diversas viagens, acompanhados de nossos clientes, aos EUA para participar de atividades e feiras agrícolas, com o intuito de aprender novas técnicas.

(iii) Tecnologia como facilitador dos negócios para a Companhia

Acreditamos que nossas iniciativas digitais colaboram de forma representativa para o relacionamento e recorrência das relações que estabelecemos com nossos clientes. Desenvolvemos interfaces digitais que conectam os agricultores clientes aos nossos consultores, com facilidade e agilidade. Os aplicativos para smartphone App 3tentos, App consultor e a plataforma Terra3 são exemplos da vanguarda e constante inovação de nossos negócios.

- O App 3tentos funciona como uma carteira digital para grãos para os produtores em nosso ecossistema. Por meio do aplicativo, o agricultor pode consultar seu saldo de grãos, administrar pagamentos, fixar preços, comercializar grãos e agendar a entrega e retirada de mercadorias.
- O App Consultor é uma ferramenta de negócios para nossos consultores que permite acompanhamento das metas de venda, gestão de vendas futuras - por produto e por cliente - e gestão do portfólio de clientes – como por exemplo, em termos de volume de vendas, status das vendas e áreas cultivadas por cultura, nos permitindo ter visibilidade instantânea sobre a performance de nossos consultores no desempenho de suas funções.
- A Terra3 é uma plataforma de consultoria para o agricultor, voltada para o planejamento e a gestão da lavoura digitalmente, com fácil acesso 24 horas por dia, sete dias por semana. O sistema ajuda cada agricultor cliente a administrar melhor suas colheitas, centralizando o gerenciamento de suas propriedades.

App 3tentos **App Consultor**

Adicionalmente, temos planos para continuar agregando valor ao produtor por meio de iniciativas futuras no âmbito digital. Uma área de foco são serviços financeiros ao produtor, onde enxergamos alto potencial de adoção dentro de nossa base crescente de clientes ativos, que hoje totaliza 17 mil produtores. Essa iniciativa seria disponibilizada via um aplicativo com início esperado para o segundo semestre de 2021, sujeito a aprovações regulatórias. Acreditamos que nosso cliente pode se beneficiar de soluções práticas para serviços financeiros diversos, como soluções de crédito, investimentos, *loyalty*, *cashback* e seguros agrícolas, dentre outros.

(iv) Estratégia de crescimento sólida

Nossa estratégia está baseada em dois principais pilares:

Expansão da operação de varejo de insumos no Estado do Rio Grande do Sul

Nosso plano de negócios prevê a expansão para regiões onde a Companhia ainda não atua no Estado do Rio Grande do Sul, replicando a estratégia que acreditamos ser muito bem-sucedida, através da abertura de 22 novas lojas concentradas principalmente nas regiões norte e sul do Estado do Rio Grande do Sul, nos próximos cinco anos.

Acreditamos, com base em nosso histórico, que cada unidade nossa no Estado do Rio Grande do Sul possa atender a uma área média de 50 mil hectares de soja plantada e que nossa receita anual potencial, estimada com base em nosso histórico, com o varejo é de cerca de R$1.608 por hectare plantado na nossa área de influência. Também calculamos, com base no histórico da Companhia, que o investimento necessário para instalação de uma nova loja seja entre R$6 milhões a R$12 milhões, podendo sofrer alterações conforme mudanças mercadológicas. Assim, acreditamos que a possibilidade de abertura de novas lojas no Rio Grande do Sul seja economicamente vantajosa e tenha potencial de retornos atrativos.

Fonte: Estimativas da Companhia, com base em seu histórico de resultado, sendo que os respectivos números podem sofrer alterações.

Diversificação geográfica com expansão no mercado do Mato Grosso

Acreditamos que há muitas oportunidades para crescimento no nosso mercado de atuação no Estado do Mato Grosso, principalmente pelo tamanho do mercado, pelo fato de haver sinergias comerciais com clientes atuais da Companhia (dado que observamos que existem produtores rurais do Estado do Rio Grande do Sul com operações no Estado Mato Grosso) e pelo histórico de aproximadamente 20 anos dos acionistas da Companhia como produtores rurais no Estado. Acreditamos que a expansão para o Estado do Mato Grosso irá fornecer um *hedge* climático para a Companhia e também uma chance de replicar o modelo de ecossistema que a Companhia criou no

Estado do Rio Grande do Sul, com uma estratégia de replicar um modelo já testado e que obteve bons resultados, baseada no conhecimento que os acionistas fundadores têm do Mato Grosso dado sua presença de longo prazo na região há aproximadamente 20 anos.

Nosso crescimento no Estado do Mato Grosso será baseado na instalação de uma indústria (para agregar valor aos produtos originados) de esmagamento de soja para alavancar nossas vendas de insumos e a originação de grãos, em uma localização próxima aos produtores de grãos. Nosso plano consiste na instalação, até 2025, de oito lojas para atender os nossos clientes (com estrutura adequada para individualmente servir largas áreas agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul). Nossa expansão no Estado do Mato Grosso será focada na região próxima a BR-163, rodovia que corta o Estado do Mato Grosso, entre as cidades de Sorriso e Sinop, onde acreditamos haver uma oferta muito grande de soja e um grande potencial para consolidação. Acreditamos, com base em nosso histórico e experiência, que cada loja do Mato Grosso abrangerá uma área plantada de soja de aproximadamente 200 mil hectares (em comparação à área média de 50 mil hectares de soja plantada no Estado do Rio Grande do Sul)

Fonte: Estimativas da Companhia, com base em seu histórico de resultado, sendo que os respectivos números podem sofrer alterações.

(v) Riscos de concorrência controlados pelas relevantes barreiras de entrada

Acreditamos que nossos riscos de concorrência são mitigados pelas grandes barreiras de entrada no acesso de potenciais competidores, tais como:

- Oferta única: portfólio vasto de soluções e opções personalizadas para nossos clientes;
- Relacionamento de longo prazo com nossos clientes em diversas verticais;
- Capacidade de gerar valor adicional por meio da operação industrial;
- Posicionamento de vanguarda na adoção de novas tecnologias;

- Relevância do porte: acreditamos ser um dos varejistas de preferência dos principais fornecedores internacionais de insumos.; e
- Alta fragmentação do mercado de varejo de insumos, especialmente para os clientes alvo Companhia (de pequeno e médio portes) e mercado endereçável de R$135 bilhões, ainda em crescimento, fatores ilustrados na imagem abaixo:

Fonte: ANDAV

Para mais informações sobre o segmento de insumos, vide item 7.3 do Formulário de Referência da Companhia.

(vi) Produção de biodiesel favorecida pelo crescimento e alta relevância no Brasil

O Brasil é hoje um dos líderes mundiais em produção de Biodiesel, sendo o terceiro maior do mundo no ano de 2019, com uma produção de 5.9 bilhões de litros. De acordo com dados da ANP, o volume de biodiesel crescerá 45% até 2023, em comparação com o ano de 2019, conforme o aumento do percentual da mistura do biodiesel contratada pela ANP.

Fontes: ANP, Governo Federal e Pesquisa de Bancos

(vii) Inquestionável comprometimento socioambiental

Seguimos uma rigorosa política Social e Ambiental fundamentada em quatro pilares:

- Monitoramento e aprimoramento de nosso Sistema de Gestão Socioambiental;
- Contínua otimização do uso de recursos naturais para reduzir os impactos ambientais em outros meios de subsistência;
- Fortalecimento da nossa cadeia de valor e avanço em nossa agenda de educação e treinamento de acordo com nossas diretrizes de sustentabilidade; e

- Promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade em que estamos inseridos.

Dentre as iniciativas de responsabilidade ambiental desenvolvidas pela Companhia, com o objetivo de reduzir o impacto ambiental e maximizar o uso dos recursos disponíveis, destacamos:

Com relação ao impacto social, nos orgulhamos do esforço constante para melhorar a sociedade desde o início de nossas operações, por meio de iniciativas como:

Dada toda a relevância das políticas socioambientais, a Companhia iniciou esforços para se qualificar como uma "B Corporation". A "B Corps" ou "Benefit Corporations" é uma certificação para empresas que encaram os resultados para além da simples análise dos benefícios e que querem ter objetivos para criar um verdadeiro impacto na sociedade. Para mais informações sobre a B-CORP pode ser consultado o site (http://www.bcorporation.net/).

(viii) Sólidas práticas de gestão do time executivo reconhecidas por diversas premiações

Contamos com uma equipe de gestão experiente e premiada, com participação dos acionistas na administração, totalmente engajada na operação e apoiada por altos padrões de governança corporativa. Sendo que parte significativa da diretoria está desde a fundação na Companhia acompanhando toda a sua trajetória. Possuímos alto grau de governança corporativa que vem sendo aprimorado desde a nossa constituição. Iniciamos os nossos trabalhos de auditoria com a Ernst & Young ("EY") há oito anos, sendo que desde 2017 somos auditados por ela.

Adicionalmente, contamos com a consultoria em *commodities* e riscos da StoneX, empresa especializada em commodities. Ainda, nossa administração conta com dois comitês não estatutários (Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas e Comitê de ESG e Sustentabilidade), os quais foram criados para suportar o conselho de administração da Companhia.

Segundo a exame a Companhia esteve no ranking entre as 10 Melhores Empresas de Grão e Algodão por 3 vezes (em 2013 em 6º lugar, em 2015 em 4º e em 2020 em 2º lugar), entre outros prêmios.

	O Prêmio "ANDAV – Distribuidor de conhecimento" é realizado pela ANDAV – Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários, visando reconhecer e revelar ações e atitudes positivas de educação e propagação de conhecimento.
	O Prêmio Exportação RS é uma iniciativa que destaca as empresas que se mantêm firmes na frente exportadora independente do cenário econômico nacional.
	A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) fechou uma parceria com o GMP+ International para certificação de segurança alimentar conduzida pelo grupo de origem holandesa. Segundo a Anec, o acordo torna a associação a primeira do Brasil a ser parceira do Good Manufacturing Practices (GMP+), que atua no controle de qualidade da cadeia de suprimentos de grãos e farelos.

COVID-19 - Efeitos do Novo Coronavírus sobre nós

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), em 11 de março de 2020, relacionada à nova síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 ("SARS-CoV-2"), que causa a doença infecciosa do coronavírus ("COVID-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, informamos vimos tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Destacamos as nossas principais análises e ações sobre o impacto do Covid-19:

- Foi instaurado um Comitê Estratégico para definição de ações;
- Foi criado um Protocolo e Plano de Contingência com atualização diária através de Boletim Informativo;
- Os colaboradores acima dos 60 anos ou de risco foram afastados e/ou estão trabalhando em Home Office; Ações de Comunicação e reforço nas medidas de prevenção;
- Apoio e patrocínio da Unidade de Tratamento Semi Intensivo a pacientes do Covid-19 no Hospital Santa Bárbara Beneficente em Santa Bárbara do Sul/RS;
- Doação de alimentos não perecíveis e ares-condicionados para o Unidade de tratamento a pacientes do Covid-19 no Hospital São Vicente de Paulo em Cruz Alta/RS;
- Atendimento Psicossocial e acompanhamento Psicológico dos casos suspeitos a nossos colaboradores e seus familiares; e
- Ações internas com treinamentos para auxílio dos Consultores a continuar os atendimentos a distância.

Por estar classificada como essencial, as atividades da Companhia não sofreram impactos quanto a interrupções na produção ou fechamentos de lojas e escritórios. Não foram registrados surtos ou quaisquer outras situações que levassem a paralização significativas de nossas atividades.

Principais Fatores De Riscos

Abaixo estão listados os cinco principais fatores de risco que nos afetam, nos termos do artigo 40, § 3º, inciso IV da Instrução CVM 400. Para informações sobre os fatores de risco a que estamos expostos, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", na página 90 deste Prospecto, e os itens "4.1 Fatores de Risco" e "4.2 Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 339 deste Prospecto.

Variações climáticas podem afetar negativamente o ciclo agropecuário nas regiões onde atuamos, prejudicando o plantio ou a colheita de nossos clientes e resultando em perda de produtividade nas lavouras.

Nossos clientes podem ser impactados por variações de padrões e condições climáticas, tais como alterações de padrão de precipitação pluvial, escassez de água, alteração no nível do mar, mudança nos padrões e intensidades das chuvas, alterações nos níveis de temperatura, dentre outros fatores.

Condições climáticas adversas que possam atrasar ou interromper intermitentemente o trabalho no campo ou diminuir sua produtividade durante as estações de plantio e cultivo, podem reduzir, por prazo indeterminado, a

utilização/aquisição, por nossos clientes, de sementes, nutrientes agrícolas ou produtos de proteção à lavoura que oferecemos. Adicionalmente, parte do pagamento efetuado por nossos clientes para nós é realizado mediante permuta (Contratos de *Barter*), com a entrega de grãos de soja, que revendemos ou que utilizamos para produzir nossos produtos de farelo de soja e biodiesel, sendo que variações climáticas que reduzam o acesso à soja em grandes quantidades pode afetar adversamente a produção e comercialização desses produtos por nós. Enfrentamos também o risco e o custo significativo em relação a manutenção de estoques, caso as atividades de nossos clientes sejam reduzidas e não consigamos dar vazão aos nossos estoques, adequadamente. Os riscos das mudanças climáticas também podem piorar dependendo do tempo de respostas políticas, regulatórias, tecnológicas, jurídicas e de mercado para sua mitigação, agravando ainda mais nossa situação.

O impacto adverso de variações climáticas nos negócios de nossos clientes pode aumentar a inadimplência desses conosco e, como consequência, nossos custos para manter nossas atividades e/ou necessidade de capital para refinanciar nossos clientes podem aumentar, a produção de farelo de soja e biodiesel pode ser reduzida ou suspendida e nossas receitas poderão diminuir, afetando, adversamente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Pragas ou doenças poderão prejudicar as colheitas de nossos clientes, afetando suas capacidades de honrarem compromissos já contratados conosco ou de realizarem novas contratações.

As lavouras atuais e futuras de nossos clientes estão expostas a diversos tipos de pragas e doenças, que, se não combatidas efetiva e tempestivamente, podem afetar suas produções, receitas e perfil de crédito.

Além das pragas e doenças já existentes, poderá haver mutação dos tipos atualmente existentes ou surgir novas pragas ou doenças que poderão afetar adversamente e, até mesmo destruir por completo, tais lavouras de nossos clientes ou demandar mais investimentos por parte destes para salvarem seus negócios. Caso a produção nas lavouras de nossos clientes seja impactada adversamente, as condições financeiras de nossos clientes podem ser negativamente afetadas, diminuindo suas capacidades de honrar seus compromissos financeiros conosco, aumentando a inadimplência e diminuindo a demanda de nossos clientes pelos nossos produtos, incluindo nossas sementes, insumos, fertilizantes e defensivos agrícolas.

Pode ocorrer ainda a redução da oferta de grãos de soja, milho e trigo que revendemos e de grãos de soja que utilizamos em nosso processo industrial de fabricação de farelo de soja, casca e outros subprodutos além do biodiesel, inclusive pela ausência de grãos que nos são entregues como pagamento no âmbito de permuta (Contratos de *Barter*). Consequentemente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários podem ser adversamente afetados.

Podemos enfrentar concorrência no setor de produção de semente, o que pode afetar adversamente os nossos resultados.

Possuímos um grande número de concorrentes no mercado em que atuamos. Além disso, a escolha da semente pelos nossos clientes é afetada por fatores tais como reconhecimento da marca, qualidade da semente, preço e relacionamento. Outras empresas do setor podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva, inclusive através de acordos de exclusividade com os nossos fornecedores e/ou nossos produtores integrados.

Além disso, novas biotecnologias podem intensificar ainda mais a competitividade do setor. Caso os nossos concorrentes tenham acesso a novas tecnologias que melhoram a qualidade da semente e/ou reduzam os custos de produção e nós não sejamos capazes de atingir a mesma qualidade e competir com o preço das sementes, poderemos ter nossos resultados operacionais e financeiros negativamente impactados.

Assim, caso não sejamos capazes de competir com os nossos concorrentes na produção de sementes com qualidade e preços competitivos aos clientes, nossos resultados operacionais e financeiros poderão ser negativamente impactados.

Mudanças significativas nas políticas de comercio exterior no Brasil e em outros países, bem como a imposição de restrições ao comércio internacional podem afetar adversamente os nossos negócios.

Historicamente, o Brasil consolidou-se como um relevante fornecedor de excedentes agrícolas no cenário global, devido, sobretudo, a sua capacidade produtiva em razão das vastas áreas de plantio disponíveis e por possuir um clima favorável ao desenvolvimento e cultivo de diversas espécies. As exportações para países da Ásia, Europa e Oriente Médio correspondem a parcelas cada vez mais significativas de nossa produção de farelo de soja, bem como da produção de grãos por parte de nossos clientes, visto a crescente demanda do mercado internacional neste setor. Para mais informações sobre os países para os quais realizamos exportações, vide item 7.6 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Por outro lado, boa parte dos insumos que utilizamos em nosso processo produtivo tais como o metanol e metilato e outros químicos, que são utilizados na produção de biodiesel (o qual correspondeu a 25% de nosso faturamento total em 2020), são importados de outros países ou têm seus preços indexados à moeda norte-americana, o que nos sujeita às variações da taxa de câmbio e valorização da moeda americana frente ao real.

Medidas restritivas à importação de matéria prima e exportação de produtos finais, tais como quotas ou suspensões à importação ou exportação adotadas por determinados países, inclusive em decorrência de questões geopolíticas ou pandemias (como a atual pandemia da COVID-19), poderão reduzir substancialmente os volumes de comércio internacional do setor agrícola e, consequentemente, o desempenho da nossa produção e exportação e de nossos clientes, afetando, portanto, a nossa capacidade financeira de honrar compromissos assumidos conosco.

Muitos países desenvolvidos contam com subsídios diretos e indiretos para aumentar a competitividade de seus produtores em outros mercados. Ademais, produtores locais em alguns mercados podem exercer pressão política sobre seus respectivos governos para impedir que produtores estrangeiros exportem para o seu mercado, especificamente em meio a condições econômicas desfavoráveis. Qualquer uma das restrições supracitadas pode afetar substancialmente os nossos volumes e, consequentemente, nossas vendas e/ou nosso desempenho financeiro. Se novas barreiras comerciais surgirem nos principais mercados internacionais, poderemos enfrentar dificuldades na realocação para outros mercados em termos favoráveis, e seus negócios, sua situação financeira e os seus resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa.

Conflitos comerciais entre outros países, como Estados Unidos e China, também criam incertezas que podem afetar negativamente as exportações brasileiras e as nossas operações. Tanto as melhorias nas relações comerciais desses países, quanto os novos acordos comerciais mutuamente benéficos, em detrimento de outros países, podem ter um efeito adverso significativo sobre os resultados das nossas operações.

Além disso, a competitividade das *commodities* brasileiras, tanto no mercado interno, quanto no mercado externo, dependem de muitos fatores em relação aos quais não temos controle, tais como: (i) a volatilidade dos preços e fluxos internacionais de comércio de *commodities*; (ii) variações cambiais; (iii) condições meteorológicas e climáticas; (iv) oferta e demanda de *commodities* substitutivas e concorrentes; (v) alteração, criação ou revogação de subsídios agrícolas; (vi) disponibilidade de matérias-primas; (vii) alterações nas tendências de consumo; e (viii) efeitos de medidas restritivas (inclusive criação ou majoração de tributos) adotadas por entidades governamentais e/ou privadas no âmbito do mercado internacional. Consequentemente, tais fatores poderão levar a uma redução de nossa capacidade produtiva ou na demanda de nossos clientes pelos nossos produtos e serviços, afetando, adversamente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

Não podemos garantir que conseguiremos obter logística de transporte, armazenamento e de processamento adequados para que os nossos produtos cheguem tempestivamente até seus destinos ou que recebamos os insumos, sementes e grãos que usamos em nossas operações.

Dependemos do transporte (sobretudo dos modais rodoviário e ferroviário) para entrega de sementes de soja e trigo que multiplicamos aos nossos clientes, venda de fertilizantes e outros insumos que produzimos e/ou comercializamos, aquisição de grãos de soja, milho e trigo para processamento (retirada de impurezas e umidade) e posterior comercialização dos grãos de trigo e milho no mercado nacional e internacional e transporte dos grãos de soja para nossas indústrias nos municípios de Cruz Alta e Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, onde fabricamos o farelo de soja e biodiesel e, ao final, transporte do farelo de soja para venda no mercado nacional e internacional e do biodiesel para venda a distribuidores no âmbito de leilões cíclicos organizados pela Petrobrás. Dependemos também da malha hidroviária marítima, para recebimento de determinadas matérias primas importadas (como o metanol, utilizado no processo de fabricação de biodiesel) e exportação de farelo de soja e determinados grãos, os quais são realizados por meio do porto de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Nosso processo de logística de transporte está diretamente atrelado a nossa efetiva capacidade de armazenamento de grãos e produtos, os quais transportamos internamente entre nossas lojas ou recebemos diretamente de produtores em nossas filiais localizadas em diversas cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Nosso estoque é feito em silos localizados em nossas filiais para recebimento de grãos e armazenamento de insumos e indústrias de processamento de soja.

O modal rodoviário é o modal que mais utilizamos em termos absolutos para nossos negócios. O modal rodoviário é materialmente mais custoso que outros meios de transporte, como o ferroviário e o marítimo, e nossa dependência por este modal pode elevar nossos custos e prejudicar nossa capacidade de competição com outros produtores que utilizam outros modais predominantemente menos custosos para receber matéria-prima e transportar seus produtos.

Em dezembro de 2020, possuíamos aproximadamente 60 caminhões e 60 motoristas contratados sob o regime celetista para transporte de nossos produtos entre nossas lojas produtivas e nossos clientes. Durante os períodos das safras de soja, trigo e milho, nos quais adquirimos um volume maior de tais grãos, realizamos a contração de transportadoras terceirizadas para que possamos atender ao volume elevado de insumos, grãos e derivados que produzimos e devem ser transportados.

Gargalos, ineficiências logísticas e eventos adversos nos modais que utilizamos para receber insumos e transportar produtos, tais como condições precárias, bloqueios, roubos, furtos, acidentes, necessidade de adoção de rotas alternativas mais longas e custosas, greves ou paralisações (tais como a greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018), dentre outros, podem levar a atrasos no recebimento de insumos e entregas de produtos, efeitos adversos no fluxo de nosso processo produtivo e/ou o inadequado processamento de nossos produtos, o que pode impossibilitar que cumpramos com nossos compromissos e gerar custos adicionais de ineficiência e prejuízos financeiros e reputacionais, impactando negativamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

Demonstrações Financeiras da Tentos do Sul

Em 30 de novembro de 2020, incorporamos a Tentos do Sul ("Incorporação"), uma sociedade sob controle comum da Companhia, que atuava em Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, região com forte cultura do arroz e com crescimento exponencial da sojicultura.

Para uma melhor compreensão pelos investidores, tendo em vista a Incorporação, a Companhia anexou a este Prospecto as demonstrações financeiras da Tentos do Sul relativas aos exercícios sociais encerrados em 30 de novembro de 2019 e 31 de dezembro de 2019 e 2018. Para mais informações sobre a Incorporação e a Tentos do Sul, ver itens 2.3, 3.9, 6.3, 10.3, 10.9 e 15.7 do Formulário de Referência.

A Allianssa Auditores Associados S/S realizou a auditoria das demonstrações financeiras da Tentos do Sul, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com IFRS.

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES DA OFERTA, CONSULTORES E DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A.
Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial
CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul, RS
At.: Maurício Leonardo Hasson
Tel.: +55 ([55]) [3372-3700]
https: ri.3tentos.com.br

Acionistas Vendedores

Eduardo Augusto P. de Menezes Filho
Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial
CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul, RS

João Marcelo Dumoncel
Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial
CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul, RS

Luiz Osorio Dumoncel
Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial
CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul, RS

Maria Beatriz Dumoncel Hoff
Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial
CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul, RS

Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari
Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial
CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul, RS

Vania Margarida Dumoncel Martins
Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial
CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul, RS

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo – SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Telefone: (11) 3383-2000
Fax: (11) 3383-2001
www.btgpactual.com

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400, 18º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
www.merrilllynch-brasil.com.br

Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, nº 2.073, 16º andar
CEP 01311-920, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2073
www.corporateportal.brazil.citibank.com

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1.309, 10° andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
https://www.bradescobbi.com.br/

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 7º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. João Floriano
Tel.: +55 (11) 2767-6506
www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/

Assessores Legais Locais da Companhia e dos Acionistas Vendedores	Assessores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores
Tauil & Chequer Advogados Associado a Mayer Brown Avenida Juscelino Kubitschek, 1455 - 5º, 6º e 7º andares, Vila Nova Conceição 04543-011, São Paulo, SP At.: Carlos Motta e Rodolfo Tella Tel.: +55 (11) 2504-4210 https://www.tauilchequer.com.br/pt	**Mayer Brown LLP** 1221, Avenue of the Americas 10020-1001 New York, NY | EUA 04543-011, São Paulo, SP At.: David Bakst e Juan Pablo Moreno Tel.: +1 212 506-2551 https://www.mayerbrown.com/en
DC Associados Avenida das Nações Unidas, 14.401, Parque das Nações – Torre Tarumã, 23º andar, cj. 2307 04730-090, São Paulo, SP At.: Daniel Carneiro e Fátima Hasson Tel.: +55 (11) 2619-3899 https://dcassociados.com.br/	

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados Rua Funchal, 418, 11º andar CEP 04551-060, São Paulo, SP At.: Alexandre Barreto e Eduardo Abrantes Tel.: +55 (11) 3089-6507 www.cesconbarrieu.com.br	**Paul Hastings LLP** Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Torre D, 21º andar, CEP 04543-011, São Paulo, SP At.: David Flechner Tel.: +55 (11) 4765-3009 www.paulhastings.com

Auditores Independentes da Companhia

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Avenida Nilo Peçanha, 2.900, 9º andar, Chácara das Pedras
CEP 91330-001, Porto Alegre, RS
At.: Sr. Guilherme Ghidini
Tel.: +55 (51) 3204-5500
www.ey.com.br

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 171.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 19 e 90, respectivamente, deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Montante de até [•] ([•]) ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a até 20% (vinte por cento) da quantidade de Ações da Oferta Base (sem considerar as Ações Suplementares), das quais até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia e até [•] ([•]) Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 46 deste Prospecto Preliminar, que poderá ser acrescido à Oferta nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base.
Ações da Oferta Base	[•] ([•]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ([•]) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ([•]) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% ([•]) do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 40 deste Prospecto.

Ações Suplementares	Montante de até [•] ([•]) ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a até 15% da quantidade de Ações da Oferta Base, das quais até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia e até [•] ([•]) Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 46 deste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base, conforme opção a ser outorgada pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, terá o direito, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até trinta dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Agente Estabilizador ou Bank of America	O Bank of America, agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.
Agentes de Colocação Internacional	O BTG Pactual US Capital LLC, o BofA Securities, Inc., o Citigroup Global Markets Inc., o Bradesco Securities, Inc. e o UBS Securities, LLC, considerados em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado a 6 (seis) meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto, informando o resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.

Anúncio de Retificação

Anúncio a ser imediatamente divulgado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor quando da sua decisão de investimento, disponibilizados nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º, parágrafos 2º e 3º, do estatuto social da Companhia, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 19 de fevereiro de 2021, cujas atas foram arquivadas perante a JUCISRS sob o nº [•] e sob nº [•], respectivamente, e publicadas no DOERS e no Jornal do Comércio.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado pevisto em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será protocolada para arquivamento na JUCISRS e publicada no Jornal do Comércio na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOERS no dia útil subsequente.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e na fixação do Preço por Ação.

Atividade de Estabilização

Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Aviso ao Mercado	Aviso divulgado em [•], a ser novamente divulgado em [•], com a identificação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta e informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto.
Bank of America	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Capital Social	Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$400.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 400.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Citi	Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Três Tentos Agroindustrial S.A., celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Empréstimo	Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S.A., celebrado entre [•], o Agente Estabilizador na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S.A., celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa a ser celebrado entre a Companhia e a B3, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
Contrato de Prestação de Serviços	Contrato de prestação de serviços celebrado, nesta data, entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a B3.
Coordenador Líder ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Bank of America, o Citi, o Bradesco BBI e o UBS BB, considerados em conjunto.
Corretora	Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta" na página 52 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações da Oferta Base que deverá ser realizada dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações da Oferta Base aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (considerando as Ações Suplementares) serão destinados para (i) investimento em planta industrial a ser instalada no Estado do Mato Grosso; (ii) reforço de caixa e de capital de giro; (iii) investimento em abertura de novas unidades; e (iv) aquisições de empresas e/ou ativos do setor da Companhia. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores, inclusive o resultante do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 109 deste Prospecto e na seção 18 do Formulário de Referência a, a partir da página 687 deste Prospecto.

Distribuição Parcial	Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a aquisição da totalidade das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores de Varejo e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores de Varejo serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações objeto da Oferta", na página 94 deste Prospecto.
Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% (vinte por cento) sob o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores de Varejo, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta", na página 93 deste Prospecto.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.
Fatores de Risco	**Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 19 e 90 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.**

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar as Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concedido o registro da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais objeto de garantia firme de liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicada pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas no item 10 abaixo não estarão sujeitas a tais limites.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto e do Formulário de Referência que tratam sobre “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”.

Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores de Varejo, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de Restrição à Venda de Ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pela Companhia, seus Administradores, Acionistas Vendedores e atuais Acionistas Controladores.
Investidores Estrangeiros	Os (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores de Varejo, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), nos termos da Instrução da CVM 539 em todos os casos, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, bem como os Investidores Estrangeiros.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na B3, que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores de Varejo.

Investidores de Varejo *Lock-up*	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 50 (cinquenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, Ações que adquirirem no âmbito da Oferta de Varejo. Dessa forma, como condição para a participação na alocação prioritária da Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo da Oferta de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do prazo de 50 (cinquenta) dias de *Lock-up* da Oferta de Varejo *Lock-up*. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 92 deste Prospecto Preliminar.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início sob o código "[•]".
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo	Montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) do total das Ações (considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais) a ser destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores de Varejo que tenham realizado Pedido de Reserva.

Oferta de Varejo *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 8% (oito por cento) e, no máximo, 10% (dez por cento) do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up* (i) de até 8% (oito por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% (oito por cento) do total das Ações, a alocação, respeitando o montante mínimo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 2% (dois por cento) e, no máximo, 10% (dez por cento) do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (i) de até 2% (dois por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% (dois por cento) do total das Ações, a alocação, respeitando o montante mínimo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
Oferta Primária	A distribuição pública primária de, inicialmente, [•] ([•]) Ações, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] ([•]) Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada no Contrato de Colocação pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações da Oferta Base, exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta.

Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores de Varejo e por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo e durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Período de Colocação	Prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em [•] e se encerrará em [•], para efetuar a colocação das Ações.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•], inclusive, e [•], inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores de Varejo.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•], inclusive, e [•], inclusive, data esta que antecedeu em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores de Varejo que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM 505: (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à emissão, distribuição e aos Acionistas Vendedores, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional que desempenhem atividade de intermediação ou de suporte operacional; (iii) administradores, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou por Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, filhos menores e colaterais até o 2° (segundo) grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações que se encerrará: (i) em até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
Preço por Ação	No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa. O preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação, será fixado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junta a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding.* A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações**. Os Investidores de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações da Oferta Base. Nos termos do parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as respectivas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os Pedidos de Reserva feitos por Investidores de Varejo no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não serão cancelados. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado Secundário. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 93 deste Prospecto.

	Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S.A., incluindo o Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 400 e do Código ANBIMA, e quaisquer complementos, suplementos ou erratas ao mesmo.
Prospectos	Este Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Público Alvo da Oferta	Os Investidores de Varejo e os Investidores Institucionais.
Registro da Oferta	O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em [•] de [•] de 2021, estando a presente Oferta sujeita a prévio registro na CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” na página 68 deste Prospecto.
Resolução de Conflitos	Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas e seus Administradores se obrigaram a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre tais partes no que tange a Companhia, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem, nos termos deste último.

Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

A [Companhia, os membros de seu conselho de administração, membros da sua diretoria estatutária e os Acionistas Vendedores] ("Pessoas Sujeitas ao *Lock-up*") obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a celebrar os acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo período de [180 (cento e oitenta)] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais estes não poderão, direta ou indiretamente: (i) ofertar, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, outorgar qualquer opção ou direito para vender ou comprar, realizar venda a descoberto (*short sale*) ou de outro modo dispor ou outorgar quaisquer direitos relacionados às ações ordinárias de emissão da Companhia, ou quaisquer opções ou *warrants* para adquirir quaisquer ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por, ou que representam o direito de receber, ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam de propriedade, direta ou indireta, de quaisquer Pessoas Sujeitas ao *Lock-up* ou que tenham recentemente emitidos pela Companhia e detidos por quaisquer Pessoas Sujeitas ao *Lock-up* na data de celebração dos respectivos Instrumentos de *Lock-up* ou adquiridos posteriormente; (ii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer outro arranjo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade das ações ordinárias de emissão da Companhia ou de qualquer valor mobiliário conversível em, permutável por ou exercível em ações ordinárias de emissão da Companhia, independentemente se as referidas operações sejam liquidadas mediante entrega das ações ordinárias de emissão da Companhia ou de qualquer valor mobiliário conversível em, permutável por ou exercível em ações ordinárias de emissão da Companhia *warrants* ou outros direitos de compra de ações, se tal transação deve ser liquidada mediante entrega de ações ou outros títulos, em moeda corrente nacional ou de qualquer outra forma; (iii) fazer qualquer demanda para ou exercer qualquer direito com relação ao registro dos valores mobiliários sujeitos ao *Lock-up*, nos termos do *Securities Act* ou da lei brasileira; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).

	As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses descritas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, bem como nas hipóteses descritas nos Instrumentos de *Lock-up*, incluindo: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do Instrumento de *Lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de *Lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que antes de tal transferência, o *trust* declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do Instrumento de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, das Pessoas Sujeitas ao *Lock-up*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo beneficiário declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do Instrumento de *Lock-up*; (iv) venda de ações por quaisquer Acionistas Vendedores divulgadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo ou transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de *Lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações ordinárias de emissão da Companhia para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Estabilização; [(v) entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia nos termos dos Planos de Concessão de Ações aprovados em Assembleias Gerais da Companhia, bem como o exercício de qualquer opção de ações por seus beneficiários;] e (vi) autorização pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agente de Colocação Internacional.
UBS BB	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), nos termos da Instrução da CVM 539, aplicável aos Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo.
Valor Total da Oferta da Oferta Base	R$[•] ([•]), considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$400.000.000,00, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, representado por 400.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de R$5.000.000.000,00, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1][2]**
Ações ordinárias	400.000.000	R$400.000.000,00	[•]	[•]
Total.....	**400.000.000**	**R$400.000.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1][2]**
Ações ordinárias	400.000.000	R$400.000.000,00	[•]	[•]
Total.....	**400.000.000**	**R$400.000.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Suplementares, mas sem considerar a colocação das Ações Adicionais, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
Ações ordinárias	400.000.000	R$400.000.000,00	[•]	[•]
Total	**400.000.000**	**R$400.000.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
Ações ordinárias	400.000.000	R$400.000.000,00	[•]	[•]
Total	**400.000.000**	**R$400.000.000,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões e despesas.

Após a realização da Oferta, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado.

Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% (cinco por cento) ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelos membros Administração e Acionistas Vendedores, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
ALD Participações Ltda.	71.129.452	17,782%	[•]	[•]
JM Participações Ltda.	71.129.452	17,782%	[•]	[•]
Celeiro Participações Ltda.	30.164.845	7,541%	[•]	[•]
KDUH Participações Ltda.	30.164.845	7,541%	[•]	[•]
DUMTAG Participações Ltda.	30.164.845	7,541%	[•]	[•]
Boaventura Participações Ltda.	7.200.000	1,800%	[•]	[•]
Luis Osório Dumoncel	47.458.435	11,865%	[•]	[•]
João Marcelo Dumoncel	47.458.435	11,865%	[•]	[•]
Vania Margarida Dumoncel Martins	20.109.897	5,027%	[•]	[•]
Maria Beatriz Dumoncel Hoff	20.109.897	5,027%	[•]	[•]
Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari	20.109.897	5,027%	[•]	[•]
Eduardo Augusto P. de Menezes Filho	4.800.000	1,200%	[•]	[•]
Ações em tesouraria	-	-	[•]	[•]
Ações em Circulação	-	-	[•]	[•]
Total	**400.000.000**	**100,00%**	**[•]**	**100,00**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 656 deste Prospecto.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
ALD Participações Ltda.	71.129.452	17,782%	[•]	[•]
JM Participações Ltda.	71.129.452	17,782%	[•]	[•]
Celeiro Participações Ltda.	30.164.845	7,541%	[•]	[•]
KDUH Participações Ltda.	30.164.845	7,541%	[•]	[•]
DUMTAG Participações Ltda.	30.164.845	7,541%	[•]	[•]
Boaventura Participações Ltda.	7.200.000	1,800%	[•]	[•]
Luis Osório Dumoncel	47.458.435	11,865%	[•]	[•]
João Marcelo Dumoncel	47.458.435	11,865%	[•]	[•]
Vania Margarida Dumoncel Martins	20.109.897	5,027%	[•]	[•]
Maria Beatriz Dumoncel Hoff	20.109.897	5,027%	[•]	[•]
Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari	20.109.897	5,027%	[•]	[•]
Eduardo Augusto P. de Menezes Filho	4.800.000	1,200%	[•]	[•]
Ações em tesouraria	-	-	[•]	[•]
Ações em Circulação	-	-	[•]	[•]
Total	**400.000.000**	**100,00%**	**[•]**	**100,00**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 656 deste Prospecto.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
ALD Participações Ltda.	71.129.452	17,782%	[•]	[•]
JM Participações Ltda.	71.129.452	17,782%	[•]	[•]
Celeiro Participações Ltda.	30.164.845	7,541%	[•]	[•]
KDUH Participações Ltda.	30.164.845	7,541%	[•]	[•]
DUMTAG Participações Ltda.	30.164.845	7,541%	[•]	[•]
Boaventura Participações Ltda.	7.200.000	1,800%	[•]	[•]
Luis Osório Dumoncel	47.458.435	11,865%	[•]	[•]
João Marcelo Dumoncel	47.458.435	11,865%	[•]	[•]
Vania Margarida Dumoncel Martins	20.109.897	5,027%	[•]	[•]
Maria Beatriz Dumoncel Hoff	20.109.897	5,027%	[•]	[•]
Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari	20.109.897	5,027%	[•]	[•]
Eduardo Augusto P. de Menezes Filho	4.800.000	1,200%	[•]	[•]
Ações em tesouraria	-	-	[•]	[•]
Ações em Circulação	-	-	[•]	[•]
Total	**400.000.000**	**100,00%**	**[•]**	**100,00**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 656 deste Prospecto.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
ALD Participações Ltda.	71.129.452	17,782%	[•]	[•]
JM Participações Ltda.	71.129.452	17,782%	[•]	[•]
Celeiro Participações Ltda.	30.164.845	7,541%	[•]	[•]
KDUH Participações Ltda.	30.164.845	7,541%	[•]	[•]
DUMTAG Participações Ltda.	30.164.845	7,541%	[•]	[•]
Boaventura Participações Ltda.	7.200.000	1,800%	[•]	[•]
Luis Osório Dumoncel	47.458.435	11,865%	[•]	[•]
João Marcelo Dumoncel	47.458.435	11,865%	[•]	[•]
Vania Margarida Dumoncel Martins	20.109.897	5,027%	[•]	[•]
Maria Beatriz Dumoncel Hoff	20.109.897	5,027%	[•]	[•]
Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari	20.109.897	5,027%	[•]	[•]
Eduardo Augusto P. de Menezes Filho	4.800.000	1,200%	[•]	[•]
Ações em tesouraria	-	-	[•]	[•]
Ações em Circulação	-	-	[•]	[•]
Total	**400.000.000**	**100,00%**	**[•]**	**100,00**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas, ou grupo de acionistas, titulares de mais de 5% (cinco por cento) do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência, na página 656 deste Prospecto.

Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos

Segue abaixo descrição dos Acionistas Vendedores:

Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG nº 5018486431 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.569.890-16, com endereço comercial na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000 ("Eduardo").

João Marcelo Dumoncel, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 7038585464 (SSP-RS), inscrito no CPF/ME sob o nº 616.400.420-91, com endereço comercial na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000 ("João").

Luiz Osorio Dumoncel, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, médico veterinário, portador da cédula de identidade RG nº 2016581056 (SSP-RS), inscrito no CPF/ME sob o nº 463.873.310-72, com endereço comercial na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000 ("Luiz").

Maria Beatriz Dumoncel Hoff, brasileira, casada pelo regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 2.008.176.774 (SSP-RS), inscrita no CPF/ME sob nº 835.179.281-00, com endereço comercial na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000 ("Maria").

Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari, brasileira, casada pelo regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 2.838.800 (SSP-DF), inscrita no CPF/ME sob nº 636.126.901-91, com endereço comercial na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000 ("Rosalba").

Vânia Margarida Dumoncel Martins, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 1494007 (SSP-DF), inscrita no CPF/ME sob o nº 698.047.531-20, com endereço comercial na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000 ("Vânia").

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item “15. Controle” do Formulário de Referência, na página 656 deste Prospecto.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá: (i) na distribuição primária de, inicialmente, [•] ([•]) novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) na distribuição secundária de, inicialmente, [•] ([•]) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá (sem considerar as Ações Suplementares), a critério da [Companhia e dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até [•] Ações, [das quais até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia e até [•] ([•]) Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores], na proporção indicada neste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) de Ações da Oferta Base, ou seja, em até [•] Ações, [das quais até [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia e até [•] ([•]) Ações e de titularidade dos Acionistas Vendedores], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base, conforme opção outorgada pelos Acionistas Vendedores e pela Companhia ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até trinta dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas vendedores seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente adquiridas e liquidadas no Brasil, em reais, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do estatuto social da Companhia, bem como seus termos e condições, foram aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 19 de fevereiro de 2021, cujas atas foram arquivadas perante a JUCISRS sob o nº [•] e sob nº [•], respectivamente, e publicadas no DOERS e no Jornal do Comércio.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão do registro da Oferta pela CVM, cuja ata será protocolada para arquivamento na JUCISRS e publicada no Jornal do Comércio na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOERS, no dia útil subsequente.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e na fixação do Preço por Ação.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço no Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificável, na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Após a realização da Oferta (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares da Oferta), um montante de até [•] Ações de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Suplementares da Oferta, um montante de até [•] Ações de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção "Informações Sobre a Oferta – Composição do Capital Social", na página 40 deste Prospecto.

Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)			*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Eduardo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Luiz	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
João	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria Beatriz	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Rosalba	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Vania	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)			*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Eduardo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Luiz	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
João	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria Beatriz	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Rosalba	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Vania	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)			*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Eduardo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Luiz	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
João	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria Beatriz	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Rosalba	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Vania	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões e Despesas	Recursos Líquidos[2][3]
		(R$)			*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Eduardo	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Luiz	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
João	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Maria Beatriz	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Rosalba	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Vania	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. Para informações detalhadas sobre as despesas, veja a seção "***Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com parte significativa dos custos e despesas da Oferta, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da Oferta***" constante na página 97 deste Prospecto.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9][10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas da Oferta[11][12]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas[13]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo que, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um dos Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporação das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) Os Acionistas Vendedeores arcarão com as despesas relativas à seus assessores legais e consultores para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(11) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(13) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9][10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta[11][12]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas[13]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo que, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um dos Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporação das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) Os Acionistas Vendedeores arcarão com as despesas relativas à seus assessores legais e consultores para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(11) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(13) Considerando a colocação das Ações Adicionais e sem levar em consideração a colocação das Ações Suplementares.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9][10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta[11][12]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas[13]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo que, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um dos Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporação das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) Os Acionistas Vendedeores arcarão com as despesas relativas à seus assessores legais e consultores para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(11) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(13) Considerando a colocação das Ações Suplementares e sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9][10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta[11][12]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo que, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e para cada um dos Acionistas Vendedores tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporação das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) Os Acionistas Vendedeores arcarão com as despesas relativas à seus assessores legais e consultores para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(11) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

As Instituições Consorciadas serão convidadas pelos Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, para participar da colocação das Ações.

Público Alvo

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores de Varejo, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva; e (ii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data[1]
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	19 de fevereiro de 2021
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar	[•] de [•] de 2021
3.	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•] de [•] de 2021
4.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
5.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
6.	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2021
7.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•] de [•] de 2021
8.	Concessão dos registros da Oferta e da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização deste Prospecto Definitivo	[•] de [•] de 2021
9.	Início de negociação das Ações no Novo Mercado Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•] de [•] de 2021
10.	Data de Liquidação	[•] de [•] de 2021
11.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	[•] de [•] de 2021
12.	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares	[•] de [•] de 2021
13.	Data de Encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2021
14.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado, para aquisição das Ações que somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

A Companhia e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data deste Prospecto e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer Anúncios de Retificação serão informados por meio de divulgação de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para informações sobre "Procedimento de Distribuição na Oferta", "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Inadequação da Oferta" nas páginas 53, 62 e 68 deste Prospecto.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta destinada aos Investidores de Varejo; e (ii) uma oferta destinada aos Investidores Institucionais, conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com a Instrução CVM 539 e com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

O público alvo da Oferta consiste em:

(i) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* e da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, conforme o caso, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) por investidor, nos termos da Instrução da CVM 539; e

(iii) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores de Varejo, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discriocionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), nos termos da Instrução da CVM 539, em todos os casos, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, bem como os Investidores Estrangeiros.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à emissão, distribuição e aos Acionistas Vendedores, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional que desempenhem atividade de intermediação ou de suporte operacional; (iii) administradores, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional atinentes à Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou por Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, filhos menores e colaterais até o 2° (segundo) grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações por parte dos Investidores de Varejo e dos Investidores Institucionais a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidos de Varejo serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações objeto da Oferta", na página 94 deste Prospecto.

Contratação de Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e ao Acionista Vendedor a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores de Varejo que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico destinado à subscrição/aquisição de Ações, em caráter irrevogável e irretratável, no âmbito da Oferta de Varejo junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período compreendido entre [•], inclusive, e [•], inclusive, ou, no caso de Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, durante o período compreendido entre [•], inclusive, e [•], inclusive, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva dos Investidores de Varejo, nas condições descritas abaixo. Nos termos da Deliberação CVM nº 860, de 22 de julho de 2020 ("Deliberação CVM 860"), com respaldo no parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, no caso de a reserva antecipada efetuada pelo referido Investidor de Varejo vir a ser efetivamente alocada no contexto da Oferta de Varejo, o Pedido de Reserva preenchido por referido Investidor de Varejo passará a ser o documento de aceitação de que trata a Deliberação CVM 860 por meio do qual referido Investidor de Varejo aceitou participar da Oferta e subscrever e integralizar as Ações que vierem a ser a ele alocadas.

Os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, o qual terminará em data que antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding,* sendo que aqueles que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Ações da Oferta Base, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas e que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, não terão seus Pedidos de Reserva cancelados, mesmo no caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações da Oferta Base.

No contexto da Oferta de Varejo e considerando o esforço mínimo de dispersão acionária previsto no artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, e de, no máximo, 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, será destinado, prioritariamente, à colocação pública junto a Investidores de Varejo que tenham realizado Pedido de Reserva, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado neste item:

(a) o montante de, no mínimo, 8% (oito por cento) e, no máximo, 10% (dez por cento) do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up* (i) de até 8% (oito por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% (oito por cento) do total das Ações, a alocação, respeitando o montante mínimo estabelecido nesta alínea "a", será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio ("Oferta de Varejo *Lock-up*"); e

(b) o montante de, no mínimo, 2% (dois por cento) e, no máximo, 10% (dez por cento) do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (i) de até 2% (dois por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% (dois por cento) do total das Ações, a alocação, respeitando o montante mínimo estabelecido nesta alínea "b", será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio ("Oferta de Varejo Sem *Lock-up*").

OS INVESTIDORES DE VAREJO QUE ADERIREM À OFERTA DE VAREJO NÃO PARTICIPARÃO DO PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING*, E, PORTANTO, NÃO PARTICIPARÃO DA FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO.

Lock-up da Oferta de Varejo

Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 50 (cinquenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*. Dessa forma, como condição para participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Nesse caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

CASO O PREÇO DE MERCADO DAS AÇÕES VENHA A CAIR E/OU OS INVESTIDORES DE VAREJO *LOCK-UP* POR QUAISQUER MOTIVOS VENHAM A PRECISAR DE LIQUIDEZ DURANTE O PERÍODO DE *LOCK-UP* DA OFERTA DE VAREJO APLICÁVEL E TENDO EM VISTA IMPOSSIBILIDADE DAS AÇÕES DA OFERTA DE VAREJO *LOCK-UP* SEREM TRANSFERIDAS, EMPRESTADAS, ONERADAS, DADAS EM GARANTIA OU PERMUTADAS, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, TAIS RESTRIÇÕES PODERÃO CAUSAR-LHES PERDAS. PARA MAIORES INFORMAÇÕES, VEJA A SEÇÃO FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES – OS INVESTIDORES DE VAREJO *LOCK-UP*, DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERIR, EMPRESTAR, ONERAR, DAR EM GARANTIA OU PERMUTAR, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, A TOTALIDADE DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA DE SUA TITULARIDADE APÓS A LIQUIDAÇÃO DA OFERTA, PODERÃO INCORRER EM PERDAS EM DETERMINADAS SITUAÇÕES", DESTE PROSPECTO PRELIMINAR.

Procedimentos dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados por Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (b), (c), (e), e nas seções "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta" e "Violação de Normas de Conduta", a partir das páginas 62 e 65, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, nos termos da Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005, conforme alterada ("Deliberação CVM 476"), durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva. **Cada Investidor de Varejo, no momento da realização do seu respectivo Pedido de Reserva, deverá certificar-se da adequação do seu investimento ao seu perfil de risco, considerando que investimentos realizados acima de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) são usualmente recomendáveis para investidores qualificados nos termos da Instrução CVM 539**;

(b) **o Investidor de Varejo que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de, não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo tais Pedidos de Reserva automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(c) cada Investidor de Varejo poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3°, do artigo 45, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os eventuais valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data do cancelamento do Pedido de Reserva pela Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada;

(d) após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser adquirida e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo serão informados a cada Investidor de Varejo, pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, até às 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvada a possibilidade de rateio prevista nas alíneas (h) e (i) abaixo;

(e) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado na alínea (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até às 10:30 horas da Data de Liquidação (conforme definido no item 6 abaixo). Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo, e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, de acordo com o Contrato de Colocação, desde que efetuado o pagamento previsto na alínea (e) acima, a cada Investidor de Varejo, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no item 7 abaixo, as possibilidades de cancelamento previstas nas alíneas (b), (c) e (e) acima e item 11 abaixo e a possibilidade de rateio prevista nas alíneas (h) e (i) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração;

(g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores de Varejo integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores de Varejo destinadas a Investidores Institucionais, nos termos descritos no item 5.2 abaixo;

(h) caso o total das Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock*-up, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observados os limites previstos no item acima; ou (ii) exceda o montante de Ações destinado à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*"). Caso haja Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação de comunicado neste sentido. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores de Varejo *Lock-up* poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores de Varejo *Lock-up* possam ser, total ou parcialmente, atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

(i) caso o total das Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock*-up, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observados os limites previstos acima; ou (ii) exceda o montante de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*"). Caso haja Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação de comunicado neste sentido. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores de Varejo Sem *Lock-up* poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* possam ser, total ou parcialmente, atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item; e

(j) os Investidores de Varejo interessados em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de ser considerado um Investidor da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* e não participar da Oferta de Varejo *Lock-up.*

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja a seção "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta", a partir da página 62 deste Prospecto.

Os Investidores de Varejo deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento aqui descrito.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores de Varejo titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor de Varejo.

Recomenda-se aos Investidores de Varejo interessados na realização dos Pedidos de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes, deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções "Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 19 e 90, respectivamente, bem como as seções "4.1. Fatores de Risco" e "4.2 Riscos de Mercado do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, até o limite estabelecido, as Ações remanescentes são destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM 860, a subscrição ou aquisição das Ações será formalizada por meio do sistema de registro da B3, tendo sido dispensada a apresentação do boletim de subscrição/contrato de compra e venda. Adicionalmente, cada uma das Instituições Participantes da Oferta poderá adotar documento de aceite que entenda adequado e os procedimentos que julgue necessários de modo a conferir adequado grau de formalização deste, observado o disposto na Deliberação CVM 860.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos da Lei nº 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações da Oferta Base. Nos termos do parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo tais ordens de investimento automaticamente canceladas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

A participação dos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 93 deste Prospecto Preliminar.

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será: (i) de até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o segundo dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início em conformidade com o parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação", na página 63 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e nos Acionistas Vendedores e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, seus Administradores, Acionistas Vendedores e atuais Acionistas Controladores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obriga a Companhia, bem como obriga os Acionistas Vendedores, a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil", na página 94 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 70 deste Prospecto.

Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores de Varejo, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% (vinte por cento) do preço inicialmente indicado considerando um preço por Ação que seja o resultante da aplicação de 20% (vinte por cento) sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante da aplicação de 20% (vinte por cento) deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do parágrafo 1º, artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores de Varejo desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta serão imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações Adicionais” a partir da página 68 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor de Varejo está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor de Varejo já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor de Varejo que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor de Varejo poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até às 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor de Varejo, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Caso o Investidor de Varejo não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.

Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta, (ii) resilição do Contrato de Colocação, (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor de Varejo sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após a divulgação do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações da Oferta Base e das Ações Adicionais (sem considerar as Ações Suplementares) em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

Coordenador da Oferta	Quantidade	Percentual (%)
Coordenador Líder	[•]	[•]
Bank of America	[•]	[•]
Citi	[•]	[•]
Bradesco BBI	[•]	[•]
UBS BB	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar as Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais que tenham sido adquiridas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. As Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que forem concedidos os registros da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado este Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais, objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas ou liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicada pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, na hipótese de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em alienar tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização.

Estabilização dos Preços das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de divulgação do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção “Informações Adicionais” a partir da página 68 deste Prospecto.

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, pelas Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termo de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá ter suspenso, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva e/ou contratos de compra e venda de ações cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, na proporção de sua participação no capital social da Companhia, não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo Conselho de Administração;

(c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(d) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

(e) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(f) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelo(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores;

(g) no caso de liquidação da Companhia, direito de participar do acervo da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(h) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início, na proporção da sua participação no capital social da Companhia;

(i) direito de retirada dos acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, considerados os termos, hipóteses e exceções previstos na Lei das Sociedades por Ações; e

(j) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo estatuto social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção 18 do Formulário de Referência partir da página 687 deste Prospecto.

Negociação das Ações na B3

A partir do dia útil seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão listadas no segmento Novo Mercado da B3.

A Companhia celebrará, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia deverá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.

Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)

A [Companhia, os membros de seu conselho de administração, membros da sua diretoria estatutária e os Acionistas Vendedores] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a celebrar os acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo período de [180 (cento e oitenta)] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais estes não poderão, direta ou indiretamente: (i) ofertar, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, outorgar qualquer opção ou direito para vender ou comprar, realizar venda a descoberto (*short sale*) ou de outro modo dispor ou outorgar quaisquer direitos relacionados às ações ordinárias de emissão da Companhia, ou quaisquer opções ou *warrants* para adquirir quaisquer ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por, ou que representam o direito de receber, ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam de propriedade, direta ou indireta, de quaisquer Pessoas Sujeitas ao *Lock-up* ou que tenham recentemente emitidos pela Companhia e detidos por quaisquer Pessoas Sujeitas ao *Lock-up* na data de celebração dos respectivos Instrumentos de *Lock-up* ou adquiridos posteriormente; (ii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer outro arranjo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade das ações ordinárias de emissão da Companhia ou de qualquer valor mobiliário conversível em, permutável por ou exercível em ações ordinárias de emissão da Companhia, independentemente se as referidas operações sejam liquidadas mediante entrega das ações ordinárias de emissão da Companhia ou de qualquer valor mobiliário conversível em, permutável por ou exercível em ações ordinárias de emissão da Companhia *warrants* ou outros direitos de compra de ações, se tal transação deve ser liquidada mediante entrega de ações ou outros títulos, em moeda corrente nacional ou de qualquer outra forma; (iii) fazer qualquer demanda para ou exercer qualquer direito com relação ao registro dos valores mobiliários sujeitos ao *Lock-up*, nos termos do *Securities Act* ou da lei brasileira; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses descritas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, bem como nas hipóteses descritas nos Instrumentos de *Lock-up*, incluindo: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do Instrumento de *Lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de *Lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que antes de tal transferência, o *trust* declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do Instrumento de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, das Pessoas Sujeitas ao *Lock-up*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo beneficiário declare por escrito estar vinculado e de acordo com os termos do Instrumento de *Lock-up*; (iv) venda de ações por quaisquer Acionistas Vendedores divulgadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo ou transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de *Lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações ordinárias de emissão da Companhia para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Estabilização; [(v) entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia nos termos dos Planos de Concessão de Ações aprovados em Assembleias Gerais da Companhia, bem como o exercício de qualquer opção de ações por seus beneficiários;] e (vi) autorização pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agente de Colocação Internacional.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações de emissão da Companhia. Para mais informações sobre os riscos relacionados à venda de volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o fator de risco "A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive por seus Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia", na seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar.

Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é Banco Bradesco S.A.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações adicionais

A aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia", a partir das páginas 90 e 19, respectivamente, bem como as seções "4.1. Fatores de Risco" e "4.2 Riscos de Mercado" do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

COMPANHIA

Três Tentos Agroindustrial S.A.
Avenida Principal, n° 187, Distrito Industrial
CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul, RS
At.: Maurício Leonardo Hasson
Tel.: ([55]) [3372-3700]
ri.3tentos.com.br ([•])

COORDENADORES DA OFERTA

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Três Tentos Agroindustrial S.A.", clicar em "Prospecto Preliminar").

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400, 18º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
https://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Prospectos", clicar no item "Três Tentos Agroindustrial S.A." e, a seguir, clicar no título do documento correspondente).

Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar
CEP 01311-920, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2073
https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, acessar "Três Tentos Agroindustrial S.A." e, a seguir, clicar em "2021", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, acessar o link do "Prospecto Preliminar").

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1.309, 10° andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website*, acessar "IPO Três Tentos Agroindustrial S.A." e, posteriormente, acessar o link do "Prospecto Preliminar").

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 7º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. João Floriano
Tel.: +55 (11) 2767-6506
https://www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html (neste *website*, acessar "Três Tentos Agroindustrial S.A." e, a seguir, acessar o link do "Prospecto Preliminar").

Instituições Consorciadas

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*:

(i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br, neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primária", clicar no item "Ações", depois, na tabela "Oferta Inicial (IPO)", clicar em "Volume em R$" e, então, acessar o link referente a "Três Tentos Agroindustrial S.A.", e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e

(ii) B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-paraemissores/ofertas-publicas/ – neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Três Tentos Agroindustrial S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar".

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO, DA CVM E DA B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta.

COMPANHIA

Três Tentos Agroindustrial S.A.

ri.3tentos.com.br ([neste *website*, acessar "Informações aos Investidores" e, a seguir, clicar no título do documento correspondente]).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco BTG Pactual S.A.
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações da Três Tentos Agroindustrial S/A.", clicar no título do documento correspondente).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
https://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Prospectos", clicar no item "Três Tentos Agroindustrial S.A." e, a seguir, clicar no título do documento correspondente).

Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, acessar "Três Tentos Agroindustrial S.A." e, a seguir, clicar em "2021", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, a seguir, clicar no título do documento correspondente).

Banco Bradesco BBI S.A.
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website,* acessar "IPO Três Tentos" e, a seguir, clicar no título do documento correspondente).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
https://www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html (neste *website*, acessar "Três Tentos Agroindustrial S.A." e, a seguir, clicar no título do documento correspondente).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar em "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Secundárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Secundárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente ao "Três Tentos Agroindustrial S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Definitivo disponível); e (ii) **B3** (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/ofertaspublicas/ofertas-em-andamento/ – neste *website* acessar "Empresas", depois clicar em "Três Tentos Agroindustrial S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" A PARTIR DA PÁGINA 19 E 90 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em [•] de [•] de 2021.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações. A Oferta não é destinada a investidores que busquem retorno de curto prazo e/ou necessitem de liquidez em seus investimentos.

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "*Brazil's Equity House of the Year*", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "*World's Best Equity House*" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "*Best Equity House Latin America*" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "*Best Investment Bank*" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "*#1 Equity Research Team Latin America*" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de follow-on do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de follow-on das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: follow-on de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de gerdau, a qual foi registrada no brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do follow-on de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do follow-on de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no follow-on da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do follow-on de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos follow-ons da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do re-IPO da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e follow-on das seguintes companhias: Banco Pan, Singia, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King.

Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris, Alphaville, Rede D'or e 3R Petroleum.

Em 2021, o BTG Pactual participou do *follow-on* do próprio BTG Pactual, Light, BrasilAgro, PetroRio e Locaweb, assim como do IPO da HBR Realty, Vamos, Intelbras, Bemobi, Jalles Machado, Cruzeiro do Sul, Westwing e Orizon.

Bank of America

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 400 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

Citi

O Citi possui um comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui mais de 200 anos de história e está presente em mais de 98 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões.

O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história. O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados. Com know-how internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com mais de 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), entre outros.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R$120,2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011. Além disso, participou, nos últimos anos, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da Redecard S.A., no montante de R$2,2 milhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R$836 milhões (julho de 2009); EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R$442 milhões (novembro de 2009); Hypermarcas S.A., no montante de R$1,2 bilhão (abril de 2010); Banco do Brasil S.A., no montante de R$9,8 bilhões (agosto de 2010); HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R$2,4 bilhões (outubro de 2010); BTG Pactual S.A., no montante de R$3,2 bilhões (abril de 2012); Brazil Pharma S.A., no montante de R$481 milhões (junho de 2012); SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R$143,8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R$11,5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R$5,5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R$2,6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R$1,5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R$2,0 bilhões (abril de 2017), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Azul S.A., no montante de R$1,2 bilhão (setembro de 2017), (iii) coordenador no Re-IPO de Eneva S.A., no montante de R$876 milhões (outubro de 2017) e (iv) coordenador líder e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$5,0 bilhões (dezembro de 2017).

Em 2018, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão do Banco Inter S.A., no montante de R$656 milhões (abril de 2018); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2018); (iii) coordenador líder da oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., no montante de R$1,2 bilhões (junho de 2018); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$5,1 bilhões (outubro de 2018); (v) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3,0 bilhões (dezembro de 2018) e (vi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1,4 bilhões (dezembro de 2018).

Em 2019, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$3,0 bilhões (abril); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., no montante de R$1,1 bilhões (abril de 2019); (iii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2,7 bilhões (abril de 2019); (iv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Neoenergia S.A., no montante de R$3,7 bilhões (junho de 2019); (v) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da de Light S.A., no montante de R$2,5 bilhões (julho de 2019); (vi) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R$7,4 bilhões (julho de 2019); (vii) coordenador e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da de Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$9,6 bilhões (julho de 2019); (viii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do PagSeguro Digital Ltd., no montante de R$2,7 bilhões (outubro de 2019); (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da C&A Modas S.A., no montante de R$1,8 bilhões (outubro de 2019); (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$9,3 bilhões (dezembro de 2019); (xi) coordenador na oferta pública de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$5,0 bilhões (dezembro de 2019) e (xii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1,8 bilhões (dezembro de 2019).

Em 2020, o Citi atuou como coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no montante de R$22,0 bilhões (fevereiro de 2020); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$4,4 bilhões (julho de 2020); (iii) coordenador global na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Stone Pagamentos S.A., no montante de R$8,2 bilhões (agosto de 2020); (iv) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Rumo S.A., no montante de R$6,4 bilhões (agosto de 2020); (v) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Hidrovias do Brasil S.A., no montante de R$3,4 bilhões (setembro de 2020); (vi) coordenador global na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Boa Vista Serviços S.A., no montante de R$2,2 bilhões (setembro de 2020); (vii) coordenador na oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Natura & Co. Holding S.A., no montante de R$5,6 bilhões (outubro de 2020); (viii) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A., no montante de R$1,1 bilhão (novembro de 2020); (ix) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3,8 bilhões (dezembro de 2020); (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Rede D'Or Sao Luiz S.A., no montante de R$11,4 bilhões (dezembro de 2020) e (xi) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Neogrid Software S.A., no montante de R$486 milhões (dezembro de 2020).

Em 2021, o Citi atuou como coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Light S.A., no montante de R$2,7 bilhões (janeiro de 2021).

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2020 os prêmios *"Melhor Banco de Investimentos da América Latina"* e *"Melhor Banco de Investimentos em Renda Fixa da América Latina"*, pela Institutional Investor.

- Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs *(Initial Public Offerings*) e Follow-ons que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

- O Bradesco BBI apresentou presença significativa no mercado de capitais brasileiro no primeiro semestre de 2020, tendo participado em 11 de 13 ofertas realizadas na B3. Participou como *joint bookrunner* no Follow-on da Minerva Foods, no montante de R$1.235 milhões, joint bookrunner no Follow-on de Ânima Educação, no montante de R$1.100 milhões, joint bookrunner no Follow-on de Positivo Tecnologia, no montante de R$354 milhões, joint bookrunner no IPO de Mitre, no montante de R$1.053 milhões, joint bookrunner no Follow-on de Petrobras, no montante de R$22.026 milhões, joint bookrunner no Follow-on de Cogna Educação, no montante de R$2.556 milhões, joint bookrunner no IPO de Moura Dubeux, no montante de R$1.105 milhões, joint bookrunner no IPO de Estapar, no montante de R$345 milhões, coordenador líder do Follow-on de Centauro, no montante de R$900 milhões, coordenador líder do Follow-on da Via Varejo, no montante de R$4.455 milhões, joint bookrunner do Follow-on do Banco BTG Pactual, no montante de R$2.651 milhões.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o primeiro semestre com grande destaque em renda fixa. Participou de 76 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$58,3 bilhões originados.

- No primeiro semestre do ano de 2020, o Bradesco BBI assessorou 9 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R$14 bilhões, tendo como destaque: (i) assessoria a AES Tietê na condução de todo o processo envolvendo a oferta da Eneva, (ii) assessoria à Hypera na aquisição do portfólio de ativos Brasil da Takeda, (iii) assessoria à OTP na venda das concessionárias de rodovia: CBN, CRA e CRC, para a Monte Equity Partners e (iv) assessoria ao Grupo Festval na aquisição de lojas do GPA em Curitiba.

O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Conta com uma rede de 3.816 agências, 4.300 unidades dedicadas exclusivamente à realização de negócios e relacionamento com clientes ("PAs" – postos de atendimento), 877 Postos de Atendimento Eletrônico ("PAEs") e 40.835 unidades Bradesco Expresso (correspondentes bancários), além de milhares de equipamentos de autoatendimento.

UBS BB

O UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS e do Banco do Brasil, incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como em outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para seus clientes o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, *research* de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em Corporate Banking. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, *project finance* e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurique, na Suíça, e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: *Wealth Management, Investment Bank, Personal & Corporate Banking e Asset Management*, e detém mais de US$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, "*Best Global Investment Bank*" e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, "Best M&A Bank" pela Global Finance. O UBS também foi nomeado "*Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings*" nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, "Most Innovative Bank for M&A" pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como "*Best Bank for Swiss Francs*", "*Best Equity Bank for Western Europe*" e "*Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore*". Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria "*Bank of the Year*" como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de Private Banking que foi reconhecida como "*Best Global Private Bank*" pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria "Bancos" do Prêmio Top of Mind 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, a incorporação do Grupo Reserva pela Arezzo &Co, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Também desempenhou também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, JSL, Pague Menos, Grupo Mateus, Enjoei, entre outras.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R$25,1 bilhões e 10,9% de *market share*, encerrando o período em 4º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R$6,4 bilhões.

No mercado externo, participou da emissão de US$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2019. A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro possui o seguinte relacionamento com a Companhia:

- A Companhia, enquanto cedente, realizou operações de cessão de direitos creditórios futuros com o Coordenador Líder, que figura como cessionário, cujos direitos de crédito foram gerados em face da Petroleo Brasileiro S.A. Tais operações foram realizadas entre 09 de junho de 2020 e 14 de dezembro de 2020 com datas de vencimento entre 18 de junho de 2020 e 04 de janeiro de 2021 e datas de desembolso entre 09 de junho de 2020 e 14 de dezembro de 2020. Os valores dos recebíveis variam entre aproximadamente R$105,580 mil e R$369,983 mil e os valores de desembolso variam entre aproximadamente R$105,311 mil e R$369,332 mil. As taxas de desconto das respectivas operações variam entre aproximadamente 0.03% e 0.06%

Além do relacionamento descrito acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participou de (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo o grupo econômico da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades. A Companhia poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia) de emissão da Companhia e/ou eventualmente possuem, diretamente ou por fundos de investimento administrados ou geridos por tais sociedades, valores mobiliários de emissão da, e/ou lastreados em créditos originados pela, Companhia e, sendo que: (i) em nenhum caso tais negociações ou aquisições envolveram participações que atingiram nos últimos 12 meses, 5% do capital social ou do total de ações de emissão da Companhia de qualquer espécie ou classe; e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em mercados organizados a preços e condições de mercado. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se compromterão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir Ações como forme de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America

Na data deste Prospecto, à exceção do relacionamento relativo à Oferta, o Bank of America não possui relacionamento comercial com a Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento relevante com o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro. Entretanto, a Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bank of America no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de total *return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 96 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bank of America ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Citi

Na data deste Prospecto, à exceção do relacionamento relativo à Oferta, o Citi possui o seguinte relacionamento comercial com a Companhia:

- Operação de Financiamento na modalidade de Nota de Crédito à Exportação (NCE) contratada pela Companhia junto ao Citi ou sociedades do seu grupo econômico, em 31 de maio de 2019, com vencimento em 01 de junho de 2021, no montante de U.S.$10.000.000,00, com saldo devedor, em 04 de fevereiro de 2021, de U.S.$2.857.142,86, e *spread* de 100% LIBORUSD + 1,80%. Referida NCE conta com garantias pessoais de Sinuelo Participacoes Ltda, Luiz Osorio Dumoncel e João Marcelo Dumoncel.

- Operação de Financiamento na modalidade de Nota de Crédito à Exportação (NCE) contratada pela Companhia junto ao Citi ou sociedades do seu grupo econômico, em 30 de abril de 2020, com vencimento em 30 de abril de 2021, no montante de R$28.425.000,00, com saldo devedor, em 04 de fevereiro de 2021, de R$28.425.000,00, e *spread* de 7,45% ao ano. Referida NCE conta com garantias pessoais de Sinuelo Participacoes Ltda, Luiz Osorio Dumoncel e João Marcelo Dumoncel.

A Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o Citi e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Citi e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Citi e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de total *return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 96 deste Prospecto.

Exceto pelo disposto no presente Prospecto, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo Citi e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Citi ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, à exceção do relacionamento relativo à Oferta, o Bradesco BBI possui o seguinte relacionamento comercial com a Companhia:

- Contratação, pela Companhia, em setembro de 2019 e abril de 2020, de 2 operações de capital de giro no valor total de R$197 milhões, com taxa de juros CDI + 3,75% a.a., com pagamentos mensais e vencimentos, respectivamente em setembro de 2021 e março de 2022. As operações são garantidas por aval dos Acionistas Controladores e 30% de cessão de ordens de pagamento. O saldo devedor em 29 de janeiro de 2021 é de R$149,6 milhões.

A Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de total *return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 96 deste Prospecto.

Exceto pelo disposto no presente Prospecto, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB

Na data deste Prospecto, à exceção do relacionamento relativo à Oferta, o UBS BB não possui relacionamento comercial com a Companhia.

A Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e/ou para realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de total *return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 96 deste Prospecto.

Exceto pelo disposto no presente Prospecto, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade integrantes de seu conglomerado econômico não mantêm relacionamento comercial relevante com os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores poderão vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder ou a sociedades de seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

Os Acionistas Vendedores poderão vir a contratar, no futuro, o Bank of America e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bank of America ou a sociedades de seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Citi

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, e do relacionamento mencionado anteriormente em que os acionistas vendedores Luiz Osorio Dumoncel e João Marcelo Dumoncel são garantidores de ambas as Notas de Crédito à Exportação (veja "Relacionamento entre a Companhia e o Citi"), o Citi não possui relacionamento comercial com os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores poderão vir a contratar, no futuro, o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Citi ou a sociedades de seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Citi ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Bradesco BBI possui o seguinte relacionamento comercial com os Acionistas Vendedores:

- Joao Marcelo Dumoncel, inscrito no CPF/ME sob o n° 616.400.420-91, possui relacionamento com o Banco Bradesco por meio de conta poupança. Não possui serviços/produtos contratados.

- Luiz Osorio Dumoncel, inscrito no CPF/ME sob o n° 463.873.310-72, possui relacionamento com o Banco Bradesco por meio de conta poupança. Não possui serviços/produtos contratados.

- Maria Beatriz Dumoncel Hoff, inscrita no CPF/ME sob o n° 835.179.281-00, possui relacionamento com o Banco Bradesco por meio de conta corrente. Além disso, possui outros serviços/produtos contratados (seguros, aplicações financeiras, capitalização e demais produtos);

- Vania Margarida Dumoncel Martins, inscrita no CPF/ME sob o n° 698.047.531-20, possui relacionamento com o Banco Bradesco com conta corrente inativas. Além disso, possui outros serviços/produtos contratados (seguros, aplicações financeiras);

Os Acionistas Vendedores poderão vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bradesco BBI ou a sociedades de seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o UBS BB não possui relacionamento comercial com os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores poderão vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao UBS BB ou a sociedades de seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 19 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 373 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão afetar a Companhia de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente são considerados irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, contido na página 373 deste Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a pandemia do coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus ("**COVID-19**"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações emitidas pela Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos e os europeus. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso no preço das ações de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

[A B3 apresentou, em 31 de dezembro de 2020, capitalização bursátil de, aproximadamente, R$[•] trilhões (ou US$[•] bilhões) e uma média diária de negociação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 de, aproximadamente, R$[•] bilhões. Em comparação, a capitalização bursátil da NYSE na mesma data era de, aproximadamente, US$[•] trilhões. As dez ações mais negociadas na B3, em termos de volume, responderam por, aproximadamente, [•]% do total de negociações na B3 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020].

Portanto, o tamanho, liquidez, concentração e potencial volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderão se transformar em obstáculos para os investidores de ações de emissão da Companhia que desejarem vender as ações, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no mercado das ações de emissão da Companhia. Na hipótese de as ações em negociação da Companhia não se transformarem e permanecerem como um mercado ativo e líquido de negociação, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas no Brasil e/ou em outros mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive por seus Acionistas Controladores, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário e a percepção dos investidores sobre a Companhia.

Após o término das Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*), as ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *Lock-up* estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, vide seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)", na página 46 deste Prospecto.

Os Investidores de Varejo Lock-up, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores de Varejo *Lock-up* se comprometeram, durante o período de 50 (cinquenta) dias, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta. Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e poderá optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição pública de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), desde que não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores de Varejo, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores de Varejo no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores de Varejo decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações não sejam integralmente adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados, sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem reembolso e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos, bem como aqueles cuja alíquota atual equivalente a zero venha a ser majorada. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" na página 62 deste Prospecto.

Investidores que adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento de [•]%. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 102 deste Prospecto.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda.*

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações.

Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada. Para maiores informações, veja a seção “Violações de Norma de Conduta” na página 65 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3, ANBIMA e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

Até a data de envio do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até o envio do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado de seus valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e, em determinado grau, de outros países da América Latina e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações, de forma a impactar, mesmo que indiretamente, a Companhia.

Acontecimentos ou uma conjuntura econômica adversa em outros países emergentes e da América Latina por vezes acarretam saída significativa de recursos do Brasil e a diminuição do volume de moeda estrangeira investida no País. Por exemplo, em 2001, após uma recessão prolongada, seguida por instabilidade política, a Argentina anunciou que deixaria de proceder ao pagamento de sua dívida pública. A crise econômica na Argentina afetou negativamente a percepção dos investidores em valores mobiliários brasileiros por vários anos. Crises econômicas ou políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem afetar de maneira significativa a percepção dos riscos inerentes ao investimento na região, inclusive no Brasil.

A economia brasileira também é afetada pela conjuntura econômica e condições de mercados internacionais em geral, especialmente pela conjuntura econômica e condições de mercado existentes nos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos, assim como ocorrido em 2008, quando o mercado nacional foi fortemente afetado pelo desempenho do mercado de capitais norte-americano. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Os titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

O lucro líquido para o exercício social corrente da Companhia poderá ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido, conforme disposto na Lei de Sociedades por Ações, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei de Sociedades por Ações faculta às companhias a possibilidade de suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, caso o Conselho de Administração informe aos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista as condições econômico-financeiras. Caso isto ocorra, os titulares das nossas ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, impactando negativamente o valor e a liquidez de nossas ações. Adicionalmente, os dividendos podem, ainda, ser significativamente reduzidos a depender do comportamento de variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de juros no mercado doméstico.

A Companhia arcará com parte significativa dos custos e despesas da Oferta, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subsequente à realização da Oferta.

A Companhia arcará com parte significativa dos custos e das despesas da Oferta, incluindo os custos e das despesas da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos em decorrência da Oferta Primária e, por consequência, os valores creditados ao patrimônio líquido da Companhia, o que poderá impactar negativamente os resultados da Companhia no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 47 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa, estimamos que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão de, aproximadamente, (i) R$[•], sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; (ii) R$[•], considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares; (iii) R$[•], sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares; e (iv) R$[•], considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 47 deste Prospecto.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos da Oferta Primária para: (i) investimento em planta industrial a ser instalada no Estado do Mato Grosso ("Investimento em Planta Industrial"); (ii) reforço de caixa e de capital de giro ("Capital de Giro"); (iii) investimento em abertura de novas unidades ("Investimento em Unidades"); (iv) aquisições de empresas e/ou ativos do setor da Companhia ("Aquisições Potenciais").

As tabelas abaixo resumem os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta:

(1) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido[(1)(2)]
Investimento em Planta Industrial	[•]%	[•]
Capital de Giro	[•]%	[•]
Investimento em Unidades	[•]%	[•]
Aquisições Potenciais	[•]%	[•]
Total	**100,00%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Considerando a dedução dos custos e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.

(2) Considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido[(1)(2)]
Investimento em Planta Industrial	[•]%	[•]
Capital de Giro	[•]%	[•]
Investimento em Unidades	[•]%	[•]
Aquisições Potenciais	[•]%	[•]
Total	**100,00%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Considerando a dedução dos custos e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.

(3) Sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido[(1)(2)]
Investimento em Planta Industrial	[•]%	[•]
Capital de Giro	[•]%	[•]
Investimento em Unidades	[•]%	[•]
Aquisições Potenciais	[•]%	[•]
Total	**100,00%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Considerando a dedução dos custos e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.

(4) Considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido[(1)(2)]
Investimento em Planta Industrial	[•]%	[•]
Capital de Giro	[•]%	[•]
Investimento em Unidades	[•]%	[•]
Aquisições Potenciais	[•]%	[•]
Total	**100,00%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Considerando a dedução dos custos e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.

Investimento em Planta Industrial. No contexto de nossa expansão para o Estado do Mato Grosso, pretendemos construir e instalar uma nova planta industrial integrada de esmagamento de soja e de biodiesel situado naquele Estado, em uma localização estratégica na região BR-163, onde possui uma forte oferta de matéria-prima (soja).

Investimento em Unidades. Pretendemos crescer organicamente por meio da expansão de novas unidades no segmento de insumos nos Estados do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul.

Aquisições Potenciais. Pretendemos buscar oportunidades de aquisições de empresas e/ou ativos em nossos setores de atuação. Na data deste Prospecto, ainda não há uma posição definida sobre quais empresas ou ativos serão efetivamente adquiridos por nós e nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas.

Para mais informações sobre a nossa estratégia e nossos planos de investimentos, ver “Sumário da Companhia” na página 8 deste Prospecto e item 10.8 do Formulário de Referência.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que não podemos garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia nossas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

A destinação dos recursos da Oferta Primária será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que atuamos, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas por nós, além de outros fatores que não se pode antecipar (*e.g.*, como resultado da pandemia da COVID-19). Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular dos nossos negócios, os recursos líquidos captados na Oferta Primária poderão ser investidos em aplicações financeiras que a nossa administração acredita estarem dentro da sua política de investimento, visando a preservação do capital e investimentos da Companhia com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, poderemos efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], correspondente ao preço médio da Faixa Indicativa, acarretaria um aumento (redução) de R$[•] milhões nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Por fim, não receberemos quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta Secundária, das Ações Adicionais e/ou das Ações Suplementares, visto que tais recursos líquidos reverterão integralmente aos Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 101 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta por empréstimos e financiamentos (circulantes e não circulante) e patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, indicando: (i) a posição histórica em 31 de dezembro de 2020; (ii) a posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos da Oferta Primária estimados em R$[•] milhões (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa; (iii) a posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos da Oferta Primária estimados em R$[•] milhões (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares), após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa; e (iv) a posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos da Oferta Primária estimados em R$[•] milhões (sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares), após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa; e (v) a posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos da Oferta Primária estimados em R$[•] milhões (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3 – Informações Financeiras Selecionadas" e "10 – Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, bem como as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as quais se encontram anexas a este Prospecto.

	Em 31 de dezembro de 2020				
	Histórico	**Ajustado Pós-Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares)[(1)(2)]**	**Ajustado Pós-Oferta (considerando as Ações Adicionais)[(1)(2)]**	**Ajustado Pós-Oferta (considerando as Ações Suplementares[(1)(2)]**	**Ajustado Pós-Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares)[(1)(2)]**
	(em R$ mil)				
Empréstimos e financiamentos (circulante).....	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Empréstimos e financiamentos (não circulante).....	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Patrimônio líquido	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Capitalização total[(2)].....	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária estimados em R$[•] milhões, após a dedução de comissões e despesas, valor este calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa de preço das Ações indicada na capa deste Prospecto.

(2) Capitalização total corresponde à soma total de empréstimos e financiamentos e patrimônio líquido.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação, conforme estimado neste Prospecto, aumentaria (reduziria) o valor do patrimônio líquido da Companhia em R$[•] milhões, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas a serem pagas pela Companhia no âmbito da Oferta Primária.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Exceto pelo descrito acima, não houve mudanças relevantes na capitalização da Companhia desde 31 de dezembro de 2020.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$[•], e o valor patrimonial por Ação de emissão da Companhia, na mesma data, era de R$[•]. O referido valor patrimonial por Ação representa o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 31 de dezembro de 2020.

Considerando o efeito da colocação das Ações da Oferta Primária (exceto pelas Ações Adicionais e pelas Ações Suplementares) ao Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa indicativa de preço constante da capa deste Prospecto Preliminar, e após a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia estimado em 31 de dezembro de 2020 seria de R$[•] milhões, representando um valor patrimonial de R$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia. Isto significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por Ação de R$[•] para os atuais acionistas da Companhia, e uma diluição percentual no valor do patrimônio líquido por Ação de [•]% para os investidores que subscreverem Ações no âmbito da Oferta.

A tabela abaixo ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, considerando a realização da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares):

	Em R$, exceto (%)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de dezembro de 2020[2]	[•]
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de dezembro de 2020 ajustado para refletir a Oferta Primária	[•]
Aumento do valor patrimonial contábil por Ação para os atuais acionistas[3]	[•]
Percentual de diluição imediata no valor patrimonial por Ação resultante da Oferta aos novos investidores[4]	**[•]%**

(1) Considera o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa de preço das Ações indicada na capa deste Prospecto.

(2) Considera o número total das Ações na data deste Prospecto.

(3) Para os fins aqui previstos, o aumento do valor patrimonial contábil por Ação para os novos investidores representa a diferença entre o valor patrimonial líquido por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta Primária e o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa de preço das Ações indicada na capa deste Prospecto a ser pago pelos acionistas e investidores no âmbito da Oferta.

(4) O cálculo do percentual do aumento imediato no valor patrimonial por Ação resultante da Oferta Primária para novos investidores é obtido por meio da divisão do valor patrimonial por Ação resultante da Oferta Primária para novos investidores pelo Preço por Ação de R$[•].

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não possui relação com o valor patrimonial das Ações e será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding.* Para uma descrição detalhada do Procedimento de *Bookbuilding* e das condições da Oferta, veja a seção "Informações Sobre à Oferta" na página 40 deste Prospecto.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Plano de Opções de Ações

O nosso Plano de Opções de Ações foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em [data], o qual considera possibilidade de outorga de opções de compra de ações, que darão a oportunidade de aquisição ou subscrição de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Opções" e "Ações", respectivamente), sobre até 10.000.000 (dez milhões) de Ações ("Limite Quantitativo").

O Plano de Opções de Ações será composto de múltiplos programas de outorgas de Opções (os "Programas"), que serão criados pelo Conselho de Administração. Em cada Programa serão definidos: (a) os termos e as condições para a outorgas de opções relativas ao Programa em questão; (b) os participantes do Programa em questão, ou os critérios para tal definição; (c) o número de opções objeto do Programa em questão; (d) o preço de exercício das opções do Programa em questão; (e) o número de opções a que cada participante fará jus nos termos do Programa em questão; e (f) os respectivos períodos que o participante deverá permanecer vinculado à nós para ter direito à exercer suas opções nos termos e condições estabelecidas neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Opção (o "Período de Carência"), sendo certo que o Período de Carência não poderá ser superior a cinco anos contados da data de assinatura de cada Contrato de Opção.

O prazo de vigência do Plano de Opções de Ações é indeterminado, vigorando até que seja expressamente extinto por deliberação da Assembleia Geral, ou até que o Limite Quantitativo seja alcançado e a totalidade das ações seja efetivamente transferida aos participantes, respeitado os direitos dos participantes já adquiridos no âmbito de cada Contrato de Opção. O término de vigência do Plano de Opções de Ações não afetará a eficácia das Opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

[O Plano de Opções de Ações conta com um Programa aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em [data] ("Primeiro Programa").]

A outorga das Opções, bem como a transferência de ações ao Participante, será realizada sempre à título oneroso aos Participantes, conforme será definido em cada Programa e no respectivo Contrato de Opção.

O preço de emissão unitário das ações no âmbito do Plano de Opções de Ações é de[R$1,68], para todas as outorgas exercidas com base nas demonstrações financeiras de 2021.

Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 do Formulário de Referência na página 630 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, considerando: (i) a emissão de ações no âmbito da Oferta (considerando e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares); e (ii) o exercício de todas as opções do [Primeiro Programa (ou seja, [•] opções)] na data deste Prospecto Preliminar no âmbito do Plano.

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[1]	[•]
Quantidade de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020	[•]
Quantidade de ações a serem emitidas no âmbito da Oferta	[•]
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Primeiro Programa	[•]
Quantidade total de ações após as emissões acima	[•]
Valor patrimonial contábil por ação 31 de dezembro de 2020	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2020 ajustado considerando todos os eventos acima[2]	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 31 de dezembro de 2020 para os atuais acionistas, considerando todos os eventos acima	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores, considerando todos os eventos acima[3]	[•]
Percentual de diluição imediata resultante dos eventos descritos acima[4]	[•]

(1) O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Considera o preço de exercício do Plano de Opções de R$[1,68].
(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação de R$[•] a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia, imediatamente após a realização dos eventos descritos acima.
(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

Nos últimos cinco anos, a Companhia realizou os seguintes aumentos de capital:

Data	Natureza da operação	Tipo de Ação	Quantidade de Ações	Valor Pago	Valor Pago por Ação
				(R$)	*(R$)*
28.12.2020	Aumento de Capital	Ações ordinárias	190.000.000	190.000.000,00	1,00
30.11.2020	Aumento de Capital	Ações ordinárias	10.000.000	10.000.000,00	1,00
16.12.2019	Aumento de Capital	Ações ordinárias	100.000.000	100.000.000,00	1,00
25.04.2019	Aumento de Capital	Ações ordinárias	44.500.000	44.500.000,00	1,00
28.12.2017	Aumento de Capital	Ações ordinárias	2.000.000,00	2.000.000,00	1,00
18.11.2016	Aumento de Capital	Ações ordinárias	2.000.000,00	2.000.000,00	1,00

Para mais informações sobre os aumentos de capital realizados pela Companhia, vide item “17.2. Aumentos do Capital Social”, do nosso Formulário de Referência.

Histórico de grupamento e desmembramentos

A Companhia não realizou desdobramento, grupamento ou bonificação de ações nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMNISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA TENTO DO SUL REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 1. A **TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A** ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais leis e regulamentos que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º - Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo eventuais acionistas controladores; membros do Conselho de Administração e da Diretoria ("Administradores"); e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Parágrafo 2º - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Artigo 2. A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, n° 187, no Distrito Industrial, CEP 98240-000, podendo, mediante decisão do Diretor Presidente ou do Diretor Vice-Presidente de Operações, abrir, transferir e/ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3. A Companhia tem por objeto social: (i) comércio de atacadista de cereais e leguminosas beneficiados (4632-0/01); (ii) cultivo de milho (0111-3/02); (iii) cultivo de trigo (0111-3/03); (iv) cultivo de outros cereais (0111-3/99); (v) cultivo de soja (0115-6/00); (vi) produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto (01.41-5/01); (vii) atividades de pós-colheitas (01.63-6/00); (viii) fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho (1041-4/00); (ix) fabricação de alimentos para animais (1066-0/00); (x) moagem e fabricação de produtos de origem vegetal (1069-4/00); (xi) fabricação de Biodiesel à base de óleo de soja, outros grãos e a base de gordura animal (1932-2/00); (xii) fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais (2013-4/02); (xiii) manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária (3314-7/11); (xiv) representantes comerciais e agentes do comércio de cereais beneficiados (4611-6/00); (xv) comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas (4632-0/02); (xvi) comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados,

farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associado (4632-0/03); (xvii) comércio atacadista de óleos e gorduras (4637-1/03); (xviii) comercialização de máquinas, implementos agrícolas, peças e acessórios (4661-3/00); (xix) comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (T.R.R.); (xx) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos no solo (46.83-4/00); (xxi) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipais, interestadual e internacional (49.30-2/02); (xxii) transporte rodoviário de produtos perigosos (49.30-2/03); (xxiii) armazéns gerais - emissão de warrant (52.11-7/01); (xxiv) armazenagem de produtos agropecuários por conta de terceiros (5211-7/99); (xxv) participação em outras sociedades (6462-0/00); (xxvi) locação de bens imóveis (6810-2/02); (xxvii) atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica (7020-4/00); (xxviii) testes e análises técnicas (71.20-1/00); (xxix) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais (7210-0/00); (xxx) serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (74.90-1/03); e (xxxi) comércio atacadista de sementes, flores plantas e gramas (4623-1/06).

Parágrafo Único – O desenvolvimento das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia leva em consideração os seguintes fatores: (i) os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; e (ii) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos, de curto e longo prazo, em relação aos seus colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes e demais credores, bem como das comunidades em que a Companhia atue local e globalmente.

Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), dividido em 400.000.000 (quatrocentas milhões) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º- É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo 2º - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 3º- Todas as ações da Companhia são escriturais e mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantém contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o

custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, conforme venha a ser definido no respectivo contrato, observados os limites máximos fixados pela CVM, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 35, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º- A emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei das Sociedades por Ações, poderá ser realizada sem direito de preferência para os antigos acionistas ou com a redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

Artigo 6. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo 1º- O aumento do capital social, dentro de seu capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e condições de integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º- Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda: (i) deliberar sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição; (ii) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar programa de concessão de ações e/ou programa de opção de compra de ações a Administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, direto ou indireto, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

Parágrafo 3º O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício desse direito pelos acionistas nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, desde que a colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações, em oferta pública para aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 7. A mora do acionista na integralização do capital subscrito importará a cobrança de juros de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária com base no IGP-M, na menor

periodicidade legalmente aplicável, e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

Artigo 8. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III
DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 9. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e os poderes conferidos pelo presente Estatuto Social e pela legislação e regulamentação aplicáveis.

Parágrafo 1º- Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 2º- O disposto no Parágrafo 1º deste Artigo 9 não se aplicará na hipótese de vacância, desde que a acumulação de cargos mencionada no Parágrafo 1º acima e as respectivas providências sejam devidamente divulgadas na forma do Regulamento do Novo Mercado e cesse no prazo de até 1 (um) ano.

Parágrafo 3º- Os Administradores serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, observados os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Administradores eleitos.

Parágrafo 4º- Os Administradores da Companhia deverão aderir aos regimentos internos e políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo de adesão, conforme aplicável.

Parágrafo 5º- Os Administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do Administrador substituído.

Parágrafo 6º- O termo de posse de que trata o Parágrafo 3º acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do Administrador eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 48 deste Estatuto Social.

Parágrafo 7º- Os Administradores, no desempenho de suas funções, deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas e os efeitos de curto e longo prazos de seus atos sobre: (i) seus acionistas; (ii) seus colaboradores e empregados ativos; (iii) seus fornecedores, parceiros, clientes e demais credores; (iv) as comunidades em que a Companhia atua local e globalmente; bem como (v) o meio ambiente local e global.

Seção II - Conselho de Administração

Subseção I – Composição

Artigo 10. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos ("Conselheiros").

Parágrafo 1º- Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, devendo o enquadramento dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberado na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo 2º- Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo 1º acima, o resultado gerar um número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º- Para fins deste Estatuto Social, entende-se por "Conselheiros Independentes", aqueles que atendam aos critérios de independência e enquadramento fixados no Regulamento do Novo Mercado, bem como, enquanto a Companhia possuir acionista controlador, aqueles eleitos mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º- Homenagem aos Fundadores. Em razão da relevante contribuição, dedicação, trabalho árduo e paixão pelo agronegócio dos fundadores Sr. João Osório Dumoncel e Sra. Clélia Dumoncel, que desde 1954 contribuem para trilhar o caminho de sucesso e fortalecer a cultura da Companhia, a Companhia os nomeará "Conselheiros Beneméritos", com função honorífica, vitalícia e personalíssima, não tendo caráter administrativo, de assessoria ou técnico. Os Conselheiros Beneméritos poderão participar das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, não possuindo direito de voto

e não podendo ser substituídos em suas ausências. Os Conselheiros Beneméritos não serão computados para os fins do *caput* do Artigo 10 e de seu Parágrafo 1º acima.

Subseção II – Eleição

Artigo 11. Ressalvado o disposto no Artigo 12, a eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada pelo sistema de chapas.

Parágrafo 1º- Na eleição de que trata este Artigo 11, somente poderão concorrer as chapas: (i) indicadas pelo Conselho de Administração; ou (ii) indicadas por qualquer acionista ou conjunto de acionistas, na forma prevista no Parágrafo 3º deste Artigo 11.

Parágrafo 2º- O Conselho de Administração deverá, na data da convocação da Assembleia Geral destinada a eleger os membros do Conselho de Administração (ou em data anterior, caso assim requerido pela legislação aplicável), disponibilizar na sede da Companhia declaração assinada por cada um dos integrantes da chapa por ela indicada, contendo: (i) sua qualificação completa, com indicação de pelo menos um domicílio no qual o Administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de gestão; (ii) descrição completa de sua experiência profissional, mencionando as atividades profissionais anteriormente desempenhadas, a principal atividade profissional que exerce no momento e, se for o caso, os cargos ocupados em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, bem como escolaridade e qualificações profissionais e acadêmicas; (iii) declaração de que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, (iv) informações sobre processos disciplinares e judiciais transitados em julgado em que tenha sido condenado, incluindo declaração de que não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela CVM, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (v) declaração de que atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) declaração de que não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, ou, na sua impossibilidade, informações detalhadas sobre as razões que impedem tal declaração; e (vii) confirmação do cumprimento dos requisitos definidos no Regulamento do Novo Mercado, especialmente o candidato indicado ao cargo de Conselheiro Independente.

Parágrafo 3º- Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração deverão, juntamente com a proposta de chapa, a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar ao Conselho de Administração: (i) declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados, contendo as informações mencionadas no Parágrafo 2º acima, devendo a divulgação observar os termos da regulamentação vigente; ou alternativamente (ii) declarar que obtiveram do indicado a informação de que está em condições de firmar tal declaração, indicando as eventuais ressalvas.

Parágrafo 4º- A mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º- Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e os votos serão computados com observância do Parágrafo 2º do Artigo 5º deste Estatuto Social, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

Parágrafo 6º- Sempre que forem indicados candidatos de forma individual, a votação não se dará pelo sistema de chapas e ocorrerá na forma de votação individual de candidatos, observado, para fins de indicação, o percentual mínimo do capital social aplicável nos termos da legislação e da regulamentação da CVM.

Artigo 12. Na eleição dos membros do Conselho de Administração, é facultado a acionistas requerer a adoção do processo de voto múltiplo, desde que observados os percentuais mínimos de participação no capital social previstos na legislação aplicável, e que o façam no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo 1º- Instalada a Assembleia Geral, a mesa promoverá, à vista das assinaturas constantes do Livro de Presenças e no número de ações de titularidade dos acionistas presentes, o cálculo do número de votos que caberão a cada acionista.

Parágrafo 2º- Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes das chapas de que trata o Artigo 11, bem como os candidatos que vierem a ser indicados por acionista presente, desde que observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 11 deste Estatuto Social.

Parágrafo 3º- Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

Parágrafo 4º- Caso a Companhia esteja sob controle de acionista ou grupo de acionistas, acionistas representando 10% (dez por cento) do capital social poderão requerer, na forma prevista nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, que a eleição de um dos membros do Conselho de Administração seja feita em separado, excluído o acionista controlador, não sendo aplicável a tal eleição as regras previstas no Artigo 11 deste Estatuto Social que sejam com ela incompatíveis.

Artigo 13. O Conselho de Administração elegerá, dentre seus membros, seu Presidente e seu Vice-Presidente, devendo tal eleição ocorrer na primeira reunião após a posse dos Conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência de vacância desses cargos.

Subseção III – Reuniões e Substituições

Artigo 14. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, seu Vice-Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, mediante notificação escrita, por meio físico ou eletrônico, ou de qualquer outra forma que permita a comprovação do recebimento pelo destinatário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Único- Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 14, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 15. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros.

Parágrafo 1º- As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

Parágrafo 2º- Nenhum membro do Conselho de Administração poderá participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da Administração da Companhia ou das sociedades por ela controladas, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia ou de suas controladas, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo 3º- Salvo exceções expressas neste Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes às reuniões. Em caso de empate, o Presidente do Conselho de Administração terá voto de qualidade.

Artigo 16. Ressalvado o disposto na legislação aplicável e observado o previsto no Parágrafo Único deste Artigo 16, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito o Conselheiro que completará o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.

Parágrafo Único- Em caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente ocupará o cargo vago até a eleição de novo Presidente, respeitada a limitação prevista no Artigo 9, Parágrafo 2º deste Estatuto Social.

Artigo 17. No caso de ausência, o Conselheiro ausente poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro Conselheiro indicado mediante manifestação escrita, por meio físico ou eletrônico, entregue, na data da reunião, ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da mesa, caso este não seja o Presidente do Conselho de Administração, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do Conselheiro ausente.

Parágrafo 1º- Caso o Conselheiro a ser representado seja Conselheiro Independente, o Conselheiro que o representar também deverá se enquadrar na condição de Conselheiro Independente, salvo se os termos de seu voto já estiverem previamente definidos.

Parágrafo 2º- No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente.

Parágrafo 3º- Em caso de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente, competirá ao Presidente indicar, dentre os demais membros do Conselho de Administração, seu substituto.

Artigo 18. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do Conselheiro e a comunicação com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio físico ou eletrônico.

Parágrafo 1º- Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do *caput* deste Artigo 18, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia física ou eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 2º- Deverão ser arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 3º- O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Subseção IV – Competência

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas, assim como o controle e fiscalização de seus desempenhos, cumprindo-lhe, especialmente, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela legislação e regulamentação aplicáveis, por este Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado, pelas políticas e regimentos da Companhia, e por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia:

(i) eleger e destituir os Diretores e fixar as suas atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto Social e a legislação vigente;

(ii) aprovar: (a) o Regimento Interno do Conselho de Administração e dos respectivos Comitês de Assessoramento e suas estruturas administrativas; (b) o Código de Conduta e Ética da Companhia; e (c) determinadas políticas e normas internas que venham a ser adotadas pela Companhia relacionadas ou que façam referência à governança da Companhia, bem como suas alterações;

(iii) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

(iv) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia;

(vi) aprovar a emissão de ações pela Companhia dentro do limite do capital autorizado;

(vii) aprovar: (a) a emissão de debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; e (b) a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de notas promissórias, *commercial papers*, *bonds, notes* ou outros títulos ou valores mobiliários similares, para distribuição pública ou privada;

(viii) examinar e opinar sobre qualquer assunto relativo às atividades da Companhia e de suas controladas que julgue relevante, bem como assuntos que lhe sejam submetidos pelos Diretores ou pelos Comitês de Assessoramento;

(ix) nomear ou destituir os auditores independentes contratados pela Companhia ou pelas suas controladas, bem como homologar o plano de auditoria interna;

(x) examinar, opinar e propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos;

(xi) aprovar, a cada 5 (cinco) anos, o plano geral de negócios proposto pelos Diretores, que consiste no planejamento estratégico quinquenal da Companhia e suas eventuais atualizações anuais ("Plano Geral de Negócios"), que engloba, mas não se limita, aos objetivos e estratégias para os negócios atuais e futuros da Companhia e de suas controladas;

(xii) aprovar, anualmente, os orçamentos, planos de investimentos, endividamento, planejamentos de usos e fontes de recursos, os fatores críticos e outros aspectos necessários ao direcionamento das operações da Companhia e das suas controladas, bem como eventuais modificações ("Orçamento Anual"). O Orçamento Anual de determinado ano, corrigido pelo IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, aplicar-se-á ao ano seguinte até que o Orçamento Anual do referido ano seja aprovado;

(xiii) aprovar a assinatura ou a rescisão, pela Companhia e por suas controladas, de contratos relacionados ao curso normal dos negócios, bem como quaisquer alterações ou aditivos a tais contratos, que envolvam valor igual ou superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(xiv) aprovar a participação da Companhia, ou de suas controladas, em licitações (exceto no curso normal dos negócios, incluindo sem limitação em licitações relacionadas a leilões de biodiesel, *commodities* e seus variados) que envolvam valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(xv) aprovar anualmente as diretrizes gerais de patrocínio e doação filantrópica que envolvam valor igual ou superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

(xvi) aprovar: (a) a tomada de empréstimos, obtenção de financiamentos e qualquer ato que implique endividamento, entre a Companhia e terceiros ou entre uma controlada da Companhia e terceiros ou, ainda, entre a Companhia e qualquer de suas controladas que envolvam valor igual ou superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (b) a contratação pela Companhia de contratos de derivativos (incluindo, mas não limitado a, *swaps*, opções, *hedge*, NDF, contratos futuro, contratos a termo, etc.) que envolvam valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(xvii) aprovar a concessão pela Companhia em favor de terceiros ou de uma controlada, ou por uma controlada da Companhia em favor de terceiros ou de outra controlada da Companhia, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em valor igual ou superior a R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), exceto quando tais avais, fianças ou garantias sejam prestadas no contexto de obrigações da Companhia ou de controlada da Companhia nos termos do inciso (xvi) acima, respeitado os limites e operações nele descritos;

(xviii) aprovar a celebração de contratos envolvendo a alienação de bens do ativo não circulante da Companhia em valor igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(xix) aprovar a celebração de contratos (incluindo seus aditivos), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, e eventuais rescisões, entre, de um lado, a Companhia ou suas controladas e, de outro: (a) quaisquer partes relacionadas da Companhia, salvo se no curso normal dos negócios da Companhia; (b) entidades que não façam parte do grupo econômico da Companhia e detenham participação em qualquer controlada da Companhia, bem como sociedades controladoras, controladas ou coligadas de tal entidade que detém participação em determinada controlada da Companhia, em valor igual ou superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); ou (c) quaisquer partes relacionadas de controladas da Companhia que não se enquadrem nos itens anteriores (que não a própria Companhia ou suas controladas), salvo se no curso normal dos negócios da Companhia; observada em todas as hipóteses acima a Política de Transações com Partes Relacionadas e o Plano Geral de Negócios ou o Orçamento Anual em vigor

(conforme aplicável), sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, diretamente ou por meio dos Comitês de Assessoramento, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length*);

(xx) ressalvadas as competências descritas nos incisos (xiii) e (xvi) a (xix) acima, aprovar a celebração de contratos de qualquer natureza (incluindo seus aditivos), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, e eventuais rescisões, pela Companhia e por suas controladas em valor igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(xxi) aprovar a propositura de ações judiciais ou instauração de procedimento arbitral em valor igual ou superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

(xxii) aprovar dissolução ou liquidação de suas controladas, bem como solicitação de recuperação judicial ou pedido de autofalência pelas mesmas;

(xxiii) aprovar a criação e extinção de subsidiárias ou controladas, no País ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior, que não estejam previstos no Plano Geral de Negócios ou no Orçamento Anual em vigor (conforme aplicável): (a) em valor superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); ou (b) sempre que o patrimônio líquido da sociedade beneficiária final do investimento for negativo em seu último balanço patrimonial anual auditado;

(xxiv) aprovar as alterações significativas no modelo de gestão e na estrutura organizacional da Companhia e de suas controladas;

(xxv) aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

(xxvi) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço

e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado;

(xxvii) definir os parâmetros de risco e exposição financeira da Companhia, inclusive por meio de aprovação de políticas, diretamente ou por meio dos Comitês de Assessoramento;

(xxviii) analisar e acompanhar, trimestralmente, o ITR enviado à CVM;

(xxix) aprovar a criação de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e indicar seus respectivos membros;

(xxx) aprovar atribuição e orçamento: (i) da área de auditoria interna (incluindo a terceirizada, se for o caso) e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, receber o reporte daquela área avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamentos são suficientes ao desempenho de suas funções; (ii) do Comitê de Auditoria, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado; e (iii) dos demais Comitês de Assessoramento, se e quando instalados;

(xxxi) aprovar a abertura de capital das controladas da Companhia na categoria A, conforme previsto nas Instruções Normativas da CVM;

(xxxii) determinar o voto a ser proferido pela Companhia em quaisquer assembleias, resoluções ou reuniões de sócios de qualquer sociedade na qual a Companhia venha a deter participação, em relação às matérias acima referidas;

(xxxiii) aprovar os termos e condições gerais de contratos de indenidade a serem eventualmente celebrados entre a Companhia ou qualquer de suas controladas e seus respectivos administradores, membros de órgãos auxiliares da administração ou membros do Conselho Fiscal; e

(xxxiv) aprovar programas de concessão de ações ou programas de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e respectivos modelos de contratos de concessão de ações ou de opção de compra de ações conforme limites determinados pelos planos de concessão de ações ou planos de opção de compra de ações aprovados pela Assembleia Geral.

Artigo 20. Compete ao Presidente do Conselho de Administração representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais ou, em caso de sua vacância, ao Vice-Presidente.

Seção III - Da Diretoria

Subseção I – Composição e Reuniões

Artigo 21. A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor, sendo designados: (a) 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações; (c) 1 (um) Diretor Financeiro; (d) 1 (um) Diretor Comercial; (e) 1 (um) Diretor de Insumos; (f) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores; e (g) os demais Diretores sem designação específica.

Artigo 22. O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Subseção II – Competência

Artigo 23. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei, por este Estatuto Social e pelas políticas e regimentos da Companhia, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social e das políticas e regimentos da Companhia quanto: (i) à forma de representação; (ii) à alçada para a prática de determinados atos; e (iii) a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º- Compete ao Diretor Presidente dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia e, além das funções, atribuições e poderes a ele confiados pelo Conselho de Administração: (i) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos demais membros da Diretoria; (ii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; (iii) em conjunto com o Diretor Vice-Presidente de Operações e/ou com o Diretor Financeiro, elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração, o Orçamento Anual e, a cada 5 (cinco) anos, o Plano Geral de Negócios; e (v) administrar os assuntos jurídicos e de *compliance* em geral, observadas as políticas aplicáveis da Companhia, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º- Compete ao Diretor Vice-Presidente de Operações, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) definir, planejar e executar o planejamento estratégico da estrutura operacional da Companhia; (ii) coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades e questões relacionadas ao fluxo operacional da Companhia; (iii) em conjunto com o Diretor Presidente e/ou com o Diretor Financeiro, elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração o Orçamento Anual e, a cada 5 (cinco) anos, o Plano Geral de Negócios; (iv) prestar suporte ao Diretor Presidente; (v) auxiliar na contratação e formação das diretorias de áreas, sendo responsável pelo acompanhamento do cumprimento de metas e da execução do Plano Geral de Negócios; e (vi) realizar demais atividades inerentes à sua área de atuação.

Parágrafo 3º - Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (ii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (iii) em conjunto com o Diretor Presidente e/ou com o Diretor Vice-Presidente de Operações, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração, anualmente, o Orçamento Anual e, a cada 5 (cinco) anos, o Plano Geral de Negócios; (iv) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de investimentos da Companhia; (v) representar a Companhia perante instituições financeiras, observado, contudo, o disposto no Artigo 26 abaixo; (vi) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; (vii) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro, fiscal/tributária, facilities e compras da Companhia; (viii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior da Companhia e suas controladas e coligadas de forma consolidada; (ix) sugerir e acompanhar oportunidades de fusões e aquisições; (x) planejar, definir e coordenar o dia a dia da Companhia no âmbito administrativo; (xi) administrar os assuntos de governança corporativa da Companhia, observadas as políticas da Companhia, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração; (xii) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial ("ITR") detalhado da Companhia consolidado com suas controladas e coligadas; e (xiii) assegurar o cumprimento e observância aos limites impostos por políticas financeiras, de hedge e/ou de riscos de mercado da Companhia.

Parágrafo 4º - Compete ao Diretor de Comercial, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) definir, planejar e executar o planejamento estratégico da área comercial da Companhia; (ii) coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades referentes à execução do plano de marketing e vendas da Companhia; (iii) coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades das equipes

comerciais; (iv) coordenar o departamento comercial e de projetos da Companhia; (v) coordenar, organizar, supervisionar e dirigir planos de expansão geográfica da Companhia; e (vi) participar da definição das políticas de recurso humanos da Companhia, sendo responsável pela coordenação, organização, supervisão e direção das questões de recursos humanos relacionadas às equipes comerciais das unidades de negócios da Companhia; e (vii) realizar demais atividades relacionadas à sua área de atuação.

Parágrafo 5º - Compete ao Diretor de Insumos, dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar e executar as atividades da Companhia relacionadas aos seus insumos; (ii) definir, planejar e executar o plano estratégico de compra e venda dos insumos comercializados e produzidos pela Companhia; (iii) planejar e administrar as atividades relacionadas ao desenvolvimento, pesquisa, inovação e venda de insumos; (iv) participar da elaboração do plano de marketing da Companhia; (v) participar do processo de recrutamento e seleção dos colaboradores da sua equipe; e (vi) realizar demais atividades relacionadas à sua área de atuação.

Parágrafo 6º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser compelidas pelo Conselho de Administração: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados); (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às entidades administradoras de mercados organizados nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; (iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Parágrafo 7º Compete aos Diretores sem designação específica demais atos de gestão da Companhia, conforme atribuições que serão definidas oportunamente pelo Conselho de Administração.

Subseção III - Substituição e Vacância da Diretoria

Artigo 24. O Diretor Presidente será substituído: (i) em caso de ausência ou impedimento por período de até 30 (trinta) dias, pelo Diretor Vice-Presidente de Operações ou por qualquer diretor por ele indicado; (ii) em caso de afastamento por prazo superior a 30 (trinta) dias e

inferior a 120 (cento e vinte) dias, pelo Diretor Vice-Presidente de Operações ou por qualquer outro diretor designado pelo Conselho de Administração; e (iii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor Presidente, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social.

Artigo 25. Os demais Diretores serão substituídos: (i) nos casos de ausência ou impedimento, bem como de afastamento por prazo inferior a 120 (cento e vinte) dias, pelo Diretor Financeiro, pelo Vice-Presidente de Operações ou por qualquer diretor indicado pelo Diretor Presidente; e (ii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias ou vacância, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social.

Subseção IV- Representação da Companhia

Artigo 26. Ressalvadas as regras constantes da política de alçadas financeiras da Companhia e os casos previstos nos Parágrafos deste Artigo 26, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura:

(i) de 2 (dois) Diretores, sendo um deles, necessariamente: (a) o Diretor Presidente; ou (b) o Diretor Vice- Presidente de Operações.

(ii) de 1 (um) procurador com poderes específicos em conjunto com: (a) o Diretor Presidente; ou (b) o Diretor Vice- Presidente de Operações; e

(iii) de 2 (dois) procuradores com poderes específicos.

Parágrafo 1º- Os atos para os quais este Estatuto Social exija autorização prévia do Conselho de Administração somente serão válidos uma vez preenchido esse requisito.

Parágrafo 2º- É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer Diretor, procurador ou funcionário da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

Parágrafo 3º- A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador, com poderes específicos e especiais, agindo isoladamente nas seguintes circunstâncias: (i) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, incluindo a CVM, Juntas Comerciais, entidades de classes e B3; (ii) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia;

(iii) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros; (iv) no endosso de instrumentos destinados à cobrança ou depósito em nome da Companhia; (v) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária; (vi) na representação da Companhia em juízo ativa e passivamente; (vii) na representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, inclusive para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, nomeação de preposto para representação em audiências e para acordos trabalhistas.

Artigo 27. Exceto se de outra forma previsto neste Estatuto Social, as procurações serão sempre outorgadas ou revogadas por 2 (dois) Diretores sendo um deles, necessariamente, (a) o Diretor Presidente; ou (b) o Diretor Vice-Presidente de Operações, que estabelecerão os poderes do procurador e, excetuando-se as outorgadas para fins judiciais, terão sempre prazo determinado de vigência de no máximo 1 (um) ano.

CAPÍTULO IV
DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 28. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

Parágrafo 1º- A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar conveniente à defesa de seus interesses.

Parágrafo 2º- A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser simultânea e cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local e data, e instrumentadas em ata única.

Parágrafo 3º- A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou mediante deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração ou, ainda, nas hipóteses previstas no parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º- Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas demais regulamentações aplicáveis, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

Parágrafo 5º- Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a legislação ou a regulamentação vigente exigirem sua disponibilização por outros meios e/ou em prazo maior.

Parágrafo 6º- A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando ao menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital social, salvo quando a lei exigir quórum mais elevado; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

Parágrafo 7º- A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo 8º- A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou, em sua ausência, por quem o Presidente do Conselho de Administração indicar. O presidente da mesa escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Parágrafo 9º- Caberá exclusivamente ao presidente da mesa, observadas as normas estabelecidas pelo presente Estatuto Social, resolver qualquer controvérsia relativa ao número de votos de cada acionista, decisão da qual caberá recurso imediato à mesma Assembleia Geral, em cuja deliberação não poderá votar a parte interessada.

Artigo 29. Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os acionistas devidamente identificados assinarão o Livro de Presença de Acionistas, informando seu nome, residência e a quantidade de ações de que forem titulares, observado, ainda, o disposto no Artigo 31, parágrafo 3º abaixo.

Parágrafo 1º- O Livro de Presença de Acionistas será encerrado pelo presidente da mesa, logo após a instalação da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º- Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após o encerramento do Livro de Presença de Acionistas poderão participar da Assembleia Geral, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.

Artigo 30. A Companhia deverá iniciar o cadastramento de acionistas para tomar parte na Assembleia Geral, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, cabendo ao

acionista apresentar: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, datado de até 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da Assembleia Geral, podendo a Companhia dispensar a apresentação desse comprovante; e (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo Único- Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no *caput* deste Artigo 30, antes do encerramento do Livro de Presença de Acionistas, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 31. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 5.

Parágrafo 1º- A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.

Parágrafo 2º- Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes, sendo permitida a lavratura da ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º- O registro em ata dos acionistas que tenham participado por meio de boletim de voto a distância ou sistema eletrônico de participação a distância (nos termos do artigo 21-C da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada) será realizado pelo presidente da mesa e pelo secretário, cujas assinaturas poderão ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado pela Companhia para a realização da Assembleia Geral.

Artigo 32. Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicáveis ou neste Estatuto Social:

(i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;

(ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(iii) aprovar planos de concessão de ações ou planos de opção de compra de ações aos Administradores;

(iv) tomar, anualmente, as contas dos Administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(v) reformar o Estatuto Social;

(vi) deliberar sobre a alteração do limite do capital autorizado;

(vii) deliberar sobre aumentos do capital social acima do limite do capital autorizado;

(viii) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação de ações, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

(ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

(x) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(xi) deliberar sobre o pedido de registro de companhia aberta da Companhia e ingresso no Novo Mercado e/ou cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a saída do Novo Mercado;

(xii) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e

(xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Artigo 33. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

Parágrafo 1º- Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, poderão convocar a Assembleia Geral mencionada no *caput* deste Artigo 33 quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias de seu recebimento, a

pedido de convocação que apresentarem, com a indicação da obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente.

Parágrafo 2º- Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos do acionista também estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos que a lei reconhece como essenciais.

Parágrafo 3º- A suspensão de direitos cessará logo que cumprida a obrigação.

Artigo 34. É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, o voto proferido por acionista em deliberação que possa beneficiá-lo de modo particular ou em que tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO FISCAL

Artigo 35. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo 1º- O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo 2º- A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, observados os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º- Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir aos regimentos internos e às políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo, conforme aplicável.

Parágrafo 4º- O termo de posse de que trata o Parágrafo 2º acima deverá contemplar, necessariamente, a sujeição do membro do Conselho Fiscal eleito à cláusula compromissória prevista no Artigo 48 deste Estatuto Social.

Parágrafo 5º- Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente.

Parágrafo 6º- Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, por qualquer motivo, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 7º- Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que . (i) seja inelegível nos termos da lei; (ii) ocupe cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; (iii) tenha interesse conflitante com a Companhia; membros de órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo, e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de Administrador.

Artigo 36. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º- Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º- O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º- Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VI
DO EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 37. O exercício fiscal terá início em 1º janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º- As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Parágrafo 2º- A Companhia poderá: (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo 3º- Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Artigo 38 abaixo.

Parágrafo 4º- Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 38. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo 1º- Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

Parágrafo 2º- O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto nos Parágrafos 3º e 4º deste Artigo 38;

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Parágrafo 3º deste Artigo 38, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, reter com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

(vi) a Companhia poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimento", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta Reserva de Investimento, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia; e

(vii) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Parágrafo 3º- Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, que será diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares.

Parágrafo 4º- O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 39. Por proposta aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º- Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos

acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º- O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 40. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 41. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII
ALIENAÇÃO DE CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 42. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição ("OPA") tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação vigentes e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 43. A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deve observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 44. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e observar os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; e (ii) os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único- A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de OPA mencionada neste Artigo 44, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral e nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 45. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 46. A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização de oferta pública de aquisição prevista neste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado, na legislação societária ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua liquidação por intermédio de qualquer acionista ou de terceiros. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública até que esta seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VIII
DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 47. A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e, se for o caso, o Conselho Fiscal para tal finalidade.

CAPÍTULO IX
DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 48. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo 1º- A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem. O procedimento arbitral terá lugar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

Parágrafo 2º- Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 49. A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas arquivado em sua sede.

Artigo 50. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 51. Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 52. As publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, observarão ao disposto no presente Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado e na legislação vigente.

Artigo 53. As disposições advindas do Regulamento do Novo Mercado previstas neste Estatuto Social, tais como: o Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1, os Parágrafos 2º e 3º do Artigo 9,

o Parágrafo 3º do Artigo 10, o item (xxxii) do Artigo 19, os itens (xi) e (xii) do Artigo 32 e o Capítulo VII, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3, exceção feita ao Artigo 48, o qual passa a viger a partir da data de aprovação do presente Estatuto Social.

*****

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A
CNPJ/ME nº 94.813.102/0001-70
NIRE 43.300.053.504

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2021

Data, Hora e Local: No dia 19 de fevereiro de 2021, às 8:00 horas, na sede social da Três Tentos Agroindustrial S/A ("Companhia"), localizada na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, n° 187, no Distrito Industrial, CEP 98240-000.

Convocação e Presença: Dispensada convocação, nos termos artigo 124, parágrafo 4° da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença dos acionistas representantes de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. Em razão do quórum verificado, o Presidente deu por instalada a Assembleia Geral Extraordinária. Presentes, ainda, integrantes da Administração da Companhia, os Srs. Luiz Osório Dumoncel e João Marcelo Dumoncel.

Mesa: Presidente – Luiz Osório Dumoncel; Secretário – João Marcelo Dumoncel.

Ordem do Dia: Deliberar, em assembleia geral ordinária, sobre: **(i)** a lavratura da ata na forma de sumário; **(ii)** a apreciação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020; **(iii)** a aprovação da destinação dos resultados da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020; **(iv)** a fixação da remuneração global anual, para o exercício social de 2021, *(a)* dos administradores da Companhia e *(b)* dos membros de eventuais Comitês de Assessoramento da Companhia; e, em assembleia geral extraordinária, sobre: **(v)** a alteração da composição da Diretoria da Companhia; **(vi)** a criação do Conselho de Administração da Companhia, bem como a eleição dos seus membros; **(vii)** a criação do capital autorizado da Companhia, estabelecendo o seu limite; **(viii)** a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários "Categoria "A'" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("Emissor de Valores Mobiliários Categoria "A" e "CVM", respectivamente), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(ix)** a aprovação da listagem da Companhia e a admissão de suas ações à negociação na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no segmento especial de Governança Corporativa denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"); **(x)** a aprovação da realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da CVM

nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições aplicáveis, sendo: (a) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC") dos Estados Unidos, em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*"), e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliário; e (b) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor ("Oferta"); **(xi)** a reforma integral do estatuto social da Companhia de forma a, dentre outras alterações, adequá-lo às deliberações anteriores e às regras da CVM, da B3 e do Novo Mercado ("Estatuto Social"); **(xii)** aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano de Opção de Compra de Ações"), que conferirá direitos de aquisição sobre até 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal de emissão da Companhia, no contexto de oportunos aumentos autorizados no capital social da Companhia ou transferência de ações mantidas em tesouraria, no âmbito de programas a serem criados pelo Conselho de Administração da Companhia; **(xiii)** ratificação das filiais da Companhia; **(xiv)** ratificação do jornal de grande circulação no qual a Companhia realiza suas publicações; e **(xv)** a autorização para a administração da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações acima.

Deliberações: Após discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram, sem quaisquer ressalvas ou restrições, por unanimidade, com a abstenção dos legalmente impedidos (conforme aplicável):

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) a lavratura da presente ata em forma de sumário, conforme § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) a aprovação, sem ressalvas, das contas dos administradores e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, as quais foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na edição de 19 de fevereiro de 2021, e no Jornal do Comércio, na edição de 19 de fevereiro de 2021, bem como disponibilizadas, apresentadas e analisadas pelos presentes, conforme consta no **Anexo I** da presente ata;

(iii) a aprovação e/ou a ratificação, conforme o caso, sem ressalvas, das propostas da administração para a destinação de:

a) lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, no valor total de R$ 12.229.768,64 (doze milhões e duzentos e vinte e nove mil e setecentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) da seguinte forma: (i) R$ 611.488,43 (seiscentos e onze mil e quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e três centavos) à conta de Reserva Legal da Companhia; (ii) R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) à conta de Distribuição de Dividendos; e (iii) R$ 9.118.280,21 (nove milhões e cento e dezoito mil e duzentos e oitenta reais e vinte e um centavos) à conta de Reservas de Lucros da Companhia;

b) lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no valor total de R$ 24.924.067,45 (vinte e quatro milhões e novecentos e vinte e quatro mil e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) da seguinte forma: (i) R$ 1.246.203,37 (um milhão e duzentos e quarenta e seis mil e duzentos e três reais e trinta e sete centavos) à conta de Reserva Legal da Companhia; e (ii) R$ 23.677.864,08 (vinte e três milhões e seiscentos e setenta e sete mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e oito centavo) à conta de Reservas de Lucros da Companhia;

c) lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor total de R$ 48.479.640,04 (quarenta e oito milhões e quatrocentos e setenta e nove mil e seiscentos e quarenta reais e quatro centavos) da seguinte forma: (i) R$ 48.479.640,04 (quarenta e oito milhões e quatrocentos e setenta e nove mil e seiscentos e quarenta reais e quatro centavos) à conta de Reservas de Incentivos Fiscais da Companhia;

d) lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor total de R$ 125.227.316,97 (cento e vinte e cinco milhões e duzentos e vinte e sete mil e trezentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos) da seguinte forma: (i) R$ 9.634.000,00 (nove milhões e seiscentos e trinta e quatro mil reais) à conta de Distribuição de Dividendos; e (ii) R$ 115.593.316,97 (cento e quinze milhões e quinhentos e noventa e três mil e trezentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos) à conta de Reservas de Incentivos Fiscais da Companhia;

e) lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor total de R$ 120.818.711,03 (cento e vinte milhões e oitocentos e dezoito mil e setecentos e onze reais e três centavos) da seguinte forma: (i) R$ 20.456.000,00 (vinte milhões e quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) à conta de Distribuição de Dividendos; e (ii) R$ 100.362.711,03 (cem milhões e trezentos e sessenta e dois mil e setecentos e onze reais e três centavos) à conta de Reservas de Incentivos Fiscais da Companhia; e

f) lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor total de R$ 246.263.129,75 (duzentos e quarenta e seis milhões e duzentos e sessenta e três mil e cento e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos) da seguinte forma: (i) R$ 17.250.000,00 (dezessete milhões, duzentos e cinquenta mil reais) à conta de Distribuição de Dividendos; (ii) R$ 11.800.000,00 (onze milhões e oitocentos mil reais) à conta de Dividendos Adicionais Propostos; e (iii) R$ 217.213.129,75 (duzentos e dezessete milhões e duzentos e treze mil e cento e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos) à conta de Reservas de Incentivos Fiscais da Companhia; e

(iv) a remuneração global anual, para o exercício de 2021, *(a)* dos membros da administração da Companhia no valor máximo de R$ 13.221.468,05 (treze milhões duzentos e vinte e um mil quatrocentos sessenta e oito reais e cinco centavos); e *(b)* dos membros de eventuais Comitês de Assessoramento no valor máximo de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(v) a alteração da composição da Diretoria da Companhia, que passará a ser composta, a partir dessa data, por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor, sendo designados: (a) 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações; (c) 1 (um) Diretor Financeiro; (d) 1 (um) Diretor Comercial; (e) 1 (um) Diretor de Insumos; (f) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores; e (g) os demais Diretores sem designação específica;

(vi) a criação do Conselho de Administração da Companhia, o qual será composto por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Ato seguinte, decidem os acionistas eleger os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia com mandato até a data da assembleia geral ordinária da Companhia que apreciará as contas do exercício fiscal de 2022:

a) **João Marcelo Dumoncel**, brasileiro, nascido em 15/09/1971, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.038.585.464 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 616.400.420-91, residente e domiciliado na Rua Hamburgo, nº 185, CEP 98280-000, Vila Italiana, na Cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração;

b) **Luiz Osório Dumoncel**, brasileiro, nascido em 15/12/1962, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 2.016.581.056 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 463.873.310-72, residente e domiciliado na Rua Victor de Quadros Lirio, nº 216, CEP 98240-000, na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração;

c) **Daniel Pires Carneiro**, brasileiro, nascido em 10/08/1981, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 12226569-7 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 092.207.157-83, residente e domiciliado na Rua Visconde de Porto Seguro, nº 741, Jardim dos Estados, CEP 04642-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de membro do Conselho de Administração;

d) **Ademar Schardong**, brasileiro, nascido em 27/11/1955, casado pelo regime da comunhão universal de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 2001153606 SSPRS, inscrito no CPF/ME sob o nº 199.486.200-97, residente e domiciliado na Estrada Do Barro Vermelho, nº 825, Bairro Morada Gaúcha, CEP 94195-600, na Cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de membro do Conselho de Administração;

e) **Roberta Frères Alvarez**, brasileira, nascida em 10/05/1981, convivente em união estável estabelecida, executiva de recursos humanos, portadora do cartão militar de identificação nº 062.347.914-4 POSTO/GRAD/CAT/VINCI, inscrita no CPF/ME sob o nº 805.921.125-00, residente e domiciliado na Rua Cândido Gaffree, nº 166, apto. 304, Urca, CEP 22291-080, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de membro do Conselho de Administração; e

f) **Jorge Luís Vargas Cardoso**, brasileiro, nascido em 17/12/1959, casado pelo regime de comunhão universal de bens, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 6007346874 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 294.537.550-87, residente e domiciliado na Rua Gal. Couto de Magalhães, nº 1485, apto. 803, CEP 90540-131, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de membro do Conselho de Administração.

Consignar a caracterização do Sr. **Ademar Schardong** e do Sr. **Jorge Luís Vargas Cardoso**, ora eleitos, como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 16, §§1º e 2º e no artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3. A caracterização dos Conselheiros ora eleitos como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, foi atestada por cada um deles mediante declarações previamente encaminhadas.

Os membros do Conselho de Administração ora eleitos assinam e entregam à Companhia os termos de posse que formalizam a investidura de referidas pessoas em seus respectivos cargos na administração da Companhia, que serão lavrados em livro próprio.

Homenagem aos Fundadores. Em razão da relevante contribuição, dedicação, trabalho árduo e paixão pelo agronegócio dos fundadores da Companhia, Sr. João Osório Dumoncel e Sra. Clélia Dumoncel, que desde 1954 contribuem para trilhar o caminho de sucesso e fortalecer a cultura da Companhia, a Companhia decidiu nomeá-los como "Conselheiros Beneméritos", com função honorífica, vitalícia e personalíssima, não tendo caráter administrativo, de assessoria ou técnico. Os Conselheiros Beneméritos poderão participar das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, não possuindo direito de voto e não podendo ser substituídos em suas ausências. Os Conselheiros Beneméritos não serão computados para os fins de cálculo do número de membros do Conselho de Administração da Companhia;

(vii) a criação de capital autorizado da Companhia até o limite de R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), de forma que o capital social da Companhia poderá ser aumentado até este limite independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração;

(viii) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na Categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480, de modo a se tornar um Emissor de Valores Mobiliários Categoria "A";

(ix) o pedido de listagem da Companhia e da admissão de suas ações à negociação na B3, especialmente no segmento especial de Governança Corporativa do Novo Mercado, e autorizaram a Companhia a firmar com a B3 o "Contrato de Participação do Novo Mercado";

(x) a realização da Oferta. Os termos e condições da Oferta serão oportunamente definidos pelo Conselho de Administração da Companhia;

(xi) a reforma integral do Estatuto Social da Companhia em decorrência das deliberações tomadas na presente Assembleia Geral Extraordinária e para adequá-lo às regras da CVM, da B3 e do Novo Mercado, inclusive em relação à alteração da forma de resolução de disputas, controvérsias e/ou conflitos relacionados à Companhia, seus acionistas, administradores e seu Estatuto Social para arbitragem, a ser conduzida pela Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento.

O novo Estatuto Social da Companhia aprovado pelos acionistas, que já prevê as alterações ora deliberadas, integra a presente ata como **Anexo II**, tendo sido sua publicação dispensada pelos acionistas. Caso não haja liquidação da Oferta, os acionistas comprometem-se a reformar o Estatuto Social, de forma a refletir o fato de a Companhia não aderir ao Novo Mercado;

(xii) a aprovação, sem ressalvas, do Plano de Opção de Compra de Ações que, nos termos do Artigo 168, §3º, da Lei das Sociedades por Ações e do Artigo 32, item (iii) do Estatuto Social da Companhia vigente, estabelece as respectivas condições gerais de outorgas de direitos de aquisição sobre até 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal de emissão da Companhia, no contexto de oportunos aumentos autorizados no capital ou transferência de ações mantidas em tesouraria aos administradores, colaboradores e demais pessoas elegíveis no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, nos termos do **Anexo III** da presente ata, tendo sido sua publicação dispensada pelos acionistas.

Adicionalmente, os acionistas autorizam: (a) o Conselho de Administração a criar os respectivos programas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, bem como modelo do instrumento contratual de outorga, podendo definir o preço de exercício, determinar as outorgas de opções relacionadas ao Plano de Opção de Compra de Ações aos administradores, colaboradores e demais pessoas elegíveis no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, dentre outras atribuições previstas no Plano de Opção de Compra de Ações; e (b) a diretoria da Companhia a celebrar os correspondentes contratos, em conformidade com os modelos e contratos específicos, conforme determinado pelo Conselho de Administração;

(xiii) a ratificação das filiais da Companhia abertas até a presente data, conforme **Anexo IV**;

(xiv) a ratificação do "Jornal do Comércio" como o jornal de grande circulação no qual a Companhia realiza suas publicações; e

(xv) a autorização à administração da Companhia para tomar todas e quaisquer medidas que sejam necessárias para execução e implementação das deliberações acima aprovadas.

Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral foi encerrada e lavrada a presente Ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente – **Luiz Osório Dumoncel**; Secretário – **João Marcelo Dumoncel**. Acionistas presentes: **(i)** Luiz Osório Dumoncel, **(ii)** João Marcelo Dumoncel, **(iii)** Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho, **(iv)** Vania Margarida Dumoncel Martins, **(v)** Maria Beatriz Dumoncel Hoff; **(vi)** Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari, **(vii)** ALD Participações Ltda., representada por seu administrador Sr. Luiz Osório Dumoncel; **(viii)** JM Participações Ltda.,

representada por seu administrador Sr. João Marcelo Dumoncel; **(ix)** Celeiro Participações Ltda., representada por sua administradora Sra. Vania Margarida Dumoncel Martins; **(x)** DUMTAG Participações Ltda., representada por sua administradora Sra. Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari; **(xi)** KDUH Participações Ltda., representada por sua administradora Sra. Maria Beatriz Dumoncel Hoff; e **(xii)** Boaventura Participações Ltda., representada por seu administrador Sr. Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho.

Santa Bárbara do Sul /RS, 19 de fevereiro de 2021.

Luiz Osório Dumoncel
Presidente

João Marcelo Dumoncel
Secretário

(Página de assinaturas da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Três Tentos Agroindustrial S/A realizada em 19 de fevereiro de 2021.)

PROTOCOLO ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A – REALIZADA EM 19/02/2021.

REDE SIMPLES RS

Portal de Serviços

Você está em: Portal de Serviços / Registro Digital / Consultar Solicitação

Registro Digital - Consultar Solicitação

Protocolo Registro Digital:

210554347

Pesquisar

Dados:

Protocolo Módulo Integrador:	RSP2100058604
Nome Empresa:	TRES TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A
Natureza Jurídica:	2046 - SOCIEDADE ANONIMA ABERTA
Ato:	008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA
Protocolo Registro Digital:	21/055.434-7

O Processo informado encontra-se em análise.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMNISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A
CNPJ/ME nº 94.813.102/0001-70
NIRE 43.300.053.504

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2021

Data, Hora e Local: No dia 19 de fevereiro de 2021, às 9:00 horas, na sede social da Três Tentos Agroindustrial S/A ("Companhia"), localizada na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, n° 187, no Distrito Industrial, CEP: 98240-000.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Mesa: Sr. João Marcelo Dumoncel – Presidente; e Sr. Luiz Osório Dumoncel – Secretário.

Ordem do Dia: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a aprovação da realização de uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta"), bem como os seus termos e condições; **(ii)** a eleição dos membros da Diretoria da Companhia para ocupar os cargos previstos em seu novo Estatuto Social e confirmação do cumprimento pelos diretores das exigências da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); **(iii)** a aprovação dos seguintes documentos de governança corporativa da Companhia, de modo a atender ao disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"): *(a)* Código de Conduta e Ética da Companhia; *(b)* Política de Remuneração da Companhia; *(c)* Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Membros dos Comitês de Assessoramento da Companhia; *(d)* Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia; *(e)* Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses da Companhia; *(f)* Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia; *(g)* Política de Uso de Informações e Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia; e *(h)* Política Socioambiental da Companhia; **(iv)** a aprovação da criação do: *(a)* Comitê de Auditoria não estatutário; e *(b)* Comitê de ESG e Sustentabilidade não estatutário; **(v)** a aprovação dos seguintes regimentos internos: *(a)* Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia; *(b)* Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia; e *(c)* Regimento Interno do Comitê de ESG e Sustentabilidade da Companhia; **(vi)** a eleição dos membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de ESG e Sustentabilidade; **(vii)** a individualização da remuneração da administração e dos Comitês Assessoramento; **(viii)** a aprovação do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; e **(ix)** a dispensa da publicação dos

documentos discutidos na reunião e que integrarão sua ata na forma de anexo, assim como autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, se aprovadas na reunião.

Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes aprovaram por unanimidade e sem quaisquer restrições, com a abstenção dos legalmente impedidos (conforme aplicável):

(i) a realização da Oferta, a ser realizada no Brasil, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Coordenador Líder"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America" ou "Agente Estabilizador"), o Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS", e em conjunto com o BTG Pactual, Bank of America, Citi, Bradesco BBI e UBS, os "Coordenadores da Oferta"), tendo como estabilizador da oferta o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis.

Serão também realizados, simultaneamente, pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo BofA Securities, Inc., pelo Citigroup Global Markets Inc., pelo Bradesco Securities, Inc. e pelo UBS Securities, LLC ("Agentes de Colocação Internacional") esforços de colocação das Ações: (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("SEC"); em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade ao *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos na alínea "i" acima e nesta alínea "ii", em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada

("Resolução 4.373"), da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 560"), ou da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá, a critério da Companhia e dos acionistas vendedores em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido), podendo ser emitidas pela Companhia e alienadas pelos acionistas vendedores da Oferta nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), podendo ser emitidas pela Companhia e alienadas pelos acionistas vendedores da Oferta, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), as quais serão destinadas exclusivamente à estabilização de preço das Ações.

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

O preço por Ação ("Preço por Ação") será fixado após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a investidores institucionais, a ser realizado no Brasil, conduzido pelos Coordenadores da Oferta, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a investidores institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição

injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1°, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

(ii) a eleição membros da Diretoria da Companhia, conforme composição prevista no Estatuto Social da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e das regulamentações da CVM e da B3, incluindo o Regulamento do Novo Mercado, da seguinte forma:

a) **Luiz Osório Dumoncel**, brasileiro, nascido em 15/12/1962, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n° 2.016.581.056 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o n° 463.873.310-72, residente e domiciliado na Rua Victor de Quadros Lirio, n° 216, Padroeira, CEP 98240-000, na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de Diretor Presidente;

b) **João Marcelo Dumoncel**, brasileiro, nascido em 15/09/1971, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG n° 7.038.585.464 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o n° 616.400.420-91, residente e domiciliado na Rua Hamburgo, n° 185, Vila Italiana, CEP 98280-000, na Cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de Diretor Vice-Presidente de Operações;

c) **Maurício Leonardo Hasson**, brasileiro, nascido em 23/02/1974, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n° 9552984-8 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n° 024.961.187-24, residente e domiciliado na Rua Coronel Artur de Paula Ferreira, n° 132, apto 151, Vila Nova Conceição, CEP 04511-060, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores;

d) **Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho**, brasileiro, nascido em 11/09/1977, casado pelo regime de separação total de bens, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG n° 5018486431 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o n° 000.569.890-16, residente e domiciliado na Rua Dois, Lot. Arroio Pelotas, n° 61, Laranjal, CEP 96.083-862, na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de Diretor Comercial; e

e) **Benhur Vione**, brasileiro, nascido em 09/12/1976, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG n° 2062539461 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o n° 901.280.790-53, residente e

domiciliado na Rua Benjamin Constant, nº 115, apto 401, Centro, CEP 98700-000, na Cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de Diretor de Insumos.

Os diretores Luiz Osório Dumoncel e João Marcelo Dumoncel são reeleitos e reconduzidos aos novos cargos nos termos do novo Estatuto Social da Companhia, e, bem como os demais diretores, são eleitos com mandato até a data da assembleia geral ordinária da Companhia que apreciará as contas do exercício fiscal de 2022, de forma que os mandatos da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia sejam coincidentes. Todos os Diretores declaram estar totalmente desimpedidos, nos termos do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e, nos termos das regulamentações da CVM e B3 aplicáveis, em especial o Regulamento do Novo Mercado, declaram estar sujeitos à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no novo Estatuto Social da Companhia. Os diretores apresentam termos de posse, que serão lavrados em livro próprio.

(iii) os seguintes documentos de governança corporativa da Companhia: *(a)* Código de Conduta e Ética da Companhia; *(b)* Política de Remuneração da Companhia; *(c)* Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Membros dos Comitês de Assessoramento da Companhia; *(d)* Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia; *(e)* Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses da Companhia; *(f)* Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia; *(g)* Política de Uso de Informações e Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia; e *(h)* Política Socioambiental da Companhia, todos de acordo com a Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480"), a Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("ICVM 358") e o Regulamento do Novo Mercado, e com a redação constante dos **Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII** da presente ata, respectivamente, que estão disponíveis, também, na sede da Companhia. As políticas aprovadas nesta data somente terão eficácia a partir da data da divulgação do anúncio de início da Oferta;

(iv) a criação do Comitê de Auditoria não estatutário, nos termos do artigo 22 do Regulamento do Novo Mercado e do Comitê de ESG e Sustentabilidade não estatutário;

(v) os seguintes regimentos internos: *(a)* Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, conforme redação constante do **Anexo IX** da presente ata; *(b)* Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia, conforme redação constante do **Anexo X** da presente ata; e *(c)* Regimento Interno do Comitê de ESG e Sustentabilidade da Companhia, conforme redação constante do **Anexo XI** da presente ata. Os regimentos internos aprovados nesta data somente terão eficácia a partir da data da divulgação do anúncio de início da Oferta;

(vi) a eleição dos seguintes membros para compor o Comitê de Auditoria da Companhia:

a) **Ademar Schardong**, brasileiro, nascido em 27/11/1955, casado pelo regime da comunhão universal de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 2001153606 SSPRS, inscrito no CPF/ME sob o nº 199.486.200-97, residente e domiciliado na Estrada Do Barro Vermelho, nº 825, Morada Gaúcha, CEP 94195-600, na Cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de membro do Comitê de Auditoria;

b) **Jorge Luís Vargas Cardoso**, brasileiro, nascido em 17/12/1959, casado pelo regime de comunhão universal de bens, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 6007346874 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 294.537.550-87, residente e domiciliado na Rua Gal. Couto de Magalhães, nº 1485, apto. 803, CEP 90540-131, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de membro do Comitê de Auditoria; e

c) **Cristiano Machado Costa**, brasileiro, nascido em 15/06/1979, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, economista, portador da cédula de identidade RG nº 1016752204 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 810.485.480-15, residente e domiciliado na Rua Doutor Dário de Bittencourt, nº 300, apto. 1903 B, CEP 91360-390, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de membro do Comitê de Auditoria.

A eleição dos seguintes membros para compor o Comitê de ESG e Sustentabilidade da Companhia:

a) **Luiz Osório Dumoncel**, brasileiro, nascido 15/12/1962, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 2.016.581.056 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 463.873.310-72, residente e domiciliado na Rua Victor de Quadros Lirio, nº 216, Padroeira, CEP 98240-000, na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de membro do Comitê de ESG e Sustentabilidade;

b) **Daniel Pires Carneiro**, brasileiro, nascido em 10/08/1981, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 12226569-7 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 092.207.157-83, residente e domiciliado na Rua Visconde de Porto Seguro, nº 741, Jardim dos Estados, CEP 04642-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de membro do Comitê de ESG e Sustentabilidade; e

c) **Marcia Veroneze Bisol Pagliarini**, brasileira, nascida em 26/06/1985, casada em regime parcial de bens, química industrial, portador da cédula de identidade RG nº 2070231697 SSP/RS, inscrita no CPF/ME sob o nº 005.121.100-93 , residente e domiciliada na Rua Albino Brendler, nº 149, apto.1002, Centro, CEP 98700-000, na Cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de membro do Comitê de ESG e Sustentabilidade;

O mandato dos membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de ESG e Sustentabilidade da Companhia eleitos, neste ato, vigorará até a data da assembleia geral ordinária da Companhia que apreciará as contas do exercício fiscal de 2022. Os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de ESG e Sustentabilidade ora eleitos declaram estar totalmente desimpedidos, nos termos do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações para o exercício de suas funções, em especial declaram, sob as penas da lei, que: (a) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme previsto no §1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (b) atendem ao requisito (b.i) de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e (b.ii) do artigo 22 do Regulamento do Novo Mercado; (c) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia; e (d) não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaram estar sujeitos à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia. Os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de ESG e Sustentabilidade da Companhia ora eleitos tomam posse de seus respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse lavrados em livro de registro de atas de reuniões do conselho de administração da Companhia.

(vii) a individualização da remuneração da administração e dos Comitês Assessoramento, observado o valor global aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada na presente data;

(viii) a aprovação do Primeiro Programa relacionado ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Primeiro Programa"), aprovado em assembleia geral da Companhia realizada nesta data, que estabelece os termos e condições de outorga de opções de compra de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia, nos termos do **Anexo XII** da presente ata; e

(ix) a dispensa de publicação dos **Anexos I a XII** e a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências necessárias para a formalização das deliberações aprovadas acima.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes.

Mesa: Sr. João Marcelo Dumoncel – Presidente; e Sr. Luiz Osório Dumoncel – Secretário.

Membros do Conselho de Administração: João Marcelo Dumoncel, Luiz Osório Dumoncel, Daniel Pires Carneiro, Ademar Schardong, Roberta Frères Alvarez e Jorge Luís Vargas Cardoso.

A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia.

Santa Bárbara do Sul /RS, 19 de fevereiro de 2021.

Luiz Osório Dumoncel
Secretário

(Página de assinaturas da ata da Reunião do Conselho de Administração da Três Tentos Agroindustrial S/A realizada em 19 de fevereiro de 2021)

PROTOCOLO ATA DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A – REALIZADA EM 19/02/2021.

REDE SIMPLES RS

Portal de Serviços

Você está em: Portal de Serviços / Registro Digital / Consultar Solicitação

Registro Digital - Consultar Solicitação

Protocolo Registro Digital:

210555807

Pesquisar

Dados:

Protocolo Módulo Integrador:	RSN2149418346
Nome Empresa:	TRES TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A
Natureza Jurídica:	2054 - SOCIEDADE ANONIMA FECHADA
Ato:	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO ADMINISTRACAO
Protocolo Registro Digital:	21/055.580-7

ℹ O Processo informado encontra-se em análise.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A
CNPJ/ME nº 94.813.102/0001-70
NIRE 43.300.053.504

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2021

Data, Hora e Local: No dia [●] de [●] de 2021, às [●] horas, na sede social da Três Tentos Agroindustrial S/A ("Companhia"), localizada na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, n° 187, no Distrito Industrial, CEP: 98240-000.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Mesa: Sr. João Marcelo Dumoncel – Presidente; e Sr. Luiz Osório Dumoncel – Secretário.

Ordem do Dia: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, conforme os termos e condições aprovados na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2021 ("Oferta"); **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, e a fixação da quantidade de Ações a serem emitidas, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia; **(iii)** a verificação da subscrição das Ações no âmbito da Oferta e a homologação do aumento de capital social da Companhia; e, ainda, **(iv)** a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos e tomar todas as medidas necessárias à implementação das deliberações ora tomada, bem como a ratificação de todos os atos já praticados.

Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes aprovaram por unanimidade e sem quaisquer restrições:

(i) aprovar o preço de R$[●] ([●]) para a emissão, pela Companhia, de cada Ação no contexto da Oferta ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de

Bookbuilding") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, no Brasil e no exterior, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, nos termos do artigo 170, parágrafo 1°, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), na medida em que o Preço por Ação será aferido tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas Ações (considerando as Ações Adicionais), coletadas junto a investidores institucionais, no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*, não promovendo, portanto, diluição injustificada dos acionistas da Companhia.

(ii) aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 5º, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia.

Com o referido aumento, o capital social da Companhia passará de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), dividido em 400.000.000 (quatrocentas milhões) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R$[●] ([●]), dividido em [●] ([●]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante a emissão de [●] ([●]) novas Ações.

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes às ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive o direito de participar das assembleias gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas as ações ordinárias, conforme o caso, e darão, ainda, o direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta.

(iii) verificar a subscrição de [●] ([●]) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta e, consequentemente, homologar o aumento do capital social aprovado conforme item "(ii)" acima, no montante de R$[●] ([●]), sendo que o capital social da Companhia passa a ser de R$[●] ([●]), dividido em [●] ([●]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O aumento do capital social da Companhia ora deliberado pelo Conselho de Administração dentro do limite de seu capital autorizado não requer reforma

estatutária, de modo que o Conselho de Administração submeterá oportunamente à Assembleia Geral de Acionistas a proposta de alteração do Estatuto Social para refletir o novo valor do capital social da Companhia.

(iv) reiterar a autorização concedida à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos e adotar todas as medidas necessárias à realização, formalização e aperfeiçoamento das deliberações ora tomadas, incluindo representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, a B3 e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, conforme se faça necessário, podendo, para tanto, praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados, bem como ratificar todos os atos já praticados com vistas ao aperfeiçoamento das mesmas deliberações.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes.

Mesa: Sr. João Marcelo Dumoncel – Presidente; e Sr. Luiz Osório Dumoncel – Secretário.

Membros do Conselho de Administração: João Marcelo Dumoncel, Luiz Osório Dumoncel, Daniel Pires Carneiro, Ademar Schardong, Roberta Frères Alvarez e Jorge Luís Vargas Cardoso.

A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia.

Santa Bárbara do Sul /RS, [●] de [●]de 2021

_____

Luiz Osório Dumoncel
Secretário

(Página de assinaturas da ata da Reunião do Conselho de Administração da Três Tentos Agroindustrial S/A realizada em [●] de [●] de 2021)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A, com sede na Avenida Principal, nº 187, Bairro Industrial, CEP 98.240-000, na cidade de Santa Barbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") nº 94.813.102/0001-70 ("Companhia"), neste ato representada nos termos de seu estatuto social no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações", respectivamente), de sua emissão e de titularidade dos Srs. **Luiz Osório Dumoncel**, **Vânia Margarida Dumoncel Martins**, **Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari**, **João Marcelo Dumoncel**, **Eduardo Augusto Pereira De Menezes Filho** e **Maria Beatriz Dumoncel Hoff** (em conjunto, os "Acionistas Vendedores"), conforme identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), o Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS", em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Citi e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e os Acionistas Vendedores;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Companhia declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) **(a)** as informações prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das

Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021.

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

LUIZ OSÓRIO DUMONCEL
Diretor Presidente

MAURÍCIO LEONARDO HASSON
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

LUIZ OSÓRIO DUMONCEL, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 2016581056 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 463.873.310-72, residente e domiciliado na Rua Victor de Quadros Lírio, nº 216, Padroeira, CEP 98240-000, na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações", respectivamente), de emissão da **TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, nº 187, Bairro Industrial, CEP 98240-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.813.102/0001-70 ("Companhia"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), o Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS", em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Citi e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e o Acionista Vendedor;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no parágrafo 3º do artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) **(a)** as informações por ele prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021.

LUIZ OSÓRIO DUMONCEL

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

JOÃO MARCELO DUMONCEL, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.038.585.464 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 616.400.420-91, residente e domiciliado na Rua Hamburgo, nº 185, Vila Italiana, CEP 98280-000, na Cidade de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações", respectivamente), de emissão da **TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, nº 187, Bairro Industrial, CEP 98240-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.813.102/0001-70 ("Companhia"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), o Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS", em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Citi e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta") , vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e o Acionista Vendedor;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no parágrafo 3º do artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) **(a)** as informações por ele prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021.

JOÃO MARCELO DUMONCEL

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

VÂNIA MARGARIDA DUMONEL MARTINS, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1494007 SSP/DF, inscrita no CPF/ME sob o nº 698.047.531-20, residente e domiciliada na SQN 205/I/406, Asa Norte, na cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 70843-090 ("Acionista Vendedora"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações", respectivamente), de emissão da **TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, nº 187, Bairro Industrial, CEP 98240-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.813.102/0001-70 ("Companhia"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), o Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS", em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Citi e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta") , vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, a Acionista Vendedora e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) a Companhia e a Acionista Vendedora disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e à Acionista Vendedora;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pela Acionista Vendedora, a Companhia e a Acionista Vendedora confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e a Acionista Vendedora, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Acionista Vendedora, em cumprimento ao disposto no parágrafo 3º do artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) **(a)** as informações por ela prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021.

VÂNIA MARGARIDA DUMONEL MARTINS

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

MARIA BEATRIZ DUMONCEL HOFF, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.008.176.774 SSP/RS, inscrita no CPF/ME sob o nº 835.179.281-00, residente e domiciliada na Rua SQSW 100, Bloco F, n° 208, Setor Sudoeste, na cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 70670-016 ("Acionista Vendedora"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações", respectivamente), de emissão da **TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, nº 187, Bairro Industrial, CEP 98240-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.813.102/0001-70 ("Companhia"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), o Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS", em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Citi e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, a Acionista Vendedora e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) a Companhia e a Acionista Vendedora disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e à Acionista Vendedora;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pela Acionista Vendedora, a Companhia e a Acionista Vendedora confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e a Acionista Vendedora, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Acionista Vendedora, em cumprimento ao disposto no parágrafo 3º do artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) **(a)** as informações por ela prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021

MARIA BEATRIZ DUMONCEL HOFF

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

ROSALBA LUISA DUMONCEL TAGLIARI, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.838.800 SSP/DF, inscrita no CPF/ME sob o nº 636.126.901-91, residente e domiciliada na Avenida Brasil, n° 3160, apto. 802, Centro, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP 88330-060 ("Acionista Vendedora"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações", respectivamente), de emissão da **TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, nº 187, Bairro Industrial, CEP 98240-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.813.102/0001-70 ("Companhia"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), o Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS", em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Citi e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, a Acionista Vendedora e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) a Companhia e a Acionista Vendedora disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e à Acionista Vendedora;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pela Acionista Vendedora, a Companhia e a Acionista Vendedora confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e a Acionista Vendedora, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Acionista Vendedora, em cumprimento ao disposto no parágrafo 3º do artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) **(a)** as informações por ela prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021.

ROSALBA LUISA DUMONCEL TAGLIARI

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

EDUARDO AUGUSTO PEREIRA DE MENEZES FILHO, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo,, portador da cédula de identidade RG nº 5018486431 SSP/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.569.890-16, residente e domiciliado na Rua Dois, Lot. Arroio Pelotas, n° 61, Laranjal, CEP 96.083-862, na Cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações", respectivamente), de emissão da **TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, nº 187, Bairro Industrial, CEP 98240-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 94.813.102/0001-70 ("Companhia"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), o Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e o UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS", em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Citi e o Bradesco BBI, os "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S/A*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e o Acionista Vendedor;

(F) conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no parágrafo 3º do artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) **(a)** as informações por ele prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro da Oferta e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021

EDUARDO AUGUSTO PEREIRA DE MENEZES FILHO

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO DA CVM Nº 400

O **BANCO BTG PACTUAL S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 14º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 30.306.294/0002 26, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da **TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A.** ("Companhia" e "Ações", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(a) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(b) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S.A.*" ("Prospecto Definitivo");

(c) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previamente acordados, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao *"Prospecto Preliminar de Emissão da Três Tentos Agroindustrial S.A."* ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(d) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevante para a Oferta;

(e) além dos documentos referidos no item (d) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e os Acionistas

Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(f) a Companhia confirma ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, como o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(g) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

i. é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

ii. tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que **(a)** as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

iii. o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao *Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

iv. o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos

investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, incluindo aquelas relacionadas às suas atividades, à sua situação econômico-financeira, e aos riscos que possam afetar a Companhia e a Oferta.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras

Três Tentos Agroindustrial S.A.

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Building a better
working world

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Índice

Relatório da administração 1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 7

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 13
Demonstração do resultado 15
Demonstração do resultado abrangente 16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 17
Demonstração dos fluxos de caixa 18
Demonstração dos valores adicionados 19
Notas explicativas às demonstrações financeiras 20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Mensagem do Presidente

Em nosso segmento de atuação existe uma frase, com especial destaque para nós da 3tentos: "o típico do agronegócio é que todo ano é atípico". Por vários motivos, 2020 cumpriu novamente com essa máxima. Quebra de safra no Rio Grande do Sul, turbulências na economia, *boom* de *commodities.* Em mais um dos seus 25 anos, a 3tentos mostrou que sabe navegar com expertise pelo setor mais relevante para a economia Brasileira. Conseguimos ultrapassar todos os desafios impostos com garra e determinação de ir além, e através de todas as ações estruturantes que implantamos nos últimos anos temos a clareza de que estamos no caminho certo.

O Rio Grande do Sul passou na safra 2019/2020 por uma severa estiagem que comprometeu 40% da produção de soja, que associada a covid-19, em âmbito global, causaram ao mercado reflexos de incertezas e extrema flutuação cambial, que conjuntas, destruíram, criaram, modificaram e solidificaram muitos mercados, e, em consequência, toda a sua dinâmica de abastecimento, operação e previsibilidade do que estaria por vir.

Com a visão de estarmos próximos dos nossos parceiros nos momentos de incerteza e dificuldade, os valores do Campo, da Parceria e da Segurança foram reafirmados por meio da nossa nova identidade visual. Nossa missão de ser uma empresa de soluções no agronegócio independente do momento, nos permitiu o crescimento robusto em capilaridade e participação ainda mais forte nos mercados onde estamos presentes, com 4 novas unidades e incremento de 22% na nossa força técnica e de atendimento no campo.

Aceleramos fortemente plataformas digitais que levam soluções para nossos clientes e produtividade para o nosso time, como a Fixação Online de Grãos, uma solução única no país. A ampliação da nossa capacidade estática e industrial também foram passos importantes para a consolidação do nosso ecossistema e a ratificação de uma proposta de valor unicamente integrada no agronegócio brasileiro.

Nos sentimos orgulhosos de levar ao agricultor uma oferta completa de produtos e serviços, mas também da qualidade do atendimento e compromisso dos nossos mais de 1.100 colaboradores. Fizemos movimentos importantes para que todo o nosso time tivesse uma melhora da qualidade dos treinamentos, ambiente de trabalho e clima organizacional, fazendo com que sentissem seguros e acolhidos dentro da família 3tentos.
Amadurecemos nossa governança e controles internos, expandimos nossas relações com o comércio exterior e consolidamos expansões em regiões de atuação. O atingimento desses objetivos foi determinante para que crescêssemos 18% em 2019 e 40% em 2020 a nossa receita líquida, melhorando a nossa performance operacional, aumentando nosso lucro líquido de 5,4% em 2019 para 7,9% em 2020, com mais de R$ 3 Bi de receita líquida.

Além de manter a nossa essência, queremos consolidar a 3tentos como protagonista no cenário de Alimento e Energia Renovável, com a sinergia das nossas atividades de insumos, grãos e indústria, em convergência com a digitalização e soluções integradas para o agronegócio brasileiro.

2021 é o primeiro ano dos próximos 25 anos, e estaremos ao lado dos agricultores e sociedade, colaborando e difundido tecnologias que contribuam para sustentabilidade da atividade, preservando os nossos recursos naturais.

Sempre parceiros!

Luiz Osório Dumoncel
CEO & Fundador

2. Contexto Geral de Negócios

Somos uma Companhia que oferece um ecossistema verticalizado e integrado que conta com uma ampla oferta de produtos e soluções para os nossos mais de 17 mil clientes ativos, que em sua maioria são pequenos e médios produtores rurais. Nossa estratégia de criar um ecossistema focado nos pequenos e médios produtores rurais gera valor significativo à todas as partes envolvidas e cria relacionamentos de longo-prazo com nossos clientes Como resultado, cria-se também uma barreira de entrada para nossos concorrentes, em especial os *players* multinacionais do setor. Temos como princípio fundamental sempre servir os nossos clientes com excelência e acreditamos que a vivência de nossos fundadores como produtores rurais, com profundo conhecimento do campo, contribuiu de forma relevante para entendermos as principais necessidades de nossos clientes.

A relação comercial da Companhia inicia-se por meio da nossa estratégia de venda de insumos agrícolas e oferece ao produtor rural uma proposta de valor baseada em: (i) um portfólio amplo de produtos de diversos e conceituados fornecedores (*e.g*. Basf, FMC, Ihara, entre outros); (ii) tecnologia de manejo agrícola baseada em resultados; (iii) planejamento de lavoura através de uma rede de aproximadamente 120 consultores agrícolas (engenheiros agrícolas, agrônomos e técnicos em agronomia); e (iv) logística com alto nível de serviço e confiabilidade.

Nossa atuação se dá principalmente por meio de três segmentos de negócios:

- **Varejo de insumos agrícolas ("Insumos")**: mediante a oferta de uma completa gama de insumos agrícolas, atendemos a maioria das necessidades do produtor rural através da venda de diversos tipos de sementes, fertilizantes para a lavoura e defensivos agrícolas para as culturas de soja, milho, trigo, arroz, dentre outras. As vendas são realizadas em 40 unidades no Estado do Rio Grande do Sul (além de uma unidade no Estado do Mato Grosso), com auxílio de mais de 120 consultores (agrônomos e técnicos em agronomia) que agregam valor aos insumos vendidos, com o objetivo de aumentar a produtividade dos nossos clientes. Estamos presentes em 36 municípios do Estado do Rio Grande do Sul e respondemos por 13% de *market share*. Contamos com aproximadamente 11 mil clientes ativos neste segmento. Este segmento conta também com duas unidades de beneficiamento de sementes localizadas na cidade de Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e uma unidade misturadora de fertilizantes localizada na cidade de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul. A receita líquida deste segmento foi de R$909,3 milhões e representou 29,2% da receita líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, com uma margem bruta de 18,1% no mesmo exercício.

- **Originação e *trading* de grãos ("Grãos")**: realizamos a compra e venda de grãos de a aproximadamente 11 mil produtores rurais de pequeno e médio portes, possuindo uma capacidade estática de armazenagem superior a 900 mil toneladas para soja, milho e trigo. Para a logística e escoamento dos grãos, a Companhia conta com uma frota própria de mais de 73 caminhões. A receita líquida deste segmento foi de R$497,6 milhões e representou 16,0% da receita líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, com uma margem bruta de 6,8% no mesmo exercício.

- **Industrialização de grãos ("Indústria")**: por meio de nossas duas fábricas localizadas nas cidades de Ijuí e Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, realizamos a industrialização de soja para produção de farelo, importante componente para rações animais na avicultura, suinocultura e bovinocultura; óleo de soja e biodiesel. Possuímos uma capacidade de esmagamento de soja de 3 (três) mil toneladas por dia e de produção de biodiesel de 900 mil litros por dia. Possuímos dois modais ferroviários (de acesso em nossas instalações) ligando as unidades das cidades de Ijuí e Cruz Alta ao Porto de Rio Grande. A receita líquida deste segmento foi de R$1.705,5 milhões e representou 54,8% da receita líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, com uma margem bruta de 20,1% no mesmo exercício.

3. Análise dos Principais Resultados da Companhia

Apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros e operacionais para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, onde é possível ver a evolução significativa da receita operacional líquida, do EBITDA e das margens, demonstrando a capacidade da Companhia de crescimento (em volume e receita) com rentabilidade.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em milhares de reais, exceto percentuais e índices	**2020**	**2019**	**2018**
Receita Operacional líquida	3.112.439	2.225.020	1.888.436
Lucro bruto	500.179	314.963	297.854
Margem bruta (%)	16,1%	14,2%	15,8%
EBITDA[1]	347.081	162.415	166.725
EBITDA Ajustado[2]	387.430	165.975	201.205
Margem EBITDA (%)[3]	11,2%	7,3%	8,8%
Margem EBITDA Ajustado (%)[3]	12,4%	7,5%	10,7%
Lucro líquido	246.263	120.819	125.227
Margem líquida (%)	7,9%	5,4%	6,6%
Dívida líquida[4]	388.863	259.710	180.114
Dívida líquida / EBITDA Ajustado	1,00x	1,56x	0,90x
ROAE (%)[5]	44,3%	34,6%	52,0%
ROIC (%)[6]	35,9%	24,7%	34,7%

(1) O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido (prejuízo) ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. (2) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e refere-se ao lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização, excluindo o valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a *commodities*. (3) A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada são medições não contábeis elaboradas pela Companhia e consistem no EBITDA e/ou no EBITDA Ajustado dividido pela Receita operacional líquida. (4) A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e equivale ao total da Dívida Bruta (correspondente ao somatório de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) deduzida do saldo de Caixa e equivalentes de caixa. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência. (5) O ROAE (Return Average on Equity) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e é o lucro (prejuízo) líquido dividido pelo Patrimônio Líquido Médio (calculado pela média entre o Patrimônio Líquido do Exercício corrente com o Patrimônio Líquido do Exercício anterior) da Companhia ("ROAE"). (6) O ROIC é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e é calculado pela divisão do lucro operacional após impostos (Net Operating Profit After Taxes) ("NOPAT") pela média do capital investido dos últimos dois exercícios sociais ("Capital Investido"). O NOPAT é o resultado antes das receitas (despesas) financeiras dos últimos doze meses, líquido de efeito de IRPJ/CSLL calculado pela nossa alíquota efetiva. O Capital Investido é a soma dos nossos Empréstimos e financiamentos, do nosso Patrimônio Líquido menos o nosso Caixa e Equivalentes de Caixa.

A performance financeira da Companhia apresentou um desempenho significativo ao longo dos últimos. A Receita Líquida de 2020 ultrapassou R$3,1 bilhões, com crescimento de 39,9% em relação ao ano anterior, proporcionado principalmente pela abertura e consolidação de novas lojas, expansão da capacidade de nossas indústrias e pelo aumento dos preços das commodities agrícolas. O EBITDA Ajustado foi de R$387 milhões, com margem de 12,5% e o Lucro Líquido atingiu R$246 milhões, com margem de 7,9%. O ano de 2019 já apresentava crescimento 17,8% comparado a 2018, impulsionado pelo aumento de faturamento do segmento de Insumos, que por sua vez teve aumento no número de suas unidades, dentro da estratégia da Companhia.

Encerramos mais um ano consecutivo de bons resultados, fortalecendo nosso caixa e mantendo nossa alavancagem financeira em 1x (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado), o que nos dá a solidez necessária para dar suporte as nossas estratégias de crescimento.

4. Comentários sobre a conjuntura econômica geral

O ano de 2020 ficará marcado pelos desafios enfrentados nos mais diversos setores da economia mundial. Seus impactos nas mais diversas políticas públicas em resposta às condições econômicas e sanitárias pautaram grande parte da agenda global.

Por estar classificada como essencial, as atividades da Companhia não sofreram interrupções na produção ou fechamentos de lojas e escritórios. Não foram registrados surtos ou quaisquer outras situações que levassem a paralização significativas de nossas atividades.

A demanda por alimentos global durante 2020 continuou em alta. Em adição, a conjuntura das relações comerciais internacionais, especialmente entre EUA e China, ajudou na valorização expressiva das commodities agrícolas no mundo, com reflexos positivos no nosso negócio.

5. Investimentos

Em 2020, seguimos os planos de expansão de nossas lojas, dobramos a capacidade de produção da nossa fábrica na cidade de Cruz Alta, construção da usina de cogeração energia e a ampliação da capacidade produtiva em nossa fábrica de biodiesel na cidade de Ijuí.

6. Práticas ESG

Seguimos uma rigorosa política Social e Ambiental fundamentada em quatro pilares: (i) monitoramento e aprimoramento de nosso Sistema de Gestão Socioambiental; (ii) contínua otimização do uso de recursos naturais para reduzir os impactos ambientais em outros meios de subsistência; (iii) fortalecimento da nossa cadeia de valor e avanço em nossa agenda de educação e treinamento de acordo com nossas diretrizes de sustentabilidade, e; (iv) promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade em que estamos inseridos.

Dentre as iniciativas de responsabilidade ambiental desenvolvidas pela Companhia, com o objetivo de reduzir o impacto ambiental e maximizar o uso dos recursos disponíveis, destacamos:

Com relação ao impacto social, nos orgulhamos do esforço constante para melhorar a sociedade desde o início de nossas operações, por meio de iniciativas como:

Dada toda a relevância das políticas socioambientais, a Companhia iniciou esforços para se qualificar como uma "B Corporation". A "B Corps" ou "Benefit Corporations" é uma certificação para empresas que encaram os resultados para além da simples análise dos benefícios e que querem ter objetivos para criar um verdadeiro impacto na sociedade. Para mais informações sobre a B-CORP pode ser consultado o site (http://www.bcorporation.net/).

7. Reformulação Administrativa

Ao longo do ano, planejamos e executamos ações para fortalecer nossos controles e processos internos e ganhar eficiência administrativa. Dentro deste contexto, podemos destacar a incorporação da empresa Tentos do Sul Agroindustrial S.A., empresa pertencente ao mesmo grupo econômico. Esta operação foi efetuada para atender os interesses dos acionistas, pretendendo-se, com o exercício de suas atividades numa só empresa, alcançar um melhor desempenho de seus recursos, racionalizando-se custos operacionais e administrativos, mediante unificação de atividades.

Somamos esforços na organização da estrutura administrativa, alicerçando nossa estrutura para contar com a criação de um Conselho de Administração em 2021.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Três Tentos Agroindustrial S.A.
Santa Bárbara do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Três Tentos Agroindustrial S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Valor justo de ativos e passivos atrelados as commodities

Em função da natureza de suas operações relacionadas à comercialização de *commodities* agrícolas, a Companhia mantém transações que incluem estoques de *commodities*, contas a receber de cédulas de produtor rural, fornecedores de grãos a fixar e contratos a termo e futuros de *commodities* que são mensuradas a valor justo, conforme descrito na nota explicativa 8. Essas transações são mensuradas ao valor justo utilizando técnicas de valorização que geralmente envolvem o exercício de julgamento e o uso de premissas e estimativas por parte da administração.

Em função da quantidade de operações contratadas, da complexidade envolvida na mensuração do valor justo dessas transações, além do potencial impacto que alterações nas premissas podem ter sobre o resultado e fluxos de caixa da Companhia, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o entendimento do processo de valorização dos ativos e passivos mensurados a valor justo, incluindo a análise da política aplicada pela Companhia; o exame documental, em base amostral, de transações atreladas as *commodities*, com o objetivo de avaliar a razoabilidade de determinadas informações utilizadas no processo de valorização das mesmas; a obtenção de informações de mercado para avaliação de certas premissas utilizadas para cálculo do valor justo, em especial relacionadas aos preços futuros das *commodities*; o recálculo da mensuração do valor justo das operações, com o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros; a obtenção de cartas de confirmação de instituições financeiras que são contrapartes em certas operações; e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de alteração do valor justo calculado para determinados ativos e passivos atrelados as *commodities*, sendo este ajuste registrado pela administração mesmo considerando sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas da Companhia de reconhecimento e mensuração ao valor justo de ativos e passivos atrelados as *commodities,* para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas.

Subvenções governamentais

Conforme descrito na nota explicativa 23, a Companhia é beneficiária de incentivos fiscais relativos ao crédito presumido de ICMS e de isenção e redução de base de cálculo do ICMS conforme convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160 de 2017.

Esses incentivos reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na legislação tributária. Nesse contexto, consideramos essa uma área de foco de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos, além do próprio processo de apuração desses incentivos fiscais, que demandam controles e critérios para o cumprimento das legislações vigentes.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos foram executados com o apoio de nossos especialistas em tributos e incluíram, entre outros: o entendimento e testes dos cálculos para apuração dos incentivos fiscais; a análise da documentação suporte preparada pela administração para cumprimento das condições para fruição dos valores decorrentes dos referidos incentivos fiscais; o exame da opinião legal obtida pela administração, no que tange ao cumprimento das condições estabelecidas na legislação tributária para o reconhecimento dos incentivos fiscais; a verificação da razoabilidade dos valores de incentivo fiscal excluídos da base de cálculo na apuração do imposto de renda e da contribuição social; e a análise das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas para reconhecimento e mensuração das subvenções governamentais da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS 067795/O-5

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	**Nota**	**2020**	**2019**	**2018**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	**252.692**	163.970	131.329
Contas a receber de clientes	5	**634.246**	436.741	300.950
Impostos a recuperar	6	**45.169**	27.565	18.439
Adiantamentos		**12.392**	10.186	7.378
Estoques	7	**783.523**	443.972	251.482
Instrumentos financeiros	8	**6.869**	7.130	19.848
Despesas antecipadas		**1.395**	1.240	754
Partes relacionadas	20	**7.267**	8.944	8.944
Outros		**26.461**	20.083	12.374
Total ativo circulante		**1.770.014**	1.119.831	751.498
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos a recuperar	6	**121.959**	108.089	72.270
Depósitos judiciais	19	**290**	274	255
Impostos diferidos	18	**-**	6.276	11.644
Partes relacionadas	20	**19.786**	23.548	28.548
Outros		**1.504**	3.500	3.471
Direito de uso em arrendamentos		**926**	3.827	-
Imobilizado	9	**406.564**	258.195	212.739
Intangível		**330**	486	503
Total ativo não circulante		**551.359**	404.195	329.430
Total do ativo		**2.321.373**	1.524.026	1.080.928

Passivo	Nota	2020	2019	2018
Circulante				
Fornecedores	10	**866.549**	635.955	431.064
Instrumentos financeiros	8	**26.788**	994	1.014
Empréstimos e financiamentos	11	**406.155**	297.188	265.440
Adiantamentos de clientes		**5.331**	17.567	7.972
Passivo de arrendamento		**687**	2.950	-
Obrigações fiscais		**17.441**	13.872	6.312
Obrigações trabalhistas		**19.513**	11.196	8.416
Parcelamentos tributários	17	**1.459**	711	711
Outras obrigações		**21.113**	11.131	2.315
Total passivo circulante		**1.365.036**	991.564	723.244
Não circulante				
Fornecedores	10	**-**	-	6.382
Empréstimos e financiamentos	11	**235.400**	126.492	46.003
Passivo de arrendamento		**307**	1.019	-
Parcelamentos tributários	17	**6.785**	3.574	4.285
Impostos diferidos	18	**145**	-	-
Provisões para litígios	19	**1.568**	1.556	1.556
Total passivo não circulante		**244.205**	132.641	58.226
Patrimônio líquido	21			
Capital social		**400.000**	200.000	55.500
Ajustes de avaliação patrimonial		**4.847**	5.794	6.742
Reservas de lucros		**295.485**	194.027	237.216
Dividendos adicionais propostos		**11.800**	-	-
Total do patrimônio líquido		**712.132**	399.821	299.458
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.321.373**	1.524.026	1.080.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2020	2019	2018
Receita	14	**3.112.439**	2.225.020	1.888.436
Custo das mercadorias e produtos vendidos	15	**(2.612.260)**	(1.910.057)	(1.590.582)
Lucro bruto		**500.179**	314.963	297.854
Despesas receitas (despesas) operacionais		**(172.704)**	(167.767)	(143.099)
Despesas de vendas	15	**(178.161)**	(177.172)	(139.171)
Despesas administrativas	15	**(19.755)**	(16.848)	(10.973)
Outras receitas operacionais		**25.212**	26.253	7.045
Resultado operacional		**327.475**	147.196	154.755
Resultado financeiro	16	**(72.032)**	(21.027)	(36.933)
Receitas financeiras		**106.138**	68.137	46.985
Despesas financeiras		**(178.170)**	(89.164)	(83.918)
Resultado antes dos impostos e contribuições		**255.443**	126.169	117.822
Imposto de renda e contribuição social	18	**(9.180)**	(5.350)	7.405
Corrente		**(24.491)**	18	(6.580)
Diferido		**15.311**	(5.368)	13.985
Lucro líquido do exercício		**246.263**	120.819	125.227
Lucro por ação (em R$)	20			
Básico e diluído		**0,63**	0,31	0,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2020	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**246.263**	120.819	125.227
Outros resultados abrangentes	**-**	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	**246.263**	120.819	125.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva para incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	55.500	3.045	117.631	-	7.689	-	183.865
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(947)	947	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	125.227	125.227
Constituição de reserva para incentivos fiscais	-	-	126.174	-	-	(126.174)	-
Dividendos pagos	-	-	(9.634)	-	-	-	(9.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.500	3.045	234.171	-	6.742	-	299.458
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(948)	948	-
Aumento de capital, através da integralização de reservas	144.500	-	(144.500)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	120.819	120.819
Constituição de reserva para incentivos fiscais	-	-	121.767	-	-	(121.767)	-
Dividendos pagos	-	-	(20.456)	-	-	-	(20.456)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	200.000	3.045	190.982	-	5.794	-	399.821
Ajuste de avaliação patrimonial	**-**	**-**	**-**	**-**	**(947)**	**947**	**-**
Aumento de capital (Nota 1)	**9.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.000**
Aumento de capital, através da integralização de reservas	**190.000**	**-**	**(190.000)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Incorporação de coligada (Nota 1)	**1.000**	**-**	**73.298**	**-**	**-**	**-**	**74.298**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**246.263**	**246.263**
Constituição de reserva para incentivos fiscais	**-**	**-**	**247.210**	**-**	**-**	**(247.210)**	**-**
Dividendos pagos	**-**	**-**	**(17.250)**	**-**	**-**	**-**	**(17.250)**
Dividendos adicionais propostos	**-**	**-**	**(11.800)**	**11.800**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**400.000**	**3.045**	**292.440**	**11.800**	**4.847**	**-**	**712.132**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2020	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro do exercício antes dos impostos	**255.443**	126.169	117.822
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	**17.496**	12.738	11.970
Amortização de direito de uso	**2.110**	2.481	-
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	**48.461**	17.022	24.752
Provisão para devedores duvidosos	**(1.638)**	543	3.852
Provisão para litígios	**12**	-	-
Ajuste a valor presente de passivo de arrendamento	**230**	397	-
Custo residual do ativo imobilizado baixado	**4.739**	1.000	682
(Aumento) Redução em ativos:			
Contas a receber de clientes	**(63.311)**	(136.334)	(60.705)
Instrumentos financeiros	**261**	12.718	(17.234)
Estoques	**(255.847)**	(192.490)	40.661
Impostos a recuperar	**(12.056)**	(44.945)	(48.702)
Outros ativos	**(1.040)**	(6.024)	(2.678)
Aumento (Redução) em passivos			
Fornecedores	**74.912**	198.509	26.613
Impostos a recolher	**(11.934)**	7.578	(2.539)
Salários, provisões e encargos sociais	**4.633**	2.780	2.343
Parcelamentos	**3.211**	(711)	(836)
Adiantamento de clientes	**(13.796)**	9.595	4.989
Instrumentos financeiros	**25.794**	(20)	(4.341)
Outros passivos	**11.479**	8.816	848
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(9.180)**	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**79.979**	19.822	97.497
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Caixa oriundo de incorporação de coligada (Nota 1)	**3.591**	-	-
Aquisição de imobilizado	**(77.534)**	(59.015)	(12.460)
Aquisição de intangível	**(55)**	(189)	(104)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(73.998)**	(59.204)	(12.564)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos captados	**461.221**	462.254	330.140
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e juros	**(347.816)**	(367.039)	(309.980)
Pagamento de dividendos	**(28.250)**	(20.456)	(9.634)
Pagamento de arrendamentos	**(2.414)**	(2.736)	-
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento	**82.741**	72.023	10.526
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**88.722**	32.641	95.459
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	**163.970**	131.329	35.870
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício	**252.692**	163.970	131.329
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**88.722**	32.641	95.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2020	2019	2018
Receitas			
Receita de venda de produtos, mercadorias e serviços prestados	**3.168.731**	2.272.982	1.923.200
(-) Deduções de vendas	**(56.292)**	(47.962)	(34.764)
	3.112.439	2.225.020	1.888.436
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo das mercadorias vendidas	**(2.585.792)**	(1.887.456)	(1.574.902)
Serviços de terceiros	**(25.702)**	(27.374)	(21.238)
Outras despesas operacionais	**25.212**	26.253	7.045
	(2.586.282)	(1.888.577)	(1.589.095)
Valor adicionado bruto	**526.157**	336.443	299.341
Retenções			
Depreciações e amortizações	**(19.606)**	(15.219)	(11.970)
Valor líquido produzido pela entidade	**506.551**	321.224	287.371
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	**106.138**	68.137	46.985
	106.138	68.137	46.985
Valor adicionado total a distribuir	**612.689**	389.361	334.356
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	**62.297**	50.441	38.289
Remuneração direta	**23.675**	21.304	16.703
Benefícios	**35.018**	26.017	19.023
FGTS	**3.604**	3.120	2.563
Impostos, taxas e contribuições	**21.844**	49.291	46.320
Federais	**20.775**	48.195	45.212
Estaduais	**683**	509	423
Municipais	**386**	587	685
Juros e encargos financeiros	**282.285**	168.810	124.520
Juros	**43.553**	31.013	29.611
Alugueis	**386**	766	2.272
Outras	**238.346**	137.031	92.637
Dividendos	**17.250**	20.456	9.634
Lucro retido do exercício	**229.013**	100.363	115.593
	612.689	389.361	334.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Três Tentos Agroindustrial S.A. (¨Companhia¨), CNPJ 94.813.102/0001-70, com sede na Av. Principal nº 187, Distrito Industrial em Santa Bárbara do Sul/RS, foi constituída em 12/08/1992, teve seu contrato social registrado na JUCERGS em 14/10/1992 sob nº 43.202.481.056.

A Companhia se tornou uma sociedade anônima de capital fechado em 2 de agosto de 2011, através de alteração contratual com modificação de tipo jurídico de limitada para sociedade anônima, registrada na JUCERGS sob novo nº NIRE 43.300.053.504.

Tem como atividade principal a comercialização e exportação de grãos, a comercialização de insumos e o beneficiamento e comercialização de sementes de cereais, oleaginosas e fabricação de farelo, óleo e biodiesel.

a) Aumento de capital e reorganização societária

Reorganização societária – Incorporação da Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda.

Em 30 de novembro de 2020 foi realizada a incorporação da empresa Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. (“Tentos do Sul”), pessoa jurídica, estabelecida na Estrada Municipal Cascata, n° 935, Distrito Industrial I, CEP: 96050-500, em Pelotas/RS, inscrita no CNPJ sob o n° 22.654.772/0001-80, pela Companhia, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 30/11/2020. A Tentos do Sul pertencia ao mesmo grupo econômico da Companhia, estando as empresas, portanto, sob controle comum.

O valor do patrimônio líquido foi avaliado em 31 de outubro de 2020, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. O valor incorporado não difere dos valores constantes nos livros contábeis e as variações patrimoniais ocorridas entre a data do laudo de avaliação e a data da efetiva incorporação em 30 de novembro de 2020 foram absorvidas pela Companhia. Desta forma, o acervo líquido contábil incorporado em 30 de novembro de 2020 está apresentado como segue:

1. **Contexto operacional**--Continuação

a) **Aumento de capital e reorganização societária**--Continuação

	30/11/2020
Caixa e equivalentes de caixa	**3.591**
Contas a receber de clientes	**132.556**
Impostos a recuperar	**19.418**
Adiantamentos	**279**
Estoques	**83.704**
Imobilizado	**92.820**
Intangível	**39**
Fornecedores	**(155.682)**
Empréstimos e financiamentos	**(56.009)**
Adiantamentos	**(1.560)**
Obrigações trabalhistas	**(2.973)**
Obrigações tributárias	**(192)**
Dividendos	**(20.000)**
Outras contas a pagar	**(392)**
Impostos diferidos	**(21.301)**
Acervo líquido incorporado	**74.298**

Do total do acervo líquido incorporado pela Companhia, R$1.000 foram destinados ao aumento de capital e R$73.298 foram incorporados à reserva de subvenção para investimentos (transação não-caixa).

A operação foi efetuada para atender aos interesses dos sócios e acionistas, pretendendo-se, com o exercício de suas atividades numa só empresa, alcançar um melhor desempenho de seus recursos, racionalizando-se custos operacionais e administrativos, mediante unificação de atividades.

Aumento do capital social

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, foi aprovado também o aumento de capital social da Companhia em R$ 9.000, mediante a emissão de 9.000.000 (nove milhões) de ações ordinárias nominativas, capitalizadas pelos novos acionistas Sixth Participações Ltda. e Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho, mediante a capitalização de créditos que estes mantinham junto à Companhia (transação não-caixa).

1. **Contexto operacional**--Continuação

a) **Aumento de capital e reorganização societária**--Continuação

Reorganização societária – Incorporação do acervo cindido da Sinuelo Participações Ltda.

Em 1º. de dezembro de 2020, a Companhia em Assembleia Geral Extraordinária incorporou parte do acervo cindido da empresa Sinuelo Participações Ltda. ("Sinuelo"), sociedade empresarial limitada, com sede no município de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, n° 187, Sala 03, Distrito Industrial, CEP: 98.240-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.795.252/0001-69, até então controladora da Companhia. O valor incorporado conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada, não difere dos valores constantes nos livros contábeis, e era composto pelas próprias ações da Companhia.

A incorporação do acervo cindido atende aos interesses da Companhia e dos acionistas, e teve como objetivo o ingresso no quadro acionário da Companhia dos sócios da Sinuelo, que passaram a deter sua participação de forma direta, e não resultou em qualquer alteração no valor do capital social, nem na quantidade de ações de emissão da Companhia.

b) **Impactos do Covid-19**

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (Covid-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Destacamos as principais análises e ações da Companhia sobre o impacto do Covid-19: Foi instaurado um Comitê Estratégico para definição de ações; Criado um Protocolo e Plano de Contingência com atualização diária através de Boletim Informativo; Os colaboradores acima dos 60 anos ou de risco foram afastados e/ou estão trabalhando em Home Office; Ações de Comunicação e reforço nas medidas de prevenção; Apoio e patrocínio da Unidade de Tratamento Semi Intensivo a pacientes do Covid-19 no Hospital Santa Bárbara Beneficente em Santa Bárbara do Sul/RS; Doação de alimentos não perecíveis e ares-condicionados para o Unidade de tratamento a pacientes do Covid-19 no Hospital São Vicente de Paulo em Cruz Alta/RS; Atendimento Psicossocial e acompanhamento Psicológico dos casos suspeitos a nossos colaboradores e seus familiares; Ações internas com treinamentos para auxílio dos Consultores a continuar os atendimentos a distância.

Por estar classificada como essencial, as atividades da Companhia não sofreram impactos quanto a interrupções na produção ou fechamentos de lojas e escritórios. Não foram registrados surtos ou quaisquer outras situações que levassem a paralização significativas de nossas atividades.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("*Internacional Financial Reporting Standards - IFRS*"), emitidas pelo "*Internacional Accounting Standards Board - IASB*".

Adicionalmente, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conexão com o processo de registro de companhia aberta na CVM e com a abertura de capital da Companhia.

A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, os dois últimos exercícios comparativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS").

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7, aprovada pela Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Em 18 de fevereiro de 2021, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*"). As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de Cédulas de Produtor Rural (CPR), em que a Companhia comercializa defensivos em troca de commodities agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de commodity (soja, milho e trigo) é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos, conforme política contábil adotada pela Companhia.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Estoques

As *commodities* agrícolas, soja, milho, trigo, farelo e óleo, são mensuradas a valor justo, deduzido dos custos de venda, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrer a variação. Tal classificação justifica-se pelo fato dessas *commodities* se destinarem substancialmente a operações de "*trading*".

Os itens derivados do processo produtivo como óleo vegetal, farelo e casca de soja também são considerados *commodities*. Esses itens são valorizados com base nas ordens de produção, que consideram o custo da matéria-prima (grãos) consumida, cujo custo é dado pelo preço de mercado e pelos gastos com mão de obra, outros custos diretos e depreciação. Subsequentemente, a Companhia efetua o confronto do custo de produção com o preço de mercado do produto acabado e registra a diferença nas contas de ajustes de estoque a valor justo deduzidos dos custos de venda.

As demais mercadorias de estoques são apresentadas ao menor valor entre custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados com base no método de custo médio. O valor líquido realizável representa o preço de venda menos todos os custos necessários para realizar a venda.

2.6. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão escriturados pelo custo de aquisição e/ou construção e deduzidos da depreciação acumulada e foram ajustados pela revisão do custo atribuído, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10 (IFRS 1). As contrapartidas desses ajustes estão devidamente escrituradas na conta de "ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, com os impostos diferidos reconhecidos no passivo não circulante.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). Os terrenos não sofrem depreciação. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

	2020	
	Vida útil em anos	**Taxa de depreciação**
Máquinas e equipamentos	15	6,6%
Edificações e instalações	60	1,67%
Veículos	5 a 10	10% a 20%
Móveis e utensílios	10	10%
Equipamentos de computação	5	20%

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. As contas a pagar referente a compra de *commodities* agrícolas com preço a fixar ("fornecedores a fixar de *commodities*"), são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pela Companhia e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço das *commodities* é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos.

2.8. Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.9. Provisões

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37).

2.10. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros, sendo classificados conforme segue:

- Ativos financeiros mensurados a custo amortizado (“CA”);
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) – a Companhia não possui transações com instrumentos financeiros classificados nesta modalidade; e
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.10. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ao custo amortizado

  Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

  a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
  b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Ao valor justo por meio do resultado

  O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.10. Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas do balanço a Companhia avalia a existência de indicadores que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após seu reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão.

(ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado (CA)

  Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

  O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.10. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Passivos financeiros--Continuação

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

  Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado.

  O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

  a) Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou
  b) O passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
  c) O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

(iii) *Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.10. Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como por exemplo, contratos de moeda a termo, contratos de *commodity* a termo e contratos futuros em bolsa (CBOT), para proteger seus riscos de taxa de câmbio e preços de *commodities*.

Esses instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo subsequentemente mensurados a valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

2.11. Valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como, por exemplo, estoques) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.11. Valor justo--Continuação

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.12. Reconhecimento da receita

O CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

(i) A identificação do contrato com o cliente;
(ii) A identificação das obrigações de desempenho;
(iii) A determinação do preço da transação;
(iv) A alocação do preço da transação; e
(v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias e produtos vendidos.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o período atual são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e leis fiscais utilizadas para determinar o valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como ativos ou passivos não circulantes e mensurados às alíquotas esperadas para o ano em que o ativo é realizado ou o passivo liquidado com base nas alíquotas que estavam em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.13. Tributos--Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas sobre a compra de ativos ou serviços não for recuperável. Nesse caso, os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou parte do item de despesa, quando aplicável. Os valores a receber e a pagar são apresentados incluindo o valor do imposto sobre vendas.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	17,5%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,6%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
INSS	11%
ISSQN	5%

Nas demonstrações do resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (*impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (*impairment*)--Continuação

Para a data do balanço, a Companhia avaliou a existência de indicadores de que seus ativos, com vida útil definida, pudessem apresentar desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

2.15. Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.16. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto, e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IAS 7).

2.17. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Essa demonstração é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.18. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

2.19. Classificação corrente *versus* não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.20. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

2.21. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão e estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da Companhia.

2.22. Novas normas contábeis

<u>Atualizações de normas emitidas em 2020</u>

Atualização do CPC 38, CPC 40 (R1) E CPC 48 (Deliberação CVM Nº 854/2020)

A deliberação CVM 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo CPC, em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (Libor) como taxa de juros de referência após 2021.

A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.22. Novas normas contábeis--Continuação

Atualização do CPC 26/IAS 1 E CPC 23/IAS 8 definição de materialidade

As atualizações do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que estas atualizações não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulga somente informações relevantes.

Atualização do IFRS 16 E Deliberação CVM Nº 859/2020

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

A Companhia valoriza as contas a receber atreladas ao recebimento de *commodities*, bem como o seu estoque de *commodities*, e as contas a pagar a fornecedores a fixar de *commodities* pelo valor justo na data de reporte, sendo as variações do valor justo registradas em contra partida ao custo das mercadorias e produtos vendidos no resultado do exercício.

As *commodities* comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A Administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores, ajustados para refletir diferenças em mercados locais.

Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo de *commodities*, bem como por contratos futuros em bolsa (CBOT), os quais são também mensurados ao valor justo, tendo suas variações registradas em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos no resultado do exercício.

A administração reconhece contabilmente o valor justo das contas a receber de cédula de produtor rural e dos contratos de compra e venda a termo que são liquidados com a entrega física, por esta ser a prática da Companhia para contratos similares, com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais de *commodities*.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Tributos sobre o lucro

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 13 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019	2018
Caixa e bancos	**152.455**	33.923	87.084
Câmbio a realizar (*)	**43.056**	69.335	6.514
Aplicações financeiras	**57.181**	60.712	37.731
	252.692	163.970	131.329

(*) Os câmbios a realizar referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em caixa, apresentando-se em um montante conhecido e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a uma taxa média de 99,8% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (97% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e 100,2% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

5. Contas a receber de clientes

	2020	2019	2018
Contas a receber no mercado interno	**108.167**	103.499	44.570
Contas a receber no mercado externo	**55.036**	5.274	19.762
Contas a receber - cédula de produtor rural	**397.337**	129.273	79.531
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 20)	**79.314**	205.941	163.790
	639.854	443.987	307.653
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(5.608)**	(7.246)	(6.703)
Total de contas a receber	**634.246**	436.741	300.950

As “Contas a receber – cédula de produtor rural” são originadas na venda de produtos a clientes mediante o recebimento do pagamento em grãos. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos da Companhia, para a consecução de sua atividade de comercialização de *commodities* agrícolas.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

5. Contas a receber de clientes--Continuação

	2020	2019	2018
A Vencer	**625.307**	428.801	290.928
Vencidos	**8.939**	7.940	10.022
De 1 a 30 dias	**3.660**	1.878	4.841
De 31 a 60 dias	**741**	414	967
De 61 a 90 dias	**95**	78	131
De 91 a 180 dias	**150**	88	253
Acima de 181 dias	**4.293**	5.482	3.830
	634.246	436.741	300.950

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas significativas considerando o histórico da Companhia e as garantias existentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída pela Companhia é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com as contas a receber.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	2020	2019	2018
Saldo no início do exercício	**(7.246)**	(6.703)	(2.851)
Adições	**(4.212)**	(1.590)	(3.852)
Realizações/recuperações	**5.850**	1.047	-
Saldo no final do exercício	**(5.608)**	(7.246)	(6.703)

6. Impostos a recuperar

	2020	2019	2018
IRPJ	**102.355**	79.197	53.135
CSLL	**37.552**	28.892	19.148
PIS	**4.585**	4.767	3.328
COFINS	**22.331**	22.616	14.802
Outros	**305**	182	296
Total	**167.128**	135.654	90.709
Circulante	**45.169**	27.565	18.439
Não circulante	**121.959**	108.089	72.270
	167.128	135.654	90.709

Os saldos a recuperar de PIS e COFINS se referem, basicamente, aos créditos presumidos apurados sobre as vendas da operação de extração de farelo de soja, óleo degomado e casca de soja, além da produção de biodiesel. Estes créditos são utilizados pela Companhia mediante compensação com impostos a pagar ou são efetuados pedidos de ressarcimento em caixa.

Os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social se referem a créditos tributários extemporâneos decorrentes do benefício de subvenções governamentais para investimento conforme Nota 23. A realização desses créditos ocorre mediante compensação com impostos a pagar ou através de pedidos de ressarcimento em caixa.

7. Estoques

Os estoques de *commodities* estão apresentados devidamente ajustados a valor justo em contrapartida do resultado.

Os estoques de insumos, sementes, produtos prontos e peças agrícolas foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os valores de mercado, vigentes na data do balanço.

O grupo de estoques está assim composto:

	2020	2019	2018
Registrados a custo de aquisição/produção			
Adubos e fertilizantes	**9.032**	5.845	2.906
Defensivos	**424.089**	249.623	135.033
Biodiesel	**29.134**	10.634	12.238
Outros	**7.709**	8.441	1.236
	469.964	274.543	151.413
***Commodities* a valor justo**			
Grãos	**264.656**	134.500	85.479
Óleo e farelo	**48.903**	34.929	14.590
	313.559	169.429	100.069
Total	**783.523**	443.972	251.482

As cotações médias utilizadas para a valorização dos estoques de commodities na data das demonstrações financeiras foram obtidas por meio de fontes públicas independentes, e são como segue:

	2020			2019			2018		
	Valor sacas	Quantidade	Saldo	Valor sacas	Quantidade	Saldo	Valor sacas	Quantidade	Saldo
Soja*	**150,00**	**950**	**142.531**	86,99	570	49.618	81,98	546	44.797
Milho*	**78,00**	**8**	**600**	37,99	0	2	34,99	1	45
Trigo*	**77,00**	**1.342**	**103.366**	47,99	1.146	54.984	42,99	721	31.016
Semente soja*	**316,44**	**16**	**5.063**	419,23	49	20.534	261,81	16	4.106
Semente trigo *	**151,44**	**59**	**8.935**	120,00	1.631	3.261	94,80	89	4.347
Outras sementes*	**38,53**	**108**	**4.161**	48,41	126	6.101	44,92	26	1.168
Farelo**	**134,40**	**118**	**15.811**	77,99	219	17.068	77,98	125	9.728
Óleo **	**312,00**	**106**	**33.092**	179,97	99	17.861	164,96	29	4.862
			313.559			169.429			100.069

(*) Em milhares de sacas de 60 kgs.
(**) Em milhares de toneladas.

8. Valor justo

A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros e estoques mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial a valor justo:

	2020	2019	2018
	(Nível 2)	(Nível 2)	(Nível 2)
Instrumentos financeiros ativos	**404.206**	136.403	99.379
Cédula de produtor rural (CPR) (Nota 5)	**397.337**	129.273	79.531
Contratos a termo de *commodities*	**5.491**	7.130	19.848
Operação de swap sobre empréstimos	**1.378**	-	-
Estoques *commodities* (Nota 7)	**313.559**	169.429	100.069
Total ativo	**717.765**	305.832	199.448
Instrumentos financeiros passivos			
Fornecedores a fixar de *commodities* (Nota 10)	**174.308**	202.443	133.836
Contratos a termo de *commodities*	**26.309**	-	1.014
Contratos futuros – CBOT	**479**	994	-
Total passivo	**201.096**	203.437	134.850

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo										
Saldo em 01/01/2018	**10.804**	**136.494**	**13.496**	**26.970**	**67.834**	**1.273**	**1.928**	**1.134**	**10.726**	**270.659**
Adições	-	285	152	2.905	1.493	226	322	84	6.993	12.460
Baixas	-	-	-	(470)	(209)	-	-	-	-	(679)
Transferências (-)	-	2.878	781	30	1.385	-	-	-	(5.228)	(154)
Saldo em 31/12/2018	**10.804**	**139.657**	**14.429**	**29.435**	**70.503**	**1.499**	**2.250**	**1.218**	**12.491**	**282.286**
Adições	-	23	153	6.161	2.034	530	414	3.542	46.158	59.015
Baixas	-	-	-	(993)	(5)	-	(2)	-	-	(1.000)
Transferências (-)	5.750	13.812	627	361	10.049	18	21	464	(31.129)	(27)
Saldo em 31/12/2019	**16.554**	**153.492**	**15.209**	**34.964**	**82.581**	**2.047**	**2.683**	**5.224**	**27.520**	**340.274**
Adições	455	16	29	2.624	2.156	235	985	132	70.902	77.534
Adições (Incorporação – Nota 1)	7.886	46.293	6.861	6.731	20.408	636	399	479	8.383	98.076
Baixas	-	-	-	(1.396)	(952)	(51)	(231)	(3.722)	(778)	(7.130)
Transferências (-)	-	422	479	-	2.214	42	7	517	(3.681)	-
Saldo em 31/12/2020	**24.895**	**200.223**	**22.578**	**42.923**	**106.407**	**2.909**	**3.843**	**2.630**	**102.346**	**508.754**
Depreciação										
Saldo em 01/01/2018	**-**	**(16.406)**	**(4.679)**	**(12.015)**	**(22.345)**	**(496)**	**(1.178)**	**(659)**	**-**	**(57.778)**
Depreciação	-	(2.633)	(1.192)	(2.342)	(5.029)	(127)	(347)	(99)	-	(11.769)
Saldo em 31/12/2018	**-**	**(19.039)**	**(5.871)**	**(14.357)**	**(27.374)**	**(623)**	**(1.525)**	**(758)**	**-**	**(69.547)**
Depreciação	-	(2.938)	(1.766)	(3.265)	(3.788)	(175)	(155)	(445)	-	(12.532)
Saldo em 31/12/2019	**-**	**(21.977)**	**(7.637)**	**(17.622)**	**(31.162)**	**(798)**	**(1.680)**	**(1.203)**	**-**	**(82.079)**
Depreciação	-	(4.791)	(1.709)	(2.522)	(6.894)	(265)	(385)	(680)	-	(17.246)
Baixa de depreciação	-	-	-	1.008	255	51	59	1.018	-	2.391
Depreciação (Incorporação – Nota 1)	-	(864)	(518)	(1.974)	(1.512)	(129)	(187)	(72)	-	(5.256)
Saldo em 31/12/2020	**-**	**(27.632)**	**(9.864)**	**(21.110)**	**(39.313)**	**(1.141)**	**(2.193)**	**(937)**	**-**	**(102.190)**
Valor Residual										
Saldo em 31/12/2018	10.804	120.618	8.558	15.078	43.129	876	725	460	12.491	212.739
Saldo em 31/12/2019	16.554	131.515	7.572	17.342	51.419	1.249	1.003	4.021	27.520	258.195
Saldo em 31/12/2020	**24.895**	**172.591**	**12.714**	**21.813**	**67.094**	**1.768**	**1.650**	**1.693**	**102.346**	**406.564**

9. **Imobilizado**--Continuação

a) Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2020 se referem, principalmente, a ampliações de unidades da Companhia, com novos depósitos para grãos e insumos, e ampliação e reforma da planta fabril de Cruz Alta para duplicação da capacidade de esmagamento, com previsão de conclusão das obras no exercício de 2021.

b) Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações financeiras existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos e financiamentos, atrelados ao seu próprio financiamento, conforme demonstrado na Nota 11.

c) Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de *impairment*.

10. Fornecedores

Os fornecedores de bens e serviços estão representados:

	2020	**2019**	**2018**
Fornecedores no mercado interno	**659.155**	417.551	298.704
Fornecedores no mercado externo	**33.086**	15.961	4.906
Fornecedores a fixar de *commodities*	**174.308**	202.443	133.836
	866.549	635.955	437.446
Circulante	**866.549**	635.955	431.064
Não circulante	**-**	-	6.382

A operação de fornecedores a fixar de *commodities* se refere a obrigação da Companhia com o produtor rural que já entregou produtos agrícolas, porém ainda não definiu a data e por consequência o valor final da operação, o qual fica vinculado ao valor de mercado do ativo entregue até a data em que for fixado, podendo ser realizado a qualquer momento, por decisão do produtor rural, sendo valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. Por não existir um prazo específico, o saldo total dessas operações é classificado no passivo circulante.

11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão assim representados:

			2020		**2019**		**2018**	
Modalidade	**Data de vencimento**	**Taxa média**	**Circulante**	**Não circulante**	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	jan/21 a dez/25	6,67% a.a.	**206.514**	**110.391**	129.466	91.459	109.799	17.419
Financiamentos	jan/21 a set/35	5,6% a.a.	**18.563**	**125.009**	14.695	35.033	16.148	28.584
Adiantamento contrato de câmbio	jan/21 a jun/21	5,96% a.a	**82.758**	**-**	65.793	-	86.766	-
Adiantamento para exportação	abr/21 a set/22	4,20% a.a.	**98.320**	**-**	87.234	-	52.727	-
Total			**406.155**	**235.400**	297.188	126.492	265.440	46.003

	Saldo em 31/12/2020	**% sobre o Total**
Moeda estrangeira (USD)	**121.115**	19%
Moeda nacional (BRL)	**520.440**	81%
	641.555	100%

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As garantias da Companhia para os empréstimos e financiamentos estão representadas conforme abaixo:

	2020
Alienação fiduciária – imóveis	**48.788**
Alienação fiduciária (bens móveis) e hipotecas	**35.501**
Alienação fiduciária - bens móveis	**11.352**
Avais	**279.301**
Estoques	**162.258**
Hipoteca	**104.356**
	641.555

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	2020
2021	**406.155**
2022	**99.731**
2023	**32.238**
Após 2023	**103.431**
	641.555

A Companhia não possui contratos de empréstimos em 31 de dezembro de 2020 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros (“*covenants*”).

12. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As atividades da Companhia expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, sendo tais riscos mitigados pela administração, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

	2020	2019	2018
Ativos financeiros	**948.053**	693.276	506.916
Custo amortizado	**291.155**	392.903	276.208
Contas a receber	**236.909**	307.468	221.419
Outros ativos financeiros	**54.246**	85.435	54.789
Valor justo por meio do resultado	**656.898**	300.373	230.708
Caixa e equivalentes de caixa	**252.692**	163.970	131.329
Contas a receber (CPR)	**397.337**	129.273	79.531
Contratos a termo de *commodities*	**5.491**	7.130	19.848
Operações de swap sobre empréstimos	**1.378**	-	-

	2020	2019	2018
Passivos financeiros	**1.551.039**	1.071.238	752.218
Custo amortizado	**1.349.943**	867.801	617.368
Fornecedores	**692.241**	433.512	303.610
Empréstimos e financiamentos	**641.555**	423.680	311.443
Outras obrigações	**16.147**	10.609	2.315
Valor justo por meio do resultado	**201.096**	203.437	134.850
Fornecedores a fixar de *commodities*	**174.308**	202.443	133.836
Contratos a termo de *commodities*	**26.309**	-	1.014
Contratos futuros de commodities – CBOT	**479**	994	-

12. Instrumentos financeiros--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Contas a receber – CPR/fornecedores a fixar de *commodities* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, tem seu valor justo atrelado à variação do preço das *commodities* (soja, milho e trigo).

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Outros ativos financeiros – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa, além de saldo decorrentes de transações com partes relacionadas.

Outras obrigações – saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa.

Instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros de commodities e *swaps* sobre empréstimos) - A Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de commodities. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos.

Contratos a termo – commodities - Os valores classificados como contratos a termo commodities referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* através de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes.

13. Gestão de risco

Considerações gerais sobre a gestão de riscos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a estes. Esses riscos incluem risco de mercado (risco de preço de *commodities, risco cambial, risco de juros*), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco global, definida através de política interna da Companhia, concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

13. Gestão de risco--Continuação

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Operações de *swap* sobre empréstimos e análise da exposição líquida
Risco de mercado - taxa de juros	Equivalentes de caixa e empréstimos com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise exposição líquida
Risco de mercado - volatilidade no preço de commodities	Estoques e operações atreladas a commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Estoques, CPR, fornecedores a fixar de *commodities*, contratos futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentes financeiros derivativos	Análise de vencimento e avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras e monitoramento dos limites de crédito/*ratings*
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado

i) Riscos de preço de commodities

A disponibilidade e os preços de *commodities* agrícolas são sujeitos a flutuações decorrentes de fatores, como por exemplo, mudanças nas condições meteorológicas, pragas, plantios, programas e políticas do governo, concorrência, mudanças na demanda global resultantes de crescimento populacional e mudanças de padrões de vida e produção global de plantios semelhantes e concorrentes.

A Companhia gerencia sua posição de exposição ao preço de commodities através de contratos de futuros negociados em bolsa, operações de CPR, fornecedores a fixar de *commodities*, bem como contratos de compra e venda a termo a preço fixo com o objetivo de reduzir o risco de preço advindo de flutuações de mercado em *commodities* agrícolas.

Os resultados dessas estratégias podem sofrer impactos significativos decorrentes de fatores, como, por exemplo, volatilidade do relacionamento entre as posições compradas e vendidas em *commodities*, inadimplemento contratual pela contraparte e volatilidade de mercados de frete.

Abaixo segue resumo das exposições das *commodities* na Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (em milhares de sacas de 60kg):

13. Gestão de risco--Continuação

	2020			2019			2018		
	Soja	**Milho**	**Trigo**	**Soja**	**Milho**	**Trigo**	**Soja**	**Milho**	**Trigo**
Estoques	**950**	**8**	**1.342**	570	-	1.146	546	1	721
Contas a receber – CPR	**2.433**	**349**	**52**	1.337	179	2	875	197	3
Contratos a termo - compra	**2.298**	**245**	**37**	1.739	162	-	762	262	3
Contratos a termo – venda	**(2.992)**	**(487)**	**(50)**	(1.890)	(225)	(630)	(1.331)	(458)	(407)
Fornecedores a fixar de *commodities*	**(913)**	**(42)**	**(635)**	(2.243)	(72)	(634)	(1.712)	(30)	(339)
Exposição líquida à variação de preço	**1.776**	**73**	**746**	(487)	44	(116)	(860)	(28)	(19)

A variação da mensuração a valor justo dos contratos incluídos na gestão de risco de preço das *commodities* é registrada em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos, e totalizou R$40.349 em 31 de dezembro de 2020 (R$3.560 em 31 de dezembro de 2019 e R$34.480 em 31 de dezembro de 2018).

Análise de sensibilidade do preço das commodities

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição a preços de *commodities* ao final do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a esse fator de risco, que poderia afetar o resultado antes dos impostos.

13. Gestão de risco--Continuação

Soja	Sacas*	Cotação em 31/12/2020	Exposição Atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
Instrumentos				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	950	150,00	142.531	187,50	35.633	225,00	71.265	112,50	(35.633)	75,00	(71.265)
Contas a receber – CPR	2.433	150,86	367.078	188,57	91.770	226,28	183.539	113,14	(91.770)	75,43	(183.539)
Contratos a termo – compra	2.298	154,59	110.942	193,24	87.793	231,89	175.585	115,94	(87.792)	77,30	(175.585)
Contratos a termo – venda	(2.992)	148,82	(125.658)	186,02	(110.372)	223,23	(220.745)	111,61	110.372	74,41	220.745
Fornecedores a fixar de *commodities*	(913)	140,00	(127.807)	175,00	(31.952)	210,00	(63.903)	105,00	31.952	70,00	63.903
	1.776		**367.086**		**72.871**		**145.741**		**(72.871)**		**(145.741)**

Milho	Sacas*	Cotação em 31/12/2020	Exposição Atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
Instrumentos				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	8	78,00	600	97,50	150	117,00	300	58,50	(150)	39,00	(300)
Contas a receber – CPR	349	74,30	25.906	92,87	6.476	111,45	12.953	55,72	(6.476)	37,15	(12.953)
Contratos a termo – compra	245	78,20	7.827	97,75	4.771	117,30	9.542	58,65	(4.771)	39,10	(9.542)
Contratos a termo – venda	(487)	77,93	(13.636)	97,42	(9.449)	116,90	(18.898)	58,45	9.449	38,97	18.898
Fornecedores a fixar de *commodities*	(42)	74,00	(3.118)	92,50	(779)	111,00	(1.559)	55,50	779	37,00	1.559
	73		**17.579**		**1.169**		**2.338**		**(1.169)**		**(2.338)**

13. Gestão de risco--Continuação

Trigo	Sacas*	Cotação em 31/12/2020	Exposição Atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
Instrumentos				**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**
Estoques	1.342	77,00	103.366	96,25	25.841	115,50	51.683	57,75	(25.841)	38,50	(51.683)
Contas a receber – CPR	52	83,26	4.352	104,08	1.088	124,90	2.176	62,45	(1.088)	41,63	(2.176)
Contratos a termo - compra	37	68,79	(42)	85,99	630	103,19	1.260	51,59	(630)	34,40	(1.260)
Contratos a termo - venda	(50)	83,00	(251)	103,75	(1.035)	124,50	(2.070)	62,25	1.035	41,50	2.070
Fornecedores - grãos a fixar	(635)	68,32	(43.383)	85,40	(10.846)	102,48	(21.692)	51,24	10.846	34,16	21.692
	746		**64.042**		**15.678**		**31.357**		**(15.678)**		**(31.357)**

Demais estoques	Quantidade	Cotação em 31/12/2020	Exposição Atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**
Estoque - soja semente *	16	316,44	5.063	395,55	1.266	474,66	2.532	237,33	(1.266)	158,22	(2.532)
Estoque - trigo semente *	59	151,44	8.935	189,30	2.234	227,16	4.467	113,58	(2.234)	75,72	(4.467)
Estoque - óleo **	106	312,00	33.092	390,00	8.273	468,00	16.546	234,00	(8.273)	156,00	(16.546)
Estoque - farelo **	118	134,40	15.811	168,00	3.953	201,60	7.906	100,80	(3.953)	67,20	(7.906)

* em milhares de sacas de 60kg
** em milhares de toneladas

13. Gestão de risco—Continuação

(ii) Risco cambial

A Companhia está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano. A administração estabeleceu uma política que define que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para se proteger das variações das taxas de câmbio, além do acompanhamento periódico da exposição líquida em moeda estrangeira das suas operações. No quadro abaixo é demonstrada a exposição líquida da Companhia em milhares de dólares norte-americanos:

Instrumento financeiro	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
	USD mil	**USD mil**	**USD mil**
Câmbio a realizar	**8.285**	17.202	1.681
Bancos	**24.100**	3.765	10.441
Corretoras	**528**	1.029	1.028
Clientes	**10.858**	1.294	5.100
Fornecedores	**(6.367)**	(3.596)	(1.259)
Empréstimos e financiamentos	**(23.306)**	(27.507)	(24.060)
Exposição líquida a variação cambial	**14.098**	(7.813)	(7.069)
Swap	**219**	(191)	-

Análise de sensibilidade do risco cambial

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição à variação cambial no encerramento do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a como esse fator de risco poderia afetar o resultado antes dos impostos.

			25% de aumento		**50% de aumento**		**25% de redução**		**50% de redução**	
Instrumento financeiro	**Saldo contábil (em R$)**	**Cotação em 31/12/2020**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**
Câmbio a realizar	43.082	5,20	6,50	10.771	7,80	21.541	3,90	(10.763)	2,60	(21.526)
Bancos	125.320	5,20	6,50	31.330	7,80	62.660	3,90	(31.308)	2,60	(62.616)
Corretoras	2.746	5,20	6,50	686	7,80	1.373	3,90	(685)	2,60	(1.371)
Clientes	56.462	5,20	6,50	14.115	7,80	28.231	3,90	(14.105)	2,60	(28.211)
Fornecedores	(33.107)	5,20	6,50	(8.277)	7,80	(16.553)	3,90	8.270	2,60	16.541
Empréstimos e financiamentos	(121.115)	5,20	6,50	(30.278)	7,80	(60.557)	3,90	30.278	2,60	60.557
	73.388			**18.347**		**36.695**		**(18.313)**		**(36.626)**

13. Gestão de risco--Continuação

ii) Riscos de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de equivalentes de caixa e empréstimos com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros.

Análise de sensibilidade do risco de juros

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição à taxa de juros no encerramento do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a como esse fator de risco poderia afetar o resultado antes dos impostos.

			25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		25% de redução	
Instrumento financeiro	**Saldo Contábil (em R$)**	**Indexador**	**Taxa de juros**	**Efeito**	**Taxa de juros**	**Efeito**	**Taxa de juros**	**Efeito**	**Taxa de juros**	**Efeito**
Aplicações financeiras	57.181	2,75%	3,44%	1.967	4,13%	2.361	2,06%	1.180	1,38%	787
Empréstimos	(91.935)	6,09%	7,62%	(7.004)	9,14%	(8.404)	4,57%	(4.202)	3,05%	(2.801)
Adiantamento de exportação	(14.870)	1,80%	2,25%	(335)	2,70%	(401)	1,35%	(201)	0,90%	(134)

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

13. Gestão de risco--Continuação

(iii) Risco de crédito--Continuação

Contas a receber de clientes

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Desta forma, as perdas de crédito são contabilizadas levando em conta o fator de risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda, e, com isso gerando a provisão necessária para cobrir eventuais perdas, na opinião da Administração.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação.

O *aging* dos saldos a receber está demonstrado na nota explicativa 5.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas, disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas de empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – como por exemplo, restrições de moeda.

A Companhia administra o risco de liquidez, mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias, empréstimos e financiamentos, monitorando continuamente o fluxo de caixa orçado e o real e honrando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis no encerramento dos exercícios.

13. Gestão de risco--Continuação

(iv) Risco de liquidez--Continuação

	2020			2019			2018		
	Até um ano	**Acima de um ano**	**Acima de cinco anos**	**Até um ano**	**Acima de um ano**	**Acima de cinco anos**	**Até um ano**	**Acima de um ano**	**Acima de cinco anos**
Fornecedores	**866.549**	**-**	**-**	635.955	-	-	431.064	6.382	-
Empréstimos e financiamentos	**406.155**	**187.114**	**48.286**	297.188	115.433	11.059	265.440	40.248	5.755
Passivos de arrendamentos	**687**	**307**	**-**	2.950	1.019	-	-	-	-
Outras obrigações	**21.113**	**-**	**-**	11.131	-	-	2.315	-	-
	1.294.504	**187.421**	**48.286**	947.224	116.452	11.059	698.819	46.630	5.755

(v) Gestão de capital

A Companhia realiza gestão de capital para se assegurar que esteja em condições de continuar em regime operacional normal, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno aos acionistas por meio da otimização da proporção dívida/patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada para o presente exercício.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A Administração da Companhia revisa a estrutura de capital anualmente. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados com cada classe de capital.

Os índices de alavancagem financeira podem ser verificados abaixo:

13. Gestão de risco--Continuação

(v) Gestão de capital--Continuação

	2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	**641.555**	423.680	311.443
Caixa e equivalentes de caixa	**(252.692)**	(163.970)	(131.329)
Dívida líquida	**388.863**	259.710	180.114
Patrimônio líquido	**712.132**	399.821	299.458
Soma do patrimônio líquido e dívida líquida	**1.100.995**	659.531	479.572
Quociente de alavancagem	35%	39%	38%

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao passivo):

	2020	2019	2018
Passivo circulante (a)	**1.365.036**	991.564	723.244
Passivo não circulante (b)	**244.205**	132.641	58.226
Patrimônio líquido e participação de não controladores (c)	**712.132**	399.821	299.458
Total (d)	**2.321.373**	1.524.026	1.080.928
Capital de terceiros (a+b)/d)	**69,32%**	73,77%	72,30%
Capital próprio (c/d)	**30,68%**	26,23%	27,70%

14. Receita

	2020	2019	2018
Receita bruta	**3.168.731**	2.272.982	1.923.200
Venda mercado interno	**2.534.485**	1.834.695	1.635.960
Venda mercado externo	**627.794**	434.925	284.143
Serviços	**6.452**	3.362	3.097
Deduções	**(56.292)**	(47.962)	(34.764)
Devoluções	**(30.940)**	(21.041)	(24.306)
Impostos sobre vendas	**(25.352)**	(26.921)	(10.458)
Receita	**3.112.439**	2.225.020	1.888.436

15. Despesas por função e natureza

	2020	2019	2018
Por função	**(2.810.176)**	(2.104.077)	(1.740.726)
Custo das mercadorias e produto vendidos	**(2.612.260)**	(1.910.057)	(1.590.582)
Despesas de vendas	**(178.161)**	(177.172)	(139.171)
Despesas administrativas	**(19.755)**	(16.848)	(10.973)

	2020	2019	2018
Por natureza	**(2.810.176)**	(2.104.077)	(1.740.726)
Custos das mercadorias vendidas	**(1.208.420)**	(938.661)	(814.478)
Custos das matérias-primas	**(1.315.724)**	(921.949)	(714.257)
Valor justo	**(40.349)**	(3.560)	(34.480)
Pessoal	**(73.850)**	(60.858)	(46.117)
Fretes/armazenagem/despachos	**(36.441)**	(38.090)	(32.751)
Serviços de terceiros	**(27.045)**	(26.834)	(21.491)
Despesas de depreciação e amortização	**(17.496)**	(12.738)	(11.970)
Amortização de direito de uso	**(2.110)**	(2.481)	-
Combustíveis e lubrificantes	**(9.361)**	(9.035)	(8.642)
Água/luz/telefone/gás	**(11.336)**	(12.527)	(9.093)
Outras receitas/despesas	**(68.044)**	(77.344)	(47.447)

16. Resultado financeiro

	2020	2019	2018
Variação cambial ativa	**81.795**	37.480	31.996
Variação monetária ativa	**1.431**	4.742	2.461
Juros e descontos obtidos	**24.481**	27.179	13.140
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	**(1.569)**	(1.264)	(612)
Receitas financeiras	**106.138**	68.137	46.985
Variação cambial passiva	**(105.728)**	(40.296)	(46.250)
Variação monetária passiva	**(3)**	(26)	(127)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(35.388)**	(22.627)	(22.587)
Juros, tarifas e descontos	**(29.451)**	(25.578)	(14.438)
Despesas com *swap* cambial	**(7.600)**	(637)	(516)
Despesas financeiras	**(178.170)**	(89.164)	(83.918)
Resultado financeiro	**(72.032)**	(21.027)	(36.933)

17. Parcelamentos tributários

O saldo de parcelamentos tributários é oriundo, basicamente, de saldos em aberto de ICMS e PIS/COFINS, parcelados perante as autoridades fiscais. Os saldos em aberto serão amortizados, respectivamente, em 56 e 106 parcelas.

	2020	2019	2018
Parcelamento ICMS	**4.669**	-	-
Parcelamento Pis/Cofins	**3.483**	3.866	4.249
Outros parcelamentos	**92**	419	747
	8.244	4.285	4.996
Circulante	**1.459**	711	711
Não circulante	**6.785**	3.574	4.285

18. Imposto de renda e contribuição social

Composição da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	2020	2019	2018
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	**255.443**	126.169	117.822
Alíquota vigente	**34%**	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(86.851)**	(42.897)	(40.060)
Reconciliação da alíquota efetiva:			
Subvenção para investimentos (Nota 23)	**75.333**	52.292	47.425
Impacto de dividendos distribuídos a conta de reserva para incentivos fiscais, líquido	**(6.914)**	(6.955)	(2.293)
Impostos diferidos de exercícios anteriores (não reconhecidos)	**7.689**	(7.453)	-
Outros	**1.563**	(337)	2.333
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(9.180)**	(5.350)	7.405
Corrente	**(24.491)**	18	(6.580)
Diferido	**15.311**	(5.368)	13.985
Alíquota efetiva	**-4%**	-4%	6%

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro referem-se a:

	2020	2019	2018
Provisão para litígios	**533**	529	529
Provisão para devedores duvidosos	**1.907**	3.861	3.673
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	**4.543**	46.704	27.078
Ajuste valor justo de estoques	**12.246**	(24.363)	(2.919)
Diferença de taxas de depreciação	**(14.420)**	(13.158)	(11.650)
Ativo imobilizado - custo atribuído	**(3.452)**	(3.774)	(4.026)
Outras diferenças temporárias	**(1.502)**	(3.523)	(1.041)
Imposto de renda diferido	**(145)**	6.276	11.644

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável a geração de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele é baixado. A estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas. A Companhia possui base de prejuízos fiscais não reconhecidos, no valor de R$119.375 (R$150.705 em 31 de dezembro de 2019 e R$128.784 em 31 de dezembro de 2018), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros. Conforme divulgado na Nota 23, a Companhia usufrui de subvenções governamentais que reduzem o lucro tributável na sua apuração do imposto de renda e da contribuição social.

19. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de seus assessores legais, possui provisão para litígios em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificada no passivo exigível ao longo prazo, conforme abaixo:

	2020	2019	2018
Provisões trabalhistas	**1.403**	1.556	1.556
Provisões cíveis	**79**	-	-
Provisões tributárias	**86**	-	-
	1.568	1.556	1.556

19. Provisão para litígios--Continuação

A movimentação da provisão para contingências e dos depósitos judiciais é demonstrada a seguir:

	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.556
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.556
Provisões constituídas durante o exercício	**12**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.568**

	Depósitos judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2018	255
Depósitos efetuados e atualizações	19
Saldo em 31 de dezembro de 2019	274
Depósitos efetuados e atualizações	16
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**290**

Adicionalmente, a Companhia foi informada pelos seus advogados da existência de processos de natureza cível e trabalhista com probabilidade de perda possível, avaliados no montante de R$1.472 em 31 de dezembro de 2020 (R$1.460 em 31 de dezembro de 2019 e 2018).

20. Partes relacionadas

Alienação de investimento

Em novembro de 2014, a Companhia alienou a totalidade da sua participação de 25% das ações da 4 Ventos Agroindustrial S.A. para a sua controladora Sinuelo Participações Ltda., pelo montante de R$40.000. A transação foi realizada em condições acordadas entre as partes. As parcelas serão liquidadas em 10 anos, com atualização anual do IPCA. Os saldos em aberto no encerramento dos exercícios estão apresentados pelo valor atualizado e classificados de acordo com o prazo de vencimento.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2020 referente a esta operação é de R$27.053 (R$27.794 em 31 de dezembro de 2019, R$31.794 em 31 de dezembro de 2018).

20. Partes relacionadas--Continuação

Alienação de terras

Em novembro de 2014, a Companhia alienou uma fração de terras de culturas com área de 2.100.000 de metros quadrados, situada no primeiro distrito de Santa Bárbara do Sul/RS para a empresa Agropecuária Quinteto Ltda., pelo preço certo e ajustado de R$7.000. Em 13 de abril de 2015, ocorreu o aditivo de contrato prorrogando o prazo de pagamento em sete parcelas anuais indexado ao índice IGPM mais 6 % a.a. Os saldos em aberto no encerramento dos exercícios estão apresentados pelo valor atualizado e classificados de acordo com o prazo de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2020 a operação não apresentava saldo (R$4.698 em 31 de dezembro de 2019, R$5.698 em 31 de dezembro de 2018).

Operações da atividade principal

A Companhia possui operações de vendas de insumos e compra de grãos dentro das operações normais da atividade, realizadas em condições acordadas entre as partes, com a relacionada Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. (coligada incorporada em 30 de novembro de 2020, conforme descrito na Nota 1) e com João Osório Dumoncel e Luiz Osório Dumoncel (acionistas).

	Balanço patrimonial							
	2020		**2019**			**2018**		
	Ativo circulante	**Ativo não circulante**	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Ativo Circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**
Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. (*)	**-**	**-**	127.062	-	4.657	85.465	-	3.085
Parceria Agrícola Dumoncel (*)	**79.314**	**-**	78.879	-	2.195	78.325	-	4.620
Sinuelo Participações Ltda.	**7.267**	**19.786**	6.512	21.282	-	6.512	25.282	-
Agropecuária Quinteto Ltda.	**-**	**-**	2.432	2.266	-	2.432	3.266	-
Total	**86.581**	**19.786**	214.885	23.548	6.852	172.734	28.548	7.705

(*) Saldos ativos e passivos classificados, respectivamente, nas rubricas de contas a receber de clientes e fornecedores.

20. Partes relacionadas--Continuação

	Demonstração do resultado					
	2020		2019		2018	
	Vendas	Compras	Vendas	Compras	Vendas	Compras
Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. (*)	**238.000**	**185.825**	181.193	191.918	120.863	102.482
Parceria Agrícola Dumoncel	**78.279**	**21.394**	65.295	25.940	69.324	12.310
Total	**316.279**	**207.219**	246.488	217.858	190.187	114.792

Honorários da administração

No exercício de 2020 foram pagos R$400 (nos exercícios de 2019 e 2018 foram pagos, respectivamente, R$588 e R$552) de remuneração aos administradores da Companhia. A Companhia não pagou a seus administradores remuneração relativa a plano de opção, benefício pós-emprego ou quaisquer outros tipos de remuneração.

21. Patrimônio líquido

Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no Estatuto e mediante deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O capital social da Companhia em 31 dezembro de 2020 é de R$400.000 (R$200.000 em 31 de dezembro de 2019 e R$55.500 em 31 de dezembro de 2018), e está divido em 400 milhões de ações ordinárias, com valor nominal de R$1 (um real) cada.

A movimentação do capital social e das ações integralizadas está assim apresentada.

21. Patrimônio líquido--Continuação

	Quant. de ações (mil)	Total
31 de dezembro de 2018	**55.500**	**55.500**
AGE 25/04 – Incorporação de reserva de incentivos fiscais	44.500	44.500
AGE 16/12 – Incorporação de reserva de incentivos fiscais	100.000	100.000
31 de dezembro de 2019	**200.000**	**200.000**
AGE 30/11 – Incorporação de coligada	1.000	1.000
AGE 30/11 – Aumento de capital	9.000	9.000
AGE 28/12 – Incorporação de reserva de incentivos fiscais	190.000	190.000
31 de dezembro de 2020	**400.000**	**400.000**

Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando R$4.847 em 31 de dezembro de 2020 (R$5.794 em 31 de dezembro de 2019 e R$6.742 em 31 de dezembro de 2018).

Reserva de lucros

Reserva legal

Está constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, equivalente a 5% do lucro de cada exercício, antes de qualquer destinação e limitado a 20% do capital social. Nos exercícios de 2020, 2019 e 2018 não houve constituição da reserva legal, uma vez que o resultado dos respectivos exercícios foi destinado integralmente a reserva de incentivos fiscais, em atendimento à legislação tributária vigente.

Reserva para incentivos fiscais

A reserva para incentivos fiscais está constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, e para atendimento ao disposto no artigo 30 da Lei 12.973/14. Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais conforme descrito na Nota 23 e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia deixou de constituir reserva para incentivos fiscais no montante de R$148.594. Conforme facultado pelo artigo 30, § 3º, da Lei 12.973/14, a Companhia deverá constituir a reserva para incentivos fiscais à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

21. Patrimônio líquido--Continuação

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 5% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. O valor do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram integralmente destinados a constituição da reserva para incentivos fiscais.

Nos exercícios de 2020, 2019 e 2018, a Companhia distribuiu e pagou dividendos à conta de reserva de lucros conforme segue:

	2020	2019	2018
Dividendos distribuídos e pagos	**17.250**	20.456	9.634

Adicionalmente, no exercício de 2020 a administração da Companhia propôs, para aprovação da Assembleia Geral, um dividendo adicional no montante de R$11.800, à conta de reservas de lucros.

Conforme determina o artigo 30, § 2º, da Lei 12.973/14, a Companhia ofereceu a tributação do imposto de renda e da contribuição social os valores que integraram a base de cálculo dos dividendos distribuídos.

22. Lucro por ação

A Companhia não possui operações que influenciem no cálculo do lucro diluído. Portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

	2020	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**246.263**	120.819	125.227
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	**390.833**	390.000	390.000
Lucro básico e diluído por ação - em reais (R$)	**0,63**	0,31	0,32

A média ponderada de quantidade das ações ordinárias emitidas considera os aumentos de capital por meio das incorporações de reservas de incentivos fiscais, como se as mesmas tivessem ocorrido em 1º. de janeiro de 2018, conforme requeridos pelo parágrafo 28 do CPC 41 (IAS 33).

23. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondem a: *(i)* incentivos fiscais estaduais de ICMS; e *(ii)* incentivos fiscais federais de Pis e Cofins. As subvenções estaduais têm a natureza de subvenção para investimento, enquanto a subvenção federal tem natureza de subvenção para custeio.

Incentivos fiscais estaduais

Crédito presumido de ICMS

A Companhia apura crédito presumido de ICMS, conforme decreto 37.699/97, do Governo do Estado do RS, calculado com base em 57% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel, desde que a soja esmagada tenha origem do Estado.

Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas, e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais) no patrimônio líquido.

Em 2020 o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício, foi de R$42.497 (R$16.707 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 24.928 em 31 de dezembro de 2018).

Isenção e redução de base de cálculo do ICMS

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia.

A Companhia retificou suas obrigações acessórias dos exercícios de 2015 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do imposto de renda e da contribuição social, reconhecendo o montante de R$110.382 de créditos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior, dos quais R$101.120 referem-se ao valor de principal e R$9.261 aos juros e atualização monetária). Os valores estão apresentados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar e foram registrados nos respectivos anos de competência, totalizando R$35.819 em 31 de dezembro de 2019 e R$42.817 em 31 de dezembro de 2018, sendo o saldo remanescente oriundo de exercícios anteriores a 2018.

Em 2020, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício, foi de R$179.070 (R$137.093 em 31 de dezembro de 2019 e R$114.558 em 31 de dezembro de 2018).

23. Subvenções governamentais--Continuação

Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Entretanto, uma vez que em determinados exercícios a Companhia apresentou prejuízo fiscal ou lucro líquido insuficiente para constituição integral da referida reserva, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais no montante de R$148.594 em 31 de dezembro de 2020. Conforme facultado pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá recompor a reserva para incentivos fiscais em exercício futuros.

Incentivo fiscal federal

Crédito presumido de PIS e COFINS

A Companhia apura crédito presumido de PIS e COFINS, conforme lei federal 12.865 de 10/10.2013, disponível para as empresas que industrializam a soja em grão, calculado através da receita de venda de cada produto.

Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de PIS e COFINS a recuperar em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas.

Em 2020 o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício, foi de R$51.553 (R$33.663 em 31 de dezembro de 2019 e R$25.788 em 31 de dezembro de 2018).

24. Informações por segmento

Informações referentes aos resultados de cada segmento estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento até o lucro bruto, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias.

Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela administração da Companhia.

Os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno desses segmentos:

(i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja, milho e trigo. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que a Companhia transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.

24. Informações por segmento--Continuação

(ii) Grãos de soja, milho e trigo: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de "CPR". O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

(iii) Indústria: compreende as operações decorrentes da industrialização de soja, com a produção de farelo e biodiesel.

A Companhia entende seus segmentos em insumos, grãos e indústria e estão assim compostos:

	2020	2019	2018
Receita			
Insumos	**909.290**	707.818	578.034
Grãos	**497.615**	454.643	442.872
Indústria	**1.705.534**	1.062.559	867.530
	3.112.439	2.225.020	1.888.436
Custo das mercadorias e produtos vendidos			
Insumos	**(744.782)**	(550.545)	(437.620)
Grãos	**(463.637)**	(409.367)	(406.664)
Indústria	**(1.363.492)**	(946.585)	(711.816)
	(2.571.911)	(1.906.497)	(1.556.102)
Lucro bruto, antes do valor justo			
Insumos	**164.508**	157.273	140.414
Grãos	**33.978**	45.276	36.207
Indústria	**342.042**	115.974	155.713
	540.528	318.523	332.334
Ajuste a valor justo	**(40.349)**	(3.560)	(34.480)
Lucro bruto	**500.179**	314.963	297.854

24. Informações por segmento--Continuação

Receita por cliente

O montante da receita proveniente dos principais clientes é assim representado:

Cliente	2020 Produto	% s/ Receita líquida
Cliente 1	Farelo de Soja	16,02%
Cliente 2	Biodiesel	8,12%
Cliente 3	Biodiesel	8,00%
Cliente 4	Insumos	7,59%
Cliente 5	Grãos	7,24%
Cliente 6	Biodiesel	5,92%

Cliente	2019 Produto	% s/ Receita líquida
Cliente 1	Farelo de Soja	18,01%
Cliente 2	Biodiesel	9,69%
Cliente 3	Insumos	8,05%
Cliente 4	Grãos	4,84%
Cliente 5	Biodiesel	3,54%

Cliente	2018 Produto	% s/ Receita líquida
Cliente 1	Farelo de Soja	11,55%
Cliente 2	Grãos	8,94%
Cliente 3	Biodiesel	8,37%
Cliente 4	Insumos	6,45%
Cliente 5	Biodiesel	4,56%

Localização geográfica

As informações abaixo sobre a receita de exportação, consideraram a localidade do cliente.

País	2020	2019	2018
Bélgica	**-**	8.704	-
China	**12.255**	-	-
Coreia do Sul	**202.013**	101.481	19.677
Eslovênia	**14.749**	111.905	219.115
Espanha	**179.000**	139.058	37.642
França	**151.800**	47.381	6.328
Inglaterra	**-**	5.274	-
Itália	**50.316**	21.122	-
Romênia	**-**	-	1.381
Turquia	**17.661**	-	-
	627.794	434.925	284.143

25. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques.

O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$435.000, é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

LUIZ OSÓRIO DUMONCEL, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade n.º 2.016.581.056 SSP/RS, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o n.º 463.873.310-72, residente e domiciliado na Rua Victor de Quadros Lirio, 216, Padroeira, CEP 98240-000, na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na qualidade de Diretor Presidente da **TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A**, sociedade anônima com sede na cidade de Santa Barbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, 187, Bairro Industrial, CEP 98.240-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o n.º 94.813.102/0001-70 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução da ICVM 480.

19 de fevereiro de 2021.

LUIZ OSÓRIO DUMONCEL

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

MAURÍCIO LEONARDO HASSON, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade n.º 9.552.984-8 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n.º 024.961.187-24, residente e domiciliado na Rua Coronel Artur de Paula Ferreira, 132, apto 151, Vila Nova Conceição, CEP 04511-060, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A**, sociedade anônima com sede na cidade de Santa Barbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, 187, Bairro Industrial, CEP 98.240-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o n.º 94.813.102/0001-70 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, especialmente elaboradas para fins de registro, nos termos dos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução da ICVM 480.

19 de fevereiro de 2021.

MAURÍCIO LEONARDO HASSON

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA TENTO DO SUL REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras

Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018, com relatório dos auditores independentes.

Índice

Relatório de revisão dos auditores independentes..... 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial..... 5
Demonstração do resultado..... 7
Demonstração do resultado abrangente..... 8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 9
Demonstração do fluxo de caixa..... 10
Demonstração do valor adicionado..... 11
Notas explicativas às demonstrações financeiras..... 12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e diretores da **TENTOS DO SUL COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de novembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda** em 30 de novembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, em observância as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – extinção da empresa

Conforme nota explicativa 1 Contexto Operacional, a Empresa Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda foi extinta em 30 de novembro de 2020 por conta de sua incorporação pela Companhia Três Tentos Agroindustrial S/A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

ALLIANSSA AUDITORES ASSOCIADOS
Rua Pedro Álvares Cabral, 574 - Conj. 205 Erechim - RS CEP 99700-252
Fone 54 3520 3407 www.allianssa.com.br Registro CRC-RS 4627/O

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Erechim (RS), 17 de fevereiro de 2021

Allianssa Auditores Associados S/S
CRC RS 004627/O
Luciana Todero Perin
CRC RS 068404/O-9

ALLIANSSA AUDITORES ASSOCIADOS
Rua Pedro Álvares Cabral, 574 - Conj. 205 Erechim - RS CEP 99700-252
Fone 54 3520 3407 www.allianssa.com.br Registro CRC-RS 4627/O

Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda

Balanço patrimonial
Exercícios findos em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		**220.131**	**157.964**	**106.050**
Caixa e equivalentes de caixa	**3**	3.591	4.940	5.518
Contas a receber clientes	**4**	132.556	89.158	63.190
Impostos a recuperar	**5**	-	26	27
Adiantamentos		280	7.937	355
Estoques	**6**	83.704	43.064	31.389
Instrumentos financeiros	**7**	-	6.758	-
Despesas antecipadas		-	2.513	145
Outras contas a receber		-	3.568	5.426
Não Circulante		**112.276**	**87.131**	**47.329**
Despesas antecipadas		-	149	293
Impostos a recuperar	**5**	19.418	14.898	9.113
Imobilizado	**8**	92.819	72.015	37.822
Intangível	**9**	39	69	101
TOTAL DO ATIVO		**332.407**	**245.095**	**153.379**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda

Balanço patrimonial
Exercícios findos em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		**185.926**	**153.754**	**113.080**
Fornecedores	**10**	155.682	139.012	98.640
Empréstimos e financiamentos	**11**	5.127	6.478	2.301
Adiantamentos	**12**	1.560	1.048	3.670
Obrigações fiscais	**15**	192	2.791	1.307
Obrigações sociais e trabalhistas	**16**	2.973	1.875	958
Outras obrigações		20.392	2.550	6.204
Não circulante		**72.183**	**45.336**	**11.820**
Empréstimos e financiamentos	**11**	50.882	43.286	11.045
Impostos diferidos	**20**	21.301	2.022	775
Provisões processos trabalhistas	**21**	-	28	-
Patrimônio líquido	**22**	**74.298**	**46.005**	**28.479**
Capital social		1.000	1.000	100
Reserva incentivos fiscais		73.298	45.005	28.379
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**332.407**	**245.095**	**153.379**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

DRE	Notas	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	**17**	**421.793**	**387.668**	**256.482**
Custo das mercadorias e produtos vendidos	**18**	(326.765)	(339.654)	(218.977)
Lucro bruto		**95.028**	**48.014**	**37.505**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(26.708)**	**(22.392)**	**(14.033)**
Despesas de vendas	**18**	(25.243)	(20.577)	(13.241)
Despesas administrativas	**18**	(2.052)	(2.150)	(1.250)
Despesas tributárias	**18**	(196)	(238)	(102)
Outras despesas/receitas operacionais		783	573	560
Resultado operacional		**68.320**	**25.622**	**23.472**
Resultado financeiro	**19**	**(1.460)**	**(2.367)**	**(3.272)**
Receitas financeiras		12.342	4.946	2.405
Despesas financeiras		(13.802)	(7.313)	(5.677)
Resultado antes dos impostos e contribuições		**66.860**	**23.255**	**20.200**
Imposto de renda e contribuição social	**20**	**(19.876)**	**(2.563)**	**(1.833)**
Corrente		-	(1.315)	(1.089)
Diferido		(19.876)	(1.248)	(744)
Lucro líquido do exercício		**46.984**	**20.692**	**18.367**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	46.984	20.692	18.367
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	**46.984**	**20.692**	**18.367**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva para incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**100**	**5.945**	**5.067**	**11.112**
Distribuição de lucros	-	-	(1.000)	(1.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	18.367	18.367
Constituição de reserva para incentivos fiscais	-	22.434	(22.434)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**100**	**28.379**	**-**	**28.479**
Aumento de Capital	900	-	(900)	-
Distribuição de lucros	-	-	(3.166)	(3.166)
Lucro líquido do exercício	-	-	20.692	20.692
Constituição de reserva para incentivos fiscais	-	16.626	(16.626)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.000**	**45.005**	**-**	**46.005**
Distribuição de lucros	-	-	(20.000)	(20.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	46.984	46.984
Ajuste Exercícios Anteriores*	-	1.309	-	1.309
Constituição de reserva para incentivos fiscais	-	26.984	(26.984)	-
Saldos em 30 de novembro de 2020	**1.000**	**73.298**	**-**	**74.298**

- O ajuste de exercícios anteriores refere-se à reclassificação de contratos a termo (cédula de produtor rural) e os impostos diferidos.

Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício	**46.984**	**20.692**	**18.367**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado nas atividades operacionais:			
Impostos diferidos	19.876	1.248	744
Depreciação e amortização	2.036	1.569	722
Baixa e alienação	2.332	209	265
Ajustes de exercícios anteriores	1.309	-	-
(Aumento) Redução em ativos:			
Contas a receber de Clientes	(43.398)	(25.968)	(20.198)
Instrumentos Financeiros	6.758	(6.758)	-
Estoques	(40.640)	(11.675)	(11.111)
Impostos a recuperar	(4.494)	(5.784)	(5.192)
Outros ativos	11.225	(5.724)	(880)
Despesas antecipadas	2.662	(2.224)	(176)
Aumento (Redução) em passivos			
Fornecedores	16.670	40.372	29.808
Obrigações fiscais	(2.599)	1.484	1.192
Obrigações sociais e trabalhistas	1.098	917	278
Adiantamentos	512	(2.622)	3.590
Outros passivos	17.217	(3.626)	403
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**37.548**	**2.110**	**17.812**
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de Imobilizado	(25.142)	(35.937)	(21.456)
Aquisição de Intangível	-	(2)	(31)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(25.142)**	**(35.939)**	**(21.487)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos captados	11.925	39.064	8.086
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(5.680)	(2.646)	(312)
Lucros distribuídos	(20.000)	(3.167)	(1.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(13.755)**	**33.251**	**6.774**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(1.349)**	**(578)**	**3.099**
Caixa e equivalentes de caixa - no início do período	4.940	5.518	2.419
Caixa e equivalentes de caixa - no final do período	3.591	4.940	5.518
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(1.349)**	**(578)**	**3.099**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais)

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receitas			
Receita de venda de produtos, mercadorias e serviços prestados	426.785	390.295	258.741
(-) Deduções de vendas	(4.992)	(2.627)	(2.259)
	421.793	**387.668**	**256.482**
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo das mercadorias vendidas	(326.765)	(339.654)	(218.977)
Serviços de terceiros	(1.566)	(1.988)	(1.396)
Outras despesas operacionais	783	573	560
	(327.548)	**(341.069)**	**(219.813)**
Valor adicionado bruto	**94.245**	**46.599**	**36.669**
Retenções			
Depreciações e amortizações	(2.036)	(1.569)	(722)
Valor líquido produzido pela entidade	**92.209**	**45.030**	**35.947**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	12.342	4.946	2.405
	12.342	**4.946**	**2.405**
Valor adicionado total a distribuir	**104.551**	**49.976**	**38.352**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	**11.526**	**9.874**	**5.819**
Remuneração direta	3.967	3.295	2.197
Benefícios	6.835	6.024	3.257
FGTS	724	555	365
Impostos, taxas e contribuições	**22.992**	**9.643**	**7.856**
Federais	22.814	9.499	7.769
Estaduais	151	115	70
Municipais	27	29	17
Juros e encargos financeiros	**23.049**	**9.767**	**6.311**
Juros	6.044	1.985	1.037
Alugueis	259	286	977
Outras	16.746	7.496	4.296
Lucro retido do exercício	**46.984**	**20.692**	**18.367**
	104.551	**49.976**	**38.352**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Objeto social

A Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda ("Empresa"), teve contrato constitutivo em 16/04/2015 sob o CNPJ 22.654.772/0001-80 e teve seu contrato social registrado na MM Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 43.207.801.156 em 16/06/2015, a Empresa tem como objeto social a comercialização de cereais, insumos e atividades de apoio à agricultura.

A sede da Empresa está estabelecida na Rodovia BR 392, km 73, n° 11.436, Bairro Fragata, na cidade de Pelotas/RS.

Em 30 de novembro de 2020 a Empresa a Três Tentos Agroindustrial S.A. inscrita sob o CNPJ 94.813.102/0001-70, com sede na Av. Principal nº 187, Distrito Industrial em Santa Bárbara do Sul/RS, constituída em 12/08/1992, com seu contrato social registrado na JUCERGS em 14/10/1992, realizou a incorporação total da empresa Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, registrada na Junta Comercial do Estado do RS.

Com base neste ato, ocorreu a extinção da Empresa Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. Desta forma, são apresentadas estas demonstrações financeiras com data base em 30 de novembro de 2020 comparativo aos exercícios de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

a) Impactos do Covid-19

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (Covid-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Empresa informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Destacamos as principais análises e ações da Empresa sobre o impacto do Covid-19: Foi instaurado um Comitê Estratégico para definição de ações; Criado um Protocolo e Plano de Contingência com atualização diária através de Boletim Informativo; Os colaboradores acima dos 60 anos ou de risco foram afastados e/ou estão trabalhando em Home Office; Ações de Comunicação e reforço nas medidas de prevenção; Atendimento Psicossocial e acompanhamento Psicológico dos casos suspeitos a nossos colaboradores e seus familiares; Ações internas com treinamentos para auxílio dos Consultores a continuar os atendimentos a distância.

Por estar classificada como essencial, as atividades da Empresa não sofreram impactos quanto a interrupções na produção ou fechamentos de lojas e escritórios. Não foram registrados surtos ou quaisquer outras situações que levassem a paralização significativas de nossas atividades.

2. Apresentação e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 17 de fevereiro de 2021, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

2.3. Caixa, equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras demonstradas ao custo, acrescida dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*"). As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Empresa aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Empresa, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) foi estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. Para os demais títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individualmente e a administração mantém os procedimentos de cobrança e provisão quando pertinentes.

As contas a receber também incluem os recebíveis originados nas operações de Cédulas de Produtor Rural (CPR), em que a Empresa comercializa defensivos em troca de commodities agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de commodity é ajustado pela cotação da *commodity* no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos, conforme política contábil adotada pela Empresa.

2.5. Estoques

As *commodities* agrícolas, são mensuradas a valor justo, deduzido dos custos de venda, e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrer a variação. Tal classificação justifica-se pelo fato dessas *commodities* se destinarem substancialmente a operações de "*trading*".

As demais mercadorias de estoques são apresentadas ao menor valor entre custo de aquisição ou formação e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados com base no método de custo médio. O valor líquido realizável representa o preço de venda menos todos os custos estimados de conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.6. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado, estão escriturados pelo custo de aquisição e/ou construção e devidamente retificadas pela depreciação acumulada, exceto terras e terrenos que não sofrem depreciação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma

pretendida pela Administração; (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). Os terrenos não sofrem depreciação. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

	2020	
	Vida útil em anos	**Taxa de depreciação**
Máquinas e equipamentos	15	6,6%
Edificações e instalações	60	1,67%
Veículos	5 a 10	10% a 20%
Móveis e utensílios	10	10%
Equipamentos de computação	5	20%

2.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidos adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados. A Empresa testa a perda de valor desses ativos comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil de acordo com orientação CPC 04 Item 107.

2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar (“grãos a fixar”), são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pela Empresa e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço das commodities é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos.

2.9. Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo e que necessariamente exigem período de tempo substancial para que o mencionado ativo esteja pronto para o uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados no resultado do exercício em que ocorrem.

2.10. Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11. Provisões para riscos

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Empresa tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37).

2.12. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais.

2.13. Instrumentos financeiros

I. *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros, dentro do escopo do CPC 38, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, quando indicado. A Empresa determina a classificação de seus ativos financeiros na data de contratação desses instrumentos.

Todos os ativos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente a valor justo.

Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e depósito a curto prazo, contas a receber e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ao custo amortizado

  Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

  a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
  b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Ao valor justo por meio do resultado

  O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas do balanço a Empresa avalia a existência de indicadores que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido

após seu reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados no mercado ativo. Após mensuração inicial, os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros (TEJ), menos perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado considerando-se qualquer desconto ou prêmio sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem parte integral da TEJ. A amortização da TEJ está incluída na receita financeira apresentada na demonstração do resultado. As perdas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado sob a rubrica de despesas financeiras.

Reconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parcela de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é reconhecido quando:

- Expiram os direitos de receber os fluxos de caixa do ativo;
- A Empresa transferiu seus direitos de reconhecimento de fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebido integralmente sem atraso considerável a um terceiro nos termos de um acordo de repasse; e (a) A Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) A Empresa não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Perda do valor recuperável dos ativos financeiros

Nas datas de encerramento, a Empresa avalia se há evidência objetiva de que os ativos financeiros, ou grupo de ativos financeiros, apresenta perda do valor recuperável. O valor recuperável de um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado não realizável se, e apenas se, houver evidência objetiva de perda do valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e esse evento de perda tenha causado impacto nos futuros fluxos de caixa estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possam ser determinados com segurança. Evidência de perda do valor recuperável pode incluir indícios de que os devedores ou grupo de devedores estejam passando por dificuldades financeiras significativas, não tenham realizado o pagamento dos juros ou principal, ou há probabilidade de que irão à falência ou serão submetidos a outra reorganização financeira e quando dados observáveis indicarem que há uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como mudanças em atraso ou condições econômicas que levem à inadimplência.

II. *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado (CA)

  Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

  O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

  Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado.

  O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou
  contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

  a) Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou

b) O passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco ou a estratégia de investimento da Empresa, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
c) O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado considerando-se qualquer desconto ou prêmio sobre aquisição ou custos que constituem parte integral da taxa efetiva de juros (TEJ). A amortização da TEJ está incluída na despesa financeira apresentada na demonstração do resultado.

Reconhecimento de passivos financeiros

Passivos financeiros são baixados quando:

- A obrigação decorrente da responsabilidade for liquidada, cancelada ou expirada;
- Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes;
- Os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, e essa troca ou alteração é tratada como um reconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo.

A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos em cada data de encerramento das demonstrações financeiras é apurado com base nos preços praticados no mercado ou nas cotações de preços de negociação, sem qualquer dedução dos custos de transação.

Para instrumentos financeiros não negociados em um mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação adequadas.

Essas técnicas podem incluir:

- Utilização de transações recentes de mercado, em bases comutativas;
- Referência ao valor corrente atual de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo;
- Análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivativos, como por exemplo, contratos de moeda a termo, opções de balcão e contratos de *commodity* a termo, para proteger seus riscos de taxa de juros e preços de *commodities*. Esses instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo subsequentemente mensurados a valor justo. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

2.14. Valor justo

A Empresa a mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como, por exemplo, estoques) ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Empresa utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Empresa determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Empresa determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

2.15. Reconhecimento da receita

O CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

(i) A identificação do contrato com o cliente;
(ii) A identificação das obrigações de desempenho;
(iii) A determinação do preço da transação;
(iv) A alocação do preço da transação; e

(v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Empresa avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Empresa não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias e produtos vendidos.

Receita de dividendos e juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.16. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Os ativos e passivos fiscais para o período atual são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e leis fiscais utilizadas para determinar o valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 anuais, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de

receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como ativos ou passivos não circulantes e mensurados às alíquotas esperadas para o ano em que o ativo é realizado ou o passivo liquidado com base nas alíquotas que estavam em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento.

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas sobre a compra de ativos ou serviços não for recuperável. Nesse caso, os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou parte do item de despesa, quando aplicável. Os valores a receber e a pagar são apresentados incluindo o valor do imposto sobre vendas.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas sobre a compra de ativos ou serviços não for recuperável. Nesse caso, os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou parte do item de despesa, quando aplicável. Os valores a receber e a pagar são apresentados incluindo o valor do imposto sobre vendas.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	17,5%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,6%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
INSS	11%
ISSQN	5%

2.17. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (Impairment)

No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Para a data do balanço, foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

2.18. Ajustes a valor presente

O Pronunciamento Técnico CPC 12 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis estabeleceu que os ativos e passivos de longo prazo, devem ser ajustados pelo seu valor presente. Os demais saldos devem ser ajustados ao seu valor presente, apenas quando houver efeito relevante nas demonstrações financeiras. Na avaliação da Administração os componentes de curto e longo prazo da Empresa não são passíveis de ajuste a valor presente.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Empresa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.19. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) (IAS 7).

2.20. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Empresa elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – "Demonstração do Valor Adicionado", as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional, requeridas como parte das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

2.21. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do ativo relacionado.

2.22. Classificação corrente versus não corrente

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido o decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo nos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.23. Novas normas contábeis

Atualizações de normas emitidas em 2020

Atualização do CPC 38, CPC 40 (R1) E CPC 48 (Deliberação CVM Nº 854/2020)

A deliberação CVM 854/2020 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. Trata de alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 CPC 40 (R1) e CPC 48, emitidos pelo CPC, em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (Libor) como taxa de juros de referência após 2021.
A Empresa avaliou e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

Atualização do CPC 26/IAS 1 E CPC 23/IAS 8 definição de materialidade

As atualizações do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020.
A Administração entende que estas atualizações não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulga somente informações relevantes.

Atualização do IFRS 16 E Deliberação CVM Nº 859/2020

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.
A Empresa avaliou e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa.

2.24. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativa

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos

A Empresa valoriza as contas a receber atreladas ao recebimento de *commodities*, bem como o seu estoque de *commodities*, e as contas a pagar a fornecedores de grãos a fixar pelo valor justo na data de reporte, sendo as variações do valor justo registradas em contra partida ao custo das mercadorias e produtos vendidos no resultado do exercício.
As *commodities* comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A Administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores, ajustados para refletir diferenças em mercados locais.

Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Empresa contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo de *commodities*, os quais são também mensurados ao valor justo, tendo suas variações registradas em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos no resultado do exercício.

A administração reconhece contabilmente o valor justo das contas a receber de cédula de produtor rural e dos contratos de compra e venda a termo que são liquidados com a entrega física, por esta ser a prática da Empresa para contratos similares, com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais de *commodities*.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativa-
mente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Tributos sobre o lucro

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.
Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Empresa leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Empresa acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

A Empresa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Empresa.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 13 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido.

Provisões para litígios

A Empresa reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Caixa e equivalentes de caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa está composta da seguinte maneira:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	22	18	14
Bancos	1.544	781	1.218
Aplicações financeiras	2.025	4.141	4.286
Total	**3.591**	**4.940**	**5.518**

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em caixa, apresentando-se em um montante conhecido e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a uma taxa média de 99,8% do CDI em 30 de novembro de 2020 (97% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e 100,2% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

4. Contas a receber

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Duplicatas a receber MI	59.965	72.404	49.312
(-) Provisão para devedores duvidosos	(151)	(242)	(44)
(-) Venda entrega futura *1	(57.323)	(30.502)	(20.317)
Notas promissórias a receber	1.624	875	655
Cédula de produtor rural	128.181	46.286	33.151
Cheques a receber	260	337	433
Total de contas a receber	**132.556**	**89.158**	**63.190**

*1 Refere-se à venda antecipada de grãos e insumos agrícolas para entrega futura, cujos preços já estão definidos através de emissão da nota de faturamento e recebimento dos valores envolvidos. A entrega da mercadoria é feita em partes através de remessas, conforme programação prévia entre Empresa e cliente.

As "Contas a receber – cédula de produtor rural" são originadas na venda de produtos a clientes mediante o recebimento do pagamento em grãos. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 7. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de originação de grãos da Empresa, para a consecução de sua atividade de comercialização de *commodites* agrícolas.

Em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018, a análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
A Vencer	**126.255**	**79.880**	**59.004**
Vencidos	**6.301**	**9.278**	**4.186**
De 1 a 30 dias	3.834	6.113	1.378
De 31 a 60 dias	423	596	2347
De 61 a 90 dias	170	236	-
De 91 a 180 dias	84	517	-
Acima de 181 dias	1.790	1.816	461
	132.556	**89.158**	**63.190**

As políticas de vendas da empresa estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas significativas considerando o histórico da Empresa e as garantias existentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída pela Empresa é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com as contas a receber.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(242)	(44)	-
Adições	-	(242)	(44)
Realizações	91	44	-
Saldo no final do exercício	**(151)**	**(242)**	**(44)**

5. Impostos a recuperar

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ	14.205	10.893	6.669
CSLL	5.213	4.005	2.451
PIS	-	-	1
COFINS	-	-	3
Retenções	-	26	16
Total	**19.418**	**14.924**	**9.140**
Circulante	**-**	**26**	**27**
Não Circulante	**19.418**	**14.898**	**9113**
	19.418	**14.924**	**9.140**

Os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social se referem a créditos tributários extemporâneos decorrentes do benefício de subvenções governamentais para investimento conforme Nota 23. A realização desses créditos ocorre mediante compensação com impostos a pagar ou através de pedidos de ressarcimento em caixa.

6. Estoques

Os estoques de *commodities* estão apresentados devidamente ajustados a valor de mercado em contrapartida do resultado.

Os estoques dos demais itens foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os valores de mercado, vigentes na data do balanço geral.

O grupo de estoques está assim composto:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Registrados a custo de aquisição/produção			
Adubos e fertilizantes	1.006	264	137
Defensivos	64.641	42.232	19.094
Outros estoques	224	151	211
Total	**65.871**	**42.647**	**19.442**
***Commodities* a valor de mercado**			
Grãos	17.833	417	11.947
Total	**17.833**	**417**	**11.947**

As cotações médias utilizadas para a valorização dos estoques de commodities na data das demonstrações financeiras foram obtidas por meio de fontes públicas independentes, e são como segue:

	2020			2019			2018		
	Valor sacas	Sacas*	Saldo	Valor sacas	Sacas*	Saldo	Valor sacas	Sacas*	Saldo
Soja	-	-	-	87,00	2,01	174,81	82,00	145,69	11.946,35
Trigo	78,00	227,42	17.738,73	-	-	-	-	-	-
Semente soja	-	-	-	404,77	0,52	210,08	-	-	-
Outras Sementes	411,27	0,23	94,18	285,24	0,11	32,14	362,00	0,00	0,72
			17.833			**417**			**11.947**

(*) Em milhares de sacas de 60 Kg.

7. Valor justo

Classificação das premissas utilizadas na mensuração do valor justo

A Empresa determina o valor justo de estoques de *commodities* agrícolas e contratos derivativos com base na definição do valor justo e níveis hierárquicos estabelecidos nas diretrizes do CPC 40, Instrumentos Financeiros - Divulgação de Informações. A mensuração do valor justo pode ser classificada nos três níveis abaixo elencados:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: insumos a preços praticados no mercado, inclusive preços de Nível 1 que foram ajustados para se adequar ao mercado em que serão negociados; preços cotados para ativos ou passivos semelhantes; preços cotados em mercados menos ativos do que bolsas de valores; e demais insumos a preços praticados no mercado ou que possam ser substancialmente corroborados por evidências de mercado.
- Nível 3: insumos a preços não praticados no mercado são suportados por pouco ou nenhuma atividade de mercado e que sejam um componente significativo do valor justo dos ativos e passivos.

Em muitos casos, uma técnica de avaliação adotada para mensurar o valor justo inclui insumos de múltiplos níveis da hierarquia de valor justo. O mais baixo nível de insumos que sejam um componente significativo da mensuração do valor justo determina o

posicionamento de toda a mensuração do valor justo na hierarquia. A avaliação realizada pela Empresa sobre a relevância de um insumo em específico em relação à mensuração do valor justo exige julgamento e pode afetar a classificação dos ativos e passivos a valor justo nos níveis hierárquicos.

A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros derivativos e estoques mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial a valor justo.

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos financeiros ativos			
Cédula de produtor rural (CPR) *1	128.181	46.286	33.151
Venda a fixar de commodities *2	-	6.446	-
Contratos commodities	-	312	-
Estoques de commodities	17.833	417	11.947
Total ativo	**146.014**	**53.461**	**45.098**
Instrumentos financeiros passivos			
Fornecedores a fixar de commodities*3	886	4.488	3.239
Total passivo	**886**	**4.488**	**3.239**

*1 **Cédula produtor rural (CPR)**

A cédula de produtor rural é um título representativo de uma obrigação com promessa de entrega de produtos agrícolas. Nesta operação a Empresa fornece insumos ou valores em dinheiro ao produtor rural para o desenvolvimento do seu plantio e recebe em pagamento a própria produção do credor.

*2 **Contratos de *commodities* (venda a fixar)**

A operação de venda a fixar é representativa de operações junto a clientes em que já entregamos produtos agrícolas, porém ainda não definimos nem a data e nem o valor final da operação, o qual fica vinculado ao valor de mercado na data em que for futuramente fixado.

*3 **Contratos de *commodities* (grãos a fixar)**

A operação de grãos a fixar é representativa de obrigação junto ao produtor rural que já entregou produtos agrícolas à Empresa, porém ainda não definiu nem a data e nem o valor final da operação, o qual fica vinculado ao valor de mercado na data em que for futuramente fixado.

Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

A composição do imobilizado está assim distribuído:

	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo										
Saldo em 31/12/2017	**1.050**	**4.588**	**259**	**1.805**	**1.394**	**163**	**161**	**69**	**8.857**	**18.346**
Adições	482	3	26	570	182	102	55	26	20.010	21.456
Baixas	-	-	-	(260)	-	-	-	(5)	-	(265)
Transferências (-)	-	3.219	-	-	2.484	-	-	-	(5.703)	-
Saldo em 31/12/2018	**1.532**	**7.810**	**285**	**2.115**	**4.060**	**265**	**216**	**90**	**23.164**	**39.537**
Adições	970	-	72	4.594	468	193	122	22	29.496	35.937
Baixas	-	-	-	(209)	-	-	-	-	-	(209)
Transferências (-)	4.070	4.848	645	-	3.188	-	-	-	(12.751)	-
Saldo em 31/12/2019	**6.572**	**12.658**	**1.002**	**6.500**	**7.716**	**458**	**338**	**112**	**39.909**	**75.265**
Adições	-	32	-	1.010	176	184	79	31	23.629	25.142
Baixas	-	(149)	-	(779)	(1.328)	(19)	(22)	-	-	(2.297)
Transferências (-)	1.314	33.752	5.859	-	13.844	12	3	335	(55.155)	(35)
Saldo em 30/11/2020	**7.886**	**46.293**	**6.861**	**6.731**	**20.408**	**636**	**398**	**479**	**8.383**	**98.074**
Depreciação										
Saldo em 31/12/2017	**-**	**(191)**	**(87)**	**(422)**	**(254)**	**(20)**	**(36)**	**(15)**	**-**	**(1.025)**
Depreciação	-	(105)	(42)	(257)	(213)	(23)	(39)	(11)	-	(690)
Saldo em 31/12/2018	**-**	**(296)**	**(129)**	**(679)**	**(467)**	**(43)**	**(75)**	**(26)**	**-**	**(1.715)**
Depreciação	-	(211)	(96)	(667)	(454)	(39)	(53)	(15)	-	(1.535)
Saldo em 31/12/2019	-	**(507)**	**(225)**	**(1.346)**	**(921)**	**(82)**	**(128)**	**(41)**	-	**(3.250)**
Depreciação	-	(357)	(292)	(628)	(591)	(47)	(58)	(31)	-	(2.006)
Saldo em 30/11/2020	-	**(864)**	**(517)**	**(1.974)**	**(1.512)**	**(129)**	**(186)**	**(72)**	-	**(5.256)**
Valor Residual										
Saldo em 31/12/2018	1.532	7.514	156	1.436	3.593	222	141	64	23.164	37.822
Saldo em 31/12/2019	6.572	12.151	777	5.154	6.795	376	210	71	39.909	72.015
Saldo em 30/11/2020	**7.886**	**45.429**	**6.344**	**4.757**	**18.896**	**506**	**212**	**406**	**8.383**	**92.819**

8. Imobilizado-Continuação

a) Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 30 de novembro de 2020 a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de *impairment*.

9. Intangível

Os bens classificados no intangível estão registrados ao custo de aquisição.

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Software	169	169	167
(-) Amortização	(130)	(100)	(66)
Total	**39**	**69**	**101**

10. Fornecedores

Obrigações vincendas com fornecedores de bens e serviços:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores no mercado interno*	154.796	134.524	95.401
Fornecedores – grãos a fixar	886	4.488	3.239
Total de contas a pagar	**155.682**	**139.012**	**98.640**
Circulante	**155.682**	**139.012**	**98.640**
Não circulante	**-**	**-**	**-**
	155.682	**139.012**	**98.640**

A operação de fornecedores - grãos a fixar se referem a obrigação da Empresa com o produtor rural que já entregou produtos agrícolas, porém ainda não definiu a data e por consequência o valor final da operação, o qual fica vinculado ao valor de mercado do ativo entregue até a data em que for fixado, podendo ser realizado a qualquer momento, por decisão do produtor rural. Por não existir um prazo específico, o saldo total dessas operações é classificado no passivo circulante.

* Saldos e Operações com *Intercompany* – Três Tentos Agroindustrial S/A

	Balanço patrimonial					
	30/11/2020		31/12/2019		31/12/2018	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo Circulante	Passivo circulante
Três Tentos Agroindustrial S/A*	-	151.753	4.657	127.062	3.085	85.465
Total	**-**	**151.753**	4.657	127.062	3.085	85.465

	Demonstração do resultado					
	2020		2019		2018	
	Vendas	Compras	Vendas	Compras	Vendas	Compras
Três Tentos Agroindustrial S/A*	185.825	238.000	191.918	181.193	102.482	120.863
Total	**185.825**	**238.000**	191.918	181.193	102.482	120.863

11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão assim representados:

				30/11/2020		31/12/2019		31/12/2018	
Modalidade	Moeda	Data de vencimento	Taxa média	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamentos	Reais	jan/21 a fev/30	7%	5.127	50.882	6.478	43.286	2.301	11.045
Total				**5.127**	**50.882**	**6.478**	**43.286**	**2.301**	**11.045**

As garantias da Empresa para os empréstimos e financiamentos estão representadas conforme abaixo:

	2020
Alienação fiduciária - bens móveis	3.491
Alienação fiduciária - bens móveis e hipoteca imobiliária	20.262
Hipoteca	32.256
	56.009

Os montantes de empréstimos e financiamentos registrados no passivo em 30 de novembro de 2020 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	2020
2021	5.127
2022	7.940
2023	7.673
Após 2023	35.269
	56.009

A empresa não possui contratos de empréstimos em 30 de novembro de 2020 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros ("*covenants*").

12. Adiantamentos

Em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018, a análise dos saldos das contas de adiantamento é a seguinte:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos de clientes	1.560	1.048	3.670
Total	**1.560**	**1.048**	**3.670**

13. Instrumentos financeiros

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As atividades da Empresa expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, sendo tais riscos mitigados pela administração, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

As operações realizadas pela Empresa através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

Categorias de instrumentos financeiros

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros	**136.147**	**100.856**	**68.708**
Custo amortizado			
Contas a receber	4.375	42.872	30.039
Valor justo por meio do resultado	**131.772**	**57.984**	**38.669**
Caixa e equivalentes de caixa	3.591	4.940	5.518
Cédula de produtor rural (CPR)	128.181	46.286	33.151
Venda a fixar de commodities	-	6.446	-
Contratos futuros de *commodities*	-	312	-

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Passivos financeiros	**232.083**	**191.326**	**118.190**
Custo amortizado	**231.197**	**186.838**	**114.951**
Fornecedores	154.796	134.524	95.401
Empréstimos e financiamentos	56.009	49.764	13.346
Outras obrigações	20.392	2.550	6.204
Valor justo por meio do resultado	**886**	**4.488**	**3.239**
Fornecedores a fixar de commodities	886	4.488	3.239

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Empresa, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Contas a receber – CPR/fornecedores – grãos a fixar - Decorrem diretamente das operações da Empresa, registrados pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, tem seu valor justo atrelado à variação do preço das *commodities* (soja, milho e trigo).

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Outros ativos financeiros – Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa, além de saldo decorrentes de transações com partes relacionadas.

Outras obrigações – saldo decorrentes de outras transações e que serão liquidadas em caixa.

Instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros de commodities) - A Empresa está exposta a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de commodities. A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos.

Contratos a termo – commodities - Os valores classificados como contratos a termo commodities referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* através de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes.

14. Gestão de risco

Considerações gerais sobre a gestão de riscos financeiros

A gestão de risco global, definida através de política interna da Empresa, concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa. A Empresa usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Empresa administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - taxa de juros	Equivalentes de caixa e empréstimos com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise exposição líquida
Risco de mercado - volatilidade no preço de commodities	Estoques e operações atreladas a commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Estoques, CPR, grãos a fixar, contratos futuros e a termo
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentes financeiros derivativos	Análise de vencimento e avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras e monitoramento dos limites de crédito/*ratings*
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado

O risco de mercado inerente aos instrumentos e posições da Empresa sensíveis ao risco de mercado representa potencial perda decorrente de variações adversas nos preços de mercado de *commodities*, uma vez que se referem à posição de *commodity* líquida da Empresa, taxas de câmbio e taxas de juros.

i) Riscos de preço de commodities

A disponibilidade e os preços de *commodities* agrícolas são sujeitos a grandes flutuações decorrentes de fatores, como por exemplo, mudanças nas condições meteorológicas, pragas, plantios, programas e políticas do governo, concorrência, mudanças na demanda global resultantes de crescimento populacional e mudanças de padrões de vida e produção global de plantios semelhantes e concorrentes.

A Empresa gerencia sua posição de exposição ao preço de commodities através de contratos de futuros negociados em bolsa, operações de CPR, fornecedores de grãos a fixar, bem como contratos de compra e venda a termo a preço fixo com o objetivo de reduzir o risco de preço advindo de flutuações de mercado em *commodities* agrícolas.

Os resultados dessas estratégias podem sofrer impactos significativos decorrentes de fatores, como, por exemplo, volatilidade do relacionamento entre as posições compradas e vendidas em commodities, inadimplemento contratual pela contraparte e volatilidade de mercados de frete. As variações no valor de mercado desses contratos de futuros têm historicamente sido altamente eficazes na compensação de variações de preço do item.

Abaixo segue resumo das exposições das *commodities* na Empresa nos exercícios findos em 30 de novembro de 2020, 2019 e 2018, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (em sacas):

Abaixo segue resumo das exposições das *commodities* na Empresa nos exercícios findos em 30 de novembro de 2020, 2019 e 2018, bem como os instrumentos contratados pela administração para reduzir exposições físicas (em sacas):

	30/11/2020			31/12/2019			31/12/2018		
	Soja	**Milho**	**Trigo**	**Soja**	**Milho**	**Trigo**	**Soja**	**Milho**	**Trigo**
Estoques	-	-	227	2	-	-	146	-	-
Contas a receber - CPR	826	3	40	531	-	-	402	-	-
Contratos a termo de commodities - compra	214	2	-	232	-	-	-	-	-
Contratos a termo de commodities - venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores - grãos a fixar	40	-	82	55	-	-	43	-	-
Venda á fixar	-	-	-0	74	-	-	-	-	-
Exposição líquida à variação de preço	**999**	**5**	**185**	**636**	**-**	**-**	**504**	**-**	**-**

* Em milhares de sacas de 60 Kg.

Análise de sensibilidade do preço das commodities

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição a preços de *commodities* ao final do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Empresa em relação a esse fator de risco, que poderia afetar o resultado antes dos impostos.

Soja				**25% de aumento**		**50% de aumento**		**25% de redução**		**50% de redução**	
Instrumento financeiro	**Sacas***	**Cotação atual**	**Risco atual**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**
Contas a receber - CPR	826	150,98	124.642	188,73	31.161	226,47	62.321	113,24	(31.161)	75,49	(62.321)
Contratos a termo de commodities - compra	214	153,46	10.534	191,83	2.633	230,19	5.267	115,10	(2.633)	76,73	(5.267)
Fornecedores - grãos a fixar	40	144,00	(5.741)	180,00	(1.435)	216,00	(2.871)	108,00	1.435	72,00	2.871
	1.079		**129.435**		**32.359**		**64.718**		**(32.359)**		**(64.718)**

Milho				**25%deaumento**		**50%deaumento**		**25%deredução**		**50%deredução**	
Instrumento financeiro	**Sacas***	**Cotação atual**	**Risco atual**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**
Contas a receber - CPR	3	82,80	286	103,50	72	124,20	143	62,10	(72)	41,40	(143)
Contratos a termo de commodities - compra	2	36,00	54	45,00	14	54,00	27	27,00	(14)	18,00	(27)
	5		**340**		**85**		**170**		**(85)**		**(170)**

Trigo				**25%deaumento**		**50%deaumento**		**25%deredução**		**50%deredução**	
Instrumento financeiro	**Sacas***	**Cotação atual**	**Risco atual**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**	**Cotação**	**Efeito**
Estoques	227	78,00	17.739	97,50	4.435	117,00	8.869	58,50	(4.435)	39,00	(8.869)
Contas a receber - CPR	40	77,95	3.114	97,44	779	116,93	1.557	58,46	(779)	38,98	(1.557)
Fornecedores - grãos a fixar	82	69,52	(5.733)	86,90	(1.433)	104,28	(2.867)	52,14	1.433	34,76	2.867
	350		**15.120**		**3.780**		**7.560**		**(3.780)**		**(7.560)**

ii) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A empresa não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras.

iii) Riscos de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Empresa decorre de equivalentes de caixa e empréstimos com taxas variáveis, expondo a Empresa ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros.

Análise de sensibilidade do risco de juros

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição à taxa de juros no encerramento do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Empresa em relação a como esse fator de risco poderia afetar o resultado antes dos impostos.

			25% de aumento		50% de aumento	
Instrumento financeiro	**Saldo Contábil (em R$)**	**Indexador**	**Taxa de juros**	**Efeito**	**Taxa de juros**	**Efeito**
Aplicações Financeiras	2.025	2,55%	3,19%	65	3,83%	78
Financiamentos	56.009	7,00%	8,75%	4.901	10,50%	5.881

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Os clientes são classificados pela área de análise de crédito avaliando a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Empresa. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Contas a receber de clientes

A Empresa aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Desta forma, as perdas de crédito são contabilizadas levando em conta o fator de risco individual de cada cliente vencido, adicionalmente com o histórico de perda, e, com isso gerando a provisão necessária para cobrir eventuais perdas, na opinião da Administração.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação.

O *aging* dos saldos a receber está demonstrado na nota explicativa 5.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas, disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Empresa não quebre os limites ou cláusulas de empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – como por exemplo, restrições de moeda.

A Empresa administra o risco de liquidez, mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias, empréstimos e financiamentos, monitorando continuamente o fluxo de caixa orçado e o real e honrando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis no encerramento dos exercícios.

	31/12/2020			31/12/2019			31/12/2018		
	Até um ano	Acima de um ano	Acima de cinco anos	Até um ano	Acima de um ano	Acima de cinco anos	Até um ano	Acima de um ano	Acima de cincos anos
Fornecedores	155.682	-		139.012	-	-	98.640	-	
Empréstimos e financiamentos	5.127	29.179	21.703	6.478	28.333	14.953	2.301	9.146	1.899
Outras obrigações	20.392	-		2.550	-	-	6.204	-	-
	181.201	**29.179**	**21.703**	**148.040**	**28.333**	**14.953**	**107.145**	**9.146**	**1.899**

d) Gestão de capital

A Empresa realiza gestão de capital para se assegurar que esteja em condições de continuar em regime operacional normal, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno aos acionistas por meio da otimização da proporção dívida/patrimônio. A estratégia geral da Empresa permanece inalterada para o presente exercício.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A Administração da Empresa revisa a estrutura de capital anualmente. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados com cada classe de capital.

Os índices de alavancagem financeira podem ser verificados abaixo:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	56.009	49.764	13.346
Caixa e equivalentes de caixa	3.591	4.940	5.518
Dívida líquida	**52.418**	**44.824**	**7.828**
Patrimônio líquido	74.298	46.005	28.479
Soma do patrimônio líquido e dívida líquida	**126.716**	**90.829**	**36.307**
Quociente de alavancagem	**41%**	**49%**	**22%**

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Empresa entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao passivo):

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante (a)	185.926	153.754	113.080
Passivo não circulante (b)	72.183	45.336	11.820
Patrimônio líquido e participação de não controladores (c)	74.298	46.005	28.479
Total (d)	**332.407**	**245.095**	**153.379**
Capital de terceiros (a+b)/d)	**77,65%**	**81,23%**	**81,43%**
Capital próprio (c/d)	**22,35%**	**18,77%**	**18,57%**

15. Obrigações fiscais

O saldo é composto por:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Retenções a recolher	108	236	159
CSLL a recolher	-	662	322
IRPJ a recolher	-	1.802	826
PIS/COFINS a recolher	84	91	-
	192	**2.791**	**1.307**

16. Obrigações sociais e trabalhistas

O saldo é composto por:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Salários a pagar	647	703	221
INSS a recolher	202	173	103
FGTS a recolher	55	61	37
Contribuição sindical a recolher	59	1	3
Provisão trabalhistas	1.889	924	591
Outras retenções	121	13	3
	2.973	**1.875**	**958**

17. Receita operacional líquida

Demonstrativo analítico da receita operacional líquida:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta	**426.785**	**390.295**	**258.741**
Venda de mercadoria mercado interno	426.399	389.964	258.442
Prestação de serviços	386	331	299
Deduções	**(4.992)**	**(2.627)**	**(2.259)**
Devoluções	(4.690)	(2.464)	(2.212)
Impostos sobre vendas	(302)	(163)	(47)
Receita líquida	**421.793**	**387.668**	**256.482**

18. Custos e despesas por função e natureza

Demonstrativo de custos e despesas por função e natureza.

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Por função	**(354.256)**	**(362.619)**	**(233.570)**
Custo das mercadorias e produto vendidos	(382.937)	(342.885)	(220.922)
Valor Justo	56.172	3.231	1.945
Despesas de vendas	(25.243)	(20.577)	(13.241)
Despesas administrativas	(2.248)	(2.388)	(1.352)
Por natureza	**(354.256)**	**(362.619)**	**(233.570)**
Custos das mercadorias vendidas	(326.765)	(339.654)	(218.977)
Pessoal	(14.015)	(11.857)	(7.131)
Fretes/armazenagem/despachos	(2.125)	(557)	(20)
Serviços de terceiros	(1.566)	(1.988)	(1.396)
Despesas de depreciação e amortização	(2.036)	(1.569)	(722)
Combustíveis e lubrificantes	(1.191)	(1.160)	(750)
Água/luz/telefone/gás	(1.407)	(1.098)	(897)
Outros gastos	(2.991)	(2.350)	(1.673)
Manutenção de instalação/predial	(584)	(318)	(149)
Manutenção de veículos	(452)	(494)	(241)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(24)	(172)	(126)
Impostos e taxas	(499)	(661)	(102)
Viagens/convenções/confraternizações/eventos	(324)	(377)	(268)
Aluguéis e locações	(271)	(358)	(1.039)
Despesa com seguro	(6)	(6)	(79)

19. Resultado financeiro

Composição do resultado financeiro:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Descontos obtidos	6.403	2.546	335
Variação monetária ativa	-	662	288
Juros/multas recebidos	6.530	1.897	1.894
Rendimento s/ aplicações financeiras	11	50	-
(-) Pis/Cofins sobre receita financeira	(602)	(209)	(112)
Receitas financeiras	**12.342**	**4.946**	**2.405**
Variação monetária passiva	-	(13)	-
Despesas bancárias	(86)	(152)	(131)
Descontos concedidos	(7.669)	(5.162)	(4.509)
Juros/multas pagos	(6.047)	(1.986)	(1.037)
Despesas financeiras	**(13.802)**	**(7.313)**	**(5.677)**
Resultado financeiro	**(1.460)**	**(2.367)**	**(3.272)**

20. Imposto de renda e contribuição social

Composição da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes dos impostos	66.860	23.255	20.200
Alíquotas vigente	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(22.732)**	**(7.907)**	**(6.868)**
Reconciliação da alíquota efetiva			
Incentivos fiscais	12.833	5.418	5.127
Outros	(9.977)	(74)	(92)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(19.876)**	**(2.563)**	**(1.833)**
Corrente	-	(1.315)	(1.089)
Diferido	(19.876)	(1.248)	(744)
Alíquota efetiva	**30%**	**11%**	**9%**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se a:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para litígios	-	(9)	-
Provisão para devedores duvidosos	51	82	15
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(18.261)	(1.671)	(41)
Ajuste valor justo de estoques	(2.785)	154	(416)
Diferença de taxas de depreciação	737	-	-
Outras diferenças temporárias	(1.043)	(578)	(333)
Imposto de renda diferido, líquido	**(21.301)**	**(2.022)**	**(775)**

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável a geração de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele é baixado. A avaliação da Administração é suportada por estudos técnicos de viabilidade que demonstram projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo estimativa de recuperação de créditos em um período não superior a 10 anos. Além disso, a estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas.

21.Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de seus assessores legais, possui provisão para litígios em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificada no passivo exigível ao longo prazo, conforme abaixo:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Provisões Esfera Trabalhista	-	28	-
	-	**28**	

22. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 1.000.000 (Hum milhão de reais), dividido em 1.000.000 (Hum milhão) quotas sociais ao valor nominal de R$ 1 (um real) cada uma.

Reserva para incentivos fiscais

A reserva para incentivos fiscais está constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, e para atendimento ao disposto no artigo 30 da Lei 12.973/14. Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais conforme descrito na Nota 23 e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social.

23. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Empresa correspondem a: *(i)* incentivos fiscais estaduais de ICMS. As subvenções estaduais têm a natureza de subvenção para investimento.

Incentivos fiscais estaduais

Isenção e redução de base de cálculo do ICMS

As subvenções governamentais recebidas pela Empresa correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram devidamente observadas pela Empresa.

A Empresa retificou suas obrigações acessórias dos exercícios de 2015 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS, reconhecendo o montante de R$ 17.907 mil de créditos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior (R$ 16.278 de principal e R$ 1.629 de juros e atualização monetária). Os valores estão apresentados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar e foram registrados nos respectivos anos de competência, totalizando R$ 17.907 mil em 31 de dezembro de 2019 e R$ 11.150 em 31 de dezembro de 2018, sendo o saldo remanescente oriundo de exercícios anteriores a 2018.

Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Empresa deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. Conforme facultado pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, a Empresa deverá recompor a reserva para incentivos fiscais em exercício futuros.

24. Informações por segmento

Informações referentes aos resultados de cada segmento estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento até o lucro bruto, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nos mesmos segmentos.

Os ativos e passivos da Empresa são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela administração da Empresa.

Os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno desses segmentos:

(i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja, milho e trigo. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que a Empresa transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos.

(ii) Grãos de soja, milho e trigo: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de “CPR”. O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados.

A Empresa entende seus segmentos em insumos e grãos, estando assim compostos:

	30/11/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida			
Insumos	247.248	195.750	154.631
Grãos	174.200	191.614	101.588
Serviços	345	304	263
	421.793	**387.668**	**256.482**
Custo das mercadorias e produtos vendidos			
Insumos	(226.175)	(160.212)	(124.299)
Grãos	(156.762)	(182.674)	(96.624)
	(382.937)	**(342.885)**	**(220.922)**
Lucro bruto			
Insumos	21.073	35.538	30.332
Grãos	17.438	8.940	4.964
Serviços	345	304	263
	38.856	**44.782**	**35.559**
Valor justo	56.172	3.231	1.945
	95.028	**48.013**	**37.504**

Reconhecemos a exatidão das presentes demonstrações financeiras que representam fielmente a situação econômico-financeira da Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda, em 30 de novembro de 2020.

Ressaltamos que a Empresa Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda foi extinta na data de 30 de novembro de 2020 devido a sua incorporação pela Companhia Três Tentos Agroindustrial S/A.

Luiz Osório Dumoncel
Diretor Adm. Financeiro
CPF: 463.873.310-72

Roberto Carlos Piola
Contador - CRC/RS 069948/O-5
CPF: 536.943.410-72

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4
2.3 - Outras Informações Relevantes 5

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6
3.2 - Medições Não Contábeis 7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 14
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 15
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 18
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 19
3.7 - Nível de Endividamento 20
3.8 - Obrigações 21
3.9 - Outras Informações Relevantes 22

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 29
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 70
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 72
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 74
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 77
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 79
4.7 - Outras Contingências Relevantes 81
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 82

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 83

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 89

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 91

5.4 - Programa de Integridade 95

5.5 - Alterações significativas 99

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 100

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 101

6.3 - Breve Histórico 102

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 104

6.6 - Outras Informações Relevantes 105

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 106

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 120

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 121

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 122

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 150

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 151

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 170

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 171

7.8 - Políticas Socioambientais 172

7.9 - Outras Informações Relevantes 173

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 175

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 176

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 177

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 178

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 179

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 180

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 182

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 190

9.2 - Outras Informações Relevantes 191

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 193

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 216

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 219

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 220

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 222

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 223

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 224

10.8 - Plano de Negócios 225

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 227

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 234

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 235

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 236

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 245

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 250

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 254

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 255

12.7/8 - Composição Dos Comitês 259

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 263

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 266

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 268

12.12 - Outras informações relevantes 269

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 274

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 280

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 284

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 286

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 293

13.6 - Opções em Aberto 294

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 295

13.8 - Precificação Das Ações/opções 296

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 297

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 298

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 299

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 300

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 301

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 302

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 303

13.16 - Outras Informações Relevantes 304

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 307

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 308

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 309

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 310

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 311

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 312

15.3 - Distribuição de Capital 320

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 321

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 322

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 325

15.7 - Principais Operações Societárias 326

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 329

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 330

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 332

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 335

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 337

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 338

17.2 - Aumentos do Capital Social 339

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 340

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 341

17.5 - Outras Informações Relevantes 342

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 343

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 344

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 345

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 346

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 347

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 348

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 349

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 350

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 351

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 352

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 353

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 354

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 355

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 356

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 357

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 358

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 359

20.2 - Outras Informações Relevantes 361

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 362

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 363

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 365

21.4 - Outras Informações Relevantes 366

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Luiz Osório Dumoncel**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Maurício Leonardo Hasson**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Declaração do Diretor Presidente

Eu, **Luiz Osório Dumoncel**, brasileiro, casado, médico veterinário, portador da cédula de identidade nº 2016581056 SSP - RS, inscrito no CPF/ME sob o n.º 463.873.310-72, residente e domiciliado na Cidade de Santa Bárbara, Estado do Rio Grande do Sul, com endereço comercial na Avenida Principal, nº 187, Distrito Industrial, CEP 98.240-000, na cidade de Santa Barbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na qualidade de Diretor Presidente da Três Tentos Agroindustrial S.A., com sede na Avenida Principal, nº 187, Distrito Industrial, CEP 98.240-000, na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNJP/ME nº 94.813.102/0001-70 ("Três Tentos" ou "Companhia") declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da nossa situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Luiz Osório Dumoncel
Diretor Presidente

1

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, **Maurício Leonardo Hasson**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 95529848 IFP - RJ, inscrito no CPF/ME sob o n.º 024.961.187-24,com endereço comercial na Avenida Principal, nº 187, Distrito Industrial, CEP 98.240-000, na cidade de Santa Barbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Companhia declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da nossa situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Maurício Leonardo Hasson
Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst &Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Os serviços prestados pelos auditores independentes compreendem (i) a auditoria das nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no brasil e com as normas internacionais de relato financeiro - International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, (ii) prestação de serviços profissionais em conexão com a oferta pública de ações de nossa emissão na data base de 31 de dezembro de 2020.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes para os serviços prestados no item (i) acima foi de R$694.200,00.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Sr. Guilherme Ghidini Neto	01/01/2018	727.640.400-59	Av. Dr. Nilo Peçanha, n.º 2900, 9º andar, Chácara das Pedras, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90470-000, Telefone (51) 972466302, e-mail: guilherme.ghidini@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Em 30 de novembro de 2020, incorporamos a Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. sociedade limitada, com sede na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, na Estrada Municipal Cascata, nº 935, Distrito Industrial, nº 52, CEP: 96.070-120, inscrita no CNPJ/ME sob o nº22.654.772/0001-80 ("Tentos do Sul" e "Incorporação", respectivamente). Os resultados da Tentos do Sul, de 31 de dezembro de 2020, estão consolidados nas demonstrações financeiras e auditadas da Companhia. Para informações sobre os resultados da Tentos do Sul, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

A Allianssa Auditores Associados S/S realizou a auditoria das demonstrações financeiras da Tentos do Sul, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*"), referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 30 de novembro de 2020.

Para mais informações sobre a Tentos do Sul, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	712.132,00	399.821,00	299.458,00
Ativo Total	2.321.373.000,00	1.524.026.000,00	1.080.928.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	3.112.439.000,00	2.225.020.000,00	1.888.436.000,00
Resultado Bruto	500.179.000,00	314.963.000,00	297.854.000,00
Resultado Líquido	246.263.000,00	120.819.000,00	125.227.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	400.000.000	200.000.000	55.500.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,780330	1,999105	5,395640
Resultado Básico por Ação	0,630000	0,310000	0,320000
Resultado Diluído por Ação	0,63	0,31	0,32

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 – Medições não contábeis

Entendemos que as medições não contábeis apresentadas abaixo são apropriadas para o melhor entendimento de nossa atividade e de nossa geração de caixa, sendo essas medidas não contábeis, inclusive, uma das formas utilizadas por nossa administração para avaliação de nossa performance.

a. ***Valor das medições não contábeis;***

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest*, *Taxes*, *Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada por nós em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nº 527, de 4 de outubro de 2012 conforme alterada ("Instrução CVM 527"). O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e refere-se ao EBITDA Ajustado por valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities.

A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado consistem no EBITDA e/ou no EBITDA Ajustado dividido pela Receita operacional líquida.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, o resultado da Companhia foi impactado pela adoção do IFRS 16 (CPC 06- R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Na adoção de tal norma a Companhia optou pelo método retrospectivo simplificado, não reapresentando os exercícios anteriores. Desta forma, as informações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção desta norma, portanto, não são comparáveis com as informações contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020. Os principais efeitos trazidos pela nova norma são: (i) aumento das despesas de depreciação devido à amortização do direito de uso; (ii) aumento das despesas financeiras pelos juros incidentes da atualização do passivo de arrendamento; e (iii) redução das despesas com aluguéis. Para mais informações sobre o IFRS 16 (CPC 06-R2), vide seção 10.4 deste Formulário de Referência.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA e EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

Seguem abaixo os nossos valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustado para os três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**2018**

3.2 - Medições Não Contábeis

EBITDA	347.081	162.415	166.725
EBITDA Ajustado	387.430	165.975	201.205
Margem EBITDA	11,2%	7,3%	8,8%
Margem EBITDA Ajustado	12,4%	7,5%	10,7%

ROAE (*Return on Average Equity*)

O ROAE (*Return On Average Equity*) é o lucro líquido dividido pelo Patrimônio Líquido Médio (calculado pela média entre o Patrimônio Líquido do Exercício corrente com o Patrimônio Líquido do Exercício anterior) da Companhia ("ROAE").

O ROAE não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não é auditada ou revisada pelos nossos auditores independentes, e não possui um significado padrão. Outras empresas podem calcular a ROAE de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

(Em percentuais)	**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**
ROAE	44,3%	34,6%	52,0%

Lucro Operacional (NOPAT)

O Lucro Operacional – NOPAT (*Net Operating Profit after Taxes*) consiste no lucro líquido do exercício antes do resultado financeiro e tributos, líquido do efeito hipotético de imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva daquele período/exercício.

O NOPAT não é uma medida contábil reconhecida pelo BR GAAP ou IFRS, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador de desempenho operacional, como base para distribuição de dividendos ou, ainda, como indicador de liquidez. O lucro operacional não possui significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável com a definição de lucro operacional de outras companhias.

A tabela abaixo apresenta os valores do NOPAT referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R$ mil)	**2020**	**de 2019**	**2018**
NOPAT	**315.706**	**140.954**	**154.755**

ROIC (Return on invested capital)

O ROIC (*Return on invested capital*) é calculado pela divisão do lucro operacional após impostos (*Net Operating Profit After Taxes*) ("NOPAT") pela média do capital investido no final do período dos

3.2 - Medições Não Contábeis

últimos dois exercícios sociais ("Capital Investido"). O NOPAT é o resultado antes das receitas (despesas) financeiras dos últimos doze meses, líquido de efeito de IRPJ/CSLL calculado pela nossa alíquota efetiva. O Capital Investido é a soma dos nossos Empréstimos e financiamentos, do nosso Patrimônio Líquido menos o nosso Caixa e Equivalentes de Caixa.

O ROIC não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida em BRGAAP e IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROIC de maneira distinta da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia. Entendemos que a medição do ROIC é útil para a medição do resultado e do nosso retorno em relação aos nossos investimentos, sendo uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(Em percentuais)	**2020**	**2019**	**2018**
ROIC	35,9%	24,7%	34,7%

Dívida Bruta e Dívida líquida

A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta (correspondente ao somatório de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) deduzida do saldo de Caixa e equivalentes de caixa.

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	Em 31 de dezembro de		
(R$ mil)	**2020**	**2019**	**2018**
Dívida bruta	641.555	423.680	311.443
Dívida líquida	388.863	259.710	180.114

A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas pelo BRGAAP, nem pelo IFRS e não possui significado padrão.

Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente daquela por nós utilizada.

b. Reconciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado a partir do nosso lucro líquido:

3.2 - Medições Não Contábeis

(R$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	**2019**	**2018**
Lucro líquido	**246.263**	**120.819**	**125.227**
(+) Resultado financeiro líquido	72.032	21.027	36.933
(+) Imposto de renda e contribuição social	9.180	5.350	7.405
(+) Depreciação e amortização	19.606	15.219	11.970
EBITDA	**347.081**	**162.415**	**166.725**
(+)Valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities	40.349	3.560	34.480
EBITDA ajustado	**387.430**	**165.975**	**201.205**
Margem EBITDA	11,2%	7,3%	8,8%
Margem EBITDA ajustado	12,4%	7,5%	10,7%
Receita operacional líquida	**3.112.439**	**2.225.020**	**1.888.436**

ROAE (*Return on Average Equity*)

A tabela abaixo evidencia os nossos valores do ROAE, em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em R$ mil, exceto percentuais)	**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**
Lucro líquido	246.263	120.819	125.227
Patrimônio Líquido Médio[1]	**555.977**	**349.640**	**240.875**
ROAE	**44,3%**	**34,6%**	**52,0%**

[1] Representado pela soma do Patrimônio líquido final do exercício social corrente com o Patrimônio líquido final do exercício social anterior dividido por 2.

NOPAT

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do NOPAT para os três últimos exercícios sociais:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R$ mil)	**2020**	**2019**	**2018**
Resultado operacional antes do resultado financeiro	327.475	147.196	154.755
IR e CSLL[1]	(11.769)	(6.242)	0
NOPAT[2]	**315.706**	**140.954**	**154.755**

(1) Foram utilizadas as seguintes alíquotas base: 3,29%, 4,24% e 6,28% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.
(2) NOPAT, ou *Net Operating Profit After Taxes*, é o lucro operacional antes do resultado financeiro deduzido de IR e CSLL.

3.2 - Medições Não Contábeis

ROIC (Return on invested capital)

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do ROIC para os três últimos exercícios sociais:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018
NOPAT	**315.706**	**140.954**	**154.755**
(+) Empréstimos e Financiamento (circulante)	406.155	297.188	265.440
(+) Empréstimos e Financiamento (não circulante)	235.400	126.492	46.003
(+) Patrimônio Líquido	712.132	399.821	299.458
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(252.692)	(163.970)	(131.329)
Capital Investido	**1.100.995**	**659.531**	**479.572**
Média do Capital Investido(1)	**880.263**	**569.552**	**446.262**
ROIC(2)	35,9%	24,7%	34,7%

(1) Média do Capital Investido é a soma do capital investido no período com o capital investido no período anterior dividido por 2.
(2) ROIC é a divisão do NOPAT pelo Capital Investido.

Dívida Líquida

3.2 - Medições Não Contábeis

A seguinte tabela apresenta uma reconciliação da nossa Dívida Líquida nas datas abaixo indicadas:

	Em 31 de dezembro de		
(R$ milhares)	**2020**	**2019**	**2018**
(+) Empréstimos e Financiamentos (circulante)	406.155	297.188	265.440
(+) Empréstimos e Financiamentos (não circulante)	235.400	126.492	46.003
(=) Dívida Bruta	**641.555**	**423.680**	**311.443**
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(252.692)	(163.970)	(131.329)
(=) Dívida Líquida	**388.863**	**259.710**	**180.114**

c. Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da nossa Companhia:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores não contábeis utilizados por nossa Administração para avaliar o resultado de nossas operações, facilitando a comparabilidade da evolução operacional ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto, no nosso entendimento, no fluxo de caixa.

Acreditamos que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são informações adicionais às nossas demonstrações financeiras, mas não são medições contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, e não devem ser utilizados como substitutos do lucro líquido do fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, nem tampouco como indicadores de liquidez e/ou como base de distribuição de dividendos.

Entendemos que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são medições apropriadas para a correta compreensão dos resultados das nossas operações, posto que, no seu cálculo, não são incluídas despesas de depreciação/amortização, de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e resultado financeiro, não sendo, portanto, afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária relativa à imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como pelos níveis de depreciação e amortização do ativo imobilizado, intangível e direito de uso.

ROAE (*Return on Average Equity*)

Entendemos que a medição do ROAE (*Return on Average Equity*) é útil para a avaliação do nosso resultado e do nosso retorno em relação aos nossos investimentos, pois é uma ferramenta comparativa significativa para mensurar o desempenho operacional e, assim, embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

NOPAT

Acreditamos que o lucro operacional (NOPAT) é uma importante ferramenta comparativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

3.2 - Medições Não Contábeis

ROIC (Return on invested capital)

O ROIC (*Return on Invested Capital*) é uma medida de rentabilidade sobre o capital alocado, amplamente utilizado pela nossa administração.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Entendemos que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente daquela utilizada pela nossa administração.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício que as altere substancialmente

Não ocorreram eventos subsequentes às nossas últimas demonstrações financeiras, cuja emissão foi autorizada em 18 de fevereiro de 2021.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
a. Regras sobre retenção de lucros para os três últimos exercícios sociais	De acordo com o disposto no nosso Estatuto Social vigente no exercício social em referência, e em consonância com o art. 189 da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") das Sociedades por Ações, do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem: a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, até que atinja 20% do nosso capital social; b) do lucro líquido restante, após procedidos os ajustes previstos por lei para a gratificação dos administradores e eventual constituição de reservas para contingências e de lucros a realizar, uma parcela de 5% será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, na forma dos artigos n° 201 e 202 da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto no nosso Estatuto Social vigente em tal exercício; c) visando compensar eventual diminuição de lucro, em decorrência de perda provável em período futuro, fica a Assembleia Geral, atendendo à proposta da Diretoria, autorizada a constituir reservas nos termos do art. 195 e seus parágrafos e art. 197 da Lei das Sociedades por Ações; d) a Assembleia Geral destinará eventual o saldo dos lucros remanescentes, como se segue: (i) sua distribuição parcial ou total como dividendo suplementar; ou (ii) a formação de um fundo especial de reserva para um aumento futuro de capital, sem que possa este fundo ultrapassar a 25% do lucro	De acordo com o disposto no nosso Estatuto Social vigente no exercício social em referência, e em consonância com o art. 189 da Lei das Sociedades por Ações das Sociedades por Ações, do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem: a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, até que atinja 20% do nosso capital social; b) do lucro líquido restante, após procedidos os ajustes previstos por lei para a gratificação dos administradores e eventual constituição de reservas para contingências e de lucros a realizar, uma parcela de 5% será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, na forma dos artigos n° 201 e 202 da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto no nosso Estatuto Social vigente em tal exercício; c) visando compensar eventual diminuição de lucro, em decorrência de perda provável em período futuro, fica a Assembleia Geral, atendendo à proposta da Diretoria, autorizada a constituir reservas nos termos do art. 195 e seus parágrafos e art. 197 da Lei das Sociedades por Ações; d) a Assembleia Geral destinará eventual o saldo dos lucros remanescentes, como se segue: (i) sua distribuição parcial ou total como dividendo suplementar; ou (ii) a formação de um fundo especial de reserva para um aumento futuro de capital, sem que possa este fundo ultrapassar a 25% do lucro	De acordo com o disposto no nosso Estatuto Social vigente no exercício social em referência, e em consonância com o art. 189 da Lei das Sociedades por Ações das Sociedades por Ações, do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem: a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, até que atinja 20% do nosso capital social; b) do lucro líquido restante, após procedidos os ajustes previstos por lei para a gratificação dos administradores e eventual constituição de reservas para contingências e de lucros a realizar, uma parcela de 5% será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, na forma dos artigos n° 201 e 202 da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto no nosso Estatuto Social vigente em tal exercício; c) visando compensar eventual diminuição de lucro, em decorrência de perda provável em período futuro, fica a Assembleia Geral, atendendo à proposta da Diretoria, autorizada a constituir reservas nos termos do art. 195 e seus parágrafos e art. 197 da Lei das Sociedades por Ações; e d) a Assembleia Geral destinará eventual o saldo dos lucros remanescentes, como se segue: (i) sua distribuição parcial ou total como dividendo suplementar; ou (ii) a formação de um fundo especial de reserva para um aumento futuro de capital, sem que possa este fundo ultrapassar a 25% do lucro

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
	líquido, e colocando-se como limite o montante do capital social.	líquido, e colocando-se como limite o montante do capital social.	líquido, e colocando-se como limite o montante do capital social.
a.i. Valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o nosso lucro líquido foi de R$246.263 mil, cuja sua totalidade foi destinada para a constituição de reservas de subvenção.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o nosso lucro líquido foi de R$120.819 mil, cuja sua totalidade foi destinada para a constituição de reservas de subvenção.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o nosso lucro líquido foi de R$125.227 mil, cuja sua totalidade foi destinada para a constituição de reservas de subvenção.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi retido 100% do lucro líquido para reservas de subvenção.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi retido 100% do lucro líquido para reservas de subvenção.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, foi retido 100% do lucro líquido para reservas de subvenção.
b. Regras sobre distribuição de dividendos para os três últimos exercícios sociais.	De acordo com o nosso Estatuto Social vigente no exercício social em referência: a) no mínimo 5% do nosso lucro líquido ajustado, de cada exercício social, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, deve ser destinado ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas; b) os acionistas têm direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados; c) poderemos elaborar balanços semestrais e distribuir dividendos semestralmente, observado o art. 204 da Lei das Sociedades por Ações; d) poderemos declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e e) o dividendo será pago no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado.	De acordo com o nosso Estatuto Social vigente no exercício social em referência: a) no mínimo 5% do nosso lucro líquido ajustado, de cada exercício social, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, deve ser destinado ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas; b) os acionistas têm direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados; c) poderemos elaborar balanços semestrais e distribuir dividendos semestralmente, observado o art. 204 da Lei das Sociedades por Ações; d) poderemos declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e e) o dividendo será pago no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado.	De acordo com o nosso Estatuto Social vigente no exercício social em referência: a) no mínimo 5% do nosso lucro líquido ajustado, de cada exercício social, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, deve ser destinado ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas; b) os acionistas têm direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados; c) poderemos elaborar balanços semestrais e distribuir dividendos semestralmente, observado o art. 204 da Lei das Sociedades por Ações; d) poderemos declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e e) o dividendo será pago no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, sendo que nós podemos também levantar balanço trimestral e declarar dividendos à conta	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, sendo que nós podemos levantar balanço trimestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, sendo que nós podemos também levantar balanço trimestral e declarar dividendos à conta

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
	de lucro apurado nesses balanços.		de lucro apurado nesses balanços.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, nós não possuíamos restrições a distribuição de dividendos.	Salvo o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, nós não possuíamos restrições a distribuição de dividendos.	Salvo o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, nós não possuíamos restrições a distribuição de dividendos.
e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	Não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	11,800000	16,900000	7,700000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	35,000000	30,000000	42,000000
Dividendo distribuído total	29.050.000,00	20.456.000,00	9.634.000,00
Lucro líquido retido	217.213.000,00	100.363.000,00	115.593.000,00
Data da aprovação da retenção	18/02/2021	18/02/2021	18/02/2021

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Outros						
Ordinária	3.600.000,00	10/03/2020				
Ordinária	6.850.000,00	11/03/2020				
Ordinária	1.600.000,00	09/06/2020				
Ordinária	3.600.000,00	10/09/2020				
Ordinária	300.000,00	07/10/2020				
Ordinária	1.300.000,00	10/12/2020				
			0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

A distribuição de dividendos declarados à conta de reservas de subvenção foi de:

- R$29.050.000 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
- R$ 20.456.000 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
- R$9.634.000 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	1.621.041.000,00	Índice de Endividamento	2,31467500	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	-	360.610.000,00	101.500.000,00	8.891.000,00	0,00	471.001.000,00
Total			360.610.000,00	101.500.000,00	8.891.000,00	0,00	471.001.000,00

Observação

Observação: As informações desta tabela se baseiam nas nossas informações financeiras. O montante total indicado corresponde à soma dos nossos empréstimos e financiamentos. Para fins da tabela acima, foram considerados os prazos de vencimento dos empréstimos e financiamentos. As dívidas que envolviam garantia real foram classificadas como Garantia Real.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

COVID-19 - Efeitos do Novo Coronavírus sobre nós

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), em 11 de março de 2020, relacionada à nova síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 ("SARS-CoV-2"), que causa a doença infecciosa do coronavírus ("COVID-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, informamos vimos tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Destacamos as nossas principais análises e ações sobre o impacto do Covid-19:

- Foi instaurado um Comitê Estratégico para definição de ações;
- Foi criado um Protocolo e Plano de Contingência com atualização diária através de Boletim Informativo;
- Os colaboradores acima dos 60 anos ou de risco foram afastados e/ou estão trabalhando em Home Office;
- Ações de Comunicação e reforço nas medidas de prevenção;
- Apoio e patrocínio da Unidade de Tratamento Semi Intensivo a pacientes do Covid-19 no Hospital Santa Bárbara Beneficente em Santa Bárbara do Sul/RS;
- Doação de alimentos não perecíveis e ares-condicionados para o Unidade de tratamento a pacientes do Covid-19 no Hospital São Vicente de Paulo em Cruz Alta/RS;
- Atendimento Psicossocial e acompanhamento Psicológico dos casos suspeitos a nossos colaboradores e seus familiares; e
- Ações internas com treinamentos para auxílio dos Consultores a continuar os atendimentos a distância.

Por estar classificada como essencial, as atividades da Companhia não sofreram impactos quanto a interrupções na produção ou fechamentos de lojas e escritórios. Não foram registrados surtos ou quaisquer outras situações que levassem a paralização significativas de nossas atividades.

Política de Dividendos em Vigor

Nossa política de dividendos em vigor foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada, em 19 de fevereiro de 2021, que, dentre outras deliberações, aprovou a reformulação do nosso Estatuto Social.

A seguir, apresentamos resumo da nossa atual política de dividendos:

- poderemos levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, nos sendo facultada a declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços;
- poderemos declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no nosso último balanço anual;
- os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no nosso Estatuto Social;
- do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos

3.9 - Outras Informações Relevantes

acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, sendo que, do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e no nosso Estatuto Social;

- o lucro líquido do exercício deverá observar a seguinte destinação:

  (i) 5% (cinco por cento) deverão ser aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

  (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

  (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no Estatuto Social quanto ao valor do dividendo obrigatório anual e a possibilidade de limitação do pagamento do dividendo obrigatório ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável;

  (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

  (v) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, reter com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

  (vi) poderemos manter a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, que terá por fim financiar a expansão das nossas atividades e/ou de nossas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta Reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do nosso capital social subscrito; e

  (vii) o saldo remanescente, se existente, terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

- aos nossos acionistas será assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual mínimo de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares; e o pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável. O pagamento do dividendo obrigatório mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos de administração informarem a Assembleia Geral ser incompatível com a nossa situação financeira, nos termos do art. 202, §4°, da Lei das Sociedades por Ações;

- por proposta aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia

3.9 - Outras Informações Relevantes

Geral, poderemos pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social;

- se houver creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente, sendo que, na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que foi creditado aos acionistas, não poderemos cobrar destes o saldo excedente;

- caso haja o creditamento dos juros sobre capital próprio no decorrer do exercício social, o pagamento destes dar-se-á no curso do exercício social ou no exercício seguinte, por deliberação do Conselho de Administração;

- são faculdade da Assembleia Geral a deliberação sobre a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em nossos balanços intermediários, observada a legislação aplicável; e

- os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, quando, então, reverterão em nosso favor.

Waivers para os covenants operacionais

Determinados contratos de financiamento por nós celebrados possuem cláusulas restritivas relacionadas à alteração do nosso capital social, bem como cláusulas que determinam a antecipação das parcelas em aberto, em caso de vencimento antecipado (*cross-acceleration*) ou de inadimplemento cruzado (*cross-default*) de obrigações de outro contrato financeiro firmado com a mesma contraparte e/ou de qualquer contrato financeiro, observados os limites estabelecidos. Adotaremos as providências necessárias para a obtenção de *waivers* para o descumprimento das cláusulas de alteração de composição do nosso capital social. Para mais informações sobre os nossos contratos financeiros, seus *covenants* operacionais e os respectivos impactos nas nossas atividades e em nossa condição financeira, vide itens 4.1, mais especificamente o fator de risco "*Estamos sujeitos a certas obrigações (covenants) nos termos dos nossos contratos de financiamentos.*" e 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. ("Tentos do Sul")

Em 30 de novembro de 2020, incorporamos a Tentos do Sul ("Incorporação") e, por essa razão, apresentamos abaixo o valor das medições não contábeis aplicáveis à Tentos do Sul. Para mais informações sobre a Incorporação, vide item 15.7 deste Formulário de Referência. Para mais informações sobre a Tentos do Sul, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Entendemos que as medições não contábeis apresentadas abaixo são apropriadas para o melhor entendimento das atividades da Tentos do Sul e de sua geração de caixa, sendo essas medidas não contábeis, inclusive, uma das formas utilizadas para avaliação de nossa performance.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada por nós em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nº 527, de 4 de outubro de 2012 conforme alterada ("Instrução CVM 527"). O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e refere-se ao EBITDA Ajustado por: Valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities.

A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado consistem no EBITDA e/ou no EBITDA Ajustado dividido pela Receita operacional líquida.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Nos exercícios sociais encerrados em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, o resultado da Tentos do Sul foi impactado pela adoção do IFRS 16 (CPC 06- R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Na adoção de tal norma a Tentos do Sul optou pelo método retrospectivo simplificado, não reapresentando os exercícios anteriores. Desta forma, as informações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção desta norma, portanto, não são comparáveis com as informações contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 30 de novembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020. Os principais efeitos trazidos pela nova norma são: (i) aumento das despesas de depreciação devido à amortização do direito de uso; (ii) aumento das despesas financeiras pelos juros incidentes da atualização do passivo de arrendamento; e (iii) redução das despesas com aluguéis. Para mais informações sobre o IFRS 16 (CPC 06-R2), vide seção 10.9 deste Formulário de Referência.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA e EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Tentos do Sul para os três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado		
	em 30 de novembro de	**em 31 de dezembro de**	
(R$ milhares, exceto %)	**2020**	**2019**	**2018**
EBITDA	70.652	27.191	24.194
EBITDA Ajustado	14.480	23.960	22.249
Margem EBITDA	16,7%	7,0%	9,4
Margem EBITDA Ajustado	3,4%	6,1%	8,6%

ROAE (*Return on Average Equity*)

O ROAE (*Return Average on Equity*) é o lucro (prejuízo) líquido dividido pelo Patrimônio Líquido Médio (calculado pela média entre o Patrimônio Líquido do Exercício corrente com o Patrimônio Líquido do Exercício anterior) da Tentos do Sul ("ROAE").

O ROAE não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não é auditada ou revisada pelos auditores independentes da Tentos do Sul, e não possui um significado padrão. Outras empresas podem calcular a ROAE de maneira diferente da utilizada pela Tentos do Sul.

A tabela abaixo evidencia os valores do ROAE da Tentos do Sul, em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Em 30 de novembro de	**Em 31 de dezembro de**	
(em R$ mil, exceto porcentagens)	**2020**	**2019**	**2018**
Lucro (prejuízo) líquido	46.984	20.692	18.367
Patrimônio Líquido	74.298	46.005	28.479
Média do Patrimônio Líquido	60.151	37.242	19.796
ROAE	78,11%	55,56%	92,78%

Lucro Operacional (NOPAT)

O Lucro Operacional – NOPAT (Net Operating Profit after Taxes) consiste no lucro líquido do exercício antes do resultado financeiro e tributos, líquido do efeito hipotético de imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva daquele período/exercício.

3.9 - Outras Informações Relevantes

O NOPAT não é uma medida contábil reconhecida pelo BR GAAP ou IFRS, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador de desempenho operacional, como base para distribuição de dividendos ou, ainda, como indicador de liquidez. O lucro operacional não possui significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável com a definição de lucro operacional de outras companhias.

A tabela abaixo apresenta os valores do NOPAT referente aos exercícios sociais encerrados em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(Em R$ mil)	Exercício encerrado em 30 de novembro de 2020	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018
NOPAT	48.444	23.059	21.639

ROIC (Return on invested capital)

O ROIC (Return on invested capital) é calculado pela divisão do lucro operacional após impostos (*Net Operating Profit After Taxes*) ("NOPAT") pela média do capital investido dos últimos dois exercícios sociais ("Capital Investido"). O NOPAT é o resultado antes das receitas (despesas) financeiras dos últimos doze meses, líquido de efeito de IRPJ/CSLL calculado pela nossa alíquota efetiva. O Capital Investido é a soma dos nossos Empréstimos e financiamentos, do Patrimônio Líquido menos o Caixa e Equivalentes de Caixa.

O ROIC não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida em BRGAAP e IFRS, e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROIC de maneira distinta da metodologia de cálculo utilizada por nós. Entendemos que a medição do ROIC é útil para a medição do resultado e do nosso retorno em relação aos seus investimentos, sendo uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

(Em percentuais)	Exercício encerrado em 30 de novembro de 2020	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018
ROIC	44,54%	36,28%	85,58%

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta (correspondente ao somatório de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) deduzida do saldo de Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras.

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018:

(R$ milhares, exceto %)	Em 30 de novembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	2018
Dívida bruta	56.009	49.764	13.346
Dívida líquida	52.418	44.824	7.828

A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas pelo BRGAAP, nem pelo IFRS e não possuem significado padrão.

Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Tentos do Sul.

Reconciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

3.9 - Outras Informações Relevantes

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação do EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado ao lucro (prejuízo) líquido da Tentos do Sul:

	Exercício social encerrado em 30 de novembro de 2020	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	2018
Lucro líquido	46.984	20.692	18.367
(+) Resultado financeiro líquido	1.460	2.367	3.272
(+) Imposto de renda e contribuição social	19.876	2.563	1.833
(+) Depreciação e amortização	2.332	1.569	722
EBITDA	70.652	27.191	24.194
(+) Valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados à *commodities*	(56.172)	(3.231)	(1.945)
EBITDA ajustado	14.480	23.960	22.249
Margem EBITDA	16,75%	7,01%	9,43%
Margem EBITDA ajustado	3,43%	6,18%	8,67%
Receita operacional líquida	421.793	387.668	256.482

ROAE (*Return on Average Equity*)

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do ROAE da Tentos do Sul para os exercícios sociais encerrados em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 2018:

(Em percentuais)	Exercício Social encerrado em 30 de novembro de	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	
ROAE		2019	2018
	78,11%	55,56%	92,78%

NOPAT

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do NOPAT para os três últimos exercícios sociais:

(Em reais$ mil, exceto percentuais)	Exercício encerrado em 30 de novembro de 2020	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018
Resultado operacional antes do resultado financeiro	68.320	25.622	23.472
IR e CSLL[(1)]	(19.876)	(2.563)	(1.833)
NOPAT[(2)]	48.444	23.059	21.639

(1) Foram utilizadas as seguintes alíquotas base: 3,33%, 4,24 e 6,29% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

(2) NOPAT, ou Net Operating Profit After Taxes, é o lucro operacional antes do resultado financeiro deduzido de IR e CSLL.

ROIC (*Return on invested capital*)

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do ROIC para os três últimos exercícios sociais:

(*Em milhares de reais, exceto percentuais*)	Exercício encerrado em 30 de novembro de 2020	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018
Lucro operacional antes do resultado financeiro	68.320	25.622	23.472
IR e CSLL[(1)]	(19.876)	(2.563)	(1.833)
NOPAT[(2)]	48.444	23.059	21.639
(+) Empréstimos e Financiamento (circulante)	5.127	6.478	2.301
(+) Empréstimos e Financiamento (não circulante)	50.882	43.286	11.045
(+) Patrimônio Líquido	74.298	46.005	28.479
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	3.591	4.940	5.518
Capital Investido	126.716	90.829	36.307
Média do Capital Investido	108.772	63.568	25.286
ROIC[(2)]	44,54%	36,28%	85,58%

(1) Foram utilizadas as seguintes alíquotas base: 3,33%, 4,24 e 6,29% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

(2) NOPAT, ou Net Operating Profit After Taxes, é o lucro operacional antes do resultado financeiro deduzido de IR e CSLL.

(3) ROIC é a divisão do NOPAT pelo Capital Investido.

Dívida Líquida e Dívida Bruta

3.9 - Outras Informações Relevantes

A seguinte tabela apresenta uma reconciliação da Dívida Líquida da Tentos do Sul nas datas abaixo indicadas:

	Em 30 de novembro de		Em 31 de dezembro de
(R$ milhares, exceto %)	**2020**	**2019**	**2018**
Empréstimos e Financiamentos (circulante)	5.127	6.478	2.301
Empréstimos e Financiamentos (não circulante)	50.882	43.286	11.045
Caixa e Aplicações financeiras (circulante)	3.591	4.490	5.518
Dívida Líquida	52.418	44.824	7.828

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos nele mencionados e as nossas informações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossa atividade, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou o valor dos valores mobiliários de nossa emissão poderão ser afetados adversamente por qualquer dos fatores de riscos conhecidos por nós na data deste Formulário de Referência e descritos abaixo, bem como por riscos adicionais não conhecidos, mas que podem surgir no futuro, ou que consideramos irrelevantes nesta data, mas não o sejam no futuro. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que nossos acionistas poderão perder parte ou a totalidade de seus investimentos nos valores mobiliários de nossa emissão.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante para nós, nossas controladas ou coligadas, individual ou conjuntamente, em nossas atividades, situações financeiras, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou de valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Ademais, não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", um fator de risco que esteja em um item pode também se aplicar a um ou mais itens desta seção ou de qualquer matéria tratada neste Formulário de Referência.

(a) riscos relacionados à Companhia

Variações climáticas podem afetar negativamente o ciclo agropecuário nas regiões onde atuamos, prejudicando o plantio ou a colheita de nossos clientes e resultando em perda de produtividade nas lavouras.

Nossos clientes podem ser impactados por variações de padrões e condições climáticas, tais como alterações de padrão de precipitação pluvial, escassez de água, alteração no nível do mar, mudança nos padrões e intensidades das chuvas, alterações nos níveis de temperatura, dentre outros fatores.

Condições climáticas adversas que possam atrasar ou interromper intermitentemente o trabalho no campo ou diminuir sua produtividade durante as estações de plantio e cultivo, podem reduzir, por prazo indeterminado, a utilização/aquisição, por nossos clientes, de sementes, nutrientes agrícolas ou produtos de proteção à lavoura que oferecemos. Adicionalmente, parte do pagamento efetuado por nossos clientes para nós é realizado mediante permuta (Contratos de *Barter*), com a entrega de grãos de soja, que revendemos ou que utilizamos para produzir nossos produtos de farelo de soja e biodiesel, sendo que variações climáticas que reduzam o acesso à soja em grandes quantidades pode afetar adversamente a produção e comercialização desses produtos por nós. Enfrentamos também o risco e o custo significativo em relação a manutenção de estoques, caso as atividades de nossos clientes sejam reduzidas e não consigamos dar vazão aos nossos estoques, adequadamente. Os riscos das mudanças climáticas também podem piorar dependendo do tempo de respostas políticas, regulatórias, tecnológicas, jurídicas e de mercado para sua mitigação, agravando ainda mais nossa situação.

O impacto adverso de variações climáticas nos negócios de nossos clientes pode aumentar a inadimplência desses conosco e, como consequência, nossos custos para manter nossas atividades e/ou necessidade de capital para refinanciar nossos clientes podem aumentar, a produção de farelo de soja e biodiesel pode ser reduzida ou suspendida e nossas receitas poderão diminuir, afetando, adversamente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Pragas ou doenças poderão prejudicar as colheitas de nossos clientes, afetando suas capacidades de honrarem compromissos já contratados conosco ou de realizarem novas contratações.

As lavouras atuais e futuras de nossos clientes estão expostas a diversos tipos de pragas e doenças, que, se não combatidas efetiva e tempestivamente, podem afetar suas produções, receitas e perfil de crédito.

Além das pragas e doenças já existentes, poderá haver mutação dos tipos atualmente existentes ou surgir novas pragas ou doenças que poderão afetar adversamente e, até mesmo destruir por completo, tais lavouras de nossos clientes ou demandar mais investimentos por parte destes para salvarem seus negócios. Caso a produção nas lavouras de nossos clientes seja impactada adversamente, as condições financeiras de nossos clientes podem ser negativamente afetadas, diminuindo suas capacidades de honrar seus compromissos financeiros conosco, aumentando a inadimplência e diminuindo a demanda de nossos clientes pelos nossos produtos, incluindo nossas sementes, insumos, fertilizantes e defensivos agrícolas.

Pode ocorrer ainda a redução da oferta de grãos de soja, milho e trigo que revendemos e de grãos de soja que utilizamos em nosso processo industrial de fabricação de farelo de soja, casca e outros subprodutos além do biodiesel, inclusive pela ausência de grãos que nos são entregues como pagamento no âmbito de permuta (Contratos de *Barter*). Consequentemente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários podem ser adversamente afetados.

***Podemos enfrentar concorrência no setor de produção de semente, o que pode afetar adversamente os nossos resultados*.**

Possuímos um grande número de concorrentes no mercado em que atuamos. Além disso, a escolha da semente pelos nossos clientes é afetada por fatores tais como reconhecimento da marca, qualidade da semente, preço e relacionamento. Outras empresas do setor podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva, inclusive através de acordos de exclusividade com os nossos fornecedores e/ou nossos produtores integrados.

Além disso, novas biotecnologias podem intensificar ainda mais a competitividade do setor. Caso os nossos concorrentes tenham acesso a novas tecnologias que melhoram a qualidade da semente e/ou reduzam os custos de produção e nós não sejamos capazes de atingir a mesma qualidade e competir com o preço das sementes, poderemos ter nossos resultados operacionais e financeiros negativamente impactados.

Assim, caso não sejamos capazes de competir com os nossos concorrentes na produção de sementes com qualidade e preços competitivos aos clientes, nossos resultados operacionais e financeiros poderão ser negativamente impactados.

Mudanças significativas nas políticas de comercio exterior no Brasil e em outros países, bem como a imposição de restrições ao comércio internacional podem afetar adversamente os nossos negócios.

Historicamente, o Brasil consolidou-se como um relevante fornecedor de excedentes agrícolas no cenário global, devido, sobretudo, a sua capacidade produtiva em razão das vastas áreas de plantio disponíveis e por possuir um clima favorável ao desenvolvimento e cultivo de diversas espécies. As exportações para países da Ásia, Europa e Oriente Médio correspondem a parcelas cada vez mais significativas de nossa produção de farelo de soja, bem como da produção de grãos por parte de nossos clientes, visto a crescente demanda do mercado internacional neste setor. Para mais informações sobre os países para os quais realizamos exportações, vide item 7.6 deste Formulário de Referência.

Por outro lado, boa parte dos insumos que utilizamos em nosso processo produtivo tais como o metanol e metilato e outros químicos, que são utilizados na produção de biodiesel (o qual correspondeu a 25% de nosso faturamento total em 2020), são importados de outros países ou têm

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

seus preços indexados à moeda norte-americana, o que nos sujeita às variações da taxa de câmbio e valorização da moeda americana frente ao real.

Medidas restritivas à importação de matéria prima e exportação de produtos finais, tais como quotas ou suspensões à importação ou exportação adotadas por determinados países, inclusive em decorrência de questões geopolíticas ou pandemias (como a atual pandemia da COVID-19), poderão reduzir substancialmente os volumes de comércio internacional do setor agrícola e, consequentemente, o desempenho da nossa produção e exportação e de nossos clientes, afetando, portanto, a nossa capacidade financeira de honrar compromissos assumidos conosco.

Muitos países desenvolvidos contam com subsídios diretos e indiretos para aumentar a competitividade de seus produtores em outros mercados. Ademais, produtores locais em alguns mercados podem exercer pressão política sobre seus respectivos governos para impedir que produtores estrangeiros exportem para o seu mercado, especificamente em meio a condições econômicas desfavoráveis. Qualquer uma das restrições supracitadas pode afetar substancialmente os nossos volumes e, consequentemente, nossas vendas e/ou nosso desempenho financeiro. Se novas barreiras comerciais surgirem nos principais mercados internacionais, poderemos enfrentar dificuldades na realocação para outros mercados em termos favoráveis, e seus negócios, sua situação financeira e os seus resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa.

Conflitos comerciais entre outros países, como Estados Unidos e China, também criam incertezas que podem afetar negativamente as exportações brasileiras e as nossas operações. Tanto as melhorias nas relações comerciais desses países, quanto os novos acordos comerciais mutuamente benéficos, em detrimento de outros países, podem ter um efeito adverso significativo sobre os resultados das nossas operações.

Além disso, a competitividade das *commodities* brasileiras, tanto no mercado interno, quanto no mercado externo, dependem de muitos fatores em relação aos quais não temos controle, tais como: (i) a volatilidade dos preços e fluxos internacionais de comércio de *commodities*; (ii) variações cambiais; (iii) condições meteorológicas e climáticas; (iv) oferta e demanda de *commodities* substitutivas e concorrentes; (v) alteração, criação ou revogação de subsídios agrícolas; (vi) disponibilidade de matérias-primas; (vii) alterações nas tendências de consumo; e (viii) efeitos de medidas restritivas (inclusive criação ou majoração de tributos) adotadas por entidades governamentais e/ou privadas no âmbito do mercado internacional. Consequentemente, tais fatores poderão levar a uma redução de nossa capacidade produtiva ou na demanda de nossos clientes pelos nossos produtos e serviços, afetando, adversamente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

Não podemos garantir que conseguiremos obter logística de transporte, armazenamento e de processamento adequados para que os nossos produtos cheguem tempestivamente até seus destinos ou que recebamos os insumos, sementes e grãos que usamos em nossas operações.

Dependemos do transporte (sobretudo dos modais rodoviário e ferroviário) para entrega de sementes de soja e trigo que multiplicamos aos nossos clientes, venda de fertilizantes e outros insumos que produzimos e/ou comercializamos, aquisição de grãos de soja, milho e trigo para processamento (retirada de impurezas e umidade) e posterior comercialização dos grãos de trigo e milho no mercado nacional e internacional e transporte dos grãos de soja para nossas indústrias nos municípios de Cruz Alta e Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, onde fabricamos o farelo de soja e biodiesel e, ao final, transporte do farelo de soja para venda no mercado nacional e internacional e do biodiesel para venda a distribuidores no âmbito de leilões cíclicos organizados pela Petrobrás. Dependemos também da malha hidroviária marítima, para recebimento de determinadas matérias primas importadas (como o metanol, utilizado no processo de fabricação de biodiesel) e exportação de farelo de soja e determinados grãos, os quais são realizados por meio do porto de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Nosso processo de logística de transporte está diretamente atrelado a nossa efetiva capacidade de armazenamento de grãos e produtos, os quais transportamos internamente entre nossas lojas ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

recebemos diretamente de produtores em nossas filiais localizadas em diversas cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Nosso estoque é feito em silos localizados em nossas filiais para recebimento de grãos e armazenamento de insumos e indústrias de processamento de soja.

O modal rodoviário é o modal que mais utilizamos em termos absolutos para nossos negócios. O modal rodoviário é materialmente mais custoso que outros meios de transporte, como o ferroviário e o marítimo, e nossa dependência por este modal pode elevar nossos custos e prejudicar nossa capacidade de competição com outros produtores que utilizam outros modais predominantemente menos custosos para receber matéria-prima e transportar seus produtos.

Em dezembro de 2020, possuíamos aproximadamente 60 caminhões e 60 motoristas contratados sob o regime celetista para transporte de nossos produtos entre nossas lojas produtivas e nossos clientes. Durante os períodos das safras de soja, trigo e milho, nos quais adquirimos um volume maior de tais grãos, realizamos a contração de transportadoras terceirizadas para que possamos atender ao volume elevado de insumos, grãos e derivados que produzimos e devem ser transportados.

Gargalos, ineficiências logísticas e eventos adversos nos modais que utilizamos para receber insumos e transportar produtos, tais como condições precárias, bloqueios, roubos, furtos, acidentes, necessidade de adoção de rotas alternativas mais longas e custosas, greves ou paralisações (tais como a greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018), dentre outros, podem levar a atrasos no recebimento de insumos e entregas de produtos, efeitos adversos no fluxo de nosso processo produtivo e/ou o inadequado processamento de nossos produtos, o que pode impossibilitar que cumpramos com nossos compromissos e gerar custos adicionais de ineficiência e prejuízos financeiros e reputacionais, impactando negativamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

Dependeremos de câmaras frias para armazenar nossos produtos e garantir o abastecimento de lojas e seremos adversamente afetados caso tais câmaras frias sofram prejuízos relevantes ou sejam fechadas.

Na nossa estratégia de expansão para o Estado do Mato Grosso, necessitaremos construir ou alugar de terceiros câmaras frias para armazenagem de sementes com temperatura e umidade controladas para garantir altas taxas de vigor e germinação. Caso o funcionamento das câmaras frias próprias ou de terceiros seja interrompido total ou parcialmente por qualquer motivo, incluindo em razão de desastres naturais, incêndios ou inundações, falha nos sistemas de controle de umidade de ar e temperatura, podemos não ser capazes de entregar sementes com as taxas de germinação e vigor esperadas. Para mais informações sobre a estratégia de nossa expansão, vide seção 7 deste Formulário de Referência.

Podemos não implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento, inclusive podendo não ser bem-sucedida nas aquisições de novos negócios, tais como empresas e ativos, fato que poderá causar um efeito adverso nos negócios, em sua situação financeira e em seus resultados operacionais.

Nosso crescimento e desempenho financeiro dependem de nosso sucesso em nossa estratégia de negócios, que envolve, dentre outros assuntos, a construção de uma planta de esmagamento de soja e produção de biodiesel no Estado do Mato Grosso contemplando o aumento na produção destes produtos. Outros fatores que julgamos importantes para nosso crescimento são: (i) aumento na capacidade de abertura de novas lojas e atingimento de novos mercados; (ii) aumento da representatividade (*share*) em nossos clientes atuais e captação de novos clientes; (iii) investimentos em *marketing* e desenvolvimento tecnológico; (iv) realização de novos investimentos em empresas ou negócios complementares, inclusive por meio de aquisições ou investimentos que possam ser de relevância estratégica.

Podemos não ser capazes de cumprir nossa estratégia de negócios em sua totalidade ou dentro do cronograma ou orçamento que estimamos, o que pode gerar efeitos adversos para nossos planos, negócios e, consequentemente, a redução da cotação de nossos valores mobiliários. Além disso, podemos enfrentar dificuldades operacionais em decorrência de nosso crescimento, como

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

incapacidade de acessar matérias-primas necessárias para nosso processo produtivo e atrair novos clientes ou aumentar o volume de clientes existentes em mercados e locais específicos.

Nossa estratégia de crescimento pode demandar recursos financeiros e administrativos significativos que, de outra forma, seriam utilizados em nossas operações existentes. Não podemos garantir que a implementação de nossa estratégia de negócios melhore o nosso desempenho financeiro, a qual pode apenas gerar custos financeiros e administrativos adicionais, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais e valor de nossos valores mobiliários. Não obstante, nosso crescimento também pode ser limitado por fatores que não estão sob o nosso controle, tais como aprovações governamentais, obtenção de financiamentos satisfatórios e condições climáticas favoráveis.

Podemos não conseguir gerar os retornos e sinergias esperados para nossos investimentos., inclusive com relação à incorporação da Tentos do Sul realizada pela Companhia em 30 de novembro de 2020. Para mais informações sobre a incorporação, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Podemos, também, enfrentar desafios na integração de empresas adquiridas, o que pode resultar no desvio de nosso capital e na atenção de nossa administração de outros problemas e oportunidades de negócios. Podemos não conseguir criar e implementar controles, procedimentos e políticas uniformes e eficazes, e podemos incorrer em custos acrescidos para a integração de sistemas, pessoas, métodos de distribuição ou procedimentos operacionais. Ainda, podemos não conseguir integrar tecnologias de negócios adquiridos ou reter clientes, executivos e funcionários importantes dos negócios adquiridos. Adicionalmente, podemos enfrentar desafios na integração de funcionários que trabalham em diferentes regiões e que podem estar acostumados a diferentes culturas corporativas, o que resultaria em relações problemáticas entre o pessoal existente e o novo. Também podemos enfrentar desafios na negociação de acordos coletivos favoráveis com sindicatos devido a diferenças nos procedimentos de negociação de diferentes regiões.

Além disso, podemos realizar aquisições de participação majoritária em determinada sociedade, mas com investidores minoritários significativos, ou podemos nos tornar investidores minoritários em determinadas operações, em que nossa capacidade de controlar e gerenciar efetivamente os negócios seja limitada.

Qualquer aquisição ou investimento envolve uma série de riscos e desafios que podem afetar adversamente nossos negócios, inclusive devido à falhas de tais aquisições, tais como:

- As aquisições podem não contribuir com a estratégia comercial ou com a nossa imagem;
- Podemos enfrentar um passivo contingente relativo a, entre outras, questões cíveis, tributarias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, bem como questões regulatórias e ambientais, não identificadas em um processo de *due diligence* ou cujo processo de *due diligence* não tenha capturado seu total impacto;
- As aquisições podem sofrer write-offs de ativos e constituição de passivos off-balance sheet resultantes em perdas de capital de giro e ativos fixos, ambos riscos não identificados em um processo de *due diligence* ou cujo processo de *due diligence* não tenha capturado seu total impacto;
- Os processos de aquisições podem ser demorados e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada de suas operações usuais;
- Podemos ter dificuldade em integrar operações, contabilidade, pessoal e sistemas de informação gerenciais;
- Poderemos incorrer em custos adicionais nao programados relacionados j operação de integração;
- As aquisições, ainda, podem estar sujeitas à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Brasil ("CADE") ou de outras autoridades reguladoras;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados, inclusive em virtude da não realização de sinergias esperadas; e
- A estrutura de custos das sociedades e/ou marcas adquiridas poderá ser diferente, e a Companhia pode não ser capaz de adequar tais estruturas a sua.

Podemos não ter sucesso em nossa defesa apresentada em autuações fiscais presentes e futuras e nossas provisões, resultados e caixa podem ser afetados negativamente.

Riscos relacionados a ônus sobre os imóveis de nossa propriedade que foram onerados para garantir as nossas dívidas.

Alguns imóveis de nossa propriedade foram onerados para garantir nossas dívidas. Ainda, novos ônus podem vir a ser constituídos para garantir operações de crédito. Na hipótese de inadimplemento de tais obrigações, os credores poderão proceder com a excussão da garantia. Caso a devedora não possua outros bens para garantir o pagamento de tais dívidas, referido ativo poderá ser arrematado por terceiros em leilão extrajudicial ou sua propriedade poderá ser consolidada em nome da própria credora. Nesse contexto, poderemos ser impedidos de operar em tais imóveis dados em garantia, a estratégia de seus negócios e os nossos resultados poderão ser afetados de forma adversa.

Adicionalmente, alguns imóveis de nossa propriedade foram adquiridos por meio de escrituras de doação, lavradas com o Município de Santa Bárbara do Sul. Foram estabelecidos alguns pressupostos às doações, como início das construções no prazo de 6 meses e das atividades industriais dentro de 2 anos da escritura, não operação no imóvel pelo prazo de 5 anos, ou ainda, alteração de suas finalidades iniciais, sem o consentimento do doador, a doação poderá ser revertida em benefício do Município de Santa Bárbara do Sul. Nesse contexto, caso tais pressupostos não sejam respeitados, poderemos ser impedidos de operar em tais imóveis, de tal modo que a estratégia dos nossos negócios e os nossos resultados poderão ser afetados de forma adversa.

Dependemos de sistemas de tecnologia e gerenciamento de informação e de telecomunicações para administrar nossos negócios. Falhas ou interrupções nos sistemas fornecidos por terceiros, bem como incidentes de segurança cibernética, podem ter um impacto adverso nos nossos negócios.

As nossas operações dependem em grande parte do fornecimento ininterrupto de nossos sistemas de tecnologia e de gerenciamento de informação (próprios e fornecidos por terceiros), que são importantes ferramentas para nosso controle e acompanhamento de logística, transporte, armazenamento, custos, faturamento e de nossos ativos relevantes.

Tais sistemas podem sofrer falhas ou interrupções decorrentes de falta de energia, falhas na rede de computadores ou de telecomunicações, vírus de computador, falhas de segurança, ataques cibernéticos, erros de operação causados por nossos funcionários ou por terceiro contratado ou, ainda, decorrentes de desastres naturais como incêndios, enchentes e terremotos. Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos e restabelecê-los a tempo, nossas operações e controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossas operações. Além disso, caso não sejamos capazes de atualizar estes sistemas de maneira constante, de modo a acompanhar a velocidade do desenvolvimento tecnológico, nossas operações e processos produtivos podem se tornar obsoletos e ineficientes, o que pode afetar adversamente a busca por nossos produtos e, consequentemente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários poder ser adversamente afetados.

Estamos sujeitos à ocorrência de determinados incidentes relacionados à segurança cibernética, incluindo: (i) a invasão dos nossos sistemas de informações e plataformas de tecnologia por terceiros mal intencionados; (ii) a infiltração de malware (vírus de computador), contaminação (intencional ou acidental) das redes e sistemas de terceiros com os quais compartilhamos dados; e (iii) o acesso e divulgação não autorizado de informações confidenciais e/ou dados privados por

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pessoas dentro ou fora da Companhia e ataques cibernéticos, que causam degradação dos sistemas ou indisponibilidade de serviços.

Poderemos incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou aprimorar as medidas de proteção contra esses ataques, ou investigar ou remediar qualquer vulnerabilidade ou violação resultante ou comunicar ataques cibernéticos aos seus clientes.

Eventuais perdas de segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis e a divulgação de dados pessoais ou a interrupção das nossas operações podem afetar negativamente os nossos resultados financeiros.

Nossos negócios são dependentes dos preços de commodities e de sua oferta e demanda global, que estão sujeitas a volatilidade e incerteza e, portanto, nossos resultados podem flutuar substancialmente.

Nossos negócios dependem substancialmente dos preços das *commodities*, sobretudo dos grãos de milho, trigo, sorgo, arroz, aveia e azevém que comercializamos, do grão de soja, que comercializamos e processamos para transformar em biodiesel, assim como do farelo de soja e das matérias primas que importamos para nosso processo produtivo de biodiesel, como o metanol e metilato. Os preços do biodiesel e do farelo de soja também são afetados por flutuações nos preços da soja e do óleo de soja, bem como pela oferta e demanda global de soja e variações nas taxas de câmbio. Os preços das *commodities*, a nível global, têm sido historicamente cíclicos e sensíveis às mudanças nacionais e internacionais na oferta e demanda. Como resultado da volatilidade dos preços desses itens, nossos resultados também podem flutuar substancialmente e podemos passar por períodos de queda nos preços de nossos produtos e aumento dos custos de nossas matérias-primas e insumos, o que pode afetar negativamente nossos resultados.

Flutuações nos preços dos produtos que produzimos e insumos que consumimos podem ocorrer por diversos motivos, incluindo fatores fora de nosso controle, tais como: (i) investimentos agrícolas, políticas governamentais (incluindo subsídios) e programas para o setor agrícola; (ii) área plantada de soja, produtividade e condições climáticas; (iii) políticas de comércio interno e externo; (iv) variações nas taxas de câmbio, em particular do dólar norte-americano; (v) variação da demanda global ou nacional de soja; (vi) variações dos custos de energia, que impactam a produção ou processamento de soja; (vii) flutuações nos valores e/ou na disponibilidade de fretes; (viii) medidas de autoridades governamentais com relação as importações e exportações de soja e derivativos, incluindo tarifas internacionais; (ix) mudanças nas políticas governamentais em relação aos combustíveis renováveis, incluindo mudanças nas exigências de mistura do biodiesel ou aumento na busca de combustíveis não poluentes; (x) variações nas capacidades de produção das indústrias de Óleo de soja e biodiesel; (xi) a disponibilidade de produtos substitutos para o biodiesel e o farelo de soja que produzimos; (xii) redução no percentual máximo de biodiesel que pode ou deve ser misturando junto ao diesel mineral; e (xiii) falta de disponibilidade de substitutos para uso em nosso processo produtivo.

Além disso, os preços das nossas matérias-primas, incluindo milho, farelo de soja e soja foram afetados e podem continuar a ser afetados pela disputa comercial em curso entre os EUA e a China. Não está claro se essa disputa comercial será resolvida e quais efeitos ela pode ter nas condições políticas e econômicas globais a longo prazo.

A indústria em que atuamos, tanto no Brasil quanto no exterior, é geralmente caracterizada por períodos cíclicos de preços mais altos e maior lucratividade, seguidos por excesso de oferta, levando a períodos de preços mais baixos, de menor lucratividade ou de perdas. Não podemos assegurar que seremos capazes de nos adaptarmos adequadamente a qualquer ciclicidade ou volatilidade, o que pode ter um efeito adverso sobre nossas operações e resultados financeiros.

Qualquer um dos fatores mencionados acima ou quaisquer outros fatores que não possamos prever podem causar flutuações nos preços dos insumos que utilizamos em nossos processos produtivos e dos produtos que produzimos e comercializamos, o que pode afetar, adversamente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A redefinição do papel da Petrobrás no cenário de combustíveis nacional, em linha com o seu plano estratégico de desinvestimentos, pode impactar o atual modelo de comercialização de biodiesel e, consequentemente, afetar adversamente as nossas atividades.

A totalidade do biodiesel que produzimos em nossas fábricas é comercializada no âmbito de leilões bimestrais realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") e operacionalizados pela Petrobrás, agente da cadeia de combustíveis com participação preponderante no refino de derivados de petróleo em território nacional, e única adquirente de biodiesel no âmbito dos leilões. Os leilões de biodiesel são baseados nas normas e diretrizes estabelecidas em âmbito legal, bem como infra legal pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), Conselho Nacional de Política Energética ("CNPE") e ANP.

O projeto de desinvestimento de parte das refinarias da Petrobrás (RNEST, RLAM, REPAR, REFAP, REGAP, REMAN, LUBNOR, SIX e RPCC), previsto em seu Plano Estratégico 2020-2024, impactará significativamente o modelo de abastecimento de combustíveis no Brasil, e, consequentemente, todo o segmento de *midstream* e *downstream* no país, que compreende as atividades de refino, transporte, distribuição e comercialização dos produtos derivados de óleo e gás, até o consumidor final.

Nesse contexto, no âmbito dos estudos sobre a comercialização de biodiesel no país promovidos pelo Governo Federal, no escopo do programa Abastece Brasil (iniciativa do MME), que objetiva o desenvolvimento do mercado de combustíveis e a segurança do seu abastecimento, com foco na promoção da livre concorrência no setor), a Petrobrás sinalizou oficialmente sua posição pela saída de sua participação no que tange ao suporte para a realização dos Leilões Públicos de Biodiesel (de responsabilidade da ANP, mas que contam com a Petrobrás para sua efetiva operacionalização).

Como consequência, o Conselho Nacional de Política Enérgica (CNPE) resolveu por meio da Resolução n.º 14 de 09 de dezembro de 2020 estabelecer novas diretrizes para a comercialização de biodiesel, determinando o fim dos Leilões Públicos e o estabelecimento de um modelo e comercialização a ser desenvolvido pela ANP, que entrará em vigor a partir de 01/01/2022. Dessa forma, os Leilões Públicos serão descontinuados a partir de 01/01/2022, com a instituição de um modelo regulatório de aquisição direta pelos distribuidores de combustíveis líquidos dos produtores de biodiesel para a realização da mistura obrigatória sem a interferência da ANP.

Adicionalmente, a Resolução CNPE nº 14/2020 também determina que o modelo de comercialização a ser instaurado deverá prever que até 80% do volume de biodiesel total a ser comercializado deverá ser proveniente de unidades produtoras de biodiesel que detenham o "Selo Biocombustível Social", instituído pelo Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020. Assim sendo, nossa boa atuação no mercado de comercialização de biocombustíveis ficará condicionada à manutenção do "Selo Biocombustível Social". Vale ressaltar que possuímos atualmente o "Selo Combustível Social", conforme Extrato de Renovação da Concessão do Direito de Uso do Selo Combustível Social publicado no Diário Oficial da União em 23/12/2019.

A mudança significativa no atual modelo de comercialização de biodiesel exigirá adaptações no nosso modelo de comercialização de biodiesel, o que poderá exigir investimentos adicionais e, se não formos bem-sucedidos, terá um impacto negativo nas nossas receitas, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

Podemos não atingir o percentual mínimo de compras de soja da agricultura familiar e, consequentemente, perdermos o Selo Combustível Social.

Possuímos o "Selo Combustível Social", conforme Extrato de Renovação da Concessão do Direito de Uso do Selo Combustível Social publicado no Diário Oficial da União em 23/12/2019. Como requisito para a manutenção do "Selo Combustível Social" devemos observar o percentual mínimo de 40% de volume de soja adquirido de propriedades rurais incluídas no programa da agricultura familiar, conforme estabelecido pela Portaria nº 144, de 22 de julho de 2019, em relação à região sul do país.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso esse percentual não seja atingido e/ou não seja possível comprová-lo em razão da impossibilidade de se atestar que uma propriedade rural se enquadra como propriedades rurais incluídas no programa da agricultura familiar, podemos perder o "Selo Combustível Social", o que poderia nos impactar negativamente, tendo em vista que perderíamos determinados benefícios fiscais e, consequentemente, a competitividade junto aos nossos concorrentes.

Podemos não dispor de seguros ou nossas apólices podem ser insuficientes para nos proteger contra perdas substanciais.

Não temos seguros para todos os eventos que podem afetas nossos negócios e operações. Além disso, não podemos garantir que as coberturas de nossas apólices serão suficientes ou estarão disponíveis para cobrir integralmente eventuais danos decorrentes de sinistros em nossos negócios ou ativos, tais como incêndios, enchentes, roubos, desastres naturais, pragas, doenças e outros acidentes ou atos fora do nosso controle. Adicionalmente, nossas apólices podem prever exclusões à cobertura de determinados tipos de dano, como lucros cessantes em decorrência de paralisação de nossas atividades ou de sinistros resultantes de guerras, casos fortuitos, força maior, dentre outros.

Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao tempestivo pagamento do respectivo prêmio. Podemos não ser capazes de pagar os prêmios antes de seus vencimentos, o que nos colocaria em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, poderiam não estar sujeitos a cobertura pela seguradora.

Também não podemos assegurar que conseguiremos renovar nossas atuais apólices de seguro quando de seus respectivos vencimentos, ou, se for possível renová-las, que seus termos serão suficientes e favoráveis para nós.

Riscos que não estejam segurados ou sinistros que não estejam cobertos por nossas apólices contratadas ou a impossibilidade de renovação tempestiva de nossas apólices de seguros em termos suficientes e favoráveis podem afetar adversamente os nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

A perda ou a nossa incapacidade de obter ou manter quaisquer licenças, registros ou autorizações necessárias à condução de nossos negócios pode nos afetar adversamente.

O setor agrícola é regulado por diversos entes da administração pública federal, estadual e municipal, incluindo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), o MME, a ANP, o Conselho Regional de Química ("CRQ"), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ("CREA"), IBAMA e demais órgãos ambientais competentes, o que nos obriga a obter e manter determinadas licenças e autorizações para a produção, armazenamento e comercialização de nossos produtos. Para mais informações sobre quaisquer licenças, registros ou autorizações necessárias à condução de nossos negócios, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Caso não sejamos capazes de cumprir com as regras aplicáveis à manutenção de tais licenças e autorizações necessárias à consecução de nossas atividades de produção de biodiesel (incluindo o Selo Combustível Social), seja por meio de fiscalizações ou denúncias, poderemos ter tais licenças e autorizações revogadas após conclusão de processo administrativo próprio, além da imposição de sanções, como inabilitação para participação de leilões de venda de biodiesel, multas e outras penalidades administrativas, o que poderá afetar, adversamente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Adicionalmente, caso não consigamos obter ou não renovemos tempestivamente licenças, registros e autorizações necessários para o desenvolvimento de nossos negócios, podemos estar sujeitos às seguintes penalidades: (i) instauração de autos de infração pelas autoridades competentes; (ii) podendo chegar até R$ 10 milhões de reais quando se tratar de ausência ou descumprimento de licenças ambientais); (iii) interdição de lojas, de forma temporária ou permanente; (iv) perda de cobertura de seguros de nossas apólices; e (v) sanções criminais contra nós, bem como contra nossos administradores, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, a não obtenção, renovação ou manutenção de tais licenças e autorizações, poderá fazer com que nós sejamos impedidos de operar, por um período indeterminado. Caso não consigamos obter, manter ou renovar tempestivamente as licenças e alvarás necessários para o desenvolvimento das atividades em nossos estabelecimentos, nós poderemos incorrer em custos adicionais para o pagamento de eventuais encargos, multas ou mesmo comprometer o regular funcionamento de nossas atividades, de forma que podemos não ser capazes de cumprir com os compromissos comerciais que assumimos, incluindo, em especial, a entrega de biodiesel no âmbito dos leilões cíclicos da ANP organizados pela Petrobrás, o que poderá resultar em prejuízos financeiros e reputacionais e, no caso do atraso ou não entrega do biodiesel no âmbito dos leilões, também na imposição de determinadas sanções pela ANP (vide Fator de Risco "*Paralisações ou suspensões de nossas lojas produtoras poderão afetar nossa produção, compromissos assumidos em leilões e nossos resultados operacionais*").

Além disso, alterações na regulamentação sanitária aplicável também podem acarretar um aumento de responsabilidade e dispêndios de capital. Tais situações podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Nosso negócio é altamente sensível aos preços da soja e do óleo de soja e podemos não ser capazes de repassar os aumentos nos preços da soja aos nossos clientes.

Em 2020, aproximadamente 55% de nossa receita resultou da produção e comercialização de grãos de soja, farelo de soja, casca e subprodutos e biodiesel, evidenciando a importância deste segmento em nossos negócios. Para produção de farelo de soja, a soja em grãos representa 100% da matéria prima. No caso do biodiesel, segundo dados disponibilizados pela ANP, o principal insumo utilizado é o óleo de soja, que representou 71,2% no ano de 2020, seguido por outros materiais graxos, que representaram 11,5% no mesmo período.

O preço da soja é influenciado por condições climáticas e outros fatores que afetam a produtividade das safras, as decisões de plantio do agricultor e os fatores econômicos, de mercado e regulatórios em geral (vide Fator de Risco "*Nossos negócios são dependentes dos preços de commodities e de sua oferta e demanda global, que estão sujeitas a volatilidade e incerteza e, portanto, nossos resultados podem flutuar substancialmente.*" acima).

Assim, variações nos preços ou na disponibilidade da soja podem afetar significativamente nosso volume e custos de produção, negócios e, consequentemente, as nossas margens de lucro (caso não sejamos capazes de repassar os aumentos dos custos da soja aos nossos clientes). Por fim, qualquer evento que afete negativamente o fornecimento de soja, como clima adverso ou doenças na safra, pode aumentar os preços da soja em razão da diminuição de sua oferta e prejudicar nossos negócios.

Podemos precisar realizar um aumento de capital adicional no futuro para implementar nossa estratégia de negócios, o que poderá resultar em uma diluição da participação de nossos acionistas em nosso capital social em se tratando de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações.

Poderemos precisar de recursos adicionais no futuro para implementar nossa estratégia de negócios e podemos optar por obtê-los por meio da distribuição pública ou privada de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações. Dificuldades para obter capital adicional em termos satisfatórios poderá atrasar, impedir a expansão ou afetar adversamente os nossos negócios. Na hipótese de indisponibilidade ou restrição ao acesso de financiamentos ou dívidas, públicos ou privados, ou caso assim decidam nossos acionistas, esses recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumentos de capital social com a exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, de modo que suas participações societárias em nosso capital social poderão sofrer diluição, situação na qual nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Adicionalmente, o presente risco pode ser acentuado em virtude da pandemia da COVID-19, a qual pode impor dificuldades adicionais para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras e restrições de caixa. As preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis. Isto poderá comprometer o cumprimento de nossas obrigações financeiras com terceiros, e, por conseguinte afetar de forma adversa os nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Estamos sujeitos a certas obrigações (covenants) nos termos dos nossos contratos de financiamentos.

Nossos contratos financeiros e outros instrumentos representativos de nossas dívidas possuem ou poderão possuir no futuro, obrigações específicas, tais como manutenção da composição do nosso capital social e grupo de controle, dentre outras obrigações pecuniárias e não pecuniárias. Para mais informações, vide itens 3.9 e 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

Qualquer falha em cumprir com esses compromissos financeiros que não seja sanada ou renunciada pelos respectivos credores poderá acarretar declaração do vencimento antecipado dos respectivos contratos, bem como podem resultar no vencimento antecipado de outros instrumentos financeiros (*cross-default e cross-acceleration*). Em caso de vencimento antecipado cruzado dessas obrigações ou no vencimento final sem que as respectivas obrigações garantidas tenham sido devidamente quitadas, os credores poderão excutir eventuais garantias prestadas no âmbito desses contratos. Caso haja quebra de *convenants*, ocorra vencimento antecipado de nossos instrumentos financeiros, ocorra *cross-default* ou as garantias de tais contratos sejam excutidas, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

A captação de recursos por meio de financiamentos e o refinanciamento de empréstimos existentes são fundamentais para as nossas operações correntes, para implementação de nossa estratégia de negócio e para o nosso crescimento. Podemos não conseguir renovar as linhas de crédito atuais ou ter acesso a novos financiamentos, a termos atrativos para conseguir viabilizar nossas necessidades de capital ou cumprir com nossas obrigações financeiras, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19.

Estamos sujeitos a determinadas regras em razão da inscrição de débitos fiscais em programas de parcelamentos federais e estaduais, os quais, se não forem tempestivamente cumpridos por nós, poderão ser rescindidos e gerar a exigibilidade imediata do débito e cancelamento dos benefícios.

Estamos inscritos em programas de parcelamento instituídos pelas autoridades fiscais competentes, referentes a débitos de tributos federais e estaduais. No âmbito federal, aderimos ao Programa Especial de Regularização Tributária da Receita Federal (Pert – PIS/COFINS). No âmbito estadual, aderimos a um parcelamento concedido pela Receita Estadual do Rio Grande do Sul, de débitos de ICMS administrados pela Fazenda Pública Estadual em conformidade com a legislação tributária.

Em decorrência da adesão a tais programas de parcelamento, nos obrigamos a cumprir o cronograma de pagamento preestabelecido. Caso não sejamos capazes de cumprir com as obrigações assumidas no âmbito desses parcelamentos, poderemos ter os programas rescindidos e os respectivos benefícios cancelados, o que resultaria na imediata exigibilidade do valor remanescente do débito, com incidência dos acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, o que pode impactar adversamente nossos resultados operacionais e financeiros.

Nossos clientes podem não cumprir com suas obrigações estabelecidas nas operações de permuta (Contrato de Barter) ou Cédulas do Produtor Rural - CPR.

Celebramos operações de permuta (Contratos de *Barter*) com nossos clientes, por meio das quais vendemos insumos para plantação a prazo, os quais são pagos mediante entrega de *commodities*, principalmente grãos de soja, trigo e milho, por ocasião da colheita da respectiva safra. Caso nossos clientes não cumpram com suas obrigações de nos entregar as *commodities* dentro do prazo

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

acordado, podemos ter um descasamento com nossa estratégia ou obrigações que foram assumidas, o que pode levar a redução da nossa liquidez e consequente redução na comercialização de grãos e produção de farelo de soja e biodiesel.

Da mesma forma, celebramos Cédulas do Produtor Rural – CPR com alguns de nossos clientes, por meio das quais também entregamos insumos para plantio de culturas como soja, trigo e milho, e estes nos pagarão, em grãos, no decorrer das suas respectivas colheitas. Nossos clientes também podem não cumprir com suas obrigações de pagamento, de forma que precisaremos ajuizar processos judiciais para execução do título e cobrança de nossos clientes, o que pode acarretar custos adicionais para nossos negócios, e perdas em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Podemos não ser bem-sucedidos em nossa estratégia e política de concessão de crédito aos nossos clientes.

Parte de nossas vendas de insumos (como sementes, defensivos agrícolas e fertilizantes) aos nossos clientes são realizadas a prazo, mediante concessão de crédito, seja por meio de celebração de Cédulas do Produtor Rural, permuta (Contratos de *Barter*) ou outros meios. Possuímos uma política formal de concessão de crédito, por meio da qual realizamos uma análise de viabilidade econômico-financeira de nossos clientes para analisar sua capacidade de pagamento, viabilidade de sua lavoura e nosso risco de crédito.

Estamos expostos as seguintes falhas no processo de avaliação do risco de crédito de nossos clientes, dentre outras: (i) ausência de documentação de suporte ou prestação de informações não completas ou inverídicas; (ii) caso nossos clientes não plantem e cultivem nos termos acordados para a concessão do crédito por qualquer motivo, inclusive em decorrência de fraudes pela venda dos nossos produtos adquiridos a terceiros; e (iii) falha no processo de formalização das garantias acordadas no âmbito da concessão do crédito.

Caso tenhamos uma dessas falhas no processo de avaliação do risco de crédito, ou não sejamos capazes de conceder crédito de uma forma alinhada às nossas políticas ou de forma favorável para nós, poderemos ter um aumento na inadimplência de nossos clientes, redução em nossas receitas, necessidade de provisionamentos de perdas em nossas demonstrações financeiras, o que pode nos impactar adversamente

Paralisações ou suspensões de nossas unidades produtoras poderão afetar nossa produção, compromissos assumidos, inclusive em leilões de biodiesel, e nossos resultados operacionais.

Não podemos garantir que nossas indústrias produtoras de biodiesel e farelo de soja localizadas nos municípios de Cruz Alta e Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, e nossas demais unidades produtoras, como armazéns e indústrias para produzir sementes, não sofram paralisações, suspensões ou interrupções, totais ou parciais, em seus processos produtivos por quaisquer razões, incluindo, sem limitação, em decorrência de medidas restritivas impostas pelas autoridades governamentais relacionadas a licenças, regras de distanciamento social ou paralisação de atividades como combate a epidemias ou pandemias (incluindo a atual pandemia da COVID-19), invasões ou ocupações de movimentos sociais, avarias, destruição ou inutilização, total ou parcial, de nossas indústrias em decorrência de acidentes, incêndios, enchentes, eventos imprevistos ou catastróficos, interrupções ou escassez de água, energia ou eventos similares, o que poderá afetar adversamente nossa produção, volumes comercializados e custos de produção.

Considerando que comercializamos biodiesel em leilões cíclicos da ANP operacionalizados pela Petrobrás, eventuais paralisações, suspensões ou interrupções, totais ou parciais, de nossas indústrias e processo produtivo de biodiesel podem fazer com que não sejamos capazes de honrar com os nossos compromissos assumidos em referidos leilões, o que pode gerar a instauração, pela ANP, de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de sanção, caso o volume entregue de biodiesel seja inferior a 90% do volume negociado no respectivo leilão., inclusive com aplicação de sanção administrativa de suspensão de participação no leilão seguinte. A

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ocorrência de quaisquer dessas situações anteriores pode ter um impacto adverso em nossos negócios, resultados operacionais e em nossos valores mobiliários.

Nossas operações são inerentemente perigosas e sujeitas a riscos operacionais.

Nossas operações envolvem diversos riscos operacionais, de segurança ou ambientais, envolvidos no manuseio, produção, armazenamento, descarte e transporte das matérias primas que utilizamos em nossa produção e dos produtos que produzimos ou comercializamos.

Dependemos da operação ininterrupta de nossas instalações, o que envolve, dentre outros, os seguintes riscos: (i) riscos relacionados à produção de fertilizantes, como utilização de ácidos nítrico e fosfórico, amoniação, adição de KPI, extração e moagem de rocha fosfática; (ii) perigos associados a fabricação de produtos inflamáveis e manuseio, armazenamento e transporte de matérias-primas e produtos inflamáveis, bem como seu controle de qualidade; (iii) geração de danos ambientais em razão de falhas em nosso processo produtivo, incluindo o adequado manejo e descarte de resíduos; (iv) acidentes ou desastres naturais, como incêndios, enchentes e mau tempo, e outros eventos de força maior fora do nosso controle; (v) avaria, falha ou desempenho abaixo dos padrões mínimos e atraso na substituição ou reparação de peças de nossas instalações industriais; (vi) conformidade com os requisitos de licenciamento e manutenção de todas as licenças e autorizações necessárias de agências governamentais; (vii) interrupções no fornecimento de energia elétrica, água, matéria-prima e demais insumos que utilizamos em nosso processo produtivo; (viii) escassez de força de trabalho ou interrupções no trabalho; e (ix) interrupções no transporte, incluindo greves de caminhoneiros, fechamento de rodovias, estradas e ferrovias, eventos adversos que impeçam a navegação de navios, fechamentos de portos, entre outros; e (x) interrupções no fornecimento de energia elétrica, água ou demais insumos que utilizamos no processo produtivo de nossas unidades produtoras.

A ocorrência de problemas operacionais relevantes, incluindo, mas não se limitando aos eventos acima, pode resultar em ferimentos pessoais e morte, danos graves ou destruição de propriedade e equipamentos nossos e de terceiros, danos ambientais, implicar na paralisação ou suspensão, total ou parcial, de nossa produção, diminuição de nossos estoques, incapacidade de honrar compromissos de comercialização de produtos assumidos com terceiros (inclusive nos leilões cíclicos promovidos pela ANP e operacionalizados pela Petrobrás) e aumentos significativos de nossos custos, havendo a possibilidade de nos forçar a suspender nossas operações e resultar em custos de remediação significativos e perda de receita. Ainda, a ocorrência de um acidente relevante, em uma de nossas instalações de produção pode causar danos financeiros e reputacionais (os quais podem não ser cobertos por nossas apólices de seguros), afetando, adversamente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

A materialização de qualquer um dos riscos mencionados acima ou quaisquer outros riscos podem afetar adversamente nossas operações e causar um efeito adverso relevante em nossa reputação, nossos resultados operacionais e valor de nossos valores mobiliários.

A contaminação das sementes, grãos e farelo de soja que produzimos e comercializamos e outros riscos relacionados a sua produção e distribuição podem nos afetar adversamente.

Em 2020, aproximadamente 55% de nossa receita foi originada pela produção e comercialização de sementes, grãos e farelo de soja no mercado interno e externo. O farelo de soja é utilizado, sobretudo, para alimentação animal. Não podemos garantir que o nosso processo de produção ou transporte de sementes, grãos e farelo de soja não seja objeto de contaminação ou de erros em sua cadeia de produção ou distribuição que possam resultar em sua inutilização.

A contaminação de nossas sementes e grãos podem inviabilizar seu comércio e afetar adversamente nossas vendas e reputação. A contaminação do nosso farelo de soja pode resultar em efeitos adversos para os animais de nossos clientes que consumirem tal produto, em potenciais *recalls*. Todos os fatores acima podem resultar na instauração de processos judiciais e administrativos contra nós, o que pode afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O crescimento da indústria de combustíveis renováveis é recente e não podemos garantir que será repetido nos próximos anos, bem como que não ocorram eventos inesperados, que podem afetar adversamente nossos negócios.

O crescimento acelerado da indústria de combustíveis renováveis, que inclui o etanol, o biodiesel e o diesel verde é recente e não podemos garantir que será sustentado por um longo período de tempo. Assim, o desempenho passado da indústria de combustíveis renováveis, incluindo o biodiesel que produzimos, não é uma garantia ou indicativo de desempenho futuro. Isso é, não podemos não repetir o desempenho e crescimento que atingimos em anos anteriores. Ainda, caso ocorram mudanças na indústria de combustíveis renováveis que dificultem os lucros operacionais de nossas instalações, poderemos sofrer um efeito adverso relevante, que poderá afetar adversamente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

A concorrência de outras fontes energéticas e de substitutos do biodiesel que possam constituir alternativa mais barata ou sustentável poderá afetar adversamente nossa capacidade de comercializar nossa produção de biodiesel, causando uma redução em nossos negócios.

O biodiesel que produzimos e comercializamos nos leilões cíclicos da ANP operacionalizados pela Petrobrás é destinado à mistura com o óleo diesel mineral para criar o diesel renovável (Diesel "B"), que tem uma emissão de poluentes reduzida em comparação com o óleo diesel mineral. Os avanços no desenvolvimento de alternativas ao óleo diesel mineral, novos biocombustíveis para produção do diesel renovável em substituição ao biodiesel ou o desenvolvimento de produtos que utilizem fontes de energia diversas do óleo diesel, poderiam reduzir de modo significativo a demanda por diesel renovável e biodiesel no médio e longo prazo, afetando assim a demanda por nosso biodiesel e as nossas receitas.

A demanda de biodiesel no Brasil é atualmente influenciada por incentivos e regulamentos do Governo Federal, os quais não podemos garantir que serão mantidos ou ampliados, bem como que a demanda por óleo diesel continuará a crescer ou que o consumo de biodiesel pelos distribuidores de óleo diesel superará os percentuais mínimos obrigatórios (*vide* Fator de Risco "*Os preços e demanda pelo biodiesel são diretamente influenciados por regulamentações do CNPE e ANP e pelos preços do grão de soja e óleo de soja, de forma que uma alteração regulatória ou flutuação nesses preços poderia afetar adversamente a demanda e o preço do nosso biodiesel*" abaixo).

Também concorremos com produtores de outros aditivos de óleo diesel produzidos a partir de matérias primas com valores de lubricidade similares aos do biodiesel ou com produtores de biodiesel que empregam processos industriais diversos, utilizando outros produtos químicos, como o etanol. Se essas tecnologias alternativas continuarem a se expandir e ganhar ampla aceitação, seja em razão de seu custo mais baixo ou maior eficiência, e se tornarem prontamente disponíveis aos consumidores para uso de veículos motorizados pesados, podemos não ser capazes de competir de forma eficaz, reduzindo a demanda por biodiesel e afetando adversamente nossos resultados operacionais e a situação financeira.

Adicionalmente, a demanda por fontes de energia limpa, principalmente a energia elétrica, tem apresentado um crescimento acelerado nos últimos anos. Vários fabricantes automotivos, industriais e de geração de energia estão desenvolvendo sistemas alternativos de energia limpa usando células de combustível, híbridos de plug-in, carros elétricos ou combustíveis gasosos de queima limpa. Especificamente com relação aos carros elétricos, esta tecnologia tem crescido aceleradamente em áreas urbanas das grandes metrópoles, o que levou a um aumento nas estações de recarga, o que pode tornar a tecnologia de carros elétricos amplamente disponível em um futuro não distante e potencialmente reduzir a demanda por biodiesel e veículos movidos à diesel, o que afetaria adversamente nossas vendas de biodiesel, consequentemente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os preços e demanda pelo biodiesel são diretamente influenciados por regulamentações do CNPE e ANP e pelos preços do grão de soja e óleo de soja, de forma que uma alteração regulatória ou flutuação nesses preços poderia afetar adversamente a demanda e o preço do nosso biodiesel.

O biodiesel é, atualmente, um componente obrigatório do diesel "B" comercializado no território nacional, o qual é criado por meio da adição de biodiesel ao óleo diesel mineral. Para o ano de 2020, o percentual obrigatório de mistura de biodiesel no óleo diesel mineral para criação do diesel "B" foi fixado em 12%, tendo sido excepcionalmente reduzido para 10% nos meses de setembro e outubro (Resolução ANP n° 824/2020) e para 11% nos meses de novembro e dezembro (Resolução ANP 831/2020), em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19, que reduziu a demanda por óleo diesel nacional. Conforme estabelecido no Edital de Leilão Público n.º 009/20 do 77º Leilão de Biodiesel L 77, atualmente, o percentual obrigatório de mistura de biodiesel voltou ao patamar de 12%, sendo que, com relação aos próximos anos, o CNPE, por meio de sua Resolução CNPE n° 16/2018, determinou que a adição obrigatória de biodiesel alcance o percentual de 15% até 2023. Não podemos garantir que o percentual obrigatório de mistura de biodiesel ao óleo diesel mineral se sustentará ou aumentará, o que poderia fazer com que a demanda e os preços do biodiesel diminuíssem, afetando adversamente nossos negócios.

Em 2020, aproximadamente 71,2% do biodiesel produzido no Brasil (e 97,85% do biodiesel produzido por nós) teve como matéria-prima o óleo de soja. Dessa forma, um aumento no preço do grão de soja ou do óleo de soja poderiam afetar adversamente o custo de produção do biodiesel e, consequentemente, o seu preço final nos leilões cíclicos da ANP operacionalizados pela Petrobrás. Se não formos capazes de manter as vendas a preços de mercado geralmente prevalecentes para o biodiesel no Brasil, nosso negócio de biodiesel, bem como nossos fluxos de caixa, podem ser adversamente afetados, e, consequente mente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados, inclusive pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

Nós obtemos, armazenamos, processamos e utilizamos dados pessoais, tais como dados de clientes, fornecedores e colaboradores, no âmbito das nossas operações comerciais (inclusive por meio dos aplicativos utilizados pelos nossos consultores agrícolas e clientes). Estamos obrigados a garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob nossa responsabilidade seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, devemos observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis.

Em 14 de agosto de 2018, foi sancionada a Lei n° 13.709/2018 ("LGPD") que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular, o bloqueio do banco de dados, à imposição de multa. A lei, ainda, autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento das disposições da LGPD.

Após a edição, revogação e caducidade de diversos atos normativos pelo Governo Federal, a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020. A aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD foi adiada para o dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos, a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, poderemos estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do nosso faturamento no Brasil no último exercício social, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 por infração. Além disso, poderemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e sermos considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Assim, falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de nossas atividades, o que poderá afetar negativamente a nossa reputação e os nossos resultados e, consequentemente, o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos ser prejudicados se não formos capazes de proteger e fazer valer nossos direitos de propriedade intelectual ou industrial ou se nossos parceiros ou fornecedores utilizarem propriedade intelectual ou industrial de terceiros sem autorização.

O sucesso dos nossos negócios depende, em parte, da nossa capacidade de proteger nossas atuais e futuras marcas, nomes de domínio e outros direitos de propriedade intelectual relacionados os nossos negócios, tais como, patentes de nossas sementes e seu processo produtivo, código-fonte de nossos aplicativos, etc. Eventos como o indeferimento definitivo dos nossos pedidos de registro de marcas e patentes pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou o uso indevido ou não autorizado das nossas marcas e patentes registradas por terceiros e a utilização da engenharia reversa para obter os código-fonte de nossos softwares, ou ainda, o reconhecimento de nulidade administrativa dos nossos registros marcários podem diminuir o valor das nossas marcas ou permitir que terceiros usufruam de nossas patentes e afetar adversamente a nossa imagem ou reputação.

Em relação à proteção de nossa propriedade intelectual, industrial e reputação de nossos ativos não podemos garantir que o seu registro nas autoridades competentes seja suficiente para a prevenção de apropriação/violação de nossa propriedade intelectual, industrial ou propriedade de qualquer outra natureza, causando o uso inadequado de nossos produtos ou serviços ou fazendo com que tenhamos que adotar medidas legais ou administrativas para protegê-las.

O uso indevido e desautorizado de nossos produtos ou serviços, as medidas tomadas para proteger nossa propriedade intelectual, industrial ou propriedade de qualquer outra natureza, ou ainda, a utilização de propriedade intelectual de terceiros por nossos parceiros ou fornecedores indevida e/ou sem autorização, podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção de nossa administração e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas para que se procedam as devidas proteções, correções ou alterações para suas corretas utilizações, podendo afetar adversamente em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Além disso, apresentamos perante o INPI pedidos de registro de titularidade de determinadas marcas descritas no item 9.2 deste Formulário de Referência, os quais estão sendo examinados pelo INPI.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No âmbito administrativo, o processo de registro dessas marcas poderá vir a ser contestado por terceiros que entendam que tais marcas violem seus direitos de propriedade intelectual ou, ainda, o INPI poderá entender que o registro de determinada marca não atendeu aos requisitos legais e, portanto, indeferir seu registro. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não aleguem estarmos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito. Caso os pedidos de registros não se efetivem ou ocorra a eventual perda dos direitos sobre tais marcas, tal evento acarretaria a perda do direito de uso dessas marcas no Brasil, e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para comercializar seus produtos.

Podemos sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.

Historicamente, o governo brasileiro tem discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar nossas operações agroindustriais e comerciais com produtos finais e insumos, bem como nossos clientes e fornecedores.

Essas alterações incluem, entre outros pontos: (i) aumentos das alíquotas dos tributos atualmente devidos por nós; (ii) criação de novos impostos ou contribuições, temporários ou definitivos; e/ou o (iii) cancelamento ou alteração significativa de benefícios fiscais que usufruímos.

Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da nossa carga tributária, o que pode afetar adversamente o preço dos produtos que fabricamos ou comercializamos e, consequentemente, nossa lucratividade. Tais eventos, se materializados, podem restringir a nossa capacidade de transacionar nos mercados rurais.

Nossos fornecedores também podem sofrer aumentos da carga tributária devida em suas operações e tentar nos repassar esse custo tributário por meio do aumento do preço dos seus produtos (produtos finais, intermediários, matérias-primas, entre outros). Caso não seja possível repassar esse custo fiscal para nossos clientes, nossos resultados e lucratividade podem ser adversamente afetados.

Nesse contexto, dentre as mudanças que podem afetar materialmente nossos negócios, vale destacar, principalmente: a reforma tributária discutida no Congresso Nacional no âmbito das Propostas de Emenda Constitucional nº 45/2019 e 110/2019. As principais alterações previstas nessas propostas correspondem: (a) a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) em substituição aos 5 (cinco) tributos que atualmente incidem sobre o valor agregado em operações de consumo (i.e., compra e venda de bens e produtos e prestações de serviço), quais sejam (a.i) o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); (a.ii) o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); (a.iii) o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); (a.iv) a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e (1.a.v) a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS); e (b) a instituição de tributação de distribuições de dividendos pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em razão da redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Além do ponto descrito acima, é possível que ocorram revogações específicas de incentivos e isenções fiscais federais (principalmente de PIS/COFINS), estaduais (ICMS) ou municipais (ISS) usufruídos por nós na presente data, bem como alterações significativas na legislação do ICMS e do PIS/COFINS visando o aumento de alíquotas, determinação da base de cálculo, entre outros, em operações que envolvam o produtor agroindustrial com atuação no comércio de produtos agrícolas.

Ademais, tendo em vista a complexidade do sistema tributário brasileiro, é possível que algumas leis fiscais sejam interpretadas pelas autoridades fiscais de forma diversa ao nosso entendimento. Caso essa hipótese ocorra, podemos vir a ser atuados pelas autoridades fiscais por meio da lavratura de autos de infração.

Não podemos garantir que seremos capazes de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos do valor devido dos tributos incidentes em nossas operações, seja em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

razão da reforma tributária, modificação dos incentivos e isenções fiscais que usufruímos ou por força de alteração das alíquotas ou base de cálculo do ICMS e PIS/COFINS devido.

Além disso, dada a competição histórica existente entre os Estados Brasileiros para atrair investimentos e novas empresas por meio da concessão de benefícios fiscais, estamos sujeitos a contestações judiciais perante o Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da constitucionalidade dos benefícios fiscais de ICMS, considerando os impactos da aplicação da Lei Complementar 160/2017, regulamentada pelo Convenio ICMS n° 190/2017, no que diz respeito a validação desses benefícios fiscais de ICMS. Qualquer alteração na legislação tributária ou a declaração de inconstitucionalidade da lei que concede benefícios fiscais poderá afetar não apenas nossas atividades, mas a de todo o setor.

Não podemos garantir que os incentivos fiscais serão mantidos nos níveis atuais ou renovados ou que seremos capazes de atender aos requisitos necessários para manutenção dos incentivos fiscais atuais e obtenção de novos. Se perdermos nossos incentivos fiscais existentes ou não conseguirmos incentivos fiscais futuros, devido ao nosso descumprimento de obrigações atuais e exigências futuras ou se os atuais programas e acordos fiscais dos quais nos beneficiamos forem modificados, suspensos, cancelados ou não renovados, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Movimentos sociais podem afetar o uso de nossas propriedades agrícolas ou causar danos a elas.

Existem diversos movimentos sociais no Brasil que pleiteiam uma reforma agrária com a redistribuição compulsória da propriedade rural privada. Tais movimentos sociais têm, historicamente, invadido e ocupado terras agrícolas como forma de protesto e pleito de seus objetivos. Caso tenhamos nossas indústrias, comércio, armazéns, ou quaisquer outras propriedades rurais invadidas ou ocupadas por tais movimentos, podemos não ser capazes de reverter a situação em tempo hábil e sem a ocorrência de danos substanciais as nossas instalações.

Da mesma forma, nossos clientes também podem ter suas propriedades invadidas e ocupadas por movimentos sociais, o que pode fazer com que tais clientes deixem de adquirir nossos produtos ou então deixem de nos fornecer grãos de trigo, milho, arroz, dentre outros que revendemos ou então grãos de soja, que adquirimos para a fabricação de farelo de soja e biodiesel. Como resultado, tais invasões ou ocupações em nossas propriedades ou propriedades de nossos clientes, podem afetar o uso de tais propriedades por tempo indeterminado e, consequentemente, a nossa produção, o que poderá afetar de forma adversa nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e valor de nossos valores mobiliários.

Nossas propriedades podem ser desapropriadas pelo Poder Público.

Nossas propriedades estão sujeitas à desapropriação, total ou parcial, por decisão unilateral do Poder Público, para atendimento do interesse público e cumprimento da função social da propriedade. Podemos não ser capazes de obstar ou reverter tal processo de desapropriação, o que pode paralisar, total ou parcialmente, nossas operações e afetar adversamente nossos negócios. Adicionalmente, o valor a ser apurado por meio de perícia para pagamento de indenização decorrente de desapropriação pode ser inferior ao valor de mercado do imóvel e não considerar outros danos causados a nós, como lucros cessantes, necessidade de remodelação de nossos negócios, dentre outros, o que pode afetar, adversamente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Da mesma forma, nossos clientes também podem ter suas propriedades desapropriadas, o que pode fazer com que tais clientes deixem de adquirir nossos produtos ou então deixem de nos fornecer grãos de trigo, milho, arroz, dentre outros que revendemos ou então grãos de soja, que adquirimos para a fabricação de farelo de soja e biodiesel, o que poderá afetar de forma adversa nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e valor de nossos valores mobiliários.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nossos sistemas, políticas, procedimentos e controles internos podem ser ineficazes ou apresentar falhas.

Nossos sistemas, políticas, procedimentos e controles internos para identificar, monitorar, gerenciar e controlar riscos podem não ser totalmente eficazes ou possuírem falhas. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não ser suficientes: (i) para gerenciar e controlar os riscos que conhecemos; (ii) para prever exposições futuras; ou (iii) contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que utilizamos. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios. Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controles internos podem não ser suficientes para evitar, detectar ou remediar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis e normas por parte de nossos colaboradores, acionistas, membros de nossa administração, fornecedores, dentre outras pessoas agindo em nosso nome, interesse e/ou benefício. No caso de qualquer falha, insuficiência ou inadequação de procedimentos e controles adequados, nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Para mais informações sobre deficiências de controles internos, vide seção 5.3(d) deste Formulário de Referência.

A política de remuneração dos executivos da Companhia pode vir a estar vinculada ao desempenho e à geração de resultados da Companhia, podendo assim levar os executivos a tomar decisões não alinhadas com a estratégia de longo prazo da Companhia.

O fato de a remuneração de executivos da Companhia poder vir a estar vinculada ao desempenho e à geração de resultados da Companhia pode levá-los a dirigir os negócios e atividades da Companhia e das suas controladas de maneira desalinhada à estratégia de longo prazo da Companhia, não coincidindo com os interesses dos seus acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo em relação às ações de emissão da Companhia, o que pode impactar tais acionistas de maneira negativa.

Para mais informações sobre a remuneração dos executivos da Companhia, vide seção 13 deste Formulário de Referência.

Podemos enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

Nós celebramos algumas transações com nossas partes relacionadas, que estão detalhadas no item 16.2 deste Formulário de Referência. Contratações e transações com partes relacionadas podem suscitar situações de conflito de interesses entre as partes e causar prejuízos para nós, caso não tenham sido realizadas em condições comutativas. Não podemos garantir que tais situações serão identificadas a tempo, que conseguiremos tomar as medidas tempestivamente para reparação de danos, bem como o acionista ou administrador conflitado terá recurso para ressarcir os prejuízos causados, o que poderá afetar nossos negócios e situação financeira.

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso nos nossos negócios, nos nossos resultados operacionais, na nossa situação financeira e nos nossos valores mobiliários. Adicionalmente, caso celebremos transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, nossos acionistas minoritários poderão ter seus interesses prejudicados.

Podemos sofrer perdas de membros chave da nossa administração e gerência ou sermos incapazes de atrair ou manter pessoas qualificadas em nossa administração ou gerência.

Possuímos administradores e gerentes altamente qualificados, cujo desempenho está fortemente relacionado ao sucesso do nosso negócio, especialmente em relação à definição e implementação de nossas estratégias e desenvolvimento de nossas operações, produtos e serviços. Caso esses membros chave deixem de integrar nossa equipe, poderemos enfrentar dificuldades para executar nossas estratégias de negócios, crescer de forma sustentável ou desenvolver novos produtos e serviços, dentre outros problemas operacionais, mercadológicos ou de governança corporativa que

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

poderemos enfrentar. Em caso de saída de membros de nossa alta administração, poderemos incorrer em custos significativos para a contratação de novas pessoas com as mesmas qualificações, tendo em vista a forte concorrência que existe para atrair profissionais altamente capacitados no setor de agronegócio, bem como com o pagamento de pacotes de saída ou contratos de indenização. Em razão dos fatores acima expostos, a perda de membros chave da nossa administração e gerência ou a incapacidade de atrair ou manter pessoas qualificadas em nossa administração ou gerência poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Os titulares das ações ordinárias de nossa emissão poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso estatuto social, deve-se pagar aos seus acionistas, no mínimo, 5% do nosso lucro líquido anual, calculado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como a nossa, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira. Se isso acontecer, os titulares das nossas ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos seus resultados.

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia da COVID- 19, pode provocar um efeito adverso nas nossas operações. A extensão da pandemia da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das nossas operações e fluxos de caixa e, finalmente, na nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como as provocadas pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

A Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global da doença coronavírus ("COVID-19"). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho. No Brasil, as localidades em que operamos, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrições à circulação e o isolamento social. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, inclusive dos nossos clientes e fornecedores, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, incluindo o setor do agronegócio.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas, de contato social ou ao funcionamento geral do comércio pode ter um impacto adverso relevante em nossos negócios, principalmente em razão da redução na demanda por combustíveis (incluindo o biodiesel), o que pode fazer com que não consigamos vender nossos estoques de biodiesel a preços lucrativos ou então ocasionar a perda total ou parcial de nosso estoque de biodiesel em razão de sua obsolescência.

Ainda, surtos de doenças também podem: (i) impossibilitar que os nossos funcionários se dirijam às nossas instalações (seja por prevenção/restrição ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos nossos negócios, e (ii) impactar significativamente a cadeia de fornecimento de matéria prima e demais insumos para nossas atividades. Nesse sentido, a forma de operar parte dos nossos negócios poderá ser afetada, com cancelamento de visitas dos nossos times comerciais as propriedades rurais de clientes e produtores e aumento de risco de escassez e/ou atrasos na cadeia de suprimentos, o que poderá impactar adversamente os nossos negócios ou resultados.

Igualmente, os potenciais impactos no fornecimento, custos e investimentos necessários para a adaptação e o desenvolvimento dos negócios no cenário da pandemia da COVID-19 podem afetar adversamente o nosso fluxo de caixa, podendo dificultar o adimplemento regular de suas obrigações tributárias e consequente exposição a encargos de juros de mora e multa, exclusão de programas de parcelamentos de débito, cassação de benefícios fiscais/regimes especiais e eventuais cobranças pelas autoridades fiscais, dentre outros reflexos.

Outro aspecto em decorrência da pandemia da COVID-19 que pode afetar adversamente o nosso fluxo de caixa diz respeito ao aumento das despesas previdenciárias, em decorrência de adiantamento de férias, demissões e/ou afastamento de funcionários por motivo de saúde.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como a COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado de ações. Consequentemente, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. Dessa forma, nossas ações podem apresentar uma maior volatilidade, impactando nossos investidores de maneira negativa.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

Mesmo depois da diminuição da pandemia da COVID-19, podemos ter impactos materialmente adversos em nossos negócios como resultado de seu impacto econômico global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego que ocorreu ou pode ocorrer no futuro, o que pode diminuir a demanda por combustíveis (incluindo o biodiesel) e demais insumos que produzimos.

Ainda, os impactos incertos da pandemia podem afetar negativamente a exportação de *commodities* agrícolas, como por exemplo em relação a soja, milho e trigo o que poderá impactar adversamente os nossos negócios e resultados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em que nós, nossos administradores e nossos acionistas são partes ou mencionados podem causar efeitos adversos para nós.

Podemos vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária, trabalhista e ambiental e não podemos garantir que os resultados destes processos sejam favoráveis a nós, nossos administradores e nossos acionistas ou, ainda, que manteremos provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

decorrentes destes processos. Decisões contrarias aos nossos interesses, aos interesses de nossos administradores e/ou de nossos acionistas, ou ainda aos nossos prognósticos de perda, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de nossos projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente nossa reputação, imagem, negócios, operação regular do empreendimento ou resultados. Ainda, eventuais novas ações judiciais, arbitrais ou administrativas exigem a atenção de nossa administração e demandam o dispêndio de custos adicionais para nossa defesa.

Da mesma forma, um ou mais de nossos administradores podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente. Nessas hipóteses, é possível que haja um impacto a nossa imagem e a nossa reputação no cenário de eventual condenação ou simples vazamento de informações de tais processos na mídia, sendo possível que seja necessário o afastamento do nosso administrador das funções exercidas, o que pode impactar nossa reputação, nossas atividades, nossos negócios ou nossos resultados de forma adversa, direta ou indiretamente bem como ocasionar a nossa proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por até 5 anos, entre outras.

Adicionalmente, também estamos sujeitos a fiscalizações periódicas e regulares ou eventuais investigações e denúncias por órgãos governamentais, incluindo a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e o Ministério Público do Trabalho, em relação à conformidade de nossas práticas com as obrigações legais trabalhistas, incluindo situações envolvendo a saúde e segurança no trabalho. Tais fiscalizações podem resultar em multas administrativas e ações judiciais que podem nos afetar de forma relevante e adversa. No âmbito de inquéritos civis ou ACPs, podemos figurar como compromissária em Termos de Ajustamento de Conduta ("TAC") com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento - total ou parcial - das obrigações convencionadas no TAC, estaremos sujeitos a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas e execução do título perante o Poder Judiciário.

Para mais informações acerca dos processos judiciais ou administrativos em relação a nós e aos nossos administradores até a presente data, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Estamos expostos a riscos em relação ao cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção, fraudes e demais atividades impróprias ou ilegais, ou outros eventos adversos que podem impactar adversamente a nossa reputação.

Estamos sujeitos à Lei n.º 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), a qual impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por nossos dirigentes, administradores colaboradores, e terceiros contratados para atuar em nosso nome, interesse e/ou benefício, os quais ainda podem gerar desdobramentos criminais. Dentre as sanções aplicáveis estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções essas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os nossos resultados. Não podemos garantir que nossas políticas e procedimentos internos sejam suficientes para garantir nossa conformidade à legislação anticorrupção ou que nossos colaboradores, administradores, parceiros, agentes, membros do conselho fiscal (quando instalado), membros de comitês, provedores de serviços ou clientes não violarão nossas políticas e procedimentos internos, leis ou regulamentos aplicáveis, incorrendo em eventos nos quais podemos ser eventualmente responsabilizados.

Adicionalmente, diversos contratos financeiros por nós celebrados contêm cláusulas que exigem o cumprimento da Lei Anticorrupção. Dessa forma, o descumprimento, por nós, da Lei Anticorrupção, por sociedades integrantes de nosso grupo econômico ou por nossos representantes pode representar um evento de inadimplemento no âmbito de tais contratos e, consequentemente, provocar o vencimento antecipado das dívidas. Consequentemente, se a nossa administração, nossos funcionários ou terceiros, agindo em nosso nome, envolverem-se em qualquer investigação ou processo anticorrupção ou criminal em conexão com nossos negócios, os negócios da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia, podem ser afetados adversamente de forma relevante tanto em relação ao seu aspecto financeiro, quanto em relação à sua imagem.

O risco decorrente da percepção negativa de nosso nome pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de nossos dirigentes, administradores colaboradores e terceiros pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de nossos colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. Nossa reputação também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros e parceiros de negócios. Os danos à nossa reputação, multas, sanções ou imposições legais podem produzir efeitos adversos sobre os nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e ao valor de nossos valores mobiliários.

Operamos por meio de diversos canais (lojas físicas e aplicativo 3Tentos) que se encontram integrados. A falha dessa integração, ou o insucesso em aprimorar inovações poderão afetar negativamente os nossos negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

Nossas operações são realizadas por meio de nossos lojas e armazéns e por meio de nossa plataforma digital, que conta com nosso aplicativo 3Tentos.

Não podemos garantir que conseguiremos aprimorar nossa estratégia física e/ou digital ou que seremos capazes de implementar inovações que sejam importantes para nossos clientes em nosso website e aplicativo, o que, em se confirmando, poderá ser extremamente prejudicial aos nossos planos e poderá afetar negativamente os nossos negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional.

Caso não sejamos capazes de manter e aprimorar, de forma bem-sucedida, a complementaridade entre os nossos canais de vendas, sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento, o aproveitamento das vantagens que a nossa estrutura integrada de multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo nos impactar adversamente. Da mesma forma, podemos incorrer em custos maiores do que os estimados e as iniciativas de plataformas digitais podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Quaisquer dos fatores acima poderá afetar, adversamente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Poderemos realizar operações de hedge cambial, que podem acabar prejudicando o nosso desempenho financeiro.

Nós estamos expostos a riscos de mercado decorrentes da condução das suas atividades comerciais, principalmente riscos relacionados a mudanças, direta ou indiretamente, nos preços das *commodities*, nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

Poderemos realizar operações de *hedge*, envolvendo contratos derivativos, futuros, a termo, opções e *swaps* de *commodities* e taxa de câmbio para compra de insumos em moedas estrangeiras e exportação de produtos gerados pela atividade agroindustrial. Em contrapartida, as operações de *hedge* envolvem riscos, pois podem nos expor a perdas financeiras, por exemplo, se a outra parte do contrato de *hedge* não cumprir com suas obrigações, ou em caso de alteração na variação esperada entre o preço subjacente ao contrato de *hedge* e o preço real das mercadorias ou da taxa de câmbio.

Protegendo-nos com *hedge* contra as flutuações de preço de mercado, nós fixamos os preços do volume de produtos exportados e as taxas de câmbio. Como as posições no mercado de derivativos podem ser ajustadas a valor de mercado, na medida em que os preços de mercado dos produtos excederem o preço fixado de acordo com as nossas práticas de *Hedge*, os resultados serão inferiores àqueles que teriam sido obtidos se não tivéssemos realizado tais operações, em razão da fixação a preço desfavorável quando da compra dos insumos ou da venda dos produtos e em virtude das despesas para manutenção das posições no mercado de derivativos. Dessa forma, o nosso desempenho operacional e financeiro poderá ser adversamente afetado durante os períodos em que os preços das mercadorias aumentarem. Alternativamente, pode-se optar pela não realização de transações de *hedge* no futuro, o que afetaria adversamente o desempenho

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

operacional e financeiro nos períodos em que os preços das *commodities* diminuírem ou os preços dos insumos aumentarem.

Ainda, nossas estratégias de *hedge* podem não ser completamente eficazes na valoração dos efeitos das variações cambiais ou de *commodities* em sua posição econômica, podendo afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Nosso desempenho depende de relações trabalhistas favoráveis com nossos empregados e consultores técnicos, do cumprimento das leis trabalhistas e da segurança de nossas instalações. Qualquer deterioração dessas relações, greves, bem como aumentos nos custos trabalhistas ou danos em nossas instalações, podem afetar adversamente nossos negócios.

Em 31 de dezembro de 2020, possuíamos 1.125 empregados em nossas usinas, lojas e demais instalações, bem como 89 consultores técnicos responsáveis pelo posicionamento de nossos produtos (sementes, defensivos agrícolas e demais insumos) nas lavouras de nossos clientes e pela prestação de consultoria técnica a eles, os quais também são contatados sob o regime celetista.

Nossos empregados e consultores são representados por sindicatos, sendo que após a expiração de acordos coletivos de trabalho existentes, podemos não ser capazes de negociar renovações em termos favoráveis para nós, o que poderia resultar em aumento nos custos de nossa folha de pagamentos em razão da necessidade de aumento de salários ou concessão de benefícios adicionais (ou aumento dos existentes).

Nós também estamos sujeitos a aumentos no custo de mão-de-obra, em virtude da inflação no Brasil e aumento do preço dos seguros de saúde. Aumentos significativos nos custos de mão−de−obra podem apresentar um efeito adverso significativo sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas.

Também estamos sujeitos a greves de nossos empregados e consultores técnicos por diversas razões, como pleitos de aumento salarial, benefícios, melhorias nas condições de trabalho ou segurança, dentre outros. Eventuais greves de nossos empregados podem gerar a paralisação, total ou parcial, de nossas atividades industriais, de distribuição e comercialização de nossos produtos e greves dos nossos consultores técnicos podem afetar adversamente nossa capacidade de penetração em nossos clientes ou afetar nossa reputação e imagem perante nossos clientes. Em qualquer dos casos, greves podem gerar efeitos adversos em nossos negócios, resultados e cotação de nossos valores mobiliários.

Também enfrentamos riscos com relação à segurança operacional de nossas indústrias, especialmente se nossos procedimentos de segurança não forem eficazes ou falharem e resultarem em acidentes e demais imprevistos com relação aos nossos funcionários, o que pode resultar em custos e perda de produtividade, afetando assim nossos negócios e resultados.

Os requisitos a serem observados por nós após nossa abertura de capital exigem a aplicação de recursos significativos e atenção da administração.

Com a conclusão da oferta pública inicial das ações de nossa emissão, estaremos sujeitos a determinadas regras de divulgação de informações de acordo com a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas no Brasil, incluindo regras e regulamentos expedidos pela CVM e/ou pela B3, inclusive no que diz respeito ao cumprimento dos requisitos para sua listagem no Novo Mercado, segmento de listagem da B3 que exige os mais altos níveis de governança corporativa. Tais regras e regulamentos poderão aumentar os nossos custos com conformidade legal, contábil e financeira e tornar algumas atividades mais demoradas e custosas. Tais regras e regulamentos podem tornar mais difícil e mais custosa a obtenção ou renovação de seguro de responsabilidade dos membros da nossa administração e podemos ser obrigados a aceitar limites e cobertura de apólices reduzidos ou incorrer em custos substanciais para manter a cobertura igual ou semelhante. Novas regras e regulamentos relacionados à divulgação de informações, relatórios, controles financeiros e governança corporativa, que podem ser adotados pela CVM, B3 ou outros órgãos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reguladores ou autorreguladores, podem resultar em um aumento significativo nos nossos custos, o que poderia afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Essas novas obrigações também exigirão atenção substancial da nossa administração e poderão diluir a atenção dos membros da nossa administração em seus negócios. Esses aumentos de custos e o desvio da atenção da administração podem afetar material e adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Fazemos parte do Programa RenovaBio. Caso o programa RenovaBio seja descontinuado e/ou caso não sejamos capazes de atender os requisitos necessários para sua manutenção, a nossa receita poderá ser afetada adversamente.

Fazemos parte do Programa RenovaBio, inclusive por meio da geração de Crédito de Descarbonização por Biocombustíveis ("CBIO"). O RenovaBio tem como objetivo estimular a produção de biocombustíveis no país na matriz energética nacional, incluindo o biodiesel, tendo em vista os compromissos assumidos no Acordo de Paris, bem como assegurar previsibilidade para o mercado de combustíveis, induzindo ganhos de eficiência energética e de redução de emissões de gases poluidores, comercialização e uso de biocombustíveis.

A Lei n° 13.576, de 26 de dezembro de 2017, conforme alterada, dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis ("RenovaBio"), cujo principal instrumento é o estabelecimento de metas nacionais de descarbonização para o setor de combustíveis, tendo o CBIO como mecanismo central para o cumprimento dos objetivos definidos pela iniciativa.

O CBIO é o documento emitido pelos produtores ou importadores de biocombustíveis e adquirido pelos distribuidores de combustíveis em mercados organizados, inclusive em leilões, ou seja, é um ativo financeiro negociado em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões, decorrentes das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa.

Para a adesão ao RenovaBio, os produtores ou importadores de biocombustíveis devem contratar firmas inspetoras credenciadas na ANP para realização da Certificação de Biocombustível e validação da Nota de Eficiência Energético-Ambiental e do volume elegível. Tal Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis é valido por três anos, contados a partir da data de sua aprovação pela ANP, e somente poderá ser emitido pela firma inspetora após a aprovação do processo pela Agência.

Nos submetemos à auditoria pela Green Domus no final do ano de 2019, tendo nossa documentação revisada pela ANP e certificado emitido em março de 2020 com nota de eficiência energético ambiental de 56,40 gCO_2eq/MJ e 66,62% de matéria prima elegível. Para mais informações sobre as regulamentações que estamos sujeitos, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Caso o programa RenovaBio seja descontinuado e/ou caso não sejamos capazes de atender os requisitos necessários para sua manutenção, podemos não ser capazes de gerar CBIO, e, consequentemente, a nossa receita poderá ser afetada adversamente.

(b) riscos relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses de nossos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e investidores.

Enquanto nossos acionistas controladores continuarem como nossos controladores, eles terão poderes para nos controlar, independentemente de como os acionistas minoritários venham a deliberar sobre essas questões, tais como: (i) eleger a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração e, assim, controlar nossas políticas e operações, incluindo a nomeação da diretoria, futuras emissões de ações ordinárias ou outros títulos, (ii) aprovar o pagamento de dividendos, (iii) aprovar reorganizações societárias; (iv) autorizar a constituição de dívida, (v) deliberar sobre reformas do nosso Estatuto Social e a celebração de operações ordinárias e extraordinárias, inclusive, mas não se limitando àquelas com partes relacionadas, e (vi) decidir sobre mudanças na

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

composição da diretoria executiva. Tais acionistas controladores podem ter interesse em aquisições, desinvestimentos e outras operações que, na opinião dos mesmos, poderiam aumentar seus investimentos, mesmo que tais operações possam envolver riscos para os demais investidores. Dessa forma, os acionistas controladores poderão, eventualmente, adotar medidas que conflitem com os interesses dos nossos demais acionistas ou que não resultem em melhoria de nossos resultados operacionais, podendo inclusive tomar decisões conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas.

Além disso, nossos atuais acionistas controladores poderão ter interesses conflitantes com os outros investidores, independentemente de sua posição acionária final em nosso capital social, após a conclusão de oferta pública de ações ("Oferta").

Caso o nosso acordo de acionistas seja distratado, estaremos suscetíveis a novas alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle detentor da maioria do capital votante. Não podemos garantir que a influência e controle que vem sendo exercidos pelos nossos atuais acionistas controladores sejam mantidos.

Eventual conflito entre nossos atuais acionistas controladores poderia prejudicar a condução estratégica dos nossos negócios, afetando inclusive o nosso resultado operacional.

Nosso controle é exercido por meio de acionistas que, individualmente, detêm menos de 50% mais 1 ação de nossa emissão, vinculados por um acordo de acionistas que lhes garantem o poder de condução estratégica de nossos negócios e controle substancial de todas as questões submetidas à aprovação de nossos acionistas. Dessa forma, caso nossos acionistas controladores tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em juízo acerca dos termos e condições do acordo de acionistas, estes poderão retardar ou não implementar medidas fundamentais e significativas para nós. Portanto, eventual discordância entre os nossos acionistas controladores poderá prejudicar a nossa condução estratégica, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. Adicionalmente, caso o acordo de acionistas seja distratado ou termine, poderemos não ter mais um bloco de controle definido, o que pode acarretar novos arranjos entre os acionistas, novos integrantes no grupo de controle, eventuais mudanças de estratégia, conflitos entre acionistas e incertezas relacionadas a tais questões e a outros assuntos relacionados, o que pode afetar adversamente nossos negócios. Além disso, a mudança no nosso bloco de controle pode gerar um conflito nos interesses em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores. Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas estão alinhados com os interesses dos demais investidores, o que pode afetar nossos resultados e valor de nossos valores mobiliários.

Para mais informações sobre o acordo de acionistas, ver item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) riscos relacionados a seus acionistas

Salvo pelos riscos descritos no item (b) acima, não há riscos relevantes nos envolvendo cuja fonte seja nossos acionistas.

(d) riscos relacionados a suas controladas e coligadas

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos controladas ou coligadas.

(e) Riscos relativos aos fornecedores da Companhia

Estamos expostos à riscos relacionados à utilização de mão de obra terceirizada, incluindo eventual responsabilização de natureza trabalhista e previdenciária.

A contratação de mão-de-obra terceirizada por nossa parte observa a Lei nº 6.019/74, cuja nova redação dada pela Lei 13.429/17 autoriza a terceirização, de todas as atividades por meio de empresa especializada em prestação de serviços, sem formação de vínculo empregatício com a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

tomadora que, por sua vez, responde de forma subsidiária em caso de inadimplemento da contratada quanto as obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas aos empregados alocados.

Nesse sentido, os riscos serão acentuados em caso de não-fiscalização rigorosa pela tomadora quanto ao cumprimento da legislação trabalhista por parte da prestadora de serviço terceirizada.

Desta forma, a utilização de mão de obra terceirizada pode implicar a assunção de relevantes contingências de natureza trabalhista e previdenciária por nós caso a empresa contratada deixe de honrar tais obrigações.

A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação e, caso consumadas, poderão afetar adversamente a nossa situação financeira e os nossos resultados, bem como impactar negativamente nossa imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização, bem como resultar na nossa inclusão em listas do Ministério do Trabalho, na impossibilidade de contratarmos financiamentos, receber incentivos fiscais ou contratar com poder público.

Tendo em vista que terceirizamos uma parte de nossas operações, caso uma ou mais das empresas prestadoras de serviços terceirizados descontinue suas atividades ou interrompa a prestação de serviços e não sejamos capazes de contratar empresas substitutas a tempo, as nossas operações poderão ser prejudicadas, o que poderá acarretar um efeito adverso em nossos resultados e em nossa condição financeira.

Por fim, estamos sujeitos a um risco maior em virtude de já termos sofrido penalizações, as quais resultaram na celebração de Termos de Ajuste de Conduta (TACs) com o Ministério Público do Trabalho que impõem sanções mais severas que a própria legislação na hipótese de fraude na terceirização.

Dependemos de fornecedores para a aquisição de matéria-prima e insumos para produção de nossos produtos (como grãos, fertilizantes, dentre outros) e estamos sujeitos a variações na oferta e demanda, no preço e condições de financiamento desses produtos.

Utilizamos diversos insumos em nosso processo produtivo, seja para multiplicação de sementes de soja e trigo, dentre outros, processamento do grão de soja bruto, seu esmagamento e posterior produção de óleo de soja, farelo de soja e biodiesel.

O preço dos insumos que utilizamos para o processamento da soja tem comportamento atrelado a oferta e demanda pelo produto e está significativamente atrelado ao preço da soja, ou seja, quando há alta do preço da soja, há, em segundo momento, incremento no preço dos insumos necessários para seu processamento.

Os fornecedores também estão sujeitos a rupturas na cadeia de fornecimento de importação de produtos, seja por motivos relativos a epidemias e pandemias (como a atual pandemia da COVID-19), seja por potenciais restrições de comercio internacional de qualquer outra natureza. Ou seja, a oferta de tais produtos pode ser reduzida e impactar tanto o preço quanto a nossa capacidade de suprir a demanda de nossos clientes. Desta forma, inconstâncias da cadeia comercial relacionadas a estes insumos podem impactar direta e adversamente as nossas operações e produção e, consequentemente, o nosso resultado operacional.

Parte das nossas compras são realizadas a prazo com fornecedores, para tanto, depende de obtenção de linhas de crédito com estes fornecedores. Mudanças nas condições de financiamento com os fornecedores decorrentes de alterações econômicas ou quaisquer outros fatores podem afetar adversamente a nossa capacidade de compra e/ou requerer mudanças na nossa estratégia de financiamento, e, consequentemente, poderá afetar, adversamente, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Os insumos para produção de sementes são adquiridos de um número limitado de fornecedores e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, nossas atividades e negócios podem ser afetados adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os insumos para produção de sementes são adquiridos por nós de número limitado de fornecedores. Atualmente, no mercado de sementes, existem poucas obtentoras que desenvolvem um melhoramento genético com alta tecnologia em sementes e que posteriormente fornecem o licenciamento. Caso não cultivemos um bom relacionamento com estas obtentoras, podemos perder o licenciamento de alguma delas e, em consequência disto, perder a competitividade em alguns de nossos produtos.

A dependência de poucos fornecedores para o licenciamento de genética e de produtos significa uma maior exposição nossa, o que pode vir nos impactar negativamente, caso enfrentemos problemas nos relacionamentos com as obtentoras. Nessa hipótese, poderia haver uma redução no nosso portfólio, limitando-o e diminuindo a competitividade no mercado em que atuamos e uma redução relevante das nossas receitas e resultados.

Caso algum fornecedor não seja capaz de suprir os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida por nós ou então aumentar o preço desses produtos e não formos capazes de substituir o fornecedor em um prazo aceitável ou efetivamente substitui-lo, podemos perder competitividade nos custos de determinados insumos, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios, operações, atividades e, consequentemente, nossos resultados.

Não podemos garantir que nossos prestadores de serviços ou fornecedores venham a se utilizar de práticas irregulares.

Não podemos garantir que nossos prestadores de serviços e fornecedores não venham a cometer irregularidades ou atos que possam afetar adversamente nossa imagem e reputação. Dentre os atos que eles podem cometer, destacamos questões de inobservância às leis trabalhistas, de anticorrupção ou relacionados a sustentabilidade, quarteirização da prestação de serviços ou da cadeia produtiva e condições de segurança improprias. Caso nossos prestadores de serviços e fornecedores pratiquem tais condutas, é possível experimentarmos prejuízos reputacionais e a percepção de nossos clientes sobre nossos produtos pode ser adversamente afetada, com impacto direto na redução de nossas vendas e resultado operacional, bem como em nossa imagem e cotação de nossos valores mobiliários.

Além de danos reputacionais, podemos também ser afetados adversamente por eventual responsabilidade solidária ou subsidiária com tais prestadores de serviço e fornecedores em razão de tais condutas, nos termos da lei aplicável, resultando em multas e outras penalidades que podem nos afetar de modo material e adverso.

Podemos ser considerados solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por nossos prestadores de serviços, fornecedores e/ou clientes.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidaria, o que significa que todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação. Sendo assim, a responsabilidade civil por danos ambientais pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, direta ou indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos financeiros, pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso por ação judicial própria em relação aos demais envolvidos. Além disso, poderemos ter responsabilidade administrativa e criminal em decorrência de danos ambientais praticados por nossos fornecedores, clientes ou prestadores de serviços.

Caso nossos prestadores de serviços, tais como os responsáveis pelo manuseio e descarte de resíduos de nossas usinas, fornecedores, como os de produtos químicos que utilizamos em nosso processo produtivo, e clientes que tenham atividades que potencialmente possam causar danos ambientais, não atendam às exigências da legislação ambiental, nós poderemos ser considerados solidaria ou subsidiariamente responsáveis pelos eventuais danos ambientais causados, incluídos no polo passivo de processos ambientais e eventualmente obrigados a reparar tais danos.

Caso sejamos responsabilizados solidariamente ou subsidiariamente por tais danos ambientais, poderemos ter nossa imagem e reputação impactadas, além de potencial perda de licenças necessárias às nossas atividades, gastos relacionados à defesa processual e decorrentes de condenação imposta pela autoridade competente, incluindo o pagamento de multas e gastos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relacionados a adoção de medidas para reparação do dano causado, o que poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

(f) riscos relativos a seus clientes

Risco de crédito e climático

Parte de nossos clientes adquire os nossos produtos mediante nossa concessão de crédito, sendo que diante da impossibilidade de concedermos crédito, tal fato poderá afetar adversamente a demanda por insumos agrícolas por parte de nossos clientes, o que poderá agravar ainda mais os efeitos adversos sobre os nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

O mercado de distribuição de biodiesel é altamente concentrado em poucos players.

O mercado de distribuição de biodiesel brasileiro é altamente concentrado entre poucas empresas. A título exemplificativo, os três maiores *players* do mercado brasileiro de distribuição de combustíveis detinham, em 2019, aproximadamente 67,87% do mercado de distribuição de biodiesel no Brasil, conforme dados do BiodieselData.com.

O fato de existirem poucos compradores relevantes de biodiesel no âmbito nacional pode garantir a eles um domínio de mercado para manipularem condições de oferta e demanda, o que pode gerar variações nas quantidades de biodiesel comercializadas ou em seus preços. De modo oposto, a fabricação e fornecimento de biodiesel no Brasil é um setor extremamente concorrido, o que contribui ainda mais para que os compradores de biodiesel possam escolher seus fornecedores e praticar preços convenientes, o que pode gerar efeitos adversos em nossas vendas, margens de lucro, resultados operacionais e, consequentemente, cotação de nossos valores mobiliários.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nossos três maiores clientes foram responsáveis por aproximadamente 89% de nossa receita com venda de biodiesel. A nossa receita com venda de biodiesel correspondeu a 25% da nossa receita operacional líquida, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Assim, a perda de participação relevante de qualquer um desses clientes poderia afetar adversamente a nossa receita e nossos resultados operacionais.

Para mais informações, vide item 7.4 deste Formulário de Referência.

(g) riscos relativos aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A agricultura é uma atividade sazonal, o que pode ter um efeito adverso sobre as nossas receitas e condição financeira.

As atividades e, consequentemente, o nosso faturamento estão diretamente relacionados aos ciclos das culturas agrícolas que são de natureza sazonal, sobretudo da soja. A soja é plantada durante a primavera e sua colheita começa em setembro e continua até meados de novembro, atingindo suas altas sazonais no verão. Os preços da soja influenciam diretamente no preço do farelo de soja e biodiesel que comercializamos.

Desta forma, nossos resultados operacionais sofrem variações significativas entre o período de plantio e colheita de cada safra em razão do preço dos grãos de soja que é utilizado em nosso processo produtivo de farelo de soja e biodiesel. A sazonalidade das lavouras de soja, milho, trigo, aveia e arroz também implica a sazonalidade do lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social, o que pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais apurados em bases diferentes do exercício social, bem como no valor ou na liquidez de nossos valores mobiliários.

Enfrentamos uma concorrência significativa nos setores de biodiesel e farelo de soja e mudanças tecnológicas e mercadológicas significativas no setor agrícola podem ter um impacto negativo nos nossos negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O setor agrícola está sujeito a constantes mudanças tecnológicas em seu processo de plantio, cultivo e processamento de grãos, tais como melhorias em produtos e serviços para otimizar e aumentar a produtividade das lavouras, desenvolvimento de melhores defensivos agrícolas que aumentam a eficácia e diminuem a quantidade usada, desenvolvimento de softwares e sensores de acompanhamento que reduzem a utilização de defensivos agrícolas e insumos baseados na análise milimétrica do solo e desenvolvimento de sementes mais resistentes a pragas e doenças ou que requeiram menos nutrientes e insumos para seu cultivo.

Além disso, o mercado de insumos agrícolas é bastante competitivo no Brasil. Temos concorrentes de pequeno, médio e grande porte. Alguns concorrentes podem atuar em um mercado de nicho e com isso ganhar eventuais vantagens competitivas; outros podem trabalhar com margens mais reduzidas e preços mais agressivos.

No setor de produção de biodiesel no Brasil, enfrentamos concorrência, inclusive com grandes empresas e corporações multinacionais, que podem ter mais recursos financeiros e tecnologia em seu processo produtivo do que nós, o que poderia aumentar sua eficiência produtiva e reduzir seus custos de produção. Além disso, nossos concorrentes podem ser capazes de ofertar um preço melhor para aquisição de grãos de soja, o que poderia afetar a quantidade que nossos fornecedores de grãos de soja nos ofertam para nosso processo produtivo ou então os valores que pagamos pelos grãos e, portanto, afetar nossa produção, comércio e margens de nossos resultados.

A indústria de farelo de soja também é altamente competitiva. O farelo de soja que produzimos é comercializado como substituto do milho e outros ingredientes alternativos de nutrição animal. Existe uma ampla gama de produtos que competem com o farelo de soja, como os chamados dados, milho, algodão, cevada, entre outros. A disponibilidade e a dinâmica de preços de tais substitutos de nutrição animal concorrentes podem afetar nossa capacidade de comercializar e precificar adequadamente nosso farelo de soja.

Muitos fatores influenciam nossa posição competitiva, como a disponibilidade, qualidade e custo da soja, água, energia elétrica, produtos químicos e mão de obra, bem como fornecedores de serviços terceirizados de transporte e logística. Alguns de nossos concorrentes podem ter mais recursos tecnológicos, financeiros e de marketing, bases de clientes maiores ou gamas de produtos mais amplas e com menor custo de produção. Se não formos capazes de competir com sucesso contra esses produtores, nossa posição competitiva pode ser adversamente afetada o que, consequentemente, poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Adicionalmente, o setor agrícola também é influenciado por mudanças mercadológicas, tais como a consolidação de *players* do agronegócio que vendem matéria prima e outros insumos que utilizamos em nosso processo comercial e produtivo, os quais podem impor condições comerciais desfavoráveis para nós ou mais benéficas para nossos concorrentes, introdução de novas culturas que necessitam de menos produtos defensivos e insumos que comercializamos, diminuição da utilização de biodiesel e aumento da busca por fontes menos poluentes, restrições ou aumento de custos para exportações de produtos que exportamos ou a importações de matéria prima que utilizamos em nosso processo produtivo.

Se não formos capazes de acompanhar o desenvolvimento tecnológico e mercadológico setorial, podemos ter uma redução em nossa receita em razão de redução em nossa capacidade produtiva e/ou na demanda pelos nossos produtos e, portanto, podemos ser afetados, adversamente, em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

A deficiência de logística de transporte no Brasil constitui fator importante para expansão imobiliária agrícola futura, e não podemos garantir que conseguiremos obter logística de transporte eficiente para que nossos produtos cheguem até os principais clientes de modo eficiente, o que pode ter um efeito material adverso nos nossos negócios, margens e resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Uma das principais desvantagens da agricultura brasileira reside no fato de que as regiões mais importantes de plantio ficam distantes dos principais portos. O acesso à infraestrutura de transportes e portos é essencial para o crescimento da agricultura brasileira, como um todo, e para as nossas operações em particular. Melhorias de infraestrutura de transporte que demandam investimentos vultuosos são necessárias para tornar a produção industrial mais acessível aos terminais de exportação a preços competitivos. Nós não garantimos que tais investimentos serão feitos pelo governo ou pelo setor privado. Uma porção substancial da produção agrícola brasileira é atualmente transportada por caminhões, um meio de transporte significativamente mais caro que o transporte ferroviário disponível em outros países produtores de commodities agrícolas. Considerando que a dependência do transporte rodoviário aumenta os nossos custos, a sua capacidade de competir no mercado mundial pode ser prejudicada. Assim, podemos não contar com transporte eficiente para que seus produtos cheguem aos principais mercados de modo eficiente, o que pode ter um efeito material adverso nos nossos negócios, margens e resultados.

(h) Riscos relacionados à regulação dos setores onde a Companhia atue

Atuamos em um setor sujeito a extensiva regulamentação, sendo que eventuais descumprimentos poderão nos afetar adversamente.

Os riscos relacionados à manutenção de licenças, registros, autorizações regulamentares e cumprimento de normas e regulamentação está descrito no Fator de Risco constante do item 4.1.a.: "*A perda ou a nossa incapacidade de obter ou manter quaisquer licenças, registros ou autorizações necessárias à condução de nossos negócios pode nos afetar adversamente".*

Nossas operações e dos nossos clientes estão sujeitas a ampla regulamentação ambiental e o seu descumprimento pode afetar adversamente os nossos resultados e a nossa imagem.

Devido à natureza de nossas operações e negócios, estamos sujeitos a uma extensa quantidade de normas federais, estaduais e municipais relacionadas à preservação e proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança. Para cumprir com tal regulamentação, muitas vezes somos obrigados a adquirir e instalar equipamentos de custo elevado para controle da poluição, descarte e manejo adequado de resíduos ou a mudanças operacionais a fim de limitar impactos reais ou potenciais ao meio ambiente e/ou a saúde dos nossos funcionários.

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal n° 6.938/1981, prevê que a construção, a instalação, a ampliação, o funcionamento de estabelecimentos e o exercício de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, como as exercidas por nós, dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente. O processo de licenciamento ambiental, regulado pela Lei Complementar n° 140/2011 e pela Resolução CONAMA n° 237/1997, é operacionalizado por um sistema trifásico (Licença Previa, Licença de Instalação e Licença de Operação), no qual cada licença fica condicionada à emissão de sua precedente.

Não podemos garantir que seremos capazes de obter, manter vigentes ou renovar tempestivamente as licenças ambientais aplicáveis, o que pode nos afetar adversamente, inclusive gerando um impacto reputacional negativo para nós. Também podemos estar sujeitos ao cancelamento ou suspensão de determinadas licenças na ocorrência de determinados eventos, tais como: (i) violação das normas legais ou inadequação de qualquer das condicionantes; (ii) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença; e (iii) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente podem refletir em responsabilidade nas três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e, (iii) criminal, sem ocorrência de *bis in idem* ou correlação entre elas (i.e., podemos ser absolvidos na esfera civil, mas condenados na esfera criminal, por exemplo). Em outras palavras, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

Nos termos da Lei Federal n° 7.802/1989, as responsabilidades administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, quando a produção, comercialização, utilização, transporte e destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas, seus

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

componentes e afins, não cumprirem o disposto na legislação pertinente, cabem aos prestadores de serviço e a nós, na condição de comerciantes e fornecedores.

Na esfera civil, a legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independentemente de dolo ou culpa. Com relação à esfera criminal, a legislação prevê penas pecuniárias e restritivas de direitos em decorrência de crimes ambientais. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica podem ser: (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária do estabelecimento, da obra ou da atividade; e (iii) proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações. Na esfera administrativa, a violação das normas de proteção ambiental pode gerar a imposição de multas de até R$ 50 milhões, suspensão de atividades, entre outras penalidades.

Poderemos também ter a desconsideração de nossa personalidade jurídica decretada caso nossa personalidade jurídica seja obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados ao meio ambiente, nos termos da Lei de Crimes Ambientais (Lei n° 9.605/1998). Além disso, a imposição de sanções indenizatórias substanciais ou despesas relevantes para custear a recuperação do meio ambiente podem nos impedir ou nos levar a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, com possível efeito adverso relevante sobre o nosso fluxo de caixa, a nossa imagem e os nossos investimentos.

O arcabouço normativo ambiental também está sujeito a modificações nas leis e normas existentes e/ou na criação de novas leis que podem impor exigências adicionais ainda mais rígidas que as vigentes, ou buscar uma interpretação mais rigorosa das leis e regulamentos existentes, o que poderia exigir de nós o dispêndio de recursos adicionais para a conformidade ambiental ou restringir, total ou parcialmente, a nossa operação. O descumprimento ou a violação da regulação pode resultar na revogação de licenças e suspensão das nossas atividades, de forma total ou parcial, ou no pagamento de sanções indenizatórias e custos de reparação ambiental, os quais podem ser substanciais, de modo a afetar adversamente os nossos resultados operacionais e financeiros, além de nossa imagem.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Além do Brasil, parte da nossa receita decorre de países localizados na Ásia e na Europa, portanto, o nosso negócio está sujeito aos riscos geralmente associados a negócios que envolvem operações internacionais.

Alguns dos países nos quais operamos estiveram sujeitos à instabilidade social e política no passado e interrupções nas operações nestes países podem ocorrer no futuro. Nossas vendas poderiam ser negativamente afetadas por muitos destes fatores, o que impactaria adversamente os nossos resultados.

Além do Brasil, 20% da nossa receita líquida decorre de países localizados na Ásia e na Europa. Para mais informações sobre receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na nossa receita líquida total, vide item 7.6 (b) deste Formulário de Referência.

Desta forma, o nosso negócio está sujeito aos riscos geralmente associados a negócios que envolvem operações internacionais:

- regulamentações aplicáveis às atividades do setor de varejo de alimentação;
- alterações nas condições sociais, políticas e econômicas, inclusive recessões
- atrasos em transportes;
- apagões ou reduções temporárias de energia ou de outros serviços públicos;
- restrições à conversão de moedas e volatilidade dos mercados de câmbio;
- quotas de importação-exportação;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- alterações nas condições trabalhistas locais;
- alterações em leis e regulamentações tributárias e outras leis e regulamentações gerais;
- expropriação e nacionalização de nossos ativos em uma jurisdição em particular; e
- restrições ao repatriamento de dividendos ou lucros.

(j) Riscos relacionados a questões socioambientais

Alguns dos produtos agrícolas contêm organismos geneticamente modificados (GMO), e os riscos associados ao GMOs permanecem incertos.

Uma parte das sementes que tratamos, revendemos e comercializamos é classificada como organismo geneticamente modificado ("GMOs"), em proporções variadas, dependendo do ano safra. A produção e consumo de GMOs é bastante regulada e objeto de discussões. A pressão de consumidores levou a adoção de alguns regulamentos governamentais limitando as vendas de produtos GMO em importantes mercados, incluindo a União Europeia. Se houver decisão dos órgãos competentes no sentido de que os GMOs apresentam riscos à saúde humana ou ao meio ambiente, poderão ser impostas restrições a produção desses produtos e a demanda pelos produtos GMO poderá reduzir-se. Além disso, poderemos enfrentar passivos potencialmente significativos por danos pretéritos causados por tais produtos, os quais poderiam afetar materialmente e adversamente o negócio, a situação financeira, o resultado das operações e a nossa imagem.

Devido à possibilidade de ocorrerem alterações nas normas ambientais e regulatórias, ou quaisquer outros desenvolvimentos não esperados, o valor e a periodicidade de futuros dispêndios poderão variar consideravelmente em relação aos valores e época atualmente previstos. Nós também podemos ser considerados responsáveis por todas e quaisquer consequências originadas da exposição humana a substâncias perigosas, tais como defensivos, ou outro dano ambiental, o que pode impactar substancialmente os nossos resultados operacionais e/ou financeiros, além de nossa imagem.

A atividade de produção de sementes e mudas no Brasil, inclusive sementes e mudas geneticamente modificadas, é fiscalizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e disciplinada pela Lei Federal n° 10.711/2003 e seu respectivo regulamento (Decreto Federal n° 5.153/2004, recentemente sucedido pelo Decreto Federal n° 10.586/2020, que entrará em vigor em 21 de março de 2021). Nos termos dos referidos diplomas legais, todas as pessoas físicas e jurídicas que, no território nacional brasileiro, produzam, beneficiem, embalem, armazenem, analisem, comercializem, importem e exportem sementes e mudas, inclusive sementes e mudas geneticamente modificadas, precisam obter o registro obrigatório perante o MAPA.

Além dos reflexos ambientais acima mencionados, com aplicação de penalidades criminais pelas autoridades ambientais competentes, bem como o dever de reparar e/ou indenizar eventuais danos ambientais causados, o descumprimento da legislação aplicável a sementes e mudas, inclusive sementes e mudas geneticamente modificadas, também pode acarretar nas seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa pecuniária; (iii) apreensão das sementes ou mudas; (iv) condenação das sementes ou mudas; (v) suspensão da inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM); (vi) cassação da inscrição no RENASEM. A aplicação de penalidades pode impactar adversamente nossos resultados operacionais e financeiros e a nossa imagem.

Caso nós sejamos responsabilizados em virtude de descumprimento ou irregularidade associada aos GMOs, os nossos resultados operacionais, os nossos resultados financeiros e a nossa imagem poderão ser adversamente afetados.

Alguns dos insumos utilizados em nossas atividades são objeto de especial controle por parte do Poder Público e sua utilização depende de autorizações, certificados, licenças e alvarás específicos.

Por utilizarmos produtos ou substâncias químicas com propriedades específicas, estamos sujeitos ao controle, regulação e fiscalização pelo Exército e pelos Departamentos competentes da Polícia Federal e da Polícia Civil Estadual.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Assim, para compra, uso, manipulação, dentre outros, dessas substâncias em determinada quantidade e período, é necessário obter determinadas licenças, nos termos da regulação aplicável: (i) Certificado de Registro emitido pelo Exército; (ii) Certificado de Registro Cadastral e Certificado de Licença de Funcionamento, emitidos pelo Departamento competente da Polícia Federal; e (iii) Alvará de Licença e Certificado de Vistoria/Inspeção, emitidos pelo Departamento competente da Polícia Civil Estadual.

Sem prejuízo das sanções de natureza civil e criminal, nos termos da Lei Federal nº 10.357/2001 e do Decreto Federal nº 10.030/2019, a realização de atividades sem os certificados e alvarás necessários pode nos sujeitar a diversas penalidades administrativas, incluindo advertência, multa de até R$1.064.100,00, apreensão dos produtos controlados, suspensão ou cancelamento de seus alvarás ou certificados, e interdição do estabelecimento.

As referidas penalidades administrativas também podem ser aplicadas em caso de eventual violação ao arcabouço normativo relativo ao controle/fiscalização de produtos químicos controlados pelo Exército e pelos Departamentos competentes da Polícia Federal e da Polícia Civil Estadual. A nossa responsabilização, neste caso, poderá gerar impactar nos resultados operacionais e/ou financeiros, além do prejuízo à nossa imagem.

A utilização de defensivos agrícolas e outros produtos potencial ou efetivamente perigosos, de forma errônea ou diversa da prescrita por nós, ou, ainda, o descarte inadequado de embalagens de tais produtos ou suas sobras, podem causar danos ao meio ambiente, bem como em seres humanos e, consequentemente, na nossa reputação e nos nossos resultados.

Dentre as nossas atividades, manejamos e comercializamos determinados produtos químicos, principalmente defensivos agrícolas, como inseticidas, herbicidas, fungicidas, adjuvantes, inoculantes, dentre outros produtos destinados ao combate de pragas e doenças que afetam lavouras, os quais, se utilizados de forma incorreta ou diversa da prescrita por nós, ou, ainda, se descartados de forma incorreta, pode causar graves danos (inclusive permanentes) às lavouras, aos rios, lagos e mananciais próximos e, em casos mais graves, ao lençol freático, bem como aos colaboradores, o que pode culminar em passivos ambientais e trabalhistas pelos quais podemos ser solidária ou subsidiariamente responsáveis. Ainda, a comercialização de defensivos agrícolas deve ser realizada mediante receituário prescrito por profissional técnico legal habilitado e conforme a receita ou recomendações do fabricante e órgãos de registro, sanitários e ambientais e está sujeita ao cumprimento de requisitos legais.

Sendo assim, caso haja o gerenciamento inadequado de defensivos agrícolas ou caso a sua comercialização seja realizada de maneira inadequada, nós poderemos ser penalizados nas esferas administrativa, civil e criminal, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos ambientais causados, o que pode prejudicar nossos negócios e imagem.

Ainda, o descarte inadequado de embalagens vazias de defensivos agrícolas e fertilizantes (inclusive, com relação ao descarte de embalagens e sobras) ou seus resíduos também pode causar danos ao meio ambiente e à saúde, com relação aos quais também poderemos ser responsabilizados com base na Lei Federal n.º 12.305/2010. O descarte de embalagens vazias de defensivos agrícolas e sobras deve ser realizado de acordo com recomendações técnicas apresentadas na bula ou folheto complementar, adquiridos na compra do produto, e a devolução destes deve ser realizada aos nossos estabelecimentos comerciais ou a organizações autorizadas, cadastradas no Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV) no prazo de até um ano, contado da data de sua compra, ou para associações credenciadas, que se responsabilizarão pela destinação adequada desses resíduos, tendo como referência também a Resolução CONAMA n.º 465/2014.

Além disso, a Lei Federal n° 9.974/2000, que alterou a Lei Federal n° 7.802/89, instituiu a obrigatoriedade de adoção de sistemas de logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas, seus componentes e afins, nos tornando responsáveis pela destinação das embalagens vazias de defensivos agrícolas e sobras de produtos por nós comercializados, após a devolução destes pelos nossos clientes, e pela adequada destinação dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e dos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas a sua reutilização, reciclagem ou inutilização.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em observação à legislação acima referida, nós passamos a utilizar, em nosso processo de descarte de embalagens, a reutilização de embalagens, baseada em programa interno criado pela gente.

O descumprimento das obrigações de logística reversa pode implicar nas seguintes sanções: (i) advertência; (ii) multas; (iii) condenação e inutilização de produto, suspensão e/ou cancelamento de autorização, registro ou licença; (iv) interdição temporária ou definitiva de estabelecimento; (v) dentre outras.

Eventuais alterações regulatórias com a edição de normais mais restritivas, ou adoção de interpretações mais restritivas por autoridades governamentais podem prejudicar nosso negócio de comercialização de defensivos agrícolas ou o acesso de nossos fornecedores de grãos de soja a tais produtos e, consequentemente, a redução da quantidade de grãos de soja ofertados a nós. Não podemos garantir que seremos capazes de remodelar nossas operações em tempo hábil para contornar essas situações, o que pode gerar custos adicionais e impactos adversos em nossos negócios, resultados operacionais e financeiros.

Podemos incorrer em custos relativos à emissão de gases de efeito estufa.

O setor agrícola é diretamente dependente do clima, podendo ser impactado por variações de padrões e condições climáticas, tais como alterações de padrão de precipitação pluvial, escassez de água, alteração no nível do mar, mudança nos padrões e intensidades das chuvas, alterações nos níveis de temperatura, dentre outros fatores. Atualmente, não é possível mensurar os impactos decorrentes das variações climáticas e não podemos garantir que seremos capazes de se proteger contra a exposição a tais impactos e possíveis prejuízos decorrentes.

Adicionalmente, emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE") estão diretamente relacionadas ao aumento da temperatura global. A eventual adoção de uma política efetiva de precificação de carbono, em âmbito nacional ou internacional, seja por meio da imposição de taxa (ou imposto) sobre as emissões ou devido a criação de um mercado de carbono, com a consequente imposição de um limite para as nossas emissões, ou, ainda, a adoção de regulamentações ambientais mais restritivas em relação aos GEE, seja por meio de novas regulamentações ou exigências adicionais de órgãos ambientais ou regulatórios, pode demandar investimentos adicionais para redução de emissões, o que poderá afetar negativamente os nossos resultados.

Estamos sujeitos a exigências relacionadas à preservação e manutenção de áreas especialmente protegidas e demais áreas objeto de preservação ambiental, estabelecidas na Lei Federal n.º 12.651/2012 (Código Florestal) e demais normas correlatas; o descumprimento poderá ensejar em sanções administrativas, civis ou criminais.

Considerando as nossas atividades e que algumas de nossas lojas estão localizadas em imóveis rurais, estamos sujeitos à manutenção de áreas especialmente protegidas, tais como áreas de preservação permanente ("APP") e reserva legal. Atualmente, não conseguimos assegurar que a Companhia atende integralmente nem que nossos parceiros produtivos atendem aos mínimos de APP e reserva legal em seus imóveis rurais.

Além disso, qualquer atividade que envolva a supressão de vegetação nativa pode depender de autorização, conforme o tipo da vegetação, estágio de desenvolvimento, localidade e órgão ambiental competente, principalmente quando se tratar de áreas especialmente protegidas. A autorização de supressão é acompanhada da exigência de compensação definida pelo órgão público.

A inobservância das exigências legais, poderá ensejar em penalidades nas esferas civil, administrativa e criminal. Além disso, as autoridades competentes também podem determinar, a seu critério, a suspensão ou demolição de eventuais intervenções em áreas protegidas. Para mais informações, vide regulamentação aplicável no item 7.5 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(j) riscos a questões macroeconômicas

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação de nossas ações.

Surtos de doenças que afetam o comportamento das pessoas, como a nova síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 ("SARS-CoV-2"), que causa a doença infecciosa do coronavírus ("COVID-19"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos nossos resultados e nos nossos valores mobiliários.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, a pandemia da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Ainda, a adoção de medidas descritas no parágrafo acima aliadas às incertezas ocasionadas pela pandemia da COVID-19 provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive resultando em oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. Neste contexto, nossos valores mobiliários podem apresentar forte volatilidade, impactando adversamente os seus investidores.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de nossos valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

Para mais informações, vide itens 3.3, 10.1(h), 10.2 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Um mercado de negociação ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver, limitando a capacidade de nossos acionistas venderem as ações pelo preço e no momento desejados.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Os investimentos em valores mobiliários negociados no mercado brasileiro estão sujeitos a determinados riscos, tais como mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, social, econômico e político, local e lobal. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez de nossas ações e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las ao preço e nas datas desejados. Crises em outros países emergentes, inclusive decorrentes de pandemias, como por exemplo da pandemia da COVID-19, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de nossas ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de nossas ações poderão prejudicar o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

valor da sua negociação. O valor de mercado de nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os Fatores de Risco apresentados neste Formulário de Referência.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países ou regiões podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países ou regiões, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países ou regiões pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Além disso, a eleição presidencial dos Estados Unidos ocorreu no dia 3 de novembro de 2020 e no dia 20 de janeiro de 2021 Joe Biden foi empossado como Presidente dos Estados Unidos. As eleições presidenciais americanas podem gerar incertezas políticas e econômicas globalmente, particularmente nos Estados Unidos e também no Brasil. Ainda, o presidente dos Estados Unidos possui poder considerável para determinar políticas governamentais e ações que possam ter um efeito material adverso na economia e estabilidade econômica globais. Não é possível prever novas políticas que possam ser implementadas pelo novo Presidente dos Estados Unidos e os efeitos que elas terão nos mercados financeiros e de capitais, incluindo companhia.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e seus mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de nossa emissão, tal como a recente tensão política entre Estados Unidos e Irã, a pandemia da COVID-19 no mundo, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Não há garantia de que o mercado de capitais esteja aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar nossa liquidez, nosso valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação de nossas ações, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar a capacidade de venda das nossas ações pelo preço e momento desejados.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de nossas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ações de emissão de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações.

Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode nos afetar adversamente.

O Brasil enfrentou taxas extremamente altas de inflação no passado. Certas ações governamentais para conter a inflação, juntamente com a especulação sobre medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um impacto negativo significativo na economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) registrou inflação de 23,14% em 2020, 7,32% em 2019 e 7,54% em 2018. As medidas tomadas pelo governo brasileiro para controlar a inflação geralmente incluíam a manutenção de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Uma das consequências desse combate à inflação é a variação significativa da taxa de juros oficial no Brasil, que ao ano em 31 de dezembro de 2017, situava-se em 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2018, 5,95% ao ano em 31 de dezembro de 2019 e 2% ao ano em 31 de dezembro de 2020, conforme estabelecido pelo Banco Central. Na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros oficial no Brasil permanecia em 2,25% ao ano. O Comitê de Política Monetária (COPOM) frequentemente ajusta as taxas de juros oficiais em situações de incerteza econômica para atender às metas econômicas estabelecidas pelo governo brasileiro.

Quaisquer medidas futuras tomadas pelo governo brasileiro, incluindo a redução das taxas de juros, a intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real podem desencadear a inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil sofrer alta inflação no futuro, podemos não conseguir ajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que poderia aumentar os nossos custos e reduzir nossas margens líquidas e operacionais.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros oficiais. Um aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo de nosso endividamento atual, bem como de nosso caixa e equivalentes de caixa, títulos negociáveis e contratos financeiros, leasing e de arrendamento mercantil, que estão sujeitos a taxas de juros variáveis. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros e inflação no Brasil pode nos afetar adversamente, uma vez possui empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e da taxa de juros oficial de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma queda significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a nossa receita de aplicações financeiras e o valor de nossos valores mobiliários.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira, poderá vir causar um efeito adverso relevante nas atividades e no preço de mercado de nossos valores mobiliários.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes do Governo Federal que por vezes realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação e implementar suas políticas macroeconômicas frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevê-las. Nossos negócios, situação econômico-financeira e resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como: (i) taxas de juros; (ii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, tais como os que foram impostos em 1989 e no início de 1990; (iii) política monetária; (iv) flutuações cambiais; (v) ambiente regulatório pertinente às nossas atividades; (vi) alteração das normas trabalhistas; (vii) inflação; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) expansão ou contração da economia brasileira; (x) política fiscal e alterações na legislação tributária; (xi) política habitacional; (xii) controle sobre importação e exportação; (xiii) instabilidade

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

social e política; (xiv) outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem; e (xv) saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia da COVID-19.

Por conta disso, poderemos incorrer também em falta de matéria prima, estar sujeitos ao aumento de custos operacionais e dos prestadores de serviços e como consequência ter dificuldade em repassar ao consumidor aumentos de custos. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, agravada pelos impactos da pandemia da COVID-19, o que pode prejudicar as nossas atividades e resultados operacionais, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as nossas atividades e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço de nossas ações, gerando consequências negativas aos nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais. Não é possível prever o impacto que eventos políticos e desenvolvimentos macroeconômicos, globais ou brasileiros, podem ter sobre os nossos negócios. Além disso, como resultado da atual instabilidade política, há uma incerteza considerável em relação a políticas econômicas futuras, e não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e nem se essas políticas afetarão adversamente a economia, nossos negócios e/ou a nossa condição financeira.

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, o que poderá afetar os nossos negócios e resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro estava sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive os nossos negócios .

Adicionalmente, a resposta do presidente Jair Bolsonaro à pandemia da COVID-19 tem sido fortemente criticada tanto no Brasil quanto internacionalmente, com os efeitos desestabilizadores da pandemia da COVID-19 aumentando a incerteza política e a estabilidade no Brasil, principalmente após a saída de ministros federais e denúncias de corrupção contra o Presidente Bolsonaro acima mencionado.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de suas ações. Nós não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro. Também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Nós não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (*rating*) pode afetar negativamente o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e nossas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável, citando o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas. Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB - com perspectiva negativa em maio de 2020, citando a deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiro e de riscos de piora para ambas dimensões, diante da renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia da COVID-19.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o valor de nossos valores mobiliários.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre nós.

A moeda brasileira sofreu variações frequentes e substanciais em relação ao dólar dos EUA e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e aumentos nas taxas de juros, que afetam negativamente o crescimento da economia brasileira, resultando em efeitos adversos e materiais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sobre a nossa condição financeira e nossos resultados operacionais. Também restringe o acesso aos mercados financeiros internacionais e determina as intervenções do governo, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do real frente ao dólar pode levar a uma redução do consumo e a um crescimento econômico mais lento. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar e outras moedas estrangeiras pode resultar no agravamento da balança comercial brasileira, bem como na desaceleração do crescimento das exportações. Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou apreciação do real pode ter um efeito material e negativo sobre o crescimento da economia brasileira, bem como sobre os nossos negócios. Para mais informações, vide item 4.2 deste Formulário de Referência.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos riscos constantes na seção 4.1 deste Formulário de Referência, estamos expostos a riscos de mercado decorrentes de nossa atividade, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, preços de commodities, inflação e mudanças nas taxas de juros e mudança na conjuntura internacional.

Riscos relacionados a flutuações na taxa de câmbio

Historicamente, a moeda brasileira sofreu frequentes desvalorizações frente ao Dólar Americano e demais moedas internacionais. O governo federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio paralelo.

Importamos parte da matéria-prima que utilizamos para nossa produção e alguns de nossos clientes são empresas estrangeiras e, portanto, estão expostos a variações cambiais que poderiam prejudicar o fornecimento de matéria-prima para nosso processo produtivo ou a contratação de nossos serviços oferecidos por tais clientes, causando um impacto negativo em nosso resultado.

Uma grande desvalorização do real pode afetar de forma significativa nossa liquidez e fluxo de caixa no curto prazo. A desvalorização do real cria também pressão inflacionária e limita o acesso aos mercados de capitais internacionais, podendo favorecer a intervenção do Estado na economia, incluindo a imposição de políticas recessivas, o que pode nos afetar negativamente.

Nosso risco cambial refere-se ao risco de variação dos fluxos de caixa futuros de empréstimo em moeda estrangeira e instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de câmbio. O risco cambial pode impactar significativamente o nosso resultado financeiro.

Risco de preço de commodities

Comercializamos grãos de soja, milho e trigo e processamos grãos de soja para geração de óleo de soja, farelo de soja e biodiesel. Tanto os grãos de soja, milho e trigo, como os derivados da soja que produzimos são caracterizados como *commodities* agrícolas. Essas *commodities* possuem referência de preços em dólar americano na Bolsa de Chicago - Chicago *Board of Trade* (CBOT), sendo negociadas no Brasil em reais, sofrendo, portanto, variações de acordo com o comportamento do câmbio do período, o que pode afetar nossas receitas e, consequentemente, o valor de nossos valores mobiliários.

O valor justo da nossa posição de *commodities* é representado pela soma dos valores justos calculados para cada *commodity*, mensurando todas as posições de *commodities* a preços praticados no mercado.

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição a preços de *commodities*, em 31 de dezembro de 2020. A análise foi realizada para cada *commodity*, ao preço de mercado esperado para cada uma delas. A variação de 10% no preço da *commodity* foi definida como um cenário provável. Esse cenário reflete a expectativa da nossa administração em relação com esse fator de risco poderia afetar o lucro ou prejuízo antes dos impostos.

(Em R$ milhares)		**31 de dezembro de 2020**	
Análise de sensibilidade do preço de commodities em relação ao impacto sobre o resultado, decorrente de variação de 10%	Impacto no resultado cenário atual	Impacto no resultado cenário atual + 10%	Impacto no resultado cenário atual – 10%
Lucro antes dos impostos sem o impacto da exposição do preço de commodities	243.577	243.577	243.577
Impacto no resultado	-	50.915	-50.915
Lucro antes dos impostos em relação ao impacto sobre o resultado do preço de commodities, decorrente de variação de 10%	-	294.492	192.661

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Riscos relacionados à inflação e à taxa de juros

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo governo brasileiro no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. As medidas do governo brasileiro para controle da inflação podem incluir uma política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Qualquer aumento no futuro das taxas de juros, que poderá ocorrer em virtude de eventual aumento da inflação ou de outros fatores, poderá afetar negativamente nosso lucro e o resultado de nossas operações, podendo aumentar o custo associado ao financiamento de nossas operações.

O risco associado às taxas de juros é oriundo da possibilidade de nós incorrermos em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem nossas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Análise de sensibilidade dos riscos relacionados a flutuações na taxa de câmbio, de preço de commodities e à inflação e à taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2020, estávamos expostos à variação do Dólar norte americano (USD), em razão de empréstimo em moeda estrangeira, bem como em razão de nossos fornecedores cujos vencimentos são em moeda estrangeira.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores, a tabela abaixo apresenta detalhes sobre a casos de um aumento ou de uma diminuição de 10% na taxa do dólar em relação ao real.

O percentual de 10% é a taxa de sensibilidade utilizada quando se divulga o risco de moeda estrangeira internamente ao pessoal-chave da Administração, representando a avaliação, por parte da Administração, da variação razoavelmente possível na taxa de câmbio. A análise de sensibilidade inclui apenas itens monetários significativos expressos em moeda diferente da funcional e ajusta sua conversão ao final do exercício para refletir a variação de 10% na taxa de câmbio.

Um valor positivo indica aumento no lucro antes dos impostos ou no valor das ações, sempre que o real valorizar 10% em relação a outra moeda. No caso de desvalorização de 10% do real em relação a outra moeda, haveria impacto significativo sobre o lucro, e os saldos a seguir seriam negativos:

(Em R$ milhares)	**Em 31 de dezembro de 2020**		
Análise de sensibilidade da exposição de taxa de câmbio em relação ao impacto sobre o resultado, decorrente de variação de 10%	Impacto no resultado cenário atual	Impacto no resultado cenário atual + 10%	Impacto no resultado cenário atual – 10%
Lucro antes dos impostos sem o impacto da exposição da taxa de câmbio	243.577	243.577	243.577
Impacto no resultado	-	(9.211)	9.211
Lucro antes dos impostos em relação ao impacto sobre o resultado da exposição a taxa de câmbio decorrente de variação de 10%	-	234.366	252.788

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Para os fins deste item 4.3, consideramos como processos individualmente relevantes: (i) processos com riscos patrimoniais envolvidos em valor superior a R$7.000.000,00; e (ii) processos que individualmente, independentemente do valor envolvido, possam vir a impactar negativamente a nossa reputação e imagem.

Em 31 de dezembro de 2020, nós figurávamos como polo passivo em 50 processos judiciais e/ou administrativos de natureza cível, trabalhista e fiscal/tributária, oriundos do curso normal de nossos negócios. Do total de 43 processos de classificação de perda possível e provável, 27 representavam contingências cuja possibilidade de perda era provável, para os quais constituímos uma provisão contábil no valor de R$1.568 mil.

Nossas provisões são registradas com base na posição de nossos assessores jurídicos e na análise individual de cada contingência e compostas pelos seguintes elementos: (i) contingências passivas com chance de perda considerada como provável por nossos advogados externos e internos, e cujos valores são integralmente provisionados; e (ii) contingências passivas com chance de perda considerada como possível ou remota, não são provisionados.

Apresentamos a seguir uma breve descrição de nossas contingências segregadas por sua natureza. Contudo, entendemos que não há processos com riscos patrimoniais envolvidos e processos que individualmente, independentemente do valor envolvido, possam via a impactar negativamente sua reputação e imagem.

(i) Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, figurávamos como parte no polo passivo em 27 ações trabalhistas (23 judiciais e 4 administrativas) e 2 dos procedimentos no Ministério Público do Trabalho, que somadas totalizavam a quantia de valor atualizado da causa de aproximadamente R$ 2.357.179,61.

Todavia, tais ações de natureza trabalhista, em 31 de dezembro de 2020, não representavam contingências relevantes para nós.

(ii) Contingências Tributárias

Em 31 de dezembro de 2020, figurávamos como parte no polo passivo em 3 ações tributárias, que somadas totalizavam a quantia de valor histórico da causa de aproximadamente R$2.305.546,37.

Tais ações de natureza tributária, em 31 de dezembro de 2020, não representavam contingências relevantes para nós.

(iii) Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2020, figurávamos como parte no polo passivo em 18 ações cíveis, que somadas totalizavam a quantia de valor atualizado da causa de aproximadamente R$208.422,90.

Tais ações de natureza cível, em 31 de dezembro de 2020, não representavam contingências relevantes para nós.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total provisionado para os processos indicados no item 4.3 acima, era de R$1.568 mil.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Em 31 de dezembro de 2020, não havia procedimento judicial, administrativo ou arbitral, dos quais éramos parte e cuja parte contrária fossem nossos administradores ou ex-administradores, nossos controladores ou investidor de alguma das empresas pertencentes ao nosso grupo econômico.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Conforme item 4.4 acima, em 31 de dezembro de 2020, não havia valor provisionado por nós com relação a este item.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 – Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, não havia processos sigilosos em que nós éramos parte.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.5

Conforme item 4.5 acima, em 31 de dezembro de 2020, não havia valor provisionado por nós com relação a este item.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 31 de dezembro de 2020, nós não éramos parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Conforme item 4.6 acima, em 31 de dezembro de 2020, não havia nenhum valor provisionado por nós com relação a este item.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) – ADITIVO Nº 12.2015 ao TAC Nº 1861/2011	
Origem: Ministério Público do Trabalho ("MPT"), Procuradoria Regional do Trabalho (4ª Região), Procuradoria do Trabalho no Munícipio de Santo Ângelo	
a) Signatários	Três Tentos Agroindustrial S.A. Ministério Público do Trabalho e Procuradoria do Trabalho no Município de Santo Ângelo
b) Data de Celebração	27 de outubro de 2011, conforme aditado em 24 de novembro de 2015
c) Descrição dos fatos que levaram a celebração do termo	Descumprimento de normas de segurança e jornada de trabalho.
d) Obrigações assumidas	(a) Não exigir mais de 2 horas extras por dia; (b) Assegurar o repouso semanal remunerado; (c) Não exigir trabalho em feriados; (d) Observância da NR 33; (e) Observância da NR 31; (f) Aumento das multas previstas no TAC originário; (g) Entrega dos arquivos de ponto; (h) Entrega dos Laudos Técnicos de cumprimento da NR 4.
e) Prazo, se houver	Prazo indeterminado a partir da data de celebração
f) Informações sobre as condutas que estão sendo adotadas para observância das obrigações assumidas no termo	• Adoção de políticas de segurança. • Criação de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). • Criação do Setor de Segurança do Trabalho (SST), composto por 1 (um) gerente, 1 (um) supervisor e 5 (cinco) técnicos de segurança. Os técnicos de segurança são responsáveis por visitas periódicas nas nossas unidades produtoras e lojas. • Realização de treinamentos constantes para cumprimento das NRs.
g) Consequências em caso de descumprimento	Itens (a), (b) e (c) R$ 5.000,00, por trabalhador afetado; e Itens (d) e (e) R$ 25.000,00 por ato.
h) Outras observações	Não aplicável

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois não possuímos listagem e custódia de nossas ações em países estrangeiros**.**

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2021, os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram pela aprovação da nossa política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar ou mitigar os riscos aos quais estamos expostos.

A aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos é monitorada semestralmente pelo Conselho de Administração, pelos seus Comitês de Gestão de Riscos e de Auditoria e, regularmente, pela Diretoria.

O inteiro teor de nossa Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (www.ri.3tentos.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br).

b. objetos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo (i) proteger nossa solvência e os nossos resultados a longo prazo através do processo de identificar, mensurar e de tratar riscos aos quais estamos expostos no exercício de nossas atividades; e (ii) assegurar a adequação, fortalecimento, eficiência e integridade do nosso sistema de controles internos ("Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de reduzir a probabilidade de incidência de tais riscos e seus impactos de perdas, com a consequente criação de valor e preservação da longevidade dos nossos negócios.

i. riscos para os quais se busca proteção

Buscamos proteção para os riscos que podem causar impactos negativos para nós, sendo os principais riscos classificados da seguinte forma:

Riscos Estratégicos: são os riscos oriundos da implementação de uma estratégia malsucedida ou ineficaz que deixe de alcançar os retornos pretendidos. Também são classificados como riscos estratégicos os que podem ocasionar impacto negativo na nossa receita ou no nosso capital, em consequência de planejamento falho ou de mudanças no ambiente de negócios, alheios à nossa vontade. Incluem riscos de continuidade de negócio, mudanças de políticas governamentais que afetem nossos negócios, entre outros.

Riscos Operacionais: são aqueles que envolvem a operação, pessoas chave, sistemas de informação, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos que podem implicar perdas financeiras, danos de reputação e imagem e declínio do nosso resultado. Dentre eles, podemos citar: inviabilidade do produto, não aderência do produto ao consumidor, clientes e mercado (baixo volume de vendas, perdas para concorrência, preço não condizente, produto ou serviço não compatíveis e momento indevido de lançamento), dentre outros.

Riscos Financeiros: são aqueles decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros. Dentre eles, podemos citar: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Riscos Jurídicos: são aqueles que podem surgir em decorrência de processos nos quais estamos no polo passivo ou ativo, por descumprimento de obrigações aplicáveis ao negócio, por contratações de terceiros sem análise jurídica, perdas financeiras decorrentes de reclamações trabalhistas movidas por colaboradores e prestadores de serviços, dentre outros.

Riscos Socioambientais: são aqueles relacionados à possibilidade de incorrer em perdas advindas de efeitos negativos no meio-ambiente e/ou na sociedade decorrentes de impacto ambiental, em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Riscos de Imagem: são aqueles decorrentes da eventual possibilidade de termos nosso nome, marca e/ou credibilidade desgastados no mercado ou perante autoridades em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

Riscos Regulatórios: são aqueles que decorrem do atraso ou dificuldade na obtenção de licenças ou permissões regulatórias, ou ainda, do não cumprimento das normas regulatórias e dos limites definidos por

Os riscos são classificados através de critérios de impacto e probabilidade, definidos em metodologia própria. Essa classificação permite a priorização do tratamento dos riscos e implementação de controles sendo que os riscos classificados como graves devem ser tratados prioritariamente e os médios e baixos na proporção de suas exposições.

ii. instrumentos utilizados para a proteção

Identificamos e tratamos os riscos aos quais estamos expostos com o intuito de mitigá-los e mantê-los em um nível aceitável, típico de atividade empresarial e intrínseco aos nossos negócios.

O principal instrumento utilizado no processo de Gerenciamento de Riscos é a "Matriz de Risco", ferramenta por meio da qual se busca indicar graficamente, os riscos: (i) de baixa probabilidade e baixo impacto; (ii) de baixa probabilidade e alto impacto; (iii) de alta probabilidade e baixo impacto; e, por fim, (iv) de alta probabilidade e alto impacto, auxiliando nos processos decisórios e na definição do nosso apetite a risco. Com base no monitoramento da Matriz de Risco, buscamos implementar nossos procedimentos internos de gerenciamento de riscos, com o intuito de minimizar os seus efeitos e assegurar o cumprimento de nossos fundamentos corporativos, princípios e valores empresariais.

Além da Matriz de Risco, são utilizados mecanismos de comunicação, treinamento, monitoramento, auditoria, testes de conformidade, canal de denúncias, dentre outros, com o intuito de nos proteger e também nossos colaboradores de riscos identificados durante o processo de Gerenciamento de Riscos. Detalhes sobre procedimentos e mecanismos aplicáveis à identificação e tratamento de riscos estão previstos no item "iii" a seguir e no item 5.3 deste Formulário de Referência.

Também possuímos códigos e políticas internas que recomendam e estabelecem procedimentos e condutas que devem ser observados por nossos administradores, colaboradores, consultores e terceiros com os quais mantemos relacionamento comercial com o intuito de minimizar nossa exposição aos riscos previstos no item "i" acima.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Durante o processo de Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, a Diretoria, a área de riscos e *compliance* e a área de auditoria interna possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme competências abaixo estabelecidas.

Compete ao nosso Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

i. aprovar Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras;

ii. estabelecer as diretrizes gerais das estratégias de Gerenciamento de Riscos;

iii. avaliar e aprovar a Matriz de Riscos;

iv. acompanhar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de Gerenciamento de Riscos, dando apoio em caso de necessidade aos respectivos comitês que integram as atividades de Gerenciamento de Riscos;

v. assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional, aprovando seu orçamento próprio destinado a cobrir suas despesas de funcionamento;

vi. supervisionar as atividades do processo de gerenciamento de riscos executadas por nós;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

vii. receber diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da auditoria interna promovidos no âmbito do processo de Gerenciamento de Riscos;

viii. avaliar a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de Gerenciamento de Riscos; sendo certo que deverá avaliar, ao menos anualmente, a área de auditoria interna para verificar se a estrutura e orçamento empregados são suficientes para o desempenho de suas funções;

ix. definir o nosso apetite a riscos;

x. acompanhar a evolução do Gerenciamento de Riscos por meio do nosso enquadramento aos limites estabelecidos;

xi. monitorar o Comitê de Auditoria, bem como quaisquer outros Comitês de Assessoramento, caso existentes, e definir as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, casos tais Comitês não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema; e

xii. praticar quaisquer outros atos e tomar quaisquer outras medidas relacionadas às competências listadas acima e necessárias ao fiel cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.

Compete à nossa Diretoria, dentre outras atribuições:

i. implementar as nossas estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração;

ii. executar esta Política e, sempre que necessário, propor ao Conselho de Administração eventuais necessidades de revisão; e

iii. identificar Riscos preventivamente e fazer sua respectiva gestão, avaliando probabilidade de sua ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e/ou mitigação.

Compete ao nosso Comitê de Auditoria, dentre outras atribuições:

i. avaliar e monitorar nossa exposição aos riscos;

ii. supervisionar as atividades das nossas Áreas Financeira, Controladoria e Contábil;

iii. acompanhar as atividades da auditoria interna e da nossa área de controles internos;

iv. avaliar a efetividade do nosso modelo de Gerenciamento de Riscos e sugerir soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, apontando as causas e responsabilidades;

v. recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos, e nos nossos processos internos de Gerenciamento de Riscos;

vi. assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao Gerenciamento de Riscos;

vii. avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração; e

viii. praticar quaisquer outros atos e tomar quaisquer outras medidas relacionadas às competências listadas acima e necessárias ao fiel cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Compete à nossa área de riscos e *compliance*, dentre outras atribuições:

i. consolidar a nossa avaliação de riscos, por meio da elaboração de relatórios periódicos, e reportá-los ao Comitê de Auditoria;

ii. elaborar processos a serem utilizados na gestão de riscos;

iii. identificar Riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e mitigação junto ao Comitê de Auditoria; e

iv. conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de Riscos e a responsabilidade inerente a cada Colaborador.

Compete à nossa área de auditoria interna, dentre outras atribuições:

i. documentar e zelar pelo cumprimento desta Política e procedimentos de Gerenciamento de Riscos, bem como prover suporte em processos de revisão de tais documentos;

ii. avaliar periodicamente a aderência aos controles internos, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;

iii. reportar ao Comitê de Auditoria o resultado de auditorias e avaliações realizadas nas áreas monitoradas por tal área;

iv. mapear os controles chaves por processo, e executar testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves; e

v. identificar novos riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhorias avaliando e testando as melhorias nos controles implementados. Para todas as deficiências identificadas em uma avalição de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

O Comitê de Auditoria é vinculado ao Conselho de Administração, sendo que possui autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrar despesas com seu funcionamento.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o detalhamento de suas funções e procedimentos operacionais.

Nossa estrutura organizacional de processos de gerenciamento de riscos e de controles internos utiliza como parâmetro as diretrizes estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*)-COSO, especialmente no que diz respeito ao fluxo de identificação, avaliação, implementação e monitoramento dos riscos aos quais estamos expostos, conforme processo abaixo:

- **Ambiente Interno**: o ambiente interno inclui a estrutura organizacional, os recursos humanos e físicos, a cultura e os nossos valores e de nossas controladas, sendo considerado a base para todos os demais componentes da estrutura de controles, estabelecendo a forma, o gerenciamento, o monitoramento e a disciplina dos Administradores e demais Colaboradores alocados fisicamente em nossas dependências, em relação à estrutura de controles internos.

- **Fixação de Objetivos**: os objetivos devem ser estabelecidos antes da identificação das situações em potencial que poderão afetar sua realização. O Gerenciamento de Riscos envolve a adoção, pela nossa Administração, de processos que visam estabelecer o alinhamento entre os objetivos fixados e a nossa missão, levando-se em consideração sua disposição para um determinado apetite a risco.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- **Identificação de Eventos**: após a fixação dos objetivos, devem ser identificados os eventos que podem prejudicar a realização destes objetivos. Durante o processo de identificação de eventos, estes poderão ser classificados como riscos, oportunidades ou ambos. A identificação das ocorrências que podem impactar adversamente nossos objetivos pode ser realizada de diversas formas, dentre as quais se destacam: (i) realização de auditorias internas periódicas; (ii) comunicações realizadas por colaboradores; (iii) alertas emitidos pelos sistemas de monitoramento; (iv) contatos de clientes relatando algum problema em seus produtos ou serviços; e/ou (v) denúncias realizadas pelo canal externo próprio para esse fim.

- **Avaliação de Riscos**: os riscos identificados são analisados com a finalidade de determinar a forma como serão administrados e, então, devem ser associados aos objetivos que podem influenciar. Avaliam-se os riscos considerando seus efeitos inerentes e residuais, bem como sua probabilidade de ocorrência e os impactos que podem causar a nós, nossos *stakeholders* e terceiros. Os riscos são identificados e avaliados de acordo com a probabilidade de ocorrência e seu impacto sobre nossos negócios, inclusive, sobre a nossa imagem e reputação. Cada decisão leva em consideração os benefícios, os aspectos negativos e os riscos atrelados, mensurando a relação entre impacto e mitigação, para desenvolver planos de contingência e de continuidade adequados aos nossos negócios. Desta forma, os riscos identificados são classificados utilizando-se a Matriz de Riscos (mencionada no item "ii" acima), de acordo com o grau de relevância envolvido.

- **Resposta a Risco**: após a identificação e avaliação dos riscos, devem ser avaliadas as possíveis respostas aos referidos riscos: evitar, aceitar, reduzir ou compartilhar. O tratamento conferido a cada um dos riscos identificados deve levar em consideração um conjunto de ações destinadas a alinhar os riscos às respectivas tolerâncias e ao nosso apetite a risco.

- **Atividades de Controle**: são os procedimentos estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos identificados sejam executadas de forma tempestiva e eficiente.

- **Informações e Comunicações**: a comunicação eficaz é aquela que flui na organização em todas as direções, no tocante ao Gerenciamento de Riscos, de modo que nossos colaboradores recebam informações claras e precisas quanto às suas funções e responsabilidades.

- **Monitoramento**: o monitoramento é realizado por meio de atividades gerenciais contínuas, avaliações independentes ou uma combinação desses dois procedimentos.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com base nas informações descritas neste item 5.1, entendemos que nossa estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade de nossa Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

Conforme mencionado no item anterior, a nossa estrutura organizacional de processos de Gerenciamento de Riscos e de controles internos é baseada em parâmetro as diretrizes estabelecidas pelo IBGC e pelo COSO, especialmente no que diz respeito ao fluxo de identificação, avaliação, implementação e monitoramento dos riscos aos quais estamos expostos.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de monitoramento e reavaliação com o objetivo de se verificar: (i) se a Política de Gerenciamento de Riscos, assim como nossos demais códigos e políticas, estão sendo efetivamente adotados; e (ii) eventuais necessidades de revisões ou melhorias.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Nosso Comitê de Auditoria, cuja criação foi aprovada por deliberação do nosso Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2021 ("Comitê de Auditoria"), deve: (i) supervisionar, de maneira contínua e sistemática, os procedimentos de identificação de riscos, bem como nossos sistemas de controles internos; (ii) monitorar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (iii) garantir o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulatória; e (iv) fiscalizar a atividade dos auditores independentes. Na execução de suas atribuições e responsabilidades, o Comitê de Auditoria deverá manter relacionamento efetivo com nossa Administração, com os auditores e internos e, caso instalado, com o Conselho Fiscal.

O nosso Conselho de Administração declara que o nosso Comitê de Auditoria possui estrutura e orçamento considerados suficientes para cumprimento de seus deveres e atribuições, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a. política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Os riscos de mercado para os quais buscamos proteção são gerenciados por uma estrutura composta pela Diretoria Financeira, pela Presidência, pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração, a depender da natureza do risco mapeado e dos enquadramentos das soluções para mitigação dos riscos. Entretanto, não há uma política específica que trata de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, sendo que as práticas que adotamos são entendidas como suficientes para gerenciamento de nossos riscos de mercado. Adicionalmente, aplica-se ao gerenciamento de riscos de mercado a Política de Gerenciamento de Riscos mencionada no item 5.1 acima, no que couber.

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados para fins de Gerenciamento de Riscos (conforme definição constante do item 5.1 “b” acima).

i. riscos para os quais se busca proteção

Estamos expostos a riscos de mercado resultantes do curso normal de nossas atividades, dentre os quais estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, tais como: (i) risco de flutuações na taxa de câmbio; (ii) risco de preço de *commodities*; e (iii) risco de inflação e taxa de juros.

Cabe à nossa Diretoria Financeira gerir e identificar os riscos de mercado aos quais estamos expostos.

ii. estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Nós fazemos uso de instrumentos de derivativos e de proteções cambiais para proteger as nossas receitas, de modo a conciliar temporalmente as obrigações (i) em moeda estrangeira com as receitas em dólar, além de proteger o caixa disponível em reais para fazer frente as nossas obrigações em moeda estrangeria; e (ii) relacionadas às *commodities* por meio de equalizações entre operações contratadas no mercado físico *vis* a *vis* as operações contratadas em derivativos (e.g. contratos futuros e opções).

iii. instrumentos utilizados para a proteção (*hedge*)

Possuímos os seguintes instrumentos de derivativos elegíveis para implementação das operações de *hedge*:

- *Hedge* de *commodities;*
- *Hedge* de moedas (NDFs, swaps, opções); e
- *Hedge* de indexador (*swaps*, opções)

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O monitoramento dos riscos é realizado a partir da nossa exposição líquida decorrente das nossas atividades operacionais que apresentem algum risco cambial e/ou de *commodities*.

Embora a nossa Política de Gerenciamento de Riscos não trate especificamente de riscos cambiais e/ou de *commodities,* adotamos uma prática interna de *hedge*, limitando a exposição comprada ou vendida a no máximo 10% para reduzir a incidência de tais riscos e seus impactos de perdas, com a consequente criação de valor e preservação da longevidade dos nossos negócios.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

Não aplicável, tendo em vista que não utilizamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

Compõem a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado: a Diretoria Financeira, a Presidência, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração, a depender da grandeza do risco mapeado e os enquadramentos das soluções para mitigação dos riscos propostas no contexto da política estabelecida.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Considerando a nossa Política de Gerenciamento de Riscos, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, nós entendemos que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade do Gerenciamento de Riscos face aos riscos de mercado aos quais nós estamos expostos. Aplica-se a esse item “c” os comentários constantes do item “c” do item 5.1 acima, no que couber.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Nossa administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos, *compliance* e processos que visam fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade na preparação das Demonstrações financeiras e objetivam: a) a manutenção de registros que, de forma rigorosa e justa, registre nossas transações e disposições dos nossos ativos e passivos; b) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)); c) o fornecimento de garantia razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos nossos ativos que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis; d) implantação de estrutura e procedimentos de *compliance*, bem como o seu aprimoramento das respectivas políticas; e) gerenciamento de riscos operacionais.

Os nossos Diretores entendem, ainda, que os nossos controles internos são suficientes e pertinentes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que operamos.

Adicionalmente, os nossos Diretores esclarecem que permanecem empenhados no aprimoramento, revisão e atualização contínua de nossos processos e políticas, e na implementação de novas ferramentas para revisão e aprimoramento dos nossos controles internos e de *compliance*. Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos podem não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, projeções de uma avaliação da eficácia do controle interno para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adesão às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

b. estruturas organizacionais envolvidas

Nossa estrutura de controles internos é segmentada da seguinte forma:

- Nosso Conselho de Administração que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:

  i. aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras;

  ii. estabelecer as diretrizes gerais das estratégias de Gerenciamento de Riscos;

  iii. avaliar e aprovar a Matriz de Riscos;

  iv. acompanhar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de Gerenciamento de Riscos, dando apoio em caso de necessidade aos respectivos comitês que integram as atividades de Gerenciamento de Riscos;

  v. assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional, aprovando seu orçamento próprio destinado a cobrir suas despesas de funcionamento;

  vi. supervisionar as atividades do processo de gerenciamento de riscos executadas por nós;

  vii. receber diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da auditoria interna promovidos no âmbito do processo de Gerenciamento de Riscos;

  viii. avaliar a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de Gerenciamento de Riscos; sendo certo que deverá avaliar, ao menos anualmente, a área de auditoria interna para verificar se a estrutura e orçamento empregados são suficientes para o desempenho de suas funções;

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

ix. definir o nosso apetite a riscos;

x. acompanhar a evolução do Gerenciamento de Riscos por meio do nosso enquadramento aos limites estabelecidos;

xi. monitorar o Comitê de Auditoria, bem como quaisquer outros Comitês de Assessoramento, caso existentes, e definir as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, casos tais Comitês não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema; e

xii. praticar quaisquer outros atos e tomar quaisquer outras medidas relacionadas às competências listadas acima e necessárias ao fiel cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.

- Homenagem aos Fundadores.

Em razão da relevante contribuição, dedicação, trabalho árduo e paixão pelo agronegócio dos fundadores Sr. João Osório Dumoncel e Sra. Clélia Dumoncel, que desde 1954 contribuem para trilhar o caminho de sucesso e fortalecer a nossa cultura, nomearemos “Conselheiros Beneméritos”, com função honorífica, vitalícia e personalíssima, não tendo caráter administrativo, de assessoria ou técnico. Os Conselheiros Beneméritos poderão participar das reuniões do nosso Conselho de Administração, não possuindo direito de voto e não podendo ser substituídos em suas ausências. Os Conselheiros Beneméritos não serão computados para os fins do caput do artigo 10 e seu parágrafo 1º, do nosso Estatuto Social.

- Nossa Diretoria que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:

i. implementar as nossas estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração;

ii. executar as políticas e regimentos e, sempre que necessário, propor ao Conselho de Administração eventuais necessidades de revisão; e

iii. identificar riscos preventivamente e fazer sua respectiva gestão, avaliando probabilidade de sua ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e/ou mitigação.

- Nosso Comitê de Auditoria que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:

i. avaliar e monitorar nossa exposição aos riscos;

ii. supervisionar as atividades das nossas Áreas Financeira, Controladoria e Contábil;

iii. acompanhar as atividades da auditoria interna e da nossa área de controles internos;

iv. avaliar a efetividade do nosso modelo de Gerenciamento de Riscos e sugerir soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, apontando as causas e responsabilidades;

v. recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos, e nos nossos processos internos de Gerenciamento de Riscos;

vi. assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao Gerenciamento de Riscos;

vii. avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração; e

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

viii. praticar quaisquer outros atos e tomar quaisquer outras medidas relacionadas às competências listadas acima e necessárias ao fiel cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.

- Nossa Área de riscos e *compliance* que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:

  i. consolidar a nossa avaliação de riscos, por meio da elaboração de relatórios periódicos, e reportá-los ao Comitê de Auditoria;

  ii. elaborar processos a serem utilizados na gestão de riscos;

  iii. identificar Riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e mitigação junto ao Comitê de Auditoria; e

  iv. conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.

- Nossa Área de auditoria interna que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:

  i. documentar e zelar pelo cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos, bem como prover suporte em processos de revisão de tais documentos;

  ii. avaliar periodicamente a aderência aos controles internos, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;

  iii. reportar ao Comitê de Auditoria o resultado de auditorias e avaliações realizadas nas áreas monitoradas por tal área;

  iv. mapear os controles chaves por processo, e executar testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves; e

  v. identificar novos riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhorias avaliando e testando as melhorias nos controles implementados. Para todas as deficiências identificadas em uma avalição de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

Nosso Comitê de Auditoria é vinculado ao nosso Conselho de Administração, sendo que possui autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o detalhadamente de suas funções e procedimentos operacionais.

Além do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, nossas áreas jurídica, financeira e de controladoria, com o apoio das nossas áreas de negócio, exercem funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos.

As funções desempenhas por tais áreas seguem as diretrizes definidas em nossa Política de Gerenciamento de Riscos, nosso Código de Ética e Conduta e nas nossas demais políticas, de modo a zelar pelo cumprimento de tais políticas e código tanto por nossos administradores, funcionários e demais colaboradores, quanto por terceiros que mantêm contratos conosco.

Violações às nossas políticas e códigos que sejam constatas pelas nossas áreas jurídica, financeira e de controladoria no âmbito do exercício de funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos, devem ser imediatamente comunicadas ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela nossa administração, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de controle interno relativo à elaboração das nossas demonstrações financeiras e práticas contábeis adotadas por nós está descrito no item 5.3.a deste Formulário de Referência.

As atribuições da Área de Auditoria Interna são aprovadas por nosso Conselho de Administração, sendo que a estrutura e orçamento da Área de Auditoria Interna, também aprovados pelo Conselho de Administração, são considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada por nosso Comitê de Auditoria Interna ao menos uma vez ao ano.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado a nós pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/n° 01/2019, item 7, os auditores independentes possuem um prazo de até 60 dias contados da data da emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado neste item. Por esta razão, informamos que a versão final e emitida da carta está em processo de obtenção, observados os prazos legais. No prazo legal, faremos a devida divulgação por meio deste item.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item (d) acima, tão logo tenhamos acesso à versão final do relatório circunstanciado preparado pelos auditores independentes, divulgará seus comentários sobre as eventuais deficiências apontadas.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de Integridade

Em 19 de fevereiro de 2021, nosso Conselho de Administração deliberou pela aprovação do nosso Código de Conduta e Ética ("Código de Ética"), que estabelece, dentre outros, exemplos de atos que devem ser praticados no tocante à prevenção de fraudes e ilícitos contra a administração pública, cujas relações deverão ser sempre pautadas pela honestidade, boas práticas de mercado e pelo estrito cumprimento de todas as legislações e normas vigentes. Além do Código de Ética, questões de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública também são tratadas pela Política de Gerenciamento de Riscos e por nossas demais políticas, conforme descrito no item "i" a seguir. Práticas fraudulentas e ilícitas, apesar de não aceitáveis, em caso de ocorrência deverão ser imediatamente delatadas através do nosso canal de denúncias (mencionado no item 5.3 acima).

O inteiro teor do nosso Código de Ética pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (www.ri.3tentos.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br).

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados por nós, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Além do Código de Ética e da Política de Gerenciamento de Riscos, em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2021, os membros do nosso Conselho de Administração aprovaram as seguintes políticas e regimentos internos: (i) política de Uso de Informações e divulgação de atos ou fatos relevantes ("Política de Divulgação"); (ii) política de negociação de valores mobiliários ("Política de Negociação"); (iii) política de transações com partes relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (iv) política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Remuneração"); (v) política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"); (vi) *(h)* Política Socioambiental] ("Política Socioambiental"); (vii) regimento interno do Conselho de Administração ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); (viii) regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria"); e (ix) Regimento Interno do Comitê de ESG e Sustentabilidade ("Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade") (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, a Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Remuneração, a Política de Indicação, a Política Socioambiental, o Código de Ética, o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e o Regimento Interno do Comitê de ESG e Sustentabilidade, em conjunto, definidos como "Políticas de Governança Corporativa").

As Políticas de Governança Corporativa estabelecem padrões de conduta, regras internas para alinhamento com os nossos valores, procedimentos e práticas para adequação ao perfil e riscos que identificamos, frequência de avaliação e demais assuntos relacionados. O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (www.ri.3tentos.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br).

Possuímos, ainda: **(i)** o Comitê de Auditoria, como comitê de assessoramento não estatutário, ao qual compete, dentre outros, monitorar e avaliar as políticas, procedimentos e as nossas práticas de Gerenciamento de Riscos voltados para questões relativas a integridade, fraudes e ilícitos contra a administração pública; e **(ii)** o Comitê de ESG e Sustentabilidade, como comitê de assessoramento não estatutário, ao qual compete, dentre outros, definir as diretrizes que orientam a nossa atuação em sustentabilidade, baseadas em uma agenda de desenvolvimento do negócio pautada pela integração entre os aspectos econômicos, ambientais, sociais, de governança (ESG) e de relacionamento com o seu ecossistema.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, os nossos órgãos que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

5.4 - Programa de Integridade

O Comitê de Auditoria é o responsável pela proposição de ações quanto à disseminação e cumprimento do nosso Código de Ética, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade, bem como também avaliar casos que deverão ser submetidos à análise do nosso Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Caso não esteja instalado, cabe ao Diretor de Recursos Humanos a propositura de tais medidas necessárias.

São atribuições do Comitê de Auditoria:

i. Promover o comportamento ético e a manutenção do padrão de conduta em toda a Companhia;

ii. Assegurar a implementação e o cumprimento do Código e das leis anticorrupção;

iii. Receber informações de violações do Código e das leis anticorrupção que requerem investigação mais apurada;

iv. Garantir o sigilo sobre as informações recebidas;

v. Garantir que as denúncias sejam tratadas com isenção e imparcialidade;

vi. Realizar os levantamentos necessários para suportar as decisões sobre as denúncias de violações recebidas;

vii. Analisar e avaliar as violações recebidas e tomar as decisões cabíveis; e

viii. Nos casos mais graves de violações, propor as sanções cabíveis e encaminhar ao Conselho de Administração ou a Assembleia Geral para a tomada de decisão, conforme o caso, garantindo a aplicabilidade do Código de Conduta aos próprios administradores.

As seguintes instâncias se envolvem no processo de implementação e monitoramento de nosso programa de integridade:

- *Recursos Humanos*. Após o recebimento de denúncias, em nosso canal, pela Contato Seguro Prevenção de Riscos Empresariais Ltda. empresa terceirizada contratada por nós para gerir o nosso Canal de Denúncias, as denúncias são encaminhadas aos Recursos Humanos e Auditoria Interna que em conjunto fazem a análise e investigação das denúncias recebidas.

- *Auditoria Interna*. Tem a função de reportar ao Comitê de Auditoria o resultado de eventuais investigações internas relativas a relatos recebidos via canal de denúncias;

- Áreas jurídica, financeira e de controladoria, com o apoio das áreas de negócio, exercem funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos.

5.4 - Programa de Integridade

iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado

Adotamos um Código de Ética que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2021. O Código de Ética define nosso propósito, visão e valores, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de nossos colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

O inteiro teor do nosso Código de Ética pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (www.ri.3tentos.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br).

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As disposições do nosso Código de Ética se aplicam, irrestritamente, a todos os nossos colaboradores e administradores. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral. Além disso, o nosso Código de Ética estabelece que os princípios éticos e padrões de conduta previstos no documento devem ser observados por todos os nossos fornecedores, clientes e parceiros.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Realizamos treinamentos periódicos a todas as pessoas que mantém vínculo estatutário ou empregatício conosco, a fim de recordar as normas e princípios do nosso Código de Ética, além de esclarecer eventuais questionamentos.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O nosso Código de Ética prevê a adoção de medidas disciplinares apropriadas em caso de violações, podendo ir desde advertências até o desligamento, conforme a gravidade da situação. No caso dos fornecedores e prestadores de serviços, o desrespeito a este Código poderá resultar em suspensão imediata do Contrato e, conforme o caso, a processo legal.

Todos os colaboradores têm o dever de relatar imediatamente qualquer violação do presente Código. A omissão diante de possíveis violações, porque compromete a integridade e a lealdade das relações conosco, será igualmente considerada conduta antiética e implicará nas mesmas sanções aplicáveis às demais violações.

b. canal de denúncia da Companhia, indicando, em caso positivo

Disponibilizamos canal para comunicação de denúncias de quaisquer comportamentos não éticos, violações à legislação, à regulação e a quaisquer de nossas políticas, códigos e regimentos internos. Nosso canal de denúncias é disponibilizado aos nossos colaboradores e quaisquer terceiros, admitindo-se denúncias anônimas. O canal de denúncias pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: www.contatoseguro.com.br/canal3tentos.

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é operado pela empresa terceirizada Contato Seguro Prevenção de Riscos Empresariais Ltda. Todas as denúncias são tratadas com o sigilo e as respectivas informações são acessadas apenas pelas pessoas envolvidas no processo de investigação, cujo processo varia conforme seu grau de criticidade de forma a prevenir que nenhuma conclusão seja tomada precipitadamente, sem que os fatos e as circunstâncias tenham sido objetivamente investigados e avaliados.

5.4 - Programa de Integridade

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros e de empregados.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Não toleramos qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira. O canal de denúncias não solicita os dados pessoais do denunciante, e pode ocultar as informações do relato recebido para quem irá realizar a apuração, de modo que se mantenha o anonimato.

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela apuração de denúncias é o Comitê de Auditoria Interna, que analisará e deliberará sobre as denúncias recebidas considerando-se o seu grau de criticidade, sempre zelando pelo sigilo e, importância dada a respectiva denúncia.

c. procedimentos adotados pela Companhia em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Observamos todos os procedimentos e dispositivos previstos na legislação e regulamentação societária aplicável, quando da realização de processos de fusão, aquisição e reestruturação societária nos envolvendo. Adicionalmente, adotamos como prática a contratação de assessores legais externos para nos auxiliar no processo e realizar a auditoria legal, que inclui áreas como as de direito civil, contratual, regulatória, *compliance*, trabalhista, tributária, dentre outras, nos casos em que a operação societária envolve sociedade não integrante do grupo a que pertencemos.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável, tendo em vista que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 – Alterações Significativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não houve alterações significativas.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 – Outras Informações relevantes

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes em relação a este item 5 foram disponibilizadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	14/10/1992
Forma de Constituição do Emissor	Fomos constituídos sob a forma de sociedade limitada e transformada em sociedade por ações em 27/07/2011.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A história da família Dumoncel na agricultura começou em 1954, com o olhar visionário de João Osório Dumoncel e Clélia Luiza Kloeckner Dumoncel semeando algumas das primeiras áreas de trigo do Estado do Rio Grande do Sul. Com trabalho e dedicação, vieram as dificuldades, os desafios e o crescimento da agricultura brasileira. Mais do que produtores rurais, o casal, em conjunto com os filhos Luiz Osório Dumoncel e João Marcelo Dumoncel, entediam que precisavam inovar e contribuir ainda mais para a sociedade e agricultura brasileira.

Assim, tendo em vista o histórico de desenvolvimento das atividades agrícolas da família, em 1995, iniciamos nossas operações, com uma mistura de experiência e proximidade do campo junto ao ímpeto de dois jovens, Luiz Osório Dumoncel e João Marcelo Dumoncel. Fomos constituídos sob a forma de sociedade limitada, subsidiária da Sinuelo Participações Ltda. ("Sinuelo"), que era uma sociedade então detida pelo casal Dumoncel e seus 5 filhos, com sede em Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, administrada pelos irmãos Dumoncel e tinha como principais atividades, além da produção de sementes, a comercialização de insumos agrícola e o recebimento, armazenamento e comércio de grãos.

Em 2001, sem perder a essência de ser uma empresa que valoriza a relação de parceria com o agricultor e presente no campo do plantio à colheita, iniciamos nossa expansão regional, abrindo nossas primeiras filiais nos municípios de Ibirubá, Saldanha Marinho e Panambi.

Em 2007, com a aquisição de uma unidade de grãos e insumos com terminal ferroviário em Ijuí, iniciamos um novo ciclo de crescimento, com ganhos em participação de mercado, logística e importância para o varejo agrícola.

Em 2008 e 2009, houve uma grande evolução da sojicultura no Brasil, especialmente no que diz respeito ao melhoramento genético da soja. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas cultivares fizeram com que os agricultores alcançassem novos patamares produtivos e de receita por hectare, resultando no crescimento exponencial das áreas de produção de soja localizadas no Brasil nos anos seguintes, o que fez com que nos se deparássemos com novas oportunidades para o seu crescimento.

Em 2011, iniciamos o projeto de nossa reestruturação societária que resultou na transformação do nosso tipo societário para sociedade por ações, objetivando estabelecer níveis de governança corporativa mais estruturadas, de modo a prepararmo-nos para alcançar nossas metas de crescimento, rentabilidade e responsabilidade econômica e socioambiental. No mesmo ano, um novo negócio entrou no nosso radar: a indústria, que permitiria agregar valor à nossa estrutura de varejo e colaborar ainda mais para a produção de alimento e energia limpa, por meio da produção farelo de soja e biodiesel.

Em 2013, houve um marco na nossa história, com o início das operações de *crushing* e biodiesel na cidade de Ijuí. No mesmo ritmo seguimos nossa expansão regional, abrindo novas lojas e ocupando ainda mais espaço e relevância no agronegócio no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 2015, a família Dumoncel expandiu seus negócios na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, e constituiu a Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. ("Tentos do Sul"), com sede em Pelotas, como uma subsidiária da Sinuelo. Uma regional com a presença da cultura do arroz e crescimento exponencial da sojicultura.

Nosso crescimento seguiu em ritmo constante, e, em 2018, já havíamos expandido nossa atuação tanto no Noroeste quanto no Sul do estado, sempre respeitando suas premissas para o crescimento: regiões estratégicas, oportunidade e pessoas.

6.3 - Breve Histórico

Em 2019, adquirimos uma planta industrial em Cruz Alta para extração de óleo e produção de farelo de soja, fortalecendo a posição de produção de biodiesel e nos colocando como um dos maiores produtores de farelo de soja do Estado do Rio Grande do Sul. Obtivemos um crescimento extremamente relevante durante esse ano com incremento em todo o seu *core business* - insumos, grãos e indústria.

No final de 2020, passamos por outra reestruturação societária, incorporando a Tentos do Sul, que, com 5 anos de existência, acreditávamos que já havia tido uma curva de aprendizado na região. Assim, visamos, com esta incorporação, tornar nossa operação mais eficiente, resultando na combinação das atividades das 2 sociedades, na otimização de suas estruturas e numa gestão unificada, visando alavancar ainda mais o nosso crescimento.

Nesta data, possuímos, aproximadamente, 1.125 empregados, 41 filiais, 2 parques industriais, 2 modais ferroviários, 2 unidades de beneficiamento de sementes, 1 misturadora de fertilizantes e 1 centro de pesquisa.

Por meio da distribuição de insumos, grãos e indústria, nós construímos um ecossistema dinâmico de modo a contribuir para a sustentabilidade do agronegócio brasileiro e ofertar para seus 17.000 clientes uma solução completa do plantio à colheita, do alimento à energia.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. – Informação sobre pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não aplicável, pois não tivemos pedido de falência, fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial até a data deste Formulário de Referência.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relacionadas o item 6 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão geral

Somos uma Companhia do setor de agronegócio que oferece um ecossistema verticalizado e integrado que conta com uma ampla oferta de produtos e soluções para os nossos quase 17 mil clientes ativos, que em sua maioria são pequenos e médios produtores rurais que produzem em áreas fundiárias de até 500 hectares. Nossa estratégia de criar um ecossistema focado nos pequenos e médios produtores rurais gera valor significativo à todas as partes envolvidas e cria relacionamentos de longo-prazo com nossos clientes, uma vez que oferecemos aos produtores rurais conhecimento especializado para o gerenciamento de grãos, armazenagem e gestão de produção. Como resultado, cria-se uma barreira de entrada para nossos concorrentes, em especial os grandes *players* do setor, uma vez que esses *players* geralmente focam no atendimento de grandes produtores. Temos como nossa meta sempre servir aos nossos clientes com excelência e acreditamos que o fato de termos como sócios fundadores produtores rurais com profundo conhecimento do campo (3ª geração familiar de produtores agrícolas), contribuiu de forma relevante para entendermos as principais necessidades de nossos clientes.

A relação comercial da Companhia inicia-se por meio da nossa estratégia de venda de insumos agrícolas e oferece ao produtor rural uma proposta de valor baseada em: (i) um portfólio amplo de produtos de diversos e conceituados fornecedores (*e.g.* Basf, FMC, Ihara, entre outros); (ii) tecnologia de manejo agrícola baseada em resultados; (iii) planejamento de lavoura através de uma rede de aproximadamente 120 consultores agrícolas celetistas (incluindo engenheiros agrícolas, agrônomos e técnicos em agronomia); e (iv) logística com alto nível de serviço e confiabilidade.

Nosso ecossistema se reflete na atuação principalmente por meio de três segmentos de negócios:

- **Varejo de insumos agrícolas ("Insumos")**: mediante a oferta de uma completa gama de insumos agrícolas, atendemos a maioria das necessidades do produtor rural através da venda de diversos tipos de sementes, fertilizantes para a lavoura e defensivos agrícolas para as culturas de soja, milho, trigo, arroz, dentre outras. As vendas são realizadas em 41 lojas, sendo 40 no Estado do Rio Grande do Sul e uma loja no Estado do Mato Grosso, com auxílio de mais de 120 consultores (agrônomos e técnicos em agronomia) que agregam valor aos insumos vendidos, com o objetivo de aumentar a produtividade dos nossos clientes. Estamos presentes em 36 municípios do Estado do Rio Grande do Sul e, em 31 de dezembro de 2021, possuímos 13 % de *market share* (nessas cidades). Contamos com aproximadamente 11 mil clientes ativos neste segmento. Este segmento conta também com duas unidades de beneficiamento de sementes localizadas na cidade de Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e uma unidade misturadora de fertilizantes localizada na cidade de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, e representou 29,2% da nossa receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, com uma margem bruta de 18,1%. A figura abaixo ilustra uma unidade típica de varejo de insumos da Companhia, com estrutura dedicada para armazenagem de insumos, silos para armazenagem de grãos, além de espaço comercial onde são concentradas as interações dos consultores com nossos clientes:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Companhia

- **Originação e *trading* de grãos ("Grãos")**: realizamos a compra e venda de grãos de a aproximadamente 11 mil produtores rurais de pequeno e médio portes, possuindo uma capacidade estática de armazenagem superior a 900 mil toneladas para soja, milho e trigo e um *market share* de originação de soja correspondente a 8% no Estado do Rio Grande do Sul. Para a logística e escoamento dos grãos, a Companhia conta com uma frota própria de mais de 73 caminhões. Este segmento representou 16,0% de nossa receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, com uma margem bruta de 6,8%.

- **Industrialização de grãos ("Indústria")**: por meio de nossas duas fábricas localizadas nas cidades de Ijuí e Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, realizamos a industrialização de soja para produção de farelo, importante componente para rações animais na avicultura, suinocultura e bovinocultura; óleo de soja e biodiesel. Possuímos uma capacidade de esmagamento de soja de 3 (três) mil toneladas por dia, com um *market share* de volume de produção correspondente a 8% no Estado do Rio Grande do Sul e de produção de biodiesel de 850 mil litros por dia e um *market share* de 10% no Estado do Rio Grande do Sul. Possuímos dois modais ferroviários (de acesso em nossas instalações) ligando as unidades das cidades de Ijuí e Cruz Alta ao Porto de Rio Grande, responsável pelo escoamento de relevante parcela do farelo de soja exportado no Brasil. Este segmento representou aproximadamente 54,8% da nossa receita operacional líquida, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, com uma margem bruta de 20,1%.

A imagem abaixo mostra a nossa presença geográfica no Estado do Rio Grande do Sul, considerando a nossa atuação nos 3 (três) segmentos que descrevemos acima:

Fonte: Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A jornada dos nossos clientes

A jornada de um cliente típico da Companhia compreende as etapas de: (i) conscientização (através de meios de comunicação tradicionais e digitais, visita aos clientes e eventos e palestras técnicas); (ii) disseminação do conhecimento (através de consultoria técnica e recomendações técnicas fornecidas pela Companhia); (iii) compra (através da negociação, venda de insumos, logística e consultoria pré-colheita) e (iv) pagamento (com a possibilidade de pagamento via contrato de *barter*). Esta cadeia de valor auxilia a Companhia na originação de grãos como forma de pagamento dos insumos, criação de uma fidelização da base de clientes, otimização dos nossos custos logísticos e mitigação dos riscos de crédito e inadimplência.

Após a colheita, adquirimos os grãos de soja produzidos pelo agricultor, optamos entre vender o grão no mercado interno ou internacional ou, ainda, quando aplicável, efetuamos o processo de industrialização (que processa aproximadamente 80% do volume de grãos originados) em uma de nossas duas fabricas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, agregando valor em toda cadeia. Nossos produtos finais, tais como farelo de soja, óleo de soja ou biodiesel são destinados ao mercado interno e externo. Adicionalmente, parte do farelo de soja produzido pela Companhia é vendido em nossas lojas, gerando sinergias logísticas e comerciais entre os negócios.

O fluxograma abaixo explica nosso modelo de negócios, onde é possível identificar nossa atuação nos 3 (três) segmentos de negócios descritos acima.

Fonte: Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Com base na análise do fluxograma acima é possível identificar as sinergias existentes dentro do nosso ecossistema, bem como as principais vantagens competitivas desse ecossistema integrado.

Sinergias do Ecossistema 3tentos **Principais Vantagens Competitivas**

Fonte: Companhia

- **Arbitragem de margem entre negócios.** A atuação nos 3 (três) segmentos nos permite participar de negócios e destinar as nossas operações visando capturar as melhores margens, independentemente de efeitos adversos nas safras. Assim, acreditamos que conseguimos mitigar impactos negativos em um determinado segmento, de forma a compensá-los por meio de melhores margens originadas em outro(s) segmento(s) que atuamos. A figura abaixo evidencia as diferentes alternativas da Companhia na condução dos seus negócios:

Fonte: Companhia

- **Proteção (*hedge*) diferenciada às variações dos preços das *commodities.*** Acreditamos que o nosso modelo de negócios integrado oferece maiores oportunidades para realizar o *hedge* das *commodities*, pois na originação de grãos (via venda de insumos com pagamento por meio de contratos de *barter* ou diretamente pelo produtor rural), podemos nos proteger esta operação utilizando a venda de contratos de fornecimento de farelo de soja ou até mesmo do próprio grão de soja.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- **Margens atraentes e sustentáveis.** Acreditamos possuir determinadas vantagens competitivas de custo e preço que nos conferem rentabilidade acima da média dos segmentos de nossa atuação, incluindo: (i) base ampla e pulverizada de produtores rurais que ajudam a originar grãos a preços mais competitivos quando comparados com a originação em grandes volumes (e.g *tradings*); (ii) relevância para os nossos fornecedores de insumos, o que nos beneficia frente aos nossos concorrentes; (iii) níveis de produtividade e qualidade superior em nossa indústria; e (iv) forte relacionamento com os nossos clientes, o que nos garante um baixo nível de inadimplência.

- **Base de clientes fiéis e com alta recorrência.** Nosso modelo de negócio com foco nos nossos clientes e com base em uma proposta de valor de geração de resultados tangíveis a cada safra, tem se demonstrado eficiente para garantir a fidelização dos clientes da Companhia. A figura abaixo demonstra que o faturamento da Companhia, com a base de clientes com quem estabelecemos relacionamento aumentou de R$279 milhões em 2017 para R$454 milhões em 2020 e representou 50% da venda do segmento de insumos deste ano.

Análise de recorrência dos clientes

Evolução do número de clientes

Fonte: Companhia

A ampla gama de produtos, a oferta de consultoria técnica e a flexibilidade de prazo para pagamentos garante uma base leal e consolidada de clientes. O valor agregado de nossa oferta de soluções nos permite fidelizar os nossos clientes, e asseguram altos níveis de satisfação, o que pode ser exemplificado com um NPS 2020[1] de 82, número considerado da "zona de excelência", com base em pesquisa realizada com 239 clientes.

[1] Net Promoter Score é uma métrica para medir a satisfação dos clientes

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Tudo isso reflete em um excelente relacionamento com nossos clientes, ilustrado pelos depoimentos abaixo:

"A 3tentos confiou em mim, e continuamos juntos até hoje, com assistência, suporte técnico e financiamento"
– Produtor

"Nossa relação vem desde 1996, e se mantém até hoje, com confiança, amizade tanto com a família, quanto com funcionários e gestão"
– Produtor

"A 3 tentos foi tudo para a gente...você consegue financiamento, variedade de produtos, sementes, com apoio sempre, do gerente ao apoio técnico"
– Família de Produtores

Histórico

Somos uma empresa familiar do setor de agronegócio, pautada pela seriedade, confiança e honestidade das pessoas que construíram a nossa história. Acreditamos que somos feitos por pessoas com o sentimento de pertencimento, que trabalham no que gostam, focadas no agronegócio e que caminham coletivamente na visão e objetivos da empresa, prezando pela parceria com o cliente 365 dias por ano.

A história da família Dumoncel na agricultura começou em 1954, com o olhar visionário de João Osório Dumoncel e Clélia Luiza Kloeckner Dumoncel semeando algumas das primeiras áreas de trigo do Estado do Rio Grande do Sul. Com trabalho e dedicação, vieram as dificuldades, os desafios e o crescimento da agricultura brasileira. Mais do que produtores rurais, o casal, em conjunto com os filhos Luiz Osório Dumoncel e João Marcelo Dumoncel, entediam que precisavam inovar e contribuir ainda mais para a sociedade e agricultura brasileira.

Com isso em mente, fundaram a 3tentos em 1995 e, a partir do ano seguinte, foram iniciadas as operações de varejo e a expansão local das atividades, tal como ilustrado na linha tempo abaixo. Acreditamos que a aceleração e consolidação do ecossistema 3tentos no Estado do Rio Grande do Sul resultou em um crescimento acelerado de nossa receita operacional líquida, conforme visto abaixo, atingindo o patamar de R$3,1 bilhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Fonte: Companhia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Pontos fortes da Companhia

(i) Sólido crescimento operacional com rentabilidade

Crescimento histórico de destaque em diversas métricas operacionais dos 3 (três) segmentos de atuação, conforme apresentado nos gráficos abaixo, evidenciando o impacto relevante do crescimento de volumes no CAGR de receita de 2018 a 2020 de 28,4%.

Fonte: Companhia

Adicionalmente, apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros e operacionais para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 onde é possível ver a evolução significativa da receita operacional líquida, do EBITDA e das margens, demonstrando a capacidade da Companhia de crescimento (volume e receita) com rentabilidade.

Para informações mais detalhadas sobre nossas informações financeiras, ver itens 3.2 e 10.1 do Formulário de Referência e as Demonstrações Financeiras da Companhia e respectivas Notas Explicativas para os períodos indicados.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Em milhares de reais, exceto percentuais e índices	**2020**	**2019**	**2018**
Receita Operacional líquida	3.112.439	2.225.020	1.888.436
Lucro bruto	500.179	314.963	297.854
Margem bruta (%)	16,1%	14,2%	15,8%
EBITDA(1)	347.081	162.415	166.725
EBITDA Ajustado(2)	387.430	165.975	201.205
Margem EBITDA (%)(3)	11,2%	7,3%	8,8%
Margem EBITDA Ajustado (%)(3)	12,4%	7,5%	10,7%
Lucro líquido	246.263	120.819	125.227
Margem líquida (%)	7,9%	5,4%	6,6%
Dívida líquida(4)	388.863	259.710	180.114
Dívida líquida / EBITDA Ajustado	1,00x	1,56x	0,90x
ROAE (%)(5)	44,3%	34,6%	52,0%
ROIC (%)(6)	35,9%	24,7%	34,7%

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

(1) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medição não contábil elaborada por nós em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nº 527, de 4 de outubro de 2012 conforme alterada ("Instrução CVM 527"). O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.
(2) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e refere-se ao EBITDA Ajustado por valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.
(3) A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado consistem no EBITDA e/ou no EBITDA Ajustado dividido pela Receita operacional líquida.
(4) A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta (correspondente ao somatório de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) deduzida do saldo de Caixa e equivalentes de caixa. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.
(5) O ROAE (Return Average on Equity) é o lucro (prejuízo) líquido dividido pelo Patrimônio Líquido Médio (calculado pela média entre o Patrimônio Líquido do Exercício corrente com o Patrimônio Líquido do Exercício anterior) da Companhia ("ROAE"). Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.
(6) O ROIC (Return on invested capital) é calculado pela divisão do lucro operacional após impostos (Net Operating Profit After Taxes) ("NOPAT") pela média do capital investido dos últimos dois exercícios sociais ("Capital Investido"). O NOPAT é o resultado antes das receitas (despesas) financeiras dos últimos doze meses, líquido de efeito de IRPJ/CSLL calculado pela nossa alíquota efetiva. O Capital Investido é a soma dos nossos Empréstimos e financiamentos, do nosso Patrimônio Líquido menos o nosso Caixa e Equivalentes de Caixa. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

(ii) Pesquisa e Inovação objetivam rentabilidade na lavoura para os nossos clientes

Buscamos nos manter na vanguarda da inovação tecnológica do agronegócio. Possuímos o Centro Tecnológico (CETEC), credenciado pelo MAPA, com o corpo formado por oito PhDs dedicados a desenvolver e identificar as principais inovações em conjunto com os nossos fornecedores de insumos, para desenvolverem e testarem produtos e soluções para os nossos clientes. Além disso, mantemos constante interação com a comunidade científica e acadêmica para validação de novos conceitos e visando o aumento da produtividade e a qualidade dos nossos produtos.

Disponibilizamos consultores (com qualificação técnica especializada), que estabelecem relações próximas aos produtores rurais, mediante a prestação de serviços de assistência técnica, que os permite otimizar sua produção, através do auxílio na escolha dos produtos, métodos de plantio, tendências de mercado, expectativas climáticas etc. O impacto destas iniciativas da Companhia pode ser observado nos resultados abaixo, onde se comparam clientes que participaram do programa Produzir+, sendo possível observar o ganho de produtividade das lavouras, gerado com as soluções da Companhia em cada uma das seis turmas do programa Produzir+, sendo que a média de ganho de produtividade dos participantes deste programa foi de 5,9%.

Fonte: Companhia

A Companhia também atua na promoção de eventos de inovação e divulgação de conhecimento para os produtores rurais com o intuito de contribuir cada vez mais a produtividade das lavouras de nossas clientes, como: (i) Cropshow, um evento de referência em inovação e conhecimento para a comunidade agrícola. Ocorre anualmente, antecedendo cada safra de verão. A 6ª edição, em 2020, que teve foco na sustentabilidade, recebeu aproximadamente 4,5 mil pessoas; e (ii) Agritour, um evento em que realizamos, nos últimos 12 anos, diversas viagens, acompanhados de nossos clientes, aos EUA para participar de atividades e feiras agrícolas, com o intuito de aprender novas técnicas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

(iii) Tecnologia como facilitador dos negócios para a Companhia

Acreditamos que nossas iniciativas digitais colaboram de forma representativa para o relacionamento e recorrência das relações que estabelecemos com nossos clientes. Desenvolvemos interfaces digitais que conectam os agricultores clientes aos nossos consultores, com facilidade e agilidade. Os aplicativos para smartphone App 3tentos, App consultor e a plataforma Terra3 são exemplos da vanguarda e constante inovação de nossos negócios.

- O App 3tentos funciona como uma carteira digital para grãos para os produtores em nosso ecossistema. Por meio do aplicativo, o agricultor pode consultar seu saldo de grãos, administrar pagamentos, fixar preços, comercializar grãos e agendar a entrega e retirada de mercadorias.

- O App Consultor é uma ferramenta de negócios para nossos consultores que permite acompanhamento das metas de venda, gestão de vendas futuras - por produto e por cliente - e gestão do portfólio de clientes – como por exemplo, em termos de volume de vendas, status das vendas e áreas cultivadas por cultura, nos permitindo ter visibilidade instantânea sobre a performance de nossos consultores no desempenho de suas funções.

- A Terra3 é uma plataforma de consultoria para o agricultor, voltada para o planejamento e a gestão da lavoura digitalmente, com fácil acesso 24 horas por dia, sete dias por semana. O sistema ajuda cada agricultor cliente a administrar melhor suas colheitas, centralizando o gerenciamento de suas propriedades.

App 3tentos **App Consultor**

Adicionalmente, temos planos para continuar agregando valor ao produtor por meio de iniciativas futuras no âmbito digital. Uma área de foco são serviços financeiros ao produtor, onde enxergamos alto potencial de adoção dentro de nossa base crescente de clientes ativos, que hoje totaliza 17 mil produtores. Essa iniciativa seria disponibilizada via um aplicativo com início esperado para o segundo semestre de 2021, sujeito a aprovações regulatórias. Acreditamos que nosso cliente pode se beneficiar de soluções práticas para serviços financeiros diversos, como soluções de crédito, investimentos, *loyalty*, *cashback* e seguros agrícolas, dentre outros.

(iv) Estratégia de crescimento sólida

Nossa estratégia está baseada em dois principais pilares:

<u>Expansão da operação de varejo de insumos no Estado do Rio Grande do Sul</u>

Nosso plano de negócios prevê a expansão para regiões onde a Companhia ainda não atua no Estado do Rio Grande do Sul, replicando a estratégia que acreditamos ser muito bem-sucedida, através da abertura de 22 novas lojas concentradas principalmente nas regiões norte e sul do Estado do Rio Grande do Sul, nos próximos cinco anos.

Acreditamos, com base em nosso histórico, que cada unidade nossa no Estado do Rio Grande do Sul possa atender a uma área média de 50 mil hectares de soja plantada e que nossa receita anual potencial, estimada com base em nosso histórico, com o varejo é de cerca de R$1.608 por hectare plantado na nossa área de influência. Também calculamos, com base no histórico da Companhia,

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

que o investimento necessário para instalação de uma nova loja seja entre R$6 milhões a R$12 milhões, podendo sofrer alterações conforme mudanças mercadológicas. Assim, acreditamos que a possibilidade de abertura de novas lojas no Rio Grande do Sul seja economicamente vantajosa e tenha potencial de retornos atrativos.

Fonte: Estimativas da Companhia, com base em seu histórico de resultado, sendo que os respectivos números podem sofrer alterações.

Diversificação geográfica com expansão no mercado do Mato Grosso

Acreditamos que há muitas oportunidades para crescimento no nosso mercado de atuação no Estado do Mato Grosso, principalmente pelo tamanho do mercado, pelo fato de haver sinergias comerciais com clientes atuais da Companhia (dado que observamos que existem produtores rurais do Estado do Rio Grande do Sul com operações no Estado Mato Grosso) e pelo histórico de aproximadamente 20 anos dos acionistas da Companhia como produtores rurais no Estado. Acreditamos que a expansão para o Estado do Mato Grosso irá fornecer um *hedge* climático para a Companhia e também uma chance de replicar o modelo de ecossistema que a Companhia criou no Estado do Rio Grande do Sul, com uma estratégia de replicar um modelo já testado e que obteve bons resultados, baseada no conhecimento que os acionistas fundadores têm do Mato Grosso dado sua presença de longo prazo na região há aproximadamente 20 anos.

Nosso crescimento no Estado do Mato Grosso será baseado na instalação de uma indústria (para agregar valor aos produtos originados) de esmagamento de soja para alavancar nossas vendas de insumos e a originação de grãos, em uma localização próxima aos produtores de grãos. Nosso plano consiste na instalação, até 2025, de oito lojas para atender os nossos clientes (com estrutura adequada para individualmente servir largas áreas agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul). Nossa expansão no Estado do Mato Grosso será focada na região próxima a BR-163, rodovia que corta o Estado do Mato Grosso, entre as cidades de Sorriso e Sinop, onde acreditamos haver uma oferta muito grande de soja e um grande potencial para consolidação. Acreditamos, com base em nosso histórico e experiência, que cada loja do Mato Grosso abrangerá uma área plantada de soja de aproximadamente 200 mil hectares (em comparação à área média de 50 mil hectares de soja plantada no Estado do Rio Grande do Sul).

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: Estimativas da Companhia, com base em seu histórico de resultado, sendo que os respectivos números podem sofrer alterações.

(v) Riscos de concorrência controlados pelas relevantes barreiras de entrada

Acreditamos que nossos riscos de concorrência são mitigados pelas grandes barreiras de entrada no acesso de potenciais competidores, tais como:

- Oferta única: portfólio vasto de soluções e opções personalizadas para nossos clientes;
- Relacionamento de longo prazo com nossos clientes em diversas verticais;
- Capacidade de gerar valor adicional por meio da operação industrial;
- Posicionamento de vanguarda na adoção de novas tecnologias;
- Relevância do porte: acreditamos ser um dos varejistas de preferência dos principais fornecedores internacionais de insumos.; e
- Alta fragmentação do mercado de varejo de insumos, especialmente para os clientes alvo Companhia (de pequeno e médio portes) e mercado endereçável de R$135 bilhões, ainda em crescimento, fatores ilustrados na imagem abaixo:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fonte: ANDAV

Para mais informações sobre o segmento de insumos, vide item 7.3 do Formulário de Referência da Companhia.

(vi) Produção de biodiesel favorecida pelo crescimento e alta relevância no Brasil

O Brasil é hoje um dos líderes mundiais em produção de Biodiesel, sendo o terceiro maior do mundo no ano de 2019, com uma produção de 5.9 bilhões de litros. De acordo com dados da ANP, o volume de biodiesel crescerá 45% até 2023, em comparação com o ano de 2019, conforme o aumento do percentual da mistura do biodiesel contratada pela ANP.

Fontes: ANP, Governo Federal e Pesquisa de Bancos

(vii) Inquestionável comprometimento socioambiental

Seguimos uma rigorosa política Social e Ambiental fundamentada em quatro pilares:

- Monitoramento e aprimoramento de nosso Sistema de Gestão Socioambiental;
- Contínua otimização do uso de recursos naturais para reduzir os impactos ambientais em outros meios de subsistência;
- Fortalecimento da nossa cadeia de valor e avanço em nossa agenda de educação e treinamento de acordo com nossas diretrizes de sustentabilidade; e

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade em que estamos inseridos.

Dentre as iniciativas de responsabilidade ambiental desenvolvidas pela Companhia, com o objetivo de reduzir o impacto ambiental e maximizar o uso dos recursos disponíveis, destacamos:

Com relação ao impacto social, nos orgulhamos do esforço constante para melhorar a sociedade desde o início de nossas operações, por meio de iniciativas como:

Dada toda a relevância das políticas socioambientais, a Companhia iniciou esforços para se qualificar como uma “B Corporation”. A “B Corps” ou “Benefit Corporations” é uma certificação para empresas que encaram os resultados para além da simples análise dos benefícios e que querem ter objetivos para criar um verdadeiro impacto na sociedade. Para mais informações sobre a B-CORP pode ser consultado o site (http://www.bcorporation.net/).

(viii) Sólidas práticas de gestão do time executivo reconhecidas por diversas premiações

Contamos com uma equipe de gestão experiente e premiada, com participação dos acionistas na administração, totalmente engajada na operação e apoiada por altos padrões de governança corporativa. Sendo que parte significativa da diretoria está desde a fundação na Companhia acompanhando toda a sua trajetória. Possuímos alto grau de governança corporativa que vem sendo aprimorado desde a nossa constituição. Iniciamos os nossos trabalhos de auditoria com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) auditou as nossas demonstrações financeiras desde 2018.

Adicionalmente, contamos com a consultoria em *commodities* e riscos da StoneX, empresa especializada em commodities. Ainda, nossa administração conta com dois comitês não estatutários (Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas e Comitê de ESG e Sustentabilidade), os quais foram criados para suportar o conselho de administração da Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Segundo a exame a Companhia esteve no ranking entre as 10 Melhores Empresas de Grão e Algodão por 3 vezes (em 2013 em 6º lugar, em 2015 em 4º e em 2020 em 2º lugar), entre outros prêmios.

PRÊMIO ANDAV O Distribuidor de Conhecimento	O Prêmio "ANDAV – Distribuidor de conhecimento" é realizado pela ANDAV – Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários, visando reconhecer e revelar ações e atitudes positivas de educação e propagação de conhecimento.
Prêmio Exportação RS	O Prêmio Exportação RS é uma iniciativa que destaca as empresas que se mantêm firmes na frente exportadora independente do cenário econômico nacional.
GMP+	A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) fechou uma parceria com o GMP+ International para certificação de segurança alimentar conduzida pelo grupo de origem holandesa. Segundo a Anec, o acordo torna a associação a primeira do Brasil a ser parceira do Good Manufacturing Practices (GMP+), que atua no controle de qualidade da cadeia de suprimentos de grãos e farelos.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações vide os itens "*4.1 Fatores de Risco*" e "*4.2 Riscos de Mercado*" deste Formulário de Referência.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que nós não somos sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

Atuamos nos segmentos de insumos agrícolas, grãos e indústria:

(i) Insumos: em que se destaca o varejo de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes e defensivos);

(ii) Grãos: em que se destacam a originação e a comercialização de soja, milho e trigo; e

(iii) Indústria: em que se destaca a produção de casca, óleo, farelo de soja e biodiesel.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita operacional líquida do emissor

Receita Operacional Líquida	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Insumos	909.290	29,2%	707.818	31,8%	578.034	30,6%
Grãos	497.615	16,0%	454.643	20,4%	442.872	23,5%
Indústria	1.705.534	54,8%	1.062.559	47,8%	867.530	45,9%
Receita Operacional Líquida	**3.112.439**	**100,0%**	**2.225.020**	**100,0%**	**1.888.436**	**100,0%**

c. Lucro resultante do segmento e sua participação no Lucro Líquido do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Insumos	164.508	66,8%	157.273	130,2%	140.414	112,1%
Grãos	33.978	13,80%	45.276	37,5%	12.780	28,9%
Indústria	342.042	138,9%	115.974	96,0%	155.713	124,3%
Outros Segmentos Não Reportáveis	(294.295)	(119,5) %	(197.704)	(163,6)%	(207,107)	(165,4)%
Lucro Líquido	246.263	**100%**	120.819	**100%**	125.227	**100%**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do processo de produção

Conforme disposto no item 7.2 (a), a Companhia atua nos segmentos de (i) insumos; (ii) grãos e (iii) indústria.

Imagem 1 – Segmentos de atuação da Companhia: insumos, grãos e indústria

Fonte: Companhia

Destes segmentos, possuímos atividades industriais para a venda dos produtos dos segmentos de insumos e indústria. As segmentações, bem como os detalhamentos dos processos que demandam manejo produtivo estão listadas abaixo.

i. Insumos

a. Sementes

A produção e comercialização de sementes foi o segmento que deu início as nossas atividades, o processo tem início pela parceria com empresas de melhoramento genético de soja e trigo, que nos licenciaram a produzir diferentes variedades por meio ao recolhimento de *royalties* por unidade vendida. O próximo passo é a contratação de cooperantes, que são produtores e nossos clientes, que plantam nas suas lavouras as variedades com a finalidade de nos entregar grãos, para que possamos vendê-los como sementes, servindo de insumo para os agricultores no ciclo seguinte de cultivo.

O produto colhido dos cooperantes, os quais são assistidos do plantio à colheita, segue um determinado padrão de qualidade fisiológica (índices de vigor e germinação). Após a entrada dos grãos nas unidades de beneficiamento de sementes, estes passam por um processo de limpeza, beneficiamento, padronização e formação de lotes. Toda a semente produzida é aferida no nosso laboratório, credenciado pelo MAPA, para depois ser armazenada em ambiente controlado, garantindo assim as suas características até o plantio da nova safra.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As sementes que produzimos podem ou não receber (a depender da necessidade) um tratamento químico com defensivos agrícolas para protegê-las de ataques iniciais de pragas e patógenos logo após a semeadura. Contamos com duas plantas de beneficiamento de sementes e modernos equipamentos para TSI (Tratamento Sementes Industrial). Após o tratamento e/ou armazenagem, as sementes são distribuídas nas nossas 41 lojas.

Imagem 2 – Fluxograma da produção de sementes

Fonte: Companhia

b. Fertilizantes

No segmento de fertilizantes, operamos com a possibilidade de venda da produção própria ou de terceiros.

Importamos matéria prima que nos permite, por meio da marca “Trifértil”, comercializar os fertilizantes. Para isso, contamos com equipamentos de mistura de matérias-primas na cidade de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, e podemos também realizar esta mistura por meio de convênio com parceiro, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. As matérias primas são majoritariamente formadas por macro nutrientes chamados “NPK”, sendo Nitrogênio, Fósforo e Potássio, além do Enxofre, que também integra o nosso portfólio. As matérias-primas são importadas de países como Bielorrússia, Coréia do Sul, Marrocos, Israel, Espanha e China. As misturas são realizadas tanto sob demanda de produtores rurais que visam adequar deficiências de solo específicas em suas propriedades, quanto fórmulas pré-determinadas praticadas no mercado de fertilizantes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 3 – Fluxograma da produção de fertilizantes

Fonte: Companhia

c. Proteção de Cultivos

No que tange aos defensivos agrícolas, atuamos exclusivamente com varejo por meio de representações e revenda de marcas globais de primeira linha como BASF, FMC, Ihara, entre outras, portanto, não existem processos produtivos internos de defensivos agrícolas.

ii. Grãos

a. Soja / Milho / Trigo

O processo de produção agrícola é realizado pelos produtores rurais. Após o processo de produção agrícola, realizamos o recebimento e beneficiamento dos grãos (limpeza e secagem), visando o seu preparo para comercialização.

O processo se caracteriza por disponibilizar estrutura de recebimento (balanças de pesagem, classificação de grãos, moegas e tombadores), sistemas de pré-limpeza, secagem e armazenagem com aeração para controle de temperatura para prevenção de incêndios, além do controle de qualidade do produto armazenado. Trabalhamos com o recebimento e comercialização de soja, milho e trigo.

No caso da soja, podemos tanto destinar o produto recebido, tratado e beneficiado para nossas fábricas processadoras, quanto para trading de grãos de primeira linha, como COFCO, Cargill, ECTP, Gavillon, entre outras.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 4 – Fluxograma do recebimento de matéria-prima

Fonte: Companhia

iii. Indústria

a. Farelo, Óleo e Casca de Soja

Com relação à soja, alternativamente à comercialização do grão para *tradings*, conforme referido no item (ii) acima, parte da matéria-prima é processada para o esmagamento e extração de óleo e farelo de soja nas duas fábricas de nossa propriedade, localizadas nas cidades de Ijuí e Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

O processo de produção, por sua vez, divide-se em preparação e extração. Desta forma, a preparação da matéria-prima (soja) inicia-se pela redução da umidade do grão, seguida da sua quebra em equipamentos apropriados, processo este que permite que as cascas do grão sejam retiradas por equipamentos de sucção e, posteriormente, classificadas para armazenagem e eventual comercialização.

Os fragmentos remanescentes são umedecidos por vapor direto em equipamento que condiciona a matéria-prima para ser posteriormente laminada. Em equipamentos laminadores, os pedaços de grãos umedecidos com vapor são laminados em processo que facilita a exposição das moléculas de óleo. Logo após, as lâminas de soja são umedecidas novamente com vapor direto e convertidas em massa que expande suas moléculas para também facilitar a extração de óleo e ter melhor aproveitamento operacional dos banhos de hexano no processo de extração de óleo. O passo posterior é a secagem dessa massa expandida, que é enviada para o processo de extração.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 5 – Fluxograma do processo de extração-preparação

Fonte: Companhia

O processo de extração consiste em banhar em hexano a massa expandida de soja em equipamento chamado extrator, para que o óleo seja extraído do produto sólido. A mistura de óleo de soja com hexano, chamada de miscela, é aquecida por calor proveniente de vapor, resultando na evaporação do hexano e na sua separação do óleo. Nossas plantas industriais contam com sistema de destilação que reaproveita o hexano e a água utilizados no processo.

Após a realização de procedimentos que visam extrair o máximo de hexano tanto do farelo de soja quanto do óleo, o farelo é tostado e seco para prevenção de doenças como a salmonela; o óleo é degomado (processo de retirada de impurezas) para ser preparado para a produção de biodiesel. Assim como no segmento de grãos, o óleo pode tanto ser comercializado para clientes, como utilizado internamente para produção de biodiesel.

Imagem 6 – Fluxograma do processo de produção de biodiesel

Fonte: Companhia

b. Biodiesel

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Após extração e degomagem do óleo de soja, o mesmo será utilizado como matéria-prima para a produção de biodiesel. O óleo é primeiramente neutralizado, em processo que reduz os fosfatídeos da matéria-prima, que são componentes prejudiciais às reações químicas da cadeia de produção de biodiesel. Em seguida, o produto neutralizado é misturado com reagentes que reduzem a acidez da gordura vegetal ou animal, tornando-o ideal para ser submetido ao principal processo na produção de biodiesel: a transesterificação. A reação de transesterificação ocorre em reatores que recebem a mistura de óleo de soja, adicionado a metanol e metilato de sódio, reagentes que quebram as moléculas de triglicerídeos, obtendo como resultado o biodiesel. Todo o processo resulta em subprodutos que também são comercializados por nós, como ácido graxo e glicerina. É importante ressaltar que as nossas fábricas podem ser operadas com gordura vegetal (óleo de soja) e com gordura animal (sebo bovino, gordura suína e avícola). Após a realização dos procedimentos de purificação do biodiesel, o produto final é destinado para distribuidoras de combustível de primeira linha, tais como a Ipiranga, Raízen, BR Distribuidora e Charrua.

Imagem 7 – Fluxograma do processo de tratamento de biodiesel

Fonte: Companhia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 8 – Fluxograma do processo de transesterificação do biodiesel

Fonte: Companhia

b. Características do processo de distribuição

Possuímos um departamento comercial e logístico estruturado para atender a demanda do nosso portfólio diversificado: insumos agrícolas, grãos e produtos derivados das nossas fábricas. Para que a distribuição de nossos produtos seja feita de forma integrada, porém respeitando as particularidades de cada tipo de operação, cada segmento possui inteligência e processos específicos para melhor atender os nossos clientes, produtores rurais ou clientes corporativos.

Insumos

Contamos com frota leve e pesada que realiza a distribuição de sementes, fertilizantes e defensivos em veículos adaptados com sinalização própria para as características de tais produtos. Criamos, em 2020, a Central Integrada de Produtos (CIP) que unificou a logística e estratégia de distribuição de insumos em um único departamento.

Grãos

Para a logística e escoamento dos grãos, contamos com uma frota própria de mais de 73 caminhões. Além disso, possuímos dois modais ferroviários (de acesso em nossas instalações) ligando as unidades das cidades de Ijuí e Cruz Alta ao Porto de Rio Grande, responsável pelo escoamento de relevante parcela do farelo de soja exportado no Brasil.

Indústria

Trabalhamos nas modalidades CIF ou FOB, e dispomos de dois modais ferroviários (um em cada uma de nossas fábricas) que podem realizar embarques de grãos *in natura,* farelo de soja e biodiesel.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Agronegócio no Brasil

O Brasil é uma potência mundial no agronegócio. O desenvolvimento da agropecuária brasileira ao longo dos últimos 40 anos consolidou o país como um dos poucos a conseguir exportar volumes expressivamente maiores do que os volumes consumidos internamente. Assim, existe uma dependência internacional pela produção brasileira, que deve se tornar cada vez maior, seguindo a tendência de crescimento da população mundial, que de acordo com a ONU deve atingir 9,8 bilhões de habitantes até 2050.

Podemos ver no gráfico a seguir que o Brasil lidera em número exportações de alguns dos produtos agropecuários mais relevantes do mundo, como suco de laranja, café, soja, açúcar e milho.

Imagem 9 – Posição do Brasil na produção das principais commodities agrícolas (2020)

Fonte: USDA

O agronegócio é peça chave no desenvolvimento do Brasil e representou 21% do PIB em 2019. Além disso, o setor se mostrou resiliente em meio à pandemia do COVID-19, sendo o único setor a registrar crescimento no 1º trimestre de 2020. Adicionalmente, o papel fundamental do agronegócio na sociedade brasileira é visível também na geração de empregos, sendo responsável por mais de 18 milhões de postos de trabalho.

Imagem 10 – Evolução do PIB do Agronegócio em trilhões de R$ e % do Agro no PIB do Brasil

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: CAN / Cepea

Com uma posição de destaque no âmbito internacional, o agronegócio brasileiro apresenta sólidas perspectivas de crescimento de longo prazo para grãos, especialmente para a soja e o milho, que devem sustentar taxas de crescimento anuais médias de 5,0% e 4,2%, respectivamente, no período de 2009 a 2029 segundo dados do MAPA.

Imagem 11 – Evolução histórica e projeções da produção brasileira de soja e milho

Fonte: FAOSTAT (FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Além disso, segundo um estudo do USDA, 41% do crescimento na produção de grãos no período de 2020 a 2026 será oriunda do Brasil, crescimento este que será 2,7x superior ao registrado pela China.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 12 - Crescimento esperado na produção de grãos por país (2020/21-2026/27)

Fonte: USDA

Os Estados do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul são muito importantes para a produção agrícola do Brasil, tendo, em 2020, 26,11% e 13,68%, respectivamente, de participação na área plantada de grãos. Esses Estados são em grande parte responsáveis pela representatividade do agronegócio no país, com forte tradição agropecuária e características climáticas e geográficas muito favoráveis para a exploração desta atividade. Abaixo observa-se em maior detalhe a produção de grãos no país e as principais regiões dessa atividade.

Imagem 13 – Área plantada de grãos no Brasil por região e estados mais representativos

Fonte: CONAB, FIESP e MAPA

É importante ressaltar que o sucesso do Brasil no agronegócio não se explica apenas pelas condições climáticas favoráveis e a dimensão territorial do país. Parte significativa desse sucesso é proveniente de novas tecnologias e ferramentas para incremento da produção agrícola por hectare, que aumentaram de forma significativa a eficiência e a produtividade do setor.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Outro fator fundamental que também impulsionará o aumento da produção agrícola no país é a migração de áreas de pastagens/pecuária para agricultura, em virtude da alta rentabilidade desta última. No Brasil há cerca de 180 milhões de hectares de pastagem, em comparação a 66 milhões de hectares de agricultura, como mostra a imagem abaixo. Ademais, dados do CNA de 2019 apontam que, aproximadamente 68% da contribuição do agronegócio no PIB é oriunda da agricultura, enquanto apenas 32% da pecuária.

Imagem 14 - Uso e ocupação de terras no Brasil (milhões de hectares)

Fonte: Abagrp, SFB, Embrapa, IBGE, MMA, FUNAI, DNIT, ANA, MPOG; 2019

Analisando a participação dos diferentes usos da terra, observa-se que 66,3% do território brasileiro é coberto por vegetação nativa (incluindo unidades de conservação, terres indígenas, áreas de preservação e térreas devolutas e não cadastradas), 21,2% são pastagens nativas e plantadas, 7,8% corresponde a agricultura e os 4,7% restantes são áreas de uso urbano e florestas plantadas.

Imagem 15 – Participação dos diferentes usos da terra na área total do Brasil

Fonte: Abagrp, SFB, Embrapa, IBGE, MMA, FUNAI, DNIT, ANA, MPOG; 2019

Diante desse cenário, espera-se que a produção nacional de grãos aumente consideravelmente, passando de 253 milhões de toneladas em 2020 e atingindo 318 milhões de toneladas em 2030, devido a: (i) aumento da produtividade das áreas plantadas atuais devido ao emprego de tecnologia; e (ii) migração de áreas de pastagens para a agricultura.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 16 - Evolução da produção total de grãos e da área plantada no Brasil

Fonte: CONAB e MAPA

O Brasil é um dos poucos países do mundo que permite o cultivo de mais de uma safra por ano, devendo-se principalmente à posição geográfica, tamanho territorial e ao clima privilegiado para a prática. A segunda safra, ou safrinha como é conhecida, é cultivada geralmente depois de uma primeira safra de soja precoce e seu cultivo predomina nas regiões centro-sul do Brasil devido ao clima mais favorável. É comum produtores intercalarem os plantios de soja e milho, resultando no que é chamado de milho safrinha. Na figura abaixo observamos a produção de milho de segunda safra por Estado.

Imagem 17 – Mapa da produção agrícola de milho na segunda safra ("safrinha")

Fonte: CONAB

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nos dias atuais, a safrinha do milho tem produção total maior do que a primeira safra. O cultivo de soja-milho tornou-se muito comum para os produtores brasileiros devido ao melhor aproveitamento da das áreas plantadas. Segundo a CONAB, nas últimas safras, a área plantada e, consequentemente, a produção total de milho na safrinha foi mais que o dobro da produção de milho em primeira safra, como observa-se na figura abaixo.

Imagem 18 – Distribuição da produção brasileira de milho entra 1ª e 2ª safra

Fonte: CONAB

(i) participação em cada um dos mercados

<u>Insumos</u>

Insumos são matérias primas base para o agronegócio. Incluem-se produtos como sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas, dentre outros equipamentos e tecnologias inovadoras para maximizar a produtividade das lavouras. O mercado endereçável de insumos no Brasil é bem significativo e movimentou R$110 bilhões em 2018.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 19 - Evolução do mercado endereçável de insumos agrícolas no Brasil (bilhões de R$)

Fonte: ANDAV

O mercado de sementes no Brasil, país que tem a terceira maior indústria do mundo no setor (atrás de Estados Unidos e China), é bastante relevante e movimenta em média R$10 bilhões ao ano, sendo que sementes de soja e milho representam 85% do mercado[1]. Sementes são entendidas como o insumo básico para a produtividade agrícola, sendo um dos fatores que define o sucesso da safra. As sementes são produzidas a partir do processamento e tratamento de grãos, que consiste na aplicação de produtos químicos ou biológicos. O investimento em pesquisa e desenvolvimento no setor, visando o desenvolvimento de sementes mais resistentes e propícias para determinadas geografias e climas, tem sido um grande catalisador para o aumento da produtividade agrícola.

Os fertilizantes são produtos químicos que derivam de origem orgânica e inorgânica, com a finalidade de promover o crescimento e nutrição de vegetais. No Brasil, aproximadamente 70%[2] do solo é deficiente em todos os minerais e nutrientes para plantações se desenvolverem completamente devido à sua acidez. Por isso, fertilizantes ocupam grande importância no país e são responsáveis pela entrega de micro e macro nutrientes aos vegetais. Muitas vezes os fertilizantes são compostos por elementos que existem em abundância na natureza, mas mesmo assim é necessário administrá-los de forma artificial para garantir que as quantidades corretas de cada elemento se torne disponível no sistema das plantas para o seu desenvolvimento. Percebe-se no Brasil que a demanda por fertilizantes além de ser robusta, é bastante estável com tendência de crescimento, em linha com a expansão da agricultura do país.

Além de possuir uma grande relevância mundial, no Brasil os insumos ocupam uma posição de destaque, sendo que em 2019 foram consumidos mais de 36 milhões de toneladas de fertilizantes, segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda).

[1] De acordo com dados do AGROLINK
[2] Agência Nacional de Mineração (ANM)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 20 – Dinâmica do mercado de fertilizantes

Fonte: CEPEA, USDA, IBGE e CONAB

Defensivos Agrícolas

Os produtos de proteção de cultivos são substâncias aplicadas com o intuito de controlar pragas, doenças e plantas invasoras que competem por luz e nutrientes. O uso de defensivos agrícolas permite a plantação média de 2,5 safras por ano no Brasil, o que sem a utilização dessas substância seria impossível. Em termos de volume de defensivos agrícolas, o Brasil é o maior consumidor do mundo. Isso decorre muito da liderança na produção agrícola somada ao clima tropical, dada a localização em regiões quentes e úmidas, que são ideais para o desenvolvimento de pragas e doenças que podem afetar as plantações. Em 2017, o Brasil consumiu 539,9 mil toneladas de defensivos, segundo o IBAMA.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 21 – Dinâmica do mercado de insumos para proteção de cultivo

Fonte: CEPEA, USDA, IBGE e CONAB

A Companhia iniciou sua operação neste segmento em 1995, no ano em que foi fundada. Atualmente a Companhia possui uma linha completa de insumos agrícolas e busca atender todas as necessidades do produtor rural por meio da venda de sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas para as culturas de soja, milho, trigo e arroz. As vendas são realizadas nas 41 lojas (40 no Estado do Rio Grande do Sul e uma no Estado do Mato Grosso) da Companhia com auxílio de aproximadamente 120 profissionais (agrônomos e profissionais técnicos), sempre visando o aumento de produtividade dos produtores rurais. A Companhia possui cerca de 17 mil clientes nesse segmento, 2 unidades dedicadas ao beneficiamento e tratamento de sementes e 1 unidade para mistura de fertilizantes.

Grãos

- ***Soja***

Segundo o IBGE, a soja é o grão que mais gera receitas para o Brasil, atingindo 121 milhões de toneladas no ano de 2020.

A soja tem amplas utilizações, dentre elas: alimentação de animais, fabricação de biodiesel, alimentos e bebidas, óleo, dentre outros e devido as suas múltiplas finalidades, não há nenhum grão que atualmente seria capaz de substituí-la completamente.

Nos gráficos abaixo nota-se a dinâmica de produção e consumo da soja e fica evidente que o Brasil possui papel de extrema relevância na cadeia de suprimento do mundo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 22 – Market share da produção mundial de soja por país em 2020

Fonte: USDA

Observa-se que a produção de soja é concentrada em quatro grandes países: Brasil (37,4%), Estados Unidos (28,7%), Argentina (14,5%) e China (5,4%), que juntos somam 86,1% do mercado global. Entretanto, o Brasil possui uma característica que o diferencia dos demais *players* mundiais: a capacidade relevante que o país possui nas exportações mundiais de soja, correspondendo a 55,8% enquanto os Estados Unidos, segundo colocado, detém 27,7% da participação.

Imagem 23 - Exportação mundial de soja por país em 2020

Fonte: USDA

Percebe-se a grande interdependência econômica da soja com a China, país que em 2020 consumiu 59,6% de todas as exportações do mundo. Vale notar que no Brasil, apesar da alta produção do grão, uma grande parte da soja não é processada. Assim, o país se caracteriza como um forte produtor primário de soja e apresenta oportunidades significativas de crescimento no processamento deste produto.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 24 - Principais países importadores de soja no mundo em 2020

Fonte: USDA

- ***Milho***

O Brasil se destaca na sua produção mundial de milho, uma vez que este é um vegetal que cresce melhor em climas tropicais e ensolarados. Dentre os motivos para a grande produção mundial de milho estão suas propriedades úteis para muitas soluções, como a alimentação de animais, a produção de etanol ou até mesmo a criação de alguns plásticos biológicos. Em 2020, segundo o USDA, o Brasil ocupou a terceira posição na produção de milho com uma participação de 9,1%, atrás apenas de EUA (31,0%) e China (23,4%), que também são os dois maiores consumidores mundiais de milho.

Imagem 25 – Market share da produção mundial de milho por país em 2020

Fonte: USDA

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

No que diz respeito às exportações, os principais países são os Estados Unidos (26,8%), a Argentina (22,8%) e o Brasil em terceiro (19,5%), correspondendo juntos a 69,1% do total mundial. Quanto à importação, os líderes são a União Europeia (10,6%), México (9,4%) e Japão (9,1%) que juntos somam 29,1% das importações totais segundo dados do USDA de 2020.

Imagem 26 - Exportação mundial de milho por país em 2020

Fonte: USDA

Imagem 27 – Principais destinos das importações de milho no mundo em 2020

Fonte: USDA

- ***Trigo***

Diferentemente do milho e da soja, o trigo é um cereal que prefere climas temperados e moderadamente secos, fazendo com que o Brasil ocupe uma posição muito menos relevante na produção mundial deste grão. Em 2020, segundo dados do USDA, os maiores produtores de trigo foram União Europeia (20,2%), China (17,5%) e Índia (13,6%), com o Brasil representando apenas 0,7% da produção mundial. Em termos de consumo, temos novamente a China (16,9%), União Europeia (16,4%) e Índia (12,8%) nas três primeiras posições e o consumo brasileiro sendo responsável por 1,6% do total mundial. Segundo dados do Atlas Socioeconômico do Estado do Rio

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Grande do Sul, o Estado é o segundo maior produtor nacional de trigo com uma produção média de 1,8 milhões de toneladas ao ano no período de 2016 a 2018.

No segmento de originação e *trading* de grãos, a Companhia realiza a compra e venda de grãos de agricultores de pequeno e médio porte, apresentando capacidade estática para armazenamento de 900 mil toneladas de soja, milho e trigo. No que diz respeito à logística e escoamento dos grãos, a Companhia possui uma frota de mais de 73 caminhões e dois modais ferroviários.

Indústria

- **Farelo de Soja**

O farelo de soja é um ingrediente crucial na composição das rações para diversos animais como aves, suínos e bovinos. O valor nutricional do farelo de soja decorre de sua elevada composição proteica e de aminoácidos.

De acordo com o CONAB, o Brasil exportou 51,2% da sua produção de farelo de soja em 2019, sendo assim, o segundo maior exportador do mundo de farelo de soja. Em 2020, o farelo de soja teve forte demanda chinesa pelo produto, fazendo com que produtores começassem a planejar expandir suas operações no ramo, superando o ano de 2019.

Segundo dados do CONAB de 2019, as exportações do farelo de soja destinam se principalmente à União Europeia (8,9 milhões de toneladas), Ásia, exceto China (6,1 milhões de toneladas) e Oriente Médio (1,0 milhão de toneladas). Vale observar também que a China não se encontra nessa lista pois o país caracteristicamente importa a soja e a processa internamente.

Imagem 28 - Destino das exportações do farelo de soja em 2018 e 2019 (em milhares de toneladas)

Fonte: CONAB

- **Biodiesel**

O biodiesel é um combustível que pode ser produzido por meio de matérias-primas como óleos de soja, girassol, mamona, milho, caroço de algodão entre outros elementos, e apresenta características sustentáveis ao meio ambiente (poluindo 72% menos que o diesel convencional). O combustível vem ganhando relevância no mercado, o que demonstra sua importância na matriz energética mundial.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

No Brasil, esforços como o projeto Renovabio vêm incentivando o uso de biodiesel por meio da concessão de Créditos de Descarbonização (CBIOS) para os produtores de biocombustíveis.

Abaixo vemos a colocação do Brasil na produção mundial de Diesel, ocupando o terceiro lugar.

Imagem 29 – Principais países produtores de biodiesel em 2019 (bilhões de litros)

Fonte: ANP; US Energy Information Administration (EIA); International Energy Agency (IEA)

Dentre os índices mais relevantes na certificação ecológica para o biodiesel estão a Nota de Eficiência Energética (NEE), cujo objetivo é comparar a eficiência do biocombustível com seu par fóssil, e o Índice de Matéria prima elegível, que indica se a matéria prima para o biocombustível não causou nenhuma supressão ou efeito nocivo à vegetação em seu processo produtivo. Somos líderes de tais indicadores, ocupando posição de destaque nacional no que toca à biodiesel produzido a partir de óleo de soja.

Imagem 30 - Nota de Eficiência Energética (NEE)

Fonte: ANP, biodieselbr e materiais das companhias. Considera apenas Biodiesel produzido a partir de óleo de soja.

Imagem 31 - Índice de Matéria prima elegível

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: ANP, biodieselbre materiais das companhias. Considera apenas Biodiesel produzido a partir de óleo de soja.

No gráfico a seguir observa-se um crescimento estável e robusto da produção do biodiesel, com 1,2 bilhão de litros produzidos em 2008 para 5,9 bilhões de litros em 2019, a uma taxa média anual de crescimento de 15,9%.

Imagem 32 – Evolução da produção de biodiesel no Brasil (bilhões de litros)

Fonte: ANP / ABIOVE, dados disponíveis até Outubro de 2020.

A demanda por biodiesel também cresceu significativamente em decorrência de políticas estatais. Desde 2008, o governo brasileiro passou a obrigar a mistura de biodiesel com óleo diesel. Ao longo dos anos amentou-se o percentual obrigatório da mistura, partindo de 2% em 2008 para 12% em 2020, conforme a Lei 13.263/2016. A mistura do biodiesel já está aprovada para aumentar até 15% em 2023, o que demonstra a tendência estável e previsível do crescimento da demanda de biodiesel no país, contribuindo para a diminuição da volatilidade de preços, facilitando as estimativas e aumentando a precisão das projeções dos produtores.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 33 – Evolução da composição do biodiesel no óleo diesel (%)

Fonte: ANP, Banco de dados do Governo Federal Brasileiro

A Companhia possui duas fábricas, localizadas nas cidades de Ijuí e Cruz Alta, ambas no estado do Rio Grande do Sul, onde realiza a industrialização de soja, produzindo: (i) farelo, importante componente para rações animais na avicultura, suinocultura e bovinocultura; (ii) óleo de soja; e o (iii) biodiesel. A capacidade de esmagamento de soja da Companhia é de 3 mil toneladas por dia, e de produção de biodiesel, de 850 mil litros por dia. Vale notar ainda que a Companhia se destaca perante competidores devido ao acesso a ferrovias tanto em Ijuí quanto Cruz Alta, o que representa uma importante vantagem competitiva em termos de custos logísticos.

Imagem 34 – Vista Aérea da Unidade de Ijuí

Fonte: Companhia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Imagem 35 – Vista Aérea da Unidade de Cruz Alta

Fonte: Companhia

(ii) condições de competição nos mercados

Acreditamos ser uma empresa com presença consolidada no mercado agrícola do Estado do Rio Grande do Sul, registrando em 2020 participação relevante do mercado de insumos, de grãos e na indústria,, conforme demonstrado no item 7.1 deste Formulário de Referência

Imagem 36 – Evolução do market share da 3Tentos no Rio Grande do Sul

Fonte: CONAB e informações operacionais da Companhia

As particularidades do setor dificultam o ingresso de novos entrantes, especialmente de agricultores de pequeno e médio porte, devido à necessidade de serviços customizados dos produtores rurais, existência de relacionamentos de longo prazo, oferta de serviços customizados e soluções completas pelas empresas para conseguir gerar valor dentro da indústria.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em um mercado muito fragmentado que conta com milhares de empresas de pequeno e médio porte e não se limitando apenas à varejistas globais de insumos, em 2017, cooperativas representaram 29% das vendas de insumos; distribuidores e varejistas 43% e vendas diretas representaram 27%, segundo dados da ANDAV.

Imagem 37 – Segmentação dos varejistas e distribuidores de insumos agrícolas (2017)

Fonte: ANDAV

O varejo e a distribuição de produtos agrícolas no país ocorrem por meio de três principais formas: as cooperativas, as vendas diretas pela indústria de químicos e a distribuição por varejistas. Para a distribuição por varejistas, existem diversas camadas de intermediários. Os distribuidores globais atendem, em geral, todos os canais de distribuição, independentemente do tamanho. Devido a essa dinâmica, somada ao fato de o mercado ser fragmentado, há grande oportunidade para empresas que são capazes de explorar os vários níveis do mercado e possuem maior capilaridade logística.

Imagem 38 - Varejistas distribuidores de produtos agrícolas no Brasil por tamanho (2019)

Fonte: ANDAV

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Possuímos presença integrada ao longo de várias etapas do processo produtivo do agronegócio brasileiro, desde a venda de insumos (sementes, fertilizantes e proteção de cultivo), passando pela compra de grãos de produtores, o esmagamento da soja gerando biodiesel e farelo de soja.

Adicionalmente, temos como foco clientes que possuem propriedades de pequeno e médio porte, entre 100 ha e 10.000 hectares, os quais representam cerca de 470 mil agricultores e 65% da área total cultivada no Brasil. Devido ao perfil de nossos clientes (pequeno e médio porte) conseguimos obter maiores margens, o que está diretamente atrelado a nossa capacidade de prestação de serviços de assistência técnica.

Imagem 39 – Competição e características no setor

Fonte: IBGE; A soma não é 100% pois não considera 20% da área total que consiste em propriedades com menos de 100 ha

d. Eventual sazonalidade

O setor do agronegócio apresenta sazonalidade, especialmente em razão dos ciclos da lavoura que dependem de condições climáticas específicas. O Brasil tem condições únicas de clima comparado com outros países produtores de *commodities* agrícolas, possibilitando o plantio de duas safras na mesma área por ano.

Assim, considerando que as atividades dos nossos clientes estão diretamente relacionadas aos ciclos das lavouras e tem natureza sazonal, as receitas também apresentam sazonalidade pronunciada.

A sazonalidade das lavouras de soja, milho e trigo também implica a sazonalidade do lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social, o que pode causar um efeito sazonal relevante nos resultados operacionais apurados em trimestres diferentes do mesmo exercício social.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

Insumos

As matérias primas utilizadas nos segmentos de insumos são advindas em sua maioria de grandes empresas químicas com atuação global. Em termos de defensivos, conforme exposto anteriormente, atuamos somente no varejo. Entretanto, em sementes, os químicos são aplicados diretamente no produto final e, portanto, são caracterizados como matérias primas para o TSI.

Com relação a produção e comercialização de sementes, a regulamentação está na Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004, que trata do Sistema Nacional de Sementes e Mudas. Do ponto de vista legal, todas as pessoas físicas e jurídicas no Brasil que produzam, beneficiem, embalem, armazenem, analisem, comercializem, importem e exportem sementes e mudas precisam obter o registro obrigatório perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"). O Sistema Nacional de Sementes e Mudas ("SNSM") é composto pelo i) Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM; ii) Registro Nacional de Cultivares – RNC; iii) produção de sementes e mudas; iv) certificação de sementes e mudas; v) análise de sementes e mudas; vi) comercialização de sementes e mudas; vii) fiscalização da produção, do beneficiamento, da amostragem, da análise, da certificação, da reembalagem, do armazenamento, do transporte e da comercialização de sementes e mudas; e viii) utilização de sementes e mudas.

No que diz respeito à comercialização de fertilizantes, esta é regulada pela Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, pelo Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, pela Instrução Normativa nº 53, de 23 de outubro de 2013 e pela Instrução Normativa nº 46, de 22 de novembro de 2016, que tornam obrigatório o registro dos estabelecimentos que produzam ou comercializem fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes junto ao MAPA. Infratores estão sujeitos a sanções, desde advertência até a interdição temporária ou definitiva do estabelecimento. O MAPA é o órgão responsável pelo acompanhamento e fiscalização destas atividades.

Sobre defensivos agrícolas, a produção, utilização, embalagem, transporte, armazenagem, comercialização e destinação final das embalagens está sujeita a controle pelas entidades reguladoras, cabendo aos indivíduos com atuação nestes segmentos, realizar os devidos registros nos órgãos competentes junto aos Estados e Municípios, em respeito às diretrizes e exigências do MAPA, nos termos prescritos na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 ("Lei Federal n° 7.802/1989"), alterada pela Lei 9.974, de 6 de junho de 2000. Adicionalmente, todo comerciante de defensivo agrícola deve obter o Registro de Comerciante junto ao órgão estadual competente (defesa sanitária estadual) e ele fica vedado ainda a comercialização de defensivos agrícolas a qualquer pessoa (física ou jurídica) que não se encontre cadastrada como consumidor/usuário de defensivos agrícolas no mesmo referido órgão.

Grãos

A Companhia origina soja, milho e trigo em 38 de suas 40 unidades, comprando de produtores rurais, de cooperativas e de outros players do segmento.

O processo de compra de grãos passa por um controle rigoroso, dispondo de ferramentas e pessoas treinadas para classificação dos grãos, por meio do uso de sugadores pneumáticos de grãos,

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

medidores de umidade, medidores de ph (peso hectolitro, densidade dos grãos), homogeneizadores, quarteadores e peneiras, para verificar que os grãos se adequam à legislação. A classificação de grãos foi instituída pela Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000 e regulamentada pelo Decreto nº 3.664, de 17 de novembro de 2000.

Indústria

As principais matérias primas utilizadas no processo produtivo de farelo de soja e biodiesel são produtos químicos como hexano, metanol e metilato de sódio, além de outros químicos de menor destaque nos processos de preparação, extração, neutralização e reação.

Com relação à regulamentação, as fábricas de esmagamento (nas cidades Cruz Alta e Ijuí) e de biodiesel (na cidade de Ijuí), necessitam do Certificado de Licenciamento de Funcionamento (CFL), emitido pela Polícia Federal, que estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos em determinada quantidade, conforme Portaria nº 240, de 12 de março de 2019. Tal portaria nos habilita para a compra de produtos químicos (reagentes) para uso nos laboratórios em análises de controle e acompanhamento de qualidade na produção, tanto na extração quanto no biodiesel. É necessário informar mensalmente a Polícia Federal sobre os volumes consumidos. Alguns dos produtos controlados são acetona, ácido sulfúrico, ácido bórico, ácido clorídrico, álcool isopropílico e tolueno.

A Companhia possui a certificação Good Manufacturing Practices, um reconhecido certificado internacional que habilita empresas a exportar matérias primas para ração animal para mercados exigentes como o Europeu.

Esse certificado busca garantir a segurança alimentar através da implementação de boas práticas adotadas na indústria que vão desde a rastreabilidade da matéria prima até a garantia de segurança sanitária, tanto em relação ao produto final quanto às pessoas que o manejam.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores;

Exceto com relação aos insumos para a produção de sementes que são adquiridos de um número limitado de fornecedores, não dependemos de fornecedores específicos para o desenvolvimento das nossas atividades. Para mais informações sobre a dependência de poucos fornecedores, vide o fator de risco "*Os insumos para produção de sementes são adquiridos de um número limitado de fornecedores e caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento, nossas atividades e negócios podem ser afetados adversamente*", no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Todas as principais matérias-primas e insumos supracitados ou são *commodities* ou possuem relações de correlação ou co-integração de preços com alguma commodity agrícola, sendo natural e intrinsecamente caracterizadas por comportamentos voláteis de seus preços ao longo dos períodos temporais.

De maneira geral, a soja e o óleo de soja são *commodities* precificadas na CBOT, oscilando conforme as condições de oferta e demanda dos principais produtores e compradores do mercado, notadamente o Brasil e os Estados Unidos e a China, respectivamente.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a. ***Montante total de receitas provenientes do cliente***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, tivemos apenas um cliente, atuante no segmento de farelo de soja, responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total, ou seja, o valor de R$476.683 mil.

Com relação ao segmento de biodiesel, o modelo de comercialização vigente no Brasil consiste na compra e venda do biocombustível em sistema de leilões públicos, realizados bimestralmente pela ANP. Para fins de execução dos certames, a ANP designa como adquirente(s) de biodiesel, mediante editais de leilões, aquele(s) agente(s) econômico(s) com participação(ões) substanciais no mercado nacional de óleo diesel. A Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") é responsável pela realização dos certames, tendo em vista que detém participação preponderante da capacidade de refino de derivados de petróleo no mercado doméstico.

Por sua vez, a Petrobras utiliza-se do sistema Petronect para a efetivação dos leilões, nos termos do artigo 2º, parágrafo 2º, da Portaria MME 311/2018, nos quais os Fornecedores (usinas de biodiesel) ofertam o biocombustível e as compradoras (distribuidoras) entram arrematando os lotes. Após final do Leilão e sua posterior Homologação, o contrato de fornecimento das usinas se dá com a Petrobrás, atualmente única adquirente dos volumes de biodiesel comercializado no âmbito dos leilões, que por sua vez, "revende" para as distribuidoras.

Assim, sob o prisma contratual e financeiro, a usina ofertante de biodiesel possui apenas uma fonte pagadora, isto é, a Petrobras via emissão, pelo produtor de biodiesel, de nota fiscal eletrônica referente a "Remessa de NF – Venda e Ordem". A operação comercial, por sua vez, na prática, se dá entre as distribuidoras de combustíveis (clientes finais) e as usinas produtoras do biocombustível (fornecedoras), tendo a Petrobrás como o garantidor do negócio.

A venda total de biodiesel pela Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, correspondeu a R$737,5 milhões. Entretanto, o maior cliente de biodiesel (distribuidora) correspondeu a R$239.815.070,47, ou seja, 8% da nossa receita líquida.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nossos três maiores clientes foram responsáveis por aproximadamente 89% de nossa receita com venda de biodiesel.

b. ***Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente***

O cliente responsável, individualmente, por mais de 10% da nossa receita líquida total está no segmento de indústria (farelo de soja).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nossas atividades são voltadas, principalmente, para defensivos agrícolas, sementes, fertilizantes, óleo de soja, farelo de soja e biodiesel, e precisam de aprovação junto a órgãos municipais, tais como Secretarias Municipais de Meio Ambiente, órgãos estaduais, incluindo Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, e órgãos federais, tais como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), a Agencia Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), o Conselho Regional de Química ("CRQ"), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ("CREA") o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, entre outros.

Licenciamento ambiental

A Lei Complementar nº 140/11 regula a cooperação e a divisão de competências executivas entre os entes da federação, notadamente competências de licenciamento e de fiscalização. Em relação ao licenciamento ambiental, a Lei Federal nº 6.938/1981 ("Política Nacional do Meio Ambiente") estabelece que a construção, instalação, operação, modificação ou expansão de empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente poluidores, que utilizem recursos naturais ou que de alguma forma causem degradação ambiental estão sujeitos a processo de licenciamento ambiental. À luz da Lei Complementar nº 140/11, as nossas atividades são, em regra, licenciadas por órgãos ambientais estaduais, podendo haver circunstâncias específicas que ensejem o envolvimento ou a competência de órgãos ambientais municipais ou federais.

Atuamos no Estado do Rio Grande do Sul e nossas atividades desenvolvidas compreendem (i) armazenagem de agrotóxicos; (ii) beneficiamento e tratamento de sementes, grãos e cereais; (iii) secagem e armazenagem de soja/trigo/milho; (iv) refino de óleo através da extração de solventes; e (v) fabricação de biodisesel, estão sujeitas ao licenciamento ambiental conduzido pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Roessler ("FEPAM"), órgão competente do Estado do Rio Grande do Sul para definir os critérios para o licenciamento das referidas atividades, bem como para fiscalizar o atendimento das obrigações e condicionantes impostas.

Já em âmbito municipal, possuímos diversas declarações de dispensa de licenciamento e algumas licenças para armazenagem e secagem de grãos. É importante ressaltar, ainda, que as atividades administrativas, de depósito de grãos e de comercialização de produtos estão isentas de licenciamento, não sendo necessária a emissão de declaração de isenção, nos termos da Resolução CONSEMA nº 377/2018.

O licenciamento ambiental no Brasil, via de regra, consiste em um processo de três etapas, sendo que cada licença está condicionada à emissão da licença anterior, da seguinte maneira:

- *Licença Prévia (LP)* - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

- *Licença de Instalação (LI)* - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante; e

- *Licença de Operação (LO)* - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das condicionantes das licenças anteriores, e com a inclusão de condicionantes relativas às medidas de controle ambiental e condições determinadas para a operação.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Cada licença é emitida de acordo com o estágio de desenvolvimento do projeto e a manutenção da sua validade depende do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

As licenças ambientais concedidas devem ser renovadas periodicamente. Os pedidos de renovação devem ser realizados dentro do prazo assinalado pelo órgão de controle ambiental, que normalmente é de 120 dias de antecedência mínima em relação à data de seu vencimento para garantir que a licença seja automaticamente prorrogada até que o órgão ambiental competente se manifeste definitivamente sobre o pedido de renovação. Caso a renovação não seja solicitada tempestivamente, a licença não será prorrogada automaticamente após sua data de expiração, o que pode significar a irregularidade da atividade até a manifestação do órgão ambiental licenciador. Eventual morosidade, indeferimentos de emissão ou renovação das licenças ambientais ou a impossibilidade de atendimento aos requisitos estabelecidos pelos órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento podem afetar adversamente e até mesmo impedir a instalação e operação regular das nossas atividades.

A fiscalização ambiental é realizada por órgãos e entidades governamentais de todos os níveis federativos, com preponderância da atuação do órgão licenciador, que podem impor penalidades administrativas e/ou criminais, em caso de descumprimento da legislação aplicável, bem como pleitear a reparação ou indenização de eventuais danos causados.

Dessa forma, caso o licenciamento ambiental não seja dispensado, a falta de obtenção das licenças ambientais ou o descumprimento de suas condicionantes, esteja a atividade efetivamente causando dano ambiental ou não, sujeita o empreendedor a penalidades criminais e administrativas, sem prejuízo da responsabilização na esfera civil, incluindo multa de R$500,00 a R$50.000.000,00 e suspensão ou interrupção das atividades. Para mais informações sobre os riscos de responsabilização ambiental pertinentes às nossas atividades, vide o capítulo o item 4.1 (Fatores de Risco) do presente Formulário de Referência.

Biodiesel

As autorizações para o exercício da atividade de produção de biodiesel e para operação das nossas unidades produtoras são outorgadas pela ANP mediante a comprovação de atendimento aos critérios estabelecidos pela regulamentação aplicável, notadamente a Resolução ANP 734/2018. Para mais informações a respeito da regulamentação da ANP, vide item 7.5 deste Formulário de Referência. Ainda, nossas autorizações poderão ser revogadas pela ANP, após conclusão de processo administrativo, caso deixemos de atender aos requisitos estabelecidos pela norma.

Somos detentores do Selo Combustível Social, que nos confere determinados benefícios de natureza fiscal, bem como a preferência na participação em leilões de venda de biodiesel. O Selo de Combustível Social é um componente de identificação concedido pelo MAPA a cada unidade industrial do produtor de biodiesel, nos termos da Portaria N° 144 de 2019 do MAPA ("Portaria 144/2019"). A manutenção do Selo Combustível Social exige a observância dos critérios previstos na Portaria n° 144/2019 do MAPA, que nos obrigam, dentre outros assuntos, a: (i) prestar assistência técnica aos agricultores familiares, inclusive os acompanhando e assessorando em seus processos de plantio e colheita; e (ii) comprovar que determinado percentual da matéria-prima utilizada para a produção do biodiesel originou-se da agricultura familiar. Ainda, somos obrigados a apresentar nosso Selo Combustível Social com validade de 5 anos para participação nos leilões cíclicos de venda de biodiesel da ANP organizados pela Petrobrás.

O fim dos Leilões Públicos e o estabelecimento de um modelo e comercialização a ser desenvolvido pela ANP a partir de 01/01/2022 não eliminará a obrigação de os agentes distribuidores de diesel adquirirem preferencialmente o biodiesel produzido por unidades produtoras detentoras do "Selo Biocombustível Social", nos termos do art. 2º da Resolução CNPE n.º 14/2020.

Considerando as nossas atividades de produção de biodiesel, nós devemos observar os requisitos dispostos na Lei n° 11.116, de 18 de maio de 2005 ("Lei 11.116/05"), que exigem que obtenhamos registro especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia, de produtor ou importador de biodiesel, o qual poderá ser cancelado, a qualquer tempo, mediante ocorrência de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

qualquer dos seguintes fatos: (i) desatendimento dos requisitos que condicionaram a sua concessão; (ii) cancelamento da autorização instituída pelo inciso XVI do art. 8° da Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, expedida pela ANP; (iii) não cumprimento de obrigação tributária principal ou assessoria, relativa a tributo ou contribuição administrados pela Secretaria da Receita Federal; (iv) utilização indevida do coeficiente de redução diferenciado de que trata o § 1° do art. 5° da Lei 11.116/05; ou (v) pratica de conluio ou fraude, como definidos na Lei n° 4.502, de 30 de novembro de 1964, ou de crime contra a ordem tributária, previsto na Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, ou de qualquer outra infração cuja tipificação decorra do descumprimento de normas reguladoras da produção, importação e comercialização de biodiesel, após decisão transitada em julgado.

Licenças e autorizações regulatórias necessárias para as atividades desempenhadas pela Companhia

Na esfera da regulação sanitária, o MAPA e a ANVISA são os reguladores mais relevantes para nossa operação. assim como as Secretarias de Agricultura, Pecuária e Agronegócio estaduais e municipais, de forma que somos obrigados a manter determinadas licenças e autorizações válidas, incluindo certificados de registro de comerciante de defensivo agrícola, certificados de registro de comerciante fertilizantes, alvarás sanitários ou dispensa sanitária, RENASEM, registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia para o exercício de nossas atividades, dentre outros, como o Conselho Regional de Química (CRQ).

A comercialização de defensivos agrícolas (tais como inseticidas, herbicidas, fungicidas e adjuvantes) está sujeita ao controle pelos setores da saúde, meio ambiente e agricultura, cabendo a nós promover os registros competentes, atendidas as diretrizes e exigências do MAPA, nos termos prescritos na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989 e na Lei n° 4.074, de 4 de janeiro de 2002, conforme alteradas. Assim, estamos sujeitos ao registro de comerciante de defensivos agrícolas junto ao órgão estadual competente (defesa agropecuária estadual) sendo-nos vedada a comercialização de qualquer defensivo agrícola a qualquer pessoa física ou jurídica que não esteja cadastrada como consumidor/usuário de defensivo agrícola no mesmo órgão. Precisamos manter o registro junto à ANVISA e registrada no órgão competente (*i.e.*, Coordenadorias de Defesa Agropecuária) do Estado ou Município, conforme disposto nos artigos 37 e ss. do Decreto nº 4.047/2002 e do art. 4º, caput, da Lei nº 7.802/1989.

Os registros dos produtos, por sua vez, devem ser realizados e mantidos simultaneamente por 3 (três) órgãos do Governo Federal: o MAPA, a ANVISA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). Cada um desempenha um papel independente na avaliação técnica do produto. Ao MAPA, dentre outras competências, cabe avaliar a eficiência agronômica dos agrotóxicos para a agricultura (art. 5º, inciso I, Decreto nº 4.074/2002); à ANVISA, representando o Ministério da Saúde, cabe realizar avaliação e classificação toxicológica (art. 6º, inciso I, Decreto nº 4.074/2002); e ao IBAMA, representando o Ministério do Meio Ambiente, cabe fazer uma avaliação ambiental do produto, afim de verificar sua eficiência e periculosidade (art. 7º, incisos I e II, Decreto nº 4.074/2002).

A validade do registro de defensivos agrícolas é indeterminada, podendo ser cancelado nos casos de reavaliação toxicológica, de impossibilidade de serem sanadas irregularidades identificadas ou quando constatada fraude. As sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento do Decreto nº 4.074/2002 e da legislação competente são: (i) advertência; (ii) multa, se deixar de sanar irregularidade notificada ou opuser embaraço à fiscalização; (iii) inutilização, se produto sem registro ou ficar constatada a impossibilidade de lhes ser dada outra destinação ou reaproveitamento; (iv) suspensão de autorização de uso ou de registro de produto, se constatadas irregularidades reparáveis; (v) cancelamento da autorização de uso ou de registro de produto, se impossibilidade de serem sanadas as irregularidades ou quando constatada fraude; (vi) cancelamento de registro, licença, ou autorização de funcionamento de estabelecimento, se impossibilidade de serem sanadas as irregularidades ou quando constatada fraude; (vii) interdição temporária ou definitiva de estabelecimento, se constatada irregularidade ou quando se verificar, mediante inspeção técnica ou fiscalização, condições sanitárias ou ambientais inadequadas para o funcionamento do estabelecimento; (ix) destruição ou inutilização de vegetais, parte de vegetais e alimentos, determinada pela autoridade sanitária competente, sempre que apresentarem resíduos acima dos níveis permitidos ou quando tenha havido aplicação de agrotóxicos e afins de uso não autorizado;

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

e (x) suspensão do registro, se solicitação de adequação de informações ou documentos não for atendida no prazo de trinta dias, salvo justificativa técnica procedente (art. 86, Decreto nº 4.074/2002).

No que se refere especificamente aos adjuvantes, também manipulados em nossa operação para facilitar misturas, atualmente não há obrigatoriedade ou procedimento de registro previsto. O Ato nº 104 do MAPA, publicado em 21 de novembro de 2017 do Diário Oficial da União ("DOU"), dispõe expressamente sobre a dispensa do registro de produtos caracterizados exclusivamente como adjuvantes, sendo possível emitir declaração padronizada da isenção de registro com a finalidade de evitar entraves na importação e comercialização. Publicado em sequência, o Ato nº 108 também dispensa a necessidade de registro de espalhantes adesivos inseridos na categoria de adjuvantes.

A comercialização de fertilizantes e inoculantes, por sua vez, é regulada pela Lei n° 6.894, de 16 de dezembro de 1980, pelo Decreto n° 4.954, de 14 de janeiro de 2004, pela Instrução Normativa n° 53, de 23 de outubro de 2013 e pela Instrução Normativa n° 46, de 22 de novembro de 2016, conforme alteradas. Referidas normas estabelecem a obrigatoriedade do registro dos estabelecimentos que produzam, comercializam, exportam ou importam fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes junto ao MAPA, sendo que a ausência de tais cadastros e inobservância das regras aplicáveis pode sujeitar infratores a diversas sanções administrativas, que variam de acordo com a gravidade da conduta e existência de situações agravantes, indo deste advertências até a interdição definitiva do estabelecimento.

Para obtenção do Registro de Produto junto ao MAPA, a empresa requerente deverá estar registrada na categoria atividade, estabelecida no art. 3º da IN MAPA nº 53/2013, pertinente ao produto para o qual pleiteia o registro. Nossa empresa realiza: (i) revenda de fertilizantes, adquirindo o produto acabado de multinacionais e empresas locais para venda; e (ii) venda por marca própria, desde 2015, por meio de importação de matéria-prima e realização de mistura. Dessa forma, nossa empresa é registrada na atividade de produtor e comercialmente,

Caso verifique-se que as informações do registro não estão atualizadas, irregularidades ou atitudes meramente paliativas ou procrastinatórias de saná-las, a empresa estará sujeita às penalidades de: (i) suspensão; (ii) cancelamento de registro; ou (iii) interdição do estabelecimento, sem prejuízo de aplicação das multas (art. 45, §6º e 48, §3ºIN MAPA 53/2013).

Nossa produção e multiplicação de sementes de soja, trigo e milho e comercialização dessas sementes juntamente com a revenda de sementes de sorgo, arroz, azevem, estão sujeitas ao prescrito na Lei n° 10.711, de 5 de agosto de 2003, regulamentada pelo Decreto n° 5.153, de 23 de julho de 2004, que dispõem sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas. Todas as sementes são dispensadas de serem registradas na ANVISA e apenas as sementes de soja e de trigo precisam de registro no MAPA, em razão de terem aplicação de insumos de cor para fins de identificação e por terem tratamento de maquinário (não se aplicam ao caso de dispensa de venda in natura previsto no art. 2º, IV, IN/MAPA nº 51/2020).

Em razão de comercializarmos o farelo de soja destinado à alimentação animal, nossa empresa precisa manter-se registrada no MAPA, cuja renovação precisa ser realizada a cada 5 (cinco) anos (com antecedência de 60 dias antes da expiração), sob pena de perda do registro e do direito de funcionamento do estabelecimento que desenvolva as atividades, conforme previsto no Decreto nº 6.296/2007. Estamos sujeitos a inspeções periódicas do Ministério, inclusive em períodos de renovação do registro, e, em caso de desconformidades consideradas insanáveis pela fiscalização, há risco de perda do registro. Se for aplicada a penalidade de suspensão temporária da atividade, seus efeitos poderão perdurar até 1 (um) ano (art. 11, §2º, Decreto nº 6.296/2007). O produto farelo de soja é dispensado de registro no MAPA (art. 2º, I, IN/MAPA nº 51/2020).

Produtos Controlados

A aquisição, armazenamento, comércio, transporte e uso de produtos químicos (substâncias restritas e controladas) estão sujeitos a controle por parte da Divisão de Controle de Produtos Químicos da Polícia Federal (Lei Federal nº 10.357/01), Ministério da Defesa (Decreto Federal nº 10.030/2019) ou

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

da Política Civil. Cada autorização para o uso de produtos controlados é válida por um prazo específico, no termo do qual a licença deve ser renovada. Em relação às autorizações da Polícia Federal, o pedido de renovação deve ser apresentado 60 dias antes da data de vencimento para que as autorizações permaneçam válidas até a manifestação final sobre o pedido de renovação.

Além das licenças e autorizações emitidas pela Polícia Federal, Polícia Civil e Exército brasileiro, a legislação brasileira exige a obtenção de determinadas autorizações para que possamos realizar nossas atividades. Para tanto, devemos possuir autorização, emitida pelo IBAMA, para o transporte e o armazenamento de produtos perigosos, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 05/2012. O exercício da atividade sem a emissão dessa autorização pode nos sujeitar a autuação por parte do órgão ambiental.

A não obtenção de autorizações Política Federal pode sujeitar a multas de até R$ 1.064.100,00. Quanto à ausência de autorização emitida pelo Ministério da Defesa, nós podemos estar sujeitos a multas de até R$ 2.500,00. As multas relacionadas com a autorização da Polícia Civil variam de acordo com a jurisdição competente.

Resíduos Sólidos

A Lei n° 12.305, de 2 de agosto de 2010, conforme alterada, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), estabelecendo diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. A legislação brasileira regula a segregação, coleta, armazenamento, transporte, tratamento, acondicionamento e destinação final de resíduos sólidos, devendo ser observada a classificação dos resíduos. Ressalta-se que os projetos relacionados são sujeitos a previa aprovação do órgão ambiental competente. A geração de resíduos sólidos pelas atividades sujeitas à licenciamento ambiental são controladas e fiscalizadas pelo órgão ambiental competente.

Referida lei dispõe acerca da (i) prevenção e redução na geração de resíduos, com um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos; (ii) instituição de instrumentos de planejamento; e (iii) imposição que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS").

O PGRS é um documento que pode ser integrante ou independente do processo de licenciamento ambiental, baseado nos princípios da não geração de resíduos e na minimização da geração de resíduos, que aponta e descreve as ações relativas ao seu manejo, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, reciclagem, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

A disposição inadequada, a ausência de PGRS, bem como os acidentes decorrentes do manuseio inadequado desses resíduos, além de poder resultar na contaminação de solo e de águas subterrâneas, podem ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa (multas que podem variar de R$5.000,00 a R$50.000.000,00) e penal, bem como responsabilização no âmbito civil pela reparação de danos causados ao meio ambiente, sendo que, neste último caso, independe de comprovação de culpa.

Logística Reversa

A PNRS estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, que é o "conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos."

Um dos instrumentos para aplicar a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto é o sistema de logística reversa. A PNRS define logística reversa como o "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada".

Tendo em vista a necessidade de implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a PNRS estabelece que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes seus resíduos e embalagens e lâmpadas fluorescentes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa.

No tocante ao sistema de logística reversa de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, A destinação de embalagens vazias e de sobras de agrotóxicos e afins deverá atender às recomendações técnicas apresentadas na bula ou folheto complementar, adquiridos na compra do produto. De acordo com a Lei nº 7.802/89 – que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins – as empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, são responsáveis pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados e comercializados, após a devolução pelos usuários, e pela dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e dos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou inutilização.

Os usuários de agrotóxicos e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias, e respectivas tampas, aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, no prazo de até um ano, contado da data de sua compra.

O artigo 15 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, conforme alterada, estabelece que aquele que produzir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço, der destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, em descumprimento às exigências estabelecidas na legislação pertinente estará sujeito à pena de reclusão, de dois a quatro anos, além de multa. Ainda, o Decreto nº 4074/02 regulamenta essa lei.

Após o uso, antes da devolução, cabe ao agricultor realizar a lavagem das embalagens no campo, armazenando-as temporariamente para entrega posterior na unidade de recebimento indicada. A norma técnica NBR 13968 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), define a chamada "tríplice lavagem" e a lavagem sob pressão, técnica que permite que os resíduos contidos nas embalagens possam ser diluídos em diferentes concentrações e reutilizados na lavoura.

Os estabelecimentos comerciais deverão dispor de instalações adequadas para recebimento e armazenamento das embalagens vazias devolvidas pelos usuários, até que sejam recolhidas pelas respectivas empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, responsáveis pela destinação final dessas embalagens.

Os estabelecimentos comerciais, postos de recebimento e centros de recolhimento de embalagens vazias fornecerão comprovante de recebimento das embalagens. Os estabelecimentos destinados ao desenvolvimento de atividades que envolvem embalagens vazias de agrotóxicos, componentes ou afins, bem como produtos em desuso ou impróprios para utilização, deverão obter licenciamento ambiental. As empresas titulares de registro, produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, são responsáveis pelo recolhimento, pelo transporte e pela destinação final das embalagens vazias, devolvidas pelos usuários aos estabelecimentos comerciais ou aos postos de recebimento, bem como dos produtos por elas fabricados e comercializados.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Por fim, a Resolução CONAMA nº 465/2014 dispõe sobre os requisitos e critérios técnicos mínimos necessários para o licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos. Assim, de acordo com a legislação federal, cada participante do sistema de logística reversa de embalagens de agrotóxicos tem o seu papel bem definido dentro das responsabilidades compartilhadas. Nesse sentido, a Companhia atua em consonância com a lei, recebendo as embalagens de defensivos agrícolas de seus clientes e as enviando para empresas terceirizadas especializadas na destinação final ambientalmente adequada de referidas embalagens.

Quanto aos óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, produtor e importador devem coletar e dar destinação final ao óleo lubrificante usado ou contaminado ("OLUC"), respeitando a proporção do óleo lubrificante acabado que colocarem no mercado. Dentre outros pontos, a Resolução CONAMA n. 362/2005, dispõe que o revendedor de óleo lubrificante acabado, bem como o gerador de óleo lubrificante usado, é responsável pelo recolhimento do OLUC. As metas progressivas, intermediárias e finais dessa coleta são definidas pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas e Energia, em ato conjunto.

A Portaria Interministerial nº 475/2019, estabelece os percentuais mínimos de coleta de óleos lubrificantes usados ou contaminados coletados, conforme tabela abaixo:

Ano	Regiões					Brasil
	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
2020	37,0%	37,0%	38,0%	45,0%	42,0%	42,0%
2021	38,0%	38,0%	39,0%	48,0%	45,0%	44,0%
2022	39,0%	39,0%	39,0%	50,0%	48,0%	45,5%
2023	40,0%	40,0%	40,0%	52,0%	50,0%	47,5%

Essa mesma portaria estabelece que os volumes de óleo lubrificante usado ou contaminado coletados deverão ser contabilizados no mesmo ano em que a coleta foi realizada efetivamente.

Note-se que, além da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente, descumprir obrigação prevista no sistema de logística reversa implantado nos termos da PNRS, consoante as responsabilidades específicas estabelecidas para o referido sistema, sujeita o infrator às penalidades previstas em lei, que variam de multas de R$ 5.000,00 a R$ 50.000.000,00.

Recursos Hídricos

A Lei Federal n° 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos ("PNRH"), estabelece que o uso de tais recursos está sujeito à emissão de outorga pelo Poder Público, seja para a captação de água, ainda que de um poço artesiano e/ou para consumo humano, seja para o lançamento de efluentes e de demais resíduos líquidos ou gasosos em um corpo d'agua, tratados ou não, com o fim de sua diluição, de transporte ou de disposição final. Estão dispensados da outorga os usos de proporções insignificantes e quando a captação/lançamento se dá por meio da rede pública, desde que essa possua sistema de tratamento adequado.

A PNRH dispõe que a captação ou o lançamento realizado sem outorga de direito de uso de recursos hídricos sujeita a pessoa física ou jurídica a penalidades como, por exemplo, advertência, embargo provisório ou definitivo, interdição e multa, simples ou diária, que pode variar de R$100,00 R$50.000.000,00.

Comercialização de Fertilizantes

A comercialização de fertilizantes mineral misto e inoculantes é regulada pela Lei n° 6.894, de 16 de dezembro de 1980, pelo Decreto n° 4.954, de 14 de janeiro de 2004, pelas Instruções Normativas ("IN") do MAPA n° 53, de 23 de outubro de 2013 e n° 39, de 8 de agosto de 2018, que estabelecem a obrigatoriedade do registro junto ao MAPA dos estabelecimentos que produzam ou comercializem fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes, biofertilizantes remineralizadores, substrato para

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

plantas e materiais secundários, sujeitando os infratores a sanções, que incluem advertência, multa, condenação e inutilização do produto, suspensão ou cancelamento do registro, até a interdição temporária ou definitiva do estabelecimento, considerando a gravidade da infração e os agravantes constatados. Referidos diplomas designam ainda o MAPA como responsável pelo acompanhamento e fiscalização destas atividades.

Produção e Comercialização de Sementes

A produção e comercialização de sementes está sujeita ao prescrito na Lei n° 10.711, de 5 de agosto de 2003 e seu respectivo regulamento (Decreto Federal n° 5.153/2004, recentemente sucedido pelo Decreto Federal n° 10.586/2020, que entrará em vigor em 21 de março de 2021), que dispõem sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas ("SNSM").

Nos termos dos referidos diplomas legais, todas as pessoas físicas e jurídicas que, no território nacional brasileiro, produzam, beneficiem, reembalem, armazenem, analisem, comercializem, importem e exportem sementes e mudas precisam obter o registro obrigatório perante o MAPA, como é o nosso caso.

O SNSM compreende as seguintes atividades: (i) Registro Nacional de Sementes e Mudas – ("RENASEM"); (ii) Registro Nacional de Cultivares ("RNC"); (iii) produção de sementes e mudas; (iv) certificação de sementes e mudas; (v) analise de sementes e mudas; (vi) comercialização de sementes e mudas; (vii) fiscalização da produção, do beneficiamento, da amostragem, da análise, da certificação, da embalagem, do armazenamento, do transporte e da comercialização de sementes e mudas; e (viii) utilização de sementes e mudas, cabendo ao MAPA promover a supervisão e fiscalização do SNSM (art. 3º e 4º, Lei nº 10.711/2003).

A inscrição ou o credenciamento no RENASEM depende do pagamento de valores que variam conforme a natureza da inscrição, assim como as condições exigidas para a inscrição variam segundo cada categoria (produtor, beneficiador, armazenador, certificador, comerciante de sementes e mudas, etc.).

Cabe ao produtor de sementes atender às seguintes exigências: (i) inscrever os campos de produção de sementes; (ii) comprovar a origem do material de reprodução; (iii) apresentar a autorização do obtentor (no caso de cultivar protegido) e, conforme o caso, o contrato com o certificador, além dos mapas de produção e comercialização de sementes. Deve ainda manter a disposição do órgão de fiscalização: (i) o projeto técnico de produção; (ii) os laudos de vistoria de campo; (iii) o controle de beneficiamento; (iv) o termo de conformidade; (v) o certificado de sementes; e (vi), quando o beneficiamento e o armazenamento forem realizados por terceiros, o contrato de prestação de serviços.

Somente as sementes produzidas e identificadas nos termos prescritos na lei aplicável estão sujeitas à comercialização, transporte e armazenagem no território nacional brasileiro. A semente comercializada/transportada deverá estar acompanhada da respectiva nota fiscal de venda, do atestado de origem genética, do certificado de qualidade e termo de conformidade. Deverão se encontrar em embalagens invioladas, originais e com a indicação do produtor ou reembalador.

Nossa produção e multiplicação de sementes de soja e trigo e comercialização dessas sementes juntamente com a revenda de sementes de sorgo, arroz, azevem, estão sujeitas ao previsto na legislação aplicável ao SNSM e é necessário manter o certificado de inscrição de todas no RENASEM ante à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio estadual competente. Ao mesmo tempo, todas as sementes são dispensadas de serem registradas na ANVISA e apenas as sementes de soja e de trigo precisam de registro no MAPA, em razão de terem aplicação de insumos de cor para fins de identificação e por terem tratamento de maquinário (não se aplicam ao caso de dispensa de registro para venda de sementes *in natura* previsto no art. 2º, IV, IN/MAPA nº 51/2020).

A inscrição no RENASEM possui validade de 3 (três) anos, podendo ser renovada por iguais e sucessivos períodos, uma vez atendidas pelo interessado as exigências previstas na lei e respectivo regulamento, cabendo ao MAPA responder pela fiscalização de todas as atividades compreendidas no processo, desde a produção, certificação, até a comercialização e utilização das sementes. Durante a fiscalização, o agente competente poderá, cautelarmente: (i) suspender a comercialização;

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

ou (ii) interditar o estabelecimento (art. 42, Lei nº 10.711/2003), caso identifique irregularidades e desconformidades. Deve-se também considerar o risco da responsabilização consistir em, isolada ou cumulativamente, nas seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa pecuniária de até 250% (duzentos e cinquenta por cento) do valor comercial do produto fiscalizado; (iii) apreensão das sementes ou mudas; (iv) condenação das sementes ou mudas; e (v) suspensão ou cassação da inscrição do RENASEM (art. 43, Lei nº 10.711/2003).

Organismos geneticamente modificados

Por fim, como exercemos atividades de comercialização de defensivos agrícolas e parte das sementes que comercializamos é classificada como organismos geneticamente modificados ("GMOs"), em proporções variadas, estamos sujeitos às disposições da Lei n° 11.105/2005, que prevê a obrigatoriedade de prévia aprovação de quaisquer atividades com GMOs pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança ("CTNBio"), a qual pode, baseada em novos estudos científicos, vir a reavaliar os GMOs atualmente comercializados por nós, impondo novas restrições ou proibições adicionais às atualmente existentes.

O descumprimento a legislação aplicável aos GMOs por nós poderá acarretar nas sanções de advertência, multa de até R$ 1.500.000,00, apreensão de GMOs e seus derivados, suspensão da venda de GMOs e seus derivados, embargo da atividade, interdição parcial ou total do estabelecimento, atividade ou empreendimento, suspensão de registro, licença ou autorização, intervenção no estabelecimento, entre outros.

Além disso, é importante ressaltar que as instituições financeiras financiadoras de projetos que envolvam GMOs podem ser consideradas corresponsáveis por eventuais violações à Lei n° 11.105/2005, caso não exijam Certificado de Qualidade em Biossegurança emitido pela CTNBio, razão pela qual a Companhia informa que está em consonância com todas as exigências legais aplicáveis aos GMOs.

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP)

De acordo com a Instrução Normativa n° 6/2013, atualizada pela Instrução Normativa n° 11/2018 do IBAMA, além do licenciamento ambiental, as atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos ambientais elencadas nas referidas normas estão sujeitas à inscrição junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ("CTF/APP"), sob pena de sofrerem autuações, cujos valores poderão chegar a R$9.000,00, no caso de empresas de grande porte, de acordo com o art. 76, do Decreto Federal n° 6.514/2008.

A inscrição da pessoa jurídica no CTF enseja algumas obrigações acessórias, nos termos da Lei Federal n° 6.938 /1981, quais sejam: (i) o pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ("TCFA"), a depender da atividade cadastrada; e (ii) a entrega de Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais ("RAPP").

A TCFA é prevista no art. 17-B da Lei Federal n° 6.938/1981, incluído pela Lei Federal n° 10.165/2000. De acordo com o mencionado dispositivo, a TCFA tem como fato gerador o "exercício regular do poder de polícia conferido ao IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais".

Nos termos do art. 17-C da referida lei, são considerados sujeitos passivos dessa taxa os estabelecimentos que exerçam atividades arroladas no Anexo VIII da Lei Federal n° 6.938/1981. Atualmente, a TCFA também é regulamentada pela Instrução Normativa n° 17/2011 do IBAMA e pela Portaria Interministerial n° 812/2015, a qual estabelece, em seu Anexo II, os valores da taxa, de acordo com o porte e o potencial de poluição da atividade fiscalizada.

A TCFA será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil e o recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao IBAMA. O sujeito passivo da TCFA, em caso de atraso e/ou inadimplência, submete-se aos acréscimos e penalidades prescritos nos termos do art. 6°, § 3° da Instrução Normativa IBAMA n° 17/2011.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

O contribuinte que paga a taxa estadual de controle e fiscalização tem direito a um desconto de até 60% (sessenta por cento) sobre a TCFA devida ao IBAMA, conforme previsão do art. 17-P da Lei Federal n° 6.938/1981.

Reserva Legal e Cadastro Ambiental Rural

Consoante o Código Florestal - Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, conforme alterada - todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa a título de reserva legal, a fim de conservar a biodiversidade, proteger a fauna e a flora, restaurar os processos ecológicos e permitir a utilização sustentável dos recursos naturais. Referida área pode ser utilizada para fins econômicos sob regime de manejo florestal sustentável e o percentual que deverá ser mantido depende do bioma no qual a propriedade está localizada.

O Cadastro Ambiental Rural ("CAR") é o registro obrigatório para todas as propriedades rurais, visando a integrar as informações ambientais a respeito do status de APP, Reserva Legal, florestas e remanescentes de vegetação nativa.

É importante notar que, além da obrigação de compensar os danos ambientais, deixar de averbar a reserva legal sujeita o infrator a multas previstas em lei de até R$ 500,00 por hectare ou fração de reserva legal.

Ademais, o déficit de Reserva Legal pode impedir o acesso a crédito financeiro e/ou programas de financiamento. Não somos proprietários e/ou possuidores de imóveis rurais que possuem áreas de Reserva Legal.

Áreas Contaminadas

Em âmbito federal, a Resolução nº 420 do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA"), de 28 de dezembro de 2009, dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas em decorrência de atividades antrópicas. Nos termos da norma, uma contaminação consiste na "*presença de substância(s) química(s) no ar, água ou solo, decorrentes de atividades antrópicas, em concentrações tais que restrinjam a utilização desse recurso ambiental para os usos atual ou pretendido, definidas com base em avaliação de risco à saúde humana, assim como aos bens a proteger, em cenário de exposição padronizado ou específico*".

Os órgãos ambientais têm adotado posturas cada vez mais severas com relação ao gerenciamento de áreas contaminadas, inclusive com o estabelecimento de padrões ambientais orientadores para a qualidade do solo e águas subterrâneas.

A adoção de medidas de investigação, remediação e monitoramento pode acarretar gastos significativos e a falta dessas ações pode desencadear responsabilização nas esferas administrativa, criminal e civil.

Ademais, a remediação de contaminações não está sujeita a limite de valores. Da mesma forma, a responsabilidade por danos ambientais não está sujeita a prazos de prescrição, ou seja, não são extintas no decorrer do tempo.

No caso de existência de áreas contaminadas e de descumprimento de diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais e de saúde, poderemos estar sujeitos a sanções penais, bem como administrativas, inclusive multas de até R$ 50.000.000,00, suspensão de financiamento e benefícios fiscais, entre outros, conforme art. 60 do Decreto Federal nº 6.514/98.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Responsabilidade Ambiental

Nos termos da Constituição Federal, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. Assim, o responsável por qualquer atividade que cause danos ao meio ambiente, incluindo aqueles que, cientes dos danos, não tomarem medidas preventivas, podem ser responsabilizados nas esferas (i) civil, (ii) administrativa e (iii) penal. As três esferas de responsabilidade mencionadas acima são distintas e independentes porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode lhe gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa, A Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, dispõe, em seu artigo 70, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental, independentemente da efetiva ocorrência de dano.

Conforme definido no Decreto Federal nº 6.514 de 22 de julho de 2008, as sanções impostas contra eventuais infrações administrativas incluem advertência; multa simples que pode ser estabelecida a partir de R$50,00 (cinquenta reais) a até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); multa diária; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade, demolição de obra; suspensão parcial ou total de atividades; além das sanções restritivas de direito, dentre as quais a suspensão de registro, licença ou autorização; cancelamento de registro, licença ou autorização; suspensão de benefícios fiscais; cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais; e proibição de ser contratado por entes públicos.

Responsabilidade Civil

A responsabilização civil por danos causados ao meio ambiente e a terceiros está prevista nos artigos 3º, 10 e 14 da Lei Federal nº 6.938/1981, bem como no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal. A responsabilidade civil impõe ao poluidor a obrigação de recomposição do meio ambiente ou, na sua impossibilidade, de ressarcimento dos prejuízos causados por sua ação ou omissão.

A responsabilidade civil ambiental é solidária, o que significa dizer que qualquer parte, direta ou indiretamente envolvida com as causas dos danos, pode ser obrigada a responder individualmente pela totalidade da recomposição, podendo posteriormente buscar indenização das outras partes responsáveis. Portanto, a Companhia será responsabilizada por eventual conduta irregular de terceiros contratados para realização de atividades secundárias em seus empreendimentos, como a supressão de vegetação ou a destinação final de seus resíduos.

A responsabilidade civil é também objetiva, ou seja, não depende da demonstração de culpa, mas apenas da relação entre a atividade exercida e os danos verificados (nexo de causalidade).

Adicionalmente, a Lei Federal n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, ("Lei de Crimes Ambientais") prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, diretores, acionistas e/ou parceiros podem, juntamente com a empresa poluidora, ser responsabilizados por danos ao meio ambiente.

Conforme mencionado anteriormente, apesar de não haver referência expressa na lei, segundo entendimento da doutrina a pretensão reparatória do dano ambiental não está sujeita à prescrição.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Responsabilidade Criminal

Na esfera criminal, a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada ("Lei de Crimes Ambientais") sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). De tal sorte, para que seja configurada a nossa responsabilidade criminal, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão por parte da mesma, ou suas subsidiárias, devendo a conduta praticada ser enquadrada em um dos tipos penais previstos na Lei de Crimes Ambientais.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade.

As violações à legislação ambiental podem consistir em crime, atingindo tanto os administradores, como a própria pessoa jurídica da empresa. Para as pessoas jurídicas, podem ser aplicadas de forma isolada, cumulativa ou alternativamente, as seguintes penas: restritivas de direito (suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade ou proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações), prestação de serviços à comunidade e multa. Tanto para as pessoas naturais quanto para as jurídicas, o valor da multa pode variar de um terço do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos a 1.800 vezes o seu valor, de acordo com a culpabilidade do agente.

Na esfera civil, a obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente é tratada, especialmente, pela Política Nacional do Meio Ambiente. A responsabilidade civil impõe ao poluidor a obrigação de recomposição do meio ambiente ou, na sua impossibilidade, de ressarcimento dos prejuízos causados por sua ação ou omissão.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários, e concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos à Companhia, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Marco Legal e Regulatório do Biodiesel

As preocupações em relação a poluição ambiental e ao aquecimento global ganharam espaço a partir dos anos 2000 no cenário mundial, incentivando a busca por soluções alternativas ao consumo de combustíveis fósseis. Acompanhando o movimento mundial, em 2004, o Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel ("PNPB"), introduziu o biodiesel na matriz energética brasileira. O PNPB objetivou a implementação da produção e uso do biodiesel de forma sustentável, com foco na inclusão social e no desenvolvimento regional, visando também a redução da dependência de importação do diesel.

O biodiesel é um combustível derivado de fontes renováveis produzido a partir de matéria orgânica de origem animal e vegetal. No Brasil, o óleo de soja é a principal matéria-prima utilizada na produção do biodiesel.

A Lei n° 11.097, de 13 de janeiro de 2005, conforme alterada ("Lei 11.097/2005"), representa o marco legal do setor de biocombustíveis no Brasil. A Lei 11.097/2005 ampliou a competência regulatória da Agência da ANP sobre as atividades atinentes a indústria de biocombustíveis. A partir da publicação da referida lei, a ANP assumiu a atribuição de regular, autorizar e fiscalizar as atividades relativas à produção, importação, especificação, exportação, armazenagem, distribuição, revenda e controle de qualidade do biodiesel.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Em âmbito infralegal, a ANP passou a editar a regulação do biodiesel e a organizar os leilões de biodiesel, a fim de estimular a oferta e demanda do combustível no país. As principais resoluções da ANP que disciplinam as atividades relativas à produção e especificação do biodiesel são as seguintes:

- Resolução ANP 734 de 2018, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de produção de biocombustíveis e a autorização de operação da instalação produtora de biocombustíveis ("RANP 734/2018"); e

- Resolução ANP 45 de 2014 (alterada pela Resolução ANP 798 de 2019) que estabelece a especificação do biodiesel contida no Regulamento Técnico ANP n° 3/2014 e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional ("RANP 45/2014").

A produção de biocombustíveis somente pode ser exercida por agente que atenda, em caráter permanente, aos requisitos da RANP 734/2018, e que, portanto, esteja autorizado ao exercício da atividade. Nos termos da RANP 734/2018, o exercício da atividade de produção de biodiesel depende da obtenção de: (i) uma autorização para o exercício da atividade de produção de biocombustíveis; e (ii) uma autorização para operação da instalação produtora. Enquanto a primeira autorização depende de confirmação de regularidade societária e fiscal do empreendedor, a segunda autorização depende de confirmação, pela ANP, dente outros aspectos, de que a instalação produtora está de acordo com as normas e os padrões técnicos aplicáveis e possui autorização dos bombeiros e autoridade ambiental para funcionar.

Uma vez obtida a autorização para a produção de biodiesel, o agente assume diversas obrigações perante a ANP, relativas, dentre outras, ao atendimento a procedimentos de segurança operacional e a especificação do biodiesel. Neste último caso, destaca-se a obrigação de emissão de certificados de qualidade para o biodiesel comercializado, nos termos da RANP 45/2014.

A norma estabelece limitações a comercialização do biodiesel. O produtor autorizado de biodiesel somente poderá comercializar o referido combustível com agente distribuidor de combustíveis líquidos, exportador de biodiesel, refinarias, centrais de matéria-prima petroquímica, ou outros agentes autorizados pela ANP. Para exportação, o produtor de biodiesel deverá obter autorização específica para a atividade de comércio exterior.

No mais, a comercialização do biodiesel no mercado nacional destinada a mistura obrigatória com óleo diesel (disciplinada por meio da Lei n° 13.033 de 2014 e da Lei n° 13.263 de 2016) é feita exclusivamente por meio de leilões de biodiesel organizados pela ANP, e operacionalizados via sistema eletrônico da Petrobras, observando as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Energética ("CNPE") e pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio da Resolução CNPE n° 5 de 2007, da Portaria MME n° 311, de 2018 e da Portaria MME n° 116, de 2013, que estabelece as diretrizes para a formação de estoques pelo adquirentes de biodiesel no Brasil.

O Conselho Nacional de Política Enérgica (CNPE) resolveu por meio da Resolução n.º 14 de 09 de dezembro de 2020 ("Resolução CNPE n.º 14/2020") estabelecer novas diretrizes para a comercialização de biodiesel, determinando o fim dos Leilões Públicos e o estabelecimento de um modelo e comercialização a ser desenvolvido ao longo de 2021 pela ANP, que entrará em vigor a partir de 01/01/2022. No novo modelo, os Leilões Públicos serão descontinuados a partir de 01/01/2022, com a instituição de um modelo de comercialização desenvolvido pela ANP que deverá permitir a aquisição de biodiesel pelos compradores diretamente das usinas.

O fim dos Leilões Públicos determinado pela Resolução CNPE nº 14/2020 não eliminará a prioridade da aquisição de biodiesel de produtores detentores do Selo Combustível Social, tendo o CNPE determinado que o modelo deverá prever que até 80% do volume total de biodiesel comercializado será proveniente de unidades produtoras de biodiesel detentoras do Selo Biocombustível Social, cujo percentual será estabelecido em Portaria Conjunta dos Ministérios de Minas e Energia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Leilões de Biodiesel

A principal função dos leilões de biodiesel é garantir o equilíbrio adequado entre a oferta e demanda do biodiesel nacional, bem como o acesso dos produtores e adquirentes de maneira igualitária e não discriminatória. Os leilões são pautados nas normas e diretrizes estabelecidas em âmbito legal, bem como infralegal pelo MME, CNPE e ANP, voltadas a garantir a isonomia concorrencial dos produtores de biodiesel e segurança de entrada dos produtores

A ANP é responsável pela realização dos leilões. A regras aplicáveis aos leilões são estabelecidas em seus respectivos editais, elaborados e publicados pela ANP. Para participação nos leilões, os fornecedores devem cumprir uma etapa de habilitação, promovida diretamente pela ANP por meio de análise documental, de acordo com as regras do edital.

Os leilões geralmente ocorrem em periodicidade bimestral, sem prejuízo da realização de leilões complementares para suprimento de demanda não planejada. Os leilões promovidos pela ANP ocorrem em oito fases, resumidas abaixo:

- *Etapa 1*: habilitação dos fornecedores de biodiesel;
- *Etapa 2*: apresentação das ofertas pelos fornecedores para atender a mistura obrigatória; Etapa 2.a: apresentação de uma oferta individual de venda, com indicação do preço unitário e do volume pelos fornecedores, exclusivamente para fins de comercialização de biodiesel de uso voluntario;
- *Etapa 3*: seleção das ofertas pelos adquirentes, com origem exclusiva em fornecedores detentores do selo combustível social. Nessa etapa os distribuidores disputam os lotes de biodiesel ofertados pelos produtores detentores do selo;
- *Etapa 4*: reapresentação de preços de ofertas pelos fornecedores. Nessa etapa, os fornecedores deverão apresentar novos preços, sempre iguais ou inferiores aqueles apresentados na etapa 2, visando a sua participação na etapa 5;
- *Etapa 5*: seleção das demais ofertas pelos adquirentes, com origem em quaisquer fornecedores, independentemente de possuírem o selo combustível social; Etapa 5.a: seleção das ofertas pelos adquirentes para fins de comercialização de biodiesel de uso voluntario; e
- *Etapa 6*: consolidação e divulgação do resultado final, que é publicado no Diário Oficial da União (DOU).

A ANP ainda não apresentou o modelo de comercialização de biodiesel a ser executado a partir de 1º de janeiro de 2022 em substituição aos leilões, determinado pela Resolução CNPE n.º 14/2020, conforme detalhado acima.

RenovaBio

Em 2016, foi lançado pelo governo o Programa RenovaBio com o objetivo de estimular a produção de biocombustíveis no país na matriz energética nacional, incluindo o biodiesel, tendo em vista os compromissos assumidos no Acordo de Paris, bem como assegurar previsibilidade para o mercado de combustíveis, induzindo ganhos de eficiência energética e de redução de emissões de gases poluidores, comercialização e uso de biocombustíveis.

Neste contexto, foi publicada a Lei n° 13.576 de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (“RenovaBio”), cujo principal instrumento é o estabelecimento de metas nacionais de descarbonização para o setor de combustíveis, tendo o Crédito de Descarbonização por Biocombustíveis (“CBIO”) como mecanismo central para o cumprimento dos objetivos definidos pela iniciativa.

O CBIO é o documento emitido pelos produtores ou importadores de biocombustíveis e adquirido pelos distribuidores de combustíveis em mercados organizados, inclusive em leilões, ou seja, é um

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

ativo financeiro negociado em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões, decorrentes das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa.

As metas nacionais de redução de emissões para a matriz de combustíveis foram definidas para o período de 2019 a 2029 pela Resolução CNPE n° 15 de 2019. A Resolução ANP N° 791 de 2019 apresentou a individualização dessas metas anuais para a comercialização de combustíveis, no âmbito do RenovaBio. Já a Resolução ANP n° 802 de 2019 estabeleceu os procedimentos para geração de lastro necessário para emissão primária de CBIOs.

Para a adesão ao programa, os produtores ou importadores de biocombustíveis devem contratar firmas inspetoras credenciadas na ANP para realização da Certificação de Biocombustível e validação da Nota de Eficiência Energético-Ambiental e do volume elegível. Tal Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis é valido por três anos, contados a partir da data de sua aprovação pela ANP, e somente poderá ser emitido pela firma inspetora após a aprovação do processo pela Agência.

Nos submetemos à auditoria pela Green Domus no final do ano de 2019, tendo nossa documentação revisada pela ANP e certificado emitido em março de 2020 com nota de eficiência energético ambiental de 56,40 gCO_2eq/MJ e 66,62% de matéria prima elegível.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O PNPB vinculou a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira a mecanismos de inclusão e fomento da agricultura familiar, consubstanciados no Selo Combustível Social.

O Selo Combustível Social, criado por meio do Decreto n° 5.297 de 2004, e um certificado concedido pelo MAPA, aos produtores de biodiesel, e que confere alíquotas de PIS/Pasep e COFINS reduzidas, variando de acordo com a matéria-prima adquirida e a região da aquisição. Além das alíquotas diferenciadas, o produtor de biodiesel detentor do Selo Combustível Social possui prioridade nos leilões de biodiesel, uma vez que o seu combustível é oferecido previamente a oferta dos demais produtores não detentores do selo, no âmbito da chamada etapa 3 dos leilões de biodiesel. Portanto, a obtenção e manutenção do Selo Combustível Social é fator tipicamente determinante da viabilidade de projetos de produção de biodiesel no Brasil.

O Selo Combustível Social e concedido aos produtores de biodiesel que adquiram percentuais mínimos de matéria-prima de agricultores familiares, assegurando preços mínimos, capacitação e assistência técnica a esses agricultores.

Os critérios relativos à obtenção e manutenção do Selo Combustível Social são tratados na Portaria n° 144 de 2019 do MAPA ("Portaria 144"), que estabelece percentuais mínimos de aquisição de matérias primas, diferentes por região do país, quais sejam: I - 15% para as aquisições provenientes das regiões Norte e Centro-Oeste; II - 30% para as aquisições provenientes das regiões Sudeste, Nordeste e Semiárido. III - 40% para aquisições provenientes da região Sul. A aquisição da matéria-prima poderá ser feita diretamente do agricultor ou por meio de cooperativas, cujos cooperados sejam possuidores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e a cooperativa esteja registrada no MAPA. A portaria também estabelece os procedimentos para envio de documentação ao MAPA para solicitação do Selo Combustível Social.

Também atuamos na indústria brasileira de produtos destinados à alimentação animal, por meio da comercialização de farelo de soja. A Lei Federal n° 6.198 de 26 de dezembro de 1974 ("Lei Federal n° 6.198/74") e o Decreto n° 6.296 de 11 de dezembro de 2007 ("Decreto n° 6.296/07") descrevem as regras relativas aos alimentos destinados aos animais.

De acordo com o Decreto n° 9.013, de 29 de março de 2017 ("Decreto n° 9.013/2017"), que regulamenta a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, todo estabelecimento que realizar atividades relacionadas com o tratamento e comércio de subprodutos do abate de animais deverá registrar seus estabelecimentos e os rótulos de seus produtos no MAPA.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A renovação do registro do estabelecimento no MAPA precisa ser realizada a cada 5 (cinco) anos (com antecedência de 60 dias antes da expiração), sob pena de perda do registro e do direito de funcionamento do estabelecimento que desenvolva as atividades, conforme previsto no Decreto nº 6.296/2007. Também estamos sujeitos a inspeções periódicas do Ministério, inclusive em períodos de renovação do registro, e, em caso de desconformidades consideradas insanáveis pela fiscalização, há risco de perda do registro. Se for aplicada a penalidade de suspensão temporária da atividade, seus efeitos poderão perdurar até 1 (um) ano (art. 11, §2º, Decreto nº 6.296/2007).

Os produtos destinados a alimentação animal somente poderão ser produzidos, fabricados, fracionados, embalados, importados, exportados, armazenados, comercializados respeitadas as normas estabelecidas no Decreto n° 6.296/07. Todo produto destinado a alimentação animal para ser comercializado deve, obrigatoriamente, estar registrado no MAPA conforme Decreto n° 6.296/07 e o registro de produto terá validade de 5 (cinco) anos em todo o território nacional e será concedido somente para uma unidade fabril da empresa.

A IN nº 51, de 3 de agosto de 2020, do MAPA, por sua vez, estabelece os critérios e procedimentos para a fabricação, fracionamento, importação e comercialização dos produtos dispensados de registro para uso na alimentação animal. Entendemos que o produto farelo de soja, usado como ração animal, encaixa-se na dispensa de registro prevista no art. 2º, inciso I da IN 51/2020.

A dispensa, no entanto, não afasta a obrigação de cumprir as disposições do MAPA (art. 16, IN MAPA 51/2020). Caso incorramos em alguma infração prevista no art. 71 e ss. do Decreto n° 6.296/07, como, por exemplo, armazenar, vender ou expor a venda produto destinado a alimentação animal em condições inadequadas de conservação poderemos estar sujeitos as seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa (valor a depender da gravidade da infração cometida); (iii) apreensão de matéria-prima e produto acabado; (iv) suspensão; e/ou (v) impedimento ou interdição temporária ou definitiva de funcionamento ou cassação ou cancelamento do registro.

Defensivos Agrícolas

No que tange à comercialização de defensivos agrícolas, tais como inseticidas, herbicidas e fungicidas, a empresa responsável pelas atividades precisa manter-se cadastrada na ANVISA e registrada no órgão competente (i.e., Coordenadorias de Defesa Agropecuária) do Estado ou Município, conforme disposto nos arts. 37 e ss. do Decreto nº 4.047/2002 e do art. 4º, caput, da Lei nº 7.802/1989.

Com relação às etapas de registro, deve ser protocolado pedido em todos os três órgãos seguindo padrão de requerimento (Anexo II, Decreto nº 4.074/2002), juntamente com relatórios e dados exigidos por cada um, segundo suas respectivas normas complementares de acordo com a especificidade do produto. O pedido deve ser feito nos órgãos dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do primeiro protocolo (art. 10, Decreto nº 4.074/2002). A partir do protocolo, inicia-se a etapa de avaliação técnica em cada órgão, no qual cada um tem até 120 (cento e vinte) dias para realizá-la e publicá-la. Este prazo só é interrompido em caso de solicitações complementares feitas pelo órgão. Se estas não forem atendidas em até 30 (trinta) dias, o processo é arquivado. Em sequência, da data da disponibilização dos resultados das avaliações, começa a etapa de registro: o órgão de registro do agrotóxico terá o prazo de 30 (trinta) dias para publicar no DOU a concessão ou indeferimento da solicitação do requerente (art. 15, Decreto nº 4.074/2002). A validade do registro de defensivos agrícolas é indeterminada, podendo ser cancelada nos casos de reavaliação toxicológica, de impossibilidade de serem sanadas irregularidades identificadas ou quando constatada fraude.

As sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento do Decreto nº 4.074/2002 e da legislação competente são: (i) advertência; (ii) multa, se deixar de sanar irregularidade notificada ou opuser embaraço à fiscalização; (iii) inutilização, se produto sem registro ou ficar constatada a impossibilidade de lhes ser dada outra destinação ou reaproveitamento; (iv) suspensão de autorização de uso ou de registro de produto, se constatadas irregularidades reparáveis; (v) cancelamento da autorização de uso ou de registro de produto, se impossibilidade de serem sanadas as irregularidades ou quando constatada fraude; (vi) cancelamento de registro, licença, ou autorização de funcionamento de estabelecimento, se impossibilidade de serem sanadas as

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

irregularidades ou quando constatada fraude; (vii) interdição temporária ou definitiva de estabelecimento, se constatada irregularidade ou quando se verificar, mediante inspeção técnica ou fiscalização, condições sanitárias ou ambientais inadequadas para o funcionamento do estabelecimento; (ix) destruição ou inutilização de vegetais, parte de vegetais e alimentos, determinada pela autoridade sanitária competente, sempre que apresentarem resíduos acima dos níveis permitidos ou quando tenha havido aplicação de agrotóxicos e afins de uso não autorizado; e (x) suspensão do registro, se solicitação de adequação de informações ou documentos não for atendida no prazo de trinta dias, salvo justificativa técnica procedente (art. 86, Decreto nº 4.074/2002).

No que se refere especificamente aos adjuvantes, também manipulados em nossa operação para facilitar misturas, atualmente não há obrigatoriedade ou procedimento de registro previsto. O Ato nº 104 do MAPA, publicado em 21 de novembro de 2017 do Diário Oficial da União ("DOU"), dispõe expressamente sobre a dispensa do registro de produtos caracterizados exclusivamente como adjuvantes, sendo possível emitir declaração padronizada da isenção de registro com a finalidade de evitar entraves na importação e comercialização. Publicado em sequência, o Ato nº 108 também dispensa a necessidade de registro de espalhantes adesivos inseridos na categoria de adjuvantes.

Vigilância Sanitária

Ao mesmo tempo que o MAPA é o órgão competente pela fiscalização de produtores e estabelecimentos que produzem, manipulam e comercializam produtos como fertilizantes, sementes, grãos e defensivos agrícolas, conforma já elucidado, a ANVISA também é competente pela vigilância sanitária de produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública, incluindo resíduos agrotóxicos, o que não envolve alimentos isentos da obrigatoriedade de registro, tais como óleos vegetais, produtos de cereais, farinhas e farelos (Anexo I, RDC nº 27/2010).

A nível local, os Departamentos Sanitários Estaduais ou Municipais ("VISA Local") são responsáveis pela supervisão das atividades sanitárias. Assim, para o correto desempenho de atividades relacionadas ao setor de saúde, para algumas de nossas filiais, nós devemos também cumprir as regras e requisitos da VISA Local na Unidade Federativa onde estamos localizados, como por exemplo a obtenção de licença sanitária para nossos refeitórios e ambulatórios e/ou a contratação de terceiro que possua as devidas licenças.

De acordo com a Lei n° 6.437, de 20 de agosto de 1977 ("Lei n° 6.437/77"), que regulamenta as sanções sanitárias, as instalações que não mantiverem as devidas licenças sanitárias, estarão sujeitas as seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa (variando de R$ 2.000,00 a R$1.500.000,00, a depender da gravidade da infração); (iii) apreensão e inutilização do produto; (iv) suspensão de vendas e/ou fabricação de produto; (v) cancelamento de registro de produto; ou (vi) interdição parcial ou total do estabelecimento (art. 2º, da Lei n° 6.437/77).

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada ("LGPD"), que entrou em vigor em agosto de 2020, trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia especialmente empresas que tratam um grande volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem por nós observadas. Com a entrada em vigor da LGPD, teremos de adaptar nossas operações e nosso modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei. A aplicabilidade das sanções administrativas estabelecidas pela LGPD foi adiada para o dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Consumidor e no Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Além disso, poderemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e ser considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nossas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Nós coletamos, utilizamos, processamos, armazenamos e gerenciamos dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de nossos negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos à incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro, furto, roubo ou vazamentos. O processamento de dados pessoais em desacordo com a legislação ou a ausência de medidas de segurança, técnicas e administrativas para a proteção dos dados pessoais podem acarretar diversas situações de risco, entre elas a destruição e perda dados pessoais, além da interrupção da prestação dos nossos serviços, podendo afetar diretamente as transações de clientes, relacionamento com parceiros comerciais, funcionários, etc. Ademais, devemos observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais.

Atualmente, o tratamento de dados pessoais no Brasil é regulado por uma legislação complexa e as autoridades governamentais têm se mostrado cada vez mais sensíveis e atuantes em questões relacionadas à privacidade e dados pessoais.

Eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação podem resultar em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente as receitas.

Podemos enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que serão introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica. Tendo em vista o volume de dados pessoais tratados, podemos ser alvo de sanções caso não consigamos demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, sujeitando-nos a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os nossos resultados financeiros. Em caso de infrações às normas da LGPD, estaremos sujeitos, além da responsabilidade civil, às seguintes penalidades: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) multa de até 2% do faturamento da empresa ou do grupo limitada, no total, a R$50 milhões por infração; (c) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (d) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (e) eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (f) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (g) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de seis meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (h) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, em caso de reincidência.

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Nos termos da legislação brasileira aplicável, as atividades consideradas potencialmente ou efetivamente poluidoras ou, ainda, que possam causar impactos ao meio-ambiente, estão condicionadas a obtenção de licenças ambientais prévias junto aos competentes órgãos, conforme descrito no subitem (a), do item 7.5 deste Formulário de Referência. Além disso, para a obtenção de referidas licenças, devem ser apresentados estudos ambientais, tal como o estudo prévio de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental as autoridades competentes ("EIA/RIMA"). O não cumprimento das disposições legais e regulamentares ambientais pode nos sujeitar ao pagamento

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

de multas e aplicação de outras penalidades, advertência, suspensão ou restrição de direitos ou da própria atividade exercida.

Cumprimos com as disposições previstas na Política Nacional do Meio Ambiente e a Resolução CONAMA nº 237/1997, e outras regulamentações estaduais aplicáveis, para a obtenção das licenças ambientais e autorizações necessárias às nossas atividades. Os custos incorridos por nós no processo de licenciamento ambiental e obtenção de autorizações referem-se ao pagamento de taxas aplicáveis pelos próprios órgãos licenciadores, elaboração de relatórios ambientais e publicações.

Além disso, com o objetivo de afirmar o compromisso com a busca pelo desenvolvimento sustentável, apresentar os princípios de sustentabilidade que permeiam a estratégia e a gestão, contribuir para uma orientação eficaz e fomentar a adoção de práticas alinhadas ao conceito de sustentabilidade empresarial, formulamos nossa Política de Qualidade, Segurança, Saúde e Meio Ambiente.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), a autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual. Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de dez anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Ademais, a extinção da marca pode ocorrer pela declaração de nulidade do registro (como pode ocorrer com a marca "3T", registrada na classe NCL(11) 35 que está aguardando análise de processo administrativo de nulidade perante o INPI), ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI.

Atualmente, somos titulares de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, quais sejam: "3Tentos", "3Tentos Agroindustrial", "CropShow", "PAC Farmer", "Produzir+" e "Trifértil Fertilizantes", as quais são bastante relevantes para nossas atividades.

Para mais informações sobre os Fatores de Risco envolvendo ativos de propriedade intelectual, vide item 4.1 deste Formulário de Referência. Para uma relação completa dos nossos ativos de propriedade intelectual relevantes, vide itens 9.1(b) e 9.2 deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país da nossa sede e sua participação na nossa receita líquida total

Nossa receita operacional líquida proveniente dos clientes locais, foi de R$2.484.685 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o que correspondeu a 79,8% da nossa receita operacional líquida total no mesmo período.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Nossa receita operacional líquida proveniente dos clientes atribuídos a países estrangeiros para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 apresentou a seguinte distribuição (em R$ mil):

País	31/12/2020
China	12.255
Coreia do Sul	202.013
Eslovênia	14.749
Espanha	179.000
França	151.800
Itália	50.316
Turquia	17.660
	627.794
Exportações	**627.794**

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Nossa receita líquida proveniente dos clientes no exterior, foi de R$627.794 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que correspondeu a 20,2% da nossa receita operacional líquida total no mesmo período.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não existem, até o momento, medidas como restrições e quotas ou suspensões à importação adotadas por determinados países ou regiões em relação aos produtos por nós comercializados.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

Estamos comprometidos com o desenvolvimento de uma agenda sustentável (ESG) que reflete nosso propósito sobre como as nossas atividades podem influenciar e impactar positivamente nossos empregados e a sociedade em geral. Dessa forma, possuímos, desde 2019, uma Política Socioambiental, que inclui as diretrizes a serem seguidas no nosso relacionamento com nossos clientes, colaboradores e com a sociedade, bem como na interação com o meio ambiente.

Recentemente nosso Conselho de Administração instituiu o Comitê de ESG e Sustentabilidade que, dentre outras, tem como atribuições: (i) o assessoramento na implementação das diretrizes e metas de sustentabilidade previstas na Política Socioambiental; (ii) o monitoramento de forma clara e transparente do nosso desempenho quanto à implementação e ao cumprimento de tais diretrizes e metas; e (iii) a revisão, sempre que necessário, das diretrizes e metas de sustentabilidade com o objetivo de que se promova evoluções contínuas no nosso ecossistema e na adoção das melhores práticas.

A Política Socioambiental encontra-se implementada e possui mecanismos de acompanhamento que garantem o cumprimento das diretrizes nele estabelecidas.

Possuímos controles para diversos impactos ambientais, tais como emissões atmosféricas, lançamentos em corpos d'água e no solo, uso de matérias-primas, uso de energia, consumo de produtos químicos, esgotamentos dos recursos naturais, etc.

a. divulgação de informações sociais e ambientais

Realizamos monitoramentos mensais de nossos *Key Performance Indicators* (KPIs) e planos de ação, anteriormente apresentados diretamente à nossa administração e, com a criação do Comitê de ESG e Sustentabilidade, passarão a ser apresentados por este regularmente ao Conselho de Administração. Os projetos socioambientais desenvolvidos por nós são divulgados em nosso Relatório Anual.

Adicionalmente, dispomos de canal de denúncia onde o público interno e externo pode relatar e denunciar qualquer procedimento que esteja em desacordo com as diretrizes do Plano Socioambiental.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Atualmente a divulgação das informações socioambientais é realizada diretamente aos nossos no formato de gestão visual. Entretanto, temos como meta, a médio prazo, cumprir os requisitos de padrões da IFC (*International Finance Corporation*) e GRI (*Global Reporting Initiative*).

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações socioambientais e o sistema de gestão socioambiental são auditados a cada 2 anos por entidade independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Informações gerais sobre os programas socioambientais desenvolvidos até o momento, bem como a divulgação da Política Socioambiental, estão disponíveis no site www.3tentos.com.br/ESG.

e. considerações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU

As diretrizes que compõem a Política Socioambiental convergem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") da ONU. Faz parte do nosso planejamento, com assessoria do Comitê de ESG e Sustentabilidade, revisar e aperfeiçoar a Política Socioambiental à luz dos ODS, com o objetivo de promover o nosso desenvolvimento e crescimento sustentável.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Em virtude de sua relevância para as nossas operações, citamos os seguintes incentivos fiscais federais e estaduais:

- Crédito Presumido – ICMS – Biodiesel – RS: crédito presumido de ICMS do Estado do Rio Grande do Sul de 57% a ser descontado sobre os 12% de ICMS incidente sobre o faturamento de biodiesel produzido com matéria-prima oriunda nesse estado, conforme previsto no Decreto n° 37.699/97, Livro I, artigo 32, inciso LXXXVIII, sendo que tal benefício tem validade até 31 de dezembro de 2020; Dependemos de posicionamento do Governo Federal acerca da renovação e vigência deste benefício para o ano-fiscal de 2021.

- Com a publicação do Decreto 55.593, de 24/11/2020, foi retirado o prazo de validade do benefício, sendo respeitados os prazos máximos de que trata a Cláusula 10ª do Convênio ICMS 190/2017.

- Crédito Presumido – PIS/COFINS – 4 Insumos – RS: crédito presumido de PIS/COFINS com base na alíquota de (i) 9,25% sobre 27% do valor vendido com relação ao óleo de soja, farelo de soja, casca de soja no período, o que representa o montante direto de 2,497% e (ii) 9,25% sobre 45% do valor da venda do biodiesel, o que representa o montante direto de 4,162%.

- Subvenção para Investimentos – ICMS: registro de subvenção para investimentos decorrentes de incentivos fiscais estaduais de ICMS concedidos pelos Estados do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso.

- Crédito – ICMS – Insumos não tributados: aproveitamento de crédito de ICMS em operações interestaduais com insumos não sujeitos à tributação. Atualmente, os insumos que geram esse benefício fiscal para nós são defensivos em operações com os Estados de São Paulo e Paraná. Há decisão transitada em julgado que nos autoriza o aproveitamento do referido crédito de ICMS.

- FUNDOPEM/RS – Crédito Fixo - ICMS: concessão de crédito âmbito do FUNDOPEM/RS no valor de R$ 80.157.721,52, conforme Termo de Ajuste 011/2016, a ser usufruído por meio da concessão de créditos presumidos de ICMS a serem compensados com o valor do ICMS devido nas operações rurais. Até o presente momento, não foi utilizado nenhum valor referente a totalidade deste Crédito Fixo. Não usufruímos ainda deste incentivo fiscal (Válido até 12/2023), tendo em vista que utiliza o crédito presumido, e eles não são cumulativos, conforme Nota 02 do Decreto n° 37.699/97, Livro I, artigo 32, inciso LXXXVIII:

  "*LXXXVIII - aos estabelecimentos industriais autorizados pela ANP, em montante igual ao que resultar da aplicação dos seguintes percentuais sobre o imposto incidente nas saídas de biodiesel - B100, de produção própria, desde que a matéria-prima utilizada na fabricação da referida mercadoria tenha sido adquirida e produzida neste Estado ou importada do exterior:*

  NOTA 01 - Para fins de utilização deste crédito fiscal, considera-se matéria-prima os grãos, as sementes e os óleos e gorduras, vegetais ou animais.

  NOTA 02 - Este crédito fiscal será apropriado por opção do contribuinte, tratando-se, na hipótese de empresa beneficiária do FUNDOPEM/RS, de incentivo ao investimento, ficando vedada a apropriação cumulativa com o crédito fiscal presumido previsto no inciso LXXIV.

  NOTA 03 - Na hipótese de aquisição de matéria-prima produzida em outra unidade da Federação, o contribuinte deverá, imediatamente, deixar de adjudicar este crédito

7.9 - Outras Informações Relevantes

presumido até atingir a quantidade de biodiesel que seria produzida com essa matéria-prima.

a) 63% (sessenta e três por cento), até 31 de março de 2013;

NOTA 4 - Excepcionalmente, o disposto na Nota 03 do "caput" deste inciso não se aplica nas aquisições de soja realizadas no período de 1º a 31 de março de 2013, hipótese em que o crédito fiscal previsto neste inciso poderá ser apropriado mesmo que a soja tenha sido produzida em outras unidades de Federação.

b) 57% (cinquenta e sete por cento), a partir de 1º de abril de 2013; (Redação da alínea dada pelo Decreto Nº 55593 DE 24/11/2020)."

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Não aplicável, considerando que nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente não realizamos operações que não se enquadrem como normais em nossos negócios. Para mais informações sobre nossas operações societárias realizadas no período, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios

Não houve alterações significativas na condução dos nossos negócios nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, pois nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 e no exercício social corrente, não possuíamos qualquer sociedade controlada, e, portanto, não celebramos qualquer contrato com sociedades controladas.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações julgadas relevantes, por nós, para o item 8 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que julguemos relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade Mista	Brasil	RS	Ijuí	Própria
Unidade Industrial (Biodiesel)	Brasil	RS	Ijuí	Própria
Unidade Mista	Brasil	RS	Cruz Alta	Própria
Unidade sede para logística (Caminhões 3 tentos)	Brasil	RS	Ijuí	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ insumos para lavoura)	Brasil	RS	Pelotas	Própria
Unidade Mista (Indústria de Sementes/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Santa Bárbara do Sul	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos)	Brasil	RS	Santa Bárbara do Sul	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Bagé	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	São Gabriel	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Pejuçara	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Cachoeira do Sul	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Dom Pedrito	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Santa Maria	Própria
Unidade Mista	Brasil	RS	Santa Bárbara do Sul	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos)	Brasil	RS	Santa Bárbara do Sul	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Entre-Ijuís	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Jóia	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Capão do Cipó	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos)	Brasil	RS	Boa Vista do Cadeado	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos)	Brasil	RS	Eugênio de Castro	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ insumos para lavoura)	Brasil	RS	Ibirubá	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ insumos para lavoura)	Brasil	RS	Saldanha Marinho	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ insumos para lavoura)	Brasil	RS	São Luiz Gonzaga	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos)	Brasil	RS	Giruá	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio)	Brasil	RS	Coronel Barros	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Colorado	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Condor	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Fortaleza dos Valos	Própria
Unidade Comercial (centro tecnológico)	Brasil	RS	Santa Bárbara do Sul	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos/ Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Tupanciretã	Própria
Unidade Comercial (Recebimento de Grãos)	Brasil	RS	Campo Novo	Própria
Unidade Comercial (Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Santa Vitória do Palmar	Própria
Unidade Comercial (Comércio - insumos para lavoura)	Brasil	RS	Horizontina	Própria
Imóvel para investimento	Brasil	RS	Santana da Boa Vista	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 917775465 para a marca mista "3T", na classe (11) 04	até 18/02/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro nº 912601558 para a marca mista "3TENTOS", na classe (11) 39	até 16/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 912601582 para a marca mista "3TENTOS", na classe NCL (11) 31	até 16/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro nº 912601639 para a marca mista "3TENTOS", na classe NCL (11) 04	até 16/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 825200563 para a marca mista "3TENTOS AGROINDUSTRIAL ", na classe NCL (8) 35	até 25/03/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro nº 825699371 para a marca mista "3TENTOS AGROINDUSTRIAL ", na classe NCL (8) 31	até 25/03/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 912601752 para a marca mista "CROPSHOW ", na classe NCL (11) 35	até 16/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro nº 912601787 para a marca mista "CROPSHOW ", na classe NCL (11) 41	até 16/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 917399501 para a marca mista "PAC FARMER", na classe NCL (11) 42	até 11/02/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro nº 917399625 para a marca mista "PAC FARMER", na classe NCL (11) 41	até 11/02/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 912601710 para a marca mista "PRODUZIR +", na classe NCL (11) 42	até 16/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro nº 831133929 para a marca mista "TRIFÉRTIL FERTILIZANTES ", na classe NCL (9) 35	até 09/12/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 904127419 para a marca mista "TRIFÉRTIL FERTILIZANTES ", na classe NCL (9) 01	até 09/12/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marca é realizada através do pagamento periódico de restituições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem pagamento da respectiva restituição, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei n° 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de prioridade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido da marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. Não podemos qualificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerar estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Nome de domínio na internet	Domínio <www.3tentos.com.br> de titularidade de Tres Tentos Agroindustrial Ltda.	28/08/2030	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Domínio <www.tentosbank.com.br> de titularidade de Três Tentos Agroindustrial Ltda.	14/11/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio <www.trestentos.com.br> de titularidade de Três Tentos Agroindustrial Ltda.	19/06/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Domínio <www.trestentosbank.com.br> de titularidade de Três Tentos Agroindustrial Ltda.	14/11/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, a pedido de apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre os detentores de pedidos de marca ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial ou expressa solicitação do requerente do registro de domínio.	Não há como quantificar o impacto. Após a perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois não possuímos sociedades controladas ou coligadas para desenvolvimento de nossas atividades.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Além das informações descritas no item 9.1. (b), destacamos abaixo determinadas marcas cujos pedidos de registro encontram-se em andamento no INPI:

Marcas	Pedido de Registro nº 921758405 para a marca mista “3TENTOS "na classe NCL (11) 04	N/A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, temos direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, tendo a Companhia mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 921758413 para a marca mista “3TENTOS "na classe NCL (11) 31	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, temos direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, tendo a Companhia mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 921758421 para a marca mista “3TENTOS "na classe NCL (11) 35	N/A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, temos direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, tendo a Companhia mera expectativa de direito.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marcas	Pedido de Registro nº 921758430 para a marca mista “3TENTOS "na classe NCL (11) 39	N/A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, temos tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, tendo a Companhia tem expectativa de direito.
Pedido de Registro nº 921758456 para a marca mista "3TENTOS "na classe NCL (11)41		N/A.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, temos direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, tendo a Companhia mera expectativa de direito.

Para mais informações sobre os riscos inerentes ao não deferimento, pelo INPI, dos pedidos de registro acima mencionados, vide item 4.1 (a) deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 Comentários dos diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

As informações financeiras descritas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e suas respectivas notas explicativas.

As nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os procedimentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações a seguir apresentadas são uma visão geral dos nossos Diretores a respeito do cenário atual em que ela se encontra. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos nossos diretores sobre as atividades desenvolvidas por nós, nossos negócios e nosso desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as nossas demonstrações financeiras com os respectivos exercícios e períodos, bem como as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período e os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas neste item 10 do Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, nas nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de uma linha em relação à receita operacional líquida para os exercícios em análise, ou em relação ao total do ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os nossos diretores consideram que possuímos condições financeira e patrimonial adequadas ao nosso plano de negócios, tal como exposto no item 10.8 abaixo, e adequadas para fazer frente ao nosso endividamento atual e futuro. Estamos inseridos no agronegócio e nos mostramos resilientes frente à pandemia global de COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. Para mais informações sobre a pandemia global da COVID-19, vide itens 3.9, 4.1, 7.1 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Também nos mostramos resilientes frente à situação agronômica desfavorável observada na safra 2019/2020 no Estado do Rio Grande do Sul ("RS"), que testemunhou quebra de safra na ordem de 40% da produção de soja. Manejamos a nossa gestão de caixa para receber os nossos direitos contratados em grãos e adequadamente renegociamos e mantivemos baixos os níveis de inadimplência do segmento de insumos, conservando o caixa saudável. Ainda que o mercado tenha sofrido severamente com redução de oferta em razão da estiagem, os nossos volumes de originação de soja foram favoráveis, tendo estes atendido plenamente a necessidade de esmagamento das nossas duas fábricas localizadas nas cidades e Cruz Alta e Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que aumentamos os nossos pontos de recebimento e o *market share*.

Apresentamos abaixo tabelas contendo algumas das nossas informações financeiras relevantes:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(valores em milhares de R$, exceto percentuais e índices)	**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**
Receita Operacional Líquida	3.112.439	2.225.020	1.888.436
Lucro bruto	500.179	314.963	297.854
Margem Bruta (%)(1)	16,1%	14,2%	15,8%
EBITDA(2)	347.081	162.415	166.725
Margem EBITDA (%)(3)	11,2%	7,3%	8,8%
EBITDA Ajustado(4)	387.430	165.975	201.205
Margem EBITDA Ajustado (%)(5)	12,4%	7,5%	10,7%
Dívida Líquida(6)	388.863	259.710	180.114
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	1,00x	1,56x	0,90x

(1) Margem Bruta corresponde a divisão entre o Lucro bruto e a Receita operacional líquida do exercício.
(2) O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.
(3) A Margem EBITDA equivale a divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência
(4). O EBITDA Ajustado é calculado pelo EBITDA ajustado por: Valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.
(5) A Margem EBITDA Ajustado equivale a divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.
(5) A Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta (correspondente ao somatório de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) deduzida do saldo de Caixa e equivalentes de caixa. Para mais informações, vide o item 3.2 deste Formulário de Referência.

Estrutura de Capital

Os nossos diretores consideram que a Companhia vem trabalhando na gestão da nossa estrutura de capital de forma a melhor se ajustar às nossas obrigações de capital de curto e longo prazos.

Historicamente, financiamos o capital necessário para o crescimento das nossas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes de: (i) geração de caixa decorrente das nossas operações; e (ii) empréstimos e financiamentos.

Na tabela abaixo, consta a nossa estrutura de capital, em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e apresenta a abertura da nossa estrutura de capital entre capital próprio e capital de terceiros nas datas indicadas. O aumento do reinvestimento de lucro líquido foi o principal motivo para a melhoria dos indicadores apresentados.

(valores em milhares de R$, exceto percentuais)	**Em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**
Empréstimos e Financiamentos Circulante (a)	406.155	297.188	265.440
Empréstimos e Financiamentos Não Circulante (b)	235.400	126.492	46.003
Caixa e Equivalente de Caixa	252.692	163.970	131.329
Patrimônio Líquido (c)	712.132	399.821	299.458
Capital Total (a+b+c = d)	1.353.687	823.501	610.901
Capital de terceiros ((a + b) / d)	**47,39%**	**51,45%**	**50,98%**
Capital próprio (c / d)	52,61%	48,55%	49,02%
Dívida líquida(1)	388.863	259.710	180.114

(1) Dívida Líquida equivale ao total da Dívida Bruta (correspondente ao somatório de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) deduzida do saldo de Caixa e equivalentes de caixa.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso patrimônio líquido foi de R$712.132 mil, representando aumento de 78,1% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando o nosso patrimônio líquido foi de R$399.821 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, da retenção do resultado do período para constituição de reservas (de lucro e subvenção) e da incorporação da Tentos do Sul. Para mais informações sobre a Tentos do Sul, vide itens 10.9 e 15.7 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso patrimônio líquido foi de R$399.821 mil, representando aumento de 33,5% em relação a 31 de dezembro de 2018, quando o nosso patrimônio líquido foi de R$299.458 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, da retenção do resultado do período para constituição de reservas (de lucro e subvenção).

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2020, os nossos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante foram de R$641.555 mil, representando aumento de 51,4% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando os nossos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante foram de R$423.680 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, em função da nossa necessidade por capital de giro e investimentos para financiar o nosso crescimento.

Em 31 de dezembro de 2019, os nossos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante foram de R$423.680 mil, representando aumento de 36,0% em relação a 31 de dezembro de 2018, quando os nossos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante foram de R$311.443 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, em função da nossa necessidade por capital de giro e investimentos para financiar o nosso crescimento.

b. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme a avaliação da estrutura de capital realizada no item 10.1.b acima, quando comparamos a dívida líquida com o nosso EBITDA, acreditamos que os recursos gerados a partir das nossas operações são suficientes para que sejamos capazes de arcar com os compromissos financeiros futuros.

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações financeiras com vencimento inferior a 12 meses representavam 63,3% dos nossos empréstimos e financiamentos, enquanto a dívida de longo prazo representava 36,6%.

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações financeiras com vencimento inferior a 12 meses representavam 70,1% dos nossos empréstimos e financiamentos, enquanto a dívida de longo prazo representava 29,9%.

Em 31 de dezembro de 2018, as obrigações financeiras com vencimento inferior a 12 meses representavam 85,2% dos nossos empréstimos e financiamentos, enquanto a dívida de longo prazo representava 14,8%.

Os nossos diretores entendem que as variações apresentadas, em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, ocorreram em razão da Companhia ter contratado linhas de crédito, as quais foram utilizadas para financiar o capital de giro necessário às atividades de curto prazo inerentes aos nossos negócios.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa foram de R$252.692 mil, representando aumento de 54,1% em relação a 31 de dezembro de 2019 quando o caixa e equivalentes de caixa foram de R$163.970 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixa foram de R$163.970 mil, representando aumento de 24,9% em relação a 31 de dezembro de 2018 quando o caixa e equivalentes de caixa foram de R$131.329 mil.

Os nossos diretores entendem que os níveis de caixa e equivalentes, em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são/foram suficientes à manutenção e crescimento dos nossos negócios e a honrar com o cumprimento das nossas obrigações financeiras de curto prazo, tendo em vista que possuímos baixo nível de endividamento e temos disponibilidade de crédito junto às principais instituições financeiras, o que nos permite negociar as melhores taxas de juros para os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia.

Além disso, os nossos diretores acreditam que a estrutura de capital atual é suficiente para, caso necessário, captar recursos de terceiros para suprir eventuais necessidades de caixa relativas as nossas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, o cronograma de pagamento dos compromissos assumidos por nós era de:

Cronograma de vencimento	Valores a vencer (em R$ mil)	%
2021	406.155	63,31
2022	99.731	15,55
2023	32.238	5,02
após 2023	103.431	16,12
Total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	**641.555**	**100,00%**

c. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as nossas principais fontes de financiamento eram: (i) fluxo de caixa gerado por nossas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos foram utilizados por nós, principalmente para financiar as nossas operações e para investimentos relacionados à expansão das nossas atividades.

Para mais informações sobre as nossas fontes de financiamento, vide item 10.1.f.i abaixo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Na data deste Formulário de Referência, os nossos diretores não vislumbram necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais dispomos. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, pretendemos captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

e. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

(Em milhares de R$)	**Em 31 de dezembro de 2020**			
Modalidade	**Moeda**	**Taxa média**	**Circulante**	**Não Circulante**
Capital de giro	Reais	6,67% a.a	206.514	110.391
Financiamentos	Reais/Dólar	5,6% a.a	18.564	125.009
Adiantamento para exportação	Dólar	4,20% a.a	181.077	-
Total			**406.155**	**235.400**

Em conexão com os nossos níveis de endividamento, firmamos contratos financeiros com parceiros diversos, dentre os quais ressaltamos os descritos abaixo:

Banco ABC do Brasil S.A.

(i) Em 30 de setembro de 2019, firmamos, com o Banco ABC do Brasil S.A., a Cédula de Crédito à Exportação do Agronegócio n.º 6068119, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$4.861,00 e garantida por aval e garantia fiduciária. O contrato tem vencimento final em 19 de agosto de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 3,40% a.a.

Banco Bradesco S.A.

(i) Em 29 de abril de 2020, firmamos, com o Banco Bradesco S.A., o Contrato de Câmbio n.º 000238035956, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$21.676,00 e garantido por Nota Promissória. O contrato tem vencimento final em 23 de abril de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 6,50% a.a.

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

(i) Em 25 de outubro de 2017, firmamos, com o Banco De Lage Landen Brasil S.A., a Cédula de Crédito Bancário ("CCB") n.º 547131, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$1.056,00 e garantida por aval e hipoteca. O contrato tem vencimento final em 15 de abril de 2024, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 6,50% a.a.

(ii) Em 1º de novembro de 2017, firmamos, com o Banco De Lage Landen Brasil S.A., a CCB n.º 547132, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$1.897,00 e garantida por aval e hipoteca. O contrato tem vencimento final em 15 de abril de 2024, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 6,50% a.a.

Banco Citibank S.A.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(i) Em 30 de maio de 2019, firmamos, com o Banco Citibank S.A., a Nota de Crédito à Exportação ("NCE") n.º 54669, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$14.869,00 e garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 1º de junho de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 1,80% a.a.

(ii) Em 30 de abril de 2020, firmamos, com o Banco Citibank S.A., a NCE n.º 441821, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$29.820,00 e garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 30 de abril de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 7,45% a.a.

Banco do Brasil S.A.

(i) Em 23 de dezembro de 2020, firmamos, com o Banco do Brasil S.A., a CCB n.º 316801469, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$40.010,00 e garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 20 de dezembro de 2025, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 3,30% a.a.

(ii) Em 18 de outubro de 2019, firmamos, com o Banco do Brasil S.A., a Cédula de Crédito à Exportação n.º 316801348, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$101.306,00 e garantida por aval e penhor. O contrato tem vencimento final em 23 de setembro de 2022, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 7,82% a.a.

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

(i) Em 26 de junho de 2020, firmamos, com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., o Contrato de Câmbio n.º 242685819, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$14.923,00 e garantido por fiança. O contrato tem vencimento final em 19 de junho de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 1,00% a.m.

(ii) Em 7 de dezembro de 2020, firmamos, com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a Cédula Rural Pignoratícia ("CRP") n.º 097169608, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$20.044,00 e garantida por aval e penhor. O contrato tem vencimento final em 25 de novembro de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 5,50% a.a.

(iii) Em 4 de janeiro de 2021, firmamos, com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a CRP n.º 097220506, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$15.000,00 e garantida por aval e penhor. O contrato tem vencimento final em 25 de dezembro de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 5,50% a.a.

Banco Rabobank International Brasil S.A.

(i) Em 1º de outubro de 2020, firmamos, com o Banco Rabobank International Brasil S.A., a CCB n.º BRB2020014, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$13.908,00 e garantida por penhor. O contrato tem vencimento final em 2 de outubro de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 6,10% a.a.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(i) Em 20 de fevereiro de 2020, firmamos, com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, a CCB n.º RS-68513, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$31.144,00 e garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 15 de março de 2028, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 3,70% a.a.

(ii) Em 10 de dezembro de 2019, firmamos, com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, a CCB n.º RS-68428 o Instrumento Particular de Contrato de Abertura de Limite de Crédito com Constituição de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$9.637,00 e garantida por garantia fiduciária. O contrato tem vencimento final em 15 de março de 2036, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 2,00% a.a.

Banco Safra S.A.

(i) Em 27 de agosto de 2020, firmamos, com o Banco Safra S.A., a CCB n.º 001074382, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$26.230,00 e garantida por garantia fiduciária. O contrato tem vencimento final em 23 de junho de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 3,04% a.a.

(ii) Em 24 de junho de 2020, firmamos, com o Banco Safra S.A., a CCB n.º 107348-3, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$25.693,00 e garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 21 de junho de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 3,65% a.a.

Banco Safra S.A., Luxembourg Branch

(i) Em 1º de julho de 2019, firmamos, com o Banco Safra S.A., Luxembourg Branch, a CCB n.º IN-102037/19, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$4.454,00 e garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 21 de junho de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 5,50% a.a.

Banco Santander (Brasil) S.A.

(i) Em 28 de abril de 2020, firmamos, com o Banco Santander (Brasil) S.A., a CCB n.º 114000302585, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$15.796,00 e garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 28 de abril de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 8,00% a.a.

(ii) Em 28 de abril de 2020, firmamos, com o Banco Santander (Brasil) S.A., a CCB n.º 114000302593, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$15.796,00 e garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 28 de abril de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 8,00% a.a.

Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch

(i) Em 8 de abril de 2020, firmamos, com o Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch, a CCB n.º 1025989, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$20.534,00 e garantida por aval e Standby Letter of Credit. O contrato tem vencimento final em 15 de abril de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 7,59% a.a.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Itaú Unibanco S.A.

(i) Em 3 de junho de 2020, firmamos, com o Itaú Unibanco S.A., a CCB n.º 100120060001300, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R$20.087,00 e sem garantias. O contrato tem vencimento final em 7 de junho de 2021, e, sobre eventual salvo devedor, é devida a taxa de juros de 6,80% a.a.

Nenhum dos nossos contratos financeiros possui *covenants* financeiros e/ou cláusulas restritivas quanto à distribuição de dividendos, emissão de novos valores mobiliários, alienação de controle societário, havendo apenas restrições em parte dos nossos contratos com relação à alteração da composição do nosso capital social e à alienação de ativos.

(i) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das operações de longo prazo descritas no item anterior, em 31 de dezembro de 2020, possuímos relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de nossas atividades por meio de empréstimos e financiamentos. Cabe ressaltar a relação com o Banco do Brasil, que, desde a nossa fundação, participa ativamente do financiamento das nossas atividades e nos presta serviços bancários.

Nossos diretores esclarecem, ainda, que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas acima têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão dos nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as nossas estratégias.

(ii) Grau de subordinação de dívidas

Em 31 de dezembro de 2020, nenhuma das nossas dívidas possuía cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação das nossas dívidas é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iii) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos nossos contratos financeiros possui *covenants* financeiros e/ou cláusulas restritivas quanto à distribuição de dividendos, emissão de novos valores mobiliários, alienação de controle societário, havendo apenas restrições em parte dos nossos contratos com relação à alteração da composição do nosso capital social e alienação de ativos.

f. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, utilizamos cerca de 85% dos limites concedidos em nossas linhas de crédito.

g. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas abaixo apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais e das variações significativas nas contas dos resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e com as suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (www.ri.3tentos.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das nossas demonstrações financeiras auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ milhares, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2020 x 2019
Receita operacional líquida	**3.112.439**	**100,0%**	**2.225.020**	**100,0%**	**39,9%**
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(2.612.260)	(83,9)%	(1.910.057)	(85,8)%	36,8%
Lucro bruto	**500.179**	**16,1%**	**314.963**	**14,2%**	**58,8%**
Despesas e receitas operacionais	(172.704)	(5,5)%	(167.767)	(7,5)%	2,9%
Despesas de vendas	(178.161)	(5,7)%	(177.172)	(8,0)%	0,6%
Despesas administrativas	(19.755)	(0,6)%	(16.848)	(0,8)%	17,3%
Outras receitas operacionais	25.212	0,8%	26.253	1,2%	(4,0)%
Resultado operacional	327.475	10,5%	147.196	6,6%	122,5%
Resultado financeiro	(72.032)	(2,3)%	(21.027)	(0,9)%	242,6%
Receitas financeiras	106.138	3,4%	68.137	3,1%	55,8%
Despesas financeiras	(178.170)	(5,7)%	(89.164)	(4,0)%	99,8%
Resultado antes dos impostos e contribuições	**255.443**	**8,2%**	**126.169**	**5,7%**	**102,5%**
Imposto de renda e contribuição social	(9. 180)	(0,3)%	(5.350)	(0,2)%	71,6%
Corrente	(24.491)	(0,8)%	18	0,0%	N/A
Diferido	15.311	0,5%	(5.368)	(0,2)%	(385,2)%
Lucro líquido do exercício	**246.263**	**7,9%**	**120.819**	**5,4%**	**103,8%**

Receita operacional líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a nossa Receita Operacional Líquida foi de R$ 3.112.439 mil, representando aumento de 39,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando houve Receita Operacional Líquida de R$ 2.225.020 mil. Tal aumento se deu, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida foi de R$909.290 mil, correspondente a um aumento de 28,5% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando a receita operacional líquida foi de R$707.818 mil. Tal aumento se deu pelo fato do crescimento de lojas, volume de vendas e consequente aumento do *market share* da Companhia.

(ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida foi de R$497.615 mil, correspondente a um aumento de 9,5% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando a receita operacional

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

líquida foi de R$454.643 mil. Tal aumento se deu pelo resultado da ampliação da venda de insumos por meio de permuta (Contratos de *Barter*) e também em decorrência do incremento dos preços das *commodities*.

(iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida foi de R$1.705.534 mil, correspondente a um aumento de 60,5% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando a receita operacional líquida foi de R$1.062.559 mil. Tal aumento se deu em decorrência do incremento de volume de biodiesel e farelo de soja, possibilitado pelo aumento da capacidade de produção das nossas duas fábricas decorrente de investimentos realizados pela Companhia, além do aumento do preço do biodiesel e farelo de soja.

Com relação ao total da nossa receita operacional líquida, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018, os nossos diretores esclarecem que as vendas de insumos realizadas pela Companhia à Tentos do Sul correspondem a R$238.000 mil, R$181.192 mil e R$120.862 mil, respectivamente. Para mais informações sobre os resultados da Tentos do Sul, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Custos das Mercadorias e dos Produtos Vendidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o nosso Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos foi de R$2.612.260 mil, representando aumento de 36,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando houve Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos de R$1.910.057 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$744.782 mil, correspondente a um aumento de 35,3% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$550.545 mil. Tal aumento se deu pelo incremento das mercadorias que vendemos e aumento do custo unitário que foi acrescido em razão da variação do câmbio.

(ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$463.637 mil, correspondente a um aumento de 13,3% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$409.367 mil. Tal aumento se deu pelo incremento de volume vendido e pelo aumento do custo unitário dos grãos originados.

(iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$1.363.492 mil, correspondente a um aumento de 44,0% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$946.585 mil. Tal aumento se deu pelo incremento de volume de biodiesel e farelo de soja e pelo aumento do custo desses produtos.

Como observado no item 10.9 deste Formulário de Referência, os valores auferidos na Companhia referentes à compra de grãos da Tentos do Sul foram contabilizados como custo das mercadorias e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dos produtos vendidos pela Companhia, de forma que os valores acima já refletem essa contabilização.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o nosso Lucro Bruto foi de R$500.179 mil, representando aumento de 58,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o nosso Lucro Bruto foi de R$314.963 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o nosso lucro bruto foi de R$164.508 mil, correspondente a um aumento de 4,6% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o lucro bruto foi de R$157.273 mil. Tal aumento se deu pelo fato do volume de vendas de mercadorias ter aumentado, a despeito da queda de margens do segmento. Tal queda ocorreu em função da diminuição do volume vendido de defensivos agrícolas, produto responsável por maiores margens dentro do segmento, em razão da quebra da safra causada por condições climáticas adversas, no ano de 2020.

(ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o nosso lucro bruto foi de R$33.978 mil, correspondente a uma diminuição de 25,0% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o lucro bruto foi de R$45.276 mil. Tal diminuição se deu pelo fato de termos um menor volume originado de grãos e o aumento do custo de originação decorrente do aumento de preço das *commodities*.

(iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o nosso lucro bruto foi de R$342.042 mil, correspondente a um aumento de 194,9% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o lucro bruto foi de R$115.974 mil. Tal aumento se deu essencialmente pelo aumento de preço dos produtos deste segmento (biodiesel e farelo de soja).

Conforme as demonstrações financeiras auditas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para a soma do valor do nosso Lucro Bruto de R$500.179, nós consideramos o ajuste a valor justo de (40.349).

Despesas e Receitas Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas de venda, na sua grande maioria variável em relação à Receita Líquida, foram de R$178.161 mil, representando aumento de 0,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando houve despesas de venda de R$177.172 mil. Tal aumento foi pouco expressivo quando comparado com o crescimento da receita operacional líquida no mesmo período, tendo em vista que este crescimento deu-se principalmente no segmento da indústria, no qual as despesas de vendas são menos representativas que no segmento de insumos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as nossas despesas administrativas foram de R$19.755 mil, representando aumento de 17,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando houve despesas administrativas de R$16.848 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, da adequação da estrutura de despesas necessárias para suportar o nosso crescimento com maior número de lojas para atender os nossos clientes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado Operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o nosso resultado operacional foi de R$327.475 mil, representando aumento de 122,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o nosso resultado operacional foi de R$147.196 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, em razão da diminuição das despesas e dos custos. da Companhia e do aumento da receita operacional líquida.

Resultado financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o nosso resultado financeiro foi uma despesa financeira líquida em R$72.032 mil, representando um aumento de 242,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando a nossa despesa financeira líquida foi de R$21.027 mil. Tal variação decorreu, principalmente, da variação cambial negativa, que representou o montante de R$23.933 mil e despesas com swap cambial líquida no valor de R$7.600 mil.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social foi de R$9.180 mil, representando uma variação de 71,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o imposto de renda e contribuição social foi de R$5.350 mil. Tal variação ocorreu em razão do aumento do lucro antes de impostos sobre o lucro e pelo aumento da subvenção para investimentos por meio do crédito presumido.

Lucro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o nosso lucro líquido foi de R$246.263 mil, representando uma variação de 103,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o nosso lucro líquido foi de R$120.819 mil. Tal variação ocorreu em razão da melhora das margens e ganho de escala, diluindo os custos fixos, conforme mencionado nos itens acima.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ milhares, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2019 x 2018
Receita operacional líquida	**2.225.020**	**100,0%**	**1.888.436**	**100,0%**	**17,8%**
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(1.910.057)	(85,8)%	(1.590.582)	(84,2)%	20,1%
Lucro bruto	**314.963**	**14,2%**	**297.854**	**15,8%**	**5,7%**
Despesas receitas operacionais	(167.767)	(7,5)%	(143.099)	(7,6)%	17,2%
Despesas de vendas	(177.172)	(8,0)%	(139.171)	(7,4)%	27,3%
Despesas administrativas	(16.848)	(0,8)%	(10.973)	(0,6)%	53,5%
Outras receitas operacionais	26.253	1,2%	7.045	0,4%	272,6%
Resultado operacional	147.196	6,6%	154.755	8,2%	(4,9)%
Resultado financeiro	(21.027)	(0,9)%	(36.933)	(2,0)%	(43,1)%
Receitas financeiras	68.137	3,1%	46.985	3,1%	45,0%
Despesas financeiras	(89.164)	(4,0)%	(83.918)	(4,0)%	6,3%
Resultado antes dos impostos e contribuições	**126.169**	**5,7%**	**117.822**	**6,2%**	**7,1%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imposto de renda e contribuição social	(5.350)	(0,2)%	7.405	0,4%	(172,2)%
Corrente	18	0,0%	(6.580)	(0,3)%	(100,3)%
Diferido	(5.368)	(0,2)%	13.985	0,7%	(138,4)%
Lucro líquido do exercício	**120.819**	**5,4%**	**125.227**	**6,6%**	**(3,5)%**

Receita operacional líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a nossa Receita Operacional Líquida foi de R$2.225.020 mil, representando aumento de 17,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando houve Receita Operacional Líquida de R$ 1.888.436 mil. Tal aumento se deu, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida foi de R$707.818 mil, correspondente a um aumento de 22,5% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando a receita operacional líquida foi de R$578.034 mil. Tal aumento se deu pelo fato do crescimento de lojas, volume de vendas e consequente aumento do *market share* da Companhia.

(ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida foi de R$454.643 mil, correspondente a um aumento de 2,7% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando a receita operacional líquida foi de R$442.872 mil. Tal aumento se deu pelo resultado da ampliação da venda de insumos por meio de permura (Contratos de *Barter*) e também em decorrência do incremento dos preços das *commodities*.

(iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida foi de R$1.062.559 mil, correspondente a um aumento de 22,5% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando a receita operacional líquida foi de R$867.530 mil. Tal aumento se deu em decorrência do incremento de volume de biodiesel e farelo de soja, possibilitado pelo aumento da capacidade de produção das nossas duas fábricas decorrente de investimentos realizados pela Companhia, além do aumento do preço do biodiesel e farelo de soja.

Custos das Mercadorias e dos Produtos Vendidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o nosso Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos foi de R$ 1.910.057 mil, representando aumento de 25,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando houve Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos de R$1.590.582 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$550.545 mil, correspondente a um aumento de 25,8% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$437.620 mil. Tal aumento se deu pelo incremento de volume das mercadorias que vendemos, apesar do custo unitário dos insumos ter sido menor.

(ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$409.367 mil, não havendo variação significativa comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ausência de variação significativa, se deve ao fato de que houve aumento do volume vendido, porém o mesmo compensado pela redução do custo unitário dos grãos originados.

(iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$946.585 mil, correspondente a um aumento de 49,7% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$711.816 mil. Tal aumento se deu essencialmente pelo incremento de volume de biodiesel e farelo de soja.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o nosso Lucro Bruto foi de R$314.963 mil, representando uma diminuição de 5,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o nosso Lucro Bruto foi de R$297.854 mil. Tal diminuição decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o nosso lucro bruto foi de R$157.273 mil, correspondente a um aumento de 12,0% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o lucro bruto foi de R$140.414 mil. Tal aumento se deu pelo fato do volume de vendas de mercadorias ter aumentado, o que foi parcialmente compensado pela diminuição do preço médio unitário, impactado pelo aumento de venda de fertilizantes.

(ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o nosso lucro bruto foi de R$45.276 mil, correspondente a um aumento de 25,0% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o lucro bruto foi de R$36.207 mil. Tal aumento se deu pelo incremento do volume de vendas de grãos e manutenção das margens de *trading.*

(iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o nosso lucro bruto foi de R$115.974 mil, correspondente a uma diminuição de 25,5% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o lucro bruto foi de R$155.713 mil. Tal diminuição se deve a perda de margem na venda dos produtos deste segmento (biodiesel e farelo de soja).

Despesas e Receitas Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas de venda, na sua grande maioria variável em relação à Receita Líquida, foram de R$177.172 mil, representando aumento de 27,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando houve despesas de venda de R$139.171 mil. Tal aumento foi decorrente do crescimento da receita operacional líquida no mesmo período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as nossas despesas administrativas foram de R$16.848 mil, representando aumento de 53,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando houve despesas administrativas de R$10.973 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, da adequação da estrutura de despesas necessárias para suportar o nosso crescimento com maior número de lojas para atender os nossos clientes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado Operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o nosso resultado operacional foi de R$147.196 mil, representando uma diminuição de 4,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o nosso resultado operacional foi de R$154.755 mil. Tal diminuição decorreu, principalmente, de um aumento nas despesas fixas da Companhia, decorrente, principalmente do aumento do número de lojas para atender os nossos clientes.

Resultado financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o nosso resultado financeiro foi uma despesa financeira líquida de R$21.027 mil, representando uma variação de 43,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o nosso resultado financeiro foi uma despesa financeira líquida de R$36.933 mil. Tal variação decorreu, principalmente em função do aumento de juros cobrados dos nossos clientes e dos descontos obtidos de nossos fornecedores.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e contribuição social foi de R$5.350 mil, representando uma variação de 172,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o imposto de renda e contribuição social foi de R$7.405 mil. Tal variação ocorreu em razão do aumento do lucro antes de impostos sobre o lucro e pelo aumento da subvenção para investimentos por meio do crédito presumido.

Lucro líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o nosso lucro líquido foi de R$120.819 mil, representando uma variação de 3,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o nosso lucro líquido foi de R$125.227 mil. Tal variação não foi significativa e se justifica pelas razões acima explicitadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ milhares, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2020 x 2019
Ativo					
Ativo Circulante	**1.770.014**	**76,2%**	**1.119.831**	**73,5%**	**58,1%**
Caixa e equivalentes de caixa	252.692	11,0%	163.970	10,8%	54,1%
Contas a receber clientes	634.246	27,5%	436.741	28,7%	45,2%
Impostos a recuperar	45.169	2,0%	27.565	1,8%	63,9%
Adiantamentos	12.392	0,5%	10.186	0,7%	21,7%
Estoques	783.523	34,0%	443.972	29,1%	76,5%
Instrumentos financeiros	6.869	0,3%	7.130	0,5%	(3,7)%
Despesas antecipadas	1.395	0,1%	1.240	0,1%	12,5%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Partes relacionadas	7.267	0,3%	8.944	0,6%	(18,8)%
Outras contas a receber	26.461	1,1%	20.083	1,3%	31,8%
Ativo Não Circulante	**551.359**	**23,8%**	**404.195**	**26,5%**	**36,4%**
Impostos a recuperar	121.959	5,3%	108.089	7,1%	12,8%
Depósitos judiciais	290	0,0%	274	0,0%	5,8%
Impostos diferidos	-	0,0%	6.276	0,4%	(100)%
Partes relacionadas	19.786	0,9%	23.548	1,5%	(16,0)%
Outros valores a receber	1.504	0,1%	3.500	0,2%	(57,0)%
Direito de uso em arrendamentos	926	0,0%	3.827	0,3%	(75,8)%
Imobilizado	406.564	17,5%	258.195	16,9%	57,5%
Intangível	330	0,0%	486	0,0%	(32,1)%
Total do ativo	**2.321.373**	**100,0%**	**1.524.026**	**100,0%**	**52,3%**
Passivo					
Passivo Circulante	**1.365.036**	**58,8%**	**991.564**	**65,1%**	**38,9%**
Fornecedores	866.549	37,6%	635.955	41,7%	36,3%
Instrumentos financeiros	26.788	1,2%	994	0,1%	2.595,0%
Empréstimos e financiamentos	406.155	17,5%	297.188	19,5%	36,7%
Adiantamentos de clientes	5.331	0,2%	17.567	1,2%	(69,7)%
Passivo de arrendamento	687	0,0%	2.950	0,2%	(76,7)%
Obrigações fiscais	17.441	0,8%	13.872	0,9%	25,7%
Obrigações trabalhistas	19.513	0,8%	11.196	0,7%	74,3%
Dividendos a distribuir	1.459	0,1%	711	0,0%	105,2
Outras obrigações	21.113	0,9%	11.131	0,7%	89,7%
Passivo Não Circulante	**244.205**	**10,5%**	**132.641**	**8,7%**	**84,1%**
Empréstimos e financiamentos	235.400	10,2%	126.492	8,3%	86,1%
Passivo de arrendamento	307	0,0%	1.019	0,1%	(69,9)%
Parcelamentos previdenciários	6.785	0,3%	3.574	0,2%	89,8%
Impostos diferidos	145	0,0%	-	0,0%	N/A
Provisões para litígios	1.568	0,1%	1.556	0,1%	0,8%
Patrimônio Líquido	**712.132**	**30,7%**	**399.821**	**26,2%**	**78,1%**
Capital social	400.000	17,3%	200.000	13,1%	100,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	4.847	0,2%	5.794	0,4%	(16,3)%
Reserva de lucros	295.485	12,7%	194.027	26,2%	52,3%
Dividendos adicionais propostos	11.800	0,5%	-	0,0%	N/A
Total do Passivo	**2.321.373**	**100,0%**	**1.524.026**	**100,0%**	**52,3%**

Ativo Circulante

Caixa e Equivalente de Caixa

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do caixa e equivalente de caixa foi de R$ 252.692 mil comparado a R$163.970 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 54,1%, tem como principal razão o fato de acreditarmos que em 2021 teremos uma safra maior, em comparação com o mesmo período de 2020, além da antecipação de necessidade maior de investimento em capital de giro operacional.

Contas a Receber Clientes

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das nossas contas a receber foi de R$634.246 mil comparado a R$436.741 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 45,2%, é explicado pelo incremento nas vendas de insumos e previsão de pagamento dos insumos no final da safra.

Adiantamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de adiantamentos foi de R$12.392 mil comparado a R$10.186 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 21,7%, tem como principal razão o incremento de adiantamentos para compras de bens e insumos, em razão da demanda dos clientes da Companhia.

Estoque

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de estoque foi de R$783.523 mil comparado a R$443.972 mil em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 76,5%, tem como principal razão a manutenção de níveis adequados de grãos para atender a nossa indústria fazendo frente ao aumento do volume de moagem. Adicionalmente ao maior volume de *commodities* em estoque, os preços de grãos aumentaram consideravelmente em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de instrumentos financeiros foi de R$6.869 mil comparado a R$7.130 mil em 31 de dezembro de 2019. Tal diminuição de 3,7%, tem como principal razão a estratégia adotada por meio dos contratos de hedge.

Ativo Não Circulante

Direito de Uso em Arrendamento

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo foi de R$926 mil, comparado a R$3.827 mil em 31 de dezembro de 2019. Tal diminuição de 75,8%, tem como principal razão a baixa de ativos arrendados durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de imobilizado foi de R$406.564 mil, comparado a R$258.195 mil em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 57,5% é explicado pela incorporação da Tentos do Sul, abertura de novas filiais e aumento da capacidade produtiva da nossa fábrica localizada na cidade de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul durante o exercício social encerrado em 2020. Para informações adicionais referentes à Tentos do Sul, fazer referência à seção “10.9. Outros fatores com influência relevante”.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de empréstimos e financiamentos foi de R$406.155 mil, comparado a R$297.188 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 36,7%, tem como principal razão a captação de empréstimos e financiamentos para financiar o aumento de investimento em capital de giro operacional, como por exemplo, aumento de compra de soja de modo a suprir o aumento do volume de moagem.

Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de adiantamento de clientes foi de R$5.331 mil, comparado a R$17.567 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal diminuição de 69,7%, tem como principal razão maiores incertezas a respeito do cenário econômico, explicadas em grande parte pela pandemia do COVID-19.

Obrigações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de obrigações trabalhistas foi de R$19.513 mil, comparado a R$11.196 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 74,3% é explicado pela incorporação da Tentos do Sul, expansão da nossa fábrica localizada na cidade de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, abertura de novas unidades e consequente aumento do quadro de pessoal. Para informações adicionais referentes à Tentos do Sul, fazer referência à seção “10.9. Outros fatores com influência relevante”.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamento

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de empréstimos e financiamentos não circulante foi de R$235.400 mil, comparado a R$126.492 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 86,1%, tem como explicações a captação de empréstimos e financiamentos para financiar o aumento de investimento em (i) capital de giro operacional (suprir aumento do volume de moagem); e (ii) expansão dos negócios, como a expansão da capacidade produtiva da nossa fábrica localizada na cidade de Cruz Alta, bem como a abertura de novas lojas.

Parcelamentos Previdenciários

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso saldo de parcelamentos previdenciários foi de R$6.785 mil, comparado a R$3.574 mil, em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 89,8%, tem como principal razão a nossa adesão ao programa de parcelamento de ICMS.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o nosso patrimônio líquido foi de R$712.132 mil, comparado a R$399.821 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de 78,1%, tem como principal razão a apropriação do resultado do exercício e a incorporação da Tentos do Sul. Para informações adicionais referentes à Tentos do Sul, fazer referência à seção “10.9. Outros fatores com influência relevante”.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ milhares, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2019 x 2018
Ativo					
Ativo Circulante	**1.119.831**	**73,5%**	**751.498**	**69,5%**	**49,0%**
Caixa e equivalentes de caixa	163.970	10,8%	131.329	12,1%	24,9%
Contas a receber clientes	436.741	28,7%	300.950	27,8%	45,1%
Impostos a recuperar	27.565	1,8%	18.439	1,7%	49,5%
Adiantamentos	10.186	0,7%	7.378	0,7%	38,1%
Estoques	443.972	29,1%	251.482	23,3%	76,5%
Instrumentos financeiros	7.130	0,5%	19.848	1,8%	(64,1)%
Despesas antecipadas	1.240	0,1%	754	0,1%	64,5%
Partes relacionadas	8.944	0,6%	8.944	0,8%	0,0%
Outras contas a receber	20.083	1,3%	12.374	1,1%	62,3%
Ativo Não Circulante	**404.195**	**26,5%**	**329.430**	**30,5%**	**22,7%**
Impostos a recuperar	108.089	7,1%	72.270	6,7%	49,6%
Depósitos judiciais	274	0,0%	255	0,0%	7,5%
Impostos diferidos	6.276	0,4%	11.644	1,1%	(46,1)%
Partes relacionadas	23.548	1,5%	28.548	2,6%	(17,5)%
Outros valores a receber	3.500	0,2%	3.471	0,3%	0,8%
Direito de uso em arrendamentos	3.827	0,3%	-	0,0%	N/A
Imobilizado	258.195	16,9%	212.739	19,7%	21,4%
Intangível	486	0,0%	503	0,0%	(3,4)%
Total do ativo	**1.524.026**	**100,0%**	**1.080.928**	**100,0%**	**41,0%**
Passivo					
Passivo Circulante	**991.564**	**65,1%**	**723.244**	**66,9%**	**37,1%**
Fornecedores	635.955	41,7%	431.064	39,9%	47,5%
Instrumentos financeiros	994	0,1%	1.014	0,1%	(2,0)%
Empréstimos e financiamentos	297.188	19,5%	265.440	24,6%	12,0%
Adiantamentos de clientes	17.567	1,2%	7.972	0,7%	120,4%
Passivo de arrendamento	2.950	0,2%	-	0,0%	N/A
Obrigações fiscais	13.872	0,9%	6.312	0,6%	119,8%
Obrigações trabalhistas	11.196	0,7%	8.416	0,7%	33,0%
Outras obrigações	711	0,0%	711	0,0%	0,0%
Passivo Não Circulante	**132.641**	**8,7%**	**58.226**	**5,4%**	**127,8%**
Fornecedores	-	0,0%	6.382	0,6%	(100,0)%
Empréstimos e financiamentos	126.492	8,3%	46.003	4,3%	175,0%
Passivo de arrendamento	1.019	0,1%	-	0,0%	N/A
Parcelamentos previdenciários	3.574	0,2%	4.285	0,4%	(16,6)%
Provisões para litígios	1.556	0,1%	1.556	0,1%	0,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Patrimônio Líquido	**399.821**	**26,2%**	**299.458**	**27,7%**	**33,5%**
Capital social	200.000	13,1%	55.500	5,1%	260,4%
Ajustes de avaliação patrimonial	5.794	0,4%	6.742	0,6%	(14,1)%
Reserva de lucros	194.027	12,7%	237.216	21,9%	(18,2)%
Total do Passivo	**1.524.026**	**100,0%**	**1.080.928**	**100,0%**	**41,0%**

Ativo Circulante

Caixa e Equivalente de Caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do caixa e equivalente de caixa foi de R$163.970 mil comparado a R$131.329 mil, em 31 de dezembro de 2018. Tal aumento de 24,9%, tem como principal razão a antecipação de necessidade maior de investimento em capital de giro operacional.

Contas a Receber Clientes

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso saldo de contas a receber clientes foi de R$436.741 mil comparado a R$300.950 mil, em 31 de dezembro de 2018. Tal aumento de 45,1% tem como principal razão explicada pelo aumento nas vendas de insumos e previsão de pagamento dos insumos no final da safra.

Adiantamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso saldo de adiantamentos foi de R$10.186 mil comparado a R$7.378 mil, em 31 de dezembro de 2018. Tal aumento de 38,1% tem como principal razão o incremento de adiantamentos para compras de bens e insumos.

Estoque

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso saldo de estoque foi de R$443.972 mil comparado a R$251.482 mil, em 31 de dezembro de 2018. Tal aumento de 76,5%, tem como principal razão a manutenção de níveis adequados de grãos para atender a indústria da Companhia fazendo frente ao aumento do volume de moagem.

Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso saldo de outras contas a receber foi de R$20.083 mil comparado a R$12.374 mil em 31 de dezembro de 2018. Tal aumento de 62,3%, tem como principal razão o aumento nas vendas de insumos, acarretando em maiores premiações de fornecedores da Companhia.

Ativo Não Circulante

Impostos Diferidos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso saldo de impostos a recuperar foi de R$6.276 mil, comparado a R$11.644 mil em 31 de dezembro de 2018. Tal diminuição de 46,1%, tem como principal razão os ajustes a valor justo para as cotações de *commodities*.

Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso saldo foi de R$23.548 mil, comparado a R$28.548 mil, em 31 de dezembro de 2018. Tal diminuição de 17,5%, tem como principal razão da amortização de parcelas referentes à venda de propriedade rural anteriormente detida pela Companhia.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso saldo de imobilizado foi de R$258.195 mil, comparado a R$212.739 mil, em 31 de dezembro de 2018. Tal aumento de 21,4%, tem como principal razão a abertura de novas lojas e a aquisição da nossa fábrica na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Passivo Circulante

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso saldo passivo de empréstimos e financiamentos circulante R$297.188 mil, comparado a R$265.440 mil, em 31 de dezembro de 2018. Tal aumento de 12,0%, tem como principal razão a captação de empréstimos e financiamentos para financiar o incremento de investimento em capital de giro operacional, como por exemplo, aumento de compra de soja para suprir o aumento no volume de moagem.

Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso saldo de adiantamento de clientes foi de R$17.567 mil, comparado a R$7.972 mil, em 31 de dezembro de 2018. Tal aumento de 120,4%, tem como principal razão as boas safras nos anos anteriores, fazendo com que o produtor garantisse a compra de insumos antecipada através de adiantamentos à Companhia.

Obrigações Fiscais

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso saldo de obrigações fiscais foi de R$13.872 mil, comparado a R$6.312 mil, em 31 de dezembro de 2018. Tal aumento de 119,8%, tem como principal razão o incremento de pagamento de impostos em relação ao nosso lucro tributável.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamento

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso saldo de empréstimos e financiamentos não circulante foi de R$126.492 mil, comparado a R$46.003 mil, em 31 de dezembro de 2018. Tal aumento de 175,0%, tem como explicação a (ii) captação de empréstimos e financiamentos para financiar o aumento de investimento em capital de giro operacional (suprir aumento do volume de moagem); e (ii) expansão dos negócios e abertura de novas lojas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o nosso patrimônio líquido foi de R$399.821 mil, representando aumento de 34% em relação a 31 de dezembro de 2018, quando o nosso patrimônio líquido foi de R$299.458 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, da retenção do resultado do período para constituição de reservas (de lucro e subvenção).

FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018:

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

	Exercício social encerrado em		
(em R$ milhares, exceto %)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	79.979	19.822	97.518
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(73.998)	(59.204)	(12.564)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	82.741	72.023	10.526
Variação de caixa e equivalentes de caixa	88.722	32.641	95.459

Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais foi de R$79.979 mil, representando um aumento de R$60.157 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando houve geração de caixa de R$19.822 mil. Tal variação decorreu, principalmente, pelo fato de termos aumentado o volume de estoques e o valor de contas a receber, em decorrência do aumento das nossas atividades.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais da Companhia foi de R$19.822 mil, representando redução de R$ 77.696 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando houve geração de caixa de R$97.518 mil. Tal variação decorreu, principalmente, pelo fato de termos aumentado o volume de estoques e o valor de contas a receber, em decorrência do aumento das nossas atividades.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido utilizado nas nossas atividades de investimento resultou em consumo de caixa de R$73.998 mil, representando aumento de R$14.794 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento decorreu, de aquisição de imobilizado, novas unidades e aumento da capacidade de produção da fábrica localizada na cidade de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido utilizado nas nossas atividades de investimento resultou em consumo de caixa de R$59.204 mil, representando aumento de R$46.640 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Tal aumento decorreu de aquisição de imobilizado, principalmente da aquisição da nossa fábrica localizada na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido gerado pelas nossas atividades de financiamento foi de R$82.741 mil, representando aumento de R$10.718 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento decorreu, principalmente, pela necessidade de captação de novas fontes de financiamento para suportar o nosso crescimento.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido gerado pelas nossas atividades de financiamento foi de R$72.023 mil, representando aumento de R$61.497 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Tal aumento decorreu, principalmente, pela necessidade de captação de novas fontes de financiamento para suportar o nosso crescimento.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

Possuímos três segmentos operacionais. Para mais informações sobre os nossos segmentos, vide item 7.2 deste Formulário de Referência.

a. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que os principais componentes da nossa receita são:

(i) Insumos: em que se destaca o varejo de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes e defensivos);

(ii) Grãos: em que se destacam a originação e a comercialização de soja, milho e trigo; e

(iii) Indústria: em que se destaca a produção de casca, óleo, farelo de soja e biodiesel.

Para referência, a tabela abaixo demonstra a receita operacional líquida por cada segmento da Companhia:

Receita Operacional Líquida	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Insumos	909.290	29,2%	707.818	31,8%	578.034	30,6%
Grãos	497.615	16,0%	454.643	20,4%	442.872	23,5%
Indústria	1.705.534	54,8%	1.062.559	47,8%	867.530	45,9%
Receita Operacional Líquida	**3.112.439**	**100,0%**	**2.225.020**	**100,0%**	**1.888.436**	**100,0%**

ii Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Tributação

Os resultados das nossas operações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

A tributação no nosso ramo de atuação varia de acordo com uma série de fatores, a depender dos produtos, matérias-primas, destinos e origens. Os produtos mais relevantes para a Companhia são: farelo de soja (30% da nossa receita líquida), biodiesel (24% da nossa receita líquida) e produção de cultivos (17%).

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

O biodiesel possui crédito presumido de PIS/COFINS, o qual por algumas vezes, nos torna credores, pois este crédito varia de acordo com o preço de venda do biodiesel. O fato de termos operações no Estado do Rio Grande do Sul nos permite o recebimento diretamente do agricultor familiar (pessoa física), trazendo benefícios tributários com este relacionamento de longo prazo que a Companhia possui com os fornecedores.

Além dos regimes e benefícios apontados acima, também usufruímos dos benefícios de subvenção de ICMS para Investimentos, que consiste no registro de subvenção para investimentos decorrentes de incentivos fiscais estaduais de ICMS concedidos pelos Estados do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso.

Preços de *commodities*

Nossos resultados são diretamente afetados pelos preços das *commodities*, especialmente os preços da soja em grãos, óleo de soja e biodiesel, que são afetados pela dinâmica da oferta e da demanda relacionada a produção e consumo de combustíveis e a produção e consumo de soja no mundo e no Brasil. Os preços das *commodities*, globalmente e no Brasil, têm sido historicamente cíclicos e sensíveis as mudanças nacionais e internacionais de oferta e demanda. Como resultado da volatilidade dos pregos das *commodities*, nossos resultados podem flutuar e podemos enfrentar períodos de queda nos preços de nossos produtos e aumento dos custos de nossas matérias-primas, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Sazonalidade

Sazonalidade também é um fator importante que impacta os preços da soja. O período da colheita é entre março e abril, sendo marcado pelo aumento da oferta e a consequente diminuição dos preços da soja. Cabe ressaltar que fatores internacionais também influenciam diretamente os preços comercializados no mercado interno (*basis*), como por exemplo, a guerra comercial entre China e EUA, o qual pressionou a demanda da oleaginosa no Brasil nos últimos anos.

Taxa de Câmbio

Os nossos resultados operacionais são significativamente afetados pelas flutuações das taxas de câmbio, visto que, as recentes desvalorizações do real frente a moeda norte-americana permitiram o crescimento das receitas das vendas para o mercado externo. Adicionalmente, a formação de preços na comercialização do mercado interno das *commodities* do complexo soja são diretamente impactadas pelo câmbio.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A nossa receita de venda está diretamente relacionada as variações de preços dos produtos e variações das quantidades de mercadorias vendidas. Sendo assim, variações na taxa de câmbio, juros e inflação não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	**2019**	**2018**
Crescimento do PIB.....	-3,4%[1]	1,1%	1,3%
Inflação (IGP-M).....	23,14%	7,3%	7,5%
Inflação (IPCA)	4,5%	4,3%	3,7%
Taxa de câmbio no final do exercício por US$ 1,00	R$5,197	R$4,031	R$3,875
Taxa de câmbio média por U.S.$1,00	R$5,158	R$3,946	R$3,656

Fontes: IBGE, Banco Central Brasileiro, B3 e FGV.

[1] Refere-se ao acumulado em 4 trimestres encerrados no 3º trimestre de 2020

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, porém, um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Incorporação, aumento de capital e reorganização societária

Em 30 de novembro de 2020, foi realizada a incorporação total da Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda., pela Companhia, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, em 04 de janeiro 2021. Foi aprovado também o aumento de capital social da Companhia em R$10.000.000,00, mediante a emissão de 10.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, passando seu capital social para R$ 210.000.000,00. Para mais informações sobre a Tentos do Sul, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Em 1º de dezembro de 2020, a Companhia por meio de Assembleia Geral Extraordinária, incorporou parte do acervo cindido da Sinuelo Participações Ltda. ("Sinuelo"), até então controladora da Companhia, o qual era composto pelas ações ordinárias nominativas da própria Companhia. Em decorrência da incorporação e em substituição à acionista Sinuelo, foi aprovado o ingresso dos sócios da Sinuelo na Companhia.

Em 28 de dezembro de 2020, a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária, por meio da qual os acionistas aprovaram um novo aumento de capital da Companhia, de R$ 190.000.000,00 (mediante a capitalização de reserva de incentivos fiscais, passando seu capital social de R$ 210.000.000,00 para R$400.000.000,00, com a emissão de 190.000.000 novas ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, distribuído na proporção do seu capital social, sendo este o capital social atual.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou nossas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas nossas demonstrações financeiras ou nos nossos resultados.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro ICPC 22 / IFRC 23

A interpretação ICPC 22 (IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC32 (IAS 12) e não se aplica a tributos fora do âmbito dessa norma nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. Realizamos a adoção da norma a partir da data de vigência e concluiu que não há impactos relevantes em nossas informações financeiras.

Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

A norma CPC 06 (R2 – IFRS 16) foi adotada por nós a partir de 1º de janeiro de 2019, tendo sido realizada a revisão dos contratos de arrendamento em face das novas regras contábeis de arrendamento. A norma afeta, em especial, a contabilização dos nossos arrendamentos operacionais.

A norma inclui as seguintes isenções de reconhecimento, as quais foram adotadas por nós:

a) Arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores);

b) Arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos);

c) Contratos em que o valor do aluguel tenha como base valores variáveis.

Aplicamos o CPC 06 (R2– IFRS 16) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada. A nossa abordagem definida não exige a reapresentação dos valores e não impacta o patrimônio líquido e o cálculo de distribuição dos juros sobre capital próprio, além de possibilitar a utilização dos expedientes práticos.

Possuímos arrendamentos de lojas utilizadas para a operação. A mensuração dos contratos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais foram considerados as renovatórias de acordo com o histórico de renovações e quando identificada a “razoável certeza” da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto baseada na taxa incremental de captação de empréstimos para aquisição de imobilizado.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no nosso resultado ou no nosso patrimônio líquido divulgado.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Atualização do CPC 26/IAS 1 E CPC 23/IAS 8 definição de materialidade

As atualizações do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020. A administração da Companhia entende que estas atualizações não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulga somente informações relevantes.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Atualização do IFRS 16 E Deliberação CVM Nº 859/2020

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos três últimos exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As perdas estimadas em créditos são constituídas com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para fazer frente a eventuais perdas na realização desses créditos.

Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos

Os estoques e compromissos de compra e venda de *commodities* agrícolas comercializáveis, determinados contratos de compra e venda a termo contratos de futuros e opções de compra e venda de balcão negociados em bolsas de valores são mensurados a valor justo. As *commodities* comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores na qual opera, ajustados para refletir diferenças em mercados locais. As variações nos valores de mercado desses estoques e contratos são reconhecidas na demonstração do resultado. Caso a administração utilize diferentes métodos ou fatores para estimar o valor de mercado, os valores contabilizados nos estoques e no resultado poderiam ser significativamente diferentes. Outrossim, se as condições de mercado sofrerem alterações relevantes subsequentemente ao encerramento do exercício, os valores reportados em períodos futuros como estoques e resultado poderiam ser significativamente diferentes.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Revisamos as nossas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Provisões para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas, litígios e PDD. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, realizamos investimentos (i) em ativos imobilizados na ordem de R$113,0 mil, com destaque para ampliação da planta industrial de extração de óleo de soja e farelo de soja na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul; (ii) na expansão da capacidade produtiva da usina de biodiesel na cidade de Ijuí de 850m³ para 1.000m³; e (iii) em construções das lojas que atuam em originação de grãos e comercialização de insumos também foram realizados.

Os nossos investimentos atuais e futuros estão em linha com o nosso plano de expansão orgânico que visa aumentar a cobertura de áreas agricultáveis no Estado do Rio Grande do Sul, instituindo novas lojas nas regiões da Fronteira Oeste do Estado, na região do Alto-Uruguai bem como na região dos Campos de Cima da Serra. O plano de crescimento para o segmento de grãos e insumos prevê implantação de 28 novas lojas que atendam o segmento de varejo e originem grãos para o segmento industrial. O plano de expansão também compreende a continuação da ampliação do parque industrial no Estado, já financiado por dívida de longo-prazo junto a instituições bancárias. Em termos de expansão interestadual, já iniciamos prospecção de local para implantação de unidade fabril no Estado do Mato Grosso, onde pretendemos processar 3.000 toneladas por dia na região da BR 163, próximo aos municípios de Sinop e Sorriso que possuem localizações estratégicas. Visando replicar a estratégia de ecossistema já existente no Estado do Rio Grande do Sul, instalaremos no Estado do Mato Grosso lojas de originação de grãos e comercialização de insumos (sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas) para suprir as necessidades de processamento de nossa planta industrial.

Por fim, pretendemos ampliar o desenvolvimento de ferramentas digitais para o segmento de insumos, por meio do uso do aplicativo (app IOS e Android) desenvolvido para utilização dos nossos clientes.

Plano de Negócios para 2021

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A administração da Companhia, ao longo dos anos, reinvestiu na geração de caixa, e utilizou capital de terceiros em forma de dívida, para ampliar o número de lojas de varejo e parque industrial. Apesar de, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, figurar com endividamento considerado saudável pela administração da Companhia, bem como níveis de liquidez, a Companhia pretende utilizar os recursos desta Oferta Pública de Ações para acelerar os planos de crescimento expostos no item 10.8.a.i.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Conforme posto no item 10.8.a (i), pretendemos ampliar o desenvolvimento de ferramentas digitais para o segmento de insumos, por meio do uso do aplicativo (app IOS e Android) desenvolvido para utilização dos nossos clientes.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Conforme informado no item 10.8.a (i), pretendemos ampliar o desenvolvimento de ferramentas digitais para o segmento de insumos, por meio do uso do aplicativo (app IOS e Android) desenvolvido para utilização dos nossos clientes. O montante gasto com investimentos para o desenvolvimento do aplicativo, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, totalizaram R$772.330,00.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Pretendemos continuar a evoluir no desenvolvimento do nosso aplicativo para venda online de grãos para o segmento de varejo, a qual permite que clientes produtores rurais que entregam sua produção em lojas da Companhia podem operacionalizar a transação por meio de aplicativo móvel, inclusive com emissão de Nota Fiscal Eletrônica por meio de Certificado Digital.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve nenhum outro gasto no desenvolvimento de novos produtos ou serviços, além dos valores informados no item 7.8 c (ii) acima.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Comentários a Respeito do Desempenho Operacional e Financeiro da Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. ("Tentos do Sul")

O quadro abaixo demonstra as eliminações entre 3Tentos e Tentos do Sul para os exercícios sociais encerrados em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018.

(em R$ milhares)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Eliminações da Receita operacional líquida	**(423,825)**	**(373,115)**	**(223,343)**
Eliminações na Companhia	(238,000)	(181,192)	(120,862)
Eliminações na Tentos do Sul	(185,825)	(191,923)	(102,481)
Eliminações de custo das mercadorias	**423,825**	**373,115**	**223,343**
Eliminações na Companhia	185,825	191,923	102,481
Eliminações na Tentos do Sul	238,000	181,192	120,862

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as eliminações da receita operacional líquida correspondem a R$238.000 mil para a Companhia e R$185.825 mil para a Tentos do Sul. Para o custo das mercadorias, as eliminações correspondem a R$185.825 mil para a Companhia e R$238.000 mil para a Tentos do Sul, para o mesmo período de 2020.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as eliminações da receita operacional líquida correspondem a R$181.192 mil para a Companhia e R$191.923 mil para a Tentos do Sul. Para o custo das mercadorias, as eliminações correspondem a R$191.923 mil para a Companhia e R$181.192mil para a Tentos do Sul ,para o mesmo período de 2019.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as eliminações da receita operacional líquida correspondem a R$120.862 mil para a Companhia e R$102.481 mil para a Tentos do Sul. Para o custo das mercadorias, as eliminações foram de R$102.481 mil para a Companhia e R$120.862 para a Tentos do Sul, para o mesmo período de 2018.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras auditadas da Tentos do Sul relativa aos exercícios sociais encerrados em 30 de novembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

TENTOS DO SUL - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ milhares, exceto %)	30/11/2020	AV	31/12/2019	AV	2020 x 2019
Receita operacional líquida	**421.793**	**100%**	**387.668**	**100%**	**9%**
Custo das mercadorias	(326.765)	(77%)	(339.654)	(88%)	(4%)
Lucro bruto	**95.028**	**23%**	**48.014**	**12%**	**98%**
Despesas (receitas) operacionais	(26.708)	(6%)	(22.392)	(6%)	19%
Despesas de vendas	(25.243)	(6%)	(20.577)	(5%)	23%
Despesas administrativas	(2.052)	(0%)	(2.150)	(1%)	(5%)
Despesas tributárias	(196)	(0%)	(238)	(0%)	(18%)
Outras despesas/receitas operacionais	783	0%	573	0%	37%
Resultado operacional	68.320	16%	25.622	7%	167%
Resultado financeiro	(1.460)	(0%)	(2.367)	(1%)	(38%)
Receitas financeiras	12.342	3%	4.946	1%	150%
Despesas financeiras	(13.802)	(3%)	(7.313)	(2%)	89%
Resultado antes dos impostos e contribuições	**66.860**	**16%**	**23.255**	**6%**	**188%**
Imposto de renda e contribuição social	(19.876)	(5%)	(2.563)	(1%)	676%
Corrente	--	--%	(1.315)	(0%)	(100%)
Diferido	(19.876)	(5%)	(1.248)	(0%)	1,493%
Lucro líquido do exercício	**46.984**	**11%**	**20,692**	**5%**	**127%**

Receita operacional líquida

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

No exercício social encerrado em 30 de novembro de 2020, a Receita Operacional Líquida da Tentos do Sul foi de R$421.793 mil, representando aumento de 9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando houve Receita Operacional Líquida de R$387.667 mil. Tal aumento se deu, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 30 de novembro de 2020, a receita operacional líquida da Tentos do Sul foi de R$247.248 mil, correspondente a um aumento de 26,3% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando a receita operacional líquida foi de R$195.749 mil. Tal aumento se deu pelo fato do crescimento de lojas, volume de vendas e consequente aumento do *market share* da Tentos do Sul.

(ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 30 de novembro de 2020, a receita operacional líquida Tentos do Sul foi de R$174.545 mil, correspondente a uma diminuição de 9% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando a receita operacional líquida foi de R$191.918 mil. Tal diminuição se deu pelo fato do volume de grãos originados ter sido negativamente impactado pela quebra da safra causada por condições climáticas adversas, no ano de 2020.

Com relação ao total da receita operacional líquida da Tentos do Sul, nos exercícios sociais encerrados em 30 de novembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018, os diretores da Companhia esclarecem que as vendas de grãos realizadas pela Tentos do Sul à Companhia correspondem aos valores de R$185.825 mil, R$191.918 mil e R$102.482 mil, respectivamente.

Custos das Mercadorias e dos Produtos Vendidos

No exercício social encerrado em 30 de novembro de 2020, o Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos da Tentos do Sul foi de R$382.937 mil, representando aumento de 11,68% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando houve Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos de R$342.885 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 30 de novembro de 2020, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos da Tentos do Sul foi de R$226.175 mil, correspondente a um aumento de 41,1% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$160.212 mil. Tal aumento se deu pelo incremento do volume vendido pela Tentos do Sul.

(ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 30 de novembro de 2020, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$156.762 mil, correspondente a uma diminuição de 15% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$182.674 mil. Tal diminuição se deu pelo fato do volume de grãos originados ter sido negativamente impactado pela quebra da safra causada por condições climáticas adversas, no ano de 2020.

Como observado no item 10.1 (h) deste Formulário de Referência, os valores auferidos na Companhia referentes à venda de insumos à Tentos do Sul foram contabilizados como custo das mercadorias e dos produtos vendidos na Tentos do Sul, de forma que os valores acima já refletem essa contabilização.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 30 de novembro de 2020, o Lucro Bruto da Tentos do Sul foi de R$38.856 mil, representando redução de 14% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o nosso Lucro Bruto foi de R$ 44.781 mil. Tal diminuição ocorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 30 de novembro de 2020, o lucro bruto da Tentos do Sul foi de R$21.073 mil, correspondente a uma redução de 59,29% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o lucro bruto foi de R$35.538 mil. Tal diminuição pode ser justificada pelo fato de que houve redução no período de comparação entre os anos de 2020 e 2019, tendo em vista a incorporação da Tentos do Sul pela Companhia e sua consequente extinção.

(ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 30 de novembro de 2020, o nosso lucro bruto foi de R$17.783 mil, correspondente a um aumento de 92,23% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o lucro bruto foi de R$9.244 mil. Tal aumento ocorreu principal e excepcionalmente devido à incorporação da Tentos do Sul pela Companhia, uma vez que a venda dos grãos foi realizada já considerando o ganho de margem da Tentos do Sul previamente à venda das *commodities* à Companhia.

Resultado Operacional

No exercício social encerrado em 30 de novembro de 2020, o resultado operacional da Tentos do Sul foi de R$68.320 mil, representando aumento de 166% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o resultado operacional da Tentos do Sul foi de R$25.622 mil. Tal aumento decorreu, principalmente em razão dos fatores citados acima.

Lucro líquido

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido da Tentos do Sul no período encerrado em 30 de novembro de 2020 foi de R$ 46.984 mil em comparação a um lucro de R$ 20.692 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

TENTOS DO SUL - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$ milhares, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2019 x 2018
Receita operacional líquida	**387.668**	**100%**	**256.482**	**100%**	**51%**
Custo das mercadorias	(339.654)	(88%)	(218.977)	(85%)	55%
Lucro bruto	**48.014**	**12%**	**37.505**	**15%**	**28%**
Despesas (receitas) operacionais	(22.392)	(6%)	(14.033)	(5%)	60%
Despesas de vendas	(20.577)	(5%)	(13.241)	(5%)	55%
Despesas administrativas	(2.150)	(1%)	(1.250)	(0%)	72%
Despesas tributárias	(238)	(0%)	(102)	(0%)	133%
Outras despesas/receitas operacionais	573	0%	560	0%	2%
Resultado operacional	25.622	7%	23.472	9%	9%
Resultado financeiro	(2.367)	(1%)	(3.272)	(1%)	(28%)
Receitas financeiras	4.946	1%	2.405	1%	106%
Despesas financeiras	(7.313)	(2%)	(5,677)	(2%)	29%
Resultado antes dos impostos e contribuições	**23.255**	**6%**	**20.200**	**8%**	**15%**
Imposto de renda e contribuição social	(2.563)	(1%)	(1.833)	(1%)	40%

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Corrente	(1.315)	(0%)	(1.089)	(0%)	21%
Diferido	(1.248)	(0%)	(744)	(0%)	68%
Lucro líquido do exercício	**20.692**	**5%**	**18.367**	**7%**	**13%**

Receita operacional líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Receita Operacional Líquida da Tentos do Sul foi de R$387.667 mil, representando aumento de 51,14% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando a Receita Operacional Líquida da Tentos do Sul foi de R$ 256.482 mil. Tal aumento se deu, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida da Tentos do Sul foi de R$195.749 mil, correspondente a um aumento de 26,59% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando a receita operacional líquida foi de R$154.631 mil. Tal aumento se deu pelo fato do crescimento de lojas, volume de vendas e consequente aumento do *market share* da Tentos do Sul.

(ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida da Tentos do Sul foi de R$191.918 mil, correspondente a um aumento de 88,42% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando a receita operacional líquida da Tentos do Sul foi de R$101.851 mil. Tal variação se deu pelo aumento da safra no período.

Custos das Mercadorias e dos Produtos Vendidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos da Tentos do Sul foi de R$ 342.885 mil, representando aumento de 55,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando houve Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos de R$220.922 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos da Tentos do Sul foi de R$160.212 mil, correspondente a um aumento de 28,89% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$124.299 mil. Tal aumento se deu pelo incremento das mercadorias vendidas pela Tentos do Sul.

(ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$182.674 mil, correspondente a um aumento de 89,06% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o custo das mercadorias e dos produtos vendidos foi de R$96.624 mil. Tal aumento está diretamente relacionado ao aumento das vendas que se deu em razão do aumento da safra.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Lucro Bruto da Tentos do Sul foi de R$44.781 mil, representando um aumento de 25,93% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o Lucro Bruto da Tentos do Sul foi de R$35.559 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto da Tentos do Sul foi de R$35.538 mil, correspondente a um aumento de 17,16% comparado

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o lucro bruto da Tentos do Sul foi de R$30.332 mil. Tal aumento se deu pelo fato do crescimento de lojas, volume de vendas e consequente aumento do *market share* da Tentos do Sul.

(ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto da Tentos do Sul foi de R$9.244 mil, correspondente a um aumento de 76,83% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o lucro bruto da Tentos do Sul foi de R$5.227 mil. Tal variação se deu pelo aumento da safra no período.

Resultado Operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o resultado operacional da Tentos do Sul foi de R$25.622 mil, representando aumento de 9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando o resultado operacional da Tentos do Sul foi de R$23.472 mil. Tal aumento decorreu, principalmente em razão dos fatores citados acima.

Lucro líquido

Em razão dos fatores mencionados acima, o nosso lucro líquido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi de R$20.692 mil, em comparação com um lucro de R$18.367 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Efeitos em decorrência da pandemia causada pela COVID-19

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao Covid-19 que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade de suas operações e de seus negócios.

- Instauração de um Comitê Estratégico formado por funcionários do setor de saúde e segurança do trabalho, para definição de ações;

- Criação de um Protocolo e Plano de Contingência, que tem por objetivo reduzir e mitigar riscos de contágio e que realiza a atualização diária através de Boletim Informativo;

- Os colaboradores acima dos 60 anos ou do grupo de risco foram afastados e/ou estão trabalhando em Home Office;

- Ações de comunicação impressas e enviadas via e-mail e aplicativo de mensagens;

- Distribuição de álcool em gel 70% para todos os setores em todas as lojas;

- Distribuição de duas máscaras por colaborador em todas as lojas junto ao Informe 3Tentos que é disponibilizado bimestralmente

- Apoiador e patrocinador da Unidade de Tratamento Semi Intensivo a pacientes do Covid-19 no Hospital Santa Bárbara Beneficente em Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul;

- Doação de alimentos não perecíveis e ares-condicionados para o Unidade de Tratamento a Pacientes da Covid-19, do Hospital São Vicente de Paulo na cidade de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul;

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

- Atendimento psicossocial e acompanhamento psicológico dos casos suspeitos de infecção por Covid-19 por colaboradores e seus familiares;

- Desenvolvimento de Plano de Treinamentos Online (anteriormente presenciais), com o intuito de desenvolver e capacitar os colaboradores; e

- Ações internas com treinamentos à distância para auxílio dos consultores a continuar os atendimentos prestados aos clientes.

Por estar classificada como essencial, as atividades da Companhia não sofreram impactos quanto a interrupções na produção ou fechamentos de lojas e escritórios. Não foram registrados surtos ou quaisquer outras situações que levassem a paralisação significativas das atividades.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

d. valores indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Na hipótese de a Companhia ter divulgado, nos últimos três exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrever a estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu Estatuto Social e Regimento Interno:

De acordo com o nosso Estatuto Social, nós seremos administrados: (i) por um Conselho de Administração; e (ii) por uma Diretoria.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá contar com o apoio de comitês de assessoramento, visando a monitorar os controles internos e gerenciar riscos que podem nos afetar. Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2021, o nosso Conselho de Administração aprovou a criação de: **(i)** um Comitê de Auditoria, cujas atribuições e funcionamento estão previstos no Regimento Interno do Comitê de Auditoria; e **(ii)** um Comitê de ESG e Sustentabilidade, cujas atribuições e funcionamento estão previstos no Regimento Interno do Comitê de ESG e Sustentabilidade. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria poderão contar, ainda, com o apoio de outros comitês de assessoramento.

Conselho de Administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) membros efetivos, sendo ao menos 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Os nossos membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Atualmente, o nosso Conselho de Administração é composto por 6 membros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

O nosso Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas gerais de negócios, incluindo nossa estratégia de longo prazo. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão de nossa Diretoria.

De acordo com o nosso Estatuto Social, sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete ao nosso Conselho de Administração:

i. eleger e destituir os Diretores e fixar as suas atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto Social e a legislação vigente;

ii. aprovar: (a) o Regimento Interno do Conselho de Administração e dos respectivos Comitês de Assessoramento e suas estruturas administrativas; (b) o nosso Código de Conduta Ética; e (c) determinadas políticas e normas internas que venham a ser adotadas por nós relacionadas ou que façam referência à nossa governança, bem como suas alterações;

iii. fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os nossos livros e papéis, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

iv. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

v. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como sobre as nossas demonstrações financeiras anuais e intermediárias;

vi. aprovar a emissão de ações por nós dentro do limite do capital autorizado;

vii. aprovar: (a) a emissão de debêntures conversíveis em ações de emissão por nós, dentro do limite do capital autorizado; e (b) a emissão de debêntures simples, não

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

conversíveis em ações, de notas promissórias, *commercial papers, bonds*, notes ou outros títulos ou valores mobiliários similares, para distribuição pública ou privada;

viii. examinar e opinar sobre qualquer assunto relativo às nossas atividades e de nossas controladas que julgue relevante, bem como assuntos que lhe sejam submetidos pelos Diretores ou pelos Comitês de Assessoramento;

ix. nomear ou destituir os auditores independentes contratados por nós ou por nossas controladas, bem como homologar o plano de auditoria interna;

x. examinar, opinar e propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos;

xi. aprovar, a cada 5 (cinco) anos, o plano geral de negócios proposto pelos Diretores, que consiste no nosso planejamento estratégico quinquenal e suas eventuais atualizações anuais ("Plano Geral de Negócios"), que engloba, mas não se limita, aos objetivos e estratégias para os negócios atuais e futuros nossos e de nossas controladas;

xii. aprovar anualmente os orçamentos, planos de investimentos, endividamento, planejamentos de usos e fontes de recursos, os fatores críticos e outros aspectos necessários ao direcionamento das operações nossas e das nossas controladas, bem como eventuais modificações ("Orçamento Anual"). O Orçamento Anual de determinado ano, corrigido pelo IPCA, aplicar-se-á ao ano seguinte até que o Orçamento Anual do referido ano seja aprovado;

xiii. aprovar a assinatura ou a rescisão, por nós e por nossas controladas, de contratos relacionados ao curso normal dos negócios, bem como a aprovação de quaisquer alterações ou aditivos a tais contratos, que envolvam valor igual ou superior a R$100.000.000,00 (cem milhões de reais);

xiv. aprovar a nossa participação, ou de nossas controladas, em licitações (exceto no curso normal dos negócios, incluindo sem limitação em licitações relacionadas a leilões de biodiesel, commodities e seus variados) que envolvam valor igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

xv. aprovar anualmente as diretrizes gerais de patrocínio e doação filantrópica que envolvam valor igual ou superior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

xvi. aprovar (a) a tomada de empréstimos, obtenção de financiamentos e qualquer ato que implique endividamento, entre nós e terceiros ou entre uma controlada e terceiros ou, ainda, entre nós e qualquer de nossas controladas que envolvam valor igual ou superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (b) a contratação, por nós, de contratos de derivativos (incluindo, mas não limitado a, swaps, opções, hedge, NDF, contratos futuro, contratos a termo, etc.) que envolvam valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

xvii. aprovar a concessão por nós em favor de terceiros ou de uma controlada nossa, ou por uma controlada nossa em favor de terceiros ou de outra controlada nossa, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias, em valor igual ou superior a R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), exceto quando tais avais, fianças ou garantias sejam prestadas no contexto de obrigações nossas ou de controlada nossa nos termos dos incisos (xvi) acima, respeitados os limites e operações nele descritos;

xviii. aprovar a celebração de contratos envolvendo a alienação de bens do nosso ativo não circulante em valor igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

xix. aprovar a celebração de contratos (incluindo seus aditivos), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, e eventuais rescisões, entre, de um lado, nós ou nossas controladas e, de outro, (a) quaisquer partes relacionadas a nós, salvo se no curso normal dos nossos negócios; (b) entidades que não façam parte do nosso grupo econômico e detenham participação em qualquer controlada nossa, bem como sociedades controladoras, controladas ou coligadas de tal entidade que detém participação em determinada controlada nossa, em valor igual ou superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais; ou (c) quaisquer partes relacionadas de controladas nossas que não se enquadrem nos itens anteriores (que não nós ou nossas controladas), salvo se no curso normal dos nossos negócios; observada em todas as hipóteses acima a Política de Transações com Partes Relacionadas e o Plano Geral de Negócios ou o Orçamento Anual em vigor (conforme aplicável), sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, diretamente ou por meio dos Comitês de Assessoramento, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length*);

xx. ressalvadas as competências descritas nos incisos (xiii) e (xvi) a (xix) acima, aprovar a celebração de contratos de qualquer natureza (incluindo seus aditivos), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, e eventuais rescisões, por nós e por nossas controladas, em valor igual ou superior, a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

xxi. aprovar a propositura de ações judiciais ou instauração de procedimento arbitral em valor igual ou superior a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

xxii. aprovar dissolução ou liquidação de suas controladas, bem como solicitação de recuperação judicial ou pedido de autofalência destas;

xxiii. aprovar a criação e extinção de subsidiárias ou controladas, no país ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no país ou no exterior, que não estejam previstos no Plano Geral de Negócios ou no Orçamento Anual em vigor (conforme aplicável), (a) no valor de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); ou (b) sempre que o patrimônio líquido da sociedade beneficiária final do investimento for negativo em seu último balanço patrimonial anual auditado;

xxiv. aprovar as alterações significativas no modelo de gestão e na estrutura organizacional nossa e de nossas controladas;

xxv. aprovar a aquisição de ações de emissão nossa para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

xxvi. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão nossa, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao nosso interesse e do conjunto de nossos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à nós; e (c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado;

xxvii. definir os nossos parâmetros de risco e exposição financeira, inclusive por meio de aprovação de políticas, diretamente ou por meio dos Comitês de Assessoramento;

xxviii. analisar e acompanhar, trimestralmente, o ITR enviado à CVM;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

xxix. aprovar a criação de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e indicar seus respectivos membros;

xxx. aprovar atribuição e orçamento: (i) da área de auditoria interna (incluindo a terceirizada, se for o caso) e, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, receber o reporte daquela área avaliando, ao menos anualmente, se a sua estrutura e orçamentos são suficientes ao desempenho de suas funções; (ii) do Comitê de Auditoria, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado; e (iii) dos demais Comitês de Assessoramento se e quando instalados;

xxxi. aprovar a abertura de capital das nossas controladas na categoria A, conforme previsto nas Instruções Normativas da CVM;

xxxii. determinar o voto a ser proferido por nós em quaisquer assembleias, resoluções ou reuniões de sócios de qualquer sociedade na qual venhamos a deter participação, em relação às matérias acima referidas;

xxxiii. aprovar os termos e condições gerais de contratos de indenidade a serem eventualmente celebrados entre nós ou qualquer de nossas controladas e seus respectivos administradores, membros de órgãos auxiliares da administração ou membros do Conselho Fiscal; e

xxxiv. aprovar Programas de Concessão de Ações aos Administradores ou Programas de Opção de Ações aos Administradores e demais colaboradores da Companhia e respectivos modelos de contratos de concessão conforme limites determinados pelos Planos de Concessão de Ações ou Planos de Opção de Ações aprovados pela Assembleia Geral.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O nosso Conselho de Administração, o nosso Comitê de Auditoria e o nosso Comitê de ESG e Sustentabilidade possuem regimentos internos próprios, os quais foram devidamente aprovados pela reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2021. Os regimentos citados acima podem ser consultados no site: www.ri.3tentos.com.br. A Diretoria, por sua vez, não possui regimento interno.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

Nós possuímos um Comitê de Auditoria não estatutário.

A criação de um Comitê de Auditoria não estatutário foi aprovada em reunião do nosso Conselho de Administração, realizada em 19 de fevereiro de 2021, tendo como atribuições: (i) supervisionar, de maneira contínua e sistemática, os procedimentos de identificação de riscos, bem como os nossos sistemas de controles internos; (ii) monitorar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (iii) garantir o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulatória; e (iv) fiscalizar a atividade dos auditores independentes.

O nosso Comitê de Auditoria é órgão de assessoramento do Conselho de Administração e é composto por, no mínimo, 3 (três) membros indicados pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dentre os membros do Comitê de Auditoria, (i) ao menos um deles deve ser membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (ii) um membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e o relacionamento com os auditores independentes. O nosso Comitê de Auditoria conta também com um coordenador indicado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria, ainda:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iii) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das nossas políticas internas, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas;

(iv) avaliar as recomendações feitas pelos auditores independentes e internos, bem como se posicionar perante o Conselho de Administração em hipótese de conflitos entre a auditores internos, externos e/ou Diretores;

(v) avaliar e monitorar a nossa exposição aos riscos;

(vi) supervisionar as atividades das áreas financeira, controladoria e contábil;

(vii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos;

(viii) avaliar a efetividade do modelo de Gerenciamento de Riscos (conforme definido na Política de Gerenciamento de Riscos) e sugerir soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, apontando as causas e responsabilidades;

(ix) recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões na Matriz de Riscos (conforme definido na Política de Gerenciamento de Riscos), na distribuição de competências, nas categorias de riscos, e nos processos internos de Gerenciamento de Riscos;

(x) assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao Gerenciamento de Riscos; e

(xi) avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora não exista uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do nosso Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir os auditores independentes. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao nosso Comitê de Auditoria, nos termos de seu regimento interno, opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Diretoria

De acordo com o nosso Estatuto Social, a nossa Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) diretores, sendo designados: (a) 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações; (c) 1 (um) Diretor Financeiro; (d) 1 (um) Diretor Comercial; (e) 1 (um) Diretor de Insumos; (f) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores; e (g) os demais Diretores sem designação específica.

Os nossos diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

A nossa Diretoria não possui regimento interno próprio, estando seus procedimentos e atribuições previstos no nosso Estatuto Social.

De acordo com o nosso Estatuto Social, sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete à Diretoria a administração dos nossos negócios e a prática de todos os atos necessários ou convenientes para tal. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, ressalvados aqueles atos que por lei, pelo nosso Estatuto Social ou por acordo de acionistas arquivado em nossa sede, têm sua competência atribuída à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração, e observadas as regras constantes da política de alçadas para a prática de determinados atos e a orientação geral dos nossos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração.

Compete ao **Diretor Presidente** a execução das atividades relacionadas com o nosso planejamento geral e, além das funções, atribuições e poderes a ele confiados pelo Conselho de Administração: (i) superintender as nossas atividades de administração, coordenando e supervisionando as atividades dos demais membros da Diretoria; (ii) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição; (iii) em conjunto com o Diretor Vice-Presidente de Operações e/ou o Diretor Financeiro, elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração o Orçamento Anual e, a cada 5 (cinco) anos, o Plano Geral de Negócios; e (iv) administrar os assuntos jurídicos e de *compliance* em geral, observadas as nossas políticas aplicáveis, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao **Diretor Vice-Presidente de Operações** dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) definir, planejar e executar o planejamento estratégico da nossa estrutura operacional; (ii) coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades e questões relacionadas ao nosso fluxo operacional; (iii) em conjunto com o Diretor Presidente e/ou com o Diretor Financeiro, elaborar e apresentar, anualmente, ao Conselho de Administração o Orçamento Anual e, a cada 5 (cinco) anos, o Plano Geral de Negócios; (iv) prestar suporte ao Diretor Presidente; (v) auxiliar na contratação e formação das diretorias de áreas, sendo responsável pelo acompanhamento do cumprimento de metas e da execução do Plano Geral de Negócios; e (vi) realizar demais atividades inerentes à sua área de atuação.

Compete ao nosso **Diretor Financeiro,** dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às nossas operações de natureza financeira e controladas; (ii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos nossos negócios e controladas; (iii) em conjunto com o Diretor Vice-Presidente de Operações e/ou com o Diretor Presidente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração, anualmente, o Orçamento Anual e, a cada 5 (cinco) anos, o Plano Geral de Negócios; (iv) elaborar e acompanhar os nossos planos de negócios, operacionais e de investimentos e controladas ou coligadas; (v) nos representar perante instituições financeiras, observado, contudo, o disposto as nossas regras de representação presentes no nosso Estatuto Social; (vi) administrar o nosso caixa e as contas a pagar e a receber e de controladas; (vii) dirigir as nossas áreas contábil, de planejamento financeiro, fiscal/tributária, *facilities* e compras e controladas; (viii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, as nossas demonstrações financeiras e de nossas controladas ou coligadas, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no nosso exercício e de nossas controladas e coligadas de forma consolidada; (ix) sugerir e acompanhar oportunidades de fusões e aquisições; (x) planejar, definir e coordenar o nosso dia a dia no âmbito administrativo; (xi) administrar os nossos assuntos de governança corporativa, observadas as nossas políticas, assim como as orientações previamente traçadas pelo Conselho de Administração; (xii) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o nosso balancete econômico-financeiro e patrimonial ("ITR") detalhado consolidado com nossas controladas e coligadas; e (xiii) assegurar o cumprimento e observância aos limites impostos por políticas de hedge e/ou riscos.

Compete ao nosso **Diretor Comercial** dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) definir, planejar e executar o planejamento estratégico da área comercial; (ii) coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades referentes à execução do plano de marketing e vendas; (iii) coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades das equipes comerciais; (iv) coordenar o departamento comercial e de projetos; (v) coordenar, organizar, supervisionar e dirigir planos de expansão geográfica; e (vi) participar da definição das políticas de recurso humanos, sendo responsável pela coordenação, organização, supervisão e direção das questões de recursos humanos relacionadas às equipes comerciais das unidades de negócios; e (vii) realizar demais atividades relacionadas à sua área de atuação.

Compete ao nosso **Diretor de Insumos** dentre outras atribuições que lhe venham a ser conferidas pelo Conselho de Administração: (i) planejar e executar as nossas atividades relacionadas aos nossos insumos; (ii) definir, planejar e executar o plano estratégico de compra e venda dos insumos comercializados e produzidos por nós; (iii) planejar e administrar as atividades relacionadas ao desenvolvimento, pesquisa, inovação e venda de insumos; (iv) participar da elaboração do nosso plano de marketing; (v) participar do processo de recrutamento e seleção dos colaboradores da sua equipe; e (vi) realizar demais atividades relacionadas à sua área de atuação.

Compete ao nosso **Diretor de Relações com Investidores**, dentre outras atribuições que lhe venham a ser compelidas pelo Conselho de Administração: (i) nos representar perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de nossa emissão, entidades administradoras de mercados de balcão organizados); (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil, às entidades administradoras de mercados organizados nas quais venhamos a ter nossos valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; (iii) monitorar o

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos nossos acionistas e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com nossos investidores.

Compete aos nossos **Diretores sem designação específica** demais atos de gestão, conforme atribuições que serão definidas oportunamente pelo Conselho de Administração.

Demais atos de gestão, conforme atribuições que serão definidas oportunamente pelo Conselho de Administração.

Ressalvados os casos previstos em nosso Estatuto Social e as regras constantes da nossa política de alçadas financeiras, seremos representados por ato ou assinatura:

(i) de 2 (dois) Diretores, sendo um deles, necessariamente: (a) o Diretor Presidente; ou (b) o Diretor Vice- Presidente de Operações;

(ii) de 1 (um) procurador com poderes específicos em conjunto com: (a) o Diretor Presidente; ou (b) o Diretor Vice- Presidente de Operações; ou

(iii) de 2 (dois) procuradores com poderes específicos.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Tendo em vista que nosso Conselho Fiscal tem caráter não permanente, na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado. Caso o Conselho Fiscal seja instalado, este não possuirá regimento interno próprio e terá as atribuições previstas no nosso Estatuto Social e na legislação vigente.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração e Diretoria

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, no mínimo a cada mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho de Administração, como órgão colegiado. Além disso, o Conselho de Administração deverá avaliar cada um de seus membros, individualmente, bem como cada um dos membros do Comitê de Auditoria, demais comitês de assessoramento e Diretoria. A avaliação deverá ser realizada ao menos 1 (uma) vez durante a vigência do mandato de cada Conselheiro, Diretor, membro do Comitê de Auditoria e demais comitês de assessoramento.

Comitê de Auditoria

A auto avaliação do Comitê de Auditoria como um todo e a avaliação do seu processo de funcionamento deverão ser realizadas, no mínimo, a cada 1 (um) ano. Adicionalmente, será feita uma avaliação individual de cada um dos membros do Comitê que deverão ser realizadas, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência de seus respectivos mandatos.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Além da metodologia e periodicidade mencionadas no item anterior, o processo de avaliação é estruturado levando-se em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente, do Diretor Presidente, do Comitê de Auditoria, seu coordenador e seus membros, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação. Os principais critérios utilizados na avaliação são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções e nossos valores e objetivos.

Os membros da Diretoria são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com as nossas políticas e estratégias.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pela Companhia para aprimorar o funcionamento deste órgão

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, dos Conselheiros e do Diretor Presidente serão divulgados a todos os membros do Conselho de Administração, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho de Administração; (ii) do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor Presidente serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho de Administração serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

Os resultados consolidados das avaliações do Comitê de Auditoria e de seus membros serão divulgados a todos os membros do Comitê e do Conselho de Administração, sendo certo que os resultados das avaliações individuais dos membros do Comitê serão disponibilizados à pessoa em questão, ao coordenador do Comitê e ao nosso Presidente do Conselho de Administração e serão discutidas em sessões de *feedback* individuais.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Na data deste Formulário de Referência, não havíamos contratado serviços de consultoria ou assessoria externas para avaliação de desempenho dos nossos órgãos e/ou comitês.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 – Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

Nós não adotamos prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da Assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 dias, conforme o nosso Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021 e o art. 124, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

b. competências

Nas nossas Assembleias Gerais de Acionistas regularmente convocadas e instaladas, nossos acionistas estão autorizados a deliberar sobre as matérias de sua competência, conforme previstas na Lei das Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social.

A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social para deliberar sobre as matérias previstas no art. 132 da Lei das Sociedades por Ações, que são matérias de competência exclusiva das Assembleias Gerais de Acionistas. Será realizada Assembleia Geral Extraordinária sempre que os interesses sociais assim o exigirem. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser realizada simultaneamente à Assembleia Geral Ordinária.

Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou no nosso Estatuto Social:

(i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;

(ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(iii) aprovar planos de concessão de ações ou planos de opção de compra de ações aos Administradores;

(iv) tomar, anualmente, as contas dos Administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(v) reformar o Estatuto Social;

(vi) deliberar sobre a alteração do limite do capital autorizado;

(vii) deliberar sobre aumentos do capital social acima do limite do capital autorizado;

(viii) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

(ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

(x) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(xi) deliberar sobre o pedido de registro de companhia aberta da Companhia e ingresso no Novo Mercado e/ou cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, bem como a saída do Novo Mercado;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(xii) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e

(xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos relativos às matérias a serem deliberadas em Assembleia Geral de Acionistas estão disponíveis em nossa sede, localizada na Avenida Principal, nº 187, Distrito Industrial, na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 98240-000 e nos endereços eletrônicos: www.3tentos.com.br; www.cvm.gov.br; e www.b3.com.br.

d. identificação e administração de conflitos de interesses.

Nós utilizamos das práticas mencionadas abaixo para administração de conflitos de interesse, as quais estão previstas em nosso Código de Ética e Conduta, no Regimento Interno do Conselho de Administração e em nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, todos aprovados em sede de Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2021.

Nossos funcionários devem evitar qualquer situação que possa gerar um conflito entre seus interesses pessoais e os nossos interesses, incluindo:

(i) atividades de consultoria relacionadas às atividades desenvolvidas por nós e/ou por nossas controladas;

(ii) participações societárias em empresas da mesma área de nossas atividades e/ou de nossas controladas (exceto investimentos no mercado de capitais);

(iii) associação em empresas que figurem nos nossos negócios e/ou de nossas controladas como clientes ou concorrentes;

(iv) investimentos, interesses ou atitudes que interfiram no exercício de julgamento (interesses particulares, que de alguma maneira, interferem ou possam interferir nos nossos interesses e/ou de nossas controladas); e

(v) seleção ou contratação de fornecedores e prestadores de serviços, que venha a ser em benefício próprio ou de terceiros e contrário aos nossos interesses e/ou de nossas controladas.

Nós proibimos toda e qualquer ação que resulte em competição com os nossos negócios ou de nossas controladas. Os nossos recursos, bens, serviços ou créditos ou de nossas controladas deverão ser utilizados exclusivamente no nosso interesse ou de nossas controladas.

É recomendado que os nossos funcionários com parentesco de 1º ou 2º grau ou em relacionamento afetivo não trabalhem na mesma área, devendo tais situações serem imediatamente indicadas ao gestor e/ou diretor responsável, para sua concreta análise.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Na utilização dos benefícios concedidos por nós ou por nossas controladas, nossos funcionários devem cumprir rigorosamente as regras a eles atinentes. Os nossos funcionários não devem, no desempenho das suas funções, oferecer ou aceitar quaisquer presentes, gratificações, brindes, viagens, dinheiro ou favores a qualquer pessoa, exceto se de outra forma previsto no nosso Código de Ética.

O membro do Conselho de Administração que tiver interesse conflitante com o nosso deverá cientificar os demais membros do seu impedimento e fazer consignar, em ata da reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento.

O Regimento Interno do nosso Conselho de Administração prevê que na hipótese de o membro que tiver interesse conflitante com o nosso não cumprir com a obrigação estabelecida acima, os demais membros do Conselho de Administração, caso tenham conhecimento, deverão cumpri-la.

Em caso de conflito de interesse, o Conselheiro deverá observar a Política de Divulgação e a Política de Negociação.

Adicionalmente, de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas caso seja identificada uma matéria que envolva partes relacionadas, os nossos administradores ou colaboradores envolvidos devem manifestar seu potencial conflito de interesses, ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a respeito.

Caso solicitado pelo nosso Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores envolvidos poderão participar parcialmente da discussão, visando a proporcionar maiores informações sobre a transação com partes relacionadas e as próprias partes relacionadas envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais administradores deverão se ausentar do processo de votação da matéria.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção de discutir e votar a respeito da matéria em questão deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação.

Caso algum administrador ou colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer terceiro que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

O inteiro teor do nosso Código de Ética, de nossa Política de Divulgação, nossa Política de Negociação de nossa emissão e de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas podem ser acessados no nosso site de relações com investidores (www.ri.3tentos.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br) (www.ri.3tentos.com.br) e no site da B3 (www.b3.com.br).

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não possuímos regras específicas, além daquelas previstas em lei e na regulação aplicável, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais. Nossos acionistas podem ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, seja ele acionista ou membro da nossa administração, advogado ou uma instituição financeira ou administrativo de fundos de investimento que represente os condôminos.

f. formalidades necessárias para aceitação procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa o reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, preferencialmente com 48 horas de antecedência, para a nossa melhor organização: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da nossa participação acionária emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 dias

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

anteriores à Assembleia Geral, nos termos do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações; e, se for o caso, (iv) procuração, nos termos do parágrafo primeiro do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Não dispensamos o reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada das procurações, quando aplicável. Além disso, não admitimos procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização.

Conforme previsto nos arts. 21-A e seguintes da Instrução CVM n° 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), os nossos acionistas poderão encaminhar, nas hipóteses previstas na Instrução CVM 481, bem como nas demais assembleias gerais nas quais nós, de forma discricionária, optemos pela adoção do boletim de voto à distância, nossas instruções de voto em relação às matérias objeto da referida Assembleia Geral, mediante o preenchimento e envio do respectivo boletim de voto.

No que se refere às formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, os seguintes documentos devem ser enviados à nossa sede social, aos cuidados de nossa Diretoria de Relações com Investidores/Assembleia Geral:

(i) via física original do boletim de voto a distância relativo a Assembleia Geral, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(a) **pessoa física**: documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, quando representado por procurador, cópia autenticada do documento que comprove os poderes do signatário;

(b) **pessoa jurídica**: último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e

(c) **fundo de investimento**: último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is).

Exigimos o reconhecimento de firma dos boletins assinados no território brasileiro e a notarização daqueles concedidos fora do país. Os documentos deverão ser encaminhados ao seguinte endereço postal, de nossa sede social:

A/C: Diretoria de Relações com Investidores.

Endereço: Avenida Principal, nº 187, Distrito Industrial, CEP 98240-000 – cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos a nós, enviando as vias digitalizadas do boletim de voto e dos documentos acima referidos para o endereço eletrônico: www.ri.3tentos.com.br.

De qualquer forma, é indispensável que nós recebamos a via original (física) do boletim de voto e a cópia dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista, no prazo de sete dias antes da data de realização da respectiva Assembleia, no endereço indicado acima.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Ainda, nos termos do art. 21-U da Instrução CVM 481, nós comunicaremos ao acionista, em até 3 dias da data de recebimento do boletim de voto a distância e respectivas documentações exigidas, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Caso o boletim não esteja regularmente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, este será desconsiderado e tal fato será informado ao acionista por meio de comunicação digital enviada para o endereço eletrônico indicado no boletim, que indicará a necessidade de reenvio do boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância. Comunicaremos ao acionista caso os documentos recebidos sejam insuficientes para que o voto seja considerado válido.

h. sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância

Nós não dispomos de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância, porém utilizamos as prerrogativas da Instrução CVM nº 561, de 07 de abril de 2015, para viabilizar o processo de voto a distância.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas no item IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para a nossa sede, localizada na Avenida Principal, nº 187, Distrito Industrial, na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 98240-000, aos cuidados do Diretor de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes a proposta, ou por meio do endereço eletrônico (www.ri.3tentos.com.br).

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pela Diretoria de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizara a Assembleia Geral Ordinária e até 45 dias antes da data de sua realização. Já a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Diretor de Relação com Investidores no período entre (i) o 1º dia útil do exercício social em que se realizara a Assembleia Geral e até 25 dias antes da data de sua realização, na hipótese de Assembleia Geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de Assembleia Geral para eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e até 25 dias antes da data de realização da Assembleia, na hipótese de Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse fim.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Nós não mantemos fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância em nossas Assembleias Gerais. Nós mantemos uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas de nossos acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às Assembleias Gerais de acionistas.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Descrever as regras políticas e práticas relativas ao conselho de administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, descriminado entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Reuniões do Conselho de Administração		
Tipo	**Pauta**	**Data**
RCA	Não aplicável	Não aplicável

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Para informações sobre disposições do Acordo de Acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho, vide item 15.5, letra “g” deste Formulário de Referência.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com o nosso Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral de acionistas, aquele que tiver interesse conflitante com o nosso.

O membro do Conselho de Administração que tiver interesse conflitante com o nosso deverá cientificar os demais membros do seu impedimento e fazer consignar, em ata da reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento e, de acordo com o Regimento Interno do nosso Conselho de Administração, na hipótese de o membro que tiver interesse conflitante com o nosso, não cumprir com a obrigação acima, os demais membros do Conselho de Administração, caso tenham conhecimento, deverão cumpri-la.

Ainda, em caso de conflito de interesse o conselheiro deverá observar a Política de Divulgação e a Política de Negociação.

Adicionalmente, de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas, conflitos de interesses consiste em situações nas quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos nossos objetivos e interesses em matérias específicas, sendo o potencial conflito de interesses aquele que surge quando uma pessoa se encontra envolvida num processo decisório no qual a sua capacidade de julgamento isento possa estar comprometida pelo fato de que: (a) de um lado, essa pessoa tem o poder de influenciar o resultado da decisão, e, ao mesmo tempo, (b) possa existir um ganho para ela diretamente, para algum Membro Próximo da Família, ou ainda para terceiro com o qual a referida pessoa tenha algum compromisso ou relação comercial ou de negócios.

Caso seja identificada uma matéria que envolva partes relacionadas, os nossos administradores ou colaboradores envolvidos devem manifestar seu potencial conflito de interesses, ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a respeito.

Cada transação com Partes Relacionadas em potencial deverá ser analisada pela Diretoria para determinar se ela de fato constitui uma transação com Partes Relacionadas sujeita à aprovação do Conselho de Administração.

Caso solicitado pelo nosso Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores envolvidos em transação com Partes Relacionadas poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar mais informações sobre tal transação e as próprias partes relacionadas envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais administradores deverão se ausentar do processo de votação da matéria.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção de discutir e votar a respeito deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação.

Caso algum administrador ou colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer terceiro que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

Para mais informações sobre a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, vide item 16.1 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os administradores que também forem nossos acionistas não poderão votar nas deliberações de Assembleia Geral relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso.

O inteiro teor do nosso Código de Ética, de nossa Política de Divulgação, nossa Política de Negociação e de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas podem ser acessados no nosso site de relações com investidores (www.ri.3tentos.com.br) no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br).

d. **se a Companhia possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2021, os membros do nosso Conselho de Administração aprovaram a nossa Política de Indicação. A íntegra da nossa Política de Indicação pode ser acessada no nosso site de relações com investidores (www.ri.3tentos.com.br), no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de Indicação" e no site da B3 (www.b3.com.br).

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A nossa Política de Indicação, como diretriz geral, propõe o preenchimento dos cargos elegíveis com base em uma análise da necessidade do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e dos comitês de assessoramento, conforme aplicável, garantindo a composição por membros de perfis diversificados, levando-se em conta experiências, competências, condutas, origens, faixa etária e gênero.

Os indicados aos cargos elegíveis deverão ser profissionais altamente qualificados, com relevante experiência profissional, técnica e acadêmica, e com reputação ilibada.

Quando da indicação de membros dos cargos elegíveis, serão observados os critérios de integridade (*background check* de integridade).

No processo de seleção será realizada a busca de candidatos com conhecimentos e experiências nos setores de negócios em que nós e nossas controladas atuamos ou venhamos a atuar, ou que tenham experiência nas áreas específicas que irão atuar.

O nosso Conselho de Administração será composto por no mínimo 4 e no máximo 9 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração elegerá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão indicados pela Assembleia Geral. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente do Conselho de Administração, competirá ao Presidente indicar, dentre os demais membros do Conselho de Administração, seu substituto.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, devendo o enquadramento dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger. Também será considerado como independente o conselheiro eleito mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do art. 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Para fins de enquadramento do critério de "independência" previsto no Regulamento do Novo Mercado, não poderá ser eleito como conselheiro independente aquele que:

(i) for nosso acionista controlador direto ou indireto;

(ii) tenha seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias à nós relacionadas;

(iii) for cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau de acionista controlador, de Administradores ou de administrador do nosso acionista controlador; e

(iv) tenha sido, nos últimos 3 anos, nosso empregado ou diretor ou do seu acionista controlador (caso aplicável).

Para fins da verificação do enquadramento do candidato ao cargo de membro independente do Conselho de Administração, as seguintes situações devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de "independência" do candidato em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento:

(i) se o candidato é afim até segundo grau do acionista controlador (caso aplicável), de administrador ou de administrador do nosso acionista controlador (caso aplicável);

(ii) se o candidato foi, nos últimos 3 anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;

(iii) se o candidato tem relações comerciais conosco, o nosso acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;

(iv) se o candidato ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais conosco ou com o nosso acionista controlador (caso aplicável) que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade;

(v) se o candidato recebe outra remuneração nossa, de nosso acionista controlador (caso aplicável), sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de nossos comitês, de nosso acionista controlador (caso aplicável), de nossas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no nosso capital social e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

Quando em decorrência da observância do percentual referido no item acima o resultado gerar um número fracionário, nós devemos proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Os membros indicados ao nosso Conselho de Administração deverão observar os seguintes parâmetros, além dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis: (i) engajamento e compromisso com os nossos valores e nossa cultura; (ii) reputação ilibada e comprometimento com os termos previstos no Código de Ética assim como nos demais códigos, políticas e regimentos a eles aplicáveis; (iii) assumir adequadamente a função e as responsabilidades advindas de seu cargo.

A proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração deverá levar em consideração o seu bom desempenho durante o período, sua experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior, conforme os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

O Conselho de Administração sempre indicará uma chapa de candidatos a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral.

Cada candidato ao cargo de conselheiro independente deverá apresentar declaração ao Conselho de Administração, comprovando seu enquadramento aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, apresentando a respectiva justificativa, se reconhecida alguma das situações previstas no art. 16, § 2º do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração deverá validar a manifestação sobre a independência do(s) candidato(s) a membro(s) independentes do Conselho de Administração, a ser apresentada na proposta da administração relativa à Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição de administradores.

O procedimento previsto no item acima não se aplica às indicações de candidatos a membro do Conselho de Administração: (a) que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto a distância; ou (b) para eleição mediante votação em separado.

Observados os percentuais de ações e demais condições previstas na regulamentação e legislação aplicáveis, os acionistas podem indicar membros para compor o Conselho de Administração quando houver cargos vagos, com ao menos 25 dias antes da data prevista para realização da Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração.

A indicação de candidato dentro do prazo previsto no item anterior possibilitará a inclusão do nome do mesmo no boletim de voto à distância e inclusão de suas informações na proposta da administração referentes à Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração.

A indicação de candidato fora do prazo previsto no item anterior não possibilitará a inclusão do nome do candidato no boletim de voto à distância e informações na proposta da administração. Não obstante, a solicitação de inclusão de candidato será amplamente divulgada ao mercado ou, caso não haja tempo hábil, na própria Assembleia Geral.

Ainda, nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 ("Instrução CVM nº 367"), o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato:

(i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Instrução CVM nº 367, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e

currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias e o atendimento aos requisitos da Política de Indicação.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para a resolução dos conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do art. 48 do nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros do Conselho Fiscal efetivos e suplentes, caso instalado, estamos obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada com ou oriunda da condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem. O procedimento arbitral terá lugar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho	11/09/1977	Pertence apenas à Diretoria	19/02/2021	2 anos	0
000.569.890-16	Engenheiro Agrônomo	19 - Outros Diretores	19/02/2021	Sim	0.00%
Não aplicável.		Diretor Comercial			
Maurício Leonardo Hasson	23/02/1974	Pertence apenas à Diretoria	19/02/2021	2 anos	0
024.961.187-24	Engenheiro mecânico de produção	19 - Outros Diretores	19/02/2021	Sim	0.00%
Não aplicável.		Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores			
Benhur Vione	09/12/1976	Pertence apenas à Diretoria	19/02/2021	2 anos	0
901.280.790-53	Engenheiro agrônomo	19 - Outros Diretores	19/02/2021	Sim	0.00%
Não aplicável.		Diretor de Insumos			
Daniel Pires Carneiro	10/08/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/02/2021	2 anos	0
092.207.157-83	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/02/2021	Sim	0.00%
Comitê de ESG e Sustentabilidade					
Ademar Schardong	27/11/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/02/2021	2 anos	0
199.486.200-97	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/02/2021	Sim	0.00%
Comitê de Auditoria					
Jorge Luís Vargas Cardoso	17/12/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/02/2021	2 anos	0
294.537.550-87	Engenheiro Mecânico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	19/02/2021	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
João Marcelo Dumoncel	15/09/1971	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	19/02/2021	2 anos	6
616.400.420-91	Administrador de Empresa	39 - Outros Conselheiros / Diretores	19/02/2021	Sim	100.00%
Não aplicável.		Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente de Operações			

Experiência profissional / Critérios de Independência

Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho - 000.569.890-16

O Sr. Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho é graduado em Engenharia Agronômica pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel – Universidade Federal de Pelotas e mestre em Ciência e Tecnologia de Sementes também pela Universidade Federal de Pelotas. No início de sua carreira profissional, atuou como consultor agropecuário e, após concluir o mestrado em 2002, ingressou na FMC Química do Brasil, onde permaneceu por 13 anos, passando por vários cargos e regiões, atuando, especialmente, como representante técnico comercial nas cidades de Passo Fundo (RS), Santa Maria (RS), Cruz Alta (RS) e Rondonópolis (MT), cidades nas quais atendeu grandes produtores de soja e algodão. Em 2009, atuou como coordenador de marketing, apoiando o desenvolvimento de novos produtos, a capacitação da equipe dos distribuidores e cooperativas. Em 2011, assumiu a posição de gerente de cultivos sul na área de marketing Brasil, passando atuar em diversos Estados (Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), apoiando os times comerciais em campanhas de marketing, plano de negócios, lançamento de produtos, quando também liderou grande equipe em geração de demanda. Em 2015, assumiu como gerente regional, liderando a expansão da Tentos do Sul para a região sul do Estado do Rio Grande do Sul. O Sr. Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Maurício Leonardo Hasson - 024.961.187-24

O Sr. Maurício Leonardo Hasson é graduado em Engenharia Mecânica e Industrial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com pós graduação em Finanças e Mercados de Capitais pela mesma instituição. Possui MBA em Analytical Finance and Strategy pela University of Chicago Booth School of Business. Atuou como Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores na Vigor Alimentos de abril de 2012 a outubro de 2014; após, assumiu o cargo de Diretor Executivo Financeiro do Grupo Oncoclínicas, onde permaneceu de março de 2015 a julho de 2016. Entre dezembro de 2019 e abril de 2019, foi Executivo de Investimento e Monitoramento na Legion Holdings. Após, foi eleito como Diretor Executivo Financeiro da Vicunha Têxtil S.A., cargo no qual permaneceu até passar a integrar a administração da nossa Companhia, em dezembro de 2020. Não obstante, foi Conselheiro de Administração da LIQ Participações entre maio de 2018 e março de 2019. O Sr. Maurício Leonardo Hasson não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Maurício Leonardo Hasson declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Benhur Vione - 901.280.790-53

O Sr. Benhur Vione é graduado em Engenharia Agronômica pela UNIJUI, com pós graduação em Gerenciamento de Negócios em Cooperativas e MBA pela HSM de São Paulo. No início de sua carreira profissional em 2000, atuou como consultor de Vendas na Cotrijui, onde coordenou diferentes projetos técnicos e comerciais da cooperativa. Em 2007, iniciou sua atividade na empresa multinacional BASF, onde atuou como Representante Técnico de Vendas e gestor de contas especiais atendendo a 3tentos. Em 2012 passou a atuar como Gerente de Proteção de Cultivos pela nossa Companhia, desenvolvendo e participando ativamente da criação e implementação da área de pesquisa assim como de diferentes programas. Coordena atualmente as áreas comercial e técnica de defensivos, híbridos de milho e especialidades, assim como seus processos logísticos. O Sr. Benhur não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Benhur Vione declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Daniel Pires Carneiro - 092.207.157-83

O Sr. Daniel Pires Carneiro é graduado em Direito pela Universidade Candido Mendes – Centro, RJ, e fundador do escritório de advocacia empresarial DC Associados e possui ampla experiência como advogado transacional, de private equity e M&A. Foi presidente do Conselho de Administração da Tommy Hilfiger do Brasil, tendo, também, atuado como diretor jurídico estatutário da Inbrands S.A. (2009-2016), como legal counsel da Opus Investimentos (2007-2009) e como advogado do Castro, Barros, Sobral, Gomes Advogados (2004-2007). Possui Leadership in Corporate Counsel pela Harvard Law School, LL.M. in Law and Economics pela University of Manchester e Master in Law and Economics pela Universitá di Bologna, Itália. O Sr. Daniel Pires Carneiro não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Daniel Pires Carneiro declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Ademar Schardong - 199.486.200-97

O Sr. Ademar Schardong é graduado em Direito pela Universidade Luterana do Brasil e mestre em Direito da Empresa e dos Negócios pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dedicou 35 anos da sua vida profissional à carreira executiva na construção do Sistema SICREDI, onde liderou e implementou diversos projetos, tendo atuado desde a construção do marco regulatório que permitiu o desenvolvimento das cooperativas de crédito no Brasil como integrantes do sistema financeiro nacional até o planejamento e implementação da política de governança do SICREDI. Atualmente, é sócio e administrador da Longevisar Consultoria Ltda., dedicada a projetos de governança e educação corporativa; é também membro do Conselho de Administração na Rio Grande Seguros e Previdência S/A e integra o Conselho Consultivo da Icatu Holding S/A. Foi diversas vezes reconhecido por sua atuação, tendo, dentre outros prêmios, recebido o Prêmio Líderes e Vencedores, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e pela Federação das Associações Comerciais do RS, e o Troféu Peter Drucker, concedido pela Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Estado do Rio Grande do Sul (Top de Marketing ADVB). O Sr. Ademar Schardong não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Ademar Schardong declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Jorge Luís Vargas Cardoso - 294.537.550-87

O Sr. Jorge Luís Vargas Cardoso é graduado em Engenharia Mecânica pela PUC/RS com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas- FGV e também formado e certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Possui diversos outros cursos, destacando-se o Global Strategic Manegment pela Harvard Business Scholl (HBS) e de Conselho de Administração pela Fundação Dom Cabral (FDC). Foi nomeado Professor Associado em 2015 na FDC. Possui diversas publicações sobre Governança Familiar e Gestão Empresarial, incluindo o livro “Extensão”, que trata de reflexões sobre a vida empresarial. Executivo de grupos empresariais como Braskem, Mars, Arteb, Medabil e POLO, atuando há 2 décadas em Conselhos de diversas organizações em vários estados do Brasil. Foi Presidente de associações como SINPLAST e Vice-Presidente da Federasul, além de Diretor da Abilplast e FIERGS. É membro Gold permanente da entidade internacional Young President Organization (YPO). O Sr. Jorge Luís Vargas Cardoso não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Jorge Luís Vargas Cardoso declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

João Marcelo Dumoncel - 616.400.420-91

O Sr. João Marcelo Dumoncel é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul, com especialização em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. No início de sua carreira profissional, atuou como trainee na seguradora Chubb do Brasil Cia durante dois anos, até que, em 1993, direcionou seu foco ao agronegócio. Em 1995, atuou como sócio fundador da Três Tentos Agroindustrial, participando ativamente de todo o processo de construção e crescimento do Grupo 3Tentos, no qual exerceu o cargo de Diretor Comercial e Industrial até 2020. Além disso, foi membro do Membro Conselho de Clientes FMC Química do Brasil em 2013 e Diretor da ANDAV (Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários) em 2016. Em 2020, passou a ocupar o cargo de Diretor Vice Presidente de Operações (Chief Operating Officer – COO) da nossa Companhia, além de ser o Presidente do nosso Conselho de Administração. O Sr. João Marcelo Dumoncel não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. João Marcelo Dumoncel declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho - 000.569.890-16	
N/A	
Maurício Leonardo Hasson - 024.961.187-24	
N/A	
Benhur Vione - 901.280.790-53	
N/A	
Daniel Pires Carneiro - 092.207.157-83	
N/A	O Sr. Daniel Pires Carneiro declara que não sofreu, nos últimos cinco anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Ademar Schardong - 199.486.200-97

N/A	O Sr. Ademar Schardong declara que não sofreu, nos últimos cinco anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.
Jorge Luís Vargas Cardoso - 294.537.550-87	
N/A	
João Marcelo Dumoncel - 616.400.420-91	
N/A	

602

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Ademar Schardong	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	27/11/1955	19/02/2021	2 anos
199.486.200-97		Advogado		19/02/2021	0	0.00%
Conselheiro de Administração						
Jorge Luís Vargas Cardoso	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	17/12/1959	19/02/2021	2 anos
294.537.550-87		Engenheiro Mecânico		19/02/2021	0	0.00%
Conselheiro de Adminsitração						
Luiz Osório Dumoncel	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	15/12/1962	19/02/2021	2 anos
463.873.310-72	Comitê de ESG e Sustentabilidade	Médico Veterinário		19/02/2021	0	0.00%
Conselheiro de Administração e Diretor Presidente						
Daniel Pires Carneiro	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	10/08/1981	19/02/2021	2 anos
092.207.157-83	Comitê de ESG e Sustentabilidade	Advogado		19/02/2021	0	0.00%
Conselheiro de Administração						
Marcia Veroneze Bisol Pagliarini	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	26/06/1985	19/02/2021	2 anos
005.121.100-93	Comitê de ESG e Sustentabilidade	Química Industrial		19/02/2021	0	0.00%
Cristiano Machado Costa	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	15/06/1979	19/02/2021	2 anos
810.485.480-15	Comitê de Auditoria	Economista		19/02/2021	0	0.00%
Experiência profissional / Critérios de Independência						

Ademar Schardong - 199.486.200-97

O Sr. Ademar Schardong é graduado em Direito pela Universidade Luterana do Brasil e mestre em Direito da Empresa e dos Negócios pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Dedicou 35 anos da sua vida profissional à carreira executiva na construção do Sistema SICREDI, onde liderou e implementou diversos projetos, tendo atuado desde a construção do marco regulatório que permitiu o desenvolvimento das cooperativas de crédito no Brasil como integrantes do sistema financeiro nacional até o planejamento e implementação da política de governança do SICREDI. Atualmente, é sócio e administrador da Longevisar Consultoria Ltda., dedicada a projetos de governança e educação corporativa; é também membro do Conselho de Administração na Rio Grande Seguros e Previdência S/A e integra o Conselho Consultivo da Icatu Holding S/A. Foi diversas vezes reconhecido por sua atuação, tendo, dentre outros prêmios, recebido o Prêmio Líderes e Vencedores, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e pela Federação das Associações Comerciais do RS, e o Troféu Peter Drucker, concedido pela Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Estado do Rio Grande do Sul (Top de Marketing ADVB). O Sr. Ademar Schardong não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Ademar Schardong declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Jorge Luís Vargas Cardoso - 294.537.550-87

O Sr. Jorge Luís Vargas Cardoso é graduado em Engenharia Mecânica pela PUC/RS com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas- FGV e também formado e certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Possui diversos outros cursos, destacando-se o Global Strategic Manegment pela Harvard Business Scholl (HBS) e de Conselho de Administração pela Fundação Dom Cabral (FDC). Foi nomeado Professor Associado em 2015 na FDC. Possui diversas publicações sobre Governança Familiar e Gestão Empresarial, incluindo o livro “Extensão”, que trata de reflexões sobre a vida empresarial. Executivo de grupos empresariais como Braskem, Mars, Arteb, Medabil e POLO, atuando há 2 décadas em Conselhos de diversas organizações em vários estados do Brasil. Foi Presidente de associações como SINPLAST e Vice-Presidente da Federasul, além de Diretor da Abilplast e FIERGS. É membro Gold permanente da entidade internacional Young President Organization (YPO). O Sr. Jorge Luís Vargas Cardoso não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Jorge Luís Vargas Cardoso declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Luiz Osório Dumoncel - 463.873.310-72

O Sr. Luiz Osório Dumoncel é graduado em Medicina veterinária pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul, com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Em setembro de 2019, foi aprovado pela Harvard Bussiness School – Harvard University para o programa Owner/President Management (OPM), o qual, em razão do Covid-19, iniciará em maio de 2021 e possui previsão de término em 2023. Após experiências como veterinário voltado à criação e terminação de gado, bem como experiência na produção agropecuária, participou como sócio fundador, em 1995, da Três Tentos Agroindustrial, onde assumiu como Diretor Administrativo Financeiro. Desde então, participou diretamente no crescimento e evolução do Grupo 3Tentos, preocupando-se em proporcionar uma solução completa no ramo do agronegócio e aliando tradição familiar e comprometimento à evolução tecnológica. Atualmente, é Diretor da Associação de Produtores de Biodiesel - APROBIO – SP; além disso, já integrou a Vice-Presidência da Associação de Produtores Sementes APASSUL – RS (1996 - 2004) e a Presidência da Fundação Pró-Sementes – RS (2001 – 2010). Em 2019, assumiu como Diretor Presidente (Chief Executive Officer - CEO) da nossa Companhia. É também o Vice-Presidente do Conselho de Administração. Sr. Luiz Osório Dumoncel não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Luiz Osório Dumoncel declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Daniel Pires Carneiro - 092.207.157-83

O Sr. Daniel Pires Carneiro é graduado em Direito pela Universidade Candido Mendes – Centro, RJ, e fundador do escritório de advocacia empresarial DC Associados e possui ampla experiência como advogado transacional, de private equity e M&A. Foi presidente do Conselho de Administração da Tommy Hilfiger do Brasil, tendo, também, atuado como diretor jurídico estatutário da Inbrands S.A. (2009-2016), como legal counsel da Opus Investimentos (2007-2009) e como advogado do Castro, Barros, Sobral, Gomes Advogados (2004-2007). Possui Leadership in Corporate Counsel pela Harvard Law School, LL.M. in Law and Economics pela University of Manchester e Master in Law and Economics pela Universitá di Bologna, Itália. O Sr. Daniel Pires Carneiro não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Daniel Pires Carneiro declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Marcia Veroneze Bisol Pagliarini - 005.121.100-93

A Sra. Marcia Veroneze Bisol Pagliarini é graduada em Química Industrial pela Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, pós graduada em Gestão Ambiental em Espaços Rurais pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos – e possui MBA em Gestão Industrial pela FGV de Passo Fundo (RS). A Sra. Marcia é amplamente experiente nas áreas de qualidade, meio ambiente e produção. Iniciou suas atividades relacionadas a biodiesel com pesquisa durante a graduação e, posteriormente, atuou como Supervisora de Qualidade na Biopar Bioenergia do Paraná e na Tejedor, ambas empresas atuantes no setor de biodiesel. Atualmente atua como Gerente Industrial na Companhia e responde tecnicamente pelas indústrias de extração e biodiesel de Ijuí (RS) e Cruz Alta (RS), sendo responsável pela gestão das áreas de produção, manutenção, projetos, operações e expedição, qualidade e meio ambiente. É líder e criadora do "Projeto Semeando Para Um Mundo Melhor", que desenvolve ações de sustentabilidade dentro da nossa Companhia há 5 anos.
A Sra. Marcia Veroneze Bisol Pagliarini não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, a Sra. Marcia Veroneze Bisol Pagliarini declarou a nós não ser caracterizada como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Cristiano Machado Costa - 810.485.480-15

O Sr. Cristiano Machado Costa possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Estado Rio Grande do Sul (2002), mestrado em Economia pela Fundação Getulio Vargas - RJ (2004) e doutorado em Economia pela University of Pennsylvania (2010). Vinculou-se à Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos em 2014, onde atualmente é Professor Adjunto, dedicando-se a projetos de pesquisa e ao ensino em nível de Graduação e Pós Graduação, em cursos da Escola de Gestão e Negócios da Unisinos, nas áreas de Ciências Contábeis e Finanças, e integra o corpo docente do Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios na Escola de Direito da Unisinos. Como pesquisador, possui artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, tais como Journal of Business Finance and Accounting, Journal of Management and Governance e International Finance. Possui experiência como membro do Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de Econometria e do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Atualmente, também é Diretor de Investimentos e Finanças da Reference Negócios e membro do Conselho Fiscal da Marcopolo S.A., do Conselho de Administração da Banrisul Cartões S.A. e do Conselho Deliberativo do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. O Sr. Cristiano Machado Costa não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Cristiano Machado Costa declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Ademar Schardong - 199.486.200-97	
N/A	O Sr. Ademar Schardong declara que não sofreu, nos últimos cinco anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.
Jorge Luís Vargas Cardoso - 294.537.550-87	
N/A	
Luiz Osório Dumoncel - 463.873.310-72	
N/A	O Sr. Luiz Osório Dumoncel declara que não sofreu, nos últimos cinco anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.
Daniel Pires Carneiro - 092.207.157-83	
N/A	O Sr. Daniel Pires Carneiro declara que não sofreu, nos últimos cinco anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.
Marcia Veroneze Bisol Pagliarini - 005.121.100-93	
N/A	A Sra. Marcia Veroneze Bisol Pagliarini declara que não sofreu, nos últimos cinco anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

Cristiano Machado Costa - 810.485.480-15	
N/A	O Sr. Cristiano Machado Costa declara que não sofreu, nos últimos cinco anos: (i) qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declara ainda que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301/99.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Luiz Osório Dumoncel	463.873.310-72	Três Tentos Agroindustrial S.A.	94.813.102/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
João Marcelo Dumoncel	616.400.420-91	Três Tentos Agroindustrial S.A.	94.813.102/0001-70	
Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente de Operações				
Observação				
Luiz Osório Dumoncel e João Marcelo Dumoncel também são administradores das sociedades controladoras da Companhia, quais sejam aALD Participações Ltda. e JM Participações Ltda., respectivamente.				
Administrador do emissor ou controlada				
Luiz Osório Dumoncel	463.873.310-72	Três Tentos Agroindustrial S.A.	94.813.102/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari	636.126.901-91	Dumtag Participações Ltda.	39.943.251/0001-45	
Administradora				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
João Marcelo Dumoncel	616.400.420-91	Três Tentos Agroindustrial S.A.	94.813.102/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente de Operações				
Pessoa relacionada				
Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari	636.126.901-91	Dumtag Participações Ltda.	39.943.251/0001-45	
Administradora				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Luiz Osório Dumoncel	463.873.310-72	Três Tentos Agroindustrial S.A.	94.813.102/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

607

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Maria Beatriz Dumoncel Hoff	835.179.281-00	KDUH Participações Ltda.	39.963.694/0001-06	
Administradora				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
João Marcelo Dumoncel	616.400.420-91	Três Tentos Agroindustrial S.A.	94.813.102/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente de Operações				
Pessoa relacionada				
Maria Beatriz Dumoncel Hoff	835.179.281-00	KDUH Participações Ltda.	39.963.694/0001-06	
Administradora				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Luiz Osório Dumoncel	463.873.310-72	Três Tentos Agroindustrial S.A.	94.813.102/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente				
Pessoa relacionada				
Vania Margarida Dumoncel Martins	698.047.531-20	Celeiro Participações Ltda.	39.942.731/0001-91	
Administradora				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
João Marcelo Dumoncel	616.400.420-91	Três Tentos Agroindustrial S.A.	94.813.102/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente de Operações				
Pessoa relacionada				
Vania Margarida Dumoncel Martins	698.047.531-20	Celeiro Participações Ltda.	39.942.731/0001-91	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administradora				
Observação				

609

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

Daniel Pires Carneiro	092.207.157-83	Prestação de serviço	Cliente
Conselheiro e Membro do Comitê de Sustentabilidade e ESG			

Pessoa Relacionada

Três Tentos Agroindustrial S.A.	94.813.102/0001-70

Prestador de serviços de advocacia e consultoria legal, por meio do escritório Daniel Carneiro Sociedade de Advogados, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.590.126/0001-57, do qual o Sr. Daniel Pires Carneiro é sócio fundador.

Observação

610

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor

Daniel Pires Carneiro	092.207.157-83	Subordinação	Cliente
Conselheiro e Membro do Comitê de Sustentabilidade e ESG			

Pessoa Relacionada

Três Tentos Agroindustrial S.A.	94.813.102/0001-70

Prestador de serviços de advocacia e consultoria legal, por meio do escritório Daniel Carneiro Sociedade de Advogados, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.590.126/0001-57, do qual o Sr. Daniel Pires Carneiro é sócio fundador.

Observação

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Daniel Pires Carneiro	092.207.157-83	Subordinação	Cliente
Conselheiro e Membro do Comitê de Sustentabilidade e ESG			

Pessoa Relacionada

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Três Tentos Agroindustrial S.A.	94.813.102/0001-70		

Prestador de serviços de advocacia e consultoria legal, por meio do escritório Daniel Carneiro Sociedade de Advogados, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.590.126/0001-57, do qual o Sr. Daniel Pires Carneiro é sócio fundador.

Observação

611

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguro, para pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Nós oferecemos seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores ("*D&O*"), por meio de uma apólice de seguro cujo limite máximo de garantia agregado é de R$10 milhões e o vencimento ocorrerá em 17 de fevereiro de 2022. O valor do prêmio líquido dessa apólice é de R$67.249,41.

Estão cobertos pelo *D&O* as eventuais responsabilidades imputadas aos administradores e principais executivos nossos e de nossas subsidiárias no exercício de suas atividades profissionais, incluindo custos de defesa, acordos e multas, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas por tais pessoas, no nosso melhor interesse.

A nossa Administração acredita, conforme inclusive manifestado pelo Superior Tribunal de Justiça, em 2017, ao analisar os limites e aplicação do *D&O* no Brasil que "esse tipo de seguro constitui instrumento de preservação do patrimônio individual dos que atuam em cargos de direção (segurados), o que acaba por incentivar gestões corporativas inovadoras e mais flexíveis, as quais ficariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade sempre reinante de responsabilização civil ou abertura de processo sancionador pela CVM. Além disso, a natureza dúplice desse seguro também favorece a própria empresa tomadora do seguro e seus acionistas, pois o patrimônio social poderá ser ressarcido de eventuais prejuízos sofridos em razão de condutas faltosas de seus administradores".

Não possuímos compromissos de indenidade celebrados com nossos administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Abaixo, com relação às nossas Assembleias Gerais realizadas nos últimos três exercícios sociais, bem como no exercício social em curso: (i) data de sua realização; (ii) casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Tipo de Evento	Pauta	Data	Quórum	Convocação
AGOE	Deliberar, em assembleia geral ordinária, sobre: (i) a lavratura da ata na forma de sumário; (ii) apreciação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020; (iii) aprovação da destinação dos resultados da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 (iv) a fixação da remuneração global anual, para o exercício social de 2021, *(a)* dos administradores da Companhia e *(b)* dos membros de eventuais Comitês de Assessoramento da Companhia; e, em assembleia geral extraordinária, sobre: (v) a alteração da composição da Diretoria da Companhia;; (vi) a criação do Conselho de Administração da Companhia, bem como a eleição dos seus membros; (vii) criação do capital autorizado da Companhia, estabelecendo o seu limite; (viii) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários "Categoria "A'" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("Emissor de Valores Mobiliários Categoria "A" e "CVM", respectivamente), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); (ix) a aprovação da listagem da Companhia e a admissão de suas ações à negociação na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no segmento especial de Governança Corporativa denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"); (x) a aprovação da realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições aplicáveis, sendo: (a) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("*SEC*") dos Estados Unidos, em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*"), e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliário; e (b) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor ("Oferta"); (xi) a reforma integral do estatuto social da Companhia de forma a, dentre outras alterações, adequá-lo às deliberações anteriores e às regras da CVM, da B3 e do Novo Mercado ("Estatuto Social"); (xii) aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano de Concessão de Ações"), que conferirá direitos de aquisição sobre até 10.000.000 (dez milhões) ações ordinárias, sem valor nominal de emissão da Companhia, no contexto de oportunos aumentos autorizados no capital social da Companhia ou transferência de ações mantidas em tesouraria, no âmbito de programas a serem criados pelo Conselho de Administração da Companhia;	19 de fevereiro de 2021	100%	1ª

12.12 - Outras informações relevantes

	(xiii) ratificação das filiais da Companhia; (xiv) ratificação do jornal de grande circulação no qual a Companhia realiza suas publicações; e (xv) a autorização para a administração da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações tomadas na assembleia			
AGE	Deliberar sobre (i) a transferência de ações por acionista para a Boaventura Participações S.A.; e (ii) o aumento do nosso capital social.	28/12/2020	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre (i) a incorporação, pela Companhia, de 40,00% do acervo cindido da Sinuelo ("Incorporação"); (ii) a ratificação da assinatura do Protocolo de Incorporação e Justificação celebrado entre os nossos acionistas e os sócios da Sinuelo; (iii) a ratificação da nomeação e contração da Allianssa Auditores Associados S/S como a empresa responsável por proceder à avaliação do acervo cindido da Sinuelo e à elaboração do laudo de avaliação do acervo cindido; (iv) o cancelamento de 81.463.704 ações nominativas, ordinárias, de nossa emissão e de titularidade da Sinuelo e sobre a emissão, por nós, de 81.463.704 novas ações; e (vi) a autorização para que a nossa administração pratique todos e quaisquer atos e assine todos e quaisquer documentos necessários à implementação da Incorporação.	01/12/2020	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre: (i) a incorporação da Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda. ("Tentos do Sul") pela nossa Companhia; (ii) a ratificação da assinatura do Protocolo de Incorporação e Justificação celebrado em 30 de novembro de 2020 entre nós e a Tentos do Sul; (iii) a ratificação da nomeação e contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S como empresa especializada responsável por proceder à avaliação do acervo da Tentos do Sul e à elaboração do pertinente laudo de avaliação; (iv) o laudo de avaliação do acervo da Tentos do Sul; (v) o aumento do nosso capital social tendo em vista a incorporação e a capitalização de créditos detidos por determinados acionistas em relação à Companhia; (vi) a alteração dos artigos 6º e 7º do nosso Estatuto Social e (vii) a autorização da nossa Diretoria para a prática de todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas na assembleia, principalmente no que se refere à implementação da incorporação.	30/11/2020	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre a abertura da nossa filial nº 44, localizada na Rodovia RS 342, s/n°, Km 27,1, Localidade Esquina Tunas, Bairro Interior, em Horizontina (Estado do Rio Grande do Sul), CEP 98920-000.	30/10/2020	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre (i) a realização dos atos preliminares para futura incorporação da Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda.; e (ii) a abertura de 9 novas filiais (filiais nº 35, nº 36, nº 37, nº 38, nº 39, nº 40, nº 41, nº 42 e nº 43).	08/10/2020	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre a abertura da nossa filial nº 34, localizada na BR 468, s/n°, KM 77.3, Bairro Rincão Guarani, em Campo Novo (Estado do Rio Grande do Sul), CEP 98570-000.	10/9/2020	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre a inclusão das atividades de produção e comercialização de energia elétrica e seus derivados decorrentes de cogeração nas atividades desenvolvidas pelas nossas filiais nº 7, nº 16 e nº 32.	02/03/2020	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre o aumento do nosso capital social para R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) mediante capitalização de saldo constante na nossa conta de reserva de lucros, sem emissão de novas ações.	16/12/2019	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre a alteração das atividades desenvolvidas pelas nossas filiais nº 26 e nº 32.	18/11/2019	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre (i) a alteração das atividades desenvolvidas pela nossa filial nº 32; e (ii) a alteração do endereço da nossa filial nº 5.	08/08/2019	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre a abertura da nossa filial nº 33 da, localizada na Granja Lagoão, s/n°, Primeiro Distrito, em Tupanciretã (Rio Grande do Su), CEP 98170-000.	24/05/2019	100%	1ª
AGOE	Deliberar sobre (i) a eleição dos membros da nossa Diretoria; (ii) a fixação da remuneração da nossa Diretoria; e (iii) o aumento do nosso capital social.	25/04/2019	100%	1ª

12.12 - Outras informações relevantes

AGE	Deliberar sobre a alteração dos objetivos sociais das nossas filiais inscritas no CNPJ sob o nº 94.813.102/0008-46 e nº 94.813.102/0017-37.	28/01/2019	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre: (i) a abertura da nossa filial nº 32, localizada na Rodovia Municipal Luciano Furan, n° 800, bairro Tamoio, na cidade de Cruz Alta (Estado do Rio Grande do Sul), CEP 98050-500; e (ii) a fixação de remuneração global da nossa Diretoria para o ano de 2019.	10/01/2019	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre a inclusão da atividade de comércio atacadista de sementes, flores, planas e gramas nas atividades desenvolvidas pela nossa matriz e pela nossa filial nº 22.	01/10/2018	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre a inclusão da atividade de fabricação de alimentos para animais nas atividades desenvolvidas pela nossa matriz e pela nossa filial nº 7.	24/08/2018	100%	1ª
AGE	Deliberar sobre a aprovação e ratificação da prestação de aval nas operações de crédito realizadas junto ao Banco De Lage Landen Brasil S.A., as quais possuem como beneficiária a Tentos Do Sul Comercial Agrícola Ltda.	14/05/2018	100%	1ª

Processo de Avaliação dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês

As informações referentes ao processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Comitê de Auditoria já foram prestadas no item 12.1 deste Formulário de Referência.

Melhores Práticas de Governança Corporativa Segundo o IBGC

(i) O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;

(ii) a pauta de nossas Assembleias Gerais e a documentação pertinente, com o maior detalhamento possível, são tornadas públicas e disponibilizadas na data da primeira convocação, bem como são acompanhadas, sempre que exigido por normas da CVM, de proposta da administração com informações detalhadas sobre cada item que dela conste (sendo que essas propostas são disponibilizadas em nosso *website* e encaminhadas à CVM e à B3 (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa);

(iii) nosso Estatuto Social prevê regras claras e objetivas para votação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral;

(iv) nosso Estatuto Social determina, de forma clara e objetiva, as matérias que são de competência de cada um dos nossos órgãos de administração e da Assembleia Geral;

(v) enviamos à CVM e à B3 (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa) todas as atas de nossas Assembleias Gerais na íntegra;

(vi) na hipótese de alienação direta ou indireta de nosso controle acionário, o adquirente do controle tem a obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações a todos os nossos acionistas, de modo a proporcionar tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante das ações representativas do controle;

(vii) contratamos empresa de auditoria independente para análise de nossas demonstrações financeiras;

(viii) os cargos de Presidente do nosso Conselho de Administração e de nosso Diretor Presidente ou principal executivo não poderão ser cumulados pela mesma pessoa;

(ix) possuímos uma Política de Divulgação;

(x) possuímos um Código de Ética, que deve ser observado por todos os nossos colaboradores;

(xi) nosso Estatuto Social possui previsões para a instalação de Conselho Fiscal;

12.12 - Outras informações relevantes

(xii) nosso Estatuto Social contém disposições claras sobre a forma: (a) de convocação de nossas Assembleias Gerais; e (b) de eleição, destituição e tempo de mandato de nossos Conselheiros e Diretores;

(xiii) divulgamos, no início de cada exercício social, um calendário informando todos os eventos corporativos previstos para aquele exercício (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa);

(xiv) realizamos, com transparência, a divulgação pública do relatório anual de nossa administração;

(xv) os membros de nosso Conselho de Administração possuem livre acesso às nossas informações e instalações; e

(xvi) nosso Estatuto Social prevê a resolução de conflitos entre nós, nossos acionistas, nossos administradores e membros de nosso Conselho Fiscal (se instalado) e suplentes, quando aplicável, por meio de arbitragem.

Segmento de Listagem do Novo Mercado

Nós estamos sujeitos também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas.

O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% ou, excepcionalmente, 15% do capital (neste último caso desde que e o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações da companhia se mantenha igual ou superior a R$25.000.000,00, considerados os negócios realizados nos últimos 12 meses), em circulação; e (iii) disponibilizar os fatos relevantes, informações sobre proventos, por meio de avisos aos acionistas ou comunicados ao mercado, comunicação de seus resultados (*press release* de resultados), devidamente traduzidos para o inglês e divulgados simultaneamente à respectiva divulgação em português.

Autorização Para Negociação no Novo Mercado

Primeiramente, a sociedade que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto às cláusulas mínimas exigidas pela B3. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital social, ou 15% do capital, desde que e o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações da companhia se mantenha igual ou superior a R$25.000.000,00, considerados os negócios realizados nos últimos 12 meses, deve ser mantida em circulação pela companhia. O conselho de administração de companhias autorizadas que terão suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de, no máximo, 2 anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração pelo menos 2 ou 20%, o que for maior, devem ser Conselheiros Independentes (conforme definição do Regulamento do Novo Mercado). Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem assinar um termo de posse contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória estatutária prevista no art. 39 do Regulamento do Novo Mercado.

12.12 - Outras informações relevantes

Outras Características do Novo Mercado

Entre os requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacamos: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de aquisição de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado (salvo dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do art. 44 do Regulamento do Novo Mercado); (ii) dever de, em qualquer oferta pública de distribuição de ações, envidar melhores esforços para atingir dispersão acionária, exceto para ofertas regidas pela Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia; e (iv) necessária vinculação da Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da companhia, nas normas editadas pelo CMN, Banco Central e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e local onde o documento pode ser localizado

Em 19 de fevereiro de 2021, nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Remuneração. A Política de Remuneração é aplicável aos membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e não estatutários, membros dos Conselhos Fiscal (caso instalado), membros do Comitê de Auditoria e demais comitês de assessoramento, estatutários ou não estatutários ("Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração"). Ressaltamos que, anteriormente a 19 de fevereiro de 2021, a Companhia não possuía Conselho de Administração, bem como não existiam Comitês, razão pela qual a Política de Remuneração aqui detalhada não é aplicável ao período anterior à data de aprovação desta.

A Política de Remuneração visa a estabelecer diretrizes que deverão ser observadas no âmbito da remuneração das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração, consolidando seus interesses com os nossos objetivos e os objetivos de nossas controladas.

Os elementos que compõe as remunerações dos administradores visam a: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos executivos.

A remuneração das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração é compatível com as melhores práticas observadas pelo nosso mercado de atuação, o que contribui para a atração e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções.

O inteiro teor da nossa Política de Remuneração poderá ser consultado no nosso site de relações com investidores (www.ri.3tentos.com.br) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria Política de Remuneração.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Em 19 de fevereiro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que fixou para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021 a remuneração anual global em até: (i) R$ 13.221.468,05 (treze milhões duzentos e vinte e um mil quatrocentos sessenta e oito reais e cinco centavos) aos membros da nossa administração; e (ii) R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) aos membros de nossos eventuais comitês de assessoramento.

A remuneração das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração poderá ser constituída pelos seguintes elementos: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (v) remuneração baseada ou referenciadas em ações; e (vi) participação nos lucros, conforme o caso.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Conselho de Administração

A remuneração dos nossos conselheiros é composta por dois elementos: (i) remuneração fixa, que é determinada de acordo com o padrão de mercado, sendo proporcional às suas respectivas atribuições, responsabilidades e demandas de tempo, conforme deliberado em Assembleia Geral; e (ii) ações concedidas por meio do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de fevereiro de 2021 ("Plano de Opções de Ações").

Diretoria Estatutária

A remuneração dos nossos diretores estatutários é composta pelos seguintes elementos: (i) remuneração fixa, que é determinada de acordo com a média do mercado; (ii) poderão fazer jus à remuneração variável - bônus e participação nos lucros, caso preenchidos os requisitos detalhados na Política de Remuneração; (iii) remuneração baseada em ações ou direitos referenciados em ações; (iv) benefícios; e (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo que, quando aplicáveis serão baseados na nossa Política de Remuneração, nas deliberações do nosso Conselho de Administração ou de nossa Assembleia Geral, conforme o caso.

Ainda no âmbito da remuneração variável, os nossos diretores poderão participar de um programa anual de bônus, cujo valor será determinado pelo resultado de avaliações objetiva e subjetiva a serem feita pelo nosso Conselho de Administração. A avaliação objetiva verifica o cumprimento de metas organizacionais, e a avaliação subjetiva considera um exame realizado com base em determinados parâmetros pré-estabelecidos internamente pelo Conselho de Administração.

Ademais, os nossos diretores poderão fazer jus a participação nos nossos lucros, de acordo com deliberação específica em sede de Assembleia Geral, conforme recomendado pelo nosso Conselho de Administração.

Aos nossos diretores, a critério do Conselho de Administração, poderá também ser concedida uma série de benefícios, como, por exemplo, plano de saúde, vale-alimentação, veículos profissionais, entre outros.

Ainda, e igualmente a critério do Conselho de Administração, poderá haver a atribuição de benefícios aos nossos diretores motivados pela cessação do exercício do cargo, incluindo, mas a tanto não se limitando, à indenidade como contraprestação financeira à celebração de um contrato de não competição, de auxílio a acordos de leniência, dentre outros.

Não obstante, os nossos diretores poderão receber uma remuneração variável (bônus) e uma remuneração baseada no Plano de Opções de Ações.

Para mais informações sobre o nosso Plano de Opções de Ações vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

Diretoria Não Estatutária

Assim como os diretores estatutários, a remuneração dos diretores não estatutários é composta pelos seguintes elementos: (i) remuneração fixa, que é determinada de acordo com a média do mercado; (ii) bônus e participação nos lucros, remuneração variável, a qual os diretores estatutários poderão vir a fazer jus caso preenchidos os requisitos detalhados na Política de Remuneração; (iii) remuneração baseada em ações ou direitos referenciados em ações, nos termos do Plano de Opções de Ações; (iv) benefícios; e (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo que, quando aplicáveis serão baseadas na nossa Política de Remuneração, nas deliberações do nosso Conselho de Administração ou de nossa Assembleia Geral, conforme o caso.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Em relação ao bônus, os nossos diretores não estatuários poderão participar de um programa anual de bônus, cujo valor será determinado pelo resultado de avaliações objetiva e subjetiva a serem feita pelo nosso Conselho de Administração. A avaliação objetiva verifica o cumprimento de metas organizacionais e a avaliação subjetiva considera um exame realizado com base em determinados parâmetros pré-estabelecidos internamente pelo Conselho de Administração

Ademais, os nossos diretores poderão fazer jus a participação nos nossos lucros, de acordo com deliberação específica em sede de Assembleia Geral, conforme recomendado pelo nosso Conselho de Administração.

Nossos diretores não estatutários também podem fazer jus a opções de compra de ações ou direitos referenciados em ações, que compreende eficiente instrumento de reconhecimento, motivação e retenção dos seus participantes no curto, médio e longo prazo, contribuindo, ainda, para o alinhamento dos interesses dos Administradores com a nossa rentabilidade e nossos resultados de longo prazo.

Por fim, considerando que os nossos diretores não estatutários são contratos como celetistas, estes também recebem os benefícios aplicáveis à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado.

Para o nosso Conselho Fiscal, ainda que, nesta data, não esteja instalado, busca-se assegurar remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes pelo exercício de suas funções. Os membros do nosso Conselho Fiscal receberão uma remuneração fixa equivalente a, pelo menos, o mínimo legal estabelecido pelo art. 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada. Os membros do Conselho Fiscal serão, também, obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês Estatutários e Não Estatutários

Os membros dos comitês de assessoramento estatutários ou não estatutários não receberão remuneração específica por tal função, exceto se for membro externo especialista que não integre o Conselho de Administração, caso em que poderão receber uma remuneração fixa mensal, cujo valor global será determinado pela nossa Assembleia Geral, ficando o Conselho de Administração encarregado de definir as remunerações individuais e mensais, conforme aplicável.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa	N/A	N/A	56,2%	N/A	N/A
Remuneração Variável	N/A	N/A	43,8%	N/A	N/A
Remuneração baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa	N/A	N/A	65,3%	N/A	N/A
Remuneração Variável	N/A	N/A	34,7%	N/A	N/A
Remuneração baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria não Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa	N/A	N/A	84,8%	N/A	N/A
Remuneração Variável	N/A	N/A	15,2%	N/A	N/A
Remuneração baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela avaliação dos nossos administradores e a consequente remuneração devida a cada um deles nos termos de nossa Política de Remuneração. Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado. Além disso, anualmente reajustamos os salários conforme o índice de inflação definido pelo sindicato regulador do setor.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Analisamos nossa performance e o desempenho de nossos administradores para manter uma remuneração compatível com as práticas de mercado, adequadas a qualidade e responsabilidades de nossos executivos e dentro de nossas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência de nossos executivos, visando os ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

v. a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Contamos com 2 Conselheiros Beneméritos no Conselho de Administração, o Sr. João Osório Dumoncel e a Sra. Clélia Luiza Kloeckner Dumoncel, com função honorífica, vitalícia e personalíssima, não tendo caráter administrativo, de assessoria ou técnico. Os Conselheiros Beneméritos podem participar das reuniões do nosso Conselho de Administração, não possuindo direito de voto e não podendo ser substituídos em suas ausências. Tendo em vista o caráter honorífico dos Conselheiros Beneméritos, e não propriamente dito administrativo, eles não fazem jus à remuneração. Todos os demais membros da administração são remunerados na forma da nossa Política de Remuneração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Remuneração fixa: a remuneração fixa é individualizada, quando permitido pela legislação aplicável, e proporcional à responsabilidade específica do cargo, tempo dedicado às funções, competência e reputação profissional, experiência individual e criação de valor dos serviços com foco em sua perenidade.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Remuneração variável: a remuneração variável poderá ser aplicável aos nossos diretores e, em casos específicos, poderá ser aplicada também aos membros do nosso Conselho de Administração. Está vinculada a certas condições individuais de cada beneficiário, englobando os resultados financeiros das respectivas áreas sob a responsabilidade dos nossos administradores e dos nossos resultados financeiros consolidados, como faturamento e lucratividade, bem como indicadores operacionais, como nível de satisfação dos clientes, índice de rotatividade de colaboradores, entre outros, além de indicadores subjetivos, definidos pelo nosso Conselho de Administração. Ainda, poderá ser vinculada a outros critérios a serem por nós determinados, os quais serão definidos e aprovados, quando necessário, pelo(s) respectivo(s) diretor(es) competente(s) ou pelo nosso Conselho de Administração, conforme o caso e valor.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho da seguinte maneira: analisamos nossa performance e o desempenho de nossos administradores regularmente através de uma avaliação formal de desempenho ao final de cada ano, de forma a acompanhar o atingimento das metas, de nossa Companhia e individuais, calculando o aumento do salário base e o valor da bonificação de acordo com o merecimento de cada administrador.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A nossa Política de Remuneração se alinha com os nossos interesses de curto, médio e longo prazo na medida em que atrela a Diretoria a metas financeiras, metas internas de resultados de nossa Companhia e metas individuais, todas voltadas ao nosso plano de negócios.

A remuneração baseada ou referenciadas em ações permitem o alinhamento de interesses dos administradores elegíveis em diferentes horizontes de tempo (curto, médio e longo prazo).

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração de nossos administradores que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Participam do processo decisório sobre remuneração a nossa Assembleia Geral e o nosso Conselho de Administração.

A remuneração global dos nossos Administradores é fixada por meio de nossa Assembleia Geral, devendo o nosso Conselho de Administração fixar as remunerações mensais de seus membros e dos membros da nossa Diretoria, bem como dos membros de nosso Conselho Fiscal, caso instalado, dos membros do nosso Comitê de Auditoria e demais comitês, se aplicável. Também cabe ao nosso Conselho de Administração determinar a alocação de cada parte da remuneração, dentre as quais (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) participação nos lucros; (iv) benefícios; (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; e (vi) remuneração baseada ou referenciadas em ações nos termos do Plano de Opções de Ações, bem como estabelecer a remuneração dos membros de nossos Comitês.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para fixação da remuneração individual, o nosso Conselho de Administração realiza pesquisas de mercado periódicas, visando a identificação de padrões remunerativos no nosso mercado de atuação, e, caso necessário, lhe é facultado contratar empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

Como parâmetro, a remuneração fixa das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração é proporcional à responsabilidade do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência e reputação profissional, experiência individual e ao valor dos serviços com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo. A remuneração variável, quando aplicável aos nossos Administradores, observará as regras gerais previstas na nossa Política de Remuneração, não estando sujeita a reajustes, mas sim ao atendimento de metas, sendo estabelecida conforme nossos resultados e de nossa administração. Para isso, nossos indicadores e metas são revisados periodicamente, de modo a refletir mudanças na nossa estratégia e nosso planejamento de resultados.

Os nossos diretores também podem participar de um programa anual de bônus. O valor a ser determinado no programa de bônus é resultante: (i) de uma avaliação objetiva; e (ii) de uma avaliação subjetiva. Enquanto a avaliação objetiva verifica o cumprimento de metas organizacionais, a avaliação subjetiva considera um exame realizado de determinados parâmetros pré-estabelecidos internamente, conforme venha a ser determinado pelo nosso Conselho de Administração. Referido pagamento é realizado no período de até 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social avaliado. Além disso, os nossos diretores podem fazer jus à participação nos nossos lucros, de acordo com deliberação específica em sede de Assembleia Geral, e observado o nosso Estatuto Social.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O nosso Conselho de Administração avalia, no mínimo anualmente, a conformidade da Política de Remuneração e, principalmente, a atualização e/ou aplicabilidade dos critérios adequados.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,50	4,75	0,00	10,25
Nº de membros remunerados	5,50	4,75	0,00	10,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.560.000,00	4.290.000,00	0,00	5.850.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	312.000,00	858.000,00	0,00	1.170.000,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.960.000,00	0,00	3.960.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.881.468,05	0,00	1.881.468,05
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°02/2020, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Os valores informados no campo “Outros” referem-se a encargos de INSS	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros foi apurado de acordo com o número de membros de cada previsto para o presente exercício social, com duas casas decimais. Os valores informados no campo “Outros” referem-se a encargos de INSS	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros foi apurado de acordo com o número de membros de cada previsto para o presente exercício social, com duas casas decimais. Os valores informados no campo “Outros” referem-se a encargos de INSS	
Total da remuneração	1.872.000,00	11.349.468,05	0,00	11.280,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,00	0,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	401.000,00	0,00	401.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	80.200,00	0,00	80.200,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	374.400,00	0,00	374.400,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não possuíamos Conselho de Administração no exercício em questão. Conforme disposto no OFÍCIO- CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros foi apurado de acordo com o número de membros de cada previsto para o presente exercício social, com duas casas decimais.	Não possuíamos Conselho Fiscal instalado no exercício em questão.	
Total da remuneração	0,00	855.600,00	0,00	855.600,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	588.000,00	0,00	588.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	117.600,00	0,00	117.600,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	375.200,01	0,00	375.200,01
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00

Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não possuíamos Conselho de Administração no exercício em questão.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros foi apurado de acordo com o número de membros de cada previsto para o presente exercício social, com duas casas decimais.	Não possuíamos Conselho Fiscal instalado no exercício em questão.	
Total da remuneração	0,00	1.080.800,01	0,00	1.080.800,01

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,00	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	552.000,00	0,00	552.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	110.400,00	0,00	110.400,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	118.534,35	0,00	118.534,35
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Não possuíamos Conselho de Administração no exercício em questão.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2020, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não possuíamos Conselho Fiscal instalado no exercício em questão.	
Total da remuneração	0,00	780.934,35	0,00	780.934,35

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e do conselho fiscal

Exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021 (estimado)				
(em R$ mil, exceto número de Administradores)	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	5,5	4,75	0	10,25
Nº total de membros remunerados	5,5	4,75	0	10,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	2.680	0	2.680
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	4.020	0	4.020
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	3.350	0	3.350
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	0	N/A	0	0
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0]	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
(em R$ mil, exceto número de Administradores)	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	0	2	0	2
Nº total de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	374.400,00	0	374.400,00

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
(em R$ mil, exceto número de Administradores)	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	0	3	0	3
Nº total de membros remunerados	0	3	0	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	0	0	0	0
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	0	375.200,01	0	375.200,01

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
(em R$ mil, exceto número de Administradores)	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	0	2	0	2
Nº total de membros remunerados	0	2	0	2
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	0	0	0	0
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado exercício	0	118.534,34	0	118.534,34

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

O nosso Plano de Opções de Ações foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, que aprovou a outorga de opções de compra de ações que darão a oportunidade de aquisição ou subscrição de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Opções" e "Ações", respectivamente), sobre até 10.000.000 (dez milhões) de Ações ("Limite Quantitativo").

O Plano de Opções de Ações será composto de 1 (um) ou mais programas de outorgas de Opções (os "Programas"), que serão criados pelo Conselho de Administração. Em cada Programa serão definidos: **(a)** os termos e as condições para a outorgas de Opções relativas ao Programa em questão; **(b)** os Participantes (abaixo definidos) do Programa em questão, ou os critérios para tal definição; **(c)** o número de Opções objeto do Programa em questão; **(d)** o preço de exercício das Opções do Programa em questão; **(e)** o número de Opções a que cada Participante fará jus nos termos do Programa em questão; e **(f)** os respectivos períodos que o Participante deverá permanecer vinculado à nós para ter direito à exercer suas Opções nos termos e condições estabelecidas neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Opção (o "Período de Carência"), sendo certo que o Período de Carência não poderá ser superior a 05 (cinco) anos contados da data de assinatura de cada Contrato de Opção.

Não há obrigatoriedade de atribuição de um número ou percentual mínimo de Opções para um Participante do Programa.

Cada Opção dará ao seu titular o direito de adquirir/subscrever 1 (uma) Ação.

Após cumprido o respectivo Período de Carência e as demais condições estabelecidas no Plano de Opções de Ações, no Programa e no Contrato de Opção, o Participante que tiver interesse em converter suas Opções em ações deverá enviar ao nosso Diretor Presidente e/ou Vice-Presidente de Operações uma notificação escrita em tal sentido, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do cumprimento de cada Período de Carência ("Notificação de Exercício"), sendo que: (i) após referido prazo, as Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio, não sendo devida qualquer indenização; e (ii) no caso da aplicação de restrições adicionais, o prazo de até 30 (trinta) dias referido acima, será prorrogado pelo número de dias necessários para compensar as eventuais restrições.

O Participante, em até 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento da Notificação de Exercício, conforme detalhamento e procedimentos que constarão dos Programas, deverá subscrever e integralizar as ações (no caso de aumento de capital) ou pagar o preço (no caso de ações em tesouraria).

Como forma de facilitar os trâmites jurídicos para transferência das ações, o Conselho de Administração poderá estabelecer e divulgar períodos fixos para que o Participante adquira/subscreva as ações a que fizer jus.

O Plano de Opção de Ações será gerido e administrado pelo Conselho de Administração, observadas as restrições previstas em lei e, obedecidas as condições gerais do Plano de Opção de Ações e as diretrizes fixadas pela nossa Assembleia Geral, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para administração do Plano de Opção de Ações, incluindo : **(a)** a criação de cada um dos Programas; **(b)** a seleção dos Participantes dentre as Pessoas Elegíveis (conforme definido abaixo); **(c)** a determinação o número de Opções a serem outorgadas em cada Programa e para cada Participante; **(d)** a aprovação do modelo de Contrato de Opção aplicável a cada Participante; **(e)** a análise de casos excepcionais, decidir casos omissos e interpretar o Plano; **(f)** o estabelecimento dos termos, condições e regras específicas, aplicáveis a um ou mais Participantes, sempre que este Plano contiver expressa previsão de discricionariedade por parte do Conselho de Administração; e **(g)** a propositura de alterações ao Plano de Opção de Ações para aprovação pela Assembleia Geral.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Conselho de Administração não estará obrigado a dar tratamento igual ou isonômico às Pessoas Elegíveis (conforme definido no Item 13.4(b) abaixo) ou aos Participantes, mesmo que se encontrem em função, cargo, tempo de contratação, hierarquia ou senioridade similares, não havendo obrigatoriedade de aplicação de qualquer princípio de isonomia ou analogia. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais e/ou conceder condições especiais no âmbito do Contrato de Opção (conforme definido abaixo). Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Participantes, incluindo, por exemplo, a alteração de Períodos de Carência, extensão do Período de Exercício de Opções, concessão de opção de venda pelo Participante (*put option*) e/ou de opção de compra (*call option*) pela Companhia (sempre observadas as disposições legais aplicáveis), alteração de regras de exercício em caso de desligamento do Participante, dentre outras.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições para a outorga das Opções em contrato de opção de compra de ações ("Contratos de Opção"), a ser celebrado entre nós e cada Participante, observados os termos e condições definidos no Plano de Opções de Ações e no respectivo Programa. O Contrato de Opção deverá definir pelo menos as seguintes condições:

(a) o número de Opções que o Participante receberá, de acordo com o Programa;

(b) Períodos de Carência das Opções, e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e

(c) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Opções de Ações ou o respectivo Programa, sempre observadas as competências de gestão e administração do Conselho de Administração, definidas no Plano de Opções de Ações.

A transferência das Ações para o Participante somente se dará com o cumprimento das condições e prazos previstos no Plano de Opção de Ações, no respectivo Programa e no respectivo Contrato de Opção, de modo que a celebração do Contrato de Opção e a outorga das Opções não garantem aos Participantes quaisquer direitos sobre as Ações ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

A participação no Programa e a celebração do Contrato de Opção constituem mera expectativa de direito dos Participantes, que podem vir a ter o direito de receber as Ações mediante a verificação de todos os requisitos, condições e procedimentos estabelecidos no Plano de Opção de Ações, no respectivo Programa e no Contrato de Opção. Até que sejam satisfeitos todos esses requisitos, condições e procedimentos, não haverá qualquer obrigação da Companhia de entregar Ações aos Participantes. Dessa forma, não há qualquer garantia em favor do Participante quanto ao efetivo recebimento de Ações em decorrência do Plano de Opção de Ações.

Até que a propriedade das Ações seja efetivamente transferida ao Participante, nos termos do Plano de Opção de Ações, respectivos Programas e Contratos de Opção, o Participante não terá quaisquer direitos e privilégios de acionista da Companhia em relação a tais Ações, em especial o direito de voto e o direito ao recebimento de dividendos , juros sobre capital próprio ou qualquer distribuição relativos às Ações.

O Plano de Opção de Ações entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral em 19 de fevereiro de 2021 e permanecerá em vigor por prazo indeterminado, até que seja expressamente extinto por deliberação da Assembleia Geral ou até que o Limite Quantitativo seja alcançado e a totalidade das Ações seja efetivamente transferida aos Participantes, respeitado os direitos dos Participantes já adquiridos no âmbito de cada Contrato de Opção.

O Plano de Opções de Ações conta com um Programa aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2021 ("Primeiro Programa").

b. principais objetivos do plano

O Plano de Opções de Ações tem por objetivo conceder aos nossos administradores (incluindo diretores e membros do Conselho de Administração) e empregados ou de outras sociedades sob o

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

nosso controle, independentemente de qualquer posição hierárquica, senioridade ou tempo de contratação (em conjunto, as "Pessoas Elegíveis"), de tempos em tempos, Opções que darão a oportunidade às Pessoas Elegíveis de adquirirem ou subscreverem Ações de modo a: **(a)** estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas nossas empresariais e dos interesses de nossos acionistas, incentivando a integração das Pessoas Elegíveis na nossa Companhia; **(b)** aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses das Pessoas Elegíveis com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento das Pessoas Elegíveis por meio do conceito de investimento e risco; **(c)** fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo das Pessoas Elegíveis na nossa Companhia; e **(d)** atrair novos talentos.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que as Pessoas Elegíveis possam receber uma oferta de Opção de compra de Ações e celebrarem um Contrato de Opção (referidos como "Participantes") e se tornem nossos acionistas em condições diferenciadas, espera-se que estes Participantes sintam-se incentivados para comprometerem-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrarem-se aos mesmos interesses dos acionistas, aos nossos objetivos sociais e às nossas estratégias de crescimento. O oferecimento do Plano de Opções de Ações incentiva, ainda, os Participantes, por meio de comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata de nossas Ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura de nossas Ações, igualmente relevantes em face do modelo adotado. Adicionalmente, o nosso Plano de Opções de Ações adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de nossos administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização de nossas Ações.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano de Opções de Ações insere-se em nossa política de remuneração, na medida que tal política busca, além de retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para nós e a recompensa para os nossos executivos. Porém, as Opções outorgadas no Plano de Opções de Ações, bem como o seu exercício pelos Participantes, não têm qualquer relação e não estão vinculados à sua remuneração, salário, bônus, dividendos e/ou qualquer outro tipo de compensação e/ou participação nos lucros/resultados.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opções de Ações traz mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos Participantes em diferentes horizontes de tempo (curto, médio e longo prazo). O Participante tem como incentivo, desde o curto prazo até o longo prazo, o exercício do direito de adquirir Ações de nossa emissão a preço inferior que o potencial valor de mercado de nossas Ações, fazendo com que o Participante atue constantemente em prol da criação de valor sustentável para nossa Companhia e nossos acionistas, nos diferentes horizontes de tempo (curto, médio e longo prazo)

f. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de Opções sujeitas ao Plano de Opção de Ações está limitado ao Limite Quantitativo de 10.000.000 (dez milhões) de Ações. Eventual alteração do Limite Quantitativo dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

O número máximo de Opções nos termos do Primeiro Plano relacionado ao Plano de Opção de Ações é de 8.000.000 (oito milhões) de Ações.

Em caso de desdobramento ou grupamento de Ações de nossa emissão, o Limite Quantitativo será automaticamente ajustado à mesma razão do grupamento ou desdobramento em questão.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do nosso Plano de Opções de Ações poderão conferir direitos de aquisição sobre até 10.000.000 (dez milhões) de Ações. As Opções a serem

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

outorgadas nos termos dos nosso Plano de Opções de Ações poderão conferir direitos de aquisição de ações que estejam dentro do limite do nosso capital autorizado e/ou mantidas em tesouraria. Cada Opção dará ao seu titular o direito de adquirir/subscrever 1 (uma) Ação.

Limite de Ações – Primeiro Programa

O limite para a outorga de Opções no âmbito do Primeiro Programa é de 8.000.000 (oito milhões) de Ações, em cumprimento ao limite máximo previsto no item 13.4(f) acima.

Em caso de desdobramento ou grupamento de Ações de nossa emissão, o número de Opções será automaticamente ajustado à mesma razão do grupamento ou desdobramento em questão.

h. condições de aquisição de ações

O potencial participante deverá ser uma Pessoa Elegível, conforme definido acima no item 13.4(b).

O exercício das Opções pelos Participantes deverá obedecer ao Período de Carência e datas de exercício de cada Programa, conforme detalhadas no item 13.4(j) abaixo.

Cumpridas tais condições, o Beneficiário poderá exercer sua Opção mediante envio Notificação de Exercício e posterior celebração de Contrato de Outorga, conforme descrito no item 13.4(a) acima.

A transferência das Ações para o Participante somente se dará com o cumprimento das condições e prazos previstos no Plano de Opção de Ações, no respectivo Programa e no respectivo Contrato de Opção, de modo que a celebração do Contrato de Opção e a outorga das Opções não garantem aos Participantes quaisquer direitos sobre as Ações ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A outorga das Opções, bem como a transferência de Ações ao Participante, será realizada sempre à título oneroso aos Participantes, conforme será definido em cada Programa e no respectivo Contrato de Opção.

Preço de exercício – Primeiro Programa

O preço de emissão unitário das Ações do Primeiro Programa no âmbito do Plano de Opções de Ações é de R$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos) corrigido pela variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo desde a data de aprovação do Primeiro Programa até a data o efetivo exercício de Opções, para todas as outorgas exercidas com base nas demonstrações financeiras de 2021 ("Preço de Exercício").

O pagamento do preço de exercício de cada Opção e consequente integralização ou pagamento pela aquisição das Ações deverá ser feito pelo Participante à nós em moeda corrente nacional ou de outra forma prevista no respectivo Contrato de Opção, segundo valor, prazo e conta corrente a serem indicados por nós. O Preço de Exercício será considerado como o valor de integralização ou aquisição, conforme o caso, de cada Ação decorrente do exercício de uma Opção.

As Opções poderão ser adquiridas e/ou exercidas, em uma ou mais vezes, conforme determinado pelo Conselho de Administração no Primeiro Programa ou em cada Contrato de Opção a ser celebrado com cada Participante.

j. critérios para fixação de prazo de exercício

O Plano de Opções de Ações entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral e permanecerá em vigor por prazo indeterminado, até que seja expressamente extinto por deliberação da Assembleia Geral ou até que o Limite Quantitativo seja alcançado e a totalidade das Ações seja efetivamente transferida aos Participantes, respeitado os direitos dos Participantes já adquiridos no âmbito de cada Contrato de Opção.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Período de Carência – Primeiro Programa

As Opções poderão ser exercidas, total ou parcialmente, no período de até 30 (trinta) dias contado do cumprimento de cada Período de Carência ("Períodos de Exercício"). Caso o último dia dos Períodos de Exercício não seja um dia útil, o Participante poderá exercer a(s) Opção(ões) no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

As Opções outorgadas nos termos do Primeiro Programa poderão ser exercidas mediante simples transcurso de tempo, desde que o Participante continue com seu vínculo empregatício ou de administrador estatutário conosco e, salvo estipulação em sentido diverso contida no respectivo Contrato de Opção, os Participantes adquirirão tal direito ao longo do período de 5 (cinco) anos a partir da data de assinatura de cada Contrato de Opção ("Termo Inicial"), conforme segue ("Período de Carência"):

(i) 20% (vinte por cento) das Opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas no prazo de até 30 (trinta) dias após 1 (um) ano decorrido do Termo Inicial;

(ii) mais 20% (vinte por cento) das Opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas no prazo de até 30 (trinta) dias após 2 (dois) anos decorridos do Termo Inicial;

(iii) mais 20% (vinte por cento) das Opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas no prazo de até 30 (trinta) dias após 3 (três) anos decorridos do Termo Inicial;

(iv) mais 20% (vinte por cento) das Opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas no prazo de até 30 (trinta) dias após 4 (quatro) anos decorridos do Termo Inicial; e

(v) mais 20% (vinte por cento) das Opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas no prazo de até 30 (trinta) dias após 5 (cinco) anos decorridos do Termo Inicial.

O Período de Carência poderá ser acelerado nas hipóteses expressamente previstas no Plano de Opções de Ações, no Primeiro Programa e em cada Contrato de Opção.

Findo cada Período de Exercício, todas as Opções que não tiverem sido validamente exercidas pelo Participante serão automaticamente extintas, sem qualquer direito de indenização para os Participantes.

k. forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o recebimento das Ações nos termos do Plano de Opção de Ações nós, sujeitos à lei e regulamentação aplicável, por decisão do Conselho de Administração, optaremos por: (a) transferir Ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, nos termos da Instrução CVM nº 567/2015; ou (b) emitir novas Ações dentro do limite do capital autorizado.

l. Restrições à transferência das ações

Os direitos e obrigações decorrentes do Plano de Opções de Ações, de cada Programa e dos Contratos de Opção são personalíssimos e não poderão ser cedidos ou transferidos, total ou parcialmente, mesmo em razão de sucessão, separação ou divórcio, tampouco dados em garantia, exceto se de outra forma estabelecido no Plano de Opções de Ações, no Programa ou no Contrato de Opção e/ou por decisão do Conselho de Administração.

Cada um dos Participantes deverá respeitar a legislação aplicável e as respectivas regulamentações da B3 e da CVM, incluindo, sem limitação, com relação à eventual vedação a negociação de Ações para venda no mercado (*lock-up*).

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista em cada Programa, no Plano de Opção de Ações e/ou no Contrato de Opção, as Opções outorgadas nos termos de cada Programa do Plano de Opção de Ações e que estejam válidas, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(a) mediante exercício integral dentro do prazo de exercício previsto em cada Programa ou respectivo Contrato de Opção;

(b) após decurso dos prazos de exercício das Opções, sem que o Participante tenha exercido tais Opções;

(c) mediante distrato do respectivo Contrato de Opção por suas partes e/ou de acordo com seus respectivos termos;

(d) nas hipóteses de desligamento do Participante previstas no Plano de Opção de Ações, nos Programas e/ou no Contrato de Opção;

(e) caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada e/ou, ainda, pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial) solenemente formulado; ou

(f) por qualquer outra hipótese especificamente prevista em cada Programa e no respectivo Contrato de Opção de cada Participante, caso aplicável.

O Conselho de Administração poderá estabelecer também, a qualquer tempo, restrições adicionais para a aquisição/subscrição das Ações (nos Programas e/ou Contratos de Opção) em datas que antecedam a divulgação de fatos relevantes por nós, incluindo, mas não se limitando, datas que antecedam o encerramento do exercício social e a publicação de nossas demonstrações financeiras, datas compreendidas entre decisões de aumento de capital, distribuição de dividendos, bonificação em ação ou desdobramento e a publicação dos respectivos editais ou anúncios, bem como outras datas nas quais considere recomendável a suspensão temporária do recebimento das Ações.

O Plano ou qualquer Programa poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral, respeitados os direitos já adquiridos no âmbito de cada Contrato de Opção.

Um Programa poderá ser criado, extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, sem que haja qualquer direito a Ações não efetivamente transferidas aos Participantes até a data da respectiva criação, extinção, suspensão ou alteração, respeitados os direitos já adquiridos no âmbito de cada Contrato de Opção.

Casos de Invalidez

Especificamente para casos de invalidez permanente ou falecimento do Participante, os Períodos de Carência serão antecipados, para que a totalidade das Ações relacionadas ao Participante permanentemente inválido ou falecido sejam imediatamente recebidas pelo Participante ou pelos herdeiros ou sucessores do Participante, conforme for o caso, mediante o envio de notificação pelo Participante e/ou herdeiros ou sucessores deste à nós, no prazo de até 06 (seis) meses a contar de cada evento para exercício das Opções outorgadas ao Participante nos termos do respectivo Contrato de Opção e mediante pagamento do respectivo Preço de Exercício, sendo que após esse prazo, o direito de exercício dessas Opções terminará.

Eventos de Liquidez - OPA

Sem prejuízo ao disposto acima, os Períodos de Carências das Opções serão integralmente antecipados e as respectivas Ações poderão ser prontamente exercidas pelo Participante em caso de: (a) oferta pública de Ações (uma “OPA”) para cancelamento de registro; e (b) OPA por alienação de controle de companhia aberta, conforme tais termos são definidos pela Instrução CVM nº 361/2002.

Nas hipóteses acima previstas, o Participante poderá optar por exercer suas Opções e adquirir/subscrever suas Ações de modo a participar da respectiva OPA nos mesmos termos e condições dos demais acionistas, observados os prazos para exercício a serem anunciados pelo Conselho de Administração, em cada evento.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Conselho de Administração poderá estabelecer, a seu exclusivo critério, novas hipóteses de antecipação do Período de Carência.

Suspensão – Primeiro Programa

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções no âmbito do Primeiro Programa, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei e/ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de Ações por parte dos Participantes e/ou nos prejudique.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração e/ou conforme previsto no respectivo Contrato de Opção, nas hipóteses de desligamento do Participante por qualquer motivo, incluindo: **(a)** demissão/rescisão por nossa iniciativa (com ou sem Justa Causa ou por iniciativa do Participante; **(b)** renúncia ou destituição do cargo de administrador; ou **(c)** aposentadoria; os direitos e, consequentemente, as Opções conferidas ao Participante no âmbito do Plano de Opções de Ações, de qualquer Programa e/ou Contrato de Opção, serão automaticamente extintos caso não tenha decorrido integralmente o respectivo Período de Carência

Na hipótese de desligamento do Participante após transcorrido integralmente o Período de Carência de uma opção ainda válida, porém antes de expirado o prazo de exercício da respectiva Opção válida, os direitos conferidos ao Participante no âmbito do Plano de Opções de Ações, de qualquer Programa e/ou Contrato de Opção permanecerão válidos até que: **(a)** o Participante envie a referida notificação nos termos previstos em cada Programa e receba as Ações decorrentes da respectiva Opção válida; ou **(b)** o prazo de exercício da respectiva Opção válida expire, hipótese em que os direitos conferidos ao Participante no âmbito do Plano de Opções de Ações, de qualquer Programa e/ou Contrato de Opção serão automaticamente extintos, o que ocorrer primeiro entre “a” e “b”.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (a se encerrar em 31/12/2021)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	5,5	4,75
Nº de membros remunerados	0	5
Preço médio ponderado do exercício:	0	R$1,75 para as ações a serem outorgadas no primeiro programa.
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0	até 2,5%

Não havia remuneração baseada em ações nos exercícios findos em 31/12/2020, 31/12/2019 e 31/12/2018.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício:	N/A	N/A
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2019		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício:	N/A	N/A
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A
Preço médio ponderado do exercício:	N/A	N/A
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Outorga de opções de compras de ações	N/A	N/A
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não possuímos opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária referente ao final do último exercício social.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020		
	Diretoria Estatutária	**Conselho de Administração**
Nº total de membros	N/A	N/A
Nº de membros remunerados	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

Até a presente data, não foram outorgadas opções de compra de ações da Companhia no âmbito do Plano de Opções de Ações e seu Primeiro Programa. O Conselho de Administração da Companhia, no entanto, pretende realizar outorgas de opções no âmbito do Primeiro Programa até a data do aviso ao mercado da Oferta. Neste caso, este Formulário será devidamente atualizado, conforme aplicável, para refletir tais outorgas.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável, tendo em vista que não possuíamos plano de opções nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

(a) Modelo de precificação

Primeiro Programa:

O nosso modelo utilizado para precificação das opções outorgadas a seus administradores é o modelo Black & Scholes, que considera em seu racional de cálculo as seguintes informações: volatilidade, dividendo esperado, taxa de retorno livre de risco e valor justo da opção na data da concessão. Este faz as seguintes suposições explícitas: (i) é possível emprestar e tomar emprestado a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida; (ii) o preço segue um movimento Browniano geométrico com tendência (drift) e volatilidade constantes; (iii) não há custos de transação; e (iv) não há restrições para a venda a descoberto. A metodologia de cálculo e as premissas adotadas são aderentes ao CPC 10.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Valor da Ação:	R$1,75/ação (valor obtido na reorganização societária concluída em 30 de novembro)
Preço de Exercício:	R$1,75/ação
Volatilidade esperada média:	36,88%
Taxa livre de risco média:	5,57%
Vida média das opções:	2,5 anos
Dividendos esperados	0

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para as opções, nós mensuramos o valor justo dos direitos sobre a valorização de ações, mediante a aplicação do modelo Black & Scholes de precificação de opções na data de concessão, registrando tal despesa como despesas gerais e administrativas ao longo do período de carência das opções.

O modelo Black & Scholes considera em seu racional matemático as seguintes premissas: preço de compra da opção, preço de venda da opção, preço da ação no momento atual, preço do exercício, taxa de juros livre de risco, tempo para vencimento da opção (expresso em anos) e volatilidade do preço da ação.

Exceto se de outra forma determinado nos respectivos contratos de opções, qualquer opção apenas poderá ser exercida na exata extensão em que o direito a exercício for adquirido. O pagamento será efetuado à vista mediante o exercício das opções, com fundos de disponibilidade imediata.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A determinação da volatilidade esperada foi realizada por meio da avaliação da volatilidade do preço das ações de companhia abertas e com ações negociadas em bolsa de valores que atuam no mesmo ramo ou em ramos de negócio similares aos da Companhia, em cada período de 12 meses.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todos os critérios utilizados na mensuração do valor justo das opções foram descritos anteriormente.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

31/12/2020	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A
Diretoria Executiva	Ações	237.175.774	59,28
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A
Total	Ações	**237.175.774**	**59,28**

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que até a data deste Formulário de Referência não conferimos planos de previdência aos nossos membros do Conselho de Administração e aos nossos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,00	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	192.000,00	204.000,00	192.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	192.000,00	192.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	200.500,00	196.000,00	184.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

643

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

Conselho de Administração	
31/12/2020	Não possuíamos conselho de administração no exercício em questão.
31/12/2019	Não possuíamos conselho de administração no exercício em questão.
31/12/2018	Não possuíamos conselho de administração no exercício em questão.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	Não possuíamos conselho fiscal no exercício em questão.
31/12/2019	Não possuíamos conselho fiscal no exercício em questão.
31/12/2018	Não possuíamos conselho fiscal no exercício em questão.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

Na data deste Formulário de Referência não havia arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2020
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	N/A
Órgão	**2019**
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	N/A
Órgão	**2018**
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	N/A

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, os nossos administradores não receberam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício Social 2020				
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	28.800,00	N/A	28.800,00
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2019				
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	27.600,00	N/A	27.600,00
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício Social 2018				
Remuneração recebida em função do exercício do cargo na Companhia				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	26.400,00	N/A	26.400,00
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas				
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas da Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 – Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

(i) Diretoria Estatutária

i.a) Número total de membros

Previsão para 2021:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	57
Média (Total/Nº de meses)	4,75

Em 2020:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média (Total/Nº de meses)	2

Em 2019:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média (Total/Nº de meses)	2

Em 2018:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média (Total/Nº de meses)	2

i.b) Número de membros remunerados

Previsão para 2021:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	57
Média (Total/Nº de meses)	4,75

Em 2020:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média (Total/Nº de meses)	2

13.16 - Outras Informações Relevantes

Em 2019:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média (Total/Nº de meses)	2

Em 2018:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média (Total/Nº de meses)	2

(ii) Conselho de Administração

ii.a) Número total de membros

Previsão para 2021:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	N/A
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	66
Média (Total/Nº de meses)	5,5

Em 2020:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	N/A
Fevereiro	N/A
Março	N/A
Abril	N/A
Maio	N/A
Junho	N/A
Julho	N/A
Agosto	N/A
Setembro	N/A
Outubro	N/A
Novembro	N/A
Dezembro	N/A
Total	N/A
Média (Total/Nº de meses)	N/A

Em 2019:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	N/A
Fevereiro	N/A
Março	N/A
Abril	N/A
Maio	N/A
Junho	N/A
Julho	N/A
Agosto	N/A
Setembro	N/A
Outubro	N/A
Novembro	N/A
Dezembro	N/A
Total	N/A
Média (Total/Nº de meses)	N/A

Em 2018:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	N/A
Fevereiro	N/A
Março	N/A
Abril	N/A
Maio	N/A
Junho	N/A
Julho	N/A
Agosto	N/A
Setembro	N/A
Outubro	N/A
Novembro	N/A
Dezembro	N/A
Total	N/A
Média (Total/Nº de meses)	N/A

13.16 - Outras Informações Relevantes

ii.b) Número de membros remunerados

Previsão para 2021:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	N/A
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Maio	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	66
Média	5,5

Em 2020:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	N/A
Fevereiro	N/A
Março	N/A
Abril	N/A
Maio	N/A
Junho	N/A
Julho	N/A
Agosto	N/A
Setembro	N/A
Outubro	N/A
Novembro	N/A
Dezembro	N/A
Total	N/A
Média	N/A

Em 2019:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	N/A
Fevereiro	N/A
Março	N/A
Abril	N/A
Maio	N/A
Junho	N/A
Julho	N/A
Agosto	N/A
Setembro	N/A
Outubro	N/A
Novembro	N/A
Dezembro	N/A
Total	N/A
Média	N/A

Em 2018:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	N/A
Fevereiro	N/A
Março	N/A
Abril	N/A
Maio	N/A
Junho	N/A
Julho	N/A
Agosto	N/A
Setembro	N/A
Outubro	N/A
Novembro	N/A
Dezembro	N/A
Total	N/A
Média	N/A

Para os fins deste item “(ii)”, não se considera no cômputo os Conselheiros Beneméritos, Sr. João Osório Dumoncel e Sra. Clélia Dumoncel, pois os mesmos não serão computados para os fins do caput do artigo 10 e seu parágrafo 1º, do nosso Estatuto Social.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrever os recursos humanos da Companhia, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir ilustra a distribuição dos nossos empregados por localidade e área de operação nos exercícios sociais indicados.

Número de empregados	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Por Grupos			
Operacional	**738**	**584**	**481**
Comercial	**150**	**80**	**80**
Administrativo	**237**	**231**	**161**
Total de empregados	**1.125**	**895**	**722**
Por Localização Geográfica			
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Sul	1.122	890	720
Sudeste	0	0	0
Centro-Oeste	3	5	2
Exterior	0	0	0
Total de empregados	1.125	895	722

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Número de empregados	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Por Grupos			
Segurança	19	19	13
Total de empregados	19	19	13
Por Localização Geográfica			
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Sul	19	19	13
Sudeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Exterior	0	0	0
Total de terceirizados	19	19	13

c. índice de rotatividade

31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Geral	50,27%	57,43%
Sem safrista	19,93%	26,39%

Nos períodos de safra dos grãos que comercializamos e/ou utilizamos em nosso processo produtivo, que ocorrem nos meses de fevereiro a maio e outubro a novembro, contratamos colaboradores por tempo determinado, os quais são denominados safristas, para realizar atividades de recebimento e armazenagem de grãos.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrever as políticas de remuneração dos empregados da Companhia, informando

a. política de salários e remuneração variável

A remuneração de nossos colaboradores é composta por salário, gratificações, comissões, prêmios e benefícios. A política de remuneração está baseada nos critérios individuais estabelecidos por cada gestor.

A remuneração fixa fundamenta-se na análise feita de cada cargo em que são considerados os seguintes fatores: (i) nível de instrução formal exigida pelo cargo; (ii) tempo de experiência necessário; (iii) grau de complexidade do cargo; (iv) responsabilidade para exercer o cargo; e (v) competências técnicas e comportamentais exigidas para o cargo.

Geralmente, o empregado é admitido com salário do primeiro nível da classe do seu cargo. Casos excepcionais deverão ser analisados pelo Departamento de Recursos Humanos e aprovados pela Diretoria, em função do grau de qualificação e experiência do candidato ou compatibilidade com o cargo e mercado.

A definição de salário para um novo cargo deverá passar pelo processo de avaliação e classificação do cargo, obedecendo aos mesmos critérios que definiram os fatores da estruturação da remuneração dos cargos já existentes.

A remuneração variável é aplicável a algumas áreas e está condicionada ao desempenho e alcance de metas e resultados, que deverão ser medidos por meio de indicadores previamente definidos. Ainda, possuímos programa de Participação de Lucros e Resultados – PLR baseado em diretrizes internas.

A promoção do empregado deverá ser solicitada pela gerência, através de formulário próprio, acompanhado de justificativa. O Departamento de Recursos Humanos deve analisar toda a documentação de enquadramento e encaminhar para autorização da Direção. A promoção do empregado só será efetivada após aprovação da Diretoria e cumprimento de todos os processos necessários para enquadramento.

As alterações de cargos somente deverão ser efetivadas, depois de comprovada sua real necessidade. Um cargo poderá ser extinto quando as responsabilidades a eles atribuídas forem absorvidas por um ou mais cargos, devido à criação, reorganização, extinção de uma área ou reestruturação interna. A criação, extinção ou reclassificação dos cargos deverá ficar sob a responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos junto à gerência da área envolvida.

b. política de benefícios

Os benefícios oferecidos por nós são: (i) benefícios legais (Benefícios exigidos pela legislação trabalhista); (ii) Vale Transporte; e (iii) Alimentação, na forma do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

Ainda, subsidiamos parcialmente assistência médica aos nossos empregados e dependentes diretos (cônjuges e filhos até 18 anos). Oferecemos a todos os nossos empregados seguro de vida.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Para informações sobre nossos planos de remuneração baseados em ações, consultar o item 13 – Item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos

Reconhecemos a importância da função dos sindicatos, respeitando suas iniciativas e práticas.

No curso regular de nossas atividades sempre buscamos encontrar soluções que atendam a todos os envolvidos, tendo como princípio uma relação pautada pela transparência e respeito mútuos, observância da legislação trabalhista aplicável e dos demais princípios e direitos previstos pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, garantindo assim, a liberdade sindical, a proteção do direito de sindicalização e de negociação coletiva e livre funcionamento, sem qualquer intervenção.

Entendemos que o relacionamento com os sindicatos deverá estar pautado não só no direito à livre associação e à negociação coletiva em prol de seus funcionários, mas também na busca em fortalecer o segmento por meio dos sindicatos patronais, com o intuito de agregar valor ao seu negócio.

Além disso, desde a data de nossa constituição, não houve nenhuma ocorrência de greve ou qualquer outro tipo de paralisação de nossa atividade.

São sindicatos representativos da categoria de nossos empregados:

- Sindicato dos Empregados Comércios Carazinho
- Sindicato dos Empregados Comércios Ibirubá
- Sindicato dos Empregados Comércios Condor
- Sindicato dos Empregados Comércios Ijuí
- Sindicato dos Empregados Comércios Santo Ângelo
- Sindicato dos Empregados Comércios São Luís Gonzaga
- Sindicato dos Trab. em Transportes Rodoviários de Passo Fundo
- Sindicato Técn. Agril. Nível Médio
- Sindicato dos Administradores
- Sindicato dos Engenheiros Agrônomos
- Sindicato dos Contabilistas Passo Fundo
- Sindicato dos Empregados Comércios Cruz Alta
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil
- Sindicato dos Trabalhadores na Industria Alimentação Ijuí
- Sindicato dos Trabalhadores na Industria da Construção Mobiliário Ijuí
- Sindicato Contabilistas de Caxias do Sul
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação de Pelotas
- Sindicato Empregados Agentes Autônomos Comércio Estado RS
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Pelotas
- STR Chapada
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Bagé
- STR Sorriso
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Camaquã
- STR Feliz Natal
- STR Nova Ubiratã
- Sindicato Transportadores Ijuí
- Federação Comércio
- Federação Empregados Comércio
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Dom Pedrito
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Cachoeira do Sul
- Sindicato dos Comerciantes de Produtos Agrícolas do Estado do RS
- Sindicato dos Empregados no Comércio de São Gabriel
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Rio Grande
- Sindicato dos Empregados Comércio Júlio de Castilhos
- Sindicato dos Empregados Comércio Santa Maria
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupanciretã
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Viamão/Capivari do Sul
- Sindicato dos Empregados Comércios Santa Rosa

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes em relação a este item 14 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Celeiro Participações Ltda.					
39.942.731/0001-91	Brasileiro-RS	Sim	Sim	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
30.164.845	7,541%	0	0,000%	30.164.845	7,541%
JM Participações Ltda.					
05.582.755/0001-65	Brasileiro-RS	Sim	Sim	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
71.129.452	17,782%	0	0,000%	71.129.452	17,782%
ALD Holding e Participações Ltda.					
34.428.154/0001-09	Brasileiro-RS	Sim	Sim	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
71.129.452	17,782%	0	0,000%	71.129.452	17,782%
Boaventura Participações Ltda.					
40.017.323/0001-02	Brasileiro-RS	Não	Não	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
7.200.000	1,800%	0	0,000%	7.200.000	1,800%
KDUH Participações Ltda.					
39.963.694/0001-06	Brasileiro-RS	Sim	Sim	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
30.164.845	7,541%	0	0,000%	30.164.845	7,541%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Dumtag Participações Ltda.					
39.943.251/0001-45	Brasileiro-RS	Sim	Sim	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
30.164.845	7,541%	0	0,000%	30.164.845	7,541%
Vania Margarida Dumoncel Martins					
698.047.531-20	Brasileira-RS	Sim	Sim	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
20.109.897	5,027%	0	0,000%	20.109.897	5,027%
João Marcelo Dumoncel					
616.400.420-91	Brasileiro-RS	Sim	Sim	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
47.458.435	11,866%	0	0,000%	47.458.435	11,866%
Luiz Osório Dumoncel					
463.873.310-72	Brasileiro-RS	Sim	Sim	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
47.458.435	11,866%	0	0,000%	47.458.435	11,866%
Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho					
000.569.890-16	Brasileiro-RS	Não	Não	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
4.800.000	1,200%	0	0,000%	4.800.000	1,200%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari					
636.126.901-91	Brasileira-RS	Sim	Sim	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
20.109.897	5,027%	0	0,000%	20.109.897	5,027%
Maria Beatriz Dumoncel Hoff					
835.179.281-00	Brasileira-RS	Sim	Sim	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
20.109.897	5,027%	0	0,000%	20.109.897	5,027%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
400.000.000	100,000%	0	0,000%	400.000.000	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Boaventura Participações Ltda.				**40.017.323/0001-02**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho					
000.569.890-16	Brasileiro-RS	Não	Não	28/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
3.780.000	100,000	0	0,000	3.780.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
3.780.000	100,000	0	0,000	3.780.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Celeiro Participações Ltda.				**39.942.731/0001-91**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
15.837.544	100,000	0	0,000	15.837.544	100,000
Vania Margarida Dumoncel Martins					
698.047.531-20	Brasileira-RS	Sim	Sim	01/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
15.837.544	100,000	0	0,000	15.837.544	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

660

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Dumtag Participações Ltda.				**39.943.251/0001-45**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari					
636.126.901-91	Brasileira-RS	Sim	Sim	01/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
15.837.544	100,000	0	0,000	15.837.544	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
15.837.544	100,000	0	0,000	15.837.544	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
KDUH Participações Ltda.				**39.963.694/0001-06**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Maria Beatriz Dumoncel Hoff					
835.179.281-00	Brasileira-RS	Sim	Sim	01/12/2020	
Não	Com. de Medicamentos Maeoka Ltda.				
15.837.544	100,000	0	0,000	15.837.544	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
15.837.544	100,000	0	0,000	15.837.544	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ALD Holding e Participações Ltda.				34.428.154/0001-09	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
37.343.962	100,000	0	0,000	37.343.962	100,000

663

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/12/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	6
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	6
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	400.000.000	100,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	400.000.000	100,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas da Companhia e do grupo econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia, indicar:

a. partes

Luiz Osório Dumoncel, ALD Participações Ltda., Vânia Margarida Dumoncel Martins, Celeiro Participações Ltda., Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari, Dumtag Participações Ltda., João Marcelo Dumoncel, JM Participações Ltda., Maria Beatriz Dumoncel Hoff, KDUH Participações Ltda. (em conjunto, "Acionistas Controladores")

b. data de celebração

19 de fevereiro de 2021.

c. prazo de vigência

25 (vinte e cinco) anos.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Exercício do Direito de Voto: Os Acionistas Controladores são considerados como um bloco. Nesse sentido, em todas as deliberações da Assembleia Geral, os Acionistas Controladores votarão sempre em conjunto, de acordo com a orientação de voto definida em reunião prévia, nos termos do Acordo de Acionistas, e as participações societárias detidas pelos Acionistas Controladores deverão ser sempre consideradas em conjunto para os cálculos dos percentuais de participação e de quóruns constantes do Acordo de Acionistas. Sempre que houver a convocação ou a previsão de realização de qualquer Assembleia Geral da Companhia, os Acionistas Controladores deverão se reunir em reunião prévia, a fim de acordarem o sentido do voto a ser proferido pelos Acionistas Controladores na referida Assembleia Geral. As reuniões prévias serão realizadas com até 24 horas de antecedência da respectiva Assembleia Geral (exceto se de outra forma acordado entre os Acionistas Controladores) e poderão ser dispensadas caso os Acionistas Controladores decidam sobre a matéria de forma unânime e por escrito, o que valerá como instrução do voto em bloco. As deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos, sendo que os votos dos Acionistas Controladores estarão vinculados ao quórum de maioria das ações por eles detidas, conforme deliberado em reunião prévia.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Conselho de Administração: O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 04 (quatro) membros efetivos e, no máximo, 09 (nove) membros efetivos. Dois membros (ou 20%, conforme aplicável) do Conselho de Administração serão Conselheiros Independentes e os demais serão designados de comum acordo entre os Acionistas Controladores. O presidente do Conselho de Administração será indicado pelos Acionistas Controladores dentre os membros do Conselho de Administração no momento da eleição do Conselho de Administração. Em caso de empate no âmbito de reuniões do Conselho de Administração, o seu presidente terá voto de desempate.

Comitês: Não possuímos comitês estatutários, e sim não estatutários. De toda forma, o Acordo de Acionistas não prevê dispositivo específico acerca da indicação de membros para os Comitês de Assessoramento da Companhia (i.e. Comitê de Auditoria e Comitê de ESG e Sustentabilidade), mas apenas sobre a indicação dos membros do Conselho de Administração que, ao final, elegerão os membros de seus Comitês de Assessoramento. O procedimento de reunião prévia mencionado no item "d" acima aplica-se para as reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

Diretoria: O Acordo de Acionistas não prevê dispositivo específico acerca da indicação dos membros da Diretoria da Companhia, mas apenas sobre a indicação dos membros do Conselho de Administração que, ao final, elegerão os membros da Diretoria da Companhia. O procedimento de reunião prévia mencionado no item "d" acima aplica-se para as reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Nenhuma negociação ou transferência de ações ou direitos de preferência na subscrição de ações ou títulos conversíveis em ações, ou, ainda, a criação de qualquer ônus sobre elas, realizada em violação ao previsto no Acordo de Acionistas será considerada válida. As restrições previstas no Acordo de Acionistas aplicam-se também às transferências de participações que representem uma transferência indireta de ações e à transferência (ou à renúncia) de direitos decorrentes de tais participações (i.e. direito de preferência na subscrição de novas ações ou quotas), caso tais transferências (ou renúncias, conforme o caso), uma vez consumadas, em uma ou mais operações, impliquem na mudança do controle, direto ou indireto, de um Acionista.

Garantia e Ônus. Os Acionistas Controladores não poderão dar e/ou oferecer as ações por eles detidas e/ou respectivos direitos de subscrição em garantia de quaisquer obrigações, próprias ou de terceiros, nem criar quaisquer ônus sobre as referidas ações e/ou direitos de subscrição, salvo se aprovado em reunião prévia por votos correspondentes à maioria das ações. O Acionista que obtiver aprovação para constituir qualquer ônus sobre as ações deverá mencionar no instrumento de constituição da garantia a existência do Acordo de Acionistas, o qual deverá ser observado e cumprido pelo respectivo beneficiário da garantia. No caso de excussão de qualquer ônus sobre as ações, o beneficiário de tais ações ficará sujeito ao Acordo de Acionistas.

Ônus sobre as Ações. Caso qualquer ação venha a ser objeto de penhora, arresto ou sequestro judicial e tal constrição não seja revertida ou suspensa durante o prazo de 180 dias contados do envio da notificação sobre a existência de tal gravame, aplicar-se-á o disposto no artigo 861 do Código de Processo Civil, com oferta das ações em questão aos demais Acionistas, antes de eventual liquidação.

Transferências Permitidas: São consideradas transferências permitidas as transferências de ações: (a) pelos Acionistas Controladores a qualquer integrante de próprio seu grupo (no Acordo de Acionistas, os Acionistas Controladores estão divididos nos seguintes grupos: Grupo Luiz Osório, Grupo João Marcelo, Grupo Vânia, Grupo Rosalba e Grupo Maria Beatriz) e/ou para qualquer de seus respectivos cessionários permitidos e/ou Afiliadas; e (b) no âmbito da oferta pública inicial de ações pela Companhia. As transferências permitidas mencionadas no item (a) acima somente serão consideradas válidas em relação à Companhia e aos demais Acionistas Controladores se: (i) os cessionários, de forma incondicional, aderirem, por escrito, aos termos e condições do acordo de acionistas, caso em que o acionista cedente permanecerá conjunta e solidariamente obrigado, juntamente com o cessionário, pelo cumprimento das obrigações assumidas no Acordo de Acionistas; e (ii) qualquer aprovação ou consentimento de terceiro que seja necessário à transferência tenha sido devidamente obtido. Os Acionistas Controladores estão autorizados a desvincular suas ações do Acordo de Acionistas para os fins do item (b) acima.

Direito de Primeira Oferta: Na hipótese de qualquer Acionista Controlador desejar alienar parte ou a totalidade de suas Ações, deverá tal Acionista Controlador conceder direito de primeira oferta aos demais Acionistas Controladores ("Acionistas Receptores da Primeira Oferta"), por meio de notificação aos Acionistas Receptores da Primeira Oferta, nos termos e condições do Acordo de Acionistas, onde deverá constar: (i) o número de Ações que o Acionista Outorgante da Primeira Oferta pretende alienar, direta ou indiretamente; (ii) o preço, em moeda corrente nacional, a ser pago pelas Ações da Primeira Oferta e a respectiva forma de pagamento; e (iii) demais termos e condições da pretendida alienação ("Direito de Primeira Oferta"). A manifestação sobre o exercício do Direito de Primeira Oferta pelos Acionistas Receptores da Primeira Oferta deverá ocorrer em até 30 dias do recebimento a notificação enviada pelo Acionista Controlador ofertante. No caso de exercício do Direito de Primeira Oferta, a alienação das ações em questão deverá ocorrer em até 90 dias. Em caso de não exercício do Direito de Primeira Oferta, a alienação para terceiros deverá ocorrer em até 120 dias, sob pena de reiniciar o processo de Direito de Primeira Oferta.

Direito de Preferência: Observado o Direito de Primeira Oferta, na hipótese de qualquer dos Acionistas Controladores receber uma proposta de um terceiro para a aquisição, total ou parcial, de suas ações, e tal Acionista Controlador decidir aceitar a proposta, somente poderá fazê-lo após concedido aos demais Acionistas Controladores ("Acionistas Ofertados") o direito de preferência para, proporcionalmente às suas participações no capital social da Companhia, e em até 30 dias da

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

notificação de oferta do direito de preferência, exercer o direito de adquirir a totalidade das ações, nos mesmos termos, cláusulas e condições da proposta recebida ("Direito de Preferência"). No caso de exercício do Direito de Preferência, a alienação das ações em questão deverá ocorrer em até 60 dias. Em caso de não exercício do Direito de Preferência, a alienação para terceiros deverá ocorrer em até 90 dias, sob pena de reiniciar o processo de Direito de Preferência.

Direito de Venda Conjunta (*Tag Along*): Alternativamente ao Direito de Primeira Oferta e ao Direito de Preferência, conforme o caso, os Acionista Receptores da Primeira Oferta ou os Acionistas Ofertados, poderão exercer o direito de venda conjunta (*tag along*) ("Direito de Venda Conjunta") de suas ações pelo mesmo preço por Ação e nas mesmas condições da oferta do terceiro. Aplicam-se ao Direito de Venda Conjunta os prazos de manifestação e autorização de alienação a terceiros previstos em relação ao Direito de Primeira Oferta ou Direito de Preferência, conforme o caso.

Obrigação de Venda Conjunta (*Drag Along*). Caso qualquer Acionista Controlador, individualmente ou em conjunto com outros Acionistas Controladores que detiverem ações representativas do controle da Companhia ("Acionista Demandante"), deseje(m) transferir todas as suas ações, o Acionista Demandante terá o direito de, após observados os procedimentos de Direito de Primeira Oferta, Direito de Preferência e Direito de Venda Conjunta, efetuar a transferência de todas as ações (isto é, as suas e todas as outras ações detidas por todos os Acionistas Controladores), desde que o Acionista Demandante obtenha oferta irretratável e irrevogável de terceiro ("Oferta de *Drag Along*") para aquisição de todas as ações. Assim sendo, o Acionista Demandante poderá exigir que todos os demais Acionistas Controladores ("Acionistas Demandados") transfiram todas (e não menos do que todas) as suas respectivas ações, nos exatos termos da Oferta de *Drag Along* ("Obrigação de Venda Conjunta").

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Reunião do Conselho de Administração: As deliberações nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão tomadas por maioria simples dos votos dos conselheiros presentes em uma reunião devidamente instalada, sendo que os votos dos conselheiros indicados pelos Acionistas Controladores (exceto por Conselheiros Independentes) estarão vinculados ao consenso alcançado em reunião prévia. Sempre que houver a convocação ou previsão de realização de qualquer reunião do Conselho de Administração da Companhia, os conselheiros indicados pelos Acionistas Controladores deverão se reunir em reunião prévia para acordarem acerca do voto a ser proferido nas reuniões do Conselho de Administração.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia

As alterações relevantes nas participações dos membros do nosso grupo de controle e dos nossos administradores nos últimos três exercícios sociais foram descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias

a. evento	Em 1º de dezembro de 2020, realizamos uma reorganização societária, a qual não resultou em troca do nosso controle e englobou o detalhado a seguir ("Reorganização Societária"): • a incorporação, pela Companhia, de 40% do acervo cindido, no valor de R$272.338.195,30, da Sinuelo Participações Ltda., com sede na cidade de Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Principal, nº 187, sala 3, Distrito Industrial, CEP 98240-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.795.252/0001-69 ("Sinuelo"), exclusivamente composto por 81.463.704 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R$1,00 cada, de emissão da Companhia e de titularidade da Sinuelo, acervo este devidamente avaliado em laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação"), conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de dezembro de 2020 ("Incorporação Acervo Cindido Sinuelo"); e • a transferência de 60% das ações de titularidade do acionista Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho e de emissão da Companhia para a Boaventura Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dois, Loteamento Arroio Pelotas, nº 61, Bairro Laranjal, CEP 96.083-862, inscrita no CNPJ sob o nº 40.017.323/0001-02 e com os seus atos constitutivos registrados na JUCISRS sob NIRE 43.208.837.910 ("Boaventura"), e o aumento do nosso capital social mediante a capitalização de reserva de incentivos fiscais, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de dezembro de 2020 ("Transferência de Ações da Reorganização Societária" e "Aumento de Capital de 28 de dezembro de 2020", respectivamente).
b. principais condições do negócio	De acordo com o Laudo de Avaliação da Incorporação Acervo Cindido Sinuelo, o acervo da Sinuelo foi avaliado em R$ 680.845.488,27; Como consequência da Incorporação Acervo Cindido Sinuelo e em substituição à acionista Sinuelo, foi: **(i)** aprovado o ingresso dos sócios da Sinuelo que não compunham o quadro societário da Companhia como acionistas desta (a saber: Vânia Margarida Dumoncel Martins, inscrita no CPF/ME sob nº 698.047.531-20; Maria Beatriz Dumoncel Hoff, inscrita no CPF/ME sob nº 835.179.281-00; e Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari, inscrita no CPF/ME sob nº 636.126.901-91); **(ii)** aprovado o ingresso das seguintes sociedades como acionistas da Companhia, as quais receberam parte do acervo cindido da Sinuelo (em conjunto, denominadas "Holdings"): ALD Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede à Avenida Principal, n°187, Sala 03, Bairro Industrial, CEP 98.240-000, na cidade de Santa Bárbara do Sul (RS), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 39.943.389/0001-44 e com os seus atos constitutivos registrados na JUCISRS sob o NIRE 43.208.830.826; JM Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede à Avenida Principal, n° 187, Sala 03, Bairro Industrial, CEP 98.240-000, na cidade de Santa Bárbara do Sul (RS), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 39.943.619/0001-75 e com os seus atos constitutivos registrados na JUCISRS sob o NIRE 43.208.830.915; Celeiro Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede à Avenida Principal, n° 187, Sala 03, Bairro Industrial, CEP 98.240-000, na cidade de Santa Bárbara do Sul (RS), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 39.942.731/0001-91 e com os seus atos constitutivos registrados na JUCISRS sob o NIRE 43.208.830.702; DUMTAG Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede à Av. Principal, nº 187, Sala 03, Bairro Industrial, na cidade de Santa Bárbara do Sul (RS), CEP 98.240-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 39.943.251/0001-45 e com os seus atos constitutivos registrados na JUCISRS sob o NIRE 43.208.830.796; e KDUH Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede à Avenida Principal, n°187, Sala 03, Bairro Industrial, CEP 98.240-000, na cidade de Santa Bárbara do Sul (RS), inscrita no CNPJ sob o nº 39.963.694/0001-06 e com os seus atos constitutivos registrados na JUCIRS sob o NIRE 43.208.832.667; **(iii)** aprovado o cancelamento de 81.463.704 ações nominativas, ordinárias e com valor nominal de R$1,00 cada, de emissão da Companhia, sem redução do capital social, decorrentes da incorporação do acervo cindido da Sinuelo; e **(iv)** aprovada a emissão de 81.463.704 novas ações nominativas, ordinárias e com valor nominal de R$1,00 cada, em substituição da das ações objeto de cancelamento, as quais foram atribuídas aos sócios da Sinuelo na proporção das duas respectivas participações no capita social da Sinuelo na data da cisão parcial desta. Visando à conclusão da Reorganização Societária, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia do dia 28 de dezembro de 2020, e, **(i)** como consequência da Transferência de Ações da Reorganização Societária, a Boaventura passou a integrar o nosso quadro societário; e, **(ii)** como consequência do Aumento de Capital de 28 de dezembro de 2020, o nosso capital social passou de R$ 210.000.000,00 para R$400.000.000,00, com a emissão de 190.000.000 milhões de novas ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R$ 1,00 cada, as quais foram subscritas e integralizadas pelos nossos acionistas proporcionalmente às suas participações no capital social à época.

15.7 - Principais Operações Societárias

c. sociedades envolvidas	Sinuelo, Holdings e Boaventura e a Companhia
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissores	(i) A Incorporação Acervo Cindido Sinuelo foi efetivada com o consequente ingresso de acionistas no nosso quadro societário e alteração do número de ações detidas pelos já nossos acionistas; bem como com o consequente cancelamento de ações e emissão de novas ações, conforme detalhado no item "b" acima; (ii) a Transferência de Ações da Reorganização Societária resultou no ingresso da Boaventura no nosso quadro societário; (iii) o Aumento de Capital de 28 de dezembro de 2020 ocorreu de maneira proporcional à participação dos acionistas no nosso capital social; e (iii) a Reorganização não resultou em alteração em nosso controle.
e. quadro societário antes e depois da operação	**Antes** **Acionistas** / **Ações** Sinuelo Participações Ltda. / 199.960.000 Luiz Osório Dumoncel / 20.000 João Marcelo Dumoncel / 20.000 Sixth Participações Ltda. / 3.700.000 Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho / 6.300.000 **TOTAL** / **210.000.000** **Depois da Reorganização Societária:** **Acionistas** / **Ações** Luiz Osório Dumoncel / 47.458.435 João Marcelo Dumoncel / 47.458.435 Vania Margarida Dumoncel Martins / 20.109.897 Maria Beatriz Dumoncel Hoff / 20.109.897 Rosalba Luisa Dumoncel Tagliari / 20.109.897 ALD Participações Ltda. / 71.129.452 JM Participações Ltda. / 71.129.452 Celeiro Participações Ltda. / 30.164.845 DUMTAG Participações Ltda. / 30.164.845 KDUH Participações Ltda. / 30.164.845 Eduardo Augusto Pereira De Menezes Filho / 4.800.000 Boaventura Participações Ltda. / 7.200.000 **TOTAL** / 400.000.000
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A Reorganização Societária foi devidamente realizada observando-se a legislação aplicável, tendo o acervo cindido da Sinuelo sido avaliado por auditor independente. Não houve impacto relevante aos nossos acionistas.

a. evento	Em 30 de novembro de 2020, incorporamos a Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, na Estrada Municipal Cascata, nº 935, Bairro Distrito Industrial I, nº 52, CEP 96.070-120, inscrita no CNPJ/ME sob o nº22.654.772/0001-80 ("Tentos do Sul" e "Incorporação").
b. principais condições do negócio	De acordo com o Laudo de Avaliação da Incorporação, o acervo da Tentos do Sul foi avaliado em R$101.397.829,10, sendo R$1.000.000,00 destinado ao aumento do nosso capital social e R$100.397.829,10 vertido na nossa conta de reserva de incentivos fiscais. Como consequência da Incorporação, (i) foi aprovado o aumento do nosso capital social no valor de R$1.000.000,00, sendo esse aumento totalmente subscrito e integralizado pelos nossos novos acionistas: (a) Sixth Participações Ltda.; e (b) Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho

15.7 - Principais Operações Societárias

<table>
<tr><td></td><td>(“Novos Acionistas”); e (ii) a Tentos do Sul foi extinta, e passamos a ser a sucessora legal de todos os direitos e obrigações do seu acervo.

Na mesma Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas que aprovou a Incorporação, foi aprovado o aumento do nosso capital social no valor de R$9.000.000,00, subscrito e integralizado pelos Novos Acionistas (“Aumento de Capital”).</td></tr>
<tr><td>c. sociedades envolvidas</td><td>Tentos do Sul e a Companhia</td></tr>
<tr><td>d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissores</td><td>(i) a Incorporação foi efetivada com o consequente aumento do nosso capital social;

(ii) A Incorporação não resultou em alteração relevante da participação do nosso acionista controlador;

(iii) Foram realizadas Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e Alteração do Contrato Social da Tentos do Sul para apreciação e aprovação da Incorporação;

(iv) o valor total do patrimônio líquido da Tentos do Sul por nós incorporado foi de R$1.000.000,00.</td></tr>
<tr><td>e. quadro societário antes e depois da operação</td><td>Antes
<table>
<tr><th>Acionistas</th><th>Ações</th></tr>
<tr><td>Sinuelo Participações Ltda</td><td>199.960.000</td></tr>
<tr><td>Luiz Osório Dumoncel</td><td>20.000</td></tr>
<tr><td>João Marcelo Dumoncel</td><td>20.000</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>200.000.000</td></tr>
</table>
Depois (Incorporação + Aumento de Capital):
<table>
<tr><th>Acionistas</th><th>Ações</th></tr>
<tr><td>Sinuelo Participações Ltda</td><td>199.960.000</td></tr>
<tr><td>Luiz Osório Dumoncel</td><td>20.000</td></tr>
<tr><td>João Marcelo Dumoncel</td><td>20.000</td></tr>
<tr><td>Sixth Participações Ltda</td><td>3.700.000</td></tr>
<tr><td>Eduardo Augusto Pereira de Menezes Filho</td><td>6.300.000</td></tr>
<tr><td>TOTAL</td><td>210.000.000</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</td><td>A Incorporação foi devidamente realizada observando-se a legislação aplicável, tendo o acervo da Tentos do Sul sido avaliado por auditor independente. Não houve impacto relevante aos nossos acionistas.</td></tr>
</table>

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevante em relação a este item 15 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrever as regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Em 19 de fevereiro de 2021, nosso Conselho de Administração aprovou a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas. A nossa Política de Transações com Partes Relacionadas tem como objetivo atender às exigências da legislação vigente, em especial aos deveres de transparência, lealdade e idoneidade dos Administradores e dos Colaboradores, a fim de que os nossos interesses e de nossos acionistas sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos seus tomadores de decisão.

Nos termos da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, no caso de contratação de Partes Relacionadas, devemos utilizar os mesmos critérios e normas de contratação aplicáveis à seleção e contratação de prestadores de serviços independentes e observar as condições de mercado. Nesse sentido, temos como política realizar operações com partes relacionadas com estrita observância dos preços e condições usuais de mercado. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que prevê que, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, o acionista ou o administrador, conforme o caso, deve se abster de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou em que seu interesse conflite com o nosso.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em seu detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com os acionistas, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Para os efeitos da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, definimos conflito de interesse como as situações nas quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos nossos objetivos e interesses em matérias específicas, sendo o potencial conflito de interesses aquele que surge quando uma pessoa se encontra envolvida num processo decisório no qual a sua capacidade de julgamento isento possa estar comprometida pelo fato de que: (a) de um lado, essa pessoa tem o poder de influenciar o resultado da decisão, e, ao mesmo tempo, (b) possa existir um ganho para ela diretamente, para algum membro próximo da família, ou ainda para terceiro com o qual a referida pessoa tenha algum compromisso ou relação comercial ou de negócios. As decisões em que os objetivos pessoais dos nossos tomadores de decisão, por qualquer razão, não estejam alinhados aos nossos objetivos também serão consideradas como conflitos de interesse.

Dessa forma, caso seja identificada uma matéria que envolva Partes Relacionadas, nossos administradores ou colaboradores que estejam envolvidos devem manifestar seu potencial conflito de interesses acerca da referida matéria, ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a respeito. Não obstante, caso solicitado pelo Diretor Presidente, os administradores envolvidos poderão participar parcialmente da discussão, visando a proporcionar maiores informações sobre a Transação com Partes Relacionadas e as próprias Partes Relacionadas envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais administradores deverão se ausentar do processo de votação.

Nessas situações, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção da discussão e/ou da votação a respeito da referida matéria deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação. Caso algum administrador ou colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer terceiro que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

Anualmente, nossos administradores e nossos colaboradores devem assinar uma declaração atestando a observância do disposto na nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e confirmando a inexistência de participação em transação objeto de conflito de interesse.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Nosso Estatuto Social estabelece que nosso Conselho de Administração deverá aprovar a celebração de contratos (incluindo seus aditivos), exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual, e eventuais rescisões, entre, de um lado, nós ou nossas controladas e, de outro, (a) quaisquer Partes Relacionadas nossas (exceto nossas controladas), salvo se no curso normal dos nossos negócios; (b) entidades que não façam parte do nosso grupo econômico e detenham participação em qualquer das nossas controladas, bem como sociedades controladoras, controladas ou coligadas de tal entidade que detém participação em nossa controlada, em valor igual ou superior a R$50.000.000,00; ou (c) quaisquer Partes Relacionadas de nossas controladas que não se enquadrem nos itens anteriores (que não nós ou nossas controladas), salvo se no curso normal dos nossos negócios; observada em todas as hipóteses acima a Política de Transações com Partes Relacionadas e o Plano Geral de Negócios ou o Orçamento Anual em vigor (conforme aplicável), sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, diretamente ou por meio dos Comitês de Assessoramento, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length*).

A íntegra da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas poderá ser obtida no nosso site de relações com investidores (www.ri.3tentos.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de Transações entre Partes Relacionadas".

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Sinuelo Participações Ltda.	05/11/2014	40.000.000,00	27.053.000,00	40.000.000,00	31/12/2024	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	A Companhia vendeu a totalidade da sua participação de 25% das ações da 4 Ventos Agroindustrial S.A. para a sua controladora Sinuelo Participações Ltda. Os valores devidos no âmbito do contrato contam com atualização monetária (IPCA)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	O ativo vendido não fazia parte da atividade operacional da Companhia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A posição contratual é a parte contratante de prestação de serviço.						
Agropecuária Quinteto Ltda.	05/11/2014	7.000.000,00		N/A	7 anos	NÃO	0,060000
Relação com o emissor	Sob controle comum						
Objeto contrato	A Companhia prometeu vender uma fração de terras de culturas com área de 2.100.000 de metros quadrados, sendo 1050.000m² correspondente à 50% da área total da matrícula nº 9.492 e 1.050.000m², correspondente a 50% da área total da matrícula nº 9.493, ambas do Cartório de Registro de Imóveis de Santa Bárbara do Sul/RS, situadas no primeiro distrito de Santa Bárbara do Sul/RS, para a empresa Agropecuária Quinteto Ltda. pelo valor de R$ 7.000.000,00, a ser pago em 7 parcelas anuais de R$ 1.000.000,00. A taxa de juros incidente sobre os valores devidos no âmbito do contrato é IGPM + 6% a.a. O contrato foi pré-pago em 30.12.2020, apesar de originalmente, ter prazo de 7 anos da data de celebração						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	O ativo vendido não fazia parte da atividade operacional da Companhia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A posição contratual é a parte contratante de prestação de serviço.						
Luiz Osório Dumoncel	14/05/2020	4.599.524,27	3.446.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Venda de Insumos						

676

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A parte relacionada é produtor rural e adquire insumos da Companhia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Fornecedor						
Luiz Osório Dumoncel	04/01/2021	1.503.000,00	4.949.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Venda de Insumos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A parte relacionada é produtor rural e adquire insumos da Companhia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Fornecedor						
João Osório Dumoncel	02/01/2020	94.972.830,15	75.868.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parente de 1º grau do Acionista Luiz Osório Dumoncel						
Objeto contrato	Venda de Insumo e compra de grãos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A parte relacionada é produtor rural, adquire insumos da Companhia e vende grãos para a Companhia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Fornecedor						
João Osório Dumoncel	04/01/2021	16.993.000,00	92.861.000,00	N/A	N/A	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Parente de 1º grau do Acionista Luiz Osório Dumoncel						
Objeto contrato	Venda de Insumo e compra de grãos						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A parte relacionada é produtor rural, adquire insumos da Companhia e vende grãos para a Companhia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Fornecedor						
Companhia e Daniel Carneiro Sociedade de Advogados	16/10/2020	50.000,00	0,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Daniel Carneiro Sociedade de Advogados é controlada pelo membro do Conselho de Administração, Sr. Daniel Pires Carneiro.						
Objeto contrato	Assessoria jurídica preparatória em diversos temas e coordenação de um potencial evento de liquidez, como alienação de participação ou oferta inicial de ações da Companhia. O “montante envolvido” corresponde aos honorários fixos devidos ao referido escritório por mês, conforme estabelecido no referido contrato. Ainda, caso ocorra um evento de liquidez (como uma alienação de participação acionária ou conclusão da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia), será devido ao escritório um montante adicional equivalente a até 0,5% sobre o valor total envolvido no referido evento de liquidez.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	A qualquer momento, mediante comunicação escrita por qualquer parte, com antecedência mínima de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços advocatícios.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante da prestação dos serviços.						

678

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses nos contratos que celebramos.

Atualmente, nosso Estatuto Social estabelece que compete ao Conselho de Administração aprovar a realização de qualquer negócio entre nós (ou nossas controladas) e Partes Relacionadas, assim definidas na nossa Política de Transações com Partes Relacionadas.

Caso seja identificada, pelos nossos administradores, qualquer matéria que possa dar ensejo a eventual conflito de interesse entre nós ou nossas controladas e qualquer Parte Relacionada, estes devem, obrigatoriamente, manifestar as razões de tal conflito de interesses, ausentando-se das discussões sobre o tema e abstendo-se de votar a respeito da respectiva matéria. Não obstante, caso solicitado pelo Diretor Presidente, os Administradores envolvidos poderão participar parcialmente da discussão, visando a proporcionar maiores informações sobre a Transação com Partes Relacionadas e as próprias Partes Relacionadas envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais Administradores deverão se ausentar do processo de votação da matéria.

Nessas situações, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção da discussão e votação a respeito da referida matéria deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação. Caso algum Administrador ou colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer terceiro que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

Adicionalmente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os nossos acionistas não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-los de modo particular, ou em que tiverem interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Quando da celebração dos contratos com Partes Relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência inexistiam procedimentos ou políticas reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses nos contratos que celebramos.

Atualmente, conforme previsto em nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, no caso de realização de quaisquer transações com partes relacionadas, observamos as condições gerais praticadas pelo mercado à época da celebração do respectivo contrato, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, tomando como base, ainda, negociações da mesma natureza anteriormente realizadas.

Além disso, ainda nos termos da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, devemos divulgar ao mercado quaisquer contratações realizadas com Partes Relacionadas, com detalhes que sejam suficientes para a identificação das partes envolvidas e de quaisquer condições essenciais ou não estritamente comutativas inerentes às transações em questão, assegurando, assim, ao mercado, a possibilidade de fiscalizar e acompanhar nossos atos de gestão, ainda que não tenham se consumado, de acordo com o previsto no art. 247 da Lei das Sociedades por Ações e na Deliberação CVM 642, de 07 de outubro de 2010.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

A divulgação dessas informações também deverá ser realizada, de forma clara e precisa, nas notas explicativas às nossas demonstrações financeiras trimestrais e anuais, de acordo com os princípios contábeis aplicáveis, e no nosso Formulário de Referência. Ademais, todas as Transações com Partes Relacionadas são formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas. As partes com quem contratamos também devem declarar, por meio de cláusula específica contida nos nossos contratos, que têm conhecimento da nossa Política de Transação com Partes Relacionadas, que a respeitam e que com ela estão de acordo.

Em razão disso, é possível demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas entre nós e/ou nossas controladas e qualquer de nossas Partes Relacionadas, bem como o respectivo pagamento compensatório adequado em tais negociações, mediante sua comparação com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral, conforme o caso.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevante em relação a este item 16 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
19/02/2021	5.000.000.000,00		0	0	0
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
28/12/2020	400.000.000,00	28/12/2020	400.000.000	0	400.000.000
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
28/12/2020	400.000.000,00	28/12/2020	400.000.000	0	400.000.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
28/12/2020	400.000.000,00		400.000.000	0	400.000.000

682

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/04/2019	AGE	25/04/2019	44.500.000,00	Subscrição particular	44.500.000	0	44.500.000	0,80180180	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Perspectiva de rentabilidade da Companhia e valor do patrimônio líquido da ação									
Forma de integralização	integralização de saldo da conta de reserva de lucros da Companhia									
16/12/2019	AGE	16/12/2019	100.000.000,00	Subscrição particular	100.000.000	0	100.000.000	1,00000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Perspectiva de rentabilidade da Companhia e valor do patrimônio líquido da ação									
Forma de integralização	integralização de saldo da conta de reserva de lucros da Companhia									
30/11/2020	AGE	30/11/2020	10.000.000,00	Subscrição particular	10.000.000	0	10.000.000	0,05000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Perspectiva de rentabilidade da Companhia e valor do patrimônio líquido da ação									
Forma de integralização	1.000.000 de ON integralizadas mediante versão de acervo de sociedade incorporada pela Companhia e 9.000.000 de ON integralizadas mediante capitalização de créditos de acionistas.									
28/12/2020	AGE	28/12/2020	190.000.000,00	Subscrição particular	190.000.000	0	190.000.000	0,90476190	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Perspectiva de rentabilidade da Companhia e valor do patrimônio líquido da ação									
Forma de integralização	Capitalização de reserva de incentivos fiscais									

683

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, não houve desdobramentos, grupamentos ou bonificações de ações de nossa emissão.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, não houve redução em nosso capital social.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevante

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes em relação a este item 17 foram disponibilizadas nos itens acima.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Mínimo de 5% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por ações e de nosso Estatuto Social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias possuem direito a reembolso do capital, no caso de liquidação. Adicionalmente, os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderão retirar-se da nossa Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, nos termos e exceções previstos na Lei das Sociedades por Ações. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) nossa cisão; (ii) redução do nosso dividendo mínimo obrigatório; (iii) mudança do nosso objeto social; (iv) nossa fusão ou incorporação em outra sociedade; e (v) participação da nossa Companhia em um grupo de sociedades.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas por nossos acionistas em Assembleias Gerais podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos: (i) direito de participar na distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no nosso capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de nossa liquidação; (iii) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; e (iv) direito a retirar-se nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado, regulamentação vigente e o nosso Estatuto Social, a realização de oferta pública de aquisição de ações é exigida nas hipóteses de alienação de controle, cancelamento de registro de companhia aberta, saída do Novo Mercado e proteção da dispersão da nossa base acionária.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O nosso Estatuto Social não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

Obrigação de Realizar OPA por Alienação de Controle

Nos termos do nosso Estatuto Social, a alienação direta ou indireta de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de nossa emissão de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação vigentes e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Após qualquer operação de alienação de nosso controle e da subsequente realização de oferta pública de aquisição de ações referida acima, o adquirente, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor, dentro de 18 meses subsequentes à aquisição do poder de controle, o percentual mínimo de ações em circulação previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Obrigação de Realizar OPA devido à Saída do Novo Mercado

A nossa saída do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deve observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação feita por nós, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do nosso Estatuto Social, a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive do direito de voto, do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou pelo nosso Estatuto Social.

Além disso, conforme disposto no Estatuto Social, na hipótese de nosso aumento de capital, a Assembleia Geral Extraordinária ou o Conselho de Administração podem estabelecer as condições da emissão, preço, prazo e forma de sua integralização, inclusive, a seu exclusivo critério, excluir o direito de preferência do acionista ou reduzir o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa; (ii) subscrição pública, ou (iii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários emitidos que não fossem ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários emitidos que não fossem ações.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, nossas ações não eram admitidas à negociação em nenhum mercado público de negociação.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, não possuíamos títulos emitidos.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas por nós ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários de nossa emissão.

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de distribuição por nós ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários de nossa emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Item não aplicável, visto que, nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente, não realizamos oferta pública de distribuição.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas por nós relativas a ações de emissão de terceiros

Item não aplicável, visto que, nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente, não realizamos oferta pública de aquisição de ações.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 18 deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, não havíamos aprovado plano de recompra de ações.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, não havia qualquer valor mobiliário mantido em tesouraria nos três últimos exercícios sociais.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes em relação a este item 19 foram disponibilizadas nos itens acima.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**19/02/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	A nossa Política de Negociação deverá ser compulsoriamente observada pelos nossos diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (caso instalado) e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária (em conjunto "Pessoas Sujeitas à Política de Negociação"). Adicionalmente às Pessoas Sujeitas à Política, estão vinculados e devem observar a Política de Negociação: (i) os acionistas controladores; e (ii) quem quer que em virtude de seu cargo, função, posição em nossa Companhia e/ou em nossas controladas, tenha conhecimento de Ato ou Fato Relevante, nos termos do art. 155, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, e do art. 2º da Instrução CVM nº 358 (que, em conjunto com as Pessoas Sujeitas à Política, são definidas com "Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação foi elaborada com base na Instrução CVM 358 e na Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015 ("Instrução CVM 567"), e visa regulamentar as operações com valores mobiliários de nossa emissão ("Valores Mobiliários"). A nossa Política de Negociação estabelece as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas, visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas em relação à negociação com Valores Mobiliários, e enuncia as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos pela legislação aplicável, a negociação de tais Valores Mobiliários. A Política de Negociação se aplica a nós e a nossas controladas, quando aplicável.
As Pessoas Vinculadas deverão nos comunicar acerca das informações relativas à aquisição de participação acionária relevante direta ou indireta, conforme definida na Política de Negociação, imediatamente após ser alcançada referida participação, assim como deverão informar a alienação ou a extinção de ações e demais Valores Mobiliários, ou de direitos sobre eles, a cada vez que a participação do titular da espécie ou classe dos Valores Mobiliários em questão: (i) atingir o percentual de 5% (cinco por cento) do total desta espécie ou classe de Valores Mobiliários; ou (iii) for reduzida em 5% (cinco por cento) do total desta espécie ou classe de Valores Mobiliários. As Pessoas Sujeitas à Política, ainda, indicarão os Valores Mobiliários que sejam de propriedade: (i) de seu cônjuge, de quem não esteja separado judicial ou extrajudicialmente; (ii) de seu(ua) companheiro(a); (iii) de dependente incluído na declaração anual do imposto sobre a renda; e (iv) de sociedades controladas direta ou indiretamente pelas Pessoas Vinculadas.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As vedações à negociação de Valores Mobiliários deixarão de vigorar tão logo a divulguemos o Ato ou Fato Relevante aplicável ao mercado. No entanto, tais vedações deverão ser mantidas, por um prazo razoável no entendimento de Pessoas Sujeitas à Política de Negociação, mesmo após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, na hipótese em que eventuais negociações com Valores Mobiliários possam nos impactar negativamente ou nossos acionistas. Adicionalmente, é concedida ao nosso DRI a prerrogativa de determinar períodos de tempo adicionais nos quais as Pessoas Sujeitas à Política de Negociação ou parte das Pessoas Sujeitas à Política de Negociação deverão abster-se de negociar Valores Mobiliários, devendo o DRI informar expressamente às Pessoas Sujeitas à Política de Negociação que forem afetadas por referida determinação. Nós, por meio do DRI, deveremos, em qualquer caso, assegurar que não negociará com seus próprios Valores Mobiliários nos períodos de vedação estabelecidos na Instrução CVM 358, na Instrução CVM 567, na Política de Negociação e em qualquer legislação ou regulamentação aplicável. As Pessoas Vinculadas poderão negociar Valores Mobiliários de nossa emissão dentro dos períodos vedados, conforme aplicável e em relação às vedações previstas na Política de Negociação, desde que se trate de: (i) aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, decorrente do exercício do Plano de Opções de Ações de acordo com Plano de Opções de Ações aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2021, ou quando se tratar de outorga concessão de ações a administradores, empregados ou prestadores de serviços como parte de remuneração previamente aprovada em Assembleia Geral; ou (ii) formalização de planos individuais de investimento regulando suas negociações com valores mobiliários de nossa emissão, nos termos do art. 15-A da Instrução CVM 358 e conforme previsto no item 4.17 abaixo. Além das demais penalizações previstas em lei e normas vigentes aplicáveis, o descumprimento da nossa Política de Negociação será considerado motivo para a rescisão pela nossa Companhia, por justa causa, da relação jurídica, seja direta ou indireta, entre nós e a pessoa jurídica ou física que tenha conhecimento de Ato ou Fato Relevante e tenha descumprido nossa Política de Negociação. Ainda, as Pessoas Vinculadas que tenham acesso à informação sobre Ato ou Fato Relevante e que, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, venha a descumprir qualquer disposição constante de nossa Política de Negociação, se obrigam a nós e/ou outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitações, de todos e quaisquer prejuízos que nós e/ou outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes em relação a este item 20 foram disponibilizadas nos itens acima.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela nossa Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a nossa Companhia adota estão descritos na nossa Política de Divulgação (definida no item abaixo), conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela nossa Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Nossa Política de Divulgação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2021.

A Política de Divulgação foi elaborada com base na Instrução CVM nº 358/02 e tem como objetivo oferecer aos acionistas, investidores, analistas de mercado, à imprensa financeira especializada e ao mercado em geral elevados padrões de governança, transparência e confiabilidade. Para tanto, está adequada às boas práticas de conduta no uso de informações relevantes e divulgação Ato ou Fato Relevante (conforme definido abaixo).

Nos termos do art. 155, §1º da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, e do art. 2º da Instrução CVM nº 358/02, considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da Assembleia Geral ou dos nossos órgãos de administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável: (a) na cotação de valores mobiliários; (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter valores mobiliários; ou (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular dos valores mobiliários ("Ato ou Fato Relevante").

A nossa Política de Divulgação deverá ser compulsoriamente observada por: (i) nós; (ii) nossos acionistas controladores; (iii) administradores; (iv) Conselheiros Fiscais; (v) membros de comitês de assessoramento, sejam eles estatutários ou não; (vi) controladas; e (vii) todos os demais colaboradores ou consultores com acesso a Ato ou Fato Relevante envolvendo a nós ou nossas controladas. Além disso, deverão também aderir à nossa Política de Divulgação, por meio da assinatura do Termo de Adesão, as pessoas que a consideremos, a nosso critério, necessárias ou convenientes ("Pessoas Sujeitas à Política").

A finalidade da divulgação de Ato ou Fato Relevante é assegurar aos acionistas e investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de aquisição, manutenção e alienação de valores mobiliários, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações. Evita-se, dessa forma, o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da nossa Companhia.

Para isso, a informação sobre qualquer Ato ou Fato Relevante relacionado aos nossos negócios deverá ser simultaneamente comunicada, de forma imediata, clara e precisa, pelo nosso Diretor de Relações com Investidores à CVM na rede mundial de computadores e, caso aplicável, à B3 e a outras Bolsas de Valores, por meio dos sistemas eletrônicos apropriados, conforme indicado por tais entidades.

Conforme disposto na nossa Política de Divulgação, caso as Pessoas Sujeitas à Política de Divulgação tenham conhecimento de Ato ou Fato Relevante, devem imediatamente comunicar ao nosso Diretor de Relações com Investidores. Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de determinada informação que possa ser considerada Ato ou Fato Relevante, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores, a fim de que tal dúvida seja esclarecida. Incumbe ao nosso Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade pela prestação de informações ao público investidor, à CVM, à B3 e a outras Bolsas de Valores, conforme aplicável, relacionadas à Ato ou Fato Relevante.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, após o encerramento da sessão de negociação na B3 e, se for o caso, em outras entidades administradoras de mercados organizados em que os Valores Mobiliários sejam negociados, caso seja necessária, a divulgação antes da abertura da sessão de negociação, tal divulgação deverá ser preferencialmente realizada com pelo menos uma hora de antecedência.. Caso isso seja inviável, a divulgação de tal Ato ou Fato

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Relevante deverá ocorrer na maior brevidade possível a partir do momento em que nós e/ou nossos administradores tomarem ciência de tal Ato ou Fato Relevante.

Em casos excepcionais em que a divulgação indistinta de Ato ou Fato Relevante possa pôr em risco nosso interesse legítimo, a opção por sua não divulgação será objeto de decisão dos nossos administradores.

Não obstante, nas hipóteses de: (i) a informação escapar ao nosso controle ou ao daqueles que originalmente tiveram conhecimento do Ato ou Fato Relevante; ou (ii) oscilação atípica em cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários emitidos por nós, nossos administradores devem imediatamente divulgar tal Ato ou Fato Relevante, diretamente ou por meio do nosso Diretor de Relações com Investidores, mesmo que tenham *a priori* decidido por sua não divulgação.

O inteiro teor de nossa Política de Divulgação pode ser acessada no nosso site de relações com investidores (www.ri.3tentos.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O nosso administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização de nossa Política de Divulgação é o nosso Diretor de Relações com Investidores, Sr. Maurício Leonardo Hasson.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 21 deste Formulário de Referência.